UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

O "NOVO SINDICALISMO" URBANO EM PERNAMBUCO (1979-1984): ENTRE MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS

RAFAEL LEITE FERREIRA

Recife
2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

O "NOVO SINDICALISMO" URBANO EM PERNAMBUCO (1979-1984): ENTRE MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS

RAFAEL LEITE FERREIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História, sob a orientação da Profa. Dra. Maria do Socorro de Abreu e Lima.

Recife
2012

Catalogação na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

F383n Ferreira, Rafael Leite.
O “novo sindicalismo” urbano em Pernambuco (1979-1984): entre mudanças e permanências / Rafael Leite Ferreira. – Recife: O autor, 2012.
360 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Maria do Socorro de Abreu e Lima.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós Graduação em História, 2012.
Inclui bibliografia e anexos.

1. História. 2. Sindicalismo – Pernambuco – 1979-1984. 3. Trabalhadores. 4. Greves. I. Lima, Maria do Socorro de Abreu e (Orientadora). II. Titulo.

981 CDD (22.ed.) UFPE (CFCH2012-40)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO ALUNO RAFAEL LEITE FERREIRA

Às 10h do dia 28 (vinte e oito) de fevereiro de 2012 (dois mil e doze), no Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, reuniu-se a Comissão Examinadora para o julgamento da defesa de Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pelo aluno **Rafael Leite Ferreira** intitulada "**O 'NOVO SINDICALISMO' URBANO EM PERNAMBUCO (1979-1984): ENTRE MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS**", em ato público, após argüição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito "**APROVADO**", em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Maria do Socorro de Abreu e Lima (orientadora), Christine Paulette Yves Rufino Dabat e Luiz Anastácio Momesso. A validade deste grau de Mestre está condicionada à entrega da versão final da dissertação no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da presente data, conforme o parágrafo 2º (segundo) do artigo 44 (quarenta e quatro) da resolução Nº 10/2008, de 17 (dezessete) de julho de 2008 (dois mil e oito). Assinam, a presente ata os professores supracitados, o Coordenador, Prof. Dr. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho, e a Secretária da Pós-graduação em História, Sandra Regina Albuquerque, para os devidos efeitos legais.

Recife, 28 de fevereiro de 2012.

Profª. Drª. Maria do Socorro de Abreu e Lima

Profª. Drª. Christine Paulette Yves Rufino Dabat

Prof. Dr. Luiz Anastácio Momesso

Prof. Dr. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho

Sandra Regina Albuquerque

Em memória de Dom Helder Camara.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é sempre um ato de manifestar gratidão por benefício recebido. Aqui, mostro-me grato às inúmeras pessoas que colaboraram para a realização deste trabalho. Uma vez que é impossível agradecer a todas, menciono aquelas que contribuíram de maneira mais direta:

Na UNICAP, agradeço aos professores José Ernani Souto Andrade, Luís Manuel Domingues do Nascimento, Maria da Glória Dias Medeiros, Zuleica Dantas Pereira Campos, Emanuela Sousa Ribeiro, Newton Darwin de Andrade Cabral e, em especial, a Luiz Carlos Luz Marques, orientador-amigo, que me ensinou os primeiros passos da pesquisa histórica e a quem serei eternamente grato. A Kátia Maria de Carvalho Maia (secretária do curso de História). Aos amigos de longas datas que me deram tanto apoio: Luiz Alencar Libório, Luís Eduardo Carvalheira de Mendonça, Virgínia Pernambucano de Mello, Ana Paula de Castro, Cristiane Pereira de Souza, Erilson Fonseca Rego, Eudelcy Vila Boas Magalhães Neto, Felipe Gouveia Laureano Rodrigues, Gilvan Pereira da Silva Júnior, José Lourenço Neto, Vivianne Ribeiro Valença, Rodrigo Galiza Amorim, Raquel Oliveira Lindôso, Hugo Leonardo Ferreira Nascimento e Fábio Silva de Souza. Ao Magnífico Reitor Pe. Pedro Rubens Ferreira Oliveira, S.J. A contribuição de todas essas pessoas para a evolução do meu pensamento foi inestimável e a gratidão que manifesto aqui é muito mais que um gesto formal.

Na UFPE, agradeço imensamente aos professores Marc Jay Hoffnagel, Carlos Alberto Cunha Miranda, Ana Maria Barros Santos, Marília de Azambuja Ribeiro, George Félix Cabral de Souza, Rosa Maria Godoy Silveira e Denis Antônio de Mendonça Bernardes, pelos comentários úteis a esta pesquisa.

Aos professores participantes da banca de defesa: José Bento Rosa da Silva, Lucinda Maria da Rocha Macedo, Luiz Anastácio Momesso, Christine Paulette Yves Rufino Dabat – que, atenciosamente, me acompanhou durante todo o percurso deste trabalho –, e Maria do Socorro de Abreu e Lima, mais que orientadora, uma amiga que encontrei na UFPE. Sua paixão, seus comentários e seus "puxões de orelha" foram de extrema importância para a concretização deste trabalho. Obviamente, os erros e imprecisões que permaneceram são de minha inteira responsabilidade.

Aos colegas de sala do PPGH: Airton de Souza Melo, Alexandre Junior de Lima e Silva, Anderson Vieira Moura, Edmundo Cunha Monte Bezerra, Frederico Luiz Alves de Brito, Hugo Demétrio Nunes Teixeira Bonifácio, Jannaiara Barros Cavalcante, José Marcelo Marques Ferreira Filho, Lívia Moraes e Silva, Luciana Rodrigues Ferreira Varejão, Lúcio Renato Mota Lima, Magno Michell Marçal Braga e Pedro Henrique Pachêco da Silva.

Agradeço de maneira carinhosa a Sandra Regina Albuquerque (secretária do PPGH). A Marcus Joaquim Maciel de Carvalho (coordenador do PPGH). Ao Magnífico Reitor Anísio Brasileiro de Freitas Dourado.

A todos aqueles que deram seus ricos depoimentos para este trabalho. Em especial a Miguel Espar Argerich, Leocádia Maria da Hora Neta, João Paulo Lima e Silva, Geraldo da Silva Soares e José Alves de Siqueira (*in memoriam*). Mesmo que os depoimentos desses indivíduos estivessem repletos de lacunas, esquecimentos e reinvenções, como são próprios da memória, suas falas deram vida, cor, dotaram de materialidade, nos aproximaram daqueles fatos históricos descritos apenas no papel. Aqui, os meus sinceros agradecimentos.

A Cristina E. Presbítero do Instituto de Cultura Brasil-Itália.

À minha família: Maria Amélia da Silva (avó), Ladjane Maria Santos Leite (mãe), Reginaldo Ferreira da Silva (pai), Renato Régis Leite Ferreira (irmão), Erivelton José de Melo Freitas (primo), Maria Cristina da Silva, Adonias da Silva, Marthyna da Silva Bezerra, Amanda Rebeka Costa Gusmão, pelo carinho, ausência e atenção, especialmente ao meu filho Leonardo Gusmão Leite. À jornalista Mirthyani da Silva Bezerra, pelas diversas leituras do texto e pelo generoso ombro mais que amigo no qual sempre pude dividir angústias, tristezas, frustrações, sonhos e alegrias.

Ao CNPq, pelo auxílio financeiro que possibilitou a realização deste trabalho.

A Deus, por ter me dado amor, paciência e forças, todos os dias, para a concretização do presente trabalho.

A greve é ilegal. E a fome, doutor, é legal?

(Relato do motorista de ônibus Félix Cardoso
da Silva durante a greve da categoria em 1979)

RESUMO

Através da leitura da bibliografia referente ao "Novo sindicalismo" no Brasil, percebemos a ausência de "estudos regionais" e o enorme privilégio dado aos eventos ocorridos no eixo RJ-SP. A partir desta constatação, apresentamos este trabalho que tem como objetivo analisar o (res)surgimento do movimento sindical urbano, em Pernambuco, durante os anos finais do regime civil-militar (1979-1984), identificando, em seu processo de constituição, os elementos de mudanças e de permanências em relação às atividades sindicais anteriores. Nesta pesquisa, procuramos mostrar que a retomada do movimento grevista não foi exclusividade do eixo RJ-SP. No Estado de Pernambuco, por exemplo, foram deflagradas inúmeras greves em diversas categorias (médicos, professores, motoristas, eletricitários e metalúrgicos). Essas paralisações, ao enfrentarem o governo e/ou patrões, foram extremamente importantes para a luta dos trabalhadores pernambucanos nesses anos, pois, ao romperem o cerco montado pela ditadura, iniciaram uma profunda luta contra o arrocho salarial, pilar fundamental do projeto econômico conservador e autoritário do regime civil-militar.

Palavras-chave: Sindicalismo urbano; trabalhadores; greves.

ABSTRACT

Through the reading of the literature about "New Unionism" in Brazil, we realize the absence of "regional studies", because the events that happened in Rio de Janeiro-Sao Paulo are in the spotlight. From this observation, we present this text, which aims to analyze the emergence of the union urban movement, in Pernambuco, during the final years of the civil-military regime (1979-1984), recognizing in its process of constitution, the elements of changes and permanence relative to previous union activities. In this research, we intend to show that the retaking of the strike movement didn't happen only in RJ-SP. In Pernambuco, for example, was triggered numerous strikes in various categories (doctors, teachers, drivers, electricians and metallurgical). By going against the government and / or employers, the movements were extremely important to the workers struggle of Pernambuco in these years, because when they broke the siege made up by the military dictatorship, they began a deep struggle against wage squeeze, fundamental pillar of the economic project of the conservative and authoritarian military-civilian regime.

Keywords: Unionism; workers; strikes.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI – Ato Institucional

ABI – Associação Brasileira de Imprensa

ACO – Ação Católica Operária

ADUFEPE – Associação dos Docentes da UFPE

AIB – Ação Integralista Brasileira

ANDES – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

ANL – Aliança Nacional Libertadora

ALN – Aliança Nacional Libertadora

AOR – Arquidiocese de Olinda e Recife

APEJE – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano

APENOPE – Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco

APMR – Associação Pernambucana de Médicos Residentes

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

BB – Banco do Brasil

BNH – Banco Nacional da Habitação

CBA – Comitê Brasileiro pela Anistia

CCSA – Centro de Ciências Sociais e Aplicadas

CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas

CDES – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

CEAS – Centro de Estudos e Ação Social

CEB – Comunidades Eclesiais de Base

CEBRADE – Centro Brasil Democrático

CEDAC – Centro de Ação Comunitária

CEDEC – Centro de Estudos de Cultura Contemporânea

CELPE – Companhia de Eletricidade de Pernambuco

CIDAS – Centro de Informação, Documentação e Análise Sindical

CHESF – Companhia Hidro Elétrica do São Francisco

CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes

CGT – Comando Geral dos Trabalhadores

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNM – Confederação Nacional dos Metalúrgicos

CNRM – Comissão Nacional de Residência Médica

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CNTI – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria

CONCLAT – Para um melhor entendimento, ver nota de rodapé [1].

CONDEPE/FIDEM – Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco

COPEMO – Comissão Permanente de Mobilização e Organização da Classe

CTB – Confederação dos Trabalhadores do Brasil

CTU – Companhia de Transporte Urbano de Recife

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

DP – Diário de Pernambuco

DRT – Delegacia Regional do Trabalho

DUO – Diário Oficial da União

DRT – Delegacia Regional do Trabalho

EMTU – Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos

ENTOES – Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical

ESG – Escola Superior de Guerra

FESP – Fundação de Ensino Superior de Pernambuco (atual UPE)

FETAPE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FIEPE – Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco

FMI – Fundo Monetário Internacional

FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco

---

[1] A sigla CONCLAT é utilizada, neste trabalho, para designar quatro situações diferentes: a) A CONCLAT (*I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora*), conferência, realizada em 1981, de onde saiu a Comissão Pró-CUT; b) O CONCLAT (*I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora*), congresso, realizado em agosto de 1983, que resultou na criação da CUT; c) O "CONCLAT" (*I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora*), congresso, realizado em novembro de 1983, formado pelos sindicalistas ligados ao "bloco da reforma". Obs.: para diferenciar este congresso daquele, de mesmo nome, realizado em agosto pelo sindicalistas da CUT, decidiamos "aspiar" a sigla desse congresso; d) A CONCLAT (*Coordenação Nacional da Classe trabalhadora*), entidade de caráter nacional, criada pela "Unidade Sindical" e seus aliados, em 1983, denominada de CGT em 1986.

FUSAM – Fundação de Saúde Amaury de Medeiros

IAPs – Institutos de Aposentadorias e Pensões

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IEPES – Instituto de Estudos Políticos e Sociais

INAMPS – Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social

INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor

IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

IPM – Inquérito Policial Militar

JC – Jornal do Commercio

JCJ – Juntas de Conciliação e Julgamento

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro

MTIC – Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

NAPPT – Núcleo Ampliado de Professores do Partido dos Trabalhadores

PAEG – Plano de Ação Econômica do Governo

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PIB – Produto Interno Bruto

PPGH – Programa de Pós-Graduação em História

PSD – Partido Social Democrático

PSP – Partido Social Progressista

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

RMR – Região Metropolitana do Recife

SAB – Sociedades Amigos de Bairro

SINPRO-PE – Sindicato dos Professores no Estado de Pernambuco (rede particular)

STF – Supremo Tribunal Federal

STTREPE – Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Pernambuco

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

TRT – Tribunal Regional do Trabalho

UDN – União Democrática Nacional

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco

SUMÁRIO

Resumo

Abstract

Lista de Abreviaturas e Siglas

Introdução 16

Capítulo 1 – O primeiro governo Vargas: o estado corporativista e a montagem do sindicalismo de Estado (1930-1945) 38

1.1. O modelo corporativista e a proposta de um sindicalismo de Estado 39

1.2. O governo Vargas e a primeira fase do sindicalismo de Estado (1930-1934) 45

1.3. O governo Vargas e a segunda fase do sindicalismo de Estado (1934-1937) 56

1.4. O governo Vargas e a terceira fase do sindicalismo de Estado (1937-1943) 59

Capítulo 2 – O interregno democrático: o sindicalismo de Estado e a atuação dos "velhos sindicalistas" (1945-1964) 72

Capítulo 3 – O regime civil-militar: o aperfeiçoamento do sindicalismo de Estado (1964-1978) 93

3.1. O regime civil militar e a modernização conservadora do país 94

3.2. A política de controle sindical 97

3.3. O controle das greves e o arrocho salarial 112

Capítulo 4 – Em busca dos antecedentes: as sementes do "Novo sindicalismo" urbano em Pernambuco (1974-1978) 124

Capítulo 5 – Uma das histórias esquecidas: ditadura civil-militar e "Novo sindicalismo" urbano em Pernambuco (1979-1984) 154

5.1. 1979: trabalhadores em movimento 158

5.1.1. O "Novo sindicalismo" fura o asfalto 158

5.1.2. Enfim, o Leão do Norte acordou 167

5.1.3. Análises de um ano grevista 199

5.2. 1980: é a vez dos professores universitários 215

5.3. 1981: a vitória da oposição 220

5.4. 1982: os dilemas se fazem presentes 241

5.5. 1983: problemas na economia e povo nas ruas 253

5.6. 1984: greves em meio ao crepúsculo dos deuses 279

Capítulo 6 – Para onde caminhou o "Novo sindicalismo" urbano em Pernambuco? 288

Considerações Finais 301

Referências Bibliográficas 304

Apêndices 326

Anexos 352



(Figura I – O professor e a aluna. Fonte: Charge. **Jornal do Commercio**, 31 mai. 1979).

INTRODUÇÃO

Esta poderia ser uma história diferente.
Com heróis, santos, fadas boas e milagres.
Infelizmente, tudo isso é raro na América Latina.
Herói – apenas o povo anônimo que consegue sobreviver.
Santos e fadas – existem até demais.
Só que não conseguem o milagre por que tanto almeja o povo:
o da justiça social.
(Dom Helder Camara)

A ideia inicial deste trabalho não era esta a que se vê agora. Quando formulamos e submetemos o Projeto desta pesquisa, há quase dois anos, para o ingresso ao PPGH-UFPE, queríamos apenas analisar como havia se dado a atuação do movimento sindical urbano em Pernambuco nos anos finais da "ditadura civil-militar" [2], haja vista a grande movimentação sindical durante esse período e a carência de trabalhos acadêmicos a respeito. Entretanto, no decorrer da pesquisa, foram surgindo, paulatinamente, muitas outras indagações e questões sobre o tema, pois como afirma Karel Kosik, "*[...] a realidade não se apresenta aos homens, à primeira vista*" [3], mas sim através de uma exaustiva e criteriosa análise interpretativa. Sendo assim, seguimos as orientações de José D'Assunção Barros ao lembrar-nos que:

> Ao se deparar com novas formas, ao reformular hipóteses, ao se confrontar com as inevitáveis dificuldades, ao produzir novos vislumbres de caminhos possíveis, ou ao amadurecer no decorrer do próprio processo de pesquisa, o investigador deverá estar preparado para lidar com mudanças, para abandonar roteiros, para antecipar ou retardar etapas, para se desfazer de um

[2] Aqui precisam ser esclarecidos dois aspectos. *Primeiro*, a expressão "ditadura" é polissêmica. Uns preferem classificar o período entre 1964 e 1985 como um "regime autoritário", alguns de "regime autocrático", e outros ainda de "Estado de exceção". Segundo Noberto Bobbio, apesar da distinção, e das pequenas diferenças, todos eles se referem ao mesmo conceito: "regimes não-democráticos". Para ele, a melhor definição a ser utilizada é a de "ditadura", pois, a seu ver, as democracias, em si, podem ser mais ou menos democráticas. Mas, não sendo democracia, não há outro termo a usar senão "ditadura". Neste trabalho, portanto, tomando como base os ensinamentos de Bobbio, utilizaremos a definição de "ditadura" para os anos de 1964 a 1985, em que vigorou um "regime não-democrático" no Brasil. BOBBIO, Norberto**. Teoria geral da política**: a filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro: Campus, 2000, p. 371-471. *Segundo*, é fundamental ressaltar que não consideramos o movimento de derrubada do governo constitucional de João Goulart, em 31 de março de 1964, como um mero e exclusivo golpe lançado pelos militares. Baseando-nos em René Dreifuss, consideramos o ocorrido como um "*movimento civil-militar*", uma vez que contou com o apoio de parte expressiva da sociedade brasileira. DREIFUSS, René Armand. **1964**: a conquista do estado. Ação politica, poder e golpe de classe. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986, p. 397. grifo nosso.

[3] KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 10.

> instrumento de pesquisa em favor do outro, para repensar as esquematizações teóricas que até ali haviam orientado seu pensamento [4].

Reformulando a proposta inicial de nosso trabalho, acrescentamos em seu lugar novas problematizações e hipóteses. A partir de então, começamos a perceber que, diferentemente do que imaginávamos de início, o recorte temporal de nossa investigação histórica é muito mais complexo do que se pode perceber à primeira vista. Isto é, representa apenas uma ponta de um iceberg, um número-índice, "*[...] o elo mais ostensivo de uma cadeia dotada de sentido*", no dizer de Alfredo Bosi [5]. Os anos finais do regime civil-militar acabaram por se apresentar como um dos mais intensos na história da sociedade brasileira. Esse período constitui-se, assim, em um marco decisivo na trajetória do povo brasileiro, dada a natureza e as proporções das transformações ocorridas no período.

Paralelamente à atuação da "oposição de elite" em favor da redemocratização [6], os anos finais do regime civil-militar viram (re)surgir e/ou fortalecer diversos movimentos sociais no país. Nos bairros, por exemplo, as CEBs nuclearam movimentos como os do custo de vida, das creches, da saúde e dos loteamentos clandestinos. Nas ruas, o CBA denunciou "desaparecimentos" e divulgou a necessidade de uma anistia ampla, geral e irrestrita. Nas favelas, a crescente organização dos moradores resultou na criação de associações com força de representação para reivindicar a legalização dos terrenos ocupados. Nas empresas, diversos trabalhadores "cruzaram os braços" e decretaram greve aos seus patrões. De um lado ou de outro, diversos movimentos sociais despontaram à cena pública do país, revelando a face de sujeitos históricos até então ocultos (ou com as vozes sufocadas) pelo regime civil-militar.

O "vento" de transformações do período também "soprou" no interior de muitos sindicatos brasileiros. A partir dos espaços abertos no período e seguindo o caminho de luta de outros movimentos sociais, diversas novas lideranças – eleitas no final da década de 1970 – retomaram os sindicatos das mãos de direções "imobilistas", "burocráticas" e "acomodadas" e procuraram dar um novo rumo à entidade.

As novas lideranças encabeçaram inúmeras greves em quase todo território nacional, incorporando categorias e segmentos de trabalhadores que jamais haviam experimentado o confronto direto; propiciaram o aumento do número de trabalhadores sindicalizados; articularam uma rede funcional de alianças entre as organizações de base, a "oposição de elite",

---

[4] BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa em história**: da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005, p. 10.

[5] BOSI, Alfredo. O tempo e os tempos. In: NOVAES, Adauto (Org.). **Tempo e história**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal da Cultura, 1992, p. 19.

[6] Maria Helena M. Alves chamou "oposição de elite" às seguintes entidades: a CNBB, a OAB, a ABI e o MDB. ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil**: 1964-1984. São Paulo: Edusc, 2005, p. 263.

os movimentos sociais e os sindicatos; defenderam a organização dos trabalhadores pela base nas unidades de produção e a constituição de comissões de empresa no interior das fábricas; procuraram dinamizar e introduzir, nas campanhas salariais anuais, elementos efetivos de mobilização das bases e de negociação com os empresários; e realizaram diversas assembleias e congressos a respeito de reposições salariais, melhores condições de trabalho, eleições diretas para todos os níveis da representação política, direito de greve e de organizar sindicatos sem interferência do Estado com a revisão da CLT, entre outros [7].

O papel, mais "combativo" e "reivindicativo", desempenhado por esses sindicatos (especialmente o de São Bernardo do Campo – na época o mais influente do país), levou muitos trabalhadores, jornalistas, líderes e estudiosos do assunto a afirmarem que os anos finais do regime civil-militar marcariam uma "ruptura total" na história do sindicalismo brasileiro. E assim, poderiam ser classificado como um "Novo sindicalismo" [8]. Em entrevista, Lula afirmou, por exemplo, que com as greves do ABC haviam iniciado "*[...]* ***uma nova era no sindicalismo brasileiro***" [9].

> Historicamente, está começando a segunda etapa do sindicalismo brasileiro. Não mais o sindicalismo dos tempos de Getúlio, ou de Jango, baseado na confiança e na expectativa do governo. Hoje está nascendo um sindicalismo novo, sem esperança do governo e sem meios-termos com os patrões. Sindicalismo que vê claro o centro do problema: o problema político, problema de luta de classe. Esse sindicalismo está nascendo lentamente [...] sindicalismo novo, verdadeiro [...] [10].

Na ótica desses indivíduos, o movimento sindical no Brasil representava uma história de "trevas" [11], pois era marcada, grosso modo, por três aspectos: primeiro, por um "sindicalismo de Estado" [12]; segundo, por uma prática sindical de cúpula e "pelega", entre os

---

[7] É importante destacar que, enquanto na maioria dos países ocidentais, o final dos anos 70 e início de 80 viu diminuir a taxa de sindicalização, no Brasil, por outro lado, a movimentação sindical durante esse período "*[...] foi crescente, não se limitando ao segmento operário, mas incorporando os trabalhadores rurais, os trabalhadores em serviços, os funcionários públicos e os trabalhadores universitários. Esse fato faz do sindicalismo brasileiro um dos mais abrangentes do mundo [...]*". BARELLI, Walter. Trabalhadores influenciam nas decisões. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: Fundação Seade, v. 4, n. 1, p. 6-10, jan./mar. 1990, p. 8.

[8] Apesar de fazer parte do vocabulário comum dos analistas sociais, é preciso, pois, certo cuidado com a utilização da noção de "Novo sindicalismo". Aqui, faço minhas as palavras de Marcelo Badaró Mattos: "*As aspas que circundavam a expressão novo sindicalismo deviam-se tanto a seu uso corrente pela literatura especializada, quanto a minha insegurança diante de uma categoria que começava a manejar*". MATTOS, Marcelo Badaró. **Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)**. 338 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1996, p. 2.

[9] NAPPT/SP (org.). **Lula**: entrevistas e discursos. 2. ed. Guarulhos, SP: O Repórter de Guarulhos, 1981, p. 167.

[10] Documento elaborado pela OSM-SP, citado por: MATTOS, op. cit. (1996), p. 75.

[11] Esse ponto de vista pode ser visto claramente nas falas de Luiz Inácio da Silva (o Lula) durante esse período. Ver, por exemplo: NAPPT/SP, op. cit. (1981), p. 29.

[12] Segundo Boito Jr., "sindicalismo de Estado" é o sindicato que existe e atua dentro dos marcos do Estado, mais precisamente dentro dos limites da "estrutura sindical oficial". A implantação do sindicalismo de Estado ocorreu após 1930 com a criação das leis sindicais que, se, por um lado, deram reconhecimento legal às entidades

anos de 1945-1964, denominada de "Velho sindicalismo" [13]; e terceiro, por um sindicalismo "pelego", "assistencialista" e "burocratizado" durante o regime civil-militar.

O que defendemos neste trabalho é que o "Novo sindicalismo" se constituiu em um movimento não de *ruptura*, mas sim de *mudanças* e de *permanências* em relação ao passado do sindicalismo brasileiro. A nosso ver, os aspectos de maiores mudanças trazidas pelo "Novo sindicalismo" ocorreram em relação às diretorias "pelegas" vigentes no regime civil-militar. Como argumentou Wilma Mangabeira, no que diz respeito a essas diretorias, o "Novo sindicalismo" foi *mais combativo* (por sua tendência a recorrer a greves, formas de luta escolhidas, uso político dos canais legais existentes e introduzir temas que contestavam a organização da produção), *mais representativo da base* (pois admitia novos protagonistas como líderes, estimulava a representação nos locais de trabalho, procurava expandir as bases de participação por meio da organização de campanhas de sindicalização e admitia eleições sindicais sistemáticas realizadas em condições de maior liberdade e competição), e *mais reivindicativo* (porque representava uma arena de lutas em defesa de direitos sociais e políticos e questionava os próprios limites do Estado [14].

A "ruptura" – tão apregoada pelas "novos sindicalistas" e compartilhada também por inúmeros cientistas sociais [15] – não ocorreu por dois motivos básicos: em primeiro lugar, porque, embora a grande maioria dos sindicatos desse período tenha falado, inúmeras vezes, em meio à radicalidade do período [16], em "quebrar", "desmontar" ou "implodir" a estrutura

---

sindicais e atendimento a certos direitos dos trabalhadores, por outro, funcionaram como um eficaz mecanismo de desorganização da luta sindical. Os governos posteriores, tanto o democrático quanto o ditatorial, não acabaram, mas continuaram e, em certa medida, "aperfeiçoaram" esse modelo de sindicalismo no país. BOITO JUNIOR, Armando. **O sindicalismo de Estado no Brasil**: uma análise crítica da estrutura sindical. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; São Paulo: HUCITEC, 1991a, p. 11-18.

[13] Percebe-se claramente que a expressão "Velho sindicalismo" é um conceito permeado de conteúdo ideológico, pois, entre outras questões, está relacionado à questão de "vencer o oponente através de uma disputa de palavras". É um discurso ideológico, portanto, segundo Mikhail Bakhtin, pois "*[...] reflete, de um modo mais ou menos evidente, os interesses, as interpretações de determinados grupos, capazes num dado momento histórico, de fazer valer a sua concepção de mundo*". BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec. 1990, p. 95.

[14] MANGABEIRA, Wilma. **Dilemas do novo sindicalismo**: democracia e política em Volta Redonda. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1993, p. 14-15.

[15] A utilização do conceito "Novo sindicalismo" encontrou campo fértil para seu enraizamento, pois o rótulo do "novo" parece exercer grande encantamento em nossa sociedade ("Estado Novo", "Brasil Novo", "Nova esquerda", "Nova República", "Bossa Nova", "Cinema Novo", "Novo capitalismo", "Novo sindicalismo" etc.).

[16] Anos depois, em discurso ao CDES, o próprio Lula lembrou que muitas das frases ditas durante o "Novo sindicalismo" ocorreram em meio à radicalidade do período: "*Pego a minha experiência de vinte anos no movimento sindical, e fico olhando a quantidade de coisas que eu falei e falava porque era moda falar, mas que não tinham substância para sustentar na hora em que você pega no concreto. Na hora em que você entra no 'pão-pão, queijo-queijo' tem uma diferença, e tem determinadas coisas que não podem ser um debate eminentemente ideológico, ele é real*". Biocombustível é assunto de soberania nacional, diz Lula. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 17 jul. 2007.

sindical oficial criada no país desde o primeiro governo Vargas (1930-1945) [17], o "Novo sindicalismo" preservou inúmeros aspectos desta mesma estrutura [18]. Ainda que os sindicatos do tipo "Novo sindicalismo" tenham se mostrado capazes de "burlar" algumas das regras existentes, não puderam e/ou não quiseram criar ou impor novas leis, isto é, romper com a condição de "sindicatos de Estado". E em segundo lugar, porque a maioria das ações grevistas desempenhadas pelos sindicatos do tipo "Novo sindicalismo" – passeatas, comícios, piquetes, assembleias etc. – não constituiu, de fato, uma novidade no sindicalismo brasileiro, isto é, não configurou o *nascimento* de um "Novo sindicalismo", mas sim o *reaparecimento* de inúmeros discursos e práticas já lançados entre os anos de 1945 e 1964 [19]. Em outras palavras, muito da prática e da temática reivindicativa do "Novo sindicalismo" já estavam presentes nos sindicatos antes do início da retomada da ação grevista no país no final dos anos 70. Neste sentido, Fernando Teixeira da Silva e Antônio Luigi Negro argumentaram que as greves ocorridas em fins da década de 1970 e início de 1980 foram espetaculares, mas não originais, uma vez que se assemelhavam às intensas mobilizações do período 1945-1964 [20].

Como se pode perceber, não acreditamos que a retomada das atividades sindicais no final da década de 1970 significou uma *ruptura* com as experiências passadas. A nosso ver, uma tendência nova não faz desaparecer necessariamente a precedente, mas pode somar-se a ela, contradizê-la ou complementá-la. Em muitos casos, o passado persiste e age sobre o atual. Certo simplismo quer fazer crer que a ideia do *novo* anula uma prática anterior. Temos de saber observar uma realidade plural, contraditória e diversificada, em que coexistem e se cruzam vários dinamismos. Neste sentido, como afirma Cecília Mariz: "*[...] toda tradição permanece viva porque é dinamicamente reinventada em seu cotidiano*" [21].

---

[17] A frase a seguir proferida por Lula é um bom indicativo dessa questão: "*Eu acho que não podemos apenas ficar na crítica de que ela é fascista [a estrutura sindical brasileira],* ***nós temos é que rompê-la*** *[...]*". DANTAS JUNIOR, Altino. **Lula sem censura**: "... e aí a peãozada partiu pro pau". Petrópolis: Vozes, 1981, p. 77.

[18] Neste sentido, parafraseando Maria D'Araujo, podemos dizer que "*[...] a era Vargas teve uma sobrevida inesperada*". D'ARAUJO, Maria Celina. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil republicano**. v. 2. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 226.

[19] Essa questão foi levantada por Marcelo Badaró Mattos da seguinte forma: "*[...] o novo sindicalismo, ao negligenciar a experiência pré-64, não percebeu que os instrumentos de participação e mobilização apresentados como novidade (os comitês de fábrica, por exemplo), eram há muito conhecidos e desenvolvidos*". MATTOS, op. cit. (1996), p. 236.

[20] SILVA, Fernando Teixeira da; NEGRO, Antônio Luigi. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil republicano**. 2. ed. v. 3. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 91.

[21] MARIZ, Cecília. Uma análise sociológica das religiões no Brasil: tradições e mudanças. In: **Cadernos Adenauer**: Fé, vida e participação, São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, v. 9, nov. 2000, p. 9.

O objetivo deste trabalho consiste, portanto, em analisar o "Novo sindicalismo" urbano, no Estado de Pernambuco, entre os anos de 1979 e 1984, identificando, em seu processo de constituição, os elementos de "mudanças" e de "permanências" em relação às atividades sindicais anteriores. Em outras palavras, não nos interessa apreender o "Novo sindicalismo" urbano de Pernambuco, entre os anos de 1979 a 1984, separadamente das atividades sindicais que lhe antecederam, como elos estruturantes e sequenciados apenas de uma cadeia histórico-temporal. Procuramos entender e explicar a atuação desse movimento a partir de ações que se produziram em condições históricas distintas, mas que mantiveram diversos elementos de mudanças e de permanências com a lógica do passado.

> Sob o olhar atento e informado pela longa duração da história, as propostas sindicais e operárias que surgem no cenário social brasileiro, desde o final dos 70 até meados dos 80, não apresentam um caráter tão inovador como querem fazer crer alguns sindicalistas e grande parte dos estudiosos das questões operárias e sindicais, na sociedade brasileira [22].

Interessa-nos, portanto, apreender como e em que o "Novo sindicalismo" urbano continha, reproduzia e rompia com o "Velho sindicalismo" [23]. Como se verá no decorrer do trabalho, segundo nosso entendimento, o "Novo sindicalismo" urbano de Pernambuco não representou uma "ruptura", mas sim um processo que conteve linhas de mudanças e de permanências em relação ao passado. É importante destacar que, para este trabalho, *restringimo-nos apenas ao sindicalismo urbano de Pernambuco*. As diferenças entre a área urbana e rural são imensas e um trabalho desta natureza não comportaria analisá-las [24]. Na área rural, o processo de renovação das direções sindicais se deu mais rapidamente [25].

---

[22] BLASS, Leila Maria da Silva. Novo sindicalismo: persistência e descontinuidade. In: RODRIGUES, Iram Jácome (Org.). **O novo sindicalismo**: vinte anos depois. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, p. 37, grifo nosso.

[23] É bom que se registre que o uso dos termos, "Novo sindicalismo" e "Velho sindicalismo", utilizados neste trabalho, não pretende significar que postulemos a crença de que o "novo" seja melhor/promissor e o "velho" pior/ultrapassado, mas visa a pontuar como se convencionou chamar os dois períodos históricos do sindicalismo brasileiro. Se, em alguns aspectos, criticamos a expressão "Novo sindicalismo" – pois não concordamos com o seu aspecto de "ruptura" em relação ao passado –, isto não significa dizer que ela deva ser descartada dos compêndios da História, uma vez que se fazendo isso está se "jogando fora a criança, junto com a água do banho" e, porque, a nosso ver, ainda hoje a expressão tem alguma validez como noção explicativa para a atuação do sindicalismo brasileiro nos anos finais da década de 1970 e início de 1980.

[24] Para uma maior compreensão acerca do "Novo sindicalismo" no meio rural pernambucano, ver, especialmente: ANDRADE, Sandra Maria Correia. **Ação sindical no campo a partir da década de 70**: o caso dos trabalhadores canavieiros de Pernambuco. 1999. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas São Paulo: Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999; Resistência forjada nos canaviais. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-3, 4 out. 2009; ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o sindicalismo rural**: lutas, partidos, projetos. Recife: Editora Universitária da UFPE/Editora Oito de Março, 2005; NOVAES, Regina Reyes. Continuidades e rupturas no sindicalismo rural. In: BOITO JR., Armando. (Org.). **O Sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

[25] Essa questão pode ser vista, por exemplo, na seguinte fala de Lula: "*O que é muito importante dizer é o seguinte: hoje eu acho que os trabalhadores rurais, principalmente os do norte e nordeste, estão mais preparados do que os trabalhadores urbanos. Particularmente os dirigentes sindicais estão muito mais*

> A expressão mais elevada deste novo sindicalismo rural concentra-se na Zona da Mata de Pernambuco, onde a perfeita articulação entre a Federação [a FETAPE] e um expressivo e ativo grupo de sindicatos conseguiu atingir um nível de organização e mobilização capaz de desencadear movimentos grevistas, envolvendo 200 mil trabalhadores, em três campanhas salariais sucessivas (1979, 1980 e 1982) [26].

Na área urbana de Pernambuco, por outro lado, o processo de renovação das direções sindicais ocorreu de maneira lenta. Nesta região – mesmo no final da década de 1970, quando já se apresentavam algumas lideranças "combativas" em outros estados brasileiros –, os dirigentes sindicais estavam desligados de qualquer trabalho de base e, em geral, contrários à proposta de reformas efetivas e profundas na legislação sindical. A movimentação existente na área urbana se deu, primeiramente, *à revelia* das lideranças sindicais, através do trabalho de um pequeno grupo de oposição nos bastidores dos sindicatos; depois, tendo o Sindicato dos Metalúrgicos como o principal pólo "combativo" da região; e, por fim, de maneira mais ampla e efetiva – porém mais curta – após o fim da ditadura até a eleição de Collor em 1989.

O interesse pelo espaço "Pernambuco" para estudo adveio de que, apesar de ter, atualmente, uma relativa quantidade de produção acadêmica a respeito do "Novo sindicalismo" urbano no país como um todo, há ainda uma profunda restrição apresentada por essas obras quanto ao espaço histórico a ser analisado. Pois a grande maioria dos estudos acerca da temática expõe um espaço muito ligado ao eixo RJ-SP, permanecendo, assim, pouco conhecido e privilegiado o objeto de estudo da nossa análise. Parafraseando Lucia Lippi: "***Nada melhor que o silêncio para garantir o esquecimento***" [27].

Silvia Regina Ferraz Petersen ressaltou, por exemplo, a vital importância dos "estudos regionais" (entenda-se por regional a história construída nos limites dos estados da federação), que podem servir para desfazer certos estereótipos sobre o movimento sindical brasileiro e/ou pode levar as investigações a respeito da temática a um patamar nacionalmente mais representativo ou localmente mais específico. Contudo, para a autora, os "estudos regionais" devem ser analisados na "inter-relação" com a dimensão nacional ou global, ou seja, no diálogo efetivo com o eixo RJ-SP.

---

preparados e ***há um número muito maior de dirigentes sindicais combativos na área rural do que na área urbana****. Isso apenas para demonstrar que é necessário acabar com esse preconceito de que camponês é um bobo, é um trouxa, e esperto é o cara da cidade. Bobo é quem saiu da sua terra pra vir pra cá, quem está lá é que é esperto*". Cf. Depoimento de Lula, citado por: DANTAS JUNIOR, op. cit. (1981), p. 78.

[26] SOARES, José Arlindo. Pernambuco e Paraíba: tendências atuais do sindicalismo no Nordeste: modernização conservadora ou mobilização social. In: CEDEC. **Sindicatos em uma época de crise**. Petrópolis, RJ: 1984, p. 90.

[27] OLIVEIRA, Lucia Lippi et al. **Estado Novo**: ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1982, p. 7, grifo nosso.

Isto não significa dizer que essa autora proponha tirar conclusões "nacionais" generalizantes a partir de temas corretamente restritos ou regionais. O que a autora se refere, portanto, é à descoberta de vínculos múltipos e perdidos que podem tanto enriquecer o perfil de processos e atores sociais já tão descaracterizados na memória historiográfica, como é o caso, por exemplo, da história de lutas dos trabalhadores fora do eixo RJ-SP, bem como enriquecer substancialmente "*[...] a compreensão de alguns processos ou circunstâncias, iluminando de modo distinto o que foi produzido e talvez contribuindo de alguma forma para entender as complicadas relações do particular com o geral, do regional com o nacional*" [28].

Dentro dessa questão situa-se também um dos nossos objetivos, ou seja, a partir da reconstrução histórica das paralisações e greves em Pernambuco durante os anos de 1979 a 1984, buscamos dar luz e voz àqueles trabalhadores que foram jogados nas "trevas" da historiografia. Pois como dizia a música "Mack the Knife" de Bertolt Brecht: "*Alguns há que vivem nas trevas. Enquanto que outros vivem na luz. Podem-se ver os que vivem na luz. Os que vivem nas trevas não são vistos*".

Embora dediquemos uma cuidadosa atenção sobre Pernambuco, aqui não se trata de um texto meramente provinciano. Iremos fazer, no curso desta dissertação, na medida do possível, várias "inter-relações", isto é, inúmeras articulações, entre o movimento sindical em Pernambuco e a dimensão nacional.

O interesse pelo período que escolhemos adveio do fato de ter se caracterizado como um momento de forte pressão política e econômica no país. Como também por ter o movimento sindical se diversificado bastante, se expandido e abarcado novos personagens, se transformando em protagonista das demandas políticas e sociais de parcelas significativas das classes trabalhadoras, trazendo para a esfera pública amplos contingentes, que, até então, não tinham maior participação no processo político. Durante esse período, diversos sindicatos atravessaram um período de reorientação de estratégias; abriram espaços para a reformulação de alguns de seus discursos e práticas; assumiram novas formas de atuação e de combate; e experimentaram diferentes reivindicações e aspirações.

Ainda a respeito de nosso recorte histórico é importante esclarecermos os motivos que nos levaram a tecer o marco cronológico entre os anos de *1979* e *1984*. A grande maioria dos cientistas sociais – baseando-se na experiência e na atuação do Sindicato dos Metalúrgicos de

[28] PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 3, n. 3, p. 129-153, jun. 1995, p. 133-134.

São Bernardo do Campo – denomina de "Novo sindicalismo" os anos que foram de 1978 a 1989 [29]. A periodização mais usual, entre eles, consta no Quadro I.

Quadro I – Periodização corrente do "Novo sindicalismo" *	
Primeira fase (1978-1984)	
1978-1979	Fase a qual estouram várias e importantes greves – concentradas principalmente no setor metalúrgico, privado e paulista – e levaram alguns sindicatos à cena política do país.
1980-1982	Fase marcada pela retração do movimento grevista em função de particulares alterações políticas e econômicas: o início do período recessivo, a instabilidade do processo de transição e o aumento das reações governamentais e empresariais às pressões sindicais. Nessa fase, driblando as circunstâncias desfavoráveis à mobilização dos trabalhadores no conflito grevista, a liderança sindical revalorizou a sua organização interna. É o caso, por exemplo, da realização da I CONCLAT, ou seja, o primeiro esforço de articulação nacional.
1983-1984	Fase caracterizada pela relativa retomada das greves do setor privado, especialmente, pela extensão definitiva desse tipo de conflito para o setor público, e pela fundação da CUT.
Segunda fase (1985-1989)	
1985-1989	Fase caracterizada pelo retorno à democracia, pela ampliação das greves e sua disseminação para diversas outras categorias, e, principalmente, pela política "liberalizante" iniciada por Almir Pazzianotto, em 1985, na qualidade de ministro do Trabalho do governo de José Sarney. Essa fase encerra-se com as reformas constitucionais de 1988 e com o crescimento e fortalecimento das políticas econômicas neoliberais a partir da posse de Fernando Collor de Mello, em 1990.
* Nunca é demais insistir que esta periodização – apesar de ser a mais utilizada entre os cientistas sociais – é utilizada tendo em vista apenas à atuação dos sindicatos na região do Rio de Janeiro e de São Paulo, especialmente o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo.	

Fonte: Quadro elaborado pelo autor

Como se pôde ver através do quadro acima, para a tese mais corrente na historiografia, o marco inicial do "Novo sindicalismo" foi as greves metalúrgicas de maio de 1978, ou seja, as primeiras deflagradas após a edição do AI-5, e o marco final foi o ano de 1990, com a posse de Fernando Collor de Mello, cujo crescimento e fortalecimento das políticas econômicas neoliberais (abertura da economia, privatização, desregulamentação das relações trabalhistas etc.) alteraram, então, os rumos do sindicalismo brasileiro.

[29] O "Novo sindicalismo" apresentou, durante o final da década de 1970, dois grupos de sindicalistas que apresentaram um padrão de atuação distinto: de um lado, as "oposições sindicais" (tendo a OSM-SP como modelo), de discurso mais radicalmente crítico em relação à estrutura e prática sindicais oficiais, que procuravam privilegiar as organizações por local de trabalho, não apenas como complemento, mas como alternativa ao sindicato oficial; de outro, os "autênticos" (tendo o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC como exemplo), dirigentes combativos identificados com as propostas de mudança na estrutura sindical oficial, que privilegiavam a atuação por dentro dos sindicatos oficiais. Embora uma análise sobre a prática de ação das "oposições sindicais" seja importante, privilegiamos, neste trabalho, a atuação do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, pois, percebemos que o "Novo sindicalismo" urbano em Pernambuco era, de fato, mais identificado com o modelo e com as ideias dos "autênticos" do ABC. Para uma melhor compreensão sobre as "oposições sindicais", particularmente, sobre a OSM-SP, ver: BATISTONI, Maria Rosângela. **Confronto operário**: a Oposição Sindical Metalúrgica nas greves e nas comissões de fábrica de São Paulo (1978- 1980). São Paulo: IIEP, 2010; FARIA, Hamilton José Barreto de. **A experiência operária nos anos de resistência**: a Oposição Metalúrgica de São Paulo e a dinâmica do movimento operário (1964-1978). (Dissertação em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1986; NOGUEIRA, Arnaldo José França Mazzei. A modernização **conservadora do sindicalismo brasileiro**: a experiência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. São Paulo: EDUC, 1997.

Uma vez que o nosso estudo se trata de uma investigação de âmbito local, pudemos perceber, ao longo de nossas investigações, para o caso do Estado de Pernambuco, uma periodização diferente daquela que é então corrente entre os cientistas sociais. Nesse estado, percebemos o aparecimento do "Novo sindicalismo" a partir do ano de 1979. Esta forma de prática sindical será evidente no Estado de Pernambuco até 1989.

É importante destacar aqui que, por motivos de tempo e espaço, nosso trabalho focalizou apenas a atuação do "Novo sindicalismo" sob os anos finais do regime civil-militar (1979-1984). Esta fase foi caracterizada pela deflagração de greves em diversas categorias (Ver Quadro II) [30] – mesmo que, na maioria das vezes, agindo *à revelia* da direção dos sindicatos [31] –, por um sindicalismo "autêntico" e "combativo" (que teve o Sindicato dos Metalúrgicos como o seu maior exemplo [32]) e pela estruturação e formação da CUT tanto em âmbito nacional quanto local.

Embora um estudo sobre o "Novo sindicalismo" nos anos posteriores, ou seja, de 1985 a 1989, seja um campo bastante promissor e importante para a compreensão da história político-social recente do Estado de Pernambuco, esse período (democrático) traz novas e abrangentes questões que fogem à natureza deste trabalho [33]. Assim, percebe-se que nosso

---

[30] A deflagração dessas greves só pode ser perfeitamente entendida a partir do ponto de vista da "centralidade do trabalho". Segundo Immanuel Wallerstein, o capital busca a todo custo acumular-se e expandir-se. "*Acumula-se capital a fim de se acumular mais capital. Os capitalistas são como camundongos numa roda, correndo sempre mais depressa a fim de correrem ainda mais depressa*". WALLERSTEIN, Immanuel. **O capitalismo histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 34. Como apontou Karl Marx, essa expansão do capital se dá pela extensão da mais-valia (ou seja, elevação contínua da produtividade do trabalho e rebaixamento do salário). Ver: MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1996. As greves que ocorreram e ocorrem dentro da ordem social da modernidade capitalista representam, portanto, a própria *contraditoriedade imanente do sistema capitalista*, isto é, a luta entre o capital (para expandir-se) e a resistência dos trabalhadores (à exploração imposta pelo processo de acumulação privada da riqueza socialmente produzida).

[31] Como observou José Arlindo Soares, a retomada das mobilizações em 79, no Estado de Pernambuco, se deu "*[...] através de organismos* ***surgidos e impulsionados por fora do controle das Direções sindicais***". SOARES, José Arlindo. Os limites do novo sindicalismo no Nordeste. In: **Movimentos sociais para além da dicotomia rural-urbano**. Recife: Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro, 1985, p. 187, grifo nosso.

[32] Se formos considerar o "Novo sindicalismo" como uma forma de atuação sindical, mais "combativa" e "reivindicativa" em relação aos patrões e/ou governo e de "oposição ao sindicalismo populista e burocrático", o Sindicato dos Metalúrgicos – a partir de 1981, com a posse da primeira chapa de "oposição" no estado – é o maior exemplo deste tipo de movimento em Pernambuco. Nas palavras de José Arlindo Soares: "*[...] o grupo de liderança sindical que se formou entre os metalúrgicos nos últimos anos é o mais expressivo na região entre os que se identificam com as posições do chamado 'Novo Sindicalismo', liderado pela tendência do Sindicato de São Bernardo*". Ibid., p. 183.

[33] O retorno à democracia trouxe significativas mudanças para os trabalhadores. Essas mudanças podem ser percebidas, grosso modo, de duas maneiras: primeiro, pelo fato de as atividades grevistas voltarem a subir por volta do final do último governo militar, adquirindo uma grande proporção durante o governo de José Sarney. Em 1989, por exemplo, foram deflagradas 3.164 greves em comparação as 44 do ano de 1980. Não é preciso dizer que um dos fatores subjacentes à atividade grevista aumentada pode ser atribuído ao processo de redemocratização da "Nova República", quando certamente houve maior "tolerância" com respeito ao protesto dos trabalhadores que nos anos de ditadura civil-militar. Uma segunda mudança pode ser percebida no comportamento do Estado em relação às entidades sindicais. Logo no início de seu governo, em 1985, José Sarney convidou Almir Pazzianotto para assumir o Ministério do Trabalho. Este iniciou uma política

objetivo é analisar o "Novo sindicalismo" urbano no Estado de Pernambuco exclusivamente sob o regime civil-militar. Em outras palavras, analisar essa prática sindical desde o seu aparecimento à cena pública no ano de 1979 até o final do regime no ano de 1984.

Quadro II – Greves ocorridas em Pernambuco entre os anos de 1979 e 1984		
Ano	**Categoria**	**Período**
1979	Médicos-residentes	22/05* 03/06 – 19/06
	Professores da rede particular Professores da rede oficial	30/05 – 05-06 30/05 – 04/07
	Motoristas e cobradores de ônibus	31/05 – 01/06
	Caminhoneiros	21/08 – 24/08
	Eletricitários (CELPE) Eletricitários (CHESF)	29/10 – 13/11 31/10 – 04/11
1980	Professores da UFPE Professores da UFRPE	19/11 – 10/12 27/11 – 08/12
1981	Motoristas e cobradores de ônibus	01/10*
	Professores da UFPE/UFRPE	11/11 – 01/12
1982	Médicos-residentes	28/06 – 19/08
	Professores da UFPE/UFRPE Servidores da UFPE/UFRPE	18/11 – 17/12 15/12 – 20/12
1983	"Passeata dos desempregados"	18/05*
	Professores da rede particular	27/05 – 07/06
	"Dia Nacional de Protesto"	21/07*
1984	"Seca-pneu"	07/04*
	Professores da rede particular	04/06 – 11/06
	Médicos-residentes	12/06 – 01/08
	Médicos	19/06* 04/07 – 06/07
	Professores da UFPE/UFRPE Servidores da UFPE/UFRPE	15/05 – 07/08 22/05 – 06/08
* Refere-se às greves com duração de 24horas.		

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

Elegemos analisar o "Novo sindicalismo" urbano em Pernambuco por três razões: em primeiro lugar, pela percepção, através das leituras sobre a história recente do Brasil, de que, mesmo com certo nível de conhecimento já acumulado em relação ao sindicalismo brasileiro entre os anos 1980-1990, ainda falta muito a ser focado, sistematizado e (re)definido; em

"liberalizante", entre as quais cabe destacar: a anistia a todos os sindicalistas cassados pelos governos anteriores, o pedido de revogação da lei que institucionalizava o trabalho aos domingos e feriados no comércio, o cancelamento da emenda de 1978 que proibia a criação de organizações centrais de trabalhadores, a proposta de aumento de 100% do salário mínimo antes de 1° de maio de 1985, a suspensão do controle direto das DRTs sobre as eleições sindicais e a eliminação da prática de intervenção federal e deposição de diretorias sindicais. Para bom um entendimento acerca da relação do governo com os sindicatos durante a "Nova República", ver: KECK, Margareth E. O "novo sindicalismo" na transição brasileira. In: STEPAN, Alfred. (Org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. Como se pode perceber, apenas uma pesquisa específica relativa aos anos de 1985-1989 poderia detectar qual foram as lutas e as posições das entidades sindicais diante da nova conjuntura política, tanto em âmbito nacional quanto local.

segundo lugar, pela enorme quantidade de documentos de valor histórico, muitos já identificados, porém, ainda não contextualizados e divulgados, embora historicizar e publicar essa documentação seja urgente pela falta de literatura sobre a temática; em terceiro lugar, por se tratar da reflexão de um tema tão importante como o dos padrões de organização, mobilização e protesto dos trabalhadores deste país durante um regime ditatorial [34]; e em quarto lugar, por se tratar de um tema que tem recentemente despertado interesse no meio acadêmico, com a criação de centros de documentações e de debates, simpósios, congressos, etc., embora ainda seja relativamente escassa no Nordeste a produção literária a respeito [35].

---

[34] Embora, atualmente, tenha-se insistido amplamente – até mesmo dentro da academia – na pouca necessidade de se estudar temas relacionados ao trabalho, à classe trabalhadora, aos sindicatos, ao capital, à economia etc. A nosso ver, a necessidade de tais estudos é, mais do que nunca, completamente atual. Jürgen Habermas, em entrevista à Folha de S. Paulo, afirmou, por exemplo, que gostaria de ter estudado esses temas mais profundamente para entender o final do século XX. GRESPAN, Jorge Luís da Silva. A ineficácia da Dialética: entrevista com Jürgen Habermas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 26 out. 1997. Caderno Mais!, p. 5.

[35] A produção historiográfica acerca de temas como "trabalhadores", "classe operária" e "sindicatos" no Brasil não é homogênea, progressiva e linear. Ela é marcada por avanços e refluxos. Como no caso de outros países, os primeiros estudos sobre os "trabalhadores" e "classe operária" no Brasil foram produzidos por militantes. Entenda-se por militantes, tanto sindicalistas e ativistas políticos de esquerda, como também jornalistas ou advogados, vinculados de forma direta ao movimento operário. Esta história militante teve um peso considerável na história dos "trabalhadores" e da "classe operária" até meados da década de 1960. A partir desse período começaram a ser desenvolvidos alguns trabalhos, especialmente por sociólogos da USP e da UNICAMP, relacionados à temática, abarcando grandes sínteses, que estabeleciam teorias explicativas do movimento operário e de suas opções ideológicas. Nos anos 1970, os estudos sobre esses temas foram marcados pelos trabalhos dos "brasilianistas". Menos preocupados com grandes explicações teóricas do que uma parte significativa da produção brasileira de até então, os "brasilianistas" introduziram um uso muito mais vasto e rigoroso das fontes, particularmente da imprensa operária. Apenas a partir da década de 1980, período no qual foi marcado pela diminuição da repressão política, pelo crescimento do movimento de contestação aberta à ditadura civil-militar e pela ascensão do movimento operário, cujos traços refletiram numa maior "liberdade acadêmica", que os temas "trabalhadores", "classe operária" e "sindicatos", passaram a ser objeto de estudo entre os "historiadores". Claudio Batalha argumenta que o *interesse tardio* dos historiadores brasileiros pela temática, não pode evidentemente ser explicado sem se levar em conta a situação vivida no Brasil sob o regime civil-militar. Nas palavras do autor: "*A exigência de 'atestados ideológicos' e de serviços internos de informação em várias universidades eram alguns dos entraves menos sutis à plena liberdade acadêmica. Tratar de temas considerados sensíveis pelas autoridades podia significar para muitos assumir riscos exagerados. A dimensão mais sutil da ação repressiva residia precisamente na sua capacidade de levar a que as pessoas se autopoliciassem, exercessem aquilo que no vocabulário do período era conhecido como 'autocensura'*". BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. A historiografia da Classe Operária no Brasil: trajetória e tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2003, p. 152. Foi, portanto, nos anos 80 que o tema viveu seu *momento de glória*. Foram nesses anos que ocorreram o aumento do número de programas de pós-graduação que abriam espaço para o estudo da história dos trabalhadores, dos sindicatos e da classe operária, com o consequente aumento das dissertações sobre o tema. Ao mesmo tempo, o interesse dos editores em publicar estudos dentro desse campo e, especificamente, a aparição em livro de vários desses trabalhos acadêmicos, expressava a crescente receptividade do público leitor. Como afirma Maria H. Capelato: "*O surgimento, nos anos 1970, de movimentos sociais com características particulares e do 'novo sindicalismo' explica a profusão de estudos históricos sobre o movimento operário realizados no início dos anos 1980. Não apenas os sociólogos e os cientistas políticos se voltaram para esse campo de trabalho, mas também os historiadores, que passaram a se dedicar às pesquisas sobre a formação da classe trabalhadora e seu comportamento político, suas condições de vida, formas de organização e aspirações políticas*". CAPELATO, Maria Helena Rolim. Estado Novo: novas histórias. In: FREITAS, op. cit. (2003), p. 185. Entretanto, no início da década de 1990, houve uma considerável perda de interesse dos historiadores acerca da temática, que se traduziu no decréscimo do peso das pesquisas nesse campo, mensurável através da diminuição proporcional das dissertações e das teses sobre o tema e até nas alterações na nomenclatura de alguns programas de pós-graduação em História. O refluxo do tema entre os historiadores tem, de acordo com Claudio

Como é impossível escrever sobre qualquer que seja o assunto sem colher flores dos jardins dos grandes pensadores e líderes que nos legaram seus conhecimentos e experiências, o sumário quadro historiográfico montado ao longo dessa dissertação deve ser compreendido como uma proposta didática de apontamento das obras que nos foram basilares para a compreensão do nosso objeto de estudo. No entanto, é preciso levar em conta que, como em todo quadro, a simplificação é, na maioria das vezes, inadequada e demasiadamente redutora.

De acordo com Norberto Bobbio, toda a série de pesquisas que estudaram a ação dos sindicatos a partir apenas de seu funcionamento interno, isolado, portanto, do contexto social, chegaram, no seu dizer, a "*conclusões teóricas frustrantes*". Para ele, "*[...] o sindicato deve ser analisado* ***no contexto da sociedade*** *em que atua*", isto é, percebendo a influência dos "*[...] diversos fatores e processos próprios da sociedade e do período histórico em que certo tipo de sindicalismo se desenvolve*" [36].

Neste sentido, já que estamos considerando o "Novo sindicalismo" como um "movimento social" e já que acreditamos também que o seu estudo deva ser analisado no contexto da sociedade em que atua, segundo as orientações de José D'Assunção Barros, nosso trabalho insere-se no campo da *História Social* [37]. Sob uma perspectiva que não vê o sindicato, bem como os trabalhadores e sua lutas, simplesmente isolado do contexto geral, mas como um fenômeno integrado na sociedade, onde desempenha um papel central.

Contudo, José D'Assunção lembra que a *História Social* somente pode ser entendida como tal, dentro de uma conexão com o *Político* e o *Econômico* [38]. Assim, como se verá mais adiante, tanto a *dimensão política* será largamente utilizada ao longo do texto – uma vez que analisamos as "relações de poder" entre o Estado brasileiro e os sindicatos –, bem como a *dimensão econômica* – uma vez que analisamos também a relação entre modelo econômico do período e o surgimento do "Novo sindicalismo". Nossa pretensão aqui, portanto, é

Batalha, três explicações: a) a mudança na conjuntura ocorrida em fins da década de 1980, marcada pelo descenso do movimento operário sindical; b) a conjuntura de início dos anos 1980 e o interesse que o movimento operário despertou na sociedade e na academia foram excepcionais e dificilmente se repetirão nos mesmos moldes; c) a crise da esquerda, agravada pelo desmantelamento do socialismo real, que também exerceu um efeito significativo. É importante que se diga que, a despeito dos problemas de diversas ordens enfrentadas pela historiografia da classe trabalhadora e sindical no Brasil, trata-se de uma produção que nos últimos anos vem despertando interesse entre os historiadores, demonstrando vigor e capacidade de inovação, apesar de ainda faltar, como ressalta Claudio Batalha, um maior empenho dos pesquisadores desse campo de estudos na afirmação institucional e dentro do conjunto da disciplina histórica. BATALHA, op. cit. (2003), p. 152-158.

[36] BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 5. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000, p. 1156, grifo nosso.

[37] BARROS, José D'Assunção. **O campo da história**: especialidades e abordagens. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, p. 106-124.

[38] Ibid., p. 119.

perceber o "Novo sindicalismo" dentro da "História Social" na interface com a "História Política" e "Econômica", pois, a nosso ver, "*[...] uma abordagem ou uma prática historiográfica não pode ser rigorosamente enquadrada dentro de um único campo*", isto é, não existem fatos sociais, políticos ou econômicos isolados, mas "*[...] todas as dimensões da realidade social interagem, ou rigorosamente sequer existem como dimensões separadas*" [39]. Utilizando-nos das palavras de Silvia Regina Ferraz Petersen, neste trabalho, consideramos, portanto, a história do movimento sindical como:

> [...] algo mais vasto que a história das organizações sindicais propriamente ditas; seu campo de ação se refere tanto às estruturas sociais, econômicas, culturais e mentais em que aquelas operararam, como à sua dinâmica particular. Quer dizer, um complexo conjunto de relações sociais, processos de mudança, propostas de vida e modelos culturais cujo conhecimento configura um pressuposto para compreender a ação do movimento sindical, suas reivindicações e o significado de suas conquistas. Trata-se de descer do "ente" instituição para suas condições de existência. Não se trata de recusar o objeto, mas de produzir um tipo de investigação que coloque manifesto os fatos e circunstâncias que as visões ideologizadas não podiam ver, ou o próprio avanço da reflexão teórica ainda não permitia. Também podemos pensar nesta questão pela ótica de recuperar as diferentes versões a que um fato está sujeito e não apenas a memória do poder – e construir o acontecido a partir de uma árdua articulação de visões plurais [40].

Vale ressaltar que, embora não façamos a história das *organizações sindicais* propriamente ditas, isto não significa dizer que vamos abordar *exclusivamente* as ações e "experiências" de homens e mulheres que compuseram o movimento sindical daquele período, abandonando, por outro lado, as investigações referentes às instituições. Uma historiografia mais recente tem analisado o movimento sindical não mais sob o ponto de vista institucional (sindicatos, partidos, etc.), mas *exclusivamente* sob a ação dos sujeitos que compõem o movimento ("experiências" de homens e mulheres, cultura operária, etc.). Como argumentou Emília Viotti da Costa, se, por um lado, o movimento sindical não pode ser isolado da ação dos sujeitos – sob pena de cometer uma compreensão parcial do processo –; por outro, ele não pode ser visto desprovido de seus nexos institucionais e estruturais – pois, não sendo assim, acabará se constituindo numa outra forma de reducionismo [41].

Uma vez em que na História cada setor do passado exige uma discussão de problemas específicos e uma elaboração de conceitos e de métodos próprios, no que se refere à

---

[39] BARROS, op. cit. (2010), p. 15.

[40] PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. Ainda o movimento operário como objeto historiográfico. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 5, n. 8, p. 62-78, dez. 1997, p. 73.

[41] COSTA, Emília Viotti da. Estrutura Versus Experiência. Novas Tendências da Historiografia do Movimento Operário e das Classes Trabalhadoras na América Latina: o que se perde e o que se ganha. **BIB** – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, n. 29, p. 3-16, 1º sem. 1990.

metodologia adotada na leitura, análise e interpretação das fontes desta pesquisa, optamos por aderir ao que Paul Feyerabend chamou de "*pluralidade metodológica*" [42]. Isto é, a cada acervo documental diverso, não ficamos presos a um método apenas, mas fizemos uso de diferentes abordagens metodológicas, visto que:

> [...] a pesquisa é uma coisa demasiado séria e demasiado difícil para se tomar a liberdade de confundir a rigidez, que é o contrário da inteligência e da invenção, com o rigor, e se ficar privado deste ou daquele recurso metológico entre os vários que podem ser oferecidos pelo conjunto das tradições intelectuais da disciplina [...] [43].

Levando em consideração o exposto acima e tendo em vista que as fontes utilizadas nesta pesquisa baseiam-se, grosso modo, para fins de exposição, em quatro conjuntos ("documentos sindicais", "testemunhos orais", "revisão bibliográfica" e "jornais"), consideramos pertinente trabalhar cada uma destas coleções documentais a partir de diferentes procedimentos teórico-metológicos.

Em relação aos documentos sindicais (boletins, informativos, jornais, cartazes etc.), seguimos a orientação de Étienne François ao lembrar-nos que a manipulação desses arquivos requer crítica e rigor metológico para não se cair nas armadilhas de seus discursos [44]. Como afirmou José Carlos Reis: "*O olhar do contemporâneo se deixa iludir pelo brilho e barulho de personalidades, gestos, ações e discursos. É somente com algum distanciamento que o seu sentido pode ser interpretado*" [45]. Isto é, sabendo-se que "*[...] os documentos não surgem aqui ou acolá por artes mágicas*" [46], e que tal fonte de dados é oriunda dos sindicatos e de uma central sindical, quer dizer, uma "fonte institucional", o historiador deve estar atento e se posicionar criticamente à sua documentação, uma vez que ela representa o discurso da própria instituição em que foi elaborada. Como notou Angela de Castro Gomes: "*[...] o historiador deve observar 'quando' e 'em que' circunstancias os textos históricos são produzidos*" [47].

---

[42] FEYERABEND, Paul K.. **Contra o método**. Rio de janeiro: Editora Francisco Alves, 1977, p. 41-43.

[43] BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 26.

[44] FRANÇOIS. Étienne. Os "tesouros" da Stasi ou a miragem dos arquivos. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (Orgs.). **Passados recompostos**: campos e canteiros da história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1998, p. 157-158.

[45] REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 7.

[46] BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p. 66.

[47] GOMES, Angela Maria de Castro. **Historia e historiadores**: a política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996, p. 76.

Assim, para que o pesquisador não caia nas armadilhas das múltiplas variações dos discursos de quem elaborou essa documentação, Étienne François afirma que são necessárias quatro exigências do historiador:

- a primeira está ligada à crítica das próprias fontes em que se trabalha. Deste modo, o pesquisador deve sempre se perguntar: Quem constitui as fontes? O que expressam? O que não expressam? A quem diz? Para quê diz? Em que lugar se diz? Em que circunstância se diz. Ou seja, é nesta exigência, como nos lembra João José Reis e Flávio dos Santos Gomes, que: "*[...] o mais sensato é cumprir o bê-á-bá do historiador, lendo criticamente os documentos, identificando as circunstancias e as intenções dos escribas, o que se esconde nas entrelinhas, explorando pequenos indícios, tentando mesmo 'ouvir os silêncios'*" [48];
- a segunda exigência remete à questão de que as "fontes não falam por si mesma", elas só começam a falar quando são questionadas. Vale ressaltar também que a qualidade das respostas depende da qualidade das questões e indagações formuladas. De acordo com Marc Bloch "*[...] os textos ou os documentos arqueológicos, mesmo os aparentes mais claros e mais complacentes, não falam senão quando sabemos interrogá-los*" [49];
- a terceira refere-se ao fato de que "as fontes não dizem tudo", especialmente, numa coleção de documentos produzidos institucionalmente tanto pelos sindicatos quanto por uma central sindical. É importante ter em mente que existem fatos revelados em tal documentação, mas, também, inúmeros escondidos;
- a quarta exigência é de ordem ética. Como afirma Marc Bloch, ao historiador não cabe o julgamento dos fatos históricos, e sim sua compreensão [50].

O segundo conjunto de fontes utilizado para esta pesquisa foram os testemunhos orais, "*[...] os arquivos vivos que são os homens*" [51]. No que diz respeito a esta questão, elaboramos um quadro de entrevistas, pautadas em um questionário com perguntas direcionadas, com as lideranças e sindicalistas que estiveram diretamente envolvidas na retomada do movimento

[48] REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 10.

[49] BLOCH, op. cit. (2001), p. 79.

[50] Ibid., p. 125-128.

[51] LACOUTURE, Jean. A História Imediata. In: LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques. **A história nova**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 316.

sindical em Pernambuco [52]. Deste modo, procurou-se captar dos entrevistados, tanto as suas vivencias e experiências no movimento, "*[...] que são sentidas de forma diferente, levam a posicionamentos diferenciados no seio de uma mesma classe social*" [53], bem como as suas percepções sobre uma gama variada questões do "Novo sindicalismo" urbano: corporativismo, imposto sindical, pluralismo, contrato coletivo de trabalho, justiça do trabalho, greves, cisões e rachas internos, organização por local de trabalho, democracia sindical, papel desempenhado pelo movimento em Pernambuco, a conjuntura política, entre outros temas. Fizemos uso, portanto, das fontes orais, uma vez que seu valor consiste em "*[...] privilegiar a realização de entrevistas com pessoas que participaram de ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo*" [54].

Ora, já que uma parte de nosso estudo se dedicou a analisar as interpretações e visões das obras de alguns autores que trabalharam sob a temática do "Novo sindicalismo", tal revisão bibliográfica constituiu-se, assim, como uma importante fonte de pesquisa para a elaboração de nosso trabalho. Nas palavras de José Carlos Reis: "*Um historiador retoma os seus antecessores com uma dupla finalidade: partir deles e negá-los, conservando-os*" [55]. A seleção das obras, como já foi mencionado, obedeceu ao critério de pertinência ao nosso objeto de estudo.

No tocante ao quarto conjunto de fontes, ou seja, à coletânea de jornais, levamos em consideração as palavras de Maria H. Capelato e de Maria Lígia Prado ao afirmar que: "*Os jornais, se analisados corretamente, permanecem uma das fontes primárias mais ricas tanto para informação sobre os acontecimentos históricos e ideologia, como também para assuntos sociais e econômicos [...]*" [56]. Apesar das sabidas desvantagens de se utilizar os jornais, constatamos que as matérias, em si, não distorceram de maneira significativa os eventos ocorridos naquele período. Assim, selecionamos e analisamos todas as notícias veiculadas

---

[52] Cabe aqui ressaltar que o livro "Usos e Abusos da Historia Oral" foi de grande valia para nós, no sentido de possibilitar um conhecimento teórico dos limites e das possibilidades de converter em fontes os relatos dos sindicalistas. Cf. FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2005.

[53] THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. 3. ed. v. 1. A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 9.

[54] ALBERTI, Verena. **História oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1990, p. 1-2.

[55] REIS, op. cit. (2002), p. 13.

[56] CAPELATO, Maria Helena Rolim; PRADO, Maria Lígia. **O Bravo Matutino**: imprensa e ideologia (o Jornal O Estado de S. Paulo). São Paulo: Alfa-Omega, 1980, p. 176.

pelos dois principais jornais de Pernambuco (DP e JC) que trataram do movimento sindical entre os anos de 1978 a 1984 [57].

Para uma melhor compreensão de nosso objeto de estudo, estruturamos o presente trabalho em seis capítulos:

No primeiro capítulo – **O primeiro governo Vargas: o estado corporativista e a montagem do sindicalismo de Estado (1930-1945)** – analisamos a montagem institucional do sindicalismo de Estado, durante o primeiro governo Vargas, a partir da perspectiva de que a sua criação teve o objetivo tanto de adequar os sindicatos brasileiros ao formato de Estado corporativista emergente e ao processo de mudança econômica que o país atravessava, bem como o de diluir a ação dos trabalhadores, limitando as suas reivindicações e restringindo o campo e a forma de atuação aos parâmetros estabelecidos pelo sistema.

No segundo capítulo – **O interregno democrático: o sindicalismo de Estado e a atuação dos "velhos sindicalistas" (1945-1964)** – analisamos a prática dos "velhos sindicalistas", sob o ponto de vista tanto da atuação do PCB e do PTB, bem como pelas formas de manifestação e mobilização dos trabalhadores no período.

No terceiro capítulo – **O regime civil-militar: o aperfeiçoamento do sindicalismo de Estado (1964-1978)** – buscamos analisar as principais medidas trabalhistas e sindicais, adotadas pelo Estado brasileiro, a partir de 1964. Como se verá mais adiante, muito do (res)surgimento dos trabalhadores à cena política brasileira no final de 1970 e início de 1980 teve significado na luta contra as duras medidas (econômicas, sociais e políticas) adotadas pelo regime civil-militar. Este capítulo apresenta tópicos daquele contexto.

No quarto capítulo – **Em busca dos antecedentes: as sementes do "Novo sindicalismo" urbano em Pernambuco (1974-1978)** – procuramos analisar o contexto histórico em que surgiu o "Novo sindicalismo", no final da década de 1970, defendendo duas questões: primeiro, que o "Novo sindicalismo" não nasceu isoladamente no interior da sociedade brasileira. Ele fez parte de seu contexto histórico. Inseriu-se nos demais movimentos sociais; e segundo, que o "Novo sindicalismo" não despontou à cena política brasileira de uma hora para outra, do nada, mas sim a partir de todo um "trabalho silencioso" nas empresas, fábricas, associações etc.

---

[57] A análise das matérias dos referidos jornais foi de extrema importância para nós, como já argumentou Carlos Guilherme Mota, pois a nosso ver, "*O progresso do conhecimento do passado não se dá apenas pela descoberta de novos documentos. A discussão dos velhos documentos pode trazer novas interpretações e hipóteses, novas formulações de velhos problemas*". MOTA, Carlos Guilherme. Introdução. _____. (Org.). **Brasil em perspectiva**. 21. ed. São Paulo: DIFEL, 2001, p. 13.

No quinto capítulo – **Uma das histórias esquecidas: ditadura civil-militar e "Novo sindicalismo" urbano em Pernambuco (1979-1984)** – dedicamo-nos à análise da retomada do movimento sindical, no Estado de Pernambuco, entre os anos de 1979 e 1984, em seus desdobramentos de lutas internas e externas, greves, estratégias de resistência, discurso, congresso, rachas, articulações, formas de luta, repressão etc.

No último capítulo – **Para onde caminhou o "Novo sindicalismo" urbano em Pernambuco?** – buscamos analisar os principais fatores que levaram o movimento sindical urbano de Pernambuco a uma mudança de rumo, em relação aos seus discursos mais radicais e inflamados, a partir do final da década de 1980.

Tal estruturação nos permitiu concluir que, como todos os demais processos históricos, aqueles em que esteve mergulhado o "Novo sindicalismo" urbano em Pernambuco, entre os anos de 1979 e 1984, não foram estanques, livres de dilemas e de contradições. Como bem alertou Michael Löwy: "*Uma análise dialética é sempre uma análise das contradições internas da realidade [...]. Em nenhuma sociedade existe um consenso total, não existe simplesmente uma ideologia dominante, existem enfrentamentos ideológicos, contradições entre ideologias, utopias ou visões sociais de mundo conflituais, contraditórias*" [58]. Examinada em seu conjunto e em profundidade, o "Novo sindicalismo" apresentou em seu interior uma convivência contraditória de posições e orientações, não só diferentes como, às vezes, opostas uma das outras.

Como se verá ao longo do trabalho, a curta, porém, rica, história do "Novo sindicalismo" urbano de Pernambuco foi um dos períodos mais intensos e complexos da vida sindical brasileira e pernambucana. O "Novo sindicalismo" concentrou grandes esperanças quanto à possibilidade de mudanças radicais na estrutura social brasileira. De fato, em determinado momento, tal movimento serviu de suporte para expectativas utópicas as mais variadas.

Foi, portanto, com a constituição do "Novo sindicalismo" que, por um lapso de tempo, o movimento sindical começou a dar a impressão de que havia, definitivamente, entrado em um novo momento histórico. "*A própria classe trabalhadora mais avançada do país, no ABCD paulista, recusando o passado 'pelego-populista', dizia-se na época, surgiu no cenário nacional como sujeito político*" [59]. Isto é, por um lapso de tempo, o movimento sindical

---

[58] LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social**: elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 2000, p. 16.

[59] FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: _____. (Org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 12.

brasileiro chegou a pensar que havia rompido por completo com a estrutura sindical corporativista do passado, finalmente alcançando a maturidade, e que poderia caminhar para uma atuação autônoma e independente, acreditando, portanto, poder estabelecer uma nova forma de "fazer política" tanto no sentido de uma organização pela base quanto no desenvolvimento de formas mais democráticas de gestão. Como afirmou Jorge Ferreira:

> Agora, saudaram as esquerdas e diversos estudiosos, haveria operários conscientes de sua classe; agora, teríamos um "novo" sindicalismo, bem diferente do "velho"; agora teriam surgido lideranças que, saídas da própria classe, fundaram um partido de trabalhadores e não para os trabalhadores [60].

No entanto, tal pensamento, como se verá ao longo do trabalho, não estava correto em sua totalidade, uma vez que o que se percebeu, passados os anos de 1978 a 1984, foi à caminhada do "Novo sindicalismo" para uma posição cada vez maior de adequação à estrutura sindical corporativista e a passagem de uma política de "confrontação" para um sindicalismo de "cooperação conflitiva" [61]. Claro que, quando falamos nisso, estamos levando em conta as definições e orientações de setores majoritários no interior deste movimento. Isto não exclui, logicamente, como todos os demais processos históricos, a existência de posições contrárias a esta, que lutam para dar outro rumo e outra perspectiva de ação ao movimento.

Motivados pelas palavras lúcidas e coerentes de Eric Hobsbawm, ao afirmar que nós historiadores "*[...] temos uma responsabilidade pelos fatos históricos em geral*" [62], tomamos o desafio de apresentar o presente trabalho na busca de suscitar algumas indagações e problemáticas para uma melhor compreensão da atuação do movimento sindical urbano, no Estado de Pernambuco, entre os anos de 1978 a 1984, mais especificamente os aspectos de mudanças e de permanências deste movimento em relação aos anteriores, pois acreditamos que existem ainda hoje equívocos em muitas interpretações e visões que se tornaram hegemônicas na historiografia brasileira sobre o período. Como lembrou Gérard Lebrun "*Não se critica senão aquilo que nos parece digno de respeito, de atenção e de reflexão*" [63].

---

[60] FERREIRA, op. cit. (2001), p. 11.

[61] É bom que se ressalte que o nosso trabalho não se orientou para um juízo de valor, isto é, não procurou tecer nenhum tipo de julgamento acerca do caminho que o "Novo sindicalismo" seguiu após o final do regime civil-militar. Até mesmo porque, como salientou Denis Bernardes, com o restabelecimento da livre manifestação política (no caso, a redemocratização do país), os grupos, em si, na maioria das vezes, perdem *naturalmente* o caráter heroico e, ou integram-se às regras institucionais de funcionamento da vida política (como, de fato, aconteceu) ou sobrevivem como grupos marginais, sem maior audiência. BERNARDES, Denis. **O patriotismo constitucional**: Pernambuco, 1820-1822. São Paulo: Hucitec, FAFESP; Recife: Editora da UFPE, 2006, p. 178.

[62] HOBSBAWM, Eric J. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 17.

[63] LEBRUN, Gérard. A "realidade nacional" e seus equívocos. In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). **Intelectuais e política no Brasil**: a experiência do ISEB. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p. 199.

Estamos convencidos de que qualquer esquematização, mesmo que didática, excluirá importantes aspectos do "Novo sindicalismo" urbano em Pernambuco entre os anos de 1978 a 1984. Pois a história do movimento sindical não se deixa aprisionar. Ela transborda qualquer método acadêmico. Mesmo assim, na falta de uma alternativa mais adequada, achamos que a divisão proposta pode ajudar o estudo, naquilo que tem ocorrido, nas últimas décadas, no movimento sindical brasileiro, especialmente no caso pernambucano.

É o que almeja o proponente desta dissertação.



(Figura II – O trabalhador amigo do país. Fonte: Charge. **Jornal do Commercio**, 23 set. 1979).

Capítulo **1**

O PRIMEIRO GOVERNO VARGAS: O ESTADO CORPORATIVISTA E A MONTAGEM DO SINDICALISMO DE ESTADO (1930-1945)

Quem trabalha é quem tem razão
Eu digo e não tenho medo de errar
O Bonde de São Januário leva mais um operário
Sou eu que vou trabalhar
Antigamente eu não tinha juízo
Mas hoje eu penso melhor no futuro
Sou feliz, vivo muito bem
A boemia não dá camisa a ninguém
(*O Bonde São Januário*, Wilson Batista e Ataulfo Alves, 1941)

A subida de Getúlio Vargas ao poder, em 3 de novembro de 1930, representou um novo momento na história do Brasil [64]. Foi a partir deste período que o Estado brasileiro, como bem enfatizou Luiz W. Vianna, passou de uma posição "liberal" – postura que vinha sendo adotada no país desde a Constituição de 1891 – em favor de outra "intervencionista" [65].

É característica do primeiro governo Vargas, entre outras medidas: um Estado fortalecido, intervencionista e regulador; um planejamento mais ou menos centralizado; um incentivo e impulso à industrialização e modernização; forte censura e repressão aos opositores do regime; uma procura à integração e construção de uma identidade nacional; e

[64] Embora, tenhamos feito um corte em nosso estudo na década de 30 (período no qual se deu a formação do sindicalismo de Estado no Brasil), isto não significa que postulemos a crença de que tanto a história da classe trabalhadora ou de suas organizações quanto a elaboração das leis trabalhistas e sindicais no Brasil tiveram seu marco inicial no ano de 1930 com a subida de Getúlio Vargas ao poder. Antes desse período, já era possível notar importantes manifestações grevistas no Brasil, geralmente, relacionadas a melhores condições de vida e de trabalho. Como também era possível notar, além da tradicional função policial de impedir greves, dispensar manifestações operárias, prender e expulsar militantes operários de origem estrangeira, a criação por parte do governo de algumas leis trabalhistas e sindicais. Se antes da década de 1930 já havia – mesmo que de maneira descentralizada, efêmera e assentada em bases muito frágeis – alguma relação entre os trabalhadores, os sindicatos e o governo brasileiro, a nosso ver, somente com a ascensão de Vargas ao poder a relação do Estado brasileiro no tratamento com os o operários e as organizações sindicais irá ter uma mudança significante. Nas palavras de Leôncio M. Rodrigues: "*[...] a ascensão de Vargas, no ano de 1930, é um evento básico e constitui o grande marco divisor da história do sindicalismo brasileiro, quaisquer que sejam os critérios que se adotem para interpretá-lo*". RODRIGUES, Leôncio Martins. Sindicalismo e classe operária (1930-1964). In: FAUSTO, Boris (Org.). **História geral da civilização brasileira**. 3. ed. v. 10. t. 3. O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964). São Paulo: DIFEL, 1986, p. 510.

[65] VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

uma íntima associação, não apenas imposta, mas também concertada, entre Estado, patrões e trabalhadores. A ascensão de Vargas representou também uma profunda alteração na relação entre o Estado e os sindicatos. Se na Primeira República, por exemplo, o Estado brasileiro atuou de forma liberal em relação às organizações sindicais, o que se viu a partir de 1930, foi a presença cada vez mais forte do governo na vida associativa dos trabalhadores.

Para se ter uma melhor compreensão dessa nova postura do governo brasileiro em relação aos sindicatos, é necessário ter em mente que, longe de ser uma atitude ingênua e desinteressada, ela fez parte do modelo de um "Estado corporativista" posto em prática no país a partir de 1930.

Neste capítulo, analisamos a montagem institucional do sindicalismo de Estado, durante o primeiro governo Vargas, a partir da perspectiva de que a sua criação teve o objetivo tanto de adequar os sindicatos brasileiros ao formato de Estado corporativista emergente e ao processo de mudança econômica que o país atravessava, bem como o de diluir a ação dos trabalhadores, limitando as suas reivindicações e restringindo o campo e a forma de atuação aos parâmetros estabelecidos pelo sistema.

1.1. O modelo corporativista e a proposta de um sindicalismo de Estado

Como meio de solucionar os efeitos da crise econômica, decorrente da "quebra da bolsa" em 1929, e os impactos do comunismo, diversos países ocidentais romperam com a crença liberal do *laissez-faire*, isto é, da "mão invisível do mercado", da "flexibilidade de preços e salários", e passaram a fortalecer os instrumentos de ação do poder público como um meio de defender a economia nacional.

A forma política que inspirou muitos governos a adotarem esta postura foi o "corporativismo" [66]. Desde o início do século XX, o "modelo corporativista" ganhava vigor em vários países e era apresentado como uma alternativa tanto ao socialismo e ao totalitarismo quanto para o liberalismo. Para os defensores do corporativismo, o "socialismo" era condenado, entre outras coisas, por impor pela força o que seria uma falsa igualdade

[66] Neste trabalho, utilizaremos a expressão "corporativismo" baseando-nos nas considerações feitas por Kenneth P. Erickson. Para ele, um estado corporativista é aquele cuja cultura política e instituições refletem uma concepção hierárquica e orgânica da sociedade. Em suas palavras: "*Sustentando que o bem geral deve prevalecer sobre interesses particulares, este conceito de sociedade confere seu caráter particular a estruturas e processos do sistema político, no qual o Estado serve como árbitro sobre uma hierarquia de associações de empregados e empregadores, organizadas em linhas que refletem as principais atividades econômicas da nação*". ERICKSON, Kenneth Paul. **Sindicalismo no processo político no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979, p. 13.

social, por pregar o materialismo e, ainda, por negar valores tradicionais das culturas e das religiões de cada país.

O "totalitarismo", por sua vez, era assinalado como um modelo que diluía a distinção entre Estado e sociedade e que se caracterizava pela dominação total e a mobilização do indivíduo pelo Estado. E o "liberalismo" era apontado pelos ideólogos do corporativismo como um modelo econômico e social gerador de desigualdades, mas principalmente fomentador de conflitos e de lutas entre as classes [67].

Neste contexto, a proposta de um Estado corporativista era apresentada, por muitos intelectuais, políticos e tenentes, como uma saída intermediária entre os três sistemas político-econômicos acima mencionados. Com o Estado corporativista, buscava-se uma sociedade tradicional estagnante e imóvel, orgânica e hierárquica, sem conflitos nem antagonismos, ou seja, buscava-se, a partir da ideia de um Estado "benfeitor" que "acolhe e protege" o trabalho e o capital [68], manter as hierarquias, diminuindo as desigualdades sociais; evitar o conflito e banir a luta de classes; gerar "harmonia, progresso, desenvolvimento e paz social". O corporativismo substituía, assim, a noção de classe, fruto do liberalismo, pela da "corporação" (grupo capaz de realizar a "moralidade e a solidariedade social").

Segundo os ideólogos do corporativismo, para que este modelo de Estado fosse colocado em prática, o governo precisaria ser investido de mais poder. "*A presença do Estado é justificada como um meio de equilibrar a relação entre o patrão e o trabalhador, que, sob o liberalismo, caracterizava-se pela desigualdade*" [69]. As organizações políticas típicas da

---

[67] Agamenon Magalhães, ex-interventor federal em Pernambuco e um dos grandes ideólogos do Estado varguista, por exemplo, enfatizou, em inúmeras ocasiões, a necessidade urgente da instituição de um Estado "corporativista" no país. Em suas palavras: "*Não somos partidários do Estado Totalitário, mas o Estado, como força de equilíbrio em sua continuidade histórica, tem de intervir para coordenar todos os fatos que, em qualquer esfera social, operem modificação sensível nas relações de ordem coletiva*". Refletindo a respeito da concepção de Estado para Agamenon, Dulce Pandolfi destacou o seguinte: "*Agamenon não aceitava a concepção marxista de Estado, pois, em se tornando este a expressão do domínio de uma classe sobre outra, a sua instabilidade seria total, gerando fatalmente uma desarticulação do poder. O Estado não poderia jamais identificar a sua autoridade com a de uma classe ou grupo social determinado. Agamenon criticava também o Estado liberal. Este tipo de Estado, ao deixar a sociedade entregue à sua própria sorte, não teria atentado para as desigualdades sociais, possibilitando conseqüentemente a instalação do conflito de classe*". Cf. citado por: PANDOLFI, Dulce. **Pernambuco de Agamenon Magalhães**: consolidação e crise de uma elite política. Recife: Editora Massangana, 1984, p. 32-35.

[68] Essa ideia de um Estado "benfeitor", que acolhe e protege o trabalhador, pode ser visto no caso específico de Pernambuco, na fala a seguir de Agamenon Magalhães. Para ele, o governo Vargas e, consequentemente a sua interventoria em Pernambuco, lançou um Estado "*[...] que pelas leis da previdência e proteção ao trabalho, defende o braço livre contra todas as explorações, limitando as horas de trabalho, assegurando o repouso e férias remuneradas, o salário mínimo, a indenização contra os acidentes e aposentadoria e pensão contra os riscos da velhice e da morte. O Estado que faz casas. Casas para o operário adquiri-las de acordo com o seu poder aquisitivo e com um seguro que, no caso de morte, transmite o imóvel a família, sem mais ônus*". MAGALHÃES, Agamenon. Os ferroviários da Great Western. **Folha da Manhã**, Recife, p. 2, 16 mai. 1940. Ed. Matutina.

[69] MUNAKATA, Kazumi. **A legislação trabalhista no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 70.

política liberal, concebidas como responsáveis pelos conflitos, deveriam ser substituídas por novas organizações que produzissem o "consenso" ou a "harmonia social". O corporativismo propunha a remoção ou neutralização dos elementos de conflito: a concorrência no plano econômico, a luta de classes no plano social e as diferenças ideológicas no plano político.

No Brasil, o projeto corporativista esteve presente no pensamento de muitos tenentes e intelectuais autoritários, desde o início da década de 1920 [70]. Com a subida de Getúlio Vargas ao poder, o país passou a ser conduzido pelo projeto destes grupos, isto é, uma política de "corporativismo inclusivo" [71] à relação Estado/sociedade [72]. A justificativa de implantação da política corporativista no país, a partir de 1930, pode ser vista no seguinte boletim do MTIC:

> Mas é preciso atentar nas condições atuais do país, bem diversas daquelas [da Primeira República]. A população cresceu; as condições do trabalho se modificaram; iniciou-se um período de vida industrial mercê da política protecionista e começaram a aparecer, inevitavelmente, os conflitos entre o capital e o trabalho. O Governo não podia ficar indiferente a este estado de coisas, perturbador da ordem social. **Devia e cabia-lhe intervir** [...]. É que a era do individualismo econômico estava definitivamente encerrada [73].

De acordo com Alfred Stepan, a principal característica de um governo que adota a política de "corporativismo inclusivo" é a incorporação tanto das "classes dominantes" – como, por exemplo, as "oligarquias agrárias" [74] –, quanto das "classes populares urbanas" [75]

---

[70] Para analisar a maneira como a proposta dos intelectuais autoritários e dos tenentes influiu, de maneira significativa, na reformulação institucional do país no pós-30, ver: ARAÚJO, Angela Maria Carneiro. **Construindo o consentimento**: corporativismo e trabalhadores no Brasil dos anos 30. 324 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994. Em especial, o capítulo 2.

[71] Alfred Stepan distinguiu dos tipos de corporativismo: o "corporativismo excludente" e o "corporativismo inclusivo". O primeiro baseia-se numa política essencialmente repressiva e na utilização da política corporativista para desmobilizar quaisquer ações das classes populares (é o caso, por exemplo, do fascismo italiano, franquismo espanhol e salazarismo português). O segundo tipo caracteriza-se pela tentativa da elite em incorporar política e economicamente segmentos das classes populares – especialmente a trabalhadora –, empregando políticas sociais distributivas, demagógicas e/ou simbólicas (é o caso, por exemplo, dos regimes de Perón na Argentina e de Vargas no Brasil). STEPAN, Alfred. **Estado, corporativismo e autoritarismo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980, p. 102.

[72] Na busca de respostas autoritárias e intervencionistas à crise de 1929, o governo Vargas não foi exceção na América Latina. Eric Hobsbawm contabilizou, por exemplo, que 12 países mudaram de governo ou de regime político no biênio 1930-1931 na América Latina. É bom que se ressalte que dez deles por golpe militar. Essa dúzia de mudanças com certeza não desembocou na política populista, mas se esboçaram as tendências gerais da política de massa, isto é, "*[...] líderes autoritários buscando o apoio dos trabalhadores urbanos*". HOBSBAWM, Eric J. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. 10 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 108. De uma maneira geral, talvez o que destacasse o Brasil de Getúlio Vargas dos demais países latino-americanos, como afirmou John French, foi o fato de o Brasil ter sido "*[...] o caso mais extremado de intervencionismo estatal*". FRENCH, John D. **Afogados em leis**: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001, p. 28.

[73] BRASIL. **Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio**. Rio de Janeiro: Departamento de Estatística e Publicidade, n. 4, dez. 1934, p. 98-99, grifo nosso.

[74] Diferentemente das interpretações tradicionais que advogam a tese de que o movimento civil-militar de 1930 resultou no total deslocamento da tradicional oligarquia paulista do centro do poder, tomamos como base as considerações de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, quando argumentaram que, logo depois de

em sua "ossatura institucional", como mecanismo de consenso e de legitimidade para o exercício do poder [76].

A instituição das leis sindicais no país, isto é, a montagem do sindicalismo de Estado, esteve diretamente ligada à política de "corporativismo inclusivo" lançada pelo governo brasileiro pós-30. A ideia do presidente Vargas era inaugurar uma nova atitude do Estado brasileiro em relação à classe trabalhadora e aos sindicatos.

Se, como já foi mencionado, na Primeira República, o governo atuou com intensa "repressão" e sob uma forma "liberal" em relação à organização sindical [77], a partir de 1930, os sindicatos passaram a ser um elemento de "colaboração" do Estado, quase que como uma "agência governamental". Esta mudança de atitude do governo foi expressa pelo próprio Getúlio Vargas na seguinte maneira:

> O individualismo excessivo, que caracterizou o século passado, precisava encontrar limite e corretivo na preocupação predominante do interesse social. Não há nessa atitude nenhum indício de hostilidade ao capital, que, ao contrário, precisa ser atraído, amparado e garantido pelo poder público. Mas, o melhor meio de garanti-lo está, justamente, em **transformar o proletariado numa força orgânica de cooperação com o Estado** e não o deixar, pelo abandono da lei, entregue à ação dissolvente de elementos perturbadores, destituídos dos sentimentos de Pátria e de Família [78].

Cabe ressaltar que Getúlio Vargas não conseguiu o "apoio" dos sindicatos de uma hora para outra, livre de resistência, ou simplesmente de uma única vez. Mas sim, paulatinamente, no decorrer das décadas de 1930 e 1940, com a difícil e contraditória

---

empossado, "*[...] tratou Vargas de recuperar o apoio de alguns setores dominantes da etapa anterior, inclusive os cafeicultores, a fim de constituir uma nova aliança nacional de poder, que, apesar de excluir o campesinato, incorporava lentamente os setores populares urbanos*". CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 90.

[75] A frase a seguir de Agamenon Magalhães revela essa busca do governo brasileiro pós-1930 no "apoio" das classes populares, em especial, a trabalhadora: "*[...]* ***o operário é meu melhor amigo e o maior atento colaborador do meu governo***". MAGALHÃES, Agamenon. O operário brasileiro. **Folha da Manhã**, Recife, p. 2, 27 jun. 1942. Ed. Matutina. Grifo nosso.

[76] É importante ressaltar que a incorporação das classes populares estava ligada a uma concepção de "cidadania regulada", como destacou Wanderley dos Santos. Este definiu "cidadania regulada" como uma cidadania que, em vez de valer para todos, incorporaria somente os que situassem no interior de uma estrutura estratificada por ocupações e desenhada pelo Estado. SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça**: a política social na ordem brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

[77] A atitude do governo brasileiro em relação à classe trabalhadora e às organizações sindicais durante a Primeira República é descrita assim por Kazumi Munakata: "*As greves e outras manifestações operárias eram violentamente reprimidas pela polícia, provocando prisões, feridos e mortes; os sindicatos eram invadidos e fechados; as redações dos jornais operários eram empasteladas; militantes estrangeiros eram expulsos do país pela força da lei etc.*". MUNAKATA, op. cit. (1981), p. 9.

[78] VARGAS, Getúlio. **A nova política do Brasil**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1938-1943. 9 v., p. 97-98, grifo nosso.

montagem institucional do sindicalismo de Estado, isto é, mediante a adoção de um conjunto de leis referentes à matéria sindical no país (ver Quadro III) [79].

Quadro III – Legislação sindical do primeiro governo Vargas (1930-1945)	
Decreto nº 19.433, de 26 de novembro de 1930 [80]	Cria uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio**.**
Decreto n° 19.770, de 19 de março de 1931 [81]	Regula a sindicalicalização das classes patronais e operárias e dá outras providências.
Decreto n° 24.694, de 12 de julho de 1934 [82]	Dispõe sobre os sindicatos profissionais.
Constituição Federal de 1934 [83]	Art. 120. Os syndicatos e as associacções profissionaes serão reconhecidos de conformidade com a lei. Paragrapho unico. A lei assegurará a pluralidade syndical e a completa autonomia dos syndicatos.
Constituição Federal de 1937 [84]	Art. 138. A associação profissional ou syndical é livre. Sómente, porém, o syndicato regularmente reconhecido pelo Estado tem o direito de representação legal dos que participarem da categoria de producção para que foi constituído, e de defender-lhes os direitos perante o Estado e as outras associações profissionaes, estipular contractos collectivos de trabalho obrigatorios para todos os seus associados, impôr-lhes contribuições e exercer em relação a elles funcções dellegadas de poder publico. Art. 139. A associação profissional ou syndical é livre. Sómente, porém, o syndicato regularmente reconhecido pelo Estado tem o direito de representação legal dos que participarem da categoria de producção para que foi constituído, e de defender-lhes os direitos perante o Estado e as outras associações profissionaes, estipular contractos collectivos de trabalho obrigatorios para todos os seus associados, impôr-lhes contribuições e exercer em relação a elles funcções dellegadas de poder publico.

[79] É importante esclarecermos que, a nosso ver, as leis sindicais promulgadas durante o primeiro governo Vargas não foram medidas boas em si mesmas, como apregoavam alguns discursos governamentais, tampouco medidas más em si mesmas, como insistiram alguns críticos. Trata-se, nos dois casos, de uma concepção mecanicista que não percebe a correlação de forças sociais em jogo naquele período histórico. A promulgação das leis sindicais no pós-1930, só pode ser compreendida, de fato, sob um ponto de vista histórico, dialético e concreto, tendo-se em mente que o Estado varguista é um Estado capitalista, e como é o caso de todo Estado capitalista, não se constitui numa entidade autônoma, neutra, exterior e superior aos embates da sociedade civil. O Estado capitalista não realiza a política dos capitalistas individualmente tomados, não representa, portanto, um instrumento, uma ferramenta nas mãos das classes dominantes, para realizar seus interesses. O Estado capitalista realiza os "interesses gerais do capital". Isso o coloca numa situação contraditória, obrigando a conciliar as alianças com as parcelas mais ricas da sociedade, as pressões dos trabalhadores e de outras forças sociais, com as exigências do capital como um todo. Partindo desse pressuposto, percebe-se que o Estado, em si, não é um bloco monolítico, mas sim uma "relação social", no dizer de Nicos Poulantzas, um organismo permeado pelas contradições que estão disseminadas por toda a sociedade. Em outros termos, significa pensar o Estado não mais como uma estrutura exterior às práticas dos diferentes agentes, mas como um "campo relacional". POULANTZAS, Nicos. **O estado, o poder, o socialismo.** 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985, p. 167.

[80] BRASIL. Decreto nº 19.433, de 26 de novembro de 1930. **Diário Oficial [da] República dos Estados Unidos do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, 2 dez. 1930, Seção 1, p. 21604.

[81] _____. Decreto n° 19.770, de 19 de março de 1931. **Diário Oficial [da] República dos Estados Unidos do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, 21 mar. 1931, Seção 1, p. 2545.

[82] _____. Decreto n° 24.694, de 12 de julho de 1934. **Diário Oficial [da] República dos Estados Unidos do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, 27 out. 1934, Seção 1, p. 21873.

[83] BRASIL. Constituição (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ, Senado, 1934.

[84] _____. Constituição (1937). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ, Senado, 1937.

Decreto-lei n° 1.402, de 5 de julho de 1939 [85]	Regula a associação em sindicato.
Decreto-lei n° 2.377, de 8 de julho de 1940 [86]	Dispõe sobre o pagamento e a arrecadação das contribuições devidas aos sindicatos pelos que participem das categorias econômicas ou profissionais representadas pelas referidas entidades.
Decreto-lei n° 4.298, de 14 de maio de 1942 [87]	Dispõe sobre o recolhimento a aplicação do imposto sindical e dá outras providências.
Decreto-lei n° 5.199, de 16 de janeiro de 1943 [88]	Cria a Comissão Técnica de Orientação Sindical, subordinada ao Ministro do Trabalho, Industria e Comércio, e dá outras providências.
Decreto-lei nº 5.452, de 1° de maio de 1943 [89]	Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

Para este capítulo, seguiremos as considerações de Marcelo Badaró, segundo o qual a montagem do sindicalismo de Estado, durante o primeiro governo Vargas, obedeceu, de uma maneira geral, a três fases distintas [90]. Na primeira (1930-1934), o governo procurou lançar as bases de um sindicalismo oficial no país. O período foi marcado pela criação do MTIC, órgão responsável pelo controle sobre os sindicatos, e pela promulgação do Decreto n° 19.770 que limitou a forma e o campo de atuação dos sindicatos brasileiros.

A segunda fase de montagem (1934-1937) foi marcada pela instituição do Decreto n° 24.694, quando o presidente Getúlio Vargas, pressionado pelo breve período de normalidade institucional do país, erigiu a "autonomia" e a "pluralidade" sindical em preceitos constitucionais, embora uma e outra fossem atenuadas por portarias federais de sentido contrário.

A terceira fase de montagem (1937-1943) foi inaugurada pela Constituição de 1937 – de matriz fascista – seguida pela promulgação da "nova lei de sindicalização" (que retomou vários pontos do Decreto n° 19.770 dando-lhe uma feição mais autoritária) e encerrada com instituição da CLT em 1943.

---

[85] _____. Decreto-lei n° 1.402, de 5 de julho de 1939. **Diário Oficial [da] República dos Estados Unidos do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, 7 jul. 1939, Seção 1, p. 16233.

[86] _____. Decreto-lei n° 2.377, de 8 de julho de 1940. **Diário Oficial [da] República dos Estados Unidos do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, 10 jul. 1940, Seção 1, p. 13175.

[87] _____. Decreto-lei n° 4.298, de 14 de maio de 1942. **Diário Oficial [da] República dos Estados Unidos do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, 18 mai. 1942, Seção 1, p. 8055.

[88] _____. Decreto-lei n° 5.199, de 16 de janeiro de 1943. **Diário Oficial [da] República dos Estados Unidos do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, 19 jan. 1943, Seção 1, p. 769.

[89] _____. Decreto-lei nº 5.452, de 1° de maio de 1943. **Diário Oficial [da] República dos Estados Unidos do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, 9 ago. 1943, Seção 1, p. 11937.

[90] MATTOS, Marcelo Badaró. **O sindicalismo brasileiro após 1930**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003, p. 12. É importante salientar que a divisão proposta para este capítulo se refere à relação entre Estado e sindicatos, mais especificamente, no que diz respeito à montagem institucional do sindicalismo de Estado no país, durante o primeiro governo Vargas. Neste sentido, demos uma atenção especial às leis e decretos, pois, a nosso ver, é um erro empreender qualquer análise sobre a temática sindical, sem um claro entendimento das bases legais sobre as quais o Estado brasileiro assumiu um papel predominante.

1.2. O governo Vargas e a primeira fase do sindicalismo de Estado (1930-1934)

Menos de um mês depois de empossado, Getúlio Vargas instituiu a criação do MTIC, através do Decreto nº 19.433, de 26 de novembro de 1930, órgão pelo qual saiu a maior parte das leis trabalhistas e sindicais do país, que foram depois reunidas e sistematizadas na CLT, em 1943 [91].

Como o próprio nome indicava, o ministério deveria tratar não apenas dos problemas trabalhistas como também dos do comércio e da indústria. Deste ângulo, já prenunciava "*[...] as ulteriores orientações do novo governo no sentido da regulamentação não somente das atividades operárias como também patronais, ou seja, o controle da classe empresarial e da classe operária pelo Estado*" [92]. A respeito da criação de tal Ministério, Vargas destacou:

> O novo Ministério mantém estreito contato com as indústrias e comércio, sem falar nos representantes das classes operárias, procurando assisti-los em todos os seus interesses. A sua norma de ação consiste em substituir a luta de classes, negativista e estéril, pelo conceito orgânico e justo da colaboração entre as classes, com severa atenção às condições econômicas do país e aos reclamos da justiça social [93].

Com a constituição do MTIC, o governo Vargas fechava um ciclo em que as questões do trabalho e do capital eram deixadas ao jogo livre das forças do mercado (1891-1919) ou sofriam apenas moderadas ação do Estado (1919-1930) e inaugurava uma nova atitude do governo em relação ao capital e à classe trabalhadora; isto é, cada vez mais, no padrão de relacionamento entre as classes, o Estado passava a abandonar uma posição "liberal" em favor de outra "intervencionista". A esse respeito, Heloisa de Souza Martins destacou:

> [...] dentro da política de "pacificação social", posta em execução no Governo Vargas, era indispensável a criação do Ministério do Trabalho, pois, através dele, efetivar-se-ia a intervenção estatal. A criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que junta, em um mesmo organismo, empresários e empregados, simboliza perfeitamente a política da "paz social" pretendida e difundida pelo Governo Revolucionário [94].

Mesmo que a instituição do Decreto nº 19.433 possa ser considerada a primeira iniciativa intervencionista do presidente Getúlio Vargas no que se refere ao "mundo do trabalho", foi, entretanto, com a promulgação do Decreto n° 19.770, de 19 de março de 1931,

---

[91] A frase de Oliveira Vianna – assessor jurídico do MTIC e consultor pessoal de Getúlio Vargas para assuntos trabalhistas e sindicais – nos dá uma dimensão da presença do MTIC na vida sindical do Brasil pós-1930: "*[...] toda a vida das associações profissionais passará a gravitar em torno do Ministério do Trabalho: nele nascerão; com ele crescerão; ao lado dele se desenvolverão; nele se extinguirão*". VIANNA, Francisco José de Oliveira. **Problemas de direito sindical**. Rio de Janeiro: Max Limonad, 1943, p. 209.

[92] RODRIGUES, L., op. cit. (1986), p. 511.

[93] VARGAS, op. cit. (1938), p. 233-234.

[94] SOUZA MARTINS, Heloisa Helena Teixeira de. **O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1979, p. 34.

conhecida como a "Lei de Sindicalização", que, de fato, podemos perceber mais claramente a orientação e a preocupação do novo governo na organização sindical propriamente dita. Segundo Angela de Castro Gomes: "*O objetivo mais evidente do decreto era combater toda organização que permanecesse independente, bem como toda liderança considerada capaz de articular movimentos de protesto à nova ordem institucional*" [95].

Em discurso pronunciado em 4 de maio de 1931 (menos de dois meses após a publicação do Decreto n° 19.770), Vargas justificou o emprego de tal decreto:

> As leis, há pouco decretadas, reconhecendo essas organizações [sindicais], tiveram em vista, principalmente, seu aspecto jurídico, para que, **em vez de atuarem como força negativa, hostis ao poder público, se tornassem, na vida social, elemento proveitoso de cooperação no mecanismo dirigente do Estado**. Explica-se, assim, a conveniência de fazê-las compartilhar da organização política, com personalidade própria, semelhante à dos partidos, que se representam de acordo com o coeficiente de suas forças eleitorais [96].

O Decreto n° 19.770 impunha aos sindicatos diversos "mecanismos" para controlar as suas atividades. *Em primeiro lugar*, de acordo com tal decreto, somente teria direito de exercer suas funções os sindicatos oficialmente "reconhecidos" pelo MTIC. O pedido de "reconhecimento" de um sindicato ao governo exigia, grosso modo [97]:

- o fornecimento de informações pormenorizadas da ata de instalação do sindicato, do número e nome dos associados, profissão, estado civil, nacionalidade, residência etc.;
- o envio da ata dos trabalhos e instalação, a relação dos sócios, as cópias dos estatutos etc.;

---

[95] GOMES, Angela Maria de Castro. **Cidadania e direitos do trabalho**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002, p. 24.

[96] VARGAS, op. cit. (1938), p. 122, grifo nosso.

[97] É importante ressaltar que, da mesma forma que o MTIC "reconhecia" legalmente um sindicato, também podia cancelar esse reconhecimento. O autor Salvador Sandoval argumentou que, na prática, a medida de extinguir um sindicato, só fora aplicada em raras circunstâncias, quando houve uma completa reestruturação de organizações trabalhistas em uma jurisdição geográfica ou quando os membros de um sindicato tornaram-se por demais politizados. Em relação ao primeiro problema, a solução encontrada pelo governo foi de reduzir a jurisdição geográfica do sindicato através da redistribuição arbitrária de seus membros. Em relação a segunda questão, a solução encontrada foi o de incorporar um grupo a outra categoria menos politizada e/ou remover a liderança do sindicato. Segundo o autor, essas medidas, no geral, já eram suficientes para resolver os "problemas" sem que necessariamente o governo apelasse para o cancelamento do *status* legal do sindicato. SANDOVAL, Salvador Antonio Meireles. **Os trabalhadores param**: greves e mudanças sociais no Brasil, 1945-1990. São Paulo: Ática, 1994, p. 21.

- a presença física de representantes do Estado, que podiam empregar sanções penais que iam da multa à suspensão das atividades dos sindicatos, à destituição de sua diretoria ou mesmo à sua própria dissolução [98];
- como limite mínimo para o reconhecimento do sindicato, a existência de trinta associados maiores de 18 anos;
- a apresentação de estatutos prevendo processos aceitáveis de eleição, administração de sua propriedade e regras para sua dissolução;
- que se dois sindicatos na mesma área solicitasse reconhecimento, o MTIC selecionaria a mais ativo. Os critérios para determinação desse fator seriam o número de membros, os serviços sociais oferecidos e o valor de suas propriedades;
- que os estrangeiros não poderiam exercer funções de direção dentro do sindicato [99];
- e que dois terços dos associados, pelo menos, deveriam ser brasileiros natos ou naturalizados. Para os cargos de chefia, os naturalizados deveriam contar com 10 anos de residência no país.

Na Tabela I, temos uma breve compreensão acerca da quantidade de sindicatos "reconhecidos" no Brasil entre os primeiros anos do governo Vargas. Nela, o Estado de Pernambuco ocupa o primeiro lugar na região Nordeste e o quinto no país no número de sindicatos de trabalhadores oficialmente "reconhecidos". A explicação para esta questão talvez possa ser encontrada sob dois aspectos: primeiro, pelo fato de Pernambuco ter sido um dos casos mais extremados de "cooptação política" da classe trabalhadora [100]. Vale aqui lembrar que, em Pernambuco, durante todo o governo de Carlos de Lima Cavalcanti (1930-1937), o Estado tratou de criar uma série de medidas, de "outorga" de direitos, para a adesão da classe trabalhadora à sua política. Como destacou Maria Auxiliadora Lima:

> O Governo do Interventor pernambucano Carlos de Lima Cavalcanti, tudo fez para **cooptar** a classe operária, reforçando as **medidas paternalistas** criadas a nível nacional, cria ainda uma série de medidas a nível Estadual, quais sejam: criação de núcleos de casas operárias, incorporação no aparelho judiciário de uma vara de legislação social destinada a dar assistência aos

[98] Como argumentou Luiz W. Vianna: "*Logo que incluídos na estrutura corporativa, os sindicatos estavam sujeitos a permanente vigilância estatal por meio de representantes do Ministério do Trabalho, que detinham a faculdade de assistir às assembléias e o poder de polícia de investigar sua contabilidade*". VIANNA, op. cit. (1989), p. 147.

[99] A respeito da existência deste item, Luiz W. Vianna destacou o seguinte: "*O diploma legal regulador do sindicalismo não escondia sua ação desmobilizadora das antigas lideranças sindicais, muitas delas [...] de origem estrangeira. [...] Com isso, decapitava-se politicamente uma boa parcela das lideranças mais aguerridas e conscientes*". Ibid., p. 146-147.

[100] O termo "cooptação" designa o acolhimento, por parte de um grupo dirigente em funções, de ideias, orientações e programas políticos propostos por grupos da oposição, com o fim de eliminar ou reduzir as consequências dos ataques vindos de fora. Cf. BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, op. cit. (2000), p. 286.

> trabalhadores, manutenção do erário estadual para o funcionamento de várias escolas freqüentadas por operários ou filhos destes; subvenção que o Estado proporciona à Confederação das Colônias de Pescadores de Pernambuco, para manter escolas destinadas a alfabetizar pescadores etc. [101].

Tabela I – Sindicatos oficialmente reconhecidos – 1931/1938					
REGIÕES E UNIDADES FEDERAIS	**Números de Sindicatos**				
	Empregados	**Empregadores**	**Profissões liberais**	**Trabalhadores P. C. Própria**	**Resumo**
	1931 a 1938	**1931 a 1938**	**1931 a 1938**	**1931 a 1938**	**1931 a 1938**
Norte					
Acre	–	–	–	–	–
Amazonas	31	4	2	–	37
Pará	47	20	2	5	74
Maranhão	34	4	1	3	42
Piauí	9	–	1	–	10
Total	**221**	**28**	**6**	**8**	**163**
Nordeste					
Ceará	51	98	5	11	165
Rio G. do Norte	15	3	2	–	20
Paraíba	4	6	–	–	10
Pernambuco	85	111	12	4	212
Alagoas	13	5	2	–	20
Total	**168**	**223**	**21**	**15**	**427**
Este					
Sergipe	24	4	–	1	29
Bahia	82	31	5	1	119
Espírito Santo	32	32	4	2	70
Total	**138**	**67**	**9**	**4**	**218**
Sul					
Rio de Janeiro	114	76	18	1	209
Distrito Federal	92	69	16	12	189
São Paulo	148	268	20	15	451
Paraná	28	11	5	–	44
Santa Catarina	36	20	–	–	56
Rio G. do Sul	150	76	6	5	237
Total	**568**	**520**	**65**	**33**	**1.886**
Centro					
Mato Grosso	14	6	4	3	27
Goiás	4	3	2	–	9
Minas Gerais	120	159	11	–	290
Total	**138**	**168**	**17**	**3**	**326**
Brasil	1.133	1.006	118	63	2.320

Fonte: Adaptado de: IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil**: 1938. Rio de Janeiro: IBGE, 1938. p. 479. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos_pdf/trabalho/1938/trabalho1938aeb_008_1.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2010.

E um segundo aspecto, que também não pode ser descartado, é o fato de uma grande parcela dos trabalhadores pernambucanos não terem sido contra o regime de Vargas, mas sim a favor. Em suas pesquisas, Antonio Paulo Rezende apontou, por exemplo, que a situação de crise econômica vivida no Estado de Pernambuco durante o início do século XX,

[101] LIMA, Maria Auxiliadora Barros. **A Revolução de 1930 e o Movimento Operário em Pernambuco**: cooptação e resistência. 1987. 85 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1987, p. 47, grifo nosso.

especialmente sob o governo de Estácio Coimbra (1926-1930), levou grande parcela dos trabalhadores a apoiar as propostas da "Aliança Liberal" [102].

Como se vê, esse setor viu no programa da "Aliança" então a possibilidade de uma maior participação política. Tendo isso em vista, fica compreensível entender que, de uma maneira geral, grande parcela dos trabalhadores não teve, de fato, motivos "ideológicos" e "reais" para não buscar o "reconhecimento" de suas entidades sindicais e assim usufruir de alguns "benefícios" gerados pela legislação.

O *segundo* "mecanismo" que o Decreto n° 19.770 impunha aos sindicatos para controlar as suas atividades foi a expressa proibição de qualquer propaganda de cunho ideológico e/ou de política partidária no interior das entidades.

Terceiro, fixava-se minuciosamente o modo de funcionamento interno dos sindicatos, desde o número de membros da diretoria (máximo de sete, mínimo de três), até o modo de eleição (supervisionada pelas DRTs) etc. Entre as condições, fixadas pelo decreto, necessárias para votação nas eleições internas dos sindicatos estavam: mínimo de 18 anos de idade; participação no mesmo setor econômico durante dois anos e no sindicato, pelo menos, seis meses; e presença na lista de membros ativos, o que representa, comumente, estar em dia com a "contribuição". Estavam impedidos de serem eleitos para postos administrativos os culpados de desvio de verbas ou atividades lesivas ao patrimônio do sindicato, os que não tiveram suas contas de administrações anteriores aprovadas em assembleia geral e os de comprovada "má conduta".

Quarto, a greve ficava terminantemente proibida.

Quinto, o MTIC podia "intervir" diretamente nos sindicatos, fechando-os, cassando a carta de reconhecimento, destituindo e substituindo diretorias eleitas [103].

Sexto, todo dirigente sindical assim afastado tornar-se-ia inelegível para cargos sindicais.

Sétimo, funcionários civis e empregados de companhias estatais não tinham o direito de formar um sindicato, tampouco os trabalhadores rurais.

---

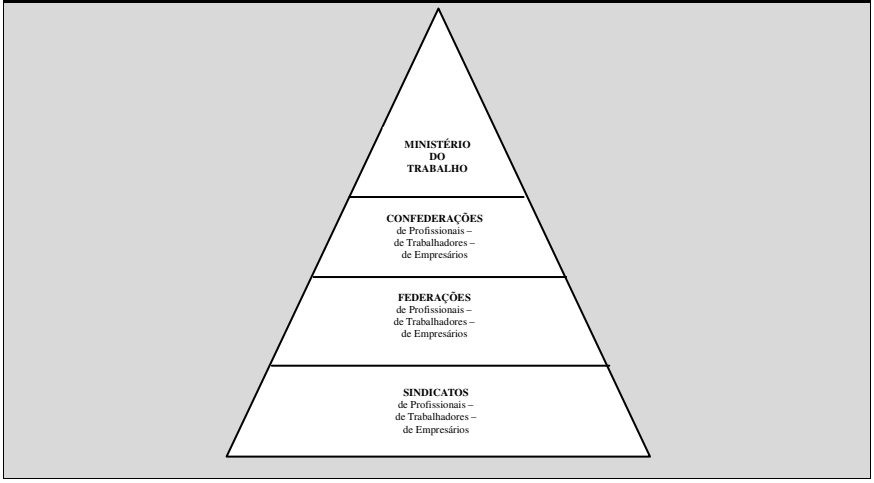
[102] REZENDE, Antonio Paulo de Morais. **A classe operária em Pernambuco**: cooptação e resistência (1900-1922). 1981. 207 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1981, p. 146.

[103] Em relação às intervenções, Kenneth P. Erickson destacou: "*O direito de intervenção poderia ser usado apenas em caso de desacordo interno ou outras circunstâncias que impediam seu funcionamento normal, e os interventores permaneceriam somente o necessário para restaurar a atividade normal. Na realidade, não tem sido difícil para o governo encontrar um pretexto para intervir em sindicatos particularmente incômodos, porque disputas internas e erros de escrituração – intencionais ou acidentais – sempre existem*". ERICKSON, op. cit. (1979), p. 65.

Oitavo, o sindicato passava a ser considerado agora órgão de "colaboração" do Poder Público, possuindo a faculdade de formar ou solucionar convenções ou contratos coletivos de trabalho e de pleitear, junto ao MTIC, auxílios e subvenções.

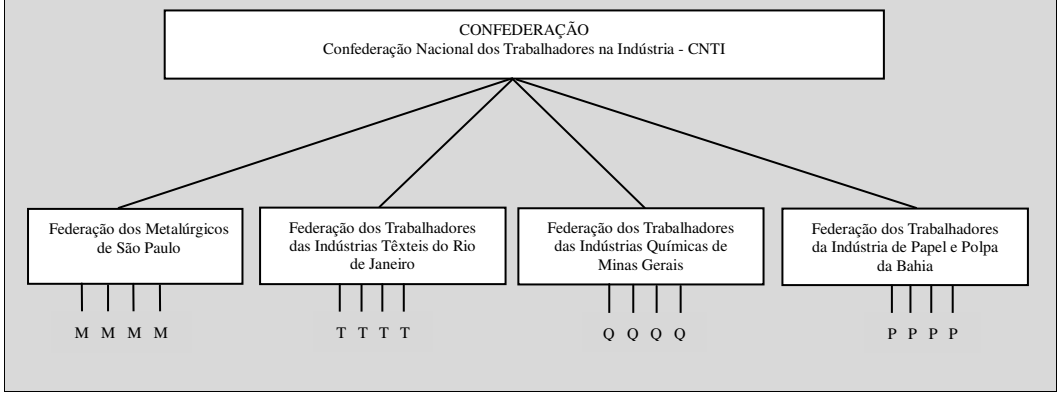
E, por fim, o Decreto n° 19.770 instituía a formação e organização de uma "estrutura sindical piramidal" que tinha como objetivo evitar a organização horizontal entre diferentes categorias ocupacionais (ver Quadro IV) [104].

Quadro IV – Pirâmide sindical (Decreto n° 19.770)



Fonte: Adaptado de: ALVES, M., op. cit. (2005), p. 288.

Quadro V – Estrutura sindical oficial: obstáculos à representação



Fonte: Adaptado de: ALVES, M., op. cit. (2005), p. 288.

[104] De acordo com Luiz W. Vianna, a formação de uma organização sindical, pelo um viés vertical, ou melhor, piramidal, tinha como objetivo dois fatores: por um lado, os "*fins econômicos*", pois se visava "disciplinar" o trabalho como fator de produção; por outro lado, os "*fins políticos*", pois se visava acabar com os conflitos classistas, canalizando as reivindicações dos grupos sociais envolvidos para dentro do aparato estatal. VIANNA, op. cit. (1989), p. 146.

Dentro dessa "estrutura sindical piramidal", um sindicato local de metalúrgicos, por exemplo, não podia coordenar atividades com outros sindicatos de diferentes categorias ocupacionais (bancários, trabalhadores em transportes coletivos ou qualquer outro sindicato etc.). Um sindicato local de metalúrgicos poderia apenas reunir-se com outros integrantes de sua categoria, no quadro de sua federação estadual (pelo decreto, as federações só poderiam se organizar se apresentassem um número de três sindicatos, pelo menos, em seu quadro). As federações de âmbito estadual, em número nunca inferior a cinco, poderiam criar confederações de âmbito nacional. Somente nas confederações, isto é, no topo da pirâmide, que um sindicato local de metalúrgicos poderia se articular junto a outras categorias ocupacionais.

Vale ressaltar que, para que isso ocorresse, além de o fato de apenas poderem se organizar formalmente com outras categorias no topo da pirâmide, ela só poderia ser feita com categorias de um mesmo setor da economia (ver Quadro V). Nunca podendo confederações que representassem diferentes categorias ocupacionais articularem-se entre si.

> Envolvidos por essa estrutura, perdia o sindicato brasileiro uma das características básicas da associação sindical, isto é, o seu poder de reivindicação, a sua capacidade de luta, em suma, a sua autonomia, capaz de promover entre seus associados a emergência da consciência de classe [105].

Podemos tirar algumas conclusões através dos quadros anteriores. No Quadro IV, ficou evidente a preocupação, ou melhor, a proibição, por parte do Estado, às "vinculações entre diferentes categorias profissionais". Com isto, a estrutura organizativa piramidal conseguiu êxito em assegurar toda a centralização possível ao nível das federações, especialmente, da confederação. No Quadro V, por sua vez, ficam claros os obstáculos impostos pelo Estado à "organização horizontal". Ou seja, em um âmbito nacional, os sindicatos deveriam ser representados pelas confederações, mas estas não poderiam articular-se entre si. Assim, a legislação varguista impedia a formação de uma grande organização de trabalhadores na forma de uma central sindical.

Como se pode perceber, no geral, todas essas diretrizes somadas – a) exigência do reconhecimento legal por parte do MTIC para a constituição de sindicatos; b) imposição do princípio da unicidade sindical (isto é, determinação para existência de apenas uma associação local para cada "profissão"; c) verticalização da estrutura sindical oficial (confederações, federações e sindicatos); d) implantação/"imposição" do imposto sindical; e) restrição das garantias de direitos aos trabalhadores não-sindicalizados e vantagens trabalhistas aos

[105] BERNARDO, Antônio Carlos. **Tutela e autonomia sindical**: Brasil, 1930-1945. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982, p. 172.

sindicalizados – formavam, de fato, um mecanismo bastante eficaz para o controle dos sindicatos, tornando-os em "instrumentos" do Estado. A influência, para não dizer a cópia quase literal de muitos dispositivos da *Carta Del Lavoro* de 1927, mostra-se evidente [106].

Cabe destacar que existem autores que veem essa questão de maneira diferente. Como é o caso, por exemplo, de Magda Biavaschi. Baseando-se em depoimentos e fontes materiais indicadas por Arnaldo Süssekind, jurista que integrou a comissão de elaboração da CLT, a autora considera que a legislação trabalhista constituída na "Era Vargas", mais especificamente a CLT, não se constituiu numa cópia da *Carta Del Lavoro* [107].

A nosso ver, através do Decreto n° 19.770, o Estado procurou, portanto, não apenas "controlar" os sindicatos, mas retirar deles toda e qualquer possibilidade de desenvolverem, junto aos seus associados, uma ação mais coerente com os interesses definidos pelo operariado como classe. Ou seja, com o governo Vargas, o sindicalismo, embora não fosse proibido, só poderia ser exercido no interior de um sistema que negava a liberdade de organização e a autonomia sindical diante do Estado. Sendo organismos de representação da classe trabalhadora, os sindicatos ficavam, assim, restritos a uma função meramente "social", "assistencialista". No dizer de Jennifer Gandhi e Adam Przeworski, "*Legalized opposition becomes domesticated opposition*", isto é, uma oposição legalizada se torna uma oposição domesticada [108].

No discurso oficial, o controle do governo sobre as organizações sindicais era justificado como inerente ao fato de elas terem sido criadas como "órgãos de colaboração" ao Estado, recebendo deste status jurídico e prerrogativas legais. Como se vê, a lei de sindicalização teve também, para além de outras questões, um aspecto "disciplinar". As palavras do ex-ministro do Trabalho e ex-interventor federal em Pernambuco, Agamenon Magalhães são elucidativas neste sentido:

> A política social que adotamos de segurança para o trabalho, eliminando todas as rixas e causas de conflitos, por um sistema de colaboração e entendimento do governo com as empresas, recebendo e encaminhando as reclamações, conciliando os dissídios e assistindo o trabalhador em tudo, foi

[106] De acordo com Ricardo Antunes, o Estado varguista foi fortemente inspirado no documento, promulgado em abril de 1927 por Mussolini, intitulado *Carta Del Lavoro*, que organizou os sindicatos italianos nos moldes corporativistas. A *Carta Del Lavoro* expressava a política da paz social, da colaboração entre as classes, conciliando o trabalho ao capital, negando violentamente a existência da luta de classes, com o nítido objetivo de garantir a acumulação capitalista em larga escala e com um alto grau de exploração da classe operária. ANTUNES, Ricardo. **O que é sindicalismo**. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 28-9.

[107] Para uma melhor visão desse ponto de vista, ver: BIAVASCHI, Magda Barros. **O direito do trabalho no Brasil, 1930-1942**: a construção do sujeito de direitos trabalhistas. São Paulo: LTr, 2007.

[108] GANDHI, Jennifer; PRZEWORSKI, Adam. Authoritarian institutions and the survival of autocrats. **Comparative Political Studies**, v. 40, n. 11, p. 1279-1301, nov. 2007, p. 1283.

> precisamente para evitar que predominassem, em vez da razão, os conselhos do ódio, na solução dos conflitos individuais do trabalho. **Para evitar a indisciplina** [109].

O Decreto n° 19.770, "reconhecendo", "intervindo", "disciplinando" e "fortalecendo" o sindicalismo no Brasil, revela, portanto, a própria ideologia corporativista do Estado varguista, representando a "harmonia" entre o capital e o trabalho no país. Em vez do antagonismo entre o capital e trabalho, o Estado corporativista procurou realizar o acordo, a conciliação, a harmonia entre fatores de produção. Substituiu-se o conceito de "luta" pelo de "colaboração", integrando-se capital e trabalho na sua função econômica e social. Para os ideólogos do governo, "reconhecer" e "fortalecer" o sindicalismo no Brasil significava reforçar o seu caráter de coordenador da integração capital-trabalho e da unidade nacional. Novamente, as palavras de Agamenon Magalhães são esclarecedoras:

> A sindicalização oferece dois aspectos interessantes, um econômico e outro político. O aspecto econômico é que o sindicato no Brasil vem operando a integração do capital e trabalho num regime de cooperação [...]. O aspecto político, despercebido ainda e que eu senti – se desenhando bem nítido no Nordeste – assume uma feição relevante. As classes patronais e operárias, tendo como motivo de organização o fator econômico, não se subordinam a interesses regionais ou particularistas e atuam sempre sob o signo das necessidades nacionais. A Federação Brasileira tem, pois, na organização sindical, novos métodos de unidade [110].

Além de todos esses mecanismos criados por Vargas, que vimos anteriormente, no sentido de tornar o sindicato em órgão de colaboração do Estado e evitar que o operariado desenvolvesse uma ação mais coerente com seus interesses, vale aqui também destacar um efeito indireto criado pelo Decreto n° 19.770 – mas desde o início desejado pelo governo – que foi o fato de dividir o operariado, quebrando a já frágil unidade da classe [111]. Isto é, após a promulgação do Decreto n° 19.770, não se viu uma homogeneização da classe trabalhadora no que se refere a ser "contra" ou "a favor" da legislação sindical e trabalhista do governo Vargas, mas sim certa "divisão de opinião" entre os próprios trabalhadores [112].

---

[109] Fato triste. **Folha da Manhã**, Recife, p. 2, 1 jun. 1940. Ed. Matutina. Grifo nosso.

[110] Cf. MAGALHÃES apud PANDOLFI, op. cit. (1984), p. 27.

[111] No Estado de Pernambuco, por exemplo, Maria Auxiliadora Lima mencionou que com a promulgação do Decreto n° 19.770: "*[...] a classe operária fica então dividida, o que contribui para o enfraquecimento de sua luta. Se por um lado, uma parcela dessa classe discorda do Governo e não adere a outorgação de direitos emanada pelos governos Central e local, por perceber que essa outorgação, estava de fato acomodando-os ao capital, cooptando-os, por outro lado, a outra parcela, não só adere a essa outorgação, como ainda contribui para o movimento de cooptação por parte do Estado*". LIMA, M., op. cit. (1987), p. 4.

[112] É importante destacar que esta divisão de opinião no que se refere à implantação do sindicalismo de Estado esteve ligada ao próprio fato de os trabalhadores no pós-30 aparecem como um contingente com traços marcantes de *heterogeneidade* nas formas de organização, expressão e filiação ideológica. Como se sabe, naquele período, havia, entre outros, anarco-sindicalistas, socialistas, cristãos, comunistas etc. Havia os já experimentados nas tarefas de reivindicações de direitos, organizados em entidades com uma história anterior de

É importante destacar que o Decreto n° 19.770 não proibia a existência de sindicatos livres (porém, fora do "reconhecimento legal" [113]) e não estabelecia a sindicalização obrigatória (ou seja, a sindicalização continuava "facultativa"). Entretanto, para conquistar a adesão dos trabalhadores e incentivar suas entidades livres a se abrigarem sob as asas do MTIC, o governo passou a conceder algumas "vantagens especiais" aos trabalhadores sindicalizados e aos sindicatos oficialmente reconhecidos. Entre as principais "vantagens", podemos destacar: o direito de os sindicatos firmarem contratos coletivos de trabalho; representar os interesses da categoria de trabalho perante o governo, pleiteando, por exemplo, a regulamentação e/ou fiscalização das condições de trabalho; exigir o cumprimento das leis trabalhistas; cobrar a punição dos infratores; participar de órgãos governamentais – como o estabelecimento da representação classista na Constituinte de 34 e em todos os corpos legislativos da esfera municipal até a federal.

Além disso, garantia, aos sindicalizados, o "privilégio" de apresentar reclamações perante as "Comissões Mistas de Conciliação e Julgamento" (Decreto nº 21.396, de 12 de maio de 1932) e entrar em "gozo de férias" (Decreto n° 23.768, de 18 de janeiro de 1934), vantagens dos quais estavam excluídos os que não fossem sindicalizados. Como se vê, o presidente Getúlio Vargas atrelou o gozo dos benefícios sociais à condição de membro de um sindicato oficial. Ou seja, Vargas amarrou as duas pontas da política de corporativismo inclusivo: concedeu um direito, segundo o qual grande parte dos trabalhadores vinha lutando há anos, exigindo em troca, a sua adesão ao sindicalismo oficial controlado pelo MTIC.

Segundo Maria H. Tavares de Almeida, os poucos sindicatos que, após a promulgação do Decreto n° 19.770, ainda insistiram em tornarem-se "livres", em pouco tempo não aguentaram a concorrência das "benesses" do sindicalismo oficial e procuraram o seu reconhecimento no MTIC. "*Os anos de 1933 e 1934 caracterizaram-se pela decisão da maioria dos sindicatos independentes de procurar o reconhecimento ministerial*" [114].

O que a busca pelo reconhecimento junto ao MTIC nos indica? Obscurecimento da consciência dos trabalhadores? Triunfo da manipulação política do governo Vargas?

Como já foi destacado, o presidente Getúlio Vargas para se legitimar e, até mesmo, se sustentar no poder, procurou inscrever a classe trabalhadora, através de um "jogo de

---

greves e mobilizações. E ao lado, pessoas para quem a novidade da existência do sindicato inseria-se num quadro geral de modificações que marcaram o ingresso na paisagem urbana.

[113] Isto ocorreu até a edição do Decreto-lei n° 1.402, de 1939, quando o governo brasileiro procurou acabar com todas as associações e sindicatos autônomos.

[114] ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. A Revolução de 30 e a questão sindical. In: **A Revolução de 30**: seminário internacional realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getulio Vargas. Brasília, D.F.: Ed. Universidade de Brasília, 1982, p. 345.

cooptação política" [115], na ossatura institucional do Estado. A presença dos trabalhadores e de suas entidades sindicais no primeiro governo Vargas significou que estes apareceram como condição necessária para o crescente processo de industrialização nacional (e não só como mão-de-obra e como parte integrante do mercado de consumo), mas também como grupo que deveria ser levado em conta pelo Estado, enquanto o "apoia" ou o "refuta" [116].

> Os sindicatos ganham importância no interior do quadro, como interlocutores diretos na discussão das questões sociais. Enquanto a burguesia tratava de interferir quando da regulamentação das diversas leis, tentando reduzir os aspectos que lhe pareciam prejudiciais, os sindicatos eram alvo direto da legislação, interlocutores naturais e, no contexto da disputa do patronato por modificações em aspectos da lei, eram incorporados, levados em conta, ao menos para efeito de argumentação. Os patrões se viam obrigados a construir justificativas públicas para suas recusas, sobre temas que até então eram objeto de decisões privadas, sem desdobramentos na sociedade [117].

Baseando-nos em Pierre Bourdieu, acreditamos que o "jogo de cooptação política", lançado então pelo governo Vargas para a classe trabalhadora pós-30, envolveu, de certa forma, uma medida de "troca" entre ambas as partes [118]. Obviamente que o aparato estatal detinha a maior parcela do poder, mas, por outro lado, quem estava sendo cooptado detinha

---

[115] É importante destacar que, se as estratégias do governo Vargas e o esforço do MTIC obtiveram êxito em minar a capacidade de sobrevivência dos sindicatos livres e em garantir a implantação do sindicalismo corporativista no país, eles não foram, entretanto, feitos de uma hora para outra, simplesmente de uma única vez, tampouco suficientes para quebrar a resistência de muitos trabalhadores e construir um sindicalismo politicamente colocado sob o seu controle. Houve sérias e importantes resistências, principalmente durante os primeiros anos do governo Vargas, em todo o país. Rosa Maria de Araújo ressaltou, por exemplo, que diante da reação de amplas parcelas dos trabalhadores, o MTIC empenhou-se numa intensa campanha de esclarecimento a respeito da nova legislação e de promoção da sindicalização. O próprio Ministro Lindolfo Collor realizou, durante os quatorze meses de sua gestão, uma série de viagens a diversas capitais para discutir com as entidades sindicais (e alguns casos, também com as patronais) o projeto sindical e as demais propostas do Governo Provisório relativas às questões sociais. ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa de**. O batismo do trabalho**: a experiência de Lindolfo Collor**.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981, p. 79.

[116] De acordo com Leôncio M. Rodrigues: "*O apoio popular não só fortalecia o governo nas relações com as demais facções das classes ricas, permitindo-lhe desempenhar o papel de árbitro entre as classes como também, conferia certa legitimidade a um governo que, ao romper as regras do jogo institucional, carecia de legalidade*". RODRIGUES, L., op. cit. (1986), p. 528. Isto é, Vargas desencadeou um grande esforço de produção de políticas públicas capazes de atrair os trabalhadores e dar ao regime bases de legitimidade ainda não alcançadas, uma vez em que o próprio governo carecia de legalidade.

[117] FERREIRA, Brasília Carlos. **Trabalhadores, sindicatos, cidadania**. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem; Natal: Cooperativa Cultural da UFRN, 1997, p. 266-267.

[118] Segundo Pierre Bourdieu a "troca" "*permite a comunicação que converte as relações de força bruta [...] em relações duráveis de poder simbólico; ela transfigura o capital econômico em capital simbólico, a dominação econômica em dependência pessoal*". Por isso, as tentativas de transformar a troca simbólica "*pela consciência e pela vontade*" colidem com "*resistências ocultas dos afetos e com as injunções tenazes da culpabilidade*". Para ele, a troca não é possível sem "*conhecimento e reconhecimento*"; isto é, não é possível sem que "*os dominados compartilhem com os dominantes esquemas comuns de percepção e apreciação*" através dos quais os dominados percebem o modo como são percebidos pelos dominantes. BOURDIEU, Pierre. Marginalia: algumas notas adicionais sobre o dom. **Mana** [online]. v. 2, n. 2, p. 7-20, out. 1996, p. 14-15.

também alguma parcela de poder [119]. E isso foi bastante importante na constituição das leis daquele período. No "jogo de cooptação", o presidente Getúlio Vargas teve de ceder algo, porque precisava da classe trabalhadora; e esta, por outro lado, também teve de ceder alguma coisa.

Dessa forma, no processo de "troca" (tácita, consentida e desigual), houve poder tanto em quem fez a "cooptação" quanto em quem esteve sendo "cooptado". Tanto foi assim que os trabalhadores foram capazes de impor, de certa maneira, algumas aspirações básicas, e algumas destas foram efetivamente cumpridas e respeitadas, entre as quais caberia mencionar a reivindicação do emprego, de maiores possibilidades de consumo e de direito de participação nos assuntos do Estado. Do contrário não haveria cooptação.

O "reconhecimento oficial" acabou sendo, portanto, em muitos casos, o mecanismo que muitos sindicatos tiveram de utilizar para usufruir alguns benefícios sociais concretos, isto é, algumas antigas aspirações da classe trabalhadora. Como disse Francisco Weffort: "*Aspirações mínimas, por certo, mas decisivas na política de massas num país como o Brasil*" [120]. Neste sentido, podemos considerar o "jogo de cooptação política" tanto sob o prisma da "dominação estatal", bem como pela percepção de uma "estratégia de resistência e de conquista" dos próprios trabalhadores.

1.3. O governo Vargas e a segunda fase do sindicalismo de Estado (1934-1937)

No decorrer do ano de 1933, o presidente Getúlio Vargas – pressionado por diversos grupos sociais, especialmente, as classes médias urbanas paulistas – convocou uma Assembleia Nacional Constituinte, encarregada de elaborar uma nova Constituição que iria substituir a Constituição brasileira de 1891.

A Assembleia, longe de representar uma homogeneidade de ideias e de propostas no que se refere ao campo sindical, evidenciou uma profunda divisão em seu interior: de um lado, estavam aqueles que defendiam à Constituição Federal de 1934 a seguridade de todos aqueles decretos baixados anos antes que organizavam e disciplinavam os sindicatos e os trabalhadores; e de outro, estavam os que pregavam um maior afrouxamento da legislação sindical, concedendo a "pluralidade" e certa "autonomia" aos sindicatos no país.

---

[119] Aqui as considerações de Michel Foucault, em que o Estado não o único pólo irradiador de poder, nos são importantes, uma vez que se evidencia no interior de uma sociedade a "*existência de formas de exercício do poder diferentes do Estado, a ele articuladas de maneiras variadas e que são indispensáveis inclusive à sua sustentação e atuação eficaz*". FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006, p. XI.

[120] WEFFORT, Francisco Correa. **O populismo na política brasileira**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 76.

No embate lançado por estes grupos, o último saiu vitorioso. No dia 12 de julho de 1934, foi promulgado o Decreto n° 24.694, dispondo sobre a organização dos sindicatos no país. Bem mais extenso que o decreto anterior (o Decreto n° 19.770/31), o recém-criado decreto detalhava de maneira mais abrangente "*[...] as finalidades, constituição e funcionamento das entidades sindicais. Contando 42 artigos distribuídos em sete capítulos, evidencia, desde a sua forma de apresentação, um maior aprimoramento técnico, desenvolvendo e especificando pontos que foram apenas enunciados no decreto anterior*" [121].

O Decreto n° 24.694 limitou a intervenção do Estado nos sindicatos a um prazo máximo de seis meses e concedeu, em tese, um pouco mais de "autonomia" e "liberdade" para as entidades sindicais no país [122]. Este decreto trazia a marca do momento pelo qual passava o governo Vargas, isto é, o de dar um ar de legalidade ao regime e construir uma firme base social, através de clima de maior desafogo e apaziguamento nacional [123]. Brasília Carlos Ferreira traz a descrição de algumas ações desenvolvidas pelos sindicatos nordestinos durante este período:

> As práticas desenvolvidas pelas entidades sindicais, em uma conjuntura de mobilização e de disputas internas, envolviam ações bem mais amplas, que extrapolavam a rotina das reuniões de periodicidade prevista, nas suas sedes, com a categoria. Os militantes sindicais saíam em grupo, em visitas aos trabalhadores das diversas categorias, em seus próprios locais de trabalho. Nessas visitas, realizavam um levantamento minucioso sobre a aplicação da legislação e sobre as condições gerais de trabalho e salário. Comentários sobre essas visitas, publicados nos jornais, funcionavam como forma de pressão junto às empresas mais recalcitrantes na aplicação da legislação, favoreciam o diálogo com as entidades situadas em outro campo e principalmente credenciavam as entidades diante dos trabalhadores. A preocupação com as condições de trabalho e vida a que estavam submetidos os trabalhadores era uma prática comum no período, independente da

[121] SOUZA MARTINS, op. cit. (1979), p. 54-55.

[122] Dizemos em tese, pois o que se viu, na prática, foi que a intromissão e o consequente controle do Estado, através do MTIC, anulavam, de fato, a autonomia proclamada pelo Decreto n° 24.694 e, posteriormente, pela Constituição. A exigência de todos os associados serem portadores de carteira de trabalho, o impedimento de serem eleitos estrangeiros para a diretoria dos sindicatos, a necessidade de os estatutos serem aprovados pelo MTIC, o reconhecimento da autoridade deste último para lavrar multas ou ordenar o fechamento do sindicato e a proibição da propaganda e discussões de ideologias classificadas como sectárias constituem traços que a aproxima, portanto, do Decreto n° 19.770, de 1931.

[123] É importante destacar que nem todos os participantes do governo ficaram satisfeitos com o clima de "liberalização" vigente a partir da decretação do Decreto n° 24.694. Angela de Castro Gomes destacou, por exemplo, que o próprio Ministro do Trabalho, Agamenon Magalhães considerava a nova lei de sindicalização e a nova Constituição instrumentos que deixavam o Estado "desarmado", já que não lhe permitia intervir nos sindicatos para discipliná-los "dentro da ordem jurídica existente". Mesmo assim, Agamenon utilizou-se de inúmeros expedientes ilegais, em associação com a polícia, para reprimir as organizações sindicais mais combativas que impulsionaram a intensa movimentação grevista no biênio 1934/35. GOMES, Angela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 175.

> filiação ideológica das entidades, ou de seu posicionamento em relação à questão sindical [124].

Quatro dias após a elaboração do Decreto n° 24.694 foi promulgada a Constituição de 1934 – após meses de intensa articulação e disputa política entre o governo e os grupos que compunham a sua Assembleia. A nova Constituição – que, no que se refere à questão sindical, foi, na prática, a incorporação do recém-criado Decreto n° 24.694 – assegurou a autonomia e a pluralidade dos sindicatos em preceitos constitucionais. A Carta de 1934 foi a primeira Constituição brasileira que tratou especificamente do Direito do trabalho e sindical. Quanto aos sindicatos, dispôs o art. 120, com seu parágrafo único: "*Art. 120. Os sindicatos e as associações profissionais serão reconhecidos de conformidade com a lei. Parágrafo único. A lei assegurará a pluralidade sindical e a completa autonomia dos sindicatos*" [125].

É importante destacar que foi neste contexto de "liberalização" do governo Vargas que houve a promulgação da Lei nº 62, de 5 de Junho de 1935, que tratava da "indenização por tempo de serviço ao assalariado demitido sem justa causa". Segundo a Lei n° 62, o empregado com mais de dez anos de empresa não podia ser despedido sem justa causa. A instituição dessa lei ocorreu num período em que o Estado – preocupado em reprimir as agitações trabalhistas – passou a "defender a melhoria das condições sociais", dentro de uma lógica de que apenas com a repressão em si não seria possível atingir os seus objetivos [126].

Embora o Decreto n° 24.694 e, especialmente, a Constituição de 1934 tenham dado a impressão de que, definitivamente, o país tinha encontrado o caminho da "democracia" e da

---

[124] FERREIRA, B., op. cit. (1997), p. 274.

[125] BRASIL. Constituição (1934). Op. cit.

[126] É importante salientar que, apesar de a repressão não ter sido a única forma de relação entre o Estado e a classe trabalhadora (e os sindicatos), isso não significa dizer que ela foi inexistente. Mesmo quando não foi utilizada, a ameaça de aplicação da repressão era correntemente um fator de intimidação. Essa nossa advertência torna-se importante uma vez que, como salientou Rose, grande parte dos estudos atuais a respeito do primeiro governo Vargas "*[...] ignora o que foi perpetrado sob sua autoridade pela polícia e pelos representantes dos serviços de segurança durante seus governos até 1945; governos que aperfeiçoaram a selvageria enquanto ele estava no poder. Essas estratégias, por sua vez, haviam sido deterministicamente herdadas de administrações anteriores à dele como modos normais de se conduzirem as questões da elite em face da massa. Esse antigo chefe do maior país da América do Sul era assim uma vítima do que herdara, mas não de seus próprios engenhos. Ele era inocente apenas quanto a esse único aspecto. E era culpado de permitir métodos inumanos de controle social que seriam aperfeiçoados e aplicados sob formas desconhecidas, na realidade, impensadas até ali. Entretanto seus defensores preferiram que acreditássemos que 'quem censurava era Lourival Fontes, quem torturava era Filinto Müller, quem instituiu o fascismo foi Francisco Campos, quem deu Eurico Dutra e quem apoiava Hitler era Góis Monteiro*". ROSE, Robert S.. **Uma das coisas esquecidas**: Getúlio Vargas e controle social no Brasil – 1930-1954. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 16-17. Segundo Luiz W. Vianna, a repressão que se abateu sobre os trabalhadores em entre os anos de 1931 e 1934 é uma história que ainda não foi escrita. Havia, por exemplo, campos de concentração que dizimavam os operários mandados para lá. Havia grupos de 400 homens enviados para o Amapá, de onde voltavam dois ou três. Houve também deportações dos trabalhadores estrangeiros, espanhóis, portugueses, italianos, uma verdadeira sangria, exercida pelo Estado corporativo, entre 1931 e 1934. VIANNA, Luiz Werneck. **A classe operária e a abertura**. São Paulo: CERIFA, 1983, p. 111.

"estabilidade política" [127], esta impressão acabou tendo vida curta. Em novembro de 1937, sob a "ameaça do perigo vermelho", Getúlio Vargas fechou o Congresso Nacional, destituiu a Constituição e, em seu lugar, impôs à nação uma nova – inspirada no fascismo europeu – que eliminava a autonomia dos estados, extinguia o Poder Legislativo em todos os níveis, fortalecia o Poder Executivo e passava os trabalhadores, os sindicatos e as associações patronais, inteiramente para o controle do Estado, segundo um modelo clara e exclusivamente corporativista. Assim, no dia 10 de novembro de 1937 foi instalado o Estado Novo no país [128].

1.4. O governo Vargas e a terceira fase do sindicalismo de Estado (1937-1943)

A instauração do Estado Novo em 1937 não apagou o período anterior da memória. Pelo contrário, estreitou ainda mais o jogo político existente no país desde a subida de Vargas em 1930 [129]. O Estado Novo, além de dar continuidade à estrutura corporativista da política brasileira, refinou-a. Como observou Kenneth P. Erickson:

---

[127] É importante lembrar que a "estabilidade" e "calmaria" política no Brasil durante este período é apenas aparente, pois os anos que se seguiram após a publicação da Constituição de 1934 foram de intensa radicalização política no país – principalmente, entre AIB e ANL, as duas principais correntes políticas existentes no período – e de crises que acabaram culminando num golpe de Estado, em 1937. A AIB era um movimento, criado em outubro de 1932, liderado por Plínio Salgado, inspirado no fascismo italiano, que defendia um ideário nacionalista, antiliberal e anti-semita, ao mesmo tempo em que propunha para o Brasil um governo totalitário que extinguisse a democracia representativa e esmagasse o movimento operário independente. A ANL, por outro lado, era uma organização, criada em 12 de março de 1935, inspirada na proposta das frentes populares surgidas em diversos países da Europa com o objetivo de combater o avanço do nazi-fascismo, que pregava a derrubada do governo Vargas e uma transformação profunda e rápida do país. As rivalidades entre essas duas correntes incendiavam o país. Por um lado, a ALN aglutinava, através de grandes comícios, milhares de trabalhadores, comunistas, socialistas, "tenentes" e liberais. Por outro, os membros da AIB, vestidos de "camisas-verdes", desfilavam seus estandartes em disciplinadas marchas militarizadas. Os confrontos tornaram-se cada vez mais frequentes e aguçados no período. Como argumentou Lourdes Sola: "*Estes são os dois grandes pólos ideológicos do período que vai de 33 a 35 e que catalisavam não só as polêmicas de natureza doutrinária, mas também as inúmeras demonstrações públicas, agitações e contendas nas ruas do Rio, de São Paulo, de Recife*". SOLA, Lourdes. O golpe de 37 e o Estado Novo. In: MOTA, op. cit. (2001), p. 259-260. Por fim, com a decretação do Estado Novo, Getúlio Vargas garantiu-se de amplos poderes, tendo conseguido reprimir e, de certa forma, desmantelar as duas correntes políticas.

[128] O representante do Estado Novo em Pernambuco foi Agamenon Magalhães. Este, após a decretação do Estado Novo, deixou o MTIC para tornar-se interventor federal no estado de Pernambuco, em 3 de dezembro de 1937, em substituição ao governador Carlos de Lima Cavalcanti, seu antigo aliado, a quem acusara de conivência com o levante comunista de 1935. À frente do governo pernambucano, Agamenon, dentro de uma concepção corporativista, buscou a "integração capital-trabalho", aproximando trabalhadores e empresários industriais. De acordo com Dulce Pandolfi: "*Considerada pelo governo central um exemplo bem sucedido de implantação do modelo estadonovista, a interventoria pernambucana não só propagava intensamente as suas realizações, como também sempre justificava todas as suas ações, até mesmo as mais repressivas e autoritárias, em função de um objetivo a ser atingido:* ***a paz e a harmonia social***". PANDOLFI, op. cit. (1984), p. 54, grifo nosso.

[129] De acordo com John French, os traços essenciais do controle estatal sobre os sindicatos e os trabalhadores já eram visíveis desde 1931 com a promulgação do Decreto n° 19.770, mas o sistema só atingiu sua forma "completa e aperfeiçoada", de fato, durante o Estado Novo. "*Ao invés de apresentar inovações jurídicas, o regime corporativista e centralizador do período pós-1937 aperfeiçoou e sistematizou as medidas já existentes capazes de fazer cumprir tais medidas*". FRENCH, op. cit. (2001), p. 80.

> Os propósitos do corporativismo brasileiro são conservadores. Os arquitetos do Estado Novo esboçaram as instituições corporativistas para proteger o mais possível o status quo, num período de rápida mudança social. Essas instituições incorporavam ao corpo político as forças sociais emergentes e estruturavam sua participação sob a direção do Estado administrativo [130].

A primeira medida do Estado Novo no que refere às atividades dos sindicatos foi a proibição das greves no país. No art. 139 da própria Constituição de 1937, as greves e o *lock-out* foram expressamente proibidas e vistas como "*recursos anti-sociais*" "*incompatíveis com os superiores interesses da produção nacional*" [131]. O art. 139 retirava do sindicato, portanto, a sua principal arma política: a "greve".

A segunda medida foi a promulgação do Decreto-lei n° 1.402, de 5 de julho de 1939, quando o governo sistematizou, de fato, a sua feição autoritária em relação à legislação sindical no país. Isto é, apesar de a nova Constituição encontrar-se em vigor desde novembro de 1937, somente em 5 de julho de 1939 é que foi regulamentada a sindicalização de acordo com os princípios do Estado Novo. Como notou Lourdes Sola, através do Decreto n° 1.402:

> O novo regime completava uma política anterior, iniciada quando da fundação do Ministério do Trabalho, em 1931, sob a direção de Lindolfo Collor. A diferença, agora, consistia no aperfeiçoamento daquele sistema, na sua extensão para todos os grupos ocupacionais e na formação de novos aparelhos burocráticos, subordinados àquele Ministério, encarregados de controlar a execução das medidas previstas em lei [132].

O Decreto-lei n° 1.402 retomava vários pontos do Decreto n° 19.770, de 1931, entre os quais vale destacar seis deles:

a) apenas as associações profissionais registradas no MTIC poderiam ser reconhecidas como sindicatos. O MTIC expedia carta de reconhecimento sindical para uma categoria, estipulando sua base geográfica de ação, ou seja, a territorialidade de seu monopólio;
b) os estatutos sindicais eram uniformizados pelo Departamento Nacional do Trabalho. Havia um texto único, com espaços em branco para serem preenchidos com nomes, endereços e outros dados de identificação;
c) controles econômicos e financeiros do Estado sobre os sindicatos. Os estatutos-padrão definiam de que maneira os sindicatos poderiam investir seus bens e rendas. O desequilíbrio nas contas apresentadas ao MTIC dava motivo legal para a intervenção do governo no sindicato;

---

[130] ERICKSON, op. cit. (1979), p. 231.
[131] BRASIL. Constituição (1937). Op. cit.
[132] SOLA, op. cit. (2001), p. 271, grifo nosso.

d) o sindicato deveria manter um livro de registros onde seriam anotados todos os dados pessoais de cada associado: nome, endereço, número da carteira profissional, idade etc.;
e) o dissídio, ou fato que alterasse o funcionamento do sindicato, dava margem à intervenção do MTIC através de seus delegados. A infração a qualquer dispositivo da lei permitia a destituição da direção do sindicato e a intervenção ministerial;
f) as chapas que concorressem às eleições da diretoria do sindicato tinham de ser aprovadas pelo MTIC. Não se admitia a candidatura de pessoas tidas como adeptas de ideologias contrárias aos interesses da nação. Para tanto, os candidatos tinham de apresentar o "nada consta" expedido pela Delegacia Especial de Segurança Política e Social.

Para Angela de Castro Gomes, "*[...]* ***não existia 'sindicalismo corporativista' no Brasil de 1931 a 1943***" [133]. A nosso ver, esta afirmação é equivocada, pois, como vimos no decorrer do capítulo, este tipo de sindicalismo vinha sendo posto em prática (e com certo sucesso do ponto de vista de seus objetivos) pelo presidente Getúlio Vargas desde a subida ao poder, em 1930. Dito isto, podemos argumentar, portanto, que a promulgação do Decreto-lei n° 1.402 fazia parte do "sindicalismo corporativista" de Vargas, pois ele carregava a sua característica principal: o aspecto bifronte. Isto é, os sindicatos eram incorporados no interior do quadro político, levados em conta, ao menos para efeito de argumentação; por um lado, no entanto, diluía-se a ação dos trabalhadores, limitando as suas reivindicações e restringindo o campo e a forma de atuação aos parâmetros estabelecidos pelo sistema, por outro.

Para os construtores e ideólogos do Estado Novo, todas as leis referentes à matéria trabalhista e sindical, até então promulgadas (inclusive o Decreto-lei n° 1.402), não tinham o caráter de "sacrificar" ou de dar "prejuízo" ao trabalhador brasileiro. Para eles, todas as leis – mesmo aquelas que continham um caráter mais "disciplinador" ao trabalhador e ao sindicato – no final das contas, representavam um grande "*avanço*" para as relações entre capital-trabalho no país [134]. A fala a seguir de Agamenon Magalhães é um bom exemplo dessa ideologia:

---

[133] GOMES, op. cit. (2005), p. 254.

[134] Um dos grandes argumentos utilizados pelos ideólogos do Estado Novo para exemplificar o "avanço" dado pelo governo Vargas às relações trabalhistas no país foi à instituição do "salário mínimo", através do Decreto-lei n° 2.162, de 1° de maio de 1940. Esta foi uma lei – que vinha de uma reivindicação antiga dos sindicatos brasileiros no sentido de garantir uma remuneração mínima para os trabalhadores no país – cujo efeito de sua promulgação transcendeu o aspecto meramente econômico, incidindo sobre o político. Vale destacar que o "impacto real" sobre os ganhos dos trabalhadores foi e continua sendo bastante discutido pela literatura, como se pode ver a seguir. Em relação a essa discussão, podemos evidenciar, grosso modo, três linhas de interpretação, com seus respectivos pilares de sustentação mais vigorosos. Na primeira linha, destacamos Otávio Ianni, para quem a fixação do salário mínimo destinou-se a aumentar a racionalidade e a produtividade da força de trabalho,

> Em nosso Estado não se fala mais em luta de classe, em comunismo, em integralismo. Há uma coordenação espontânea dos valores econômicos, que se integram no esforço comum da produção de riquezas. [...] O espírito cristão preside ao nosso labor pacífico, confundindo-se nas fábricas, como nas igrejas, os operários e os patrões. [...] Nem competições, nem preconceitos, nem exploração, nem o ódio, nada perturba o ritmo da vida modesta e feliz dos que trabalham, em Pernambuco [135].

O Decreto-lei n° 1.402, de 1939, desconsiderava a relativa "abertura" e "concessões" feitas pela Constituição de 1934 no que se refere a uma maior autonomia, liberdade e pluralidade sindical. A nova lei restabelecia a unicidade sindical, não sendo reconhecido mais de um sindicato por profissão numa mesma localidade. Ao MTIC cabia a concessão de "cartas de reconhecimento" aos sindicatos. Além disso, estabelecia o seu modo de funcionamento.

O Decreto-lei n° 1.402 representava, por um lado, a política que já vinha sendo implantada pelo governo Vargas desde a sua constituição no início da década de 30, ao mesmo tempo em que representava a letra da Constituição de 1937 (ou seja, o próprio espírito autoritário do Estado Novo). Como destacou Maria H. Tavares de Almeida: "*Do estatuto de 1931 para o de 1939, há uma caminhada clara no sentido do reforço da dimensão autoritária da interferência estatal no mundo do trabalho*" [136]. Em relação à diferença entre o Decreto n° 24.694, de 1934, e o Decreto-lei n° 1.402, de 1939, Antonio Carlos Bernardo considerou:

> O enquadramento efetivado em 1934 mostrou-se insuficiente, pois atingiu especificamente a esfera do legislativo [...] admitindo o princípio da pluralidade, dificultou a tutela do Estado, permitindo certa intensificação das atividades sindicais. O que se buscou a partir de 37 foi fazer com que os sindicatos passassem a convergir para o núcleo do Executivo, que, através do

---

evitando a superexploração (ou a pauperização) do trabalhador urbano, numa situação de ampla oferta de mão-de-obra. Segundo ele: "*[...] o salário mínimo, o aviso prévio, a estabilidade e outras garantias se impuseram imediatamente para que não se produzisse a pauperização da classe operária*". IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, p. 145. Numa segunda linha de interpretação, destacamos as análises de Sonia Regina de Mendonça e Antônio Carlos Bernardo, para os quais a fixação do salário mínimo foi um poderoso "*[...] instrumento para aumentar a apropriação do trabalho suplementar gerado pelo trabalhador industrial"*. De uma maneira geral, para eles, o salário mínimo serviu como um "instrumento da acumulação urbano-industrial", por duas razões: por um lado, porque ao substituir o mercado como instância formadora do preço da força de trabalho, o Estado evitava o confronto direto entre capital e trabalho; por outro, porque ao fixar esse mínimo em níveis biológicos, a lei garantia aos empresários a expressiva redução de gastos com a folha de pagamento. MENDONÇA, Sonia Regina de. As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização. In: LINHARES, Maria Yedda Leite (Org.). **História geral do Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000, p. 329. E, BERNARDO, op. cit. (1982), p. 154. Por fim, temos a interpretação de Luiz W. Vianna, para quem fixação do salário mínimo teria rebaixado o salário dos trabalhadores mais qualificados, mas elevado o daqueles de mais baixa qualificação. Para ele, a fixação do salário mínimo "*[...] traduzia-se numa melhora real das demais ocupações das classes subalternas urbanas, que, conforme os dados do censo salarial viviam em grande parte sob uma remuneração aquém do mínimo fixado pela lei. [...] os operários qualificados se constituíam no setor mais prejudicado*". VIANNA, op. cit. (1989), p. 239-240.

[135] MAGALHÃES, Agamenon. Congresso operário de Goiana. **Folha da Manhã**, Recife, p. 2, 31 mar. 1938. Ed. Matutina.

[136] ALMEIDA, M., op. cit. (1982), p. 340.

> Ministério do Trabalho, passou a exercer, apoiado na lei sindical, o controle praticamente absoluto. Com isso, retirava-se do sindicato a possibilidade de criar e desenvolver uma atuação voltada para a prática operária, substituindo-a por aquelas definidas pelo Estado, que nesse caso se confundem com as das classes dominantes. A lei sindical de 1939 subtraía das entidades de classe um dos fatores básicos de sua vitalidade, isto é, sua autonomia [137].

A terceira medida do Estado Novo no que refere às atividades dos sindicatos no país foi a promulgação do Decreto-lei n° 2.377, de 8 de julho de 1940, que criou o chamado "imposto sindical" [138]. Pelo decreto, todo empregado, sindicalizado ou não, pagaria compulsoriamente em março de cada ano um imposto, ao sindicato de sua respectiva categoria profissional, no valor de um dia de trabalho. O valor seria descontado da folha de pagamento e depositado pelo empregador numa agência do Banco do Brasil que se encarregaria da sua distribuição para as respectivas entidades sindicais. Da arrecadação total, cabia ao sindicato 54%, à federação 15%, à confederação 5%, e ao Estado reservava-se 26% da quantia, que seria destinado 20% ao Fundo Sindical e 6% ao pagamento pelo serviço de agenciamento operado pelo BB [139]. Segundo Angela de Castro Gomes: "*A intenção evidente da lei era 'dar vida' [recursos] aos sindicatos, e com isso, torná-los dispensadores de uma série de benefícios que, finalmente, atrairiam os trabalhadores: serviços de assistência jurídica e dentária, acesso a lazer, entre outros*" [140].

Como se pode ver, o Decreto-lei n° 2.377, ao mesmo tempo em que concedia a "liberdade" de filiação ou não do trabalhador ao sindicato, acabava por obrigá-lo a contribuir econômica e "compulsoriamente" com uma entidade da qual ele não era necessariamente associado. Em outras palavras, todo trabalhador filiado ou não deveria pagar um imposto, ao sindicato de sua respectiva categoria profissional, no valor de um dia de trabalho. Entretanto, para que fosse reconhecido como membro do sindicato e, assim utilizar-se de seus benefícios individuais, o trabalhador deveria fazer uma contribuição/pagamento mensal ao seu sindicato. O simples pagamento do "imposto sindical" não assegura ao pagante o direito aos serviços do sindicato. Percebe-se pelo seu aspecto compulsório que o "imposto sindical" tinha, de fato,

---

[137] BERNARDO, op. cit. (1982), p. 160-161.

[138] A expressão "imposto sindical" foi suavemente modificada para "contribuição sindical", através do Decreto-lei n° 27, de 14 de novembro de 1966. Cf. BRASIL. Decreto-lei n° 27, de 14 de novembro de 1966. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 14 nov. 1966, Seção 1, p. 13147.

[139] Em caso de não haver uma federação, os recursos a ela destinados iriam para a confederação correspondente e vice-versa. Em caso de inexistência de ambas, esses 20% eram destinados à Conta Especial de Emprego e Salários do MTIC.

[140] GOMES, op. cit. (2002), p. 38-39.

uma natureza jurídica tributária, pois era imposta por lei e impassível de recusa, como foi definido posteriormente pelo art. 545 da CLT.

A criação do Imposto sindical, na medida em que gerou um grande fluxo de dinheiro aos sindicatos, funcionou também como um elemento de distanciamento dos líderes sindicais com a sua classe. Uma vez que, com a criação do imposto, os líderes sindicais passaram a receber altos salários e podiam fazer "carreira" dentro do sindicato, muitos deles abdicaram da defesa dos interesses de classe trabalhadora para adotar uma linha de atuação política congruente com o Estado. Nas palavras de Salvador Sandoval:

> A taxa sindical criou uma situação em que os líderes sindicais dependem mais do favor governamental, em vez do apoio de uma mobilização de classe, para que possam executar as atividades sindicais e exercer sua liderança. Uma vez que a taxa sindical é recolhida de todos os trabalhadores, afiliados ou não ao sindicato, os pelegos têm buscado garantir apenas uma participação mínima dos trabalhadores para que sua autoridade não seja questionada [141].

A CLT regulamentou não apenas o "imposto sindical", como também definiu o que se constituiria como o "patrimônio" dos sindicatos. Este era compreendido: a) pelo "imposto sindical"; b) pelas mensalidades dos associados; c) pelos *bens* e *valores* adquiridos e as *rendas* produzidas pelos mesmos; d) pelas *doações* e *legados*; e) pelas multas e f) pela chamada *reversão ao sindicato de parte* (em geral, 10%) *do aumento salarial por ele conseguido mediante atividade coletiva*. Como consequência dessa forma institucionalizada de se garantirem fundos às organizações sindicais, sob a proteção do Estado, os sindicatos tornaram-se, no decorrer dos anos, cada vez mais dependentes do recolhimento das altas somas de dinheiro, especialmente, a do "imposto sindical". Segundo José Cândido Filho:

> É a existência do imposto sindical que explica o baixíssimo índice de sindicalização no país, uma vez que os sindicatos, graças a esse imposto, podem arrecadar gordas verbas sem necessidade de um sócio sequer. Na verdade, quanto menor for o número de associados, tanto melhor, menores são os problemas dos burocratas empedernidos [142].

Para fiscalizar a aplicação do dinheiro arrecadado com o imposto sindical, o governo instituiu a "*Comissão do Imposto Sindical*", através do Decreto-lei n° 4.298, de 14 de maio de 1942, que obrigava os sindicatos a aplicar os recursos nas seguintes atividades: assistência médica, dentária e hospitalar; assistência maternal; assistência jurídica; escolas de alfabetização e pré-vocacionais; agências de emprego; cooperativas de crédito e de consumo;

---

[141] SANDOVAL, op. cit. (1994), p. 23.

[142] CANDIDO FILHO, José. **O movimento operário**: o sindicato, o partido. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982, p. 184.

colônias de férias; bibliotecas; atividades sociais e esportivas; despesas com funeral; despesas resultantes da administração dessas atividades etc.

Como se pode notar, com o imposto sindical, "*[...] os sindicatos se transformaram em verdadeiras sucursais do poder público deixando de ser associações civis com mera delegação do Estado*" [143]. Cada vez mais, o governo colocava os sindicatos a uma posição de não mais funcionar como organização de luta dos trabalhadores, mas sim uma como instituição filantrópica, assistencial, visando a "promoção social". Como se verá mais adiante, esta ênfase no caráter assistencial dos sindicatos foi aprimorada na ditadura de 1964.

O aumento da repressão durante o Estado Novo, prendendo ou matando quem se manifestasse contra o governo, a instituição do Decreto-lei n° 1.402, que traduzia para a legislação sindical o próprio espírito autoritário do período, e principalmente a criação do imposto sindical, levaram ao fechamento de muitos sindicatos. Uma vez que os recursos que financiavam a gestão das lideranças sindicais não decorriam de uma contribuição voluntária dos trabalhadores e o processo eleitoral dos sindicatos se iniciava e se impunha "de cima para baixo" com a presença do Estado, inúmeros trabalhadores deixaram de se sindicalizar, pois muitos não mais percebiam o sindicato como instrumento de luta para conquista de suas reivindicações. Como a legislação sindical vigente no período definia o número mínimo de membros para que o sindicato pudesse exercer suas atividades, algumas entidades foram fechadas ou simplesmente extintas durante os primeiros anos do Estado Novo.

Na tabela II, podemos observar que – diferentemente de 1938 (ver Tabela I), em que o Estado de Pernambuco dispunha de 85 organizações sindicais – no ano de 1942, Pernambuco só contava com 38 destas entidades, isto é, uma queda de 60% em quatro anos. Nunca é demais lembrar que os anos de 1938 a 1942 corresponderam ao período de vigência do Estado Novo, acompanhado de aumento da repressão, promulgação do Decreto-lei n° 1.402 e criação do imposto sindical. Para corrigir esta "falha no sistema" da pouca procura dos trabalhadores em sindicalizar-se, Getúlio Vargas começou, em meados de 1942, a implantar uma ampla "campanha de sindicalização" pelo país [144]. Em 1943, o governo instituiu, por exemplo, o Decreto-lei n° 5.199, de 16 de janeiro de 1943, que tinha por objetivo "*agremiar a massa*

[143] VIANNA, op. cit. (1989), p. 233.

[144] Veja-se, por exemplo, o discurso de Vargas em 1943, durante as comemorações oficiais do 1° de maio, em que ressaltava a necessidade de aumentar a filiação dos empregados a seus respectivos sindicatos. Em suas palavras: "*Neste Primeiro de Maio, aproveitando o ensejo de falar-vos diretamente, quero lembrar a necessidade de aumentarmos a inscrição nos sindicatos profissionais. Não se cogita de alterar-lhes a organização, a estrutura ou a finalidade, mas apenas fazer com que o número de sindicalizados se eleve até abranger todos os trabalhadores, de forma que estes, representando a totalidade das profissões, possam influir mais diretamente nas resoluções de caráter econômico, social e político*". VARGAS, op. cit. (1943), p. 35.

para uso dos direitos concedidos" [145]. Segundo uma publicação produzida pelo "GT Sindical do Centro Josué de Castro" (1981), a partir de 1939, várias iniciativas foram realizadas em Pernambuco para atrair mais trabalhadores ao sindicato:"*[...] no mês de setembro de 1939, foi realizada uma 'Campanha dos Mil Sócios', no sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco, diminuindo a contribuição sindical para facilitar a entrada de novos sócios*" [146].

Tabela II – Organização sindical (1942-1945)

Regiões e Estados	Números de Sindicatos existentes															
	Profissões liberais				Empregados				Empregadores				Total			
	1942	1943	1944	1945	1942	1943	1944	1945	1942	1943	1944	1945	1942	1943	1944	1945
NO																
AM	2	2	2	2	14	14	16	17	3	3	3	4	**19**	**19**	**21**	**23**
PA	1	1	1	1	27	27	30	30	7	7	7	7	**35**	**35**	**38**	**38**
NE																
MA	–	–	–	–	17	22	24	26	8	9	10	10	**25**	**31**	**34**	**36**
PI	–	–	–	2	2	6	9	13	–	–	2	3	**2**	**6**	**11**	**18**
CE	3	4	5	5	24	26	27	29	10	16	24	27	**37**	**46**	**56**	**61**
RG	–	–	–	–	9	12	13	14	–	–	1	1	**9**	**12**	**14**	**15**
PB	–	–	–	–	17	18	19	21	4	4	7	7	**21**	**22**	**26**	**28**
PE	3	4	4	4	38	41	44	47	33	37	39	39	**74**	**82**	**87**	**90**
AL	1	2	2	2	2	16	21	24	–	3	7	8	**3**	**21**	**30**	**34**
L																
SE	–	–	–	–	24	24	25	26	7	12	12	13	**31**	**36**	**37**	**39**
BA	2	4	4	4	45	50	53	59	7	10	14	15	**54**	**64**	**71**	**78**
MG	6	7	9	9	48	57	60	67	38	41	42	47	**92**	**105**	**111**	**123**
ES	1	1	1	1	9	9	10	11	2	3	4	4	**12**	**13**	**15**	**16**
RJ	2	2	3	3	36	53	57	61	12	16	18	22	**50**	**71**	**78**	**86**
DF	7	7	7	7	61	67	67	70	80	84	88	93	**148**	**158**	**162**	**170**
S																
SP	13	14	14	14	124	135	140	147	129	140	151	162	**266**	**289**	**305**	**323**
PR	3	3	3	3	18	19	22	24	12	15	17	18	**33**	**37**	**42**	**45**
SC	–	–	–	–	27	31	33	35	3	4	4	4	**30**	**35**	**37**	**39**
RS	7	8	8	8	93	120	132	138	40	47	55	66	**140**	**175**	**195**	**212**
CO																
MT	2	2	2	2	8	11	11	11	–	–	–	–	**10**	**13**	**13**	**13**
GO	–	–	–	–	1	1	3	3	–	–	–	–	**1**	**1**	**3**	**3**
BR	53	61	65	67	644	759	816	873	395	451	505	550	**1.092**	**1.271**	**1.386**	**1.490**

Fonte: IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil**: 1946. Rio de Janeiro: IBGE, 1946. p. 415. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos_pdf/trabalho/1946/trabalho1946aeb_027.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2011.

[145] A respeito desta "campanha de sindicalização", lançada por Getúlio Vargas por todo o país, cabe destacar, por exemplo, no caso específico de Pernambuco, o aumento significativo de sindicatos em um período de três anos: em 1942, o IBGE apontava 74 sindicatos no estado, em 1945 – ano em que Vargas saiu do poder –, Pernambuco já se encontrava com 90 sindicatos, isto é, 16 a mais do que quando se iniciou a "campanha pela sindicalização" (ver Tabela II).

[146] GT SINDICAL DO CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS JOSUÉ DE CASTRO. **Até chegar no Zé**. Recife: Recife Gráfica Editora, 1988.

A "campanha de sindicalização" se dava num momento de entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial e de crescimento da oposição à ditadura varguista. Momento no qual o Estado Novo vivia uma gritante contradição: externamente, o país apoiava as democracias na luta contra o fascismo, e, internamente, mantinha um regime ditatorial. O governo Vargas lançava a campanha, portanto, como meio de angariar os trabalhadores para dentro do sindicato oficial – fazendo com que "usufruíssem dos benefícios" da legislação social até então promulgada – aproximando-os do Estado, num esforço de legitimar as ações do próprio Estado e de forjar o discurso da necessidade de continuação do Estado (personificado na pessoa de Getúlio) "protetor dos trabalhadores" [147]. Era extremamente importante para o governo Vargas a inclusão dos trabalhadores na organização corporativista da sociedade, pois de nada adiantaria toda a montagem da parafernália jurídica (trabalhista e sindical) se os próprios trabalhadores permanecessem exteriores a ela. Daí a necessidade da "campanha de sindicalização" pelo país.

> O ministério [o MTIC] queria sindicatos e líderes convencidos das qualidades do sistema corporativista, o que não significava necessariamente submissão total. A vivificação do sindicalismo corporativo deveria passar por um esforço eminentemente pedagógico e não fundamentalmente repressivo [148].

John French argumentou que em 1943 – treze anos após o golpe da Aliança Libertadora que levou Getúlio Vargas ao poder – o campo da legislação trabalhista e sindical no país, tinha atingido tal grau de complexidade que ameaçava a sua própria eficácia [149]. Os treze anos de legislação trabalhista e sindical varguista (1930-1943) tinham sido fruto de inúmeras disputas e múltiplas orientações doutrinais. Assim, para o governo Vargas, era mais que necessário a consolidação e sistematização de tais conglomerados de decretos sobre a matéria trabalhista e sindical em um corpo uno, real e fechado. Decorre daí a criação da CLT, através do Decreto-Lei nº 5.452, de 1° de maio de 1943.

A CLT sintetizou toda a política trabalhista de Vargas e a partir daí passou a reger todo o vasto campo do funcionamento interno dos sindicatos, das relações entre o Estado e as entidades sindicais, das relações entre estas últimas e os sindicatos patronais, entre os

---

[147] A publicação do "GT Sindical do Centro Josué de Castro" destacou essa imagem do presidente Getúlio Vargas como "protetor dos trabalhadores". Lembrou, por exemplo, que, em maio de 1938, o Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco enviara diversos telegramas de solidariedade ao governo e que, apesar das dificuldades financeiras, o sindicato também enviara uma contribuição para a construção de um busto em homenagem ao presidente, em frente ao MTIC, no Rio de Janeiro. GT SINDICAL DO CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS JOSUÉ DE CASTRO, op. cit.

[148] GOMES, op. cit. (2005), p. 250.

[149] FRENCH, op. cit. (2001), p. 14.

empregadores e empregados no interior dos locais de trabalho. A CLT pretendeu ser a sistematização da legislação produzida desde o início da nova ordem implantada em 1930, arranjando-a num todo orgânico e congruente. Agamenon Magalhães sintetizou no editorial da *Folha da Manhã*, jornal local de sua propriedade, os motivos que levaram o governo a decretar a CLT apenas no ano de 1943. Para ele, o Estado varguista:

> Teve como não poderia deixar de ter no começo, um caráter de exceção e vencer as resistências patronais, que foram bem fortes. Teve também de vencer as resistências do tradicionalismo de uma ordem jurídica, que tinha por base o direito privado. Por outro lado, a legislação se conteve os diques das reivindicações operárias, precisava disciplinar a massa e organizá-la, evitando que as novas franquias servissem para aguçar apetites, desejos maiores em expansões irrefreáveis. A criação dos quadros sindicais era necessária para a reeducação dos valores sociais, que se procurava ordenar e ajustar à nossa evolução industrial: só agora, pois, o Estado pode empreender a consolidação das leis trabalhistas ou a sua sistematização, facilitando a sua conduta e a sua aplicação, dando-lhe mais clareza e melhor técnica [150].

Especificamente em relação à matéria sindical, a CLT instituiu 118 artigos que versavam desde o reconhecimento até a administração dos sindicatos, como se pode observar:

a) Título V – da organização sindical
    - Capítulo I – da instituição sindical
        - Seção I – da associação em sindicato (Art. 511 a 514);
        - Seção II – do reconhecimento e investidura sindical (Art. 515 a 521);
        - Seção III – da administração do sindicato (Art. 522 a 528);
        - Seção IV – das eleições sindicais (Art. 529 a 532);
        - Seção V – das associações sindicais de grau superior (Art. 533 a 539);
        - Seção VI – dos direitos dos exercentes de atividades ou profissões e dos sindicalizados (Art. 540 a 547);
        - Seção VII – da gestão financeira do sindicato e sua fiscalização (Art. 548 a 552);
        - Seção VIII – das penalidades (Art. 553 a 557);
        - Seção IX – disposições gerais (Art. 558 a 569).
    - Capítulo II – do enquadramento sindical (Art. 570 a 577);
    - Capítulo III – da contribuição sindical
        - Seção I – da fixação e do recolhimento do imposto sindical (Art. 578 a 591);

[150] MAGALHÃES, Agamenon. Consolidação das Leis Trabalhistas. **Folha da Manhã**, Recife, p. 2, 22 fev. 1943. Ed. Matutina.

- Seção II – da aplicação do imposto sindical (Art. 592 a 594);
- Seção III – da comissão do imposto sindical (Art. 595 a 597);
- Seção IV – das penalidades (Art. 598 a 600);
- Seção V – disposições gerais (Art. 601 a 610).

b) Título X – do processo judiciário do trabalho

- Capítulo IV – dos dissídios coletivos
  - Seção I – da instauração da instância (Art. 856 a 859);
  - Seção II – da conciliação e do julgamento (Art. 860 a 867);
  - Seção III – da extensão das decisões (Art. 868 a 871);
  - Seção IV – do cumprimento das decisões (Art. 872);
  - Seção V – da revisão (Art. 873 a 875).

A nosso ver, se a constituição da CLT em 1943 representou, de certa maneira, um ganho às reivindicações dos trabalhadores, o mesmo não pode ser dito em relação à "atividade sindical" no país. Se, até hoje, a CLT é vista por alguns especialistas como um dos maiores feitos do governo Vargas em relação aos trabalhadores, ela foi, em contramão, o "instrumento de controle do Estado" sobre as organizações sindicais durante quase meio século [151]. O art. 514 é um exemplo claro do teor deste novo documento: "*São deveres dos Sindicatos: a) colaborar com os poderes públicos do desenvolvimento da solidariedade social*".

Durante os governos mais liberais e democráticos, que dependeram do voto popular (por exemplo, o período de 1946-1964), as restrições e as penalidades mais severas da CLT aos sindicatos não foram aplicadas [152] – mesmo que, de fato, tais medidas não tenham sido eliminadas, como afirmou Heloisa de Souza Martins: "*Ainda que, de certa forma, a filosofia estadonovista haja sido rompida durante o intervalo democrático de 1945 a 1964, o arcabouço jurídico não o foi*" [153]. Já no pós-1964, durante regime civil-militar, as restrições e as penalidades mais severas da CLT se mostraram um instrumento indispensável à efetivação das diretrizes de controle do Estado sobre os sindicatos. Assim, como salientou Philippe Schmitter, durante a ditadura no Brasil (1964-1985), para "intervir" nos sindicatos, o Estado não necessitou utilizar uma legislação sindical, especificamente, de exceção, mas

[151] Luiz W. Vianna resumiu, por exemplo, de maneira eficaz, os efeitos produzidos pela instituição da CLT: "*O espírito da CLT e as instituições e procedimentos nela previstos atuavam exatamente no sentido de abafar o mundo da fábrica.* ***O Estado controlaria o sindicato e o sindicato, por sua vez, controlaria os trabalhadores*** *e, com isso, se tinha a fórmula de levar a política do Estado para dentro da classe operária*". VIANNA, op. cit. (1989), p. 105-106.

[152] Embora durante o governo Dutra (1946-1951) tenha havido intensa repressão com diversos processos de intervenção em sindicatos considerados de "esquerda".

[153] SOUZA MARTINS, op. cit. (1979), p. 91.

simplesmente recorrer, de maneira ampla e efetiva, aos dispositivos legais que vinham do primeiro governo Vargas, especialmente da CLT, e que atravessaram todo o período constitucional, inclusive o governo Goulart, sem sofrerem qualquer alteração [154]. Como se verá mais adiante, a CLT sobreviveu a quatro momentos políticos bem distintos da vida nacional: Estado Novo, interregno democrático, ditadura militar e volta à democracia.

[154] SCHMITTER, Philippe C. The "Portugalization" of Brazil? In: STEPAN, Alfred. **Authoritarian Brazil**: Origins, Policies, and Future. New Haven: Yale University Press, 1973, p. 206-207.



(Figura III – Após a sua posse como governador, em 1963, Miguel Arraes fala aos trabalhadores em frente ao Palácio do Campo das Princesas. Fonte: ROZOWYKWIAT, Tereza. **Arraes**. São Paulo: Iluminuras, 2006, p. 51).

Capítulo **2**

O INTERREGNO DEMOCRÁTICO: O SINDICALISMO DE ESTADO E A ATUAÇÃO DOS "VELHOS SINDICALISTAS" (1945-1964)

Trabalho como louco
Mas ganho muito pouco
Por isso eu vivo sempre atrapalhado
Fazendo faxina
Comendo no "China"
Tá faltando um zero no meu ordenado
Tá faltando sola no meu sapato
Somente o retrato
Da rainha do meu samba
É que me consola
Nesta corda bamba
(*Falta um zero no meu ordenado*, Benedito Lacerda e Ary Barroso, 1948)

Para Marco Aurélio Santana, compreender o sindicalismo brasileiro entre os anos de 1945 e 1964 é entender a atuação do PCB e do PTB, dois partidos que desempenharam papel central na direção dos sindicatos, condução das greves, relação com os trabalhadores, enfim, na vida política, naquele período [155].

A retomada do movimento sindical no final da década de 1970 levou diversos acadêmicos e líderes sindicais a cunharem a expressão "Novo sindicalismo" para o fenômeno e se oporem ao sindicalismo pré-64, denominando os militantes sindicais desse período de "velhos sindicalistas" [156].

De acordo com Marco Aurélio Santana, essa leitura crítica sobre a atuação do movimento sindical no pré-64 é baseada nas análises de Francisco Weffort. Para este, o sindicalismo do pré-64 era cupulista, atrelado, reformista, populista, pacifista, conciliatório etc. Ou seja, a prática sindical dos militantes daquele período teria sido pautada pelo reformismo nacionalista; controle das massas; privilegiamento do Estado, em vez da sociedade civil, como espaço de intervenção; pela prioridade dada aos objetivos políticos em

[155] SANTANA, Marco Aurélio. **Homens partidos**: comunistas e sindicatos no Brasil. Rio de Janeiro: UNIRIO; São Paulo: Boitempo, 2001, p. 11-16.
[156] MATTOS, op. cit. (1996), p. 76.

detrimento dos econômicos etc. [157]. Estas conclusões o levaram a chamar o movimento sindical pré-64 de "sindicalismo populista". Em suas palavras:

> O movimento sindical populista é fenômeno de formação recente na história brasileira. Só começa a tomar corpo em inícios dos anos 50 e só a partir da segunda metade desta década chega a definir-se plenamente. E a partir dos anos 50, portanto, que se podem perceber mais claramente suas características: no plano da orientação, subordina-se à ideologia nacionalista se volta para uma política de reformas e de colaboração de classes; no plano da organização, caracteriza-se por uma estrutura dual em que as chamadas "organizações paralelas" formadas por iniciativa da esquerda passam a servir de complemento à estrutura sindical oficial, inspirada n corporativismo fascista como um apêndice da estrutura do Estado; no plano político, subordina-se às vicissitudes da aliança formada pela esquerda com Goulart e outros políticos fiéis à tradição de Vargas. O sindicalismo populista atingirá o ponto máximo de seu desenvolvimento nos anos 60 na linha de uma aproximação e subordinação crescentes ao regime populista. Em 1964, este sindicalismo entra em crise para finalmente desaparecer com o regime político ao qual associara seu destino [158].

Marcelo Badaró Mattos assim resumiu as principais características daquilo que Weffort chamou de "sindicalismo populista":

a) a inconsistência organizatória: privilegiando as organizações de cúpula oficiais (Federações e Confederações), ou paralelas (intersindicais e o CGT), as lideranças sindicais mais combativas afastaram-se das bases e menosprezaram a organização dos trabalhadores por local de trabalho, conformando-se à estrutura sindical oficial;
b) a falta de sintonia entre as reivindicações políticas mais gerais priorizadas pelas lideranças, e as questões específicas do mundo do trabalho (salário, condições de trabalho, etc.), que teriam maior poder de mobilização entre as massas de trabalhadores;
c) o poder de mobilização restrito aos trabalhadores de empresas controladas pelo Estado (em especial, ferroviários, marítimos e portuários) e, portanto, menor potencial mobilizatório entre os trabalhadores das grandes indústrias dos setores de ponta da economia (metalúrgicos, principalmente) e nas empresas privadas em geral;

---

[157] SANTANA, Marco Aurélio. Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 41, p. 103-120, out. 1999, p. 106.

[158] WEFFORT, Francisco Correa. Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do pós-guerra). **Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 4, abr.-jun., 1973, p. 67.

d) e o Estado ser tomado como o interlocutor privilegiado e suas instâncias como espaços a serem conquistados, secundarizando-se os conflitos diretos entre capital e trabalho [159].

De uma maneira geral, na ótica dos "novos sindicalistas", os "velhos sindicalistas" teriam se acomodado à estrutura sindical corporativista, abandonado a ação entre as bases, descuidado da organização nos locais de trabalho e escolhido uma estratégia de acordos com os empresários e/ou as elites políticas, como via de obtenção de suas reivindicações.

Percebe-se a existência de uma avaliação bastante negativa acerca da atuação dos "velhos sindicalistas". Entretanto, a nosso ver, essas avaliações extremamente negativas merecem ser relativizadas uma vez que, apesar de ter havido líderes cupulistas, burocratizados e distantes das bases, entre os anos de 1945 e 1964, existiram também muitas lideranças "autênticas" e "combativas", para usar o jargão sindical.

A ênfase dos "novos sindicalistas" no aspecto da ruptura acabou por obscurecer a prática organizativa dos trabalhadores do pré-64, impedindo que se visse e se aprendesse – tanto no que se refere aos erros quanto aos acertos – com o passado.

> [...] os homens de uma nova era são mais avançados, mas ao mesmo tempo, menos meritórios do que os seus predecessores; eles sabem mais em termos absolutos, em virtude do efeito acumulativo da aprendizagem, mas em termos relativos a sua própria contribuição para a aprendizagem é tão pequena, que eles podem com justiça ser comparados a pigmeus [160].

De fato, a perspectiva que negligencia a experiência do pré-64 não dá conta da complexidade das práticas daquele sindicalismo, e acaba por não compreendê-la, mas sim reduzi-la totalmente. Pode-se dizer que, se, de um lado, o sindicalismo no pré-64 se burocratizou, montando máquinas que consumiram muitos recursos que deveriam favorecer os trabalhadores como um todo; de outro lado, lutou pela manutenção e expansão dos direitos do trabalho, com recurso à greve e à Justiça do Trabalho.

A grande questão é que os "novos sindicalistas" não levaram em conta o fato de que, no período anterior a 1964, o movimento sindical já tinha sido forte e politicamente influente no Brasil. Não por acaso, uma das "ameaças" à democracia que os golpistas de 64 pretendiam exorcizar foi a chamada "República Sindicalista" [161].

---

[159] MATTOS, op. cit. (1996), p. 69.

[160] CALINESCU, Matei. **As cinco faces da modernidade**. Lisboa: Vega, 2000, p. 28.

[161] Criticando a visão dos "novos sindicalistas" de que o sindicalismo no pré-64 era constituído exclusivamente pela prática "reformista", "pelega" e "cupulista", um ex-digente sindical daquele período sentenciou: "*Se o período pré-64 foi tudo isso que os "novos sindicalistas" concluíram e que querem passar para a nova geração, a pergunta é: por que, então, os militares deram o golpe? Por que, se antes estava tudo dentro da linha, se não havia um conteúdo "combativo" e ou "revolucionário", se não havia uma mobilização de classe, não tinham*

> Foi um grande desacerto [dos novos sindicalistas] e posteriormente do PT, desqualificar o movimento sindical do período pré-1964, pois com isso, desqualificou também lideranças e sindicatos extremamente combativos, se levarmos em conta a conjuntura da época. Ao firmarem-se como "autênticos e combativos" estabelecendo o contraponto no PCB e no sindicalismo pré-64, prestaram, sem dúvida, um desserviço à esquerda brasileira e ao movimento sindical como um todo, caindo no erro de rotular a todos os seus antecessores como pelegos [162].

Neste capítulo, tentaremos demonstrar que embora os "velhos sindicalistas" tenham privilegiado as demandas políticas do momento, uma atuação junto ao Estado e por dentro da estrutura sindical oficial, eles também foram capazes de criar: instâncias de organização dos trabalhadores nos locais de trabalho; intersindicais; mobilizações com ampla participação das bases; greves grandes e pequenas, de curta, média e alta duração; índices altos de sindicalização; visibilidade dos sindicatos na opinião pública; atividades culturais e de formação nos sindicatos; encaminhamentos de demandas novas como o contrato coletivo de trabalho; participação dos sindicatos na formulação de pautas políticas para o país etc.

Em relação à atuação dos comunistas nesse período, Marco Aurélio Santana argumentou que apesar dos erros de análise e de avaliação, problemas de linha política e de possuir uma estrutura interna pouco afeita a mudanças, as análises atuais não podem desmerecer o trabalho sindical realizado pelo PCB naquele contexto, crucificando o partido por ter apostado na importância da atuação legal e da abertura de espaços democráticos. Em suas palavras:

> [...] não devemos deixar de reconhecer o grau de importância que representou o fato de, por exemplo, o partido não só ter tentado ser o porta-voz dos trabalhadores dentro de um sistema adverso, como também ter trazido os próprios trabalhadores para o mundo da grande política, seja por meio dos sindicatos, seja por meio do parlamento. **Não devemos esquecer a importância do desempenho do partido na atração de massas de trabalhadores para a organização em seus sindicatos, em busca de seus direitos.** De alguma maneira, os ataques sofridos pelo PCB tinham origem na percepção das elites de que aquilo seria uma intromissão, não só de um partido com unia ideologia perigosa mas talvez, sobretudo, porque ele significasse tini espectro ainda mais perigoso, que é o da participação dos trabalhadores e seus movimentos no quadro de definições do flauto da sociedade [163].

No que diz respeito à atuação do PTB, Lucilia Delgado ressaltou que o partido – que fora criado, num primeiro momento, sob a inspiração e para atender aos interesses de Vargas

---

motivo para mexer no poder da classe dominante". Cf. depoimento citado por: SANTANA, op. cit. (1999), p. 142.

[162] SILVA, Stanley Plácido da Rosa. Entre a vanguarda e o espontaneísmo: embates pela hegemonia do "novo sindicalismo" no Brasil. **Revista urutágua**: revista acadêmica multidisciplinar, n. 16, Maringá, 2008, p. 82.

[163] SANTANA, op. cit. (2001), p. 300, grifo nosso.

– acabou funcionando, por um longo período, como um meio de canalização das pressões populares e, até mesmo, como uma possibilidade de maior participação dos trabalhadores no contexto político nacional.

> O PTB era um instrumento que, com todas as suas limitações, forçou passagem e contribuiu sobremaneira para o comparecimento dos setores populares na arena da cidadania. **O Partido Trabalhista Brasileiro foi, portanto, um meio eficaz de introdução dos trabalhadores na sociedade política. Uma introdução real, apesar de ter sido realizada sob a via do controle e sob os auspícios do Estado**. A movimentação do partido na arena política, no entanto, não poderia se realizar sem a sustentação mobilizadora de segmentos da sociedade civil, mesmo que essa mobilização se desse como elemento de contestação ao controle [164].

* * *

A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, ao lado das forças antifascistas, em agosto de 1942, expôs o Estado Novo em uma enorme contradição: externamente o país lutava contra o totalitarismo, porém, internamente, mantinha um regime ditatorial [165].

A partir deste momento, várias manifestações passaram a acontecer em diversas partes do Brasil, nas quais eram exigidas a democratização, a livre organização partidária, anistia aos presos políticos etc. Segundo Lucilia Delgado, percebendo o inevitável desmantelamento do Estado Novo, "*[...] ao Presidente Vargas, que não se dispunha a abrir, integralmente, mão do poder, só restou uma alternativa: inserir-se no processo de mudança*" [166].

Diante do novo contexto, Vargas promulgou a Lei Constitucional nº 9, em 28 de Fevereiro de 1945. A Lei, além de modificar alguns artigos e parágrafos referentes à intervenção federal nos estados, fixava o prazo de 90 dias para a marcação de eleições diretas para a presidência da República, Câmara dos Deputados, Conselho Federal (correspondente ao antigo Senado Federal), governadores e assembleias legislativas estaduais.

Finalmente, no dia 28 de maio, o governo instituiu o Decreto-lei nº 7.586, restabelecendo a Justiça Eleitoral e marcando as eleições gerais para o dia 2 de dezembro. Neste momento em que se definiam os requisitos para a criação dos novos partidos políticos, o PCB foi legalizado e, pela primeira vez em toda a sua história, apresentou candidato próprio: o então desconhecido Yedo Fiúza, cuja candidatura indicada por Luís Carlos Prestes,

---

[164] DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **PTB**: do getulismo ao reformismo (1945-1964). 2. ed. São Paulo: LTr, 2011, p. 78, grifo nosso.

[165] Sobre a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, ver, entre outros: ALVES, Vágner Camilo. **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial**: história de um envolvimento forçado. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002.

[166] DELGADO, op. cit. (2011), p. 38.

surpreendeu grande parte dos comunistas que sonhavam com a candidatura do líder, o "*Cavaleiro da Esperança*" [167].

A livre e aberta participação do PCB nas eleições de 1945 pode ser explicada sob dois aspectos: em primeiro lugar, é preciso ter em mente que o Brasil já tinha estabelecido relações diplomáticas com a URSS desde o dia 30 de março, por ocasião da Segunda Guerra. Restavam, assim, poucas alternativas para Vargas não aceitar as candidaturas comunistas [168]. Em segundo lugar, o PCB legalizado poderia ser, no entendimento de Vargas, um poderoso aliado diante da nova conjuntura do país. Como argumentou Marco Aurélio Santana, buscando contrabalançar a correlação de forças que lhe era desfavorável – uma vez que a oposição crescia com toda força, especialmente entre os setores médios urbanos – Vargas tentou aumentar seus laços com os setores mais à esquerda se vinculando, a todo custo, aos trabalhadores. Um elemento de peso neste quadro foi, portanto, o PCB [169].

O apoio que Vargas esperava dos comunistas não se referia às eleições de 1945 – pois o PCB já tinha candidato próprio para concorrer à presidência (Yedo Fiúza) –, mas sim à defesa de uma Assembleia Nacional Constituinte com ele próprio (ainda no poder). A ideia de Vargas com esta Constituinte era manter aceso o seu mito, através da preservação de sua obra social e trabalhista, e reproduzir a rede de poderes constituída durante o Estado Novo [170].

O PCB, apesar das perseguições sofridas por Getúlio Vargas durante o Estado Novo, se engajou, com diversos setores da sociedade brasileira, no movimento "queremista" (a campanha "queremos constituinte com Getúlio"), pois na avaliação de seus dirigentes, uma Constituinte sem a presença de Vargas, os grupos mais conservadores – sob a influência das oligarquias e sob as pressões norte-americanas – controlariam o poder e, assim, ameaçariam os direitos dos trabalhadores que haviam sido dados pela legislação trabalhista de Vargas desde 1930 [171]. A este respeito Lucilia Delgado destacou:

> [...] em uma conjuntura na qual a oposição ao regime ditatorial do Estado Novo era liderada, especialmente, por segmentos da elite política, através da UDN, partido liberal e anticomunista na sua origem, tornava-se difícil para

---

[167] PRESTES, Anita Leocádia. Os comunistas e a Constituinte de 1946 – por ocasião do 60º aniversário da Constituição de 1946. **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, v. XXXII, n. 2, p. 171-186, dez. 2006, p. 173.

[168] Para um melhor entendimento a respeito das relações entre o Brasil e a URSS, ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O perigo é vermelho e vem de fora: o Brasil e a URSS. **Locus**: revista de história, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 227-247, 2007, p. 236.

[169] SANTANA, op. cit. (2001), p. 40.

[170] Lucilia Delgado percebeu também ainda nesta questão, certa ideia continuísta de Getúlio Vargas. Para a autora, Vargas pretendia realizar a Constituinte e depois realizar eleições, nas quais sairia como candidato à presidência. DELGADO, op. cit. (2011), p. 51.

[171] SPINDEL, Arnaldo. **O Partido Comunista na gênese do populismo**: análise da conjuntura da redemocratização no após-guerra. São Paulo: Símbolo, 1980, p. 61.

> os comunistas aliaram-se à luta dos udenistas. O PCB entendeu então que o caminho "possível" e viável para a construção de uma nova ordem democrática seria o da vinculação a Vargas, paradoxalmente, o dirigente máximo de um governo que os perseguira sistematicamente [172].

Apesar de suas manifestações por quase todo o país, o "queremismo" não conseguiu assegurar a permanência de Getúlio no presidência. No dia 29 de outubro de 1945, chefes das Forças Armadas depuseram Vargas do poder. Em seu lugar, assumiu o presidente do STF, José Linhares, que permaneceu no cargo até a posse do novo presidente.

A deposição de Vargas e o crescente avanço da UDN levaram os dois partidos que apoiavam Getúlio – o PSD e o PTB – a unirem para lançar a candidatura de Eurico Gaspar Dutra. Para isso, cada um adotou uma estratégia diferente. Enquanto que o PSD foi buscar os votos dos grandes proprietários e da classe média, o PTB voltou-se para os trabalhadores urbanos [173]. O PTB representava, portanto, um esforço de Vargas em prol de cultivar sua popularidade entre os trabalhadores, unindo presidente e operários em um único partido político. De acordo com Lucilia Delgado:

> O PTB, que não dispunha de uma base organizacional na maioria dos estados da Federação, buscou a todo custo inserir-se junto ao operariado e aos demais trabalhadores urbanos, procurando mobilizar o seu voto em favor de Getúlio Vargas e de seus aliados trabalhistas. Sua precariedade organizativa em muitos estados foi compensada pela utilização da máquina sindical e trabalhista estruturada por Vargas durante o Estado Novo [174].

Em sua campanha, o PTB se propôs a defender as leis trabalhistas promulgadas no governo Vargas, acenando propostas de maior liberdade e finanças para os sindicatos, maiores ganhos salariais e benefícios trabalhistas para os trabalhadores, além de maior participação na vida política nacional [175]. Segundo Fernando Teixeira da Silva e Antônio Luigi Negro esse período que se abria no Brasil – marcado pelo fim tanto da Segunda Guerra Mundial quanto do Estado Novo – foi de esperança de justiça e de liberdade para os trabalhadores [176].

A vinculação do PTB com os trabalhadores acabou por fazer dos sindicatos um dos locais mais importantes de militância política do partido. Os sindicatos e toda a sua infraestrutura de representação corporativa foram os espaços eleitos para atuação e

---

[172] DELGADO, op. cit. (2011), p. 34-35.

[173] Segundo Maria Victoria Benevides, essa política representava as mãos de Vargas: a "mão direita", que reunia os interesses dos donos de terras e da burguesia comercial; e a "mão esquerda", que visava "*[...] aglutinar as novas forças sociais nascidas do impulso para a industrialização*", especialmente, os operários urbanos. Ao primeiro caberia preservar os compromissos com as "classes conservadoras" e ao segundo caberia atingir o operariado urbano frente à ameaça de influência do PCB sobre os sindicatos. BENEVIDES, Maria Victoria. Getúlio Vargas e os partidos: um caso de sedução política. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 9, 17 abr. 1983.

[174] DELGADO, op. cit. (2011), p. 49.

[175] Ibid., p. 40.

[176] SILVA; NEGRO, op. cit. (2008), p. 51.

sustentação do PTB na sociedade. Segundo Lucilia Delgado: "*Os sindicatos foram todos mobilizados, através de um incentivo fiscal, para engrossar com seus militantes os quadros do PTB*" [177].

O sindicato foi o espaço privilegiado não apenas do PTB, mas também do PCB. A entrada à legalidade propiciou que este partido atuasse às claras, inserindo seus militantes em diversas organizações da sociedade, especialmente, nas entidades sindicais. Segundo Arnaldo Spindel, a penetração do PCB nos sindicatos estava ligada à necessidade de "*[...]instalar-se em pontos-chave da estrutura sindical e, a partir daí,* ***fortalecer sua posição frente às massas*** *e frente ao conjunto do sistema político*" [178].

Como se pode perceber, embora o PTB e o PCB se distanciassem em diversos aspectos, ambos buscavam os votos dos trabalhadores urbanos e os sindicatos como espaço privilegiado de atuação para a concretização de seus projetos políticos. O sindicato era uma das mais importantes e crescentes entidades civis daquele momento. O PTB e o PCB sabiam disso. E nenhum dos dois se distanciou delas.

Ao longo de 1945 e 1946, preocupado com "a ordem e a tranquilidade" e com a continuidade do processo de redemocratização, o PCB adotou a orientação para os trabalhadores de "apertar os cintos", evitando greves. O discurso do partido nesse momento era que "greve não era desordem". Isso foi bem explicitado no discurso de Prestes no Recife, em novembro de 1945, ao falar que era: "*[...] preferível, apertar a barriga, passar fome do que fazer greve e criar agitações, porque agitações e desordens na etapa histórica que estamos atravessando só interessa ao fascismo*" [179].

É importante acrescentar que durante esses anos, diante da passividade dos dirigentes "pelegos", do restabelecimento das garantias democráticas, da ascensão da esquerda em todo mundo e da orientação de "ordem e tranquilidade" dos dirigentes comunistas, muitas greves surgiram à margem dos sindicatos, principalmente por meio das comissões por local de trabalho.

A posse de Dutra em janeiro de 1946 alterou significativamente a relação democrática (e, de certa forma, harmoniosa) que estava existindo entre o Estado e os trabalhadores, os sindicatos e os partidos políticos, especialmente o PCB, desde o começo do ano anterior. Como descreveu René Dreifuss:

---

[177] DELGADO, op. cit. (2011), p. 74.

[178] SPINDEL, op. cit. (1980), p. 56, grifo nosso.

[179] Cf. Depoimento de Luís Carlos Prestes, citado por: SANTANA, op. cit. (2001), p. 44.

> Embora Dutra tivesse sido eleito pelas máquinas políticas do PSD e do PTB e tivesse sido apoiado por Vargas, ele mostrou logo de início que suas idéias políticas diferiam grandemente das de seu predecessor, principalmente no que dizia respeito às suas posições quanto ao nacionalismo e à participação das classes trabalhadoras [180].

O governo Dutra se aproximou da UDN, relegando o PTB e a sua política trabalhista a um segundo plano. Diante deste quadro, o PTB passou a articular, durante todo o governo Dutra, o retorno de Vargas ao poder. Como destacou Lucilia Delgado: "*Na verdade, todas as articulações dos getulistas, naqueles anos, tiveram como norte essa perspectiva*" [181]. Os anos do governo Dutra foram bastante difíceis para a atuação do PTB junto aos trabalhadores. Durante esse período, a maior influência política no movimento sindical ficou por conta do PCB que, apesar de ilegal, atuou por meio das "organizações paralelas".

> Neste período, os comunistas consideravam os sindicatos oficiais como órgãos do Estado e do governo, de burgueses e latifundiários. Com base nessa análise, procuraram criar organizações novas, autônomas e paralelas, capazes de atuar com independência, junto às bases sindicais, e também frente ao Estado [182].

De sua posse até a promulgação da nova Constituição, em setembro de 1946, Dutra governou com amplos poderes, pois a Constituição autoritária de 1937 ainda estava em vigor. Antes de promulgada a nova Constituição, Dutra expediu o Decreto-lei n° 9.070, em 15 de março de 1946, que limitava e dispunha sobre as formas de realização das greves no país [183]. A respeito da instituição deste decreto, Luiz W. Vianna argumentou: "*Como sucedera em 34, quando o executivo procurou impedir ou embaraçar a vitória das correntes autonomistas com o Decreto de n° 24.624, o Decreto-Lei n° 9.070 visou dirigir a política sindical para o campo da ordem corporativista, antes mesmo da vigência da Constituição*" [184].

No dia 18 de setembro de 1946 foi aprovada a nova Constituição do Brasil. Quanto ao sindicato, a Constituição reconhecia em seu art. 158 o direito de greve (entretanto, na forma em que a lei regulamentar) e em seu art. 159 a liberdade sindical. É importante destacar que a expressão "liberdade sindical" tem um significado distinto da sua aparência. Ela não dizia respeito à liberdade dos sindicatos ao Estado, mas liberdade de se sindicalizar.

A promulgação dessa Constituição acabou dando a impressão, para amplos setores da sociedade brasileira, de que a política repressiva do governo Dutra diminuiria. O que, de fato,

---

[180] DREIFUSS, op. cit. (1986), p. 28.

[181] DELGADO, op. cit. (2011), p. 82.

[182] Ibid., p. 147.

[183] BRASIL. Decreto-Lei n° 9.070, de 15 de março de 1946. **Diário Oficial [da] República dos Estados Unidos do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, 16 mar. 1946, Seção 1, p. 3829.

[184] VIANNA, op. cit. (1989), p. 268.

acabou não acontecendo. O governo Dutra fez uso de diversas medidas para intervir, reprimir greves, expulsar líderes sindicais "combativos" e fechar o sistema político aos seus desígnios. Exemplos claros disso foram a cassação do registro do PCB, através do Decreto-Lei n° 23.046, de 7 de maio de 1947 [185], as intervenções realizadas em mais de 400 entidades sindicais e o fechamento da CTB (criada em setembro de 1946) e das uniões sindicais. Além disso, as eleições sindicais passaram a ser tuteladas pelo governo e os candidatos, para tomarem posse, e mesmo concorrerem às eleições, deveriam apresentar um atestado ideológico fornecido pela polícia política [186]. Como se vê, a partir da instituição do Decreto-Lei n° 23.046, seguiu-se um período de intensa repressão policial às atividades sindicais em diversas partes do país.

Colocado na ilegalidade, o PCB abandonou seu discurso docializado de "ordem e tranquilidade" e passou a adotar uma posição mais radical, pregando uma oposição sistemática ao governo. Segundo Marco Aurélio Santana, o marco inicial dessa guinada de orientação foi o chamado "Manifesto de Janeiro de 1948", em que o partido reconhecia o fechamento do regime, caracterizava o governo Dutra como um governo de "submissão ao imperialismo americano" e identificava como "antidemocráticos os partidos políticos das classes dominantes" [187].

No que diz respeito à questão sindical, Augusto Buonicore destacou que a política sindical do PCB entre 1948 e 1950 caracterizou-se pela crítica mais acentuada à estrutura sindical oficial. Esta crítica, inclusive, foi a "*[...] mais contundente que esta estrutura sofreu desde a sua consolidação na década de 40 do século XX*" [188].

Um dos principais objetivos do partido nesta nova fase foi se afastar (mas não abandonar) das entidades sindicais e fortalecer as "organizações paralelas". Estas se constituíam de três tipos:

- de "base" (como as comissões sindicais por empresa) [189];
- as "intersindicais" (como os pactos e as comissões regionais);

---

[185] De acordo com Thomas Skidmore: "*O principal beneficiário da supressão do PCB foi o PTB, que agora tinha mais espaço para recrutar trabalhadores*". SKIDMORE, Thomas E.. **Uma história do Brasil**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 185.

[186] SANTANA, op. cit. (2001), p. 66.

[187] Ibid., p. 68.

[188] BUONICORE, Augusto César. Sindicalismo vermelho: a política sindical do PCB entre 1948 e 1952. **Cadernos AEL**, v. 7, n. 12/13, 2000, p. 16-17.

[189] Apesar das dificuldades, os comunistas procuraram se implantar também nas empresas e/ou setores de ponta da economia, em umas com mais eficácia que outras. Marco Aurélio Santana destacou que a ação dos comunistas dentro desses locais produziu movimentos importantes de alcances variados: greves bem organizadas, outras nem tanto; lutas não institucionais, outras até mesmo no campo judicial. SANTANA, op. cit. (2001), p. 76.

– e de "cúpula" (como o CGT).

De acordo com Augusto Buonicore, a política de construção dessas organizações à margem da estrutura sindical oficial não teve como objetivo a construção de uma estrutura sindical paralela, de caráter permanente. A formação das "organizações paralelas" foi a forma encontrada pelo PCB para acumular forças para reconquistar os sindicatos oficiais [190]. A este respeito, Marco Aurélio Santana argumentou: "*[...] a tática de caminhar por dentro dos espaços permitidos e, quando estes fossem limitados, prosseguir por fora deles vai marcar a lógica de ação dos comunistas no movimento sindical*" [191]. Uma vez dentro desses sindicatos, os comunistas levariam à frente dois programas: de um lado, a condenação do controle do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos e as restrições ao direito de greve; de outro, a defesa da unicidade sindical, do monopólio da representação e do poder de tributação decorrente desse monopólio (o imposto sindical).

Com a eleição de Vargas em janeiro de 1951, a sensação do PTB foi de um partido diminuído, minoritário diante da composição política. Eleito oficialmente pela coligação PTB-PSP [192], Vargas organizou seu ministério com a participação de diversas agremiações. O PSD ficou com a maior parte dos ministérios. Ao PTB foi concedido unicamente o Ministério do Trabalho. A este respeito Lucilia Delgado destacou:

> [...] o PTB se sentiu profundamente decepcionado com a pequena fatia que lhe coubera na divisão do bolo ministerial. Para alguns líderes do PTB, foi imperdoável não só a tentativa de aproximação de Vargas com a UDN, como também o prestigio e o poder alcançados pelo PSD no novo ministério. Os petebistas, que sempre cultivaram a liderança de Getúlio Vargas, sentiram-se órfãos e relegados a um segundo plano [193].

Congregando e dando real importância aos partidos PSD e UDN, Vargas não atendeu, num primeiro momento, diversas demandas trabalhistas (se demagógicas ou não, não cabe aqui o julgamento) dos petebistas. Este fato aliado à crescente aproximação do PCB aos trabalhadores gerou uma enorme dificuldade para o PTB se infiltrar no interior das entidades sindicais do período. "*Confiante em sua relação direta com os setores oposicionistas para realizar um governo de conciliação, o presidente não fortalecia seu partido [o PTB]*" [194]. O

---

[190] BUONICORE, Augusto César. **Os comunistas e a estrutura sindical corporativa (1948-1952)**: entre a reforma e a ruptura. 260 f. Tese (Dissertação em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

[191] SANTANA, op. cit. (2001), p. 100.

[192] Para essas eleições, Getúlio Vargas tinha, segundo Maria D'Araujo, um acordo velado com setores do PDS e, até mesmo, da UDN. D'ARAUJO, Maria Celina. **O segundo governo Vargas, 1951-1954**: democracia, partidos e crise política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1982.

[193] DELGADO, op. cit. (2011), p. 100.

[194] PANDOLFI, Dulce. O velho PTB: novas abordagens. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, 1990.

PCB apresentava-se, neste contexto, como o principal segmento junto ao movimento sindical e aos trabalhadores.

O retorno de Getúlio Vargas ao poder e a "abertura sindical" (controlada) por ele promovida trouxeram de volta a atuação dos comunistas no espaço do sindicato. Antes de tudo, é importante destacar que esta "abertura" foi limitada e lenta. No dia 1º de maio de 1951, o ministro do Trabalho Danton Coelho assinou a Portaria n° 36 que determinava a realização de eleições nos sindicatos que se achavam sob intervenção. E no dia 1º de setembro de 1952 divulgou a Lei nº 1.667, que retirava a exigência de "atestado ideológico" para se concorrer às eleições sindicais [195]. Nas palavras de Lucilia Delgado:

> O decreto de 1° de setembro de 1952, assinado pelo Ministro do Trabalho, Danton Coelho, que extinguia o atestado de ideologia para os dirigentes sindicais, contribuiu para que os comunistas voltassem a participar dos sindicatos oficiais. A medida liberalizante do Ministério do Trabalho foi saudada pelos comunistas como uma vitória, e, aceleradamente, eles procuraram reerguer e recompor suas fileiras junto ao movimento sindical [196].

Apesar de imersa na lógica geral esquerdizante, que ainda imperava no partido, a militância do PCB passou a perceber, a partir deste momento, o sindicato novamente como centro importante para a concretização de sua luta. O ingresso dos comunistas nos sindicatos oficiais correspondeu a uma alteração de visão sobre a estrutura sindical oficial. Isto é, na ótica do PCB, a luta pelas reivindicações imediatas das massas trabalhadoras deveria ser organizada também por dentro e não apenas por fora das entidades sindicais já existentes. Durante todo o segundo governo Vargas, os comunistas oscilaram a atuação entre o interior dos sindicatos oficiais e das organizações paralelas [197]. Uma das principais atividades encabeçadas pelo PCB neste período foi o desencadeamento de inúmeras greves, inclusive, fora do eixo RJ-SP, como foi o caso, por exemplo, do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco [198].

A partir dos números trazidos por Jover Telles correspondentes ao segundo governo Vargas, é possível perceber o aumento da atividade sindical revelada no aumento do número de greves de maior amplitude, de maior duração e envolvendo maior número de trabalhadores

---

[195] BRASIL. Lei nº 1.667, de 1º de setembro de 1952. **Diário Oficial [da] República dos Estados Unidos do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, 5 set. 1952, Seção 1, p. 13961.

[196] DELGADO, op. cit. (2011), p. 149.

[197] SANTANA, op. cit. (2001), p. 83.

[198] Sobre o número de greves ocorridas em Pernambuco entre os anos de 1955 e 1964, ver: SOARES, José Arlindo. **A Frente do Recife e o governo de Arraes**: nacionalismo em crise, 1955-1964. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

de empresas importantes [199]. No fluxo dessas mobilizações e insatisfações no país, irrompeu, entre março e abril de 1953, a "Greve dos 300 mil".

Essa greve foi marcada por diversas manifestações e atos públicos (passeatas, comícios, piquetes com forte presença feminina e milhares de grevistas, assembleias etc.), alguns deles, inclusive, terminando em confronto com a polícia. A participação dos comunistas foi enorme [200]. Como salientou Marco Aurélio Santana: "*Eles atuaram de forma efetiva na organização e consolidação dos organismos de base, das comissões de fábricas e comissões de salários, que geraram e mantiveram a greve; como também na atuação em organismos de cúpula que articulassem as mais diversas lutas e demandas*" [201]. Já quanto à relação do PTB como esse mesmo movimento, o petebista Segadas Viana assim argumentou: "***O PTB não teve atuação nenhuma naquela greve. Como não teve atuação nas greves naquela ocasião***..." [202].

No decorrer de seu governo, a oposição a Vargas ia crescendo. De um lado, estavam os trabalhadores – que, em grande parte, por meio dos comunistas – reivindicavam melhores salários e medidas governamentais contra a carestia [203]; de outro, encontrava-se a UDN, que fazia oposição sistemática ao presidente.

Para contornar a situação, Getúlio Vargas reformulou todo o seu gabinete e nomeou o presidente do PTB, João Goulart (Jango), para o Ministério do Trabalho, em 17 de junho de 1953. Segundo Lucilia Delgado, a escolha de Jango para essa pasta não foi mais do que uma tentativa de reaproximar Vargas dos trabalhadores. Em suas palavras:

> A nomeação de Jango foi uma forte cartada de Getúlio, no sentido de tentar recuperar, junto aos trabalhadores, o apoio que vinha perdendo. [...] Na verdade, em um governo cuja característica primordial era o estado de crise permanente provocada pela ação sistemática da oposição, a nomeação de um jovem político, impetuoso e ágil no estabelecimento de relações com os

---

[199] Para um melhor entendimento, ver: TELLES, Jover. **O movimento sindical no Brasil**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981, p. 29-63.

[200] A importância da participação dos comunistas nessa greve pode ser vista em: MOISÉS, José Álvaro. **Greve de massa e crise política** (Estudo da greve dos 300 mil em São Paulo – 1953/54). São Paulo: Livraria Editora Polis, 1978; e, especialmente, no capítulo IV de COSTA, Hélio da. **Em busca da memória**: organização no local de trabalho, partido e sindicato em São Paulo, 1943-1953. 352 f. Dissertação (Dissertação em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

[201] SANTANA, op. cit. (2001), p. 66.

[202] Cf. Depoimento de Segadas Viana, citado por: DELGADO, op. cit. (2011), p. 110.

[203] É importante salientar que o alto processo inflacionário e o arrocho salarial do período Dutra (1946-1951) legaram ao governo Vargas uma enorme pressão por reajustes substanciais. Para um melhor entendimento, ver: VIANNA, Sérgio Besserman. Duas tentativas de estabilização: 1951-1954. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). **A ordem do progresso**: cem anos de política econômica republicana, 1989-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

> sindicatos e os partidos de esquerda, representou, decididamente, uma alteração de rumos [204].

A nomeação de Jango para o Ministério do Trabalho deu destaque ao PTB, reaproximando os petebistas dos sindicatos, e foi um importante motor para recuperação do prestígio de Vargas junto aos trabalhadores. Entretanto, essa nova inserção dos petebistas na vida das entidades sindicais teve vida curta no segundo governo Vargas. Em fevereiro de 1954, diante das pressões conjunturais, Jango teve de renunciar a pasta do trabalho [205]. E, em agosto desse mesmo ano, Getúlio Vargas se suicidou com um tiro coração [206]. A partir desse momento, o PTB adquiriu gradativamente nova feição interna e passou a caminhar em direção ao reformismo social.

Com a morte de Vargas, a presidência da República foi assumida pelo vice-presidente Café Filho. Realizadas as eleições, em 1955, foram vitoriosos Juscelino Kubitschek (PSD) para presidente e João Goulart (PTB) para vice-presidente.

No final do segundo ano do governo Kubitschek, a aliança PSD-PTB começou a apresentar fissuras e dificuldades. Nesse período, os interesses dos grupos conservadores do PSD – que eram hegemônicos no partido – começaram a ficar fortemente ameaçados pelo avanço das propostas "reformistas" (inclusive, com reforma agrária) que o PTB ia tomando.

A partir de 1958, em seu caminhar para o reformismo (defesa de propostas nacionalistas e apoio às reformas estruturais), o PTB foi procurando se aliar ao PCB, organização que tinha uma importante influência e participação entre os trabalhadores e os sindicatos, mas a qual havia se oposto desde a sua fundação. Como disse Lucilia Delgado: "*[...] o desenrolar pregou uma peça no PTB, levando-o a unir-se ao partido que os trabalhistas elegeram, quando de sua fundação, como seu primeiro adversário*" [207].

Durante esse período em que o PTB procurava estabelecer uma aliança com setores mais à esquerda no país, o PCB vinha passando por um período de profunda mudança em sua orientação política, oriunda da aprovação de um documento intitulado "Declaração de Março"

---

[204] DELGADO, op. cit. (2011), p. 121-125.

[205] Para um entendimento das questões que circundaram a renúncia de Jango ao Ministério do Trabalho, ver: SKIDMORE, Thomas E. **Brasil:** de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964). 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 163-167.

[206] A esse fato, Thomas Skidmore destacou: "*Através de seu ato final de sacrifício, Getúlio neutralizou as vantagens políticas e psicológicas que seus oponentes haviam acumulado. Na morte, como na vida, os atos de Getúlio foram cuidadosamente calculados para produzir o máximo de efeito político*". Ibid., p. 180.

[207] DELGADO, op. cit. (2011), p. 150.

pela direção do partido [208]. O documento pregava um "caminho pacífico para a revolução brasileira" e a formação de uma rede de alianças com setores da sociedade – inclusive, com outros partidos políticos – que apresentassem propostas próximas às teses defendidas pelo PCB. Em relação a esse documento, Marco Aurélio Santana destacou:

> A Declaração reiterava a visão da revolução brasileira em duas etapas (primeiro a democrática e nacional, depois a socialista); indicava o caminho das lutas pelas reformas estruturais, como meio de intensificar o desenvolvimento capitalista e precipitar a primeira etapa da revolução; definia o governo Kubistchek, eleito também com o apoio comunista; não como traição nacional mas fruto de composição heterogênea, na qual o presidente oscilava entre a ala "nacionalista" (à qual se deveria da todo apoio para garantir sua hegemonia) e a ala "entreguista"; e apontava o caminho pacífico da revolução [209].

Essa aliança entre o PTB e o PCB era, segundo Dulce Pandolfi: "*[...]* ***uma aproximação tática****, que tinha como móvel a disputa em tomo de um mesmo objeto cobiçado: os sindicatos*" [210]. Enquanto o PTB inseria alguns comunistas nos aparelhos de Estado (Ministério do Trabalho, IAPs, DRTs etc.) [211], o PCB dava apoio ao governo Kubitschek, aumentando e consolidando a atuação do PTB nos locais de trabalho e sobre os sindicatos [212]. Como salientou Lucilia Delgado:

> [os petebistas] aliaram-se ao PCB, trazendo os militantes desse partido para direção e participação em órgãos de Estado que estavam sobre seu controle. Os comunistas, por sua vez, defenderam a formação de uma "frente única nacionalista", se integraram, de bom grado, aos postos que lhes eram oferecidos, procurando efetivar sua orientação que os aproximasse do governo. Comunistas e trabalhistas entenderam que esses órgãos poderiam funcionar como instrumentos ágeis para a efetivação das reformas sociais preconizadas pelos dois partidos [213].

---

[208] Sobre a "Declaração de Março", ver: PRESTES, Anita Leocádia. Da "Declaração de Março" de 1958 à renúncia de Jânio Quadros: as vicissitudes do PCB na luta por um governo nacionalista e democrático. **Crítica Marxista**, n. 32, p. 147-174, 2011.

[209] SANTANA, op. cit. (2001), p. 93.

[210] PANDOLFI, op. cit. (1990), p. 281, grifo nosso.

[211] Segundo Lucilia Delgado, nos anos finais do governo Kubitschek, o PTB não hesitou em atuar promovendo barganhas e favores, através do loteamento de cargos e da distribuição de verbas e recursos para os dirigentes sindicais vinculados ao partido e ao PCB. DELGADO, op. cit. (2011), p. 176.

[212] Para Marco Aurélio Santana, durante esses anos, com mais sucesso do que em outros períodos de sua existência, os comunistas vão inserir os trabalhadores e o movimento sindical em uma participação importante no quadro político do país. "*No período que vai de 1954 a 1964 veremos os comunistas trabalhando intensamente no movimento sindical brasileiro.* ***Eles estarão na direção, em parcerias ou isolados, das principais instituições sindicais do país****. [...]* ***ainda que ilegal, o PCB influirá na vida política nacional****. O partido vai participar intensamente, via seus militantes e das organizações que capitaneava, de todos os movimentos que sacudiram o cenário político na entrada dos anos sessenta, principalmente da campanha pelas reformas de base*". SANTANA, op. cit. (2001), p. 89, grifo nosso.

[213] DELGADO, op. cit. (2011), p. 163.

Dentro do contexto político do período é importante destacar que nem a relativa "estabilidade" do governo Kubitschek nem a forte influência de Jango, como vice-presidente, sobre a classe trabalhadora, conseguiram impedir o florescimento de conflitos entre o governo e os trabalhadores, uma vez que a inflação decorrente da emissão de moeda e de crédito fácil e o alto custo de vida consumiam rapidamente os reajustes salariais [214]. "*[...] embora os salários aumentassem regularmente em ritmo acelerado, a inflação os desvalorizava, diminuindo o seu poder aquisitivo e dando origem a uma curva de salários reais*" [215]. No esteio dessas insatisfações foram deflagradas diversas greves no país. Nas palavras de Marcelo Badaró Mattos:

> Naquela conjuntura, a atividade sindical, em especial no que diz respeito à eclosão de greves, experimentou um rápido e expressivo crescimento. Embora não haja qualquer homogeneidade nos dados sobre o número de paralisações e de trabalhadores em greve, o fato indiscutível, confirmado por todas as estatísticas é o do crescimento contínuo das mobilizações grevistas [...] [216].

Pelo número de trabalhadores envolvidos e pelo tempo de duração, uma das mais importantes greves ocorridas nesse período foi a "Greve dos 400 mil", em outubro de 1957 [217]. Nela, "*[...] ficou patente a capacidade da classe trabalhadora em expandir seu poder de pressão tanto sobre o empresariado quanto sobre o panorama político*" [218].

Durante esse período, no estado de Pernambuco, ocorrem também lutas significativas, com grande inserção do PCB e do PTB. "*Apesar da classe operária em Pernambuco ser pequena, organizou-se em sindicatos desde cedo. Tecelões, portuários, estivadores, ferroviários, entre outros desenvolveram importantes lutas [...]*" [219]. Na década de 1950, por exemplo, houve duas importantes greves envolvendo o setor têxtil do Recife, o "*[...] mais importante do sindicalismo urbano*" [220]: uma em 1952, que paralisou 37 mil operários em oito cidades do estado; outra em 1958, com mais de um mês de duração e forte presença feminina. Como se pode ver no relato a seguir:

---

[214] De acordo com Maria Victoria Benevides, em 1956, a taxa de inflação era de 19,2% ao passo que em 1960 era de 30,9%. BENEVIDES, Maria Victoria. **O governo Kubitschek**: desenvolvimento econômico e estabilidade política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 235.

[215] ERICKSON, op. cit. (1979), p. 141.

[216] MATTOS, op. cit. (2003), p. 93-94.

[217] Para uma maior compreensão dessa greve, ver o capítulo II de NEGRO, Antonio Luigi. **Linha de montagem**: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores, 1945-1978. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 79-130.

[218] SILVA; NEGRO, op. cit. (2008), p. 74.

[219] ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Tecendo lutas, abrindo espaços**: mulheres nos movimentos sociais dos anos 50. Recife: Ed. Oito de Março, 2004, p. 19.

[220] Ibid., p. 65.

> Foram 42 dias parados, onde a gente passou fome, ia nas padarias, bancos, mercearia pedir comida; na Sexta-Feira ia prá fila pegar feijão, arroz, na sede do sindicato. Participei com piqueteira, botava galho de mato, atravessava na pista para quando o carro que vinha com os cabelouro... botava galho, botava pé de espinho, cortava pé de macaíba para que o carro não passasse para dentro da fábrica. E era pau... [221].

Essas greves não foram motivadas apenas pela questão salarial, mas também pelo não pagamento de horas extras, contra o aumento das exigências quanto à produtividade, por descontos indevidos, pela introdução de novo maquinário que aumentava o número de teares sob a responsabilidade de um mesmo operário, mantendo-se o mesmo salário etc. Sobre as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores pernambucanos naquele período, Jover Telles destacou:

> Em Pernambuco, as condições de trabalho e de vida em relação às existentes no sul do País, eram, e continuam a ser, desfavoráveis. Algumas fábricas são verdadeiros feudos. Situadas, algumas, no interior do Estado, as cidades desenvolveram-se em volta delas. O juiz, o prefeito, e delegado, etc., estavam sob a influência dos donos das fábricas. A vontade dos patrões que, como regra geral, são também grandes proprietários de terra, era e, de certa forma, ainda é lei [222].

Às eleições de outubro de 1960, formou-se uma chapa entre o Marechal Henrique Teixeira Lott (PSD) e João Goulart (PTB), para presidente e vice-presidente, respectivamente, a fim de derrotar o personalista Jânio Quadros, candidato apoiado pela UDN. A linha moderada aplicada pelo PCB, a partir de 1958, a favor de um governo "nacionalista e democrático", embasada em uma aliança com os trabalhistas e nacionalistas, levou o partido a apoiar as candidaturas de Lott e de Jango, apesar da conhecida resistência do marechal à sigla partidária do PCB.

Um movimento denominado "jan-jan" (Jânio-Jango), que conclamava a população a votar de forma desvinculada nas chapas concorrentes à eleição presidencial, adquiriu força e acabou conseguindo eleger, com uma vitória esmagadora, Jânio para presidente e João Goulart para vice [223].

No que diz respeito aos trabalhadores, o curto governo Jânio Quadros não promoveu nenhuma mudança drástica tanto na legislação sindical quanto trabalhista. A CLT continuou sendo o ponto balizador para essas questões. Entretanto, é importante destacar que a crise financeira herdada da gestão anterior levou o presidente a adotar uma política anti-

---

[221] Cf. Depoimento de Luiza Belarmina Gomes, citado por: ABREU E LIMA, op. cit. (2004), p. 91-92.

[222] TELLES, op. cit. (1981), p. 45.

[223] É bom que se ressalte que a Lei Eleitoral, ao contrário de hoje, permitia que se votasse em candidatos de chapas diferentes.

inflacionária ortodoxa, sintetizada numa reforma cambial e no congelamento dos salários [224]. O resultado dessa política foi então a propagação de manifestações e protesto de trabalhadores em diversas capitais brasileiras contra o congelamento dos salários e o aumento do preço dos alimentos.

De acordo com Lucilia Delgado, durante o governo Jânio Quadros, a questão mais importante em relação à área sindical foi o fato de o PTB e o PCB darem início a uma postura "mais à esquerda", envolvendo as entidades sindicais do período no combate ao "imperialismo" e na defesa das "reformas de base" [225]. Em suas palavras:

> A derrota do Marechal Lott [...] levou alguns militantes do PCB a reavaliarem a sua participação em alianças eleitorais. Intelectuais como Caio Prado Júnior passaram a propor ao seu partido que sua atuação se voltasse prioritariamente para a participação em campanhas populares, em sindicatos e associações de classe. Foi a partir dessas associações que comunistas e trabalhistas atuaram juntos no início da década de 1960, buscando reforçar seus vínculos com os sindicatos, as ligas camponesas, as organizações estudantis, dentre outras da sociedade civil [226].

A renúncia de Jânio Quadros e a posse de João Goulart, em setembro de 1961, levaram os líderes sindicais comunistas e petebistas – que controlavam a maioria dos sindicatos no país – a se envolverem não apenas em reivindicações econômicas, mas também se ligarem aos grandes temas do debate político nacional. Entre o final de 1963 e início de 1964, por exemplo, houve uma exacerbação das lutas sindicais em torno das reformas de base. Como destacou Lucilia Delgado: "*Essas duas agremiações partidárias foram as que exerceram maior influência no desencadear das lutas e mobilizações sindicais que tanto marcaram a conjuntura de crise do tempo da democracia nacional-desenvolvimentista*" [227].

Durante esse período, o Estado de Pernambuco era considerado o principal ponto de concentração das esquerdas no país. Atribuía-se isso ao fato de as esquerdas controlarem as três esferas de governo, com João Goulart no plano federal; Miguel Arraes no estadual e Pelópidas Silveira, na Prefeitura do Recife [228]. Além, é claro, da presença de diversas pessoas de esquerda em outras áreas. Como foi o caso, por exemplo, do advogado Francisco Julião,

---

[224] Ver: ABREU, Marcelo de Paiva. Inflação, estagnação e ruptura: 1961-1964. In: _____. (Org.). **A ordem do progresso**: cem anos de política econômica republicana, 1989-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

[225] Em relação a essa mudança de postura do PCB, especificamente, em Pernambuco, ver: ROCHA, Heitor Costa Lima da. **A face radical do PCB**: o embate ideológico em Pernambuco (1961-1964). 141 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1989.

[226] DELGADO, op. cit. (2011), p. 236.

[227] Ibid., p. 207.

[228] Para um entendimento acerca das forças de esquerda e correntes nacionalistas presentes em Pernambuco entre os anos de 1955 e 1964, ver: SOARES, op. cit. (1982).

dos deputados Gregório Bezerra e Josué de Castro, do economista Celso Furtado, do educador Paulo Freire, só para citar alguns.

No que se refere à luta dos trabalhadores, dois eventos marcaram o governo Goulart: o primeiro foi a criação, por incentivo do PCB e do PTB, em agosto de 1962, do CGT, um organismo de âmbito nacional de unificação e coordenação dos trabalhadores brasileiros. O CGT nasceu com o encargo de "mobilizar em todos os locais de trabalho, em todos os sindicatos, os trabalhadores para a conquista" de reivindicações tais como: aumento de 100% para o salário-mínimo, novo rezoneamento desse salário, aproximando os níveis salariais em todo o país, aplicação do salário-família, pelo direito de greve, contra o custo de vida, apoio às lutas camponesas, pelo pagamento do 13° salário e pela elegibilidade para analfabetos e subalternos das forças armadas, pelas reformas de base [229]. Em relação a essa entidade, Marco Aurélio Santana destacou: "*Os 'pelegos', enquistados nas direções de confederações, não viram com bons olhos a perspectiva de serem ultrapassados pela criação de um órgão que, mesmo não regulamentado nem previsto pela estrutura sindical oficial, obviamente se estabeleceria acima das parcializadas confederações*" [230].

Outro evento que demonstrou claramente a capacidade de luta dos trabalhadores foi a deflagração da "Greve dos 700 mil", em outubro de 1963. Esta greve se destacou não apenas pela sua magnitude, mas também devido à tentativa de os trabalhadores estabelecerem uma nova forma de negociação salarial. Isto é, uma negociação direta entre as organizações operárias e patronais. A proposta desses trabalhadores adquiria grande importância no período, segundo Márcia de Paula Leite, pois se chocava claramente com a legislação sindical brasileira [231].

Como se pode perceber, entre os anos de 1961 e 1964, o movimento sindical brasileiro conseguiu exercer uma grande força de pressão sobre o governo, implantando alguns movimentos que, pelo seu caráter político, chegaram a ter grande importância na conjuntura – como, por exemplo, as greves da legalidade, do gabinete e do plebiscito [232].

Entretanto, é importante salientar que a eclosão de diversas greves, durante esse período, tendo nitidamente um cunho político não pressupõe necessariamente,

---

[229] Para uma melhor compreensão, ver: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil**: 1961-1964. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

[230] SANTANA, op. cit. (2001), p. 104.

[231] LEITE, Márcia de Paula. **Sindicatos e trabalhadores na crise do populismo**. 222 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1983, p. 176-178.

[232] Sobre as greves políticas do período, ver: ERICKSON, op. cit. (1979). Em especial, o capítulo VII.

> [...] o abandono de reivindicações de cunho profissional, especialmente relacionadas com a situação de trabalho. Porém, os sindicatos em vez de dirigirem suas reivindicações ao patronato, apoiados na própria capacidade de organização dos trabalhadores, orientam-se principalmente para o Estado, buscando tirar proveito do apoio que prestam ao governo [233].

Em nome da liberdade, da ordem, da segurança nacional, o presidente João Goulart foi deposto, em abril de 1964. A esse ato de força seguiram-se vinte e um anos de ditadura, durante a qual uma aliança entre civis e militares impuseram seu projeto de país – um projeto de modernização do Brasil pela via conservadora e autoritária.

* * *

Segundo Marco Aurélio Santana, a ocupação pelos comunistas dos espaços predefinidos pela estrutura sindical oficial não significou uma pura e simples adequação às regras do jogo. Os comunistas promoveram um movimento importante de democratização dos espaços sindicais e, por conseguinte, da própria estrutura, fazendo com que os órgãos representativos dos trabalhadores fossem colocados a serviço da melhoria das condições de seus representados. "*Os comunistas não agiram como meros submetidos ao jugo da aliança com os conservadores no meio sindical. Eles buscaram os espaços possíveis de atuação e disputas e com esses setores, tentando fazer valer suas posições*" [234].

Embora o PTB e o PCB tenham trabalhado intensamente e conquistado a hegemonia sobre o movimento sindical brasileiro, a aliança realizada entre os dois partidos não conseguiu produzir crises profundas no modelo de sindicalismo de Estado. Toda a estrutura sindical oficial montada no primeiro governo Vargas manteve-se durante os anos de 1945 a 1964. O sindicalismo de Estado acabou sendo, portanto, a sombra do governo Vargas sobre o interregno democrático.

---

[233] RODRIGUES, L., op. cit. (1986), p. 542.

[234] SANTANA, op. cit. (2001), p. 63.



(Figura IV – Soldados do IV Exército em direção ao Palácio do Campo das Princesas, no dia 1° de abril de 1964. Fonte: **Diário de Pernambuco**, 31 mar. 1994).

Capítulo **3**

O REGIME CIVIL-MILITAR: O APERFEIÇOAMENTO DO SINDICALISMO DE ESTADO (1964-1979)

Cadê o meu?
Cadê o meu, ó meu?
Dizem que você se defendeu
É o milagre brasileiro
Quanto mais trabalho
Menos vejo dinheiro
É o verdadeiro boom
Tu tá no bem bom
Mas eu vivo sem nenhum
(*Milagre brasileiro*, Chico Buarque, 1974)

É impossível analisar o papel desempenhado pelo "Novo sindicalismo" sem refletir sobre o regime civil-militar brasileiro. E isto se dá justamente porque as lutas reivindicativas dos sindicatos que participavam dessa prática sindical estiveram direcionadas, de uma maneira geral, ao Estado, isto é, estiveram ligadas às duras medidas (econômicas, sociais e políticas) adotadas pela ditadura civil-militar.

Entre essas medidas, podemos citar a determinação dos reajustes salariais, exclusivamente, através de decretos governamentais; o rebaixamento dos salários; a piora nas condições de trabalho; a dilapidação das energias físicas e psíquicas dos trabalhadores; o aumento da subordinação do trabalhador à disciplina da empresa; o maior controle das greves; o aumento de produtividade nas empresas e de rotatividade no emprego; as intervenções nos sindicatos, incluindo expurgos, espionagem, prisões, torturas, campanhas de difamação, perseguições arbitrárias, censura e assassinatos de inúmeros sindicalistas; o incentivo à prática "peleguista" e "assistencialista" dos sindicatos; a supressão das liberdades civis; o aumento da "espoliação urbana", isto é, a inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, que justamente com as dificuldades de acesso a terra e a moradia aguçavam ainda mais a dilapidação decorrente da exploração do trabalho. A lista é enorme e muitos outros aspectos poderiam ser citados.

Já que, como pudemos observar, é impossível compreender a natureza das lutas reivindicativas em voga no "Novo sindicalismo" sem entendermos a política do regime civil-

militar, lançamos o presente capítulo que tem como objetivo refletir a respeito das principais medidas trabalhistas e sindicais, adotadas pelo Estado brasileiro, a partir de 1964. Contudo, não é o nosso objetivo fazer uma análise geral do regime, mas chamar atenção para a forma pela qual o governo se utilizou do arcabouço jurídico lançado no primeiro governo Vargas, no que se refere à questão trabalhista e sindical, "modernizando" alguns aspectos do sindicalismo de Estado, como meio de atingir os seus objetivos, isto é, limitar, ainda mais, o campo e a forma de atuação dos trabalhadores e dos sindicatos brasileiros e, assim, atrair as empresas estrangeiras para o país. Neste capítulo, ao privilegiar as relações do movimento sindical com o processo político nacional, realçamos também o componente ideológico que inevitavelmente as acompanham.

3.1. O regime civil militar e a modernização conservadora do país

Durante os anos 90, em diversos artigos publicados no Jornal do Commercio, Vladimir Calheiros costumava comparar o Exército brasileiro como um grande "elefante". Isto é, dá um trabalho "danado" para levantar, mas, quando se levanta, e começa a andar, o difícil é fazê-lo parar. Parafraseando o jornalista, podemos dizer que, na manhã de 31 de março de 1964, o "elefante", ou melhor, o Exército se levantou no Estado de Minas Gerais. Conduzido pelo velho autor do Plano Cohen – Gal. Olímpio Mourão Filho –, o "elefante" avançou em direção a Guanabara, com o objetivo de depor o governo constitucional do presidente João Goulart. No decorrer do dia, vários "elefantinhos" se espalharam pelo Brasil. À noite, já era uma verdadeira manada. Nas ruas, como se fosse a entrada daqueles elefantes de circo na cidade, uma multidão, ansiosa por "paz" e "tranquilidade" [235], aplaudia o caminhar do "grande animal". Para muitos, aquilo parecia uma festa. Não era. Era o infeliz começo de uma "revolução que não houve", usando uma expressão de Joseph Page [236].

Logo nas primeiras horas da manhã do dia 1° de abril, em alguns casos até mesmo antes do café matinal, inúmeras casas, instituições, estações de rádio e de televisão e redações de jornais foram invadidas na busca de opositores ao novo regime. Para grande parte da população, foi um verdadeiro "Deus nos acuda". Em Pernambuco, por exemplo:

---

[235] Onde se lê "paz" e "tranquilidade", leia-se "manutenção de privilégios" e "status quo". Como se pode ver na reportagem a seguir: "*A classe média gosta de carro zero quilômetro na porta de casa, encher vários carrinhos de compra no supermercado, jantar fora, usar roupa de grife, ter casa de praia e de campo. E quando isto começa a se tornar um sonho impossível, um sonho ameaçado, ela adere a qualquer movimento que acene com o restabelecimento de seus pequenos privilégios*". Evolução em três décadas. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-6, 31 mar. 1994.

[236] PAGE, Joseph A. **A revolução que nunca houve.** Rio de Janeiro: Record, 1972.

> Circulavam as notícias mais desencontradas e toda sorte de boatos. Na BR-101, nas fronteiras com a Paraíba e Alagoas, as tropas paravam os carros, ônibus e caminhões, revistando os passageiros e prendendo os suspeitos. Na Zona da Mata, onde atuavam as ligas camponesas, os soldados tinham ordem de deter todo trabalhador rural que estivesse armado, até mesmo com espingardas artesanais de caça e facas usadas como instrumentos de trabalho. Seguidamente as rádios anunciavam a posse de Paulo Guerra e a adesão da Polícia Militar à rebelião. A marcha do general Mourão Filho para o Rio de Janeiro era descrita em detalhes, com o anúncio de novas e sucessivas adesões, de políticos e generais, e a detenção dos que haviam permanecido fiéis ao governo. O Presidente João Goulart era dado como preso e, em outras horas, como havendo deixado o País, para se refugiar em uma das suas fazendas no Uruguai. Quase todos os quartéis haviam sido transformados em prisões, onde os caminhões do Exército e da Polícia despejavam, aos montes – tangidos como animais – operários, intelectuais, estudantes, camponeses e políticos ligados aos movimentos populares. Até mesmo pessoas que nada tinham a ver com a situação, mas que, por falta de sorte, se encontravam no local errado ou na companhia errada, ao serem alcançados pela repressão [237].

No mesmo dia ainda à noite, em Brasília, o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, declarou vaga a Presidência da República, empossando no cargo o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli [238]. Pela segunda vez, o deputado substituía João Goulart na Presidência da República. Na primeira, em 1961 – quando Jânio Quadros renunciou –, ficou no cargo por 12 dias. Dessa vez, seu governo duraria menos ainda.

Empossado, Mazzilli procurou nomear notáveis economistas liberal/conservadores para a direção econômica do país. Entre eles, Octávio Gouvêa de Bulhões (economista treinado na escola de Chicago e ativo participante da conspiração da ESG/IPES) para o Ministério da Fazenda e Roberto de Oliveira Campos (ex-embaixador em Washington e fortemente ligado a empresas multinacionais sediadas nos EUA) para o Planejamento.

Diferentemente das ideias "revolucionárias" ou "cepalistas" em voga na época [239], esses economistas defendiam um modelo de economia de mercado em que o papel do Estado

---

[237] COELHO, Fernando. **Direita, volver**: o golpe de 1964 em Pernambuco. Recife: Bagaço, 2004, p. 161.

[238] Segundo Maria Helena M. Alves, muito embora Ranieri Mazzilli tenha sido empossado presidente da República naquele momento, ele funcionou como um "testa-de-ferro", estando o poder *de facto* nas mãos do "Alto Comando da Revolução": o general Arthur da Costa e Silva (Exército), o vice-almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewald (Marinha) e o tenente-brigadeiro Francisco de Assis Correia de Mello (Aeronáutica). ALVES, M., op. cit. (2005), p. 63.

[239] A ideia "revolucionária", muito disseminada nas universidades e em alguns movimentos políticos, enfatizava que as economias subdesenvolvidas só cresceriam se houvesse uma transformação mais radical nas sociedades e nos sistemas econômicos, seja com a vitória do socialismo, seja pela intensificação do nacionalismo "terceiro-mundista", para romper os laços de dependência colonial ou de submissão ao imperialismo. Para uma maior compreensão dessa visão, ver: PRADO Jr., Caio. **A revolução brasileira**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. A ideia "cepalista" (com Raúl Prebisch, Celso Furtado, Aníbal Pinto, Maria da Conceição Tavares etc.), por outro lado, colocava acento na industrialização e no progresso técnico como requisito para aumentar-se a produtividade. Para os defensores desta visão, o fortalecimento e a modernização do Estado seria o instrumento essencial para acelerar a acumulação de capitais e para planejar as metas de crescimento, bem como para criar as condições propícias a uma política de desenvolvimento econômico efetivo e eficaz. Para uma análise desse ponto

deveria ser *apenas* o de garantir a estabilidade monetária, um sistema de tributação que incentivasse os investimentos, e a abertura da economia aos "investimentos estrangeiros". Para Octávio Bulhões e Roberto Campos, tais "investimentos" não eram obstáculos para o desenvolvimento econômico do Brasil. Pelo contrário, eram a sua alavanca – eram eles que iriam modernizar e desenvolver o país. Como destacaram Luiz Carlos Prado e Fábio Sá Earp:

> Para os economistas liberais, portanto, a idéia de reformas de base e de intervenção do Estado para superar a crise do desenvolvimento era não apenas equivocada, mas, ao contrário, seriam justamente o excesso de intervenção estatal e o descaso com a estabilidade econômica as principais razões da persistência do atraso econômico brasileiro [240].

No dia 11 de abril de 1964, o Congresso Nacional, sob a tutela do AI-1, elegeu o nome do novo presidente da República – Gal. Humberto de Alencar Castello Branco –, um dos principais articuladores do golpe civil-militar. Tomando posse, em 15 de abril de 1964, Castello Branco manteve Octávio Bulhões e Roberto Campos à frente dos ministérios da Fazenda e do Planejamento, respectivamente, a fim de dar continuidade à direção liberal/conservadora do novo regime. Isto é, controle das greves e arrocho salarial, abertura ao capital estrangeiro, incentivo às exportações, concentração de renda e modernização por via autoritária [241]. No dia 14 de agosto de 1964, a equipe econômica do governo Castello Branco apresentou o PAEG [242], ou seja, o primeiro plano econômico do regime civil-militar no Brasil [243]. Segundo Werner Baer, em um curto período de tempo, as principais metas do PAEG – tanto a diminuição da inflação e dos gastos públicos quanto a elevação do PIB real – foram alcançadas [244].

---

de vista, ver: PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, ano 3, n. 3, p. 47-111, set. 1949.

[240] PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O "milagre" brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA; DELGADO, op. cit. (2007), p. 212.

[241] É necessário ter em mente que o golpe de 1964, sob o ponto de vista estritamente econômico, não representou nenhuma mudança radical, sendo responsável pelo aprimoramento e consolidação do modelo implantado desde 1955. Nas palavras de Sonia Regina de Mendonça: "*Como o golpe de 1964 não representou nenhuma ruptura com o padrão de desenvolvimento jucelinista – servindo, pelo contrário, para remover os 'obstáculos' que impediam sua plena consolidação – a industrialização autônoma foi promovida à categoria de 'mito'. O golpe representou a institucionalização de uma tendência presente na economia brasileira desde há muito. Se houve alguma diferença no tratamento ao capital estrangeiro, esta dizia respeito a dois aspectos: ao volume e à diversidade das áreas onde sua presença se daria, bem como ao fato de ser incorporado, daí por diante, enquanto estratégia de um projeto político institucional baseado na Doutrina da Segurança Nacional (DSN)*". MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e economia no Brasil**: opções de desenvolvimento. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 113.

[242] Para um maior entendimento acerca do PAEG, ver: VIANA FILHO, Luís. **O governo Castelo Branco**. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1975. Em especial, o capítulo X.

[243] O PAEG foi publicado num volume de cerca de 50 páginas e apresentado à Câmara dos Deputados no dia 14 de agosto de 1964. Veja-se o PAEG na íntegra: A revolução apresenta o programa de governo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 6-7, 14 ago. 1964.

[244] BAER, Werner. **A economia brasileira**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1996, p. 90.

A questão que se coloca, entretanto, é como a equipe econômica do governo Castello Branco conseguiu, em meio à falta de investimento e à inflação galopante do período, alcançar tais resultados? Ou seja, como o governo conseguiu criar recursos sem emitir dinheiro? A "fórmula mágica" encontrada pelos militares para o financiamento interno da acumulação foi o "investimento estrangeiro". E para que este ocorresse foi necessária tanto a extinção de alguns direitos conquistados pelos trabalhadores ao longo dos anos quanto a "modernização" do sindicalismo de Estado. Esta se deu por duas formas: uma "política de controle sindical", por um lado; e "controle das greves" e "arrocho salarial", por outro.

Como se verá, essas três medidas foram a "pedra de toque" do "desenvolvimentismo" do regime civil-militar, isto é, constituíram-se como peça fundamental para a sustentação do "milagre econômico", ao mesmo tempo em que favoreceram a desigualdade e a concentração de renda no país.

3.2. A política de controle sindical

A CLT – pelo seu imenso corpo jurídico, abrangência e complexidade – se constitui como uma "faca de dois gumes". Como um extenso conjunto de leis que fornece orientação em quase todos os aspectos importantes do mundo do trabalho, definindo além dos princípios fundamentais e normas legais, bem como centenas de questões secundárias, grandes e pequenas, a CLT é uma estrutura jurídica contraditória, que, propositalmente, dá margem a diversas interpretações, podendo ser utilizada tanto a serviço do trabalhador bem como contra ele, e dependendo da situação e do momento, ter um caráter mais democrático ou mais conservador em relação aos sindicatos, pode deixá-los mais soltos ou amarrá-los.

Durante o período mais liberal e democrático, entre os anos de 1946-1964, com exceção do governo Dutra (1946-1951), as restrições e as penalidades mais severas da CLT não foram aplicadas – mesmo que, de fato, tais medidas não tenham sido eliminadas. No entanto, após o golpe civil-militar de 1964, os artigos mais repressivos da CLT foram colocados em prática, em certo sentido, numa "modernização" do "Estado Novo" [245]. Como observou Philippe Schmitter, "*[...] o corporativismo é a 'pedra angular' de qualquer regime autoritário*" [246]. Os militares brasileiros de 1964 rapidamente reconheceram isso. E assim

[245] Nas palavras de Kenneth P. Erickson: "*[...] o golpe iniciado pela tradição anti-Vargas resultou não na destruição do legado do Estado Novo, mas numa tentativa de aplicá-lo com mais eficiência. Isto está de acordo com a experiência brasileira anterior, pois a queda de Vargas em 1945, e depois em 1954, não trouxe a destruição da estrutura trabalhista corporativista*". ERICKSON, op. cit. (1979), p. 208.

[246] SCHMITTER, op. cit. (1973), p. 206.

garantiram a manutenção da CLT e, especificamente, o sistema sindical consagrado na mesma. Seguindo a mesma linha de raciocínio de Philippe Schmitter, a autora Maria Helena M. Alves também argumentou:

> Durante o período populista, tais mecanismos não foram utilizados com severidade devido aos custos político-eleitorais que representariam para o governo. A estrutura sindical da Consolidação das Leis do Trabalho, entretanto, permaneceu intacta, nunca sendo reformulada – sequer durante o governo de João Goulart. Desse modo, ao empolgar o poder em 1964, a coalizão civil-militar encontrou pronta uma estrutura legal repressiva para o controle dos sindicatos e efetivamente recorreu a ela [247].

Para o governo Castello Branco, a causa principal da instabilidade politica antes de 1964 se devia não a defeitos e injustiças do sistema político brasileiro, mas à agitação subversiva provocada por certos *políticos* e *líderes sindicais* [248]. No que se refere aos *políticos*, logo após a deflagração do golpe, diversos militares sentiram a necessidade de cassar direitos políticos e mandatos de políticos alinhados com o governo anterior, como forma de assegurar a continuidade da "revolução".

> Já no dia 4 [de abril de 1964], respondendo a uma solicitação, quatorze oficiais da Escola de Comando e Estado-Maior haviam enviado sugestões ao Comandante da Escola, considerando indispensáveis "cassar mandatos e direitos políticos de todos os deputados comunistas, nacionalistas extremados e agitadores profissionais, e de todos aqueles que tenham cometido atos considerados criminosos ou atentatórios às liberdades e aos direitos consagrados pela Constituição" [249].

---

[247] ALVES, M., op. cit. (2005), p. 83-84.

[248] No caso específico de Pernambuco, por exemplo, três relatos desmentem o argumento de que o Estado, no governo de Miguel Arraes, isto é, no pré-golpe, vivia um período de agitação subversiva e de convulsão social provocada por líderes sindicais agitadores. O primeiro relato é o de Paulo Cavalcanti: "*A alegada agitação social havida durante o governo de Miguel Arraes foi mais uma exploração dos meios de comunicação, de jornais, rádios e televisão ligados às forças obscurantistas, do que mesmo resultante de conflitos de interesse de classe. Em termos absolutos, houve mais greves operárias em São Paulo e no Estado da Guanabara, com Adhemar de Barros e Carlos Lacerda, do que em Pernambuco, com um governo de frente popular. Os movimentos paredistas dos bancários, dos comerciários, dos têxteis, dos trabalhadores em empresas distribuidoras de petróleo, além de serem reconhecidos como legais pelo Tribunal Regional do Trabalho, processaram-se em clima de respeito à ordem pública, sem que houvesse o menor incidente, fato inédito em Pernambuco, em ocasiões semelhantes*". CAVALCANTI, Paulo. **O Caso eu conto, como o caso foi**: da Coluna Prestes à queda de Arraes: memórias. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978, p. 324. O segundo relato é o de Hélio Mariano, ex-secretário estadual, ao ser perguntado se os sindicatos urbanos no governo de Arraes eram radicais: "*Não posso dizer que fossem radicais. Havia determinados líderes que eram radicais, mas os sindicatos dos Bancários e dos Comerciários não eram radicais. O que aconteceu na realidade era que o Governo Arraes, por sua posição legalista, não interferiria na livre organização dos sindicatos, fato esse que, por ser novo na história política de Pernambuco, levava a interpretações de balbúrdia e agitação, a partir de setores mais radicais, ligados à direita*". Mariano, o criador da chapa Arraes/Zé Ermírio. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 8, 22 out. 1995. E, por fim, o relato do próprio Gal. Joaquim Justino Alves Bastos, comandante do IV Exército na época: "O *que havia aqui eram agitadores com repercussão escassa. Líderes e sub-líderes sem massa comunista arregimentada. Isto se deve ao fato de termos populações ordeiras, tradicionalmente religiosas. Como organização, o comunismo nada valia*". CALLADO, Antônio. **Tempo de Arraes**: a revolução sem violência. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 36-37

[249] VIANA FILHO, op. cit. (1975), p. 55.

De acordo com este autor, ainda nos primeiros dias após o golpe, várias "fórmulas" foram surgindo no interior do governo, com vistas a afastar os políticos "perigosos" ao novo regime. Entre as principais fórmulas estavam a de uma emenda à Constituição ou simplesmente as cassações pelo Congresso – o que, no final das contas, foi considerado impossível, dado o grande número de parlamentares apontados. Foi, portanto, neste momento que, segundo Viana Filho, a ideia da promulgação de um Ato Institucional ganhou terreno [250]. No fim da tarde do dia 9 de abril o primeiro Ato Institucional foi editado e divulgado.

Neste sentido, introduzido, então, o AI-1, os militares podiam agora levar adiante seu projeto de cassações a *políticos* "subversivos" e de perseguições a *líderes sindicais* "subversivos", vistos, como já foi mencionado, como a principal causa da instabilidade politica antes de 1964. Para aprimorar este projeto, chamado por Maria Helena M. Alves de "operação limpeza", foi baixado o Decreto-lei n° 53.897, de 27 de abril de 1964, instituindo os IPMs [251].

Avaliando as consequências do golpe, em especial, os IPMs, na região Nordeste, Manuel Correia de Andrade destacou o seguinte:

> [...] em 1964, a repressão política foi maior no Nordeste porque se admitia que o "processo de comunistização" ali estava mais avançado e devia ser reprimido. Daí a tremenda perseguição que foi feita aos que colaboraram com Arraes, aos que tinham idéias de esquerda, mesmo não-comunistas, contra os que defendiam uma modernização do sistema de poder, contra os que reivindicavam melhores salários e melhores condições de trabalho. Contra os que refletiam sobre a precária situação da região e do país. Foram fortemente atingidas pessoas e instituições como a SUDENE, os órgãos ligados aos governos estaduais, os sindicatos, a Igreja Católica, a Universidade tanto em seu corpo discente como no docente, as instituições de cultura, etc. Tudo que cheirasse a cultura popular, a interesses populares, a reformas econômicas e sociais, a investigação científica, etc. era suspeito e passível de perseguição [252].

Com os IPMs, não apenas líderes sindicais e políticos ligados de alguma forma ao governo deposto eram investigados, interrogados e presos, mas qualquer pessoa [253]. "*A qualquer hora do dia ou da noite, patrulhas do exército, da polícia e grupos civis armados*

---

[250] VIANA FILHO, op. cit. (1975), p. 55-57.

[251] Para uma compreensão acerca de todo o projeto da "operação limpeza" e sobre os IPMs, ver: ALVES, M., op. cit. (2005). Em especial, o Capítulo 2.

[252] ANDRADE, Manuel Correia de. **1964 e o nordeste**: golpe, revolução ou contra-revolução?. São Paulo: Contexto, 1989, p. 9.

[253] Alguns IPMs beiravam, em certa medida, ao ridículo, como se pode ver no relato a seguir do Cel. Hango Trench, comandante da Polícia Militar do Estado de Pernambuco durante o governo de Miguel de Arraes: "*[...] para se ter uma idéia do tipo de acusação, o Gregório Bezerra foi uma pessoa que vi uma vez na vida, no Palácio do Governo, nunca mais tive contato com ele. Então, eles disseram que o Gregório chegava na PM, sentava na minha mesa, batia na mesa e dava ordens*". O coronel que quis resistir ao Golpe. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 6, 24 dez. 1995.

invadiam casas residenciais, colégios, faculdades, sedes de associações, hospitais e, até, seminários, igrejas e conventos, para prenderem opositores do regime, seus familiares e amigos ou simples suspeitos" [254]. Beirando quase ao absurdo, em qualquer ação ou em qualquer pessoa, a ditadura via o "dedo dos comunistas", como se pode ver no relato a seguir do Ten. Carlito Lima, que participou da execução do golpe civil-militar no Recife em 1964:

> Com os presos foram apreendidos materiais considerados subversivos nas casas, nas ligas camponesas, nas associações, nos escritórios de trabalho. Os investigadores da Polícia Civil e os jovens soldados traziam esses materiais, principalmente livros dos mais diversos, facão, peixeira, revólver. Raramente vi alguma coisa, algum documento ou equipamento que merecesse uma consideração mais séria. Lembro-me de uma coleção de livros apreendidos, Clássicos Jackson, e perguntei o porquê daquela apreensão ao policial. Prontamente ele respondeu: "Olha a capa dos livros, tenente: vermelho, só pode ser subversivo" [255].

Paulo Cavalcanti destacou que, a partir da instituição dos IPMs, criou-se uma prática de "dedodurismo" em diversas regiões do país, inclusive no Estado de Pernambuco:

> O próprio IV Exército, em nota oficial, concitava o povo a denunciar seus vizinhos, seus parentes, seus pais, seus filhos, seus namorados, desde que observassem neles qualquer pendor para a prática de "atos subversivos", que outros não eram senão o exercício do direito democrático de divergir da conspiração antilegalista. Ao primeiro sinal de suspeita, devia-se telefonar para a 2ª Seção ou para o DOPS, denunciando o "comunista". Era a consagração oficial do ato de delatar [256].

Em alguns casos, o "dedodurismo" chegou a ser, de fato, institucionalizado, com dia e hora para que fossem feitas as denúncias, como se pode ver a seguir:

> A Universidade do Recife, em edital, publicado em 29 de abril, anunciava que as "representações" poderiam ser feitas das 8 às 10 horas, à Rua do Hospício, nos dias úteis (dez dias a contar da publicação do edital). Por sua vez, a Rede Ferroviária do Nordeste e sua subcomissão de Processo Sumário de Investigações convocava todos os seus funcionários, sem distinção de cargos, no prazo de oito dias, para dar nomes de pessoas que tenham atentado contra a segurança do país, o regime democrático e a probidade da administração pública. No edital, há até uma orientação de como se identificar tais atos subversivos [257].

Como consequência dessa política de "dedodurismo":

> Os cárceres do Recife estavam completamente lotados. Todos os quartéis militares, delegacias de polícia, comissariados e ante-salas da Secretaria de Segurança Pública, repletas de homens e mulheres de todas as categorias sociais. Caminhões e ônibus, como transporte de bois para o matadouro,

[254] COELHO, op. cit. (2004), p. 202.

[255] LIMA, Carlito. **Confissões de um capitão**: memórias. Rio de Janeiro: Garamond, 2001, p. 88.

[256] CAVALCANTI, P., op. cit. (1978), p. 15.

[257] TELES, José. A imprensa às vésperas do golpe. In: BARRETO, Túlio Velho; FERREIRA, Laurindo (orgs.). **Na trilha do golpe**: 1964 revisitado. Recife: Editora Massangana, 2004, p. 137.

> chegavam ao Recife, camponeses famintos, trazidos muitas vezes por meras perseguições, querelas de trabalho, antipatias pessoais. Instauravam-se inquéritos policial-militares a três por dois, que se alongaram anos a fio, uma testemunha puxando outra, as diligências se desdobrando e os encarregados dos IPMs fazendo jus a pingues remunerações por serviços extraordinários. A esses milhares de presos infligiam-se maus tratos, humilhações e até torturas desumanas [258].

Em relação aos *sindicatos*, a forma encontrada para conter os líderes mais combativos foi, em certa medida, as "intervenções" [259], tanto no que se refere aos expurgos de seus líderes quanto aos controles sobre as suas diretorias [260]. Segundo Kenneth P. Erickson: "*Alegando que a subversão causou a instabilidade política antes de 1964, o governo Castello Branco interveio nos sindicatos mais poderosos e politicamente ativos e expurgou seus líderes*" [261].

Para intervir nos sindicatos, o governo não precisou criar um novo conjunto de leis, especificamente, de exceção, repressivo, mas simplesmente recorrer, de maneira ampla e efetiva, aos dispositivos legais que foram criados durante o primeiro governo Vargas. Para aprimorar o arcabouço jurídico da CLT e dar continuidade ao plano econômico do governo, este decretou um considerável corpo de novas leis trabalhistas e sindicais para aplicar com mais "eficiência" os aspectos repressivos da CLT e estreitar seus canais de ação (ver Quadro V). Nas palavras de Leôncio M. Rodrigues: "*A estrutura corporativa foi mantida inalterada e diversos decretos governamentais foram baixados no sentido de aumentar o controle do governo sobre as organizações sindicais*" [262]. O regime civil-militar – apesar de trabalhar com os elementos da mesma ideologia do "Estado Novo" (paz social, colaboração entre classes e ordem etc.) – na verdade, necessitou reformular algumas técnicas de pressão e alguns mecanismos legais daquele período, como meio de atingir os seus objetivos.

---

[258] CAVALCANTI, P., op. cit. (1978), p. 11.

[259] Por "intervenção" entende-se o afastamento de toda a administração de uma entidade sindical acompanhada da designação, por parte do Ministro do Trabalho, ou do Delegado Regional do Trabalho, de um representante da pasta para administrar a entidade.

[260] Vale destacar que, em relação aos expurgos dos líderes sindicais mais combativos, os que foram colocados em seus lugares pelos militares não eram figuras distantes do meio sindical. Tratava-se, na maioria dos casos, como bem lembrou Marcelo Badaró, de representantes dos antigos grupos dirigentes, desalojados dos cargos de direção das entidades pelas vitórias nas eleições sindicais dos militantes de esquerda ligados ao PCB e ao PTB, nos anos que antecederam ao golpe. Muitos tinham vínculos com os círculos operários católicos e com as entidades ligadas ao sindicalismo estadunidense. Não tardariam, portanto, a se reaglutinar, utilizando a máquina sindical, não para representar dignamente suas categorias, mas para concretizar dois objetivos centrais: apresentarem-se como ponto de apoio dos primeiros mandatários da "ditadura civil-militar" e caçar com esmero seus antigos adversários, agora taxados de perigosos subversivos. MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 103.

[261] ERICKSON, op. cit. (1979), p. 209.

[262] RODRIGUES, L., op. cit. (1986), p. 551. A este mesmo respeito, Kenneth P. Erickson destacou o seguinte: "*O governo então procurou apertar a camisa-de-força legal de forma a evitar a futura mobilização radical dos sindicatos. O ministro do Trabalho, que ajudara a planejar a CLT durante o Estado Novo, colocou em funcionamento antigas disposições ou estruturou novas onde achou que os controles existentes não bastavam para guiar a atividade dos trabalhadores nas direções apropriadas*". ERICKSON, op. cit. (1979), p. 209.

Quadro VI – Legislação sindical do regime civil-militar (1964-1984)	
Lei n° 4.330, de 1 de julho de 1964 [263]	Regula o direito de greve, na forma do art. 158, da Constituição Federal.
Lei n° 4.725, de 13 de julho de 1965 [264]	Estabelece normas para o processo dos dissídios coletivos, e dá outras providências.
Decreto-lei n° 27, de 14 de novembro de 1966 [265]	Acrescenta à lei 5.172, de 25 de outubro de 1966, artigo referente às contribuições para fins sociais.
Constituição Federal de 1967 [266]	Art. 159, parágrafos 1° e 2°.
Decreto-lei n° 151, de 9 de fevereiro de 1967 [267]	Dispõe sobre os depósitos bancários do SESI, SESC, SENAI, SENAC e das entidades sindicais.
Decreto-lei n° 229, de 28 de fevereiro de 1967 [268]	Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo decreto n° 5.453, de 1° de maio de 1943, e dá outras providências.
Emenda Constitucional n° 1, de 17 de outubro de 1969 [269]	Art. 166, parágrafos 1° e 2°.
Lei n° 5.584, de 26 de junho de 1970 [270]	Dispõe sobre normas de Direito Processual do Trabalho, altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, disciplina a concessão e prestação de assistência judiciária na Justiça do Trabalho e dá outras providências.
Decreto-lei n° 1.149, de 28 de janeiro de 1971[271]	Estabelece condições para a filiação de entidades sindicais brasileiras a organizações internacionais.
Decreto n° 68.465, de 2 de abril de 1971 [272]	Regulamenta o decreto-lei n. 1149, de 28 de janeiro de 1971, que estabelece condições para a filiação de entidades sindicais brasileiras a organizações internacionais e para o funcionamento, no país, de sede, agências, filiais ou representações de entidades sindicais estrangeiras ou internacionais.
Decreto-lei n° 1.166, de 15 de abril de 1971 [273]	Dispõe sobre enquadramento e contribuição sindical rural.
Decreto n° 78.339, de 31 de agosto de 1976 [274]	Regulamenta a Lei nº 6.181, de 11 de dezembro de 1974, que altera o artigo 600 da Consolidação das Leis do Trabalho, amplia a destinação do Fundo de Assistência ao Desempregado e dá outras providências.

[263] BRASIL. Lei n° 4.330, de 1 de julho de 1964. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 3 jun. 1964, Seção 1, p. 4713.

[264] _____. Lei n° 4.725, de 13 de julho de 1965. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 13 jul. 1965, Seção 1, p. 6561.

[265] _____. Decreto-lei n° 27, de 14 de novembro de 1966. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 14 nov. 1966, Seção 1, p. 13147.

[266] _____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1967.

[267] _____. Decreto-lei n° 151, de 9 de fevereiro de 1967. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 13 fev. 1967, Seção 1, p. 1721.

[268] _____. Decreto-lei n° 229, de 28 de fevereiro de 1967. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 28 fev. 1967, Seção 1, p. 2423.

[269] BRASIL. Emenda Constitucional n° 1, de 17 de outubro de 1969. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 20 out. 1969, p. 8865.

[270] _____. Lei n° 5.584, de 26 de junho de 1970. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 29 jun. 1970, Seção 1, p. 4745.

[271] _____. Decreto-lei n° 1.149, de 28 de janeiro de 1971. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 29 jan. 1971, Seção 1, p. 769.

[272] _____. Decreto n° 68.465, de 2 de abril de 1971. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 5 abr. 1971, Seção 1, p. 2601.

[273] _____. Decreto-Lei n° 1.166, de 15 de abril de 1971. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 16 abr. 1971, Seção 1, p. 2825.

[274] _____. Decreto n° 78.339, de 31 de agosto de 1976. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 1 set. 1976, Seção 1, p. 11560.

Lei n° 6.386, de 9 de dezembro de 1976 [275]	Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho e dá outras providências.
Portaria n° 3.020, de 7 de janeiro de 1977 [276]	Cancela comissões sobre o recolhimento da contribuição sindical.
Resolução n° 437, de 20 de julho de 1977 [277]	Regula o recolhimento da contribuição sindical pelos bancos e caixas econômicas estaduais.
Lei n° 6.512, de 19 de dezembro de 1977 [278]	Dispõe sobre a obrigatoriedade do voto nas eleições sindicais e dá outras providências.
Decreto-lei nº 1.632, de 4 de Agosto de 1978 [279]	Dispõe sobre a proibição de greve nos serviços públicos e em atividades essenciais de interesse da segurança nacional.
Portaria n° 3.397, de 17 de outubro de 1978 [280]	Aprova a rotina para restituição da Consolidação Sindical recolhida indevidamente ou a maior.
Decreto n° 82.935, de 26 de dezembro de 1978 [281]	Dispõe sobre o dimensionamento do módulo rural, para efeito de enquadramento sindical e dá outras providências.
Portaria n° 3.015, de 17 de janeiro de 1979 [282]	Define, para os efeitos do § 6° do art. 580 da CLT, quais as entidades ou instituições que não exercem atividade econômica com fins lucrativos.
Portaria n° 3.019, de 8 de março de 1979 [283]	–
Portaria n° 3.233, de 29 de dezembro de 1983 [284]	Aprova Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

Assim como o Estado Novo, o regime civil-militar procurou romper com a liberdade, a autonomia e a pluralidade das organizações sindicais no Brasil, ao mesmo tempo em que as tornaram em órgãos de colaboração do Estado, evitando, assim, que os trabalhadores desenvolvessem uma ação mais coerente com seus interesses de classe. A entrevista do ministro Arnaldo Prieto à revista *VEJA*, anos depois, demonstra o pensamento do regime a este respeito:

> Autonomia para quê? Autonomia para voltar ao que era antes de 1964? Essa, se Deus quiser, não haverá, o sindicato não será instrumento de agitação, de intranqüilidade, de arruação, de perturbação da ordem do país. Autonomia

[275] _____. Lei n° 6.386, de 9 de dezembro de 1976. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 10 dez. 1976, Seção 1, p. 16099.

[276] _____. Portaria n° 3.020, de 7 de janeiro de 1977. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 17 jan. 1977, Seção 1, p. 1079.

[277] _____. Resolução n° 437, de 20 de julho de 1977. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 26 jul. 1977, Seção 1, p. 1163.

[278] _____. Lei n° 6.512, de 19 de dezembro de 1977. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 20 dez. 1977, Seção 1, p. 17491.

[279] _____. Lei Decreto-lei nº 1.632, de 4 de Agosto de 1978. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 4 de ago. 1978, Seção 1, p. 12343.

[280] BRASIL. Portaria n° 3.397, de 17 de outubro de 1978. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 17 out. 1978, Seção 1, p. 12651.

[281] _____. Decreto n° 82.935, de 26 de dezembro de 1978. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 27 dez. 1978, Seção 1, p. 20865.

[282] BRASIL. Portaria n° 3.015, de 17 de janeiro de 1979. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 23 jan. 1979, Seção 1, p. 11645.

[283] _____. Portaria n° 3.019, de 8 de março de 1979. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 14 mar. 1979, Seção 1, p. 893.

[284] _____. Portaria n° 3.233, de 29 de dezembro de 1983. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 30 dez. 1983, Seção 1, p. 12366.

> para defender os legítimos interesses da classe, essa tem, e deve ser aperfeiçoada. Acho que o principal é que o sindicato se transforme num organismo atuante. E isso pode [285].

A principal medida adotada pelo governo para adequar os sindicatos à sua política foram as intervenções. O papel dos interventores foi assim descrito por Antonio Luigi Negro:

> [...] os sindicalistas de confiança do novo regime teriam de desempenhar três papéis básicos. Era preciso, inicialmente, dar continuidade à vigilância, fazendo do sindicato um lugar de identificação dos ativistas que permanecessem atuantes. Sua segunda função seria deslocar a atuação dos sindicatos do campo da reivindicação por melhores condições de trabalho para o assistencialismo. A hipertrofia das funções assistenciais e a orientação política dos interventores desligariam os sindicatos das questões específicas dos locais de trabalho e da situação geral das categorias que representavam. Por fim, os interventores teriam ainda que conter tanto as oposições sindicais quanto as mobilizações que questionassem a política da ditadura militar e a autoridade empresarial, neutralizando ou desencorajando ações a partir do local de trabalho [286].

Na medida em que o fechamento das entidades sindicais se tornaria, de fato, uma alternativa politicamente inviável, a escolha do regime civil-militar se deu pelas intervenções. Esta questão ficou bem expressa nas palavras do então ministro do Trabalho e Previdência Social Arnaldo Süssekind em seu pronunciamento no dia 7 de abril de 1964:

> [...] o governo revolucionário, com apoio no artigo 32 da Lei n.o 1082, de 5 de janeiro de 1953, que define os crimes contra a ordem política e social, poderia ter promovido a dissolução das entidades sindicais cuja ação subversiva as enquadrasse no referido dispositivo penal. Preferiu, entretanto: a) para não prejudicar os trabalhadores com a extinção da correspondente representação sindical, determinar a intervenção preventiva de que trata o art. 528 da CLT, a qual não suspende o funcionamento da entidade; b) realizar as investigações necessárias à apuração dos atos ilícitos porventura praticados; c) punir os responsáveis pelos atos de subversão ou corrupção na esfera sindical, de acordo com o estatuído no art. 553 da CLT; d) fazer retornar ao exercício de suas funções os dirigentes sindicais em relação aos quais não resultou provada a prática dos aludidos atos; e) encaminhar ao órgão do Ministério Público competente as peças comprovadoras de crimes, para instauração do respectivo processo criminal; f) marcar eleições, no prazo estipulado pelo artigo 554 da CLT, sempre que os membros da administração da entidade sindical tenham sido destituídos [287].

---

[285] O sindicato deve lutar em paz. **VEJA**, São Paulo, n. 471, p. 24, 14 set. 1977.

[286] NEGRO, Antonio Luigi. Nas origens do "novo sindicalismo": o maio de 59, 68 e 78 na indústria automobilística. In: RODRIGUES, Iram Jácome (Org.). **O novo sindicalismo**: vinte anos depois. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, p. 17.

[287] SUSSEKIND, Arnaldo apud FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Intervenções sindicais e o "Novo sindicalismo". **Dados**: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, n.17, 1978, p. 136-137.

De acordo com Leôncio M. Rodrigues, entre 1964 e 1970 foram efetuadas 536 intervenções sindicais (sendo 483 em sindicatos, 49 em federações e em 4 confederações) [288]. Do total de intervenções realizadas pelo Ministério do Trabalho durante este período, 19% delas foram efetuadas em 1964 e 61% em 1965 (80,6% do total), isto é, uma marca de 433 intervenções em apenas dois anos. As intervenções concentraram-se nos grandes sindicatos, ou seja, aqueles mais poderosos e politicamente mais ativos: atingiram 70% dos sindicatos que tinham mais de 5 mil membros, em 37% dos que contavam entre mil e cinco mil afiliados, e em 19% dos que possuíam menos de mil associados. Maria Helena M. Alves observou que, entre os anos de 1964 e 1965, as intervenções foram geralmente justificadas por uma das três seguintes razões:

a) os funcionários dos sindicatos, federações ou confederações haviam "desaparecido", e o Ministério do Trabalho presumiu abandono dos cargos, intervindo para indicar novos responsáveis;
b) os líderes sindicais eram "subversivos";
c) o comandante militar da região fora obrigado ocupar as "instalações dos sindicatos para impedir atividades subversivas". Sob ocupação militar, o sindicato não podia exercer suas funções normais, solicitando por isso a intervenção do Ministério do Trabalho. A intervenção frequentemente limitava-se a ratificar iniciativa já tomada por um comandante militar local ou representante da Delegacia Regional do Trabalho [289].

De acordo com Heloisa de Souza Martins, o maior número de intervenções ocorreu na região Nordeste 42,32% seguida pela região Sudeste 39,55%. Nestas duas regiões, os estados que apresentaram maior índice foram Pernambuco com 23,25% do total e São Paulo com 22,99%, respectivamente [290]. Segundo Paulo Cavalcanti, logo após a deflagração do golpe civil-militar, isto é, já no dia 8 de abril de 1964, 21 sindicatos operários e 3 federações de trabalhadores estavam sob intervenção do novo Delegado do Trabalho em Pernambuco, José David Gil Rodrigues, que nomeou velhos "pelegos" ou oficiais do Exército e da Marinha para a presidência das entidades [291]. As intervenções causaram um profundo esvaziamento dos

[288] A maior parte dos sindicatos atingidos, durante este período, por intervenções foram sindicatos de trabalhadores industriais (49% do total das intervenções). RODRIGUES, L., op. cit. (1986), p. 551.
[289] ALVES, M., op. cit. (2005), p. 84.
[290] SOUZA MARTINS, op. cit. (1979), p. 100.
[291] CAVALCANTI, P., op. cit. (1978), p. 12.

sindicatos. O Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco que tinha alcançado a marca de 2.000 sócios nos anos anteriores ao golpe de 1964, caiu para 200 associados em 1965 [292].

Como se vê, a legislação sindical estruturada a partir do golpe civil-militar serviu a três objetivos principais:

- apertando os controles diretos, ela impediu os sindicatos de estruturar uma base organizacional a partir da qual pudessem atacar o sistema político e social existente, ou opor-se a políticas governamentais específicas;
- procurou fortalecer os sindicatos e o sistema corporativo para seu papel na construção da nação e da coesão social;
- e sob a escusa do controle da inflação, transferiu recursos para a indústria, sujeitando os trabalhadores a vários tipos de programas de poupança forçada [293].

Um mês após a deposição de João Goulart, em comemoração ao Dia do Trabalho, o presidente Castello Branco falou pela primeira vez aos trabalhadores, na Praça da Sé, em São Paulo [294]. Na ocasião, discursou sobre a política salarial do novo regime e o controle do governo no sistema sindical. Segundo o presidente, passado o período necessário de intervenção para terminar com a "corrupção" e a "subversão" no interior dos sindicatos, o Ministério do Trabalho respeitaria a autonomia sindical e assim os trabalhadores voltariam à "sua função normal como autênticos representantes dos trabalhadores" [295].

No entanto, apesar da afirmação de Castello Branco de que as "intervenções" durariam pouco tempo – apenas o período de institucionalização do regime –, o governo utilizou-se deste instrumento durante todo seu período de vida. Como salientou o senador Marco Freire, do MDB pernambucano, apesar de o presidente Castello Branco afirmar que "*[...] a revolução não foi feita contra os direitos sociais dos trabalhadores, e que os sindicatos seriam os legítimos representantes do pensamento e das reivindicações das respectivas classes [...] o que se viu, entretanto, foi a intervenção maciça nos sindicatos*" [296].

---

[292] GT SINDICAL DO CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS JOSUÉ DE CASTRO, op. cit.

[293] ERICKSON, op. cit. (1979), p. 209.

[294] Segundo Luís Rainho e Osvaldo Bargas, com a instituição do "golpe civil-militar" em 1964, as comemorações do 1° de maio passaram a ser "promovidos" exclusivamente pelo Governo. "*Em cerimônias oficiais e discursos formais seus porta-vozes falavam das virtudes e contribuições do operário para o desenvolvimento nacional dos 'benefícios' que para eles a 'revolução de 64' havia trazido. Em suma: tinha o feriado do Dia do Trabalho e não o dia do trabalhador*". RAINHO, Luís Flávio; BARGAS; Osvaldo Martines. **As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo (1977-1979)**. vol. 1. São Bernardo: Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1983, p. 63.

[295] "O trabalhador não está e não será desamparado". **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 2, 2 mai. 1964.

[296] Democracia impõe liberdade sindical. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-3, 4 out. 1977.

Embora a maior parte das intervenções tenha se dado entre os anos de 1964 e 1965, a partir deste período ainda houve um número significativo de intervenções em diversos sindicatos espalhados pelo país. A partir de 1965, segundo Leôncio M. Rodrigues, "*[...] o número de intervenções decresceu fortemente uma vez que o controle dos principais sindicatos já havia sido realizado*" [297].

Se entre 1964 e 1965, a "subversão" era apontada como o principal motivo para as intervenções, durante o período de 1966 a 1970, os motivos eleitorais (irregularidades nas eleições), assim como outros motivos (rejeição de prestação de contas da antiga diretoria, infração das normas e regulamentos etc.), constituíram a grande maioria das justificativas apresentadas pelo governo para a destituição da diretoria sindical e indicação de um interventor, isto é, um "pelego" [298]. Segundo Salvador Sandoval, a partir deste período, ocorreram elevados níveis de corrupção dentro das organizações sindicais. Isto se deu por dois motivos: por um lado, pela inexpressiva participação dos trabalhadores, e, por outro, pelo fato de o governo recompensar a lealdade política dos líderes sindicais, pelego ou não, fazendo vista grossa à constante malversação dos fundos sindicais [299].

No dia 24 de janeiro de 1967, foi promulgada pelo Congresso Nacional uma nova Constituição, a quinta do período republicano. Essa Constituição, que dava amplos poderes ao presidente da República, seria modificada em 17 de outubro de 1969, tornando o poder político ainda mais centralizado nas mãos do presidente [300]. A Constituição de 1967 manteve a redação do art. 159 da Constituição de 1946 ao dispor: "*Art. 159. É livre a associação profissional ou sindical; a sua constituição, a representação legal nas convenções coletivas de trabalho e o exercício de funções delegadas de Poder Público serão regulados em lei*". A

[297] RODRIGUES, L., op. cit. (1986), p. 551.

[298] Originalmente a palavra "pelego" designa uma peça de pele de ovelha com a lã, usada pelos vaqueiros do Rio Grande do Sul, que torna mais fácil para o cavalo suportar o peso do cavaleiro. Nesta analogia, o cavalo representa a classe trabalhadora e o cavaleiro o Estado e os empregadores. Foi com o sentido, portanto, de amaciar o contato entre patrões e empregados que o termo foi incorporado ao sindicalismo brasileiro. "Pelego" passou para o vocabulário político brasileiro para identificar o líder ou representante sindical dos trabalhadores produzido dentro da estrutura burocrática e corporativa no país. O pelego seria um agente de "duplo papel": ao mesmo tempo em que representava os interesses dos trabalhadores fazia-o de forma tal a conciliá-los com os dos patrões. Negociava com o patronato e com o governo aumentos e vantagens para os trabalhadores, mas de forma a não contrariar os interesses do capital e do governo. Em particular, liderava seus representados de forma hábil de modo a que não chegassem a greves ou a manifestações mais enérgicas de descontentamento. Aqui é importante destacar ainda que o "pelego", em si, não foi inventado pela "ditadura civil-militar". No Brasil, desde o início do século XX, havia uma corrente sindical conhecida como *amarelos*, que pontuava sua atuação pela cooperação com os poderes constituídos. A partir de 1964, o que houve foi uma adaptação dessa tradição a uma necessidade do modelo político e econômico do regime militar. D'ARAUJO, op. cit. (2003), p. 230-231.

[299] SANDOVAL, op. cit. (1994), p. 23.

[300] A mudança a qual nos referimos é a Emenda Constitucional n° 1, de 17 de outubro de 1969. Em relação aos sindicatos, essa emenda cuidou da liberdade sindical em seu art. 166, com idêntica redação do art. 159 da Constituição de 1967.

inovação ficou por conta dos seus parágrafos que prescreviam: "*§ 1° – Entre as funções delegadas a que se refere este artigo, compreende-se a de arrecadar, na forma da lei, contribuições para o custeio da atividade dos órgãos sindicais e profissionais e para a execução de programas de interesse das categorias por eles representadas. § 2° – É obrigatório o voto nas eleições sindicais*" [301].

No final de seu governo, o presidente Castello Branco ainda promulgou uma lei em relação às atividades sindicais no país: o Decreto n° 229, de 2 de fevereiro de 1967, que regulamentava o "atestado de ideologia" nos sindicatos, assegurava a "passividade" dos sindicatos, completando, assim, o ciclo de intervenções no país. Através deste decreto, os candidatos a cargos nos sindicatos teriam que prestar uma declaração de que zelaria pela fiel observância da Constituição Federal e das leis do país e que se comprometeriam a respeitar as autoridades constituídas e acatar as decisões delas emanadas; o Ministério do Trabalho e a Polícia Federal poderiam investigar todas as candidaturas; e, na tomada de posse, os novos dirigentes eleitos deveriam jurar novamente o respeito à Constituição e às leis. Como se percebe, este decreto permitia que o governo impedisse o acesso de elementos mais "radicais", "combativos" a postos-chave nos sindicatos. A respeito deste controle "psicossocial" sobre os trabalhadores, Kenneth P. Erickson destacou:

> Trabalhadores que participaram ativamente de greves, ações de trabalhadores ou militância ativa nos sindicatos também sofreram perseguições policiais, e um fichamento na polícia pode custar o emprego de um trabalhador. Isto ocorre porque o término da estabilidade, em 1966, forçou a maioria dos trabalhadores a viver sob a ameaça da demissão. Para conseguir um novo emprego, se demitido, o trabalhador precisa apresentar um atestado de bons antecedentes da polícia [302].

Além das "intervenções", "atestado de ideologia", "cooptação" e "expurgos" de líderes não-alinhados com o regime civil-militar, uma forma também de controlar as organizações sindicais no pós-64 e de recuperar o contingente expressivo de associados que os sindicatos haviam conquistado nos anos anteriores ao golpe foi a "mudança de função" dos sindicatos. Isto é, a partir de 1964 – principalmente após 1966 [303] –, o governo procurou tirar,

---

[301] BRASIL. Constituição (1967). Op. cit.

[302] ERICKSON, op. cit. (1979), p. 220-221.

[303] Embora o incentivo à política burocrático-assistencial dos sindicatos tenha se dado desde a própria instauração do regime em 1964, ela ocorreu de maneira mais enfática, no entanto, somente a partir de 1966. Como já destacamos, nos dois primeiros anos de regime, no que se refere às entidades sindicais, o governo atuou, através da "coerção direta", visando o afastamento das lideranças do pré-64 e o controle direto das entidades através da intervenção nos sindicatos e suspensão dos direitos políticos de representantes sindicais. A partir de 1966, decresceu o número de intervenções nos sindicatos – muito embora a ameaça de sua aplicação funcionasse todo o tempo como um fator de intimidação para as suas lideranças – e a ação do governo se dirigiu

cada vez mais, os sindicatos de suas funções reivindicatórias, mais combativa, para incentivar-lhes na ampliação de seus patrimônios físicos e atribuir-lhes funções meramente burocráticas: atendimento médico e odontológico, assistência jurídica, concessão de bolsas de estudo, homologações, etc., valendo-se para isso das gordas somas vindas do "imposto sindical", criado desde os anos Vargas [304].

Como salientou Heloisa de Souza Martins, a partir desse período surgiu no Brasil um "sindicalismo gerencial", que acentuou o caráter burocrático do sindicato e o papel de administrador de seus diretores. Estes se transformaram em executores das exigências burocráticas do Ministério do Trabalho [305]. Com o Golpe de 1964, na verdade, esperava-se do dirigente sindical um comportamento semelhante ao chefe de uma empresa, um mero "burocrata" [306]. "*O 'dirigente sindical' surgiu como membro do quadro administrativo estatal cujas atribuições, dentro da legislação sindical e trabalhista existente, consistiam em pôr em prática os objetivos definidos pelo poder governamental*" [307]. A ideia do regime civil-militar era, portanto, que o sindicato deveria ser uma agência bem gerenciada, para a prestação de serviços, seja à categoria, seja ao país:

---

mais no sentido de "cooptar" as lideranças sindicais e de aumentar o aspecto burocrático-assistencial dos sindicatos brasileiros.

[304] Além das somas oriundas do "imposto sindical", muitos sindicatos ampliaram seu setor assistencial e seu patrimônio físico através de "generosas" injeções de recursos governamentais.

[305] É importante destacar que não apenas os sindicatos sofreram a "burocratização" no pós-64, mas diversos organismos no país. É o caso, por exemplo, das Sociedades Amigos de Bairro (SABs) que passaram por uma profunda reestruturação interna com a "ditadura civil-militar": "*Com as mudanças político-institucionais ocorridas em 1964, as SABs sofreram alterações significativas, caracterizando um período de cooptação da maior parte das lideranças destas organizações pela política oficial. Do seu papel eminentemente reivindicatório, muitas passaram ao longo dos anos a ter uma função basicamente associativa, perdendo seu caráter mobilizatório frente aos problemas urbanos. As SAB's se ligam então a políticos locais, que passam a funcionar como interlocutores dos problemas do bairro, intercedendo junto ao Estado e substituindo as práticas anteriores por uma mediação burocratizada, transformando qualitativamente o seu papel. As características repressivas do regime nos anos que se seguiram ao AI-5, geraram um esvaziamento muito significativo das SABs, perdendo estas seu caráter de defesa dos interesses do bairro*". NUNES, Edilson; JACOBI, Pedro. Movimentos populares urbanos, poder local e conquista da democracia. In: MOISÉS, José Álvaro Moisés et al. **Cidade, povo e poder**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 177.

[306] Aqui é importante ressaltar, como observou José Maria de Almeida, que a "burocracia", em si – entendida como um "corpo de funcionários" com a função de administrar, dirigir uma entidade ou um país – é, de fato, inevitável, uma imposição da realidade. No caso dos sindicatos, pelas suas diversas funções, a "burocracia" torna-se necessária. Os problemas surgem, de acordo com o autor, quando a "burocracia" torna-se uma "burocratização", isto é, quando a burocracia do sindicato autonomiza-se em relação aos seus representados, usurpa o poder que lhe foi concedido para defender os trabalhadores e passa a usá-lo em defesa de seus próprios interesses. Aí se dá o fenômeno da burocratização, a degeneração burocrática. Na maioria das vezes, os mecanismos de controle do Estado levam à burocratização dos sindicatos, mas também ocorre uma burocratização interna dos próprios sindicatos que acabam levando a um distanciamento entre a diretoria e a base. ALMEIDA, José Maria de. **Os sindicatos e a luta contra a burocratização**. São Paulo: Editora Sundermann, 2007, p. 26.

[307] SOUZA MARTINS, op. cit. (1979), p. 4.

> Na realidade, os sindicatos foram transformados em organizações de previdência social que desempenham as funções de um Estado Previdenciário, em grande parte liberando o governo central de obrigações sociais. Simultaneamente o peso desse encargo impede que os sindicatos cumpram sua finalidade intrínseca: a de representar os interesses econômicos dos trabalhadores [308].

Em entrevista à revista *VEJA*, o ministro Arnaldo Prieto desmentiu o incentivo do regime civil-militar neste lado "burocrático" e "assistencial" dos sindicatos brasileiros:

> Essas críticas não são verdadeiras. Primeiro: que mal há em que o sindicato preste assistência a seu filiado? Há algum mal nisso? Segundo: essa assistência, muitas vezes, é uma forma de atrair os trabalhadores para a vivência sindical. Acho que houve uma evolução muito grande no sindicalismo brasileiro. Aquela colocação irresponsável, infantil, de pedir tudo, de reivindicar tudo, como se tudo dependesse dos outros e nada do trabalhador, foi superada. Na medida em que o sindicato vai amadurecendo, vai sofrendo um processo de crescimento como o da criatura humana e vai se tornando cada vez mais independente. Vai resolvendo seus problemas, sabendo o que deve reivindicar com maturidade, com convicção e responsabilidade. A liderança sindical brasileira, neste sentido, tem amadurecido muito ao longo destes últimos anos. Eles reivindicam dentro da lei, a favor da categoria, mas nunca contra o país [309].

Como se vê, via intervenções, ou apoios "voluntários", assim como o governo Vargas, a ditadura civil-militar procurava adesões e instrumentos para desenvolver uma política que se pautasse não só pela "repressão" às organizações sindicais mais combativas [310], mas também pela valorização dos sindicatos como órgãos colaboradores do regime, como órgãos técnicos e consultivos, no estudo e solução dos problemas que se relacionavam com a respectiva categoria ou profissão liberal. É neste contexto, portanto, que se pode entender a valorização do governo no lado "assistencial" e "burocrático" dos sindicatos brasileiros. Isto é, a valorização de um tipo de liderança sindical burocrática que colocasse os *objetivos assistenciais* acima da organização sindical ativa e mais militante [311].

---

[308] ALVES, M., op. cit. (2005), p. 289-290.

[309] O sindicato deve lutar em paz... Op. cit., p. 24-25.

[310] As considerações de Michel Foucault são importantes para não se pensar apenas no aspecto repressivo do Estado. Em suas palavras: "*Ora, me parece que a noção de repressão é totalmente inadequada para dar conta do que existe justamente de produtor no poder. Quando se define os efeitos do poder pela repressão, tem-se uma concepção puramente jurídica deste mesmo poder; identifica-se o poder a uma lei que diz não. O fundamental seria a força da proibição. Ora, creio ser esta uma noção negativa, estreita e esquelética do poder que curiosamente todo mundo aceitou. Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, [...] produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir*". FOUCAULT, op. cit. (2006), p. 8.

[311] Neste trabalho, utilizamos a expressão "assistencialismo" entendendo-a como "*[...] toda política desenvolvida por uma organização, que vise oferecer alguns tipos de bens escassos aos seus associados, incluindo serviços, que tanto podem ser materiais quanto simbólicos, individualizando a sua distribuição, mas não mantenham ou estimulem uma luta coletiva e organizada no sentido de tornar a participação ativa e direta dos associados em*

Como pudemos observar ao longo de todo este tópico, a partir do mês de abril de 1964, o Brasil passou a viver um dos períodos mais repressivos de sua história, quando se inaugurou um verdadeiro ciclo de perseguições, cassações e demissões, e os movimentos socais, de caráter popular, foram duramente combatidos. "*Neste período, foram muitos os que sofreram ou morreram. Foram muitos os que pagaram caro por ter mantido a chama da resistência. Foram muitos os que, pacientemente, com riscos e sacrifícios, conquistaram alguns centímetros de espaços e alguns metros de liberdade*" [312]. No que concerne aos sindicatos, inúmeros líderes sindicais foram aprisionados, perseguidos ou expurgados. Federações e sindicatos foram fechados ou tão seriamente controlados que restou ao movimento sindical oposicionista pouco ou quase nenhum espaço de manobra. Para alcançar os seus objetivos, a ditadura utilizou-se da CLT e/ou de algumas outras leis de caráter mais repressivo criada durante o primeiro governo Vargas, como foi observado por Kenneth P. Erickson: "*Durante o Estado Novo, sob o governo Dutra e, novamente, após 1964, o Estado usou a estrutura corporativista para impor sua vontade sobre o movimento operário diminuindo, substancialmente, sua ação autônoma*" [313].

O controle dos sindicatos foi uma pedra indispensável para o governo no que se refere à efetivação de suas diretrizes econômicas, isto é, foi uma pedra totalmente necessária para o rebaixamento dos salários, subordinação do trabalhador à disciplina da empresa, controle das greves, aumento de produtividade nas empresas e de rotatividade no emprego, em suma, foi uma pedra indispensável para aumentar os lucros das empresas e elevar o grau de exploração e controle do trabalhador. O controle de salários, a repressão de greves e de militantes, o emprego crescente de trabalhadores temporários (mais suscetíveis a pressões, etc.), tornaram as indústrias brasileiras mais competitivas. A este respeito, Kenneth P. Erickson argumentou:

---

um objetivo de ampliação da oferta e conquista destes bens. Neste sentido, o assistencialismo aqui está associado ao clientelismo, ao estabelecimento de uma relação de clientela, onde as trocas são permeadas por favores, estimulam a submissão dos sujeitos. O assistencialismo é a atividade fim em uma organização". SOUTO JUNIOR, José Fernando. O novo sindicalismo e o velho assistencialismo em tempos de novos processos produtivos: 1980/1990. **Revista Universidade Rural Série Ciências Humanas**, Seropédica, RJ, v. 29, n. 2, p. 89-102, jul./dez., 2007, p. 97. Idem. É importante aqui frisar que a simples presença de uma assistência médica e jurídica no interior de um sindicato não nos permite falar ou constatar se uma diretoria é "pelega" ou não. A questão em si não é a prestação de serviços assistenciais aos associados. Vale acrescentar que existem inúmeros sindicatos "combativos", mas que exercem também uma prática "assistencialista". Isto se dá, por exemplo, em muitos casos, face às próprias deficiências do sistema jurídico, previdenciário e público de saúde do Estado. A questão que se coloca é a respeito da principal função do sindicato. Quando criticamos os "sindicatos assistencialistas", estamos nos referindo àqueles sindicatos que escolheram a prestação de serviços assistenciais como a principal – senão a única – atividade a ser exercida.

[312] RAINHO; BARGAS, op. cit. (1983), p. 7.

[313] ERICKSON, op. cit. (1979), p. 53.

> Fazendo algumas pequenas alterações desde 1964, o governo militar procurou tornar o sistema corporativista mais eficaz em seu objetivo de subordinar os trabalhadores ao Estado. A promoção do crescimento econômico tem sido um dos objetivos maiores desse governo e o sistema sindical tem contribuído de modo significativo para manter a tranqüilidade industrial, ainda que com sacrifícios da classe operária [314].

Assim, uma vez em que os sindicatos viviam numa onda de intervenção e de repressão constante, estando, de fato, nas mãos do governo, o sindicalismo brasileiro acabou perdendo uma das características básicas de sua função, isto é, o seu poder de reivindicação, a sua autonomia e liberdade, a sua capacidade de luta. Com bem lembrou Salvador Sandoval, durante anos, apenas a *ameaça* de intervenção foi uma arma eficiente do governo na tarefa de se desencorajar a militância sindical. "*Com freqüência, intervenções seletivas e exemplares eram suficientes para intimidar e imobilizar os planos sindicais de ação coletiva*" [315].

3.3. O controle das greves e o arrocho salarial

Como já vimos, em 1937, a greve foi proibida no Brasil, através do art. 139 da Constituição. Em 1946, pelo art. 158 da nova Constituição e através do Decreto-lei n° 9.070, de 15 de março de 1946, ela voltou a ser permitida (sob inúmeras restrições). As constantes greves ocorridas a partir deste período precisavam, segundo os setores mais conservadores do país, "urgentemente" ser "controladas". Tanto foi assim que dois meses após a deflagração do golpe civil-militar de 1964 foi sancionada a Lei n°4.330, de 1° de junho de 1964, que definia as condições em que as greves seriam consideradas legais no país. Vejamos, de uma maneira geral, as principais exigências legais para o exercício de greve a partir da nova lei:

- a greve só seria reconhecida como legítima quando apresentasse um "caráter econômico", ou seja, quando a categoria profissional estivesse apenas "interessada na melhoria ou manutenção das condições de trabalho vigentes na empresa";
- os funcionários públicos federais, estaduais e municipais ou de empresas estaduais foram expressamente proibidos de entrar em greve;
- as greves de trabalhadores em serviços "essenciais", as de "apoio ou solidariedade" e as consideradas "de natureza política, social ou religiosa" foram também expressamente proibidas [316];

---

[314] ERICKSON, op. cit. (1979), p. 79.

[315] SANDOVAL, op. cit. (1994), p. 18-19.

[316] Vale aqui destacar que a definição do que constituía uma "greve política" cabia meramente ao governo.

- a greve só seria considerada legítima se aprovada em uma Assembleia Geral da categoria, por 2/3 dos presentes em primeira convocação, e por 1/3 em segunda convocação;
- entre a primeira e a segunda convocação da Assembleia Geral da categoria deveria haver um intervalo mínimo de dois dias;
- a convocação da Assembleia Geral deveria ser feita através de editais publicados na imprensa, com a antecedência mínima de dez dias;
- realizada a Assembleia Geral e processada a votação, que deveria ser secreta (com a utilização das cédulas "sim" e "não"), os votos seriam apurados por uma mesa presidida por membro do Ministério Público do Trabalho ou "por pessoa de notória idoneidade", designada pelo Procurador-Geral do Trabalho ou Procuradores Regionais;
- a partir das deliberações da Assembleia Geral, o empregador seria notificado e teria cinco dias para solucionar o conflito [317]. Durante este período, o Diretor do Departamento Nacional do Trabalho ou o Delegado Regional do Trabalho tomariam uma série de medidas "conciliatórias". Se, decorridos os cinco dias, não se chegasse a uma "conciliação", os empregados poderão abandonar "pacificamente" o trabalho.

Como se vê, a aplicação rigorosa de todas estas exigências legais para a deflagração de uma greve tornou praticamente ilegais todas as greves no país [318]. As restrições impostas pelo regime civil-militar à deflagração de uma greve eram tão grandes que se contavam à época o seguinte, em tom de blague: "*Agora, a possibilidade de greve no Brasil ficou restrita aos trabalhadores em perfumarias e salões de beleza, de vez que, por uma ou outra razão, todas as atividades são mais ou menos essenciais*".

O prazo exigido para notificação e conciliação (média de 12 a 15 dias), por exemplo, só vinha a facilitar e ajudar o empregador. Heloisa de Souza Martins lembrou que o prazo dado pelo governo para o empregador dirimir os conflitos era muito grande e impensável no que se refere a uma greve. Passado o prazo, muitas vezes não havia, por exemplo, mais motivo para a realização da greve, pois ela já tinha perdido o seu ímpeto inicial que lhe é tão

[317] Quando a greve fosse motivada pela falta de pagamento de salário ou não cumprimento de decisão judicial, o prazo de aviso seria de 72 horas, ou seja, de três dias, ao invés de cinco (prazo exigido em lei).

[318] Segundo a opinião do presidente da OAB e especialista em Direito do Trabalho, Roberto Haddock Lobo: "*A legislação em vigor encerra uma contradição em si mesma. Ao regular o preceito constitucional do direito à greve, ela estabelece tantas restrições que, na verdade, extinguiu esse direito. Toda greve está sujeita a ser declarada ilegal. Assim, acho que apenas uma filigrana jurídica não será suficiente para alterar a essência da lei, que é uma lei antigreve*". OAB acha a lei contraditória. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 20, 1 set. 1977.

característica, bem como, em alguns casos, o prazo teria dado tempo suficiente para o empregador efetuar o pagamento dos salários [319]. Heloisa de Souza Martins argumentou:

> A burocratização da greve, dificultando a sua deflagração e estabelecendo um longo prazo, descaracteriza-se como instrumento de pressão e reduz o poder de barganha do sindicato. Ainda que a lei não tenha retirado do sindicato a função de declarar a greve de direito, retirou-a de fato, devido à morosidade dos procedimentos para a deflagração da greve [320].

A Lei n° 4.330, ao pretender regulamentar o exercício do direito de greve, tornou-o praticamente impossível. Das 154 greves localizadas realizadas em 1962 e das 302 de 1963, o total caiu para 25 em 1965, 15 em 1966, 12 em 1970 e nenhuma em 1971 [321]. Maria Helena M. Alves destacou, por exemplo, que muitas das greves declaradas "legais" pelos tribunais de trabalho a partir da decretação da Lei n°4.330 ocorreram, em grande parte, "*[...] em empresas que há mais de três meses não pagavam a seus trabalhadores*" [322].

Outra consequência da Lei n° 4.330 foi a nítida participação do Estado, desde o reconhecimento até os moldes, no exercício da greve. De 1946 até o golpe civil-militar de 1964, a greve era um instrumento de pressão exercido pelos trabalhadores diretamente sobre o patrão. Os sindicatos eram os únicos intermediários aceitos. Após a vigência da Lei n° 4.330, o exercício da greve passou a ter um intermediário mais poderoso: o Estado, através do aparelho judiciário. Nas palavras de Paul Singer:

> Em 1964, ano em que o custo de vida subiu mais de 80%, foram proibidos os reajustamentos salariais em intervalos menores de um ano. Os sindicatos perderam sua autonomia face ao poder estatal, as greves por aumento de salário foram praticamente proibidas e, a partir de 1965, foi adotada uma política salarial uniforme para todo o país, de acordo com a qual as decisões sobre os reajustamentos salariais passaram da Justiça do Trabalho ao governo federal. O modo como esta política foi posta em prática resultou numa redução ponderável do salário mínimo real e, por extensão, dos salários do pessoal menos qualificado, cujo nível está preso ao mínimo [323].

Citamos a seguir a entrevista do ministro Arnaldo Prieto à revista *VEJA* que ilustra o pensamento do regime civil-militar acerca das greves:

> O sindicato é um instrumento de luta, mas de luta pacífica. Não precisa de luta de rua, com sangue, pode ser através do diálogo, do argumento, do raciocínio, de uso do bom senso. Uma luta que se trava com toda a educação, de forma elegante, numa mesa-redonda sob a presidência do Ministério do

---

[319] SOUZA MARTINS, op. cit. (1979), p. 121.

[320] Ibid., p. 124.

[321] Dados obtidos de: SANDOVAL, op. cit. (1994), p. 97-100; ERICKSON, op. cit. (1979), p. 159.

[322] ALVES, M., op. cit. (2005), p. 93.

[323] SINGER, Paul. **A crise do "milagre"**: interpretação crítica da economia brasileira. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 54-55.

> Trabalho, ou da Justiça do Trabalho, quando não conseguimos uma solução administrativa [324].

Por fim, é importante destacar o aspecto punitivo da Lei n° 4.330. Segundo ela, o trabalhador que "promover, participar ou insuflar greve" declarada ilegal podia ser punido com: a) advertência; b) suspensão até 30 dias; c) rescisão do contrato de trabalho; d) também podia ser enquadrado na Lei de Segurança Nacional (o Decreto-lei n° 898, de 29 de setembro de 1969, que no art. 45 falava em "greve proibida"). A pena era de 1 a 3 anos de reclusão.

Uma vez lançada a "Lei anti-greve", o governo poderia pôr em prática a sua política de arrocho salarial. Decididamente, a Lei n° 4.330 e o sistema de reajustes salariais, em vigor no Brasil a partir de 1964, foram feitos um para o outro. A obediência aos índices oficiais anuais na concessão do aumento estava, de fato, salvaguardada pela Lei n° 4.330 que tornava praticamente impossível qualquer greve de reivindicação econômica.

A saber, a política de arrocho salarial do regime civil-militar foi inaugurada com a circular n° 10, de 19 de junho de 1964, do Ministério da Fazenda. De uma maneira geral, a circular estabelecia: que os salários seriam reajustados anualmente; que a proporção dos aumentos salariais dependeria do salário médio dos trabalhadores nos 24 meses anteriores ao aumento, da antecipação inflacionária estimada para os 12 meses seguintes ao aumento e da estimativa do aumento anual de produtividade; e que as normas aplicar-se-iam a todos os funcionários públicos federais, estaduais e municipais. Segundo Edmilson Silva Costa: "*Esse documento pode ser caracterizado como uma espécie de 'código genético' da política salarial do governo militar, uma vez que sua filosofia serviu de orientação para o conjunto de normas e decretos editados posteriormente*" [325].

A ideia do governo em criar uma nova politica salarial era justamente instituir um mecanismo de reajustes dos salários que não mais gerasse pressões inflacionárias. Isto implicaria "despolitizar" as negociações salariais, adotando uma fórmula considerada neutra. A fórmula baseava-se na previsão da inflação para o ano seguinte. Entretanto, o reajuste salarial dar-se-ia através do salário real pela média, e não pelo pico. Como a inflação era anualmente subestimada, o resultado foi que os aumentos salariais ficaram sempre muito abaixo da inflação do período. Devido a essa fórmula, o salário mínimo real do trabalhador sempre apresentava uma queda de 10 a 15%. Portanto, como destacaram Luiz Prado e Fábio Sá Earp: "*[...] os resultados estavam muito distantes da neutralidade apregoada pelo*

---

[324] O sindicato deve lutar em paz... Op. cit., p. 25.

[325] COSTA, Edmilson. **A politica salarial no Brasil, 1964-1985**: 21 anos de arrocho salarial e acumulação predatória. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997, p. 123.

governo" [326]. De maneira geral, as principais críticas dos trabalhadores e entidades sindicais à "política salarial" do regime civil-militar foram:

a) que os coeficientes baixados pelo governo estavam sempre abaixo do aumento custo de vida da classe trabalhadora. Um exemplo disto foi dado na fixação do resíduo inflacionário em 10% em 1966, quando o crescimento do custo de vida foi de 52,3% segundo os dados do DIEESE [327];
b) que o cálculo de um "coeficiente único" para todo o país, não levando em conta o custo de vida de acordo com a região, o estado e até mesmo a cidade, era irreal para o conjunto dos trabalhadores no país;
c) que o prazo de um ano para os reajustes salariais era um "roubo" para a classe trabalhadora, beneficiando apenas aos patrões, que teriam um de seus fatores de produção – a força de trabalho – a garantia de que não teriam o seu custo aumentado, no período inferior a um ano, e ao governo que teria o estabelecimento de um prazo – um ano – para permitir a programação da economia nacional;
d) que embora tenha havido reajustes anuais, na prática, havia uma redução do salário real médio dos trabalhadores com a consequente diminuição do poder aquisitivo dos salários;
e) que o aumento salarial a partir da estimativa do aumento anual de produtividade era uma tarefa irreal uma vez que era muito difícil estabelecer uma porcentagem do aumento de produtividade do trabalho em escala nacional, devido às falhas nos registros estatísticos do país;
f) que os reajustes salariais voltassem a ser fixados pela livre contratação entre patrões e operários, sem a intervenção do Estado. Este deveria apenas limitar-se a determinar os níveis de salário mínimo e a garantir esta remuneração mínima àqueles que não a recebessem;
g) e por fim, que tal política salarial esterilizaria os sindicatos como instrumentos de negociação coletiva.

A legislação salarial adotada no Brasil pós-64 – que atribuiu exclusivamente ao governo federal a fixação das margens de reajustamento salarial – chegou a um ponto que, em certa medida, retirou da Justiça do Trabalho e, especialmente, dos sindicatos de empregados a própria razão de existir. O que era antes uma relação entre empresários e trabalhadores regulada e mediada pelo Estado, no terreno da barganha salarial, com a instauração do regime

[326] PRADO; EARP, op. cit. (2007), p. 236.
[327] SOUZA MARTINS, op. cit. (1979), p. 151.

civil-militar, passou a ser uma imposição do Estado sobre os empresários e os trabalhadores. A Justiça do Trabalho perdeu uma de suas mais importantes atribuições: a de poder moderador nos dissídios coletivos. E aos sindicatos, despojados de sua função de negociadores na disputa salarial viram seu campo de ação restringido à prestação de serviços assistenciais aos associados e à fiscalização da aplicação das normas tutelares sobre as condições de trabalho [328]. Isto é, como o Ministério da Fazenda controlava todos os aumentos salariais nesse sistema, nem os tribunais do Trabalho nem os sindicatos desempenhavam qualquer papel na determinação dos índices oficiais.

> A partir de 1967 o governo determinou que a Justiça do Trabalho somente estabelecesse, nos dissídios, reajustes até os índices oficiais decretados, o que transformava o Executivo na matriz das correções salariais, abolindo, na prática, o poder de barganha coletiva dos trabalhadores e as livres negociações entre patrões e empregados. Semelhante situação permaneceria inalterada até 1979 [329].

O ministro Arnaldo Prieto, contudo, elogiou essa mudança nos reajustes salariais no país (antes por pressão dos trabalhadores e sindicatos e durante o regime civil-militar decidido exclusivamente pelos ministérios do governo):

> Essa talvez tenha sido a modificação mais profunda que ocorreu nos últimos anos: a reivindicação salarial, que antes se fazia nas ruas, nas lutas, com resultados maiores para quem era mais forte, hoje deixou de ser um problema de rua para ser um problema de matemática, de estatística. Em obediência às leis, o governo baixa um percentual para o reajustamento mensal. Aquilo é o que as empresas são obrigadas a pagar para a categoria toda, ou através de acordo ou através de dissídio. Mas nada impede que uma empresa, se puder – desde que não transfira os custos finais para o produto, mas tire de seu lucro ou de sua produtividade –, conceda outros benefícios a seus trabalhadores. O governo tenta evitar o cálculo vicioso da transferência excessiva de salários para o preço final da mercadoria, gerando nova inflação e atingindo, fundamentalmente, o próprio trabalhador [330].

A respeito da política salarial do governo, vale ressaltar, como bem lembrou Paul Singer, que, na verdade, o "arrocho" não se fez sentir, igualitária e simultaneamente, sobre todos os níveis salariais, mas seletivamente, atingindo de modo muito mais grave os assalariados menos qualificados, cujo nível de ganhos dependia, em maior grau, do poder de barganha da classe em conjunto [331].

---

[328] ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. O sindicato no Brasil: novos problemas, velhas estruturas. **Debate e Crítica**, São Paulo, p. 49-74, jul. 1975, p. 65.

[329] MENDONÇA, Sonia Regina de.; FONTES, Virginia Maria. **História do Brasil recente**: 1964-1992. 4. ed. São Paulo: Ática, 1996, p. 24.

[330] O sindicato deve lutar em paz... Op. cit., p. 25.

[331] SINGER, op. cit. (1989), p. 57-58.

A partir da publicação da Circular n°10 (primeiro documento do regime civil-militar estabelecendo critérios específicos para a nova política salarial), diversos outros documentos foram produzidos, cada qual destinado a atender às necessidades econômicas e políticas do momento. Pela enorme quantidade de decretos e leis baixados sobre a matéria salarial – às vezes, mais de um por ano – durante a vigência do regime civil-militar no Brasil, percebe-se a extrema importância deste tema para os militares. A política salarial foi concebida como um mecanismo fundamental para a continuidade do processo de desenvolvimento do capitalismo no país. Segundo Heloisa de Souza Martins:

> A política salarial era um elemento de fundamental importância na política econômica-financeira estabelecida no PAEG e à medida que as sugestões feitas em1964 mostraram-se insuficientes para o combate à inflação, resolveu o Executivo "disciplinar" e tornar mais rígido o processo de reajustamento de salários, adequando-o à política de estabilização econômica [332].

Percebe-se, portanto, que o arrocho salarial obedecia à "racionalidade" do novo modelo econômico, centrado no padrão de acumulação de capital e, portanto, inseria-se dentre os mecanismos destinados a financiar internamente a expansão econômica do país [333]. Como destacou Maria Helena M. Alves, os principais objetivos das medidas econômicas adotadas pelo governo eram, com toda evidência, "[...] *a atração de capitais multinacionais e o estabelecimento de uma política de controle salarial que maximizasse a exploração e com isso aumentasse os lucros*" [334].

De todas as leis baixadas sobre a política salarial, uma delas merece um melhor detalhamento: é a Lei n° 5.107, de 13 de setembro de 1966, que criou o FGTS. O destaque desta lei se dá justamente por sua presença constante no debate dos trabalhadores ao longo das décadas de 1970 e 1980 e pela importância que teve nos discursos do "Novo sindicalismo". Como se verá mais adiante, o FGTS foi um tema constante de crítica na fala dos trabalhadores do período e foi um dos pilares da legislação trabalhista no país que o "Novo sindicalismo" procurou demolir.

---

[332] SOUZA MARTINS, op. cit. (1979), p. 137.

[333] A respeito da "racionalidade" da economia brasileira no pós-64, Vera Lúcia Ferrante ressaltou o seguinte: "*[...] sob a justificativa da busca da racionalidade, verifica-se a contenção dos salários (baixa do preço de mão-de-obra), restrição do crédito e aumento da carga tributária. A busca da "racionalização" da economia vem favorecer a concentração de capitais, o que beneficia diretamente os grupos estrangeiros e a grande burguesia nacional (empresas multinacionais). Tais medidas exigem o fortalecimento do poder executivo e a consolidação da tecno-estrutura estatal. O aparelho estatal incorpora o pensamento tecnocrático, científico e as técnicas de planejamento para melhor desempenhar suas funções econômicas*". FERRANTE, Vera Lucia Botta. **FGTS**: ideologia e repressão. São Paulo: Ática, 1978, p. 124.

[334] ALVES, M., op. cit. (2005), p. 96.

Como já vimos, em 5 de Junho de 1935, Getúlio Vargas baixou a Lei nº 62, que assegurou a "estabilidade" aos trabalhadores empregados há mais de dez anos na mesma empresa, podendo ser demitidos apenas se o empregador provasse falta grave na justiça. Se o empregador perdesse na Justiça ao tentar demitir um trabalhador com "estabilidade", era obrigado por lei a readmiti-lo e pagar-lhe os salários atrasados, além de arcar com os custos judiciários. Com a concordância do trabalhador, o empregador poderia deixar de readmiti-lo, pagando-lhe o dobro da indenização. A partir deste sistema de "estabilidade", os empregados estáveis (com mais de 10 anos de casa) e os que estavam há mais tempo na firma – mesmo sem terem alcançado ainda a estabilidade – tornaram-se, em diversas ocasiões, uma "liderança natural" nas lutas reivindicatórias dentro das empresas, devido a sua maior experiência e, sobretudo, pelo fato de serem "intocáveis" pela principal arma patronal: a "demissão" [335]. Segundo Maria Helena M. Alves, este sistema "*[...] irritava as empresas multinacionais, que desejavam a liberdade de determinar níveis salariais e transferir capitais para investimento em que os custos de mão-de-obra fossem mais baixos e, em conseqüência, mais altos os lucros*" [336].

Em meados de 1966, o governo brasileiro começou a agitar a questão da "estabilidade no emprego" no sentido de substituir a Lei nº 62 por um esquema mais racional, mais maleável, que propiciasse a reprodução ampliada do capital e atraísse os "investimentos" estrangeiros. Seguindo essa visão, o governo baixou a Lei n° 5.107, de 13 de setembro de 1966, criando o FGTS. Este novo sistema não reconhecia qualquer espécie de estabilidade, reduzindo significativamente os custos imediatos da demissão de estabilidade.

Na "Lei da Estabilidade", os trabalhadores demitidos "sem justa causa" tinham o direito de receber em pagamento, uma soma equivalente a um salário mensal por cada ano de serviço. O pagamento deveria ser feito com base no salário mensal mais alto recebido por eles durante os anos de emprego. Com o FGTS, para cada trabalhador, a empresa depositava 8% do salário básico numa conta, todo mês. O dinheiro dessa conta era usado pelo BNH, que pagava juros e correção monetária por isso [337]. Quando um operário fosse demitido "sem justa

[335] SINGER, op. cit. (1989), p. 80.

[336] ALVES, M., op. cit. (2005), p. 118-119.

[337] Para Luiz C. D. Prado e Fábio Sá Earp, como a remuneração do fundo do FGTS e o destino de suas aplicações são totalmente controlados pelo governo, o programa acabou funcionando na prática como uma "poupança privada forçada". PRADO; EARP, op. cit. (2007), p. 216.

causa", a firma acrescentaria 10% à quantia depositada e a soma total seria paga como indenização [338].

É fundamental salientar que a ideia de criação do FGTS foi muito além de apenas uma pequena alteração na forma e no modo de pagamento das indenizações dos trabalhadores brasileiros. Compartilhamos da ideia de Vera Lúcia Ferrante, para quem a ideia de criação do novo sistema foi o de "modernizar" a legislação trabalhista na busca de uma maior integração da economia brasileira ao sistema capitalista internacional. Para a autora, uma vez em que um dos principais objetivos do regime civil-militar foi a reintegração (leia-se: "subordinação"!) do Brasil ao sistema mundial, tornou-se extremamente importante para o governo acabar com as normas de "estabilidade no emprego" da legislação trabalhista anterior, que expunha as empresas a riscos financeiros e encarecia o fechamento de fábricas com o pagamento de altas indenizações [339]. Daí a justificativa de criação do FGTS, um novo sistema que substituía o princípio de tutela e de proteção varguista pela necessidade da produtividade e da "lógica do capital" [340].

Pode-se dizer, grosso modo, que os principais pontos do FGTS são:

- faculdade conferida ao empregado de escolher um dos dois regimes legais [341];
- o trabalhador pode retirar seu saldo em caso de demissão, doença grave, casamento (só para mulheres), para montar negócio particular ou construir casa própria;
- a coexistência das normas da CLT (referentes à estabilidade) e da projetada lei;
- a garantia do tempo de serviço por intermédio de contas vinculadas abertas nos estabelecimentos bancários em nome dos empregados e nas quais, obrigatoriamente, as empresas fariam o depósito de importância igual a 8% da remuneração paga no mês anterior. Isto é, segundo o programa do FGTS, os empregadores deveriam depositar 8% do salário mensal do trabalhador em uma

[338] HUMPHREY, John. **Fazendo o "milagre"**: controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 51.

[339] FERRANTE, op. cit. (1978), p. 125.

[340] Além de ter alterado substancialmente a legislação trabalhista no país, o FGTS favoreceu ainda, em certa medida, à "acumulação de capital", ao funcionar como fonte de crédito para investimento por parte dos empregadores. As parcelas mensais nele depositadas por empregados e empregadores eram canalizadas para o BNH, financiando a construção civil e outros projetos de investimento industrial aprovados pelo governo. Ainda hoje, o FGTS representa um dos maiores fundos financeiros do país. Segundo dados da Revista *Veja*, em 1976, por exemplo, perto de completar seus dez anos em vigor, o FGTS acumulava um total de 48,8 bilhões de cruzeiros, quase o valor dos depósitos em cadernetas de poupança, que chegavam a 53,7 bilhões naquele mesmo ano. As conseqüências de um erro. **VEJA**, São Paulo, n. 396, p. 69, 7 abr. 1976.

[341] Teoricamente, o FGTS é um programa opcional, podendo os trabalhadores escolher, no momento da contratação, o antigo sistema. Na prática, no entanto, não são contratados aqueles que se recusam a optar pelo FGTS.

conta em seu nome. Ao ser demitido, o trabalhador receberia a indenização de sua própria conta de FGTS;

- o pagamento ao empregado da indenização correspondente a 10% dos depósitos feitos em sua conta durante o tempo em que trabalhou na empresa, nos casos de dispensa sem justa causa;
- a limitação ao direito do empregado de movimentar sua conta bancária;
- a extensão ao empregado despedido, antes de completar um ano de serviço, do direito a uma indenização e a férias proporcionais;
- estabilidade no emprego do candidato a cargo de direção em entidade sindical de empregados [342].

De todas as alterações decorrentes da substituição do sistema de estabilidade para o FGTS, a consequência mais lastimosa foi, a nosso ver, a diminuição do "poder de pressão" e o aumento do desemprego dos trabalhadores mais experientes. Se, na "Lei da Estabilidade", os trabalhadores mais antigos tornavam-se, na maioria das vezes, uma "liderança natural" nas lutas reivindicatórias dentro das empresas, com o FGTS, estes trabalhadores passaram a encontrar terríveis dificuldades para empregar-se ou quando empregados passaram a trabalhar num terreno extremamente instável. Como argumentou Paul Singer: "*[...] ameaçados de demissão por constituírem liderança natural de lutas reivindicatórias, eles passaram a estarem sujeitos a longos períodos de desemprego pela notória resistência das empresas à admissão de pessoas mais velhas*" [343]. O FGTS cobriu de racionalidade econômica a acumulação capitalista no país, sendo tal racionalidade, contudo, altamente desumana.

* * *

Ao longo deste capítulo, pudemos compreender, em certa medida, o quanto a mudança na legislação sindical e trabalhista pós-64, especialmente no que se refere à instituição do FGTS fez parte de um conjunto de medidas destinado à implantação da política econômica liberal e conservadora do regime civil-militar durante os anos 60 e 70 [344]. Como destacou Kenneth P. Erickson:

---

[342] FERRANTE, op. cit. (1978), p. 162.

[343] SINGER, op. cit. (1989), p. 80.

[344] Para o advogado trabalhista José Martins Catharino, o FGTS foi criado sob estímulos do ex-ministro do Planejamento, Roberto Campos, para "*[...] eliminar a segurança no emprego, acumular capital e tornar mais atrativo o Brasil para o capital estrangeiro*". Por isso, para ele, o "*FGTS trata-se de uma lei mais econômico-financeira do que trabalhista*". As conseqüências de um erro, op. cit., p. 71.

> Fazendo algumas pequenas alterações desde 1964, o governo militar procurou tornar o sistema corporativista mais eficaz em seu objetivo de subordinar os trabalhadores ao Estado. A promoção do crescimento econômico tem sido um dos objetivos maiores desse governo e o sistema sindical tem contribuído de modo significativo para manter a tranqüilidade industrial, ainda que com sacrifícios da classe operária [345].

A implantação desta política gerou sérias consequências para os trabalhadores brasileiros. Com a supressão do regime de estabilidade e a crescente erosão do salário real, grande parte dos trabalhadores procurou recompor suas rendas recorrendo a duas medidas básicas: a "intensificação do trabalho familiar" e a "extensão da jornada de trabalho". Em relação à primeira iniciativa, percebe-se, a partir deste período, o aumento significativo no número de trabalhadores dentro de uma residência, visando completar a renda familiar. A própria Constituição de 1967 (art. 158, Item X) reduziu a idade legal mínima de trabalho para doze anos, institucionalizando um sistema de trabalho infantil que acarretou em consideráveis custos sociais para a sociedade brasileira. No que diz respeito à segunda medida, percebe-se a elevação brutal da produtividade física do trabalhador brasileiro. Isto é, a fórmula ideal que aumentou a reprodução do capital no país e que gerou as precondições para o "milagre econômico" a partir de 1968. Como argumentou Sonia Regina de Mendonça: "*[...] diante de todos os mecanismos compulsórios e espoliativos produzidos (e mantidos) pelo regime autoritário, milagre seria não ter havido o 'milagre'*" [346]. Como se verá, essa extensão da jornada de trabalho foi um assunto bastante levantado pelos trabalhadores e sindicatos durante toda a década de 1970, particularmente durante o "Novo sindicalismo".

[345] ERICKSON, op. cit. (1979), p. 79.

[346] MENDONÇA, S., op. cit. (1986), p. 99.



(Figura V – Jarbas Vasconcelos discursa aos trabalhadores no centro do Recife, em campanha ao Senado, em 1978. Fonte: **VEJA**, n. 530, p. 23, 1 nov. 1978).

***Capítulo* 4**

EM BUSCA DOS ANTECEDENTES: AS SEMENTES DO "NOVO SINDICALISMO" URBANO EM PERNAMBUCO (1974-1978)

Apesar de você
Amanhã há de ser outro dia
Eu pergunto a você onde vai se esconder
Da enorme euforia?
Como vai proibir
Quando o galo insistir em cantar?
Água nova brotando
E a gente se amando sem parar
(*Apesar de você*, Chico Buarque, 1970)

No presente capítulo, procuramos analisar o contexto histórico em que (res)surgiu o "Novo sindicalismo", no final da década de 1970, à cena política do país. Refletindo a respeito dos antecedentes desta prática sindical, defendemos dois argumentos: em primeiro lugar, que o "Novo sindicalismo" não nasceu isoladamente no interior da sociedade brasileira. Ele fez parte de seu contexto histórico. Como os demais movimentos sociais surgidos ao longo da década de 1970 no país, o "Novo sindicalismo" foi uma prática sindical de alguns sindicatos brasileiros que despontou nos anos finais do regime civil-militar, tornando-se depositário das esperanças de inúmeros trabalhadores na busca de serem novos atores históricos, ou seja, sujeitos ativos no processo de redemocratização política do Brasil.

E em segundo lugar, que o "Novo sindicalismo" não despontou à cena política brasileira de uma hora para outra, do nada, ou por acaso no ano de 1978 na região do ABC paulista, como um uma espécie de "raio caído em céu azul", mas sim a partir de todo um "trabalho silencioso" dos trabalhadores no cotidiano da produção e de significativas *mudanças* – práticas e discursivas – ocorridas no interior de muitos sindicatos brasileiros em fins da década de 1970. Este capítulo, portanto, apresenta tópicos daquele contexto.

* * *

Com as dificuldades enfrentadas no terreno econômico a partir de 1973, o regime civil-militar passou a vivenciar uma crescente "crise" [347], perdendo um amplo apoio político e social que o "legitimava" no poder [348]. Na ótica de muitos militares era necessário encontrar uma nova "base de legitimidade" para a própria permanência ou maior duração do regime. Como argumentaram Edilson Nunes e Pedro Jacobi:

> Mesmo as ditaduras são obrigadas a suportar alguma participação popular, e, ao que parece, mais se desgastam quanto menos admitirem esta participação. A sujeição torna-se possível não mais apenas através da repressão, mas principalmente pelo controle da participação. [...] o sistema político tem que ser permeável a algumas reivindicações populares para se viabilizar [349].

Foi dentro dessa lógica, portanto, que o presidente Ernesto Geisel, ao assumir o governo em 15 de abril de 1974, deu início a um processo de certa "liberalização" ("lento, gradual e seguro") do regime, preparando o terreno para uma "futura e segura" saída de cena dos militares [350]. Esse processo deveria comportar a redefinição e a extensão de certos direitos individuais e sociais, mas não necessariamente a democratização de todo sistema político [351].

A busca por uma maior legitimidade diante da sociedade levou o regime civil-militar a adotar duas medidas durante essa fase do regime. A primeira foi a iniciativa de fortalecer uma "nova elite governamental", isto é, renovar os quadros políticos do país – inclusive na região

---

[347] Mais do que uma "crise do regime", José Álvaro Moisés considerou ser mais apropriado falar em "regime de crise". Isto é, um regime, que, desde os seus primórdios, semeou as condições de sua própria deterioração: uma política francamente antipopular, antidemocrática e antinacional. Um regime que sempre enfrentou o problema da sua autojustificação diante da sociedade. MOISÉS, José Álvaro. **Lições de liberdade e de opressão**: os trabalhadores e a política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 67.

[348] Para uma maior compreensão a respeito da relação entre a "legitimação" do regime civil-militar e o "milagre econômico" no Brasil, ver: FERREIRA, Rafael Leite. O "milagre brasileiro" (1969-1973): a "legitimação pela eficácia". **História e-História**, v. 5, p. 1-26, mai. 2011.

[349] NUNES; JACOBI, Pedro, op. cit. (1985), p. 188.

[350] Segundo Bolívar Lamounier, o presidente Ernesto Geisel assumiu o poder, em 1974, num período em que o regime civil-militar vivia um grande impasse: "*[...] aceitar uma abertura política, não importa quão cautelosa, ou ver-se obrigado, mais cedo ou mais tarde, a promover uma radicalização fascistizante*". Para o autor, esse impasse foi resultado dos acontecimentos anteriores, isto é, do "*[...] superisolamento e o imobilismo político do governo Médici; os excessos da repressão à luta armada, com a consequente autonomização dos aparelhos de segurança, levando, por sua vez, a uma resistência crescente por parte de entidades preocupadas com os direitos humanos e a uma severa repreensão por parte da imprensa internacional; a crítica cada vez mais acentuada às desigualdades de renda, que persistiam ou mesmo se acentuavam, apesar das altas taxas de crescimento*". LAMOUNIER, Bolívar. Authoritarian Brazil revistado: o impacto das eleições na abertura política brasileira, 1974-1982. **Dados** – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, p. 283-317, 1986, p. 303.

[351] É importante aqui ressaltar que essa política lançada pelos militares era, em si, um projeto ambíguo. Pois, apesar de pregar a redefinição e a extensão de certos direitos individuais e sociais e falar em "abertura do regime", o governo cassou mandatos e, em abril de 1977, após o voto contrário do MDB ao projeto de Reforma do Judiciário, o presidente Geisel – usando os poderes que o AI-5 lhe dava – fechou o Congresso Nacional por um período determinado. Além de editar o "Pacote de Abril", que instituiu eleições indiretas para governadores dos estados. Para um maior entendimento a respeito desses acontecimentos, ver, entre outros: ALVES, M., op. cit. (2005); SKIDMORE, op. cit. (2003); e DREIFUSS, op. cit. (1986).

Nordeste – tanto no nível municipal quanto estadual [352]. Se, em diversas regiões do país, a renovação dos quadros políticos começou a ser esboçada no ano de 1974, no Estado de Pernambuco, por exemplo, essas mudanças ocorreram de maneira tardia – apenas a partir de 1979 –, pois em 1974 foi escolhido para Governador, o ex-ministro do governo Médici, José Francisco Moura Cavalcanti, contrariando os interesses do grupo que tinha o apoio do Gal. Golbery que, naquele momento, indicava Marco Maciel para ocupar o cargo [353].

É importante ressaltar que, se, em diversas regiões, vivia-se, a partir de 1974, certo momento de "liberalização", com a abertura "lenta, gradual e segura" do regime, o governo de Moura Cavalcanti (e de seu escolhido para assumir a Prefeitura do Recife, Antônio Farias) seguiu à margem desse processo, tendo sido conduzido com forte controle político. Como Moura Cavalcanti mesmo afirmou: "*[...] a tropa de choque, a cavalaria, e os cachorros ocuparam a via pública*" [354] numa clara demonstração de que a manutenção da ordem estava acima de tudo. As palavras de Paulo Roberto e Silva, participante do secretariado do governo Moura Cavalcanti, apontam também neste sentido: "*Nós não exercíamos um papel político para fazer uma distensão, uma abertura. Nós estávamos ali como tecnocratas cumprindo uma tarefa e fazendo por onde cumprir bem*" [355].

A indicação deste contexto para Pernambuco é importante para ilustrar o quadro ainda altamente institucionalizado da repressão neste estado em meados de 1974. Este contexto é ilustrativo, pois nos dá, em certa medida, a dimensão do autoritarismo vigente em Pernambuco, e consequentemente, da dificuldade enfrentada pelos trabalhadores e sindicatos em impulsionar quaisquer atividades neste estado entre os anos de 1974 a 1978 [356].

---

[352] A expressão "nova elite governamental" não quer dizer que as figuras políticas que assumiram o poder a partir desse período do regime não tenham participado de governos anteriores, mas sim porque elas haviam feito, na maioria das vezes, na condição de técnicos ou sem um papel de destaque no governo.

[353] Como se pode perceber, a "demora" do Estado de Pernambuco na renovação de seus quadros políticos esteve ligada ao jogo de forças entre "reformistas" e "linhas duras" dentro do bloco militar.

[354] CAVALCANTI, José Francisco de Moura. **Brasis que vivi (memórias)**. Recife: Massangana, 1992, p. 227.

[355] Cf. depoimento de Paulo Roberto e Silva citado por: ANDRADE, Ilza Araújo Leão de Andrade. **Políticas e poder**: os mecanismos de implementação das políticas públicas e o fortalecimento de novas elites políticas no Nordeste – 1979/1985. 225 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994, p. 101.

[356] O projeto de certa "liberalização" do regime civil-militar, e certa frouxidão do aparato repressivo, só se iniciou no Estado de Pernambuco, a partir de 1979, quando assumiu o governo do Estado, o candidato do Gal. Golbery, Marco Maciel. Este assumiu com o objetivo de colocar em prática o projeto de "liberalização" do regime. Seguindo esta política, Marco Maciel indicou, no mesmo ano, Gustavo Krause, para assumir a Prefeitura do Recife. Este, refletindo a respeito do governo de Marco Maciel ressaltou: "*[Marco Maciel] foi um destes operadores civis desta tática de abertura política. E [...] a gente percebe claramente que, não só na composição do secretariado, mas nas suas atitudes como governador, nas suas relações com a sociedade civil... Elas são muito mais distendidas, elas são mais amenas... Há um conjunto de gestos nessa linha...*". Cf. depoimento de Gustavo Krause citado por: ANDRADE, I., op. cit. (1994), p. 101-102.

A segunda e mais importante medida do regime civil-militar durante esta fase foi o "fortalecimento eleitoral". A ideia dos militares era, portanto, dar um "ar democrático" ao regime. O governo apostou no "fortalecimento eleitoral", pois, tendo em vista os altos índices de crescimento econômico, obtidos graças ao anos do "milagre econômico", julgava poder vencer facilmente as eleições legislativas de 1974. Na opinião dos estrategistas do governo, eleições mais livres, com acesso à televisão e ao rádio e um recuo da coerção, aumentariam a legitimidade do sucesso eleitoral do governo. Assim, crente de uma esmagadora vitória sobre a oposição, Geisel convocou eleições diretas para senadores e deputados para o dia 15 de novembro de 1974. Nas palavras de Sebastião Cruz e Carlos Martins:

> Certo da vitória, Geisel investiu pesadamente nessas eleições, que deveriam desempenhar um papel crucial na efetivação de seu projeto: confirmado nas urnas o apoio popular à "obra da Revolução", o ano seguinte seria dedicado à tarefa de institucionalização do regime, às esperadas reformas. Mas para que tal acontecesse, essas não poderiam ser eleições como as outras (1970 e 1972), minadas em sua legitimidade pela onipresença da censura e pela violência das medidas de intimidação [...]. Era necessário que a oposição se envolvesse sem reticências no pleito e, dadas as garantias oferecidas, aceitasse de bom grado as evidências de sua futura derrota [357].

O resultado das eleições, entretanto, não foi o esperado pelos militares. Pela primeira vez, desde a instituição do bipartidarismo no país (Ato Complementar n° 4/65), o MDB – partido da oposição – ficava com a maior porcentagem do eleitorado em eleições para o Senado [358]. A avalanche de votos oposicionistas para estas eleições foi o primeiro grande protesto, de amplitude até então desconhecida, contra o regime civil-militar. Segundo Fernando Henrique Cardoso e Bolívar Lamounier: "*O MDB teve um papel que foi menos o de representar os interesses de grupo ou de classes definidos, e mais o de simbolizar um protesto*" [359].

De acordo com Maria da Glória Gohn, o aspecto mais importante obtido com os resultados das eleições de 1974 constituiu-se no respaldo suficiente para incentivar os grupos de oposição a formular planos e propostas de mudanças. A partir deste momento, iniciou-se

---

[357] CRUZ, Sebastião Velasco; MARTINS, Carlos Estevam. De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da abertura. In: SORJ, Bernardo; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (Orgs.). **Sociedade e política no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, p. 70.

[358] Nas eleições de 1974, o MDB elegeu 16 dos 22 senadores, o que representava 60% do eleitorado de todo o país. Além disso, conquistou 160 das 364 cadeiras na Câmara Federal, isto é, 44% dos deputados federais; e ainda obteve a maioria da Assembleia Legislativa em seis estados.

[359] CARDOSO, Fernando Henrique; LAMOUNIER, Bolivar (Coords.). **Os partidos e as eleições no Brasil**. 2. ed. Rio de janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 57.

no país um "*[...] clima de esperança, de crença na necessidade da retomada da democracia, da necessidade da participação dos indivíduos na sociedade e na política*" [360].

Para Maria Helena M. Alves, dois grupos foram importantes durante esta fase do regime, na busca e construção da redemocratização política do país e na defesa dos direitos civis, e políticos: de um lado, a "oposição de elite" e, do outro, os "movimentos sociais", de caráter popular [361]. Em relação ao primeiro grupo, cada entidade, cada uma ao seu modo, foi decisiva neste período. A CNBB legitimou a luta pelos direitos humanos [362]. Defendendo os perseguidos, sequestrados ou privados de seus direitos, a OAB "aprendeu" a neutralizar o medo do isolamento e se fez avançar na luta pelos direitos individuais e coletivos [363].

A ABI, por sua vez, concentrando-se no combate pela liberdade de expressão, rompeu o silêncio [364]. Por fim, o MDB, valendo-se do fato de ser o partido oficial de oposição, começou a percorrer todos os canais que dispunha para impor limites aos poderes do Aparato Repressivo e para aumentar a pressão em torno do retorno à democracia [365].

O segundo grupo – que tinha um caráter mais "fragmentado" [366] – surgiu no bojo desse processo, no caminho aberto pela "oposição de elite", a partir das contradições

---

[360] GOHN, Maria da Glória Marcondes. **História dos movimentos e lutas sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Edições Loyola, 1995, p. 111-112.

[361] ALVES, M., op. cit. (2005), p. 274.

[362] Para um melhor entendimento acerca do papel da Igreja Católica durante esse processo, ver: BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil**: de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo. Petrópolis: Vozes, 1994.

[363] Dizemos "aprendeu", porque, segundo Denise Rollemberg, diferentemente do que se costuma imaginar, a postura histórica da OAB pela redemocratização do país só começou em meados de 1972. Para ela, antes disso, a Ordem oscilou entre o apoio ao regime, o silêncio e a crítica discreta às prisões arbitrárias e restrições às prerrogativas profissionais. Para uma análise desse ponto de vista, ver: ROLLEMBERG, Denise. Memória, opinião e cultura política: a Ordem dos Advogados do Brasil sob a ditadura: 1964-1974. In: AARÃO REIS FILHO, Daniel; ROLLAND, Denis (Orgs.). **Modernidades alternativas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p. 57-96.

[364] Para um melhor entendimento acerca do papel da ABI durante esse processo, ver: MOREL, Edmar. **A trincheira da liberdade**. Rio de Janeiro: Record, 1985.

[365] Sobre o papel do MDB, ver: KINZO, Maria D'Alva Gil. **Oposição e autoritarismo**: gênese e trajetória do MDB (1966-1979). São Paulo: Vértice, 1988.

[366] É importante destacar que, embora os movimentos sociais da década de 1970 tivessem um caráter "fragmentado", isto não significa uma demonstração de fragilidade. Ao contrário, relaciona-se à diversidade das condições em que surgiram os movimentos específicos e, embora fossem articulados, mantiveram-se como formas autônomas de expressão das diferentes coletividades. Como destacou Eder Sader: "*A fragmentação de movimentos sociais aparece em primeiro lugar vinculado à diversidade das próprias condições em que emergem. A heterogeneidade constitutiva da estrutura social induziria a reprodução das diversidades no plano das manifestações sociais. O que talvez seja um elemento significativo, que diferencia os movimentos sociais da década de 70, é que eles não apenas emergiam fragmentados, mas ainda se reproduziam enquanto formas singulares de expressão. Ou seja, embora tenham inclusive desenvolvido mecanismos de coordenação, articulação, unidade, eles se mantiveram como formas autônomas de expressão de diferentes coletividades, não reduzíveis a alguma forma 'superior' e 'sintetizadora'*". SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 197-98.

específicas da realidade, no caminhar da luta contra o regime civil-militar, na contestação da ordem vigente, na defesa do retorno à democracia no país [367]. Nas palavras de Maria da Glória Gohn: "*Não se pode compreender a multiplicação desses movimentos [sociais] se não se leva em conta o papel de instituições e outros movimentos que abriram espaços para sua atuação – Igreja, instituições da sociedade civil atentas aos direitos humanos, MDB, movimento estudantil etc.*" [368]. Com o (res)surgimento dos movimentos sociais, cresceu em muitos brasileiros a crença na força do povo ("o povo como sujeito de sua própria história"), para realizarem mudanças históricas que outros grupos não tinham conseguido realizar [369].

> [...] podemos dizer que as ações coletivas nos anos 70 e 80 no Brasil, foram impulsionadas pelos anseios de redemocratização do país, pela **crença no poder quase que mágico da participação popular, pelo desejo de democratização dos órgãos, das coisas e das causas públicas, pela vontade de se construir algo** a partir de ações que envolviam os interesses imediatos dos indivíduos e grupos. Os movimentos sociais, populares ou não, expressaram a construção de um novo paradigma de ação social, fundado no desejo de se ter uma sociedade diferente, sem discriminações, exclusões ou segmentações [370].

Entre os dois grupos apontados por Maria Helena M. Alves atuantes na defesa do retorno à democracia política do país, José Álvaro Moisés considerou os movimentos sociais como os elementos-chave desse período [371]. Para ele, a partir de 1974, as "oposições de elite" em geral (em especial, o MDB), e as esquerdas em particular, entraram em descompasso e

---

[367] O (res)surgimento de inúmeros movimentos sociais em todo território nacional em fins dos anos 70 e início dos anos 80, abrangendo diversas e diferentes temáticas e problemáticas, como das mulheres, negros, crianças, meio ambiente, saúde, transportes, moradia, estudantes, idosos, aposentados, desempregados, trabalhadores, ambulantes, escolas, creche, etc., todos, em seu conjunto, revelavam a face dos sujeitos históricos até então ocultos ou com as vozes sufocadas durante o regime civil-militar. Ou seja, o (res)surgimento de inúmeros movimentos sociais naquele período revelava, portanto, a insatisfação de um grupo de indivíduos a respeito de sua realidade. Assim, como argumentou Safira Bezerra Ammann, "*[...] todo Movimento Social carrega o germe da insatisfação, do protesto contra relações sociais que redundam em situações indesejáveis para um grupo ou para a sociedade, sejam elas presentes ou futuras*". AMMANN, Safira Bezerra. **Movimento popular de bairro**: de frente para o Estado, em busca do parlamento. São Paulo: Cortez, 1991, p. 17.

[368] GOHN, Maria da Glória Marcondes. **A força da periferia**: a luta das mulheres por creches em São Paulo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985, p. 74.

[369] É importante destacar que nem toda coletividade é, por si só, um movimento social. Para que seja definido nesta categoria é necessário que haja o protesto e não a promoção. Grupos de jovens que praticam esporte; clubes de mães que aprendem a costurar; analfabetos que aprendem a ler; obras assistenciais ou filantrópicas que se ocupam com populações carentes; agricultores que buscam melhorar suas técnicas agrícolas são, por exemplo, grupos coletivos de promoção, não de protesto. Os grupos coletivos são diferentes, portanto, dos movimentos sociais, pois estes "*[...] têm uma trajetória, um processo no qual entram diferentes elementos e também porque eles emergem a partir de problemáticas que expressam contradições sociais*". Ibid., p. 48.

[370] Id., op. cit. (1995), p. 203, grifo nosso.

[371] Como argumentou Marco Aurélio Santana também: "*Articulados ou não ao movimento sindical, os movimentos sociais, em seu conjunto, engrossarão o caldo da luta democrática do período. Esta luta terá nos trabalhadores um sólido ponto de sustentação*". SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil republicano**. 2. ed. vol. 4. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 287.

não foram capazes de evoluir no sentido de uma definição positiva do que desejavam em face dos desafios do presente [372]. O MDB e as esquerdas não se preparam para ocupar organicamente os espaços que se abriam no país, durante aquele período histórico:

> As oposições não conseguiram responder unitariamente às investidas do regime autoritário, quando este abandonou uma prática estritamente coercitiva e passou a tomar também iniciativas no plano político. A tática de avanços e recuos adotada pelo governo serviu para confundir as forças de oposição que, dessa forma, não se prepararam para enfrentar as exigências do processo de autoritarismo para algum tipo de regime mais aberto [...] [373].

Segundo José Álvaro Moisés, no momento em que as "oposições de elite" entraram em descompasso e imobilismo (em especial, o MDB), e não conseguiram pressionar o governo por mais espaço político para as massas populares, os movimentos sociais (inclusive o dos trabalhadores com ou sem a articulação dos sindicatos), após uma reformulação interna de seus discursos e de suas práticas, passaram a conquistar novas formas e novos espaços de atuação, adotando uma "dimensão predominantemente política", tornando-se, dessa forma, no centro mais importante da luta pela redemocratização do Brasil [374]. Dentre esses movimentos sociais, cabe destacar a atuação de alguns sindicatos (especialmente o de São Bernardo do Campo), que começaram a se expressar como uma importante força política no país, a partir desse período. De acordo com o autor: "*Se o reconhecimento desse imobilismo é legítimo para o conjunto das oposições, não se pode dizer o mesmo das novas lideranças sindicais que surgiram a partir das greves de 1978 e 1979, como Luís Inácio da Silva, o Lula*" [375].

Para Renato Boschi, essa "dimensão predominantemente política" dos movimentos sociais se deu tanto no nível dos "valores", bem como no nível da "práxis". No nível dos "valores", porque se percebia nesses movimentos uma nítida preocupação em promover a democracia interna e do sistema político como um todo. As eleições eram vistas, portanto,

---

[372] De acordo com José Álvaro Moisés, a explicação para o "imobilismo" do MDB durante esse período, no que diz respeito à articulação das reivindicações das massas populares por maior espaço político, estava ligada à própria formação do partido. "*O MDB esteve, ao longo de sua existência, sob a hegemonia política dos liberais (conservadores e 'liberais-democratas') e, por isso, em sua definição política, nunca foi muito além da luta institucional contra o autoritarismo. Dessa forma, não logrou se constituir, jamais, nem mesmo após as retumbantes manifestações de apoio popular nas eleições de 1974 e 1978, em expressão orgânica das demandas sociais da maioria dos seus eleitores que, no final das contas eram, precisamente, as massas populares dos grandes centros urbanos do país. Primordialmente voltados para as questões jurídico-institucionais, os liberais do MDB foram incapazes de apresentar qualquer programa adequado à expressão dos movimentos sociais que emergiram no país a partir de meados dos anos 70*". MOISÉS, op.cit. (1982), p. 56.

[373] MOISÉS, op.cit. (1982), p. 57.

[374] É importante salientar aqui que não estamos dizendo que os movimentos sociais substituem os partidos, tampouco podem cancelar as formas de representação política. Apenas estamos evidenciando que, em alguns casos – como ocorreu com o MDB –, os partidos não conseguem cobrir todo o espaço da política e assim perdem significativa substância na medida em que não dão conta de uma dada realidade.

[375] MOISÉS, op.cit. (1982), p. 41.

como um mecanismo central, bem como a participação e o processo de decisão coletiva. No nível da "práxis", cita-se o estilo político de pressão desses movimentos e, posteriormente, a apropriação de espaços políticos que foram surgindo no interior do próprio aparelho do Estado, dando acesso direto às arenas de decisão. Nas palavras de Boschi: "*Desde o início, os movimentos tendem a ser extremamente politizados, o que se acentua na medida em que ampliam suas perspectivas para uma ação mais abrangente ao nível da sociedade*" [376].

De acordo com Eder Sader, os principais movimentos sociais, surgidos no país a partir de 1974, se constituíram a partir da "crise" em três instituições básicas: "crise da Igreja Católica", "crise das esquerdas" e "crise do sindicalismo" [377]. Para o autor, essas "crises" se deram graças a três "matrizes discursivas" diferentes que abriram espaço para a transformação no interior daquelas instituições [378]. Isto é, "*[...] os antigos centros organizadores [igreja, esquerdas e sindicalismo], em crise, são desfeitos e refeitos sob a ação simultânea de novos discursos e práticas que informam os movimentos sociais populares, seus sujeitos*" [379]. As três matrizes discursivas apontadas por Eder Sader foram:

- A "*Matriz discursiva da Teologia da Libertação*": segundo Eder Sader foi notável a presença dessa matriz nos movimentos sociais brasileiros, especialmente, nas CEBs. A Teologia da Libertação é a expressão para um vasto movimento social-religioso, nascido no continente latino-americano, que, fazendo uso de algumas categorias marxistas, colocou os pobres no centro de reflexão da Igreja Católica. A principal ideia da Teologia da Libertação, portanto, foi a "opção preferencial pelos pobres". Refletindo a respeito do engajamento de inúmeros cristãos na Teologia da Libertação, Michael Löwy destacou: *"Para muitos fiéis preocupados com o social, o marxismo foi escolhido porque parecia ser a explicação mais sistemática,*

[376] BOSCHI, Renato Raul. **A arte da associação***:* política de base e democracia no Brasil*.* São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ*,* 1987, p. 165-166.

[377] Vale salientar que a utilização da palavra "crise" em Eder Sader de forma alguma remete a uma concepção negativa que a noção da palavra pode suscitar. Diferentemente de outros autores que consideram a palavra "crise" como um acontecimento de decadência irreparável, de obstáculo intransponível ou de catástrofe absoluta, Eder Sader utiliza-se da noção de "crise" em um sentido muito rico, fecundo e especial. Ou seja, a "crise" na Igreja Católica, nas esquerdas e no sindicalismo tem um caráter de "poder questionador", significa uma situação a respeito da qual uma determinada decisão tem de ser tomada, "*[...] significa o rompimento com a lógica do passado; [...] significa a possibilidade de discernir os elementos do passado e do presente no sentido da construção do futuro*". SOUZA, Ricardo Timm de. **Sobre a construção do sentido**: o pensar e o agir entre a vida e a filosofia. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2003, p. 30.

[378] Dentro de uma perspectiva dialética, é importante destacar que, uma vez que os movimentos sociais da década de 1970 se constituíram, cada um à sua maneira, recorrendo às "matrizes discursivas" da *Teologia da Libertação*, *marxista* e do *Novo sindicalismo*, esses mesmos movimentos modificaram, ao longo do tempo, as próprias matrizes que os alimentaram.

[379] SADER, op. cit. (1988), p. 11.

coerente e global das causas para essa pobreza, e a única proposta suficientemente radical para aboli-la" [380].

- A "*Matriz discursiva marxista*": para Sader, as sucessivas cisões, a falta de participação das "massas populares" e os golpes desfechados pela repressão, levaram a uma profunda crise na esquerda brasileira. Como resultado dessa crise, foi cada vez maior o número de militantes que – individualmente ou em grupos – começaram a se desprender dessas organizações e a manterem suas atividades junto aos movimentos sociais [381]. Enquanto que, no caso da Igreja Católica, o espaço onde se constituiu a sua matriz discursiva foi nas CEBs, no caso da esquerda, pela sua clandestinidade, o espaço onde ela se constituiu, foi a partir dos próprios militantes e dentro de suas áreas de influência, ou seja, aqueles restritos setores nos quais se poderia atuar. Daí a imersão de muitos militantes de esquerda nos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980 no país;
- E, por fim, a "*Matriz discursiva do 'Novo sindicalismo'*": de acordo com Eder Sader, o desejo de reverter o quadro situacionista, o esvaziamento e a perda de representatividade de suas entidades, levou um grupo de sindicalistas (que passou a ser considerado como "sindicalistas autênticos") a combater as suas diretoriais imobilistas e burocráticas e a estimular uma postura mais combativa dos sindicatos. "*[...] a particularidade que marcou a corrente dos 'autênticos' foi sua capacidade de absorver as pressões das bases e canalizá-las pelo interior do aparelho sindical*" [382]. Segundo o autor, o surgimento dessa concepção sindical desencadeou uma "crise" no interior de diversos sindicatos brasileiros, abrindo espaços para novas elaborações e transformação de "discursos" e "práticas".

De acordo com esse autor, os movimentos sociais, surgidos a partir de 1974 e formados a partir das "crises" em três significativas segmentos (a Igreja Católica, a esquerda e os sindicatos), trouxeram à tona um "novo sujeito social e histórico" no país [383]. Segundo ele, esse sujeito era novo, pois era criado pelos próprios movimentos sociais, um indivíduo

---

[380] LÖWY, Michael. **A guerra dos deuses:** religião e política na América Latina. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 123.

[381] Embora alguns outros militantes tenham permanecido organizados em torno de partidos comunistas como o PCB e o PC do B.

[382] SADER, op. cit. (1988), p. 182.

[383] Sader não quis dizer que esse "novo sujeito" (dotado, ao mesmo tempo, de uma "individualidade" e de uma "coletividade") era novo, pois representava o primeiro sujeito com essas características na história do Brasil, mas sim em relação ao regime civil-militar. Segundo o autor, em outros momentos da história brasileira (ou seja, em outros movimentos ocorridos no país) houve sujeitos com tais características. A novidade dos "sujeitos dos anos 70" se dava, portanto, no que se refere ao período de ditadura vivido no país.

coletivo e descentralizado, que, até então disperso e privatizado, começava a reconhecer-se mutuamente no interior dos movimentos socais e passava a decidir e agir em conjunto, criando uma "identidade" ao se reavaliar e se redefinir no decorrer do movimento. Um sujeito que, embora coletivo, não se apresentava como portador de uma visão predeterminada, que serviria como centro e fio condutor para as ações sociopolíticas do movimento [384]. Sader pensou esse "novo sujeito" como um indivíduo dotado, ao mesmo tempo, de uma "individualidade" (sujeito único) e "coletividade" (sujeito social). No caso, por exemplo, dos sindicatos, Sader viu esta entidade como um "espaço público" [385] em que os trabalhadores se encontravam, traziam sua "individualidade" e acabavam constituindo-se em um "sujeito coletivo" [386]. A este respeito, Regina Bega dos Santos destacou:

> O sujeito coletivo vai surgindo na dinâmica dos movimentos sociais, entre as pessoas que vão se descobrindo uma às outras, a partir de uma identidade própria, de histórias semelhantes, de problemas e esperanças comuns. Pessoas que têm valores semelhantes e um destino comum, o que possibilita a elaboração de um projeto de futuro para mudar a realidade circundante, com base nas práticas desenvolvidas durante a mobilização [387].

Segundo Sílvia Manfredi, esse processo de construção da identidade coletiva no interior de muitos sindicatos ao longo dos anos 70 foi perpassada também pela "educação sindical". A autora denomina "educação sindical" as práticas educativas mais sistemáticas, intencionalmente programadas, como, por exemplo, os congressos de trabalhadores, cursos, seminários, palestras, etc., com o intuito de veicular projetos e/ou propostas político-sindicais e/ou formar quadros organizativos [388].

José Álvaro Moisés também corroborou com a ideia de um "sujeito coletivo" para esse período histórico. Para ele, os problemas urbanos desse momento não comportavam mais soluções individuais. Dado o caráter público dos serviços reivindicados, a luta passou a ser coletiva. Por isso, em face das problemáticas do período, a tendência que prevaleceu foi a de

---

[384] SADER, op. cit. (1988), p. 11-12.

[385] Ibid., p. 296.

[386] A respeito da utilização do conceito de "sujeito coletivo" Sader destacou: "*Quando uso a noção de sujeito coletivo é no sentido de uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas*". Ibid., p. 55.

[387] SANTOS, Regina Bega dos. **Movimentos sociais urbanos**. São Paulo: Editora UNESP, 2008, p. 31-32.

[388] MANFREDI, Sílvia Maria. **Formação sindical no Brasil**: história de uma prática cultural. São Paulo: Escrituras Editora, 1996, p. 23-24. É importante destacar que, na maioria das vezes, essa "educação sindical" (tanto para os trabalhadores quanto para os dirigentes sindicais) era promovida pelos próprios sindicatos. No entanto, haviam ocasiões – não muito difíceis de ocorrerem – em que organizações de moradores e as CEB's, incentivadas pela Igreja Católica, davam a oportunidade de trabalhadores se reunirem abertamente para discutir e organizar uma série de atividades culturais, educacionais e de organização para mobilização da categoria.

amplos setores das classes populares urbanas passarem a se organizar para coordenar os esforços reivindicatórios destinados a alcançar as suas necessidades, os seus objetivos [389].

Tomando como base a noção de um "sujeito coletivo" para aquele período, consideramos, portanto, que as posições que os movimentos sociais assumiram em seu curso se desenvolveram sob a seguinte dualidade: por um lado, as ações dependeram das *decisões tomadas em coletivo* – da definição conjunta daquilo que era necessário para alcançar os objetivos; e, por outro lado, dependeram das "experiências" vividas individualmente, permitindo cada indivíduo empregar suas marcas e sua visão de mundo no movimento.

Isto significa dizer que os sujeitos não foram seres abstratos, mas pessoas que trouxeram consigo uma gama de "experiências vividas", ou seja, sujeitos históricos que estavam vinculados a toda uma complexa série de condicionamentos e influências externas que lhes foram impostas e influenciaram as suas tomadas de decisões. Como argumentou Marco Aurélio Garcia, os indivíduos participantes desses movimentos sociais foram "*[...] pessoas concretas, homens e mulheres, portadoras de valores éticos, de convicções políticas, de influências religiosas*" e refletiram, no seu cotidiano, sua formação cultural, seus antecedentes familiares e um conjunto de "determinações" que incidiram na forma pela qual aplicaram a linha, as posições e os objetivos do movimento na sociedade [390]. Como se pode perceber, nossa ideia de "experiências" está fundamentada na concepção de classe de Edward Thompson, para quem as classes sociais existem a partir das "*[...] experiências vividas por homens e mulheres concretos*" [391].

Dentro de uma perspectiva dialética, é importante observar que, uma vez que o movimento sindical brasileiro, em fins dos anos 70, recebeu a influência das "experiências vividas por homens e mulheres concretos", estes mesmos indivíduos receberam, sob certos aspectos, a influência do movimento sindical do período. Como salientou Marco Aurélio Garcia, se é certo dizer que a "ação da classe" pesou significativamente no comportamento do sindicato, não é menos certo afirmar que a "ação da classe" teve influência na prática sindical [392]. Ou seja, sindicatos e indivíduos se influenciaram mutuamente. Obviamente, vale acrescentar, esta dialética esteve também presente nos demais movimentos sociais do período.

---

[389] MOISÉS, José Álvaro Moisés. O Estado, as contradições urbanas e os movimentos sociais. In: _____ et al. **Cidade, povo e poder**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 21.

[390] GARCIA, Marco Aurélio. O gênero da militância: notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política. **Cadernos Pagu**, v. 8, n. 9, p. 319-342, 1997, p. 322.

[391] THOMPSON, op. cit. (1987), p. 10.

[392] GARCIA, Marco Aurélio. São Bernardo: A (auto)construção de um movimento operário. **Desvios**, n. 1, p. 10-27, nov. 1982.

A noção de "experiências" de Thompson torna-se importante para a compreensão do (res)surgimento dos movimentos sociais, durante fase do regime civil-militar, tanto no que se refere ao entendimento de que os movimentos sociais não foram constituídos por uma identidade "dada", isto é, adquirida "naturalmente", mas sim, uma identidade que foi fruto das "experiências vividas" pelos indivíduos participantes do movimento, quanto ao entendimento da "heterogeneidade" interna dos movimentos sociais. Estes não foram constituídos por um grupo homogêneo, mas sim um grupo diferenciado internamente, pelas estruturas ocupacionais e pelos fatores de ordem etária, racial, sexual, regional, educacional, cultural, etc. Como argumentou Regina Bega dos Santos: "*Embora os participantes de um dado movimento possam compartilhar de valores semelhantes, crenças, ou cultura que os predispõem a lutar por uma mesma causa, não significa que haja uma única identidade entre eles, em virtude da heterogeneidade desses movimentos e de sua própria composição*" [393].

Refletindo a respeito das "*matrizes discursivas*" propostas por Sader, percebemos a extrema importância de suas considerações para este trabalho, uma vez que suas análises desembocam diretamente nas transformações vividas em três significativas instituições no país (a Igreja Católica, a esquerda e os sindicatos) em meados de 1974. No que se refere especificamente às organizações sindicais, Sader percebeu que muitas destas passaram por uma "crise", a partir de 1974, quando começaram a surgir, de maneira cada vez mais crescente, uma corrente de trabalhadores, que partilhavam de uma perspectiva mais "reivindicativa", "combativa", no interior destas entidades e/ou nos locais de trabalho. Como destacou Maria H. Tavares de Almeida: "*[...] a oposição às políticas salariais e trabalhistas do governo já não era assunto apenas das lideranças sindicais combativas. Ela começava a mover a massa dos trabalhadores*" [394].

João Paulo Lima e Silva, atual Deputado Federal (PT-PE) e na época trabalhador metalúrgico, contou, por exemplo, que, em meados dos anos 70, surgiu um grupo de trabalhadores que se reunia clandestinamente na hora do almoço, na fábrica em que trabalhava, para discutir suas preocupações e problemas. Em suas palavras:

> [...] a gente conversava um pouco sobre nossa realidade. Não só conversava, mas tentava buscar alternativas. Isso foi em 74, quando organizamos a Caixinha de Ajuda Mútua. A partir daí, conseguimos criar uma biblioteca, compramos livros que falavam sobre o movimento operário e circulamos esses livros dentro da fábrica. Foi desse jeito que, pela primeira vez,

[393] SANTOS, R., op. cit. (2008), p. 40.

[394] ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. **Crise econômica e interesses organizados**: o sindicalismo no Brasil dos anos 80. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996, p. 44.

> conseguimos paralisar a empresa, por causa do arrocho salarial que todo mundo vivia [395].

Anos depois, João Paulo reforçou essa mesma ideia e acrescentou:

> Minha primeira ação dentro da empresa foi decorar o nome dos companheiros. Eu era novato, não conhecia ninguém e senti que os companheiros se tratavam por apelidos [...]. Comecei a chamá-los pelo nome. Isso fez com que o pessoal me respeitasse mais e confiasse em mim. A partir daí, comecei a visitar os companheiros, juntá-los na hora do almoço para conversar sobre os problemas. Criamos a caixinha de ajuda mútua, começamos a fazer as primeiras greves dentro da empresa, por melhores salários e melhores condições de trabalho [396].

Podemos dizer que, grosso modo, fizeram parte desta perspectiva mais "reivindicativa" dentro do interior dos sindicatos, cinco tipos de trabalhadores: a) militantes, tanto do pré-64 quanto do período de 1964-1968; b) indivíduos recém-sindicalizados, isto é, "militantes de primeira viagem" [397]; c) indivíduos até então "situacionistas" (ou seja, ligados às diretorias "pelegas") que mudaram de posição; d) indivíduos que, há anos sindicalizados, passaram a ter atitudes mais "combativas" nos locais de trabalho e a se informar e participar das ações de seus sindicatos (reuniões, discussões, por exemplo); f) indivíduos que ao mesmo tempo em que passaram a desacreditar (e se afastar) do sindicato como órgão de representação dos seus interesses e "canal" às suas aspirações, apostaram numa posição mais focada ao interior das empresas.

Várias foram as motivações que levaram esses trabalhadores a assumir uma postura mais "reivindicativa", "combativa", "conflituosa" no interior de suas organizações sindicais e/ou nos locais de trabalho [398]. Como destacou Marco Aurélio Garcia, no final dos anos 70, os

---

[395] Cf. Depoimento de João Paulo Lima e Silva, citado por: GT SINDICAL DO CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS JOSUÉ DE CASTRO, op. cit.

[396] Cf. Depoimento de João Paulo Lima e Silva concedido em entrevista a MONTEIRO, Maria Alexandra da Silva. **Ação Católica Operária**: fé e luta em tempos difíceis no Nordeste do Brasil. 265 f. Dissertação (Mestrado em Serviço social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1992, p. 228.

[397] Maria H. Tavares de Almeida destacou que a grande parte dos sindicatos brasileiros no final dos anos 70 era composta por trabalhadores que tinham se sindicalizado há pouco tempo, isto é, "militantes de primeira viagem". 69,5% dos membros do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, por exemplo, entraram no sindicato depois da primeira gestão de Lula [1975-1978]. Cf. conferência proferida em: **(Anais do) Seminário Internacional sobre Negociação e Relações do Trabalho**. Rio de Janeiro: Instituto Euvaldo Lodi, 1981, p. 234-235.

[398] Leôncio M. Rodrigues viu também como motivações para as posturas mais "combativas" e "agressivas", a questão da idade e da ideologização desses trabalhadores. Em suas palavras: "*A nosso ver, um dos fatores que atua no sentido do aumento da agressividade é a juventude das principais lideranças. Outro fator é a excessiva ideologização, que tende a baixar o coeficiente de racionalidade da ação. No seu conjunto, o sindicalismo brasileiro tende a ser mais expressivo do que instrumental*". RODRIGUES, Leôncio Martins. O sindicalismo nos anos 80: um balanço. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: Fundação Seade, v. 4, n. 1, p. 11-19, jan./mar. 1990b, p. 15.

trabalhadores brasileiros criaram uma prática de luta dentro de um processo de "autoconstrução":

> [...] grandes contingentes de trabalhadores se puseram em movimento, não porque sobre eles se tivesse derramado alguma clarividência teórica ou organizativa. Ao contrário, **foi a prática da luta social** que levou os trabalhadores a avanços inigualáveis em termos de consciência e organização [399].

Certamente que cada um desses trabalhadores pode ter assumido essa posição mais "combativa" por um motivo particular [400]. A questão que fica em aberto, no entanto, é por que naquele momento? Ou seja, por que a partir do ano de 1974 diversas empresas e sindicatos no país passaram a conviver com grupos de trabalhadores que partilhavam de uma posição mais "reivindicativa", "combativa"?

Segundo nosso entendimento, duas explicações podem ser dadas a respeito desta questão: *em primeiro lugar*, deve ser destacada a conjuntura política aberta a partir de 1974 [401]. Eduardo Suplicy viu este ano uma significativa mudança no nível de consciência dos trabalhadores.

> O nível de consciência dos trabalhadores a respeito de seus direitos em participar das decisões sobre as condições de trabalho, os salários e a própria vida política nacional é hoje completamente diferente daquela que vigorou durante os anos 1960 a 1974. As relações entre empresários, trabalhadores e governo estão sofrendo e irão passar por profundas transformações [402].

Como já observamos, a partir de 1974, o país passou a conviver, pela primeira vez desde 1968 [403], com mobilizações em vários setores da sociedade (movimentos de estudantes,

---

[399] GARCIA, op. cit. (1982), grifo nosso.

[400] Vários foram os fatores que levaram significativas parcelas dos trabalhadores a assumirem, naquele momento, uma posição mais "reivindicativa" e "combativa" diante de sua realidade. Esta posição pode ter sido possibilitada pelas transformações tanto de ordens "materiais" quanto "subjetivas". É importante esclarecermos que a "subjetividade" é aqui entendida dentro dos parâmetros dados por Marx, em que a dimensão subjetiva dos homens encontra-se essencialmente no social. A subjetividade, neste sentido, é pensada não como algo dado naturalmente ou como uma "essência interior", mas, pelo contrário, ela se constitui na prática humana a partir dos laços de sociabilidade que os homens criam uns com os outros, na articulação estabelecida entre o indivíduo e a dimensão de produção e reprodução da vida social. Para uma maior compreensão, ver: MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

[401] Em relação aos sindicatos, é importante mencionar a promulgação da Lei n° 6.386, que alterou alguns dispositivos da CLT, dando certa flexibilização da legislação de controle dos sindicatos. Com ela, o ministério do Trabalho deixou de intervir na aprovação dos orçamentos e na movimentação financeira dos sindicatos. Entretanto, ainda sustentou um estrito controle sobre as organizações sindicais, sobretudo porque manteve o poder de veto sobre candidatos à diretoria, a exigência do atestado de ideologia, bem como o enquadramento sindical e a cobrança do imposto sindical.

[402] SUPLICY, Eduardo. Trabalhadores têm maior consciência. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 20, 19 mai. 1978.

[403] Dois fatores conseguiram impedir as atividades sindicais no país a partir do ano de 1968: primeiro foi a forte repressão às greves de Osasco e Contagem, e, segundo, principalmente, a instituição do AI-5. Como destacou Salvador Sandoval: "*Depois de 1968, as condições para as ações coletivas não eram mais favoráveis; assim, os trabalhadores foram privados de qualquer experiência desse tipo. Os sindicatos que obstruíam a execução da*

de intelectuais, de bairro, do custo de vida e outros). Diversos trabalhadores – que neste período passavam a sentir uma forte "sensação de injustiça" e de "perda" –, se apropriaram então dos espaços que iam surgindo nesta fase do regime e passaram a desenvolver "pequenas lutas" tanto no interior dos sindicatos quanto nos locais de trabalho. Um depoimento recolhido por Laís Abramo é revelador neste sentido:

> Eu acho que foi em 1974 que nasceu o novo sindicalismo. No final do ano, nós forçamos o Vidal a fazer um congresso. Foi aí que nasceu a participação. Ele se recusou a abrir o congresso, foi o Rubens – o vice-presidente – que abriu. Foi aprovado que seria feito um congresso a cada dois anos. O movimento de base mesmo, na minha opinião, nasceu nos congressos [404].

Em segundo lugar, deve-se ter em vista a dissociação entre o desempenho da economia brasileira e o bem-estar social dos trabalhadores. Entre 1968 e 1973, o Brasil registrou expressivas taxas de expansão da economia e relativo controle da inflação (ver Tabela III). Por este motivo, o período é conhecido como "milagre brasileiro". As suas principais características foram: incentivo ao consumo para a classe média [405]; dependência com o capital internacional [406]; disparidade econômica entre as regiões do país [407]; política salarial rígida, centralizada e perfeitamente eficaz, do ponto de vista da acumulação de capital; favorecimento à grande empresa (especialmente, as multinacionais), em detrimento à perda de influência dos pequenos empresários [408]; aumento do custo de vida; alta

---

política econômica do governo podiam sofrer intervenção, e os líderes sindicais que distribuíam propaganda política podiam ir para a cadeia ou "desaparecer". Portanto, os novos líderes deixaram suas ações em suspenso. [...] Os riscos eram muito grandes, enquanto o impacto sobre os trabalhadores e o governo podia ser pequeno, especialmente durante o milagre econômico. Por essa razão, as diferenças de comportamento entre os líderes sindicais empenhados na luta e os pelegos eram amiúde imperceptíveis para a maioria dos trabalhadores. Todos os líderes cumpriam suas funções burocráticas, embora os militantes procurassem transformar os eficientes serviços prestados pelo sindicado em maneiras de se criar uma identificação sindical". SANDOVAL, op. cit. (1994), p. 117.

[404] Cf. citado por: ABRAMO, Laís Wendel. **O resgate da dignidade**: greve metalúrgica e subjetividade operária. Campinas: Editora da UNICAMP; São Paulo: Imprensa Oficial, 1999, p. 168.

[405] Para estimular o consumo, ou melhor, o consumismo, na classe média e alta, o governo lançou mão não apenas da expansão do crédito ao consumidor, mas também de alguns outros instrumentos, tais como publicidade, subsídios às importações, crescente lançamento de novos produtos no mercado etc.

[406] Como argumentou Paul Singer: "*Se anteriormente o Brasil se tinha retraído algo da economia capitalista mundial, como conseqüência da depressão dos anos 30 e da Segunda Guerra Mundial, após 1964 a economia brasileira novamente se abriu ao exterior, sobretudo depois que o período de recessões, entre 1963 e 1967, foi superado*". SINGER, op. cit. (1989), p. 90-91.

[407] A disparidade entre as regiões do país chegou a um ponto que, por exemplo, no ano de 1970, embora ainda abrigasse 30,3% da população, o Nordeste era responsável por somente 12,2% da renda nacional e somente 5,6% da produção industrial; o Sudeste, entretanto, com 42,7% da população, era responsável por 64,5% da renda nacional e 80,6% da população industrial. BAER, Werner. **A economia brasileira**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1996, p. 99.

[408] Nas palavras de Miguel Arraes: "*Entrou-se numa fase de 'desnacionalização' da economia, de apoio ao capital estrangeiro, definida abertamente pelo governo de então; essa política levou a uma monopolização crescente da economia brasileira, à liquidação de pequenas e médias empresas existentes no País (basta ver os documentos e as notícias publicadas pela imprensa daquela época, que registra o fechamento de milhares de*

concentração de renda (ver Tabela IV); incentivo à produção de bens de consumo duráveis ao mercado interno (eletrodomésticos e automóveis, por exemplo) [409] e bens de consumo não-duráveis para atender a demanda externa [410]; aumento da dívida externa (ver Tabela III) etc.

Tabela III – PIB, inflação e Dívida Externa (1964-1973)			
Ano	**Crescimento PIB (%)**	**Inflação (%)**	**Dívida Externa US$ Bilhões**
1964	3	87,8	3,9
1965	2	55,4	4,8
1966	7	39,5	5,2
1967	4	28,8	3,3
1968	10	27,8	3,8
1969	10	20,3	4,4
1970	10	18,2	5,3
1971	11	17,3	6,6
1972	12	17,4	9,5
1973	14	20,5	12,6

Fonte: Adaptado de: PRADO; EARP, op. cit. (2007), p. 223 e ALVES, M., op. cit. (2005), p. 393.

Tabela IV – Distribuição da renda (por salário mínimo) no Brasil (1970-1972)		
Salário por mês (total de salários mínimos recebidos)	**Porcentagem da população economicamente ativa**	
	1970	**1972**
Menos de 1	50,2	52,5
Entre 1 e 2	28,6	22,8
Entre 2 e 3	10,2	9,8
Entre 3 e 7	7,1	9,4
Entre 7 e 10	1,7	2,3
Mais de 10	2,2	3,2
Total	100	100

Fonte: Adaptado de: PRADO; EARP, op. cit. (2007), p. 223 e ALVES, M., op. cit. (2005), p. 393.

Se o surgimento do "milagre econômico" beneficiou certos estratos da sociedade (a classe média, por exemplo), com acesso ao crédito farto e fácil para a aquisição de certos produtos no mercado, sobretudo "bens de consumo duráveis", o mesmo não pode ser dito em relação à classe trabalhadora, que teve uma considerável piora nas condições de vida tanto no interior da fábrica quanto no conjunto da sociedade. Durante o "milagre econômico", como disse o presidente Médici, em um ato falho, ou em acesso de sinceridade, embora a economia estivesse bem, o povo, ou pelo menos grande parte dele, ia mal.

---

pequenas empresas espalhadas pelo país) e que não puderam resistir à política econômica ditada pelo governo saído do golpe". MENDONÇA, Fernando; TAVARES, Cristina. **Conversações com Arraes**. Belo Horizonte: Vega, 1979, p. 34.

[409] Durante este período, a indústria de material de transporte (na qual predomina a automobilística) cresceu 19,1% ao ano e a de material elétrico (na qual se inclui a de aparelhos eletrodomésticos e a de eletro-eletrônicos) cresceu 13,9%. SINGER, op. cit. (1989), p. 112-113.

[410] As exportações se elevaram da média anual de US$ 2,065,4 milhões no período de 1966/1970 para US$ 2.881,6 milhões em 1971 e para US$ 3.987 milhões em 1972. Ibid., p. 134.

Com o fim do "milagre econômico", no ano de 1974, estava nitidamente claro a amplos setores da sociedade que o projeto do governo de tornar o Brasil, até o ano 2000, numa grande potência (o "Brasil Grande"), num país desenvolvido, não passava de uma ilusão, um mero discurso de propaganda política. Diferentemente do que imaginavam (e/ou esperavam) diversos trabalhadores brasileiros [411], o "milagre" econômico não melhorou em nada as suas vidas; pelo contrário, piorou-as. Como escreveu anos depois Gilberto Gil:

> "Nos barracos da cidade ninguém mais tem ilusão. No poder da autoridade de tomar a decisão. E o poder da autoridade, se pode, não faz questão. Mas se faz questão, não consegue enfrentar o tubarão [...]. E o governador promete, mas o sistema diz não. Os lucros são muito grandes, grandes... ie, ie. E ninguém quer abrir mão, não. Mesmo uma pequena parte já seria a solução. Mas a usura dessa gente já virou um aleijão [...]" (Nos barracos da cidade, Gilberto Gil, 1985).

Alguns dados abaixo talvez nos façam entender qual o grau de opressão e de miséria que os trabalhadores brasileiros – mais especificamente os da região Nordeste – viviam durante o regime civil-militar, especialmente no final dos anos 70. O primeiro aspecto a ser mencionado é a **superexploração do trabalho**. No pós-64, principalmente nos anos de "milagre e**c**onômico", as empresas nacionais e/ou multinacionais promoveram a *elevação brutal da produtividade física do trabalhador* e o *prolongamento de sua jornada de trabalho* (mecanismo de horas extras e trocas de turnos) [412] como formas de extração da "mais-valia". Isto é, durante o regime civil-militar, os trabalhadores eram submetidos a um extenuante esforço cotidiano, com consequências muitas vezes trágicas, quando não fatais, no que se refere à preservação da sua identidade e integridade física e psicológica [413]. Tudo isto, vale lembrar, dentro de um contexto de repressão, de deterioração das condições de vida, de "favelização" das cidades, de altos índices de mortalidade infantil, de precárias condições de trabalho, de ritmo extenuante de trabalho, de queda do salário real, de trabalho inseguro, de

---

[411] Leôncio M. Rodrigues observou que amplas parcelas dos trabalhadores, durante os anos 60, acreditavam, sob certo tom entusiasta, que o crescimento econômico futuro do país e consequentemente de suas empresas melhorariam as suas condições de vida (especialmente no que se refere aos seus salários). O autor enfatizou o aspecto da heterogeneidade da classe trabalhadora, demonstrando, portanto, que nem todos os trabalhadores brasileiros foram receptivos às ideologias revolucionárias, a um sindicalismo anticapitalista, tampouco tiveram uma repulsa às grandes empresas nacionais ou internacionais, mas grande parcela deles tiveram algum sentimento de "pertencimento" às empresas, isto é, a ideia de que se elas crescessem, produzissem mais, assim lhes pagariam um salário melhor. Como se verá, os anos de "milagre econômico" no país – e a piora nas condições de vida – foram um "balde de água fria" para esta parcela de trabalhadores. RODRIGUES, Leôncio Martins. **Industrialização e atitudes operárias**: estudo de um grupo de trabalhadores. São Paulo: Brasiliense, 1970, p. 52-53.

[412] Como se sabe, o prolongamento da jornada de trabalho tinha consequências altamente negativas para a saúde física e psicológica do trabalhador.

[413] A título de nota, não deixa de ser curioso o paradoxo do período: reduzia-se o quadro de empregados, alegando crise de mercado, e exploravam-se horários extraordinários, alegando necessidade de suprir a produção.

ausência de estabilidade no emprego, de acidentes de trabalho, de disciplina e de opressão e "micropenalidades" no interior das empresas [414]. O quadro a seguir nos apresenta, a título de exemplificação, o significativo aumento da produtividade de um trabalhador da indústria de Pernambuco entre o período 1949-1974. Se um trabalhador da indústria tradicional, por exemplo, produzia em média Cr$ 4,91 no ano de 1949, em 1974 ele produzira Cr$ 19,58; isto é, quatro vezes a mais.

Tabela V – Pernambuco: produtividade em Cr$ por pessoa ocupada, segundo dois grandes setores da indústria (1949-1974)

Setores de Indústria	1949	1959	1970	1974
Tradicionais *	4,91	5,63	11,50	19,58
Dinâmicas **	6,34	11,36	16,34	28,29

* O setor tradicional engloba a indústria de: madeira; mobiliário; couros e peles; têxtil; vestuário; calçados e artigos de tecidos; produtos alimentares; bebidas; fumo; editorial e gráfica.
** O setor dinâmico engloba a indústria de: minerais não metálicos; metalúrgico; mecânica; material elétrico e de comunicações; material de transportes; papel e papelão; borracha; química; produtos farmacêuticos e veterinários; perfumaria; sabões e velas; produtos de matérias plásticas.

Fonte: Adaptado de: FIEPE. **Pernambuco**: perfil sócio-econômico. 2. ed. Recife: FIEPE, 1979, p. 30.

O segundo aspecto a ser destacado é a questão do **salário mínimo**. Segundo Manifesto da ACO, lançado no dia 1° de Maio de 1978, por exemplo, 50% dos trabalhadores urbanos no Nordeste ganhavam até um salário mínimo [415]. No que diz respeito ao aspecto de depreciação, desde o início da década de 1960, o salário mínimo real passou a sofrer uma constante e significativa queda (ver Tabela VI). Ao lado dessa queda constante do salário real da população brasileira ocorreu a **elevação do custo de vida** no país. Em alguns casos, é importante salientar, houve uma elevação maior em algumas regiões que em outras. Uma pesquisa realizada pelo Instituto de Desenvolvimento de Pernambuco – CONDEPE apontou, por exemplo, que, em termos comparativos para os anos de 1975/78, tanto a elevação do índice do custo de vida, quanto do custo de alimentos básicos foi maior na cidade do Recife que na de São Paulo. O custo de vida foi 25% e o custo de alimentos básicos 60% maior na

[414] Como bem lembrou Amnéris Maroni estas "micropenalidades" podiam ser vistas sob as formas: *de tempo*: o horário de entrada e de saída do serviço é devidamente prefixado e deve ser rigorosamente respeitado e observado; *de discurso*: é proibido promover durante as horas de trabalho, discussão e conversas com seus companheiros, salvo aquelas atinentes à realização de seu serviço; *de percurso*: a entrada e a saída deve ser realizada pelas portas indicadas não sendo permitido fazê-lo por outras vias; *de sexualidade*: é proibido cometer qualquer ato, gesto ou linguagem imoral ou obscena dentro da empresa ou em veículos da mesma, tanto em serviço quanto fora dele; *de comportamento*: é proibido jogar pontas de cigarros, papéis ou qualquer objeto no chão, bem como sentar-se ou colocar-se em posição inadequada em janelas, máquinas, mesas, equipamentos ou em qualquer outro local da empresa. MARONI, Amnéris Angela. **A estratégia da recusa**: análise das greves de maio/78. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 44-45.

[415] Manifesto defende os trabalhadores. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 3, 3 mai. 1978.

capital pernambucana [416]. No Manifesto de 1° de Maio da ACO, percebe-se a crítica à elevação do custo de vida da RMR:

> O que está em jogo é a nossa vida e a própria vida de nossa família. Ninguém pode estranhar se a nossa consciência se revolta e nos exige gritar: Basta! Em nome dos direitos humanos não suportaremos mais que o alto custo de vida e o baixo salário continuem nos enfraquecendo e nos matando de humilhação e de fome. Já chegamos no limite de nossa paciência e de nossa capacidade de sofrer. Proclamemos, mais uma vez, o nosso direito à vida e a nossa determinação crescente de exigir que este direito seja respeitado e assumido [417].

Tabela VI – Evolução do valor real do salário mínimo no Brasil (1961-2000)			
1961	632,23	**1981**	359,09
1962	577,21	**1982**	374,28
1963	507,42	**1983**	318,04
1964	524,32	**1984**	294,99
1965	505,61	**1985**	301,83
1966	431,01	**1986**	285,48
1967	407,73	**1987**	205,82
1968	399,03	**1988**	216,70
1969	383,98	**1989**	230,76
1970	390,77	**1990**	164,90
1971	373,95	**1991**	172,23
1972	367,25	**1992**	147,80
1973	336,55	**1993**	166,52
1974	308,86	**1994**	140,53
1975	322,60	**1995**	139,06
1976	320,52	**1996**	141,29
1977	334,00	**1997**	143,51
1978	334,08	**1998**	150,49
1979	347,43	**1999**	151,10
1980	350,22	**2000**	135,66

Fonte: Adaptado de: DIEESE. Salário Mínimo. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/esp/salmin/salmin00.xml>. Acesso em: 5 mai. 2011.

Sabe-se que a elevação nos preços dos alimentos básicos, sem dúvida, pesa preponderantemente nos orçamentos daqueles que detém o menor poder de compra, isto é, as famílias de baixa renda (situação na qual se encontravam grande parte dos trabalhadores brasileiros durante o regime civil-militar) [418]. A fala de Lula demonstra o nível de "indignação" dos trabalhadores com o alto custo dos alimentos básicos no período: "*É muito*

[416] CONDEPE. **Caracterização de aspectos nutricionais da população de Pernambuco**. Recife, 1979, p. 42.

[417] Manifesto defende... Op. cit.

[418] Segundo Maria Helena M. Alves, a maioria da classe trabalhadora era constituída por trabalhadores não-qualificados e que recebiam menos de um salário por mês. ALVES, M., op. cit. (2005), p. 183-184.

duro o trabalhador chegar em um domingo e não ter dinheiro para comprar um quilo de carne, trabalhando 16 horas por dia" [419]. Desta frase é importante salientar dois aspectos:

a) primeiro, que, apesar de parecer exagero o fato de Lula argumentar que os trabalhadores tinham uma carga de 16 horas por dia, já que a jornada de trabalho no Brasil estava regulamentada na época em 8 horas diárias (48 horas semanais), vale ressaltar que era prática comum o prolongamento do serviço por mais 2 horas, com o objetivo de "compensar" o não-trabalho aos sábados. Assim, em muitas empresas, a jornada "normal" de trabalho estava estabelecida em torno de 10 horas diárias. Com mais 1ou 2 horas extras – fato não muito difícil de acontecer – esse número subia para 11 ou 12 horas. Some-se isso a mais ou menos três horas de deslocamento casa-trabalho e chagaríamos a 14 ou 15 horas, um total muito próximo, portanto, às 16 horas a que Lula fazia referência [420];

b) e, segundo, que a frase de Lula não deve ser tomada em seu sentido literal. Ela não quer dizer que todos os trabalhadores tinham uma carga horária de 16 horas diárias (embora a maioria a tivesse) ou que todos eles estivessem impossibilitados de comer carne ao menos uma vez por semana. As palavras de Lula tratavam de algo mais amplo do que a simples privação material ou nutricional [421]. Estava presente a indignação de um trabalhador que despendia em média 16 horas de trabalho por dia e recebia em troca a impossibilidade de comer um quilo de carne uma vez por semana. "*E isso, mais do que a privação de um alimento importante para uma dieta minimamente equilibrada, era injusto e humilhante, evidenciando a exclusão de que eram vítimas aqueles que sabiam estar trabalhando e produzindo riquezas no coração industrial do país*" [422].

Na tabela a seguir, se verá que o elevado custo de vida no Grande Recife em 1976, por exemplo, obrigou as famílias que tinham uma renda mensal de até Cr$ 604,00 a gastarem a

---

[419]Cf. Depoimento de Lula, citado por: ABRAMO, op. cit. (1999), p. 42.

[420] A consequência desta carga extenuante foi bem descrita por Kátia Paranhos: "*Um homem, submetido a estas condições, em poucos anos perde a saúde física, o equilíbrio mental e social*". PARANHOS, Kátia Rodrigues. **Era uma vez em São Bernardo**: o discurso sindical dos metalúrgicos (1971-1982). 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2011, p. 103.

[421] A carne tem – além de sua óbvia importância nutricional – um importante valor simbólico nas sociedades ocidentais. A presença de um valor simbólico na carne, que transparece na fala de Lula, foi também registrada por Thompson: "*A carne, como o trigo, implicava em sentimentos de categoria muito acima do seu valor dietético. O Roast Beef da velha Inglaterra era o orgulho dos artesãos e o sonho dos jornaleiros*". THOMPSON, op. cit., p. 191, e por Zaluar: "*Comer carne todos os dias marca uma fronteira nítida que separa os pobres dos não pobres, e a carne passa a representar, na sua falta, a própria carência em que vivem*". ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 128.

[422] ABRAMO, op. cit. (1999), p. 46.

maior parte de sua renda em alimentos. Para estas, os gastos com despesas de consumo foram superiores à própria renda [423].

Tabela VII – Grande Recife: proporção de gastos mensais com despesas decorrentes em relação à renda familiar, segundo classes de renda mensal (1976)						
Classe de renda mensal (Cr$)	**Despesas correntes/renda (%)**					
	Alimentação	**Habitação**	**Transportes**	**Serviços domésticos**	**Outras despesas**	**Total das despesas correntes**
Até 604	97,9	20,3	8,7	1,2	14,8	142,9
604 – 1300	77,8	19,7	6,3	0,8	16,5	121,1
1300 – 2000	64,8	13,4	5,6	0,8	14,6	99,2
2000 – 4000	51,2	12,9	5,6	1,2	21,4	92,3
4000 – 6000	39,2	11,6	5,9	1,7	18,5	76,9
6000 – 10000	32,8	9,4	6,9	2,0	25,1	76,2
10000 – 14000	27,1	8,9	6,8	2,8	23,4	69,0
14000 – 20000	20,9	6,6	5,6	2,5	17,8	53,4
2000 – 30000	19,7	7,0	4,5	2,1	15,2	48,5
Mais de 30000	12,8	5,7	3,7	2,1	15,5	39,8

Fonte: CONDEPE, op. cit. (1979), p. 50.

É importante destacar que, além de os gastos com a alimentação consumirem a maior parte das rendas das famílias mais pobres, houve também uma queda gradual no consumo *per capita* de alimentos por estas classes, como se pode ver na tabela a seguir:

Tabela VIII – Recife: comparativo do consumo diário *per capita* de alimentos básicos entre os períodos de 1967/69 e 1974			
Grupo de alimentos	**Consumo diário *per capita* de alimentos básicos (em grama)**		
	1967/68	**1974**	**Diferença %**
Cereais e derivados	231	213	- 7,8
Tubérculos, raízes e derivados	146	113	- 22,6
Açúcar e derivados	94	76	- 14,5
Legumes e oleaginosas	61	58	- 4,9
Carnes e pescados	145	107	- 26,2
Ovos, leites e queijos	90	76	- 15,6
Óleo e gordura	16	16	- 38,5
Total	793	659	- 16,9
Energia	2.283	1.856	- 427
Protéica	70,5	60,5	- 10,0

Fonte: CONDEPE, op. cit. (1979), p. 44.

[423] Apesar de essa classe gastar a maior parte de sua renda em alimentos, ainda sim, em termos comparativos aos segmentos com nível de renda mais alto, o consumo em termos de quantidade era menor. Ou seja, apesar de gastarem quase toda a sua renda, as famílias de baixa renda comiam bem menos que as famílias de renda mais alta. Em 1973, na capital pernambucana, o consumo *per capita* anual de carne nas famílias de até 1 salário mínimo era de 1,47 kg enquanto que nas famílias com renda de mais de 15 salários mínimos, esse consumo chegou a 34,51 kg. A charque e a galinha, apesar de serem os tipos de carnes de maior consumo do grupo "carnes e pescados" para as famílias de baixa renda, ainda é significativamente inferior ao consumo das famílias com renda de até 1 salário mínimo era de 3,72 kg, e nas famílias com renda de 15 salários mínimos e mais era de 15,71 kg, o que significou um consumo maior de 322,3%. CONDEPE, op. cit. (1979), p. 42-43.

Outro aspecto a ser mencionado são os **baixos rendimentos das famílias** brasileiras, especialmente, as da região Nordeste. Estudos realizados pela SUDENE demonstraram, por exemplo, que 42,9% das famílias nordestinas, isto é, 3,1 milhões de famílias, tinham um rendimento *per capita* que alcançava ¼ do salário mínimo, enquanto que 27,7%, isto é, 2 milhões, recebiam mais de ¼ a ½ do salário mínimo [424]. Isso significava que aproximadamente 70% das famílias nordestinas vivam com até ½ salário mínimo [425].

Além disso, os indicadores apontaram os **precários serviços de infra-estrutura** no país, especialmente, na região Nordeste. Segundo dados da SUDENE, em 1980, esta região apresentava condições precárias, por exemplo:

- em ¼ dos domicílios urbanos e 2/3 dos rurais no que se refere ao abastecimento de água;
- em 70% das residências nas áreas urbanas e a quase totalidade das áreas rurais no que se refere às instalações sanitárias;
- e em 25% dos domicílios urbanos e 90% dos situados na área rural no que diz respeito à iluminação elétrica [426].

Estes mesmos estudos apresentaram o **baixo consumo de bens duráveis** nos domicílios da região Nordeste. Isto é: apenas 25% das residências possuíam geladeira e televisão, o que basicamente se restringia ao maio urbano, tanto que somente 4% das habitações rurais dispunham desses bens; apenas 9% das residências urbanas e 5% do total possuíam telefone, o que dava uma média de um telefone para 1.000 pessoas; existia rádio em 62% dos domicílios; somente 10% deles contavam com automóvel [427].

Em relação à educação, nota-se uma **precária média de anos de estudo** da população com 10 anos e mais. Embora o acesso da população à educação básica constitua um direito de todos, assegurado por lei, na prática, estava longe de ocorrer. Como se pode perceber na análise do quadro acima, em 1980, na região Nordeste, a média total era de 2,6 anos, sendo 4,3 no meio urbano e 0,9 no rural. Quando estas médias passam a ser vistas a partir do rendimento familiar *per capita*, sobressaem nitidamente as desigualdades entre as famílias. É importante observar também que estas médias sofreram poucas variações nos estados, permanecendo, de um modo geral, em torno do que se observa em nível regional.

---

[424] É importante afirmar que as famílias com rendimento *per capita* mensal de até ¼ do salário mínimo viviam em situação de pobreza absoluta.

[425] CALSING, Elizeu Francisco et al. **Desigualdades sociais no Nordeste.** Brasília: SUDENE, 1985, p. 27.

[426] SUDENE. **Aspectos do quadro social do Nordeste**. 2. ed. Recife, 1985, p. 23.

[427] Ibid., p. 23.

Tabela IX – Média de anos de estudo da PEA, por rendimento familiar *per capita* e situação do domicílio, segundo a região Nordeste e Estados (1980)												
Região Nordeste e Estados	**Média de anos de estudo da PEA**											
	Total Geral			**Famílias com rendimento familiar *per capita***								
				Até ¼ SM			**Mais de ¼ a ½ SM**			**Mais de ½ SM**		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
NORDESTE	2,6	4,3	0,9	0,9	1,7	0,6	1,9	2,9	0,9	5,0	6,1	1,7
Maranhão	1,9	3,9	1,2	1,0	2,3	0,8	1,8	3,5	1,1	4,0	5,7	2,6
Piauí	2,1	4,2	0,7	0,9	1,9	0,6	2,2	3,5	0,9	5,5	6,4	1,5
Ceará	2,5	4,1	0,7	1,1	1,6	0,6	2,0	2,8	0,9	5,4	6,0	1,4
Rio G. do Norte	2,9	4,2	1,0	1,0	1,7	0,8	2,2	3,0	1,1	5,4	6,2	1,9
Paraíba	2,5	4,0	0,9	1,1	1,6	0,7	2,1	2,9	1,0	5,3	6,3	1,6
Pernambuco	3,2	4,6	1,0	0,8	1,8	0,6	2,1	3,0	1,0	5,8	6,4	2,4
Alagoas	2,2	3,9	0,7	0,9	1,5	0,5	1,6	2,6	0,6	4,9	6,2	1,5
Sergipe	2,7	4,4	0,8	0,9	1,6	0,6	1,8	2,8	0,8	5,2	6,1	1,5
Bahia	2,6	4,4	0,8	0,9	1,7	0,6	1,5	2,7	0,7	4,5	5,9	1,3

Fonte: Adaptado de: CALSING, op. cit. (1985), p. 26.

O presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio do Recife, Luís Generoso Filho, denunciou as poucas oportunidades de estudo para a classe trabalhadora, além de ressaltar que estudantes que trabalhavam no comércio da capital estavam impossibilitados de continuar seus estudos uma vez que o comércio abria cedo pela manhã e encerrava as suas atividades às 18h e 45m, "*[...] privando o comerciário de comparecer ao colégio*" [428]. Na Tabela a seguir, se verá que, em 1980, eram poucas as pessoas que conseguiam completar (com aprovação) a 4ª série do 1° grau (antigo primário): 17,5% no Nordeste. Do mesmo modo que um número mais reduzido ainda de pessoas de 15 anos e mais conseguia completar (com aprovação) o 1° grau completo (antigo ginasial): 6,1% destes nordestinos.

Tabela X – População de 11 anos e mais com 4ª série do 1° grau completa e de 15 e mais com 1° grau completo, segundo a região Nordeste e Estado (1980)		
Região Nordeste e Estados	**% da população de 11 anos e mais com 4ª série do 1° grau completa**	**% da população de 15 anos e mais com 1° grau de completo**
NORDESTE	17,5	6,1
Maranhão	14,6	5,8
Piauí	14,7	5,4
Ceará	16,2	5,8
Rio G. do Norte	19,9	6,6
Paraíba	17,9	5,7
Pernambuco	22,8	7,6
Alagoas	16,1	5,2
Sergipe	18,5	6,6
Bahia	16,0	5,9

Fonte: Adaptado de: CALSING, op. cit. (1985), p. 29.

[428] Comerciários reivindicam 60% no mês de julho. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 3, 3 mai. 1978.

Outro aspecto importante a ser acrescentado diz respeito às **péssimas condições de proteção do trabalhador**. Em 1976, 60% dos empregados brasileiros tinham sua carteira profissional assinada, o que lhes conferia direitos trabalhistas e previdenciários. No Nordeste, por exemplo, os índices eram os mais baixos do país, com um total de 43,5% para o ano de 1976 e 40,5% para 1979 [429].O Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco denunciou à imprensa, por exemplo, que 60% das indústrias metalúrgicas não depositavam o FGTS e o PIS, apropriando-se, indevidamente, das contribuições dos empregados para aplicação em outras atividades. Como enfatizou o presidente da entidade, Marcos Pereira: "*[...] se a irregularidade fosse de empregado, as providencias seriam imediatas*" [430].

Muitos outros dados sobre o quadro social da região Nordeste e do Estado de Pernambuco durante os anos 70 poderiam ser destacados, como, por exemplo, os alarmantes níveis de pobreza, com suas manifestações mais evidentes na fome, subemprego, mendicância, precárias condições de habitação, subnutrição, marginalização cultural e social, insegurança e violência, entre outros. Mas talvez os dados apresentados deem uma dimensão dos problemas vividos por amplas parcelas da sociedade brasileira, especialmente nordestina, durante este período no país.

Pelos dados apresentados chega-se a conclusão, portanto, que, apesar do "milagre" econômico vivido pelo país entre os anos de 1968-1973, grande parte dos trabalhadores brasileiros não colheu os frutos de tal crescimento. Laís Abramo destacou, por exemplo, que essa não-participação nos lucros das empresas gerou uma forte "sensação de injustiça" ante o trabalho. "*[...] os trabalhadores experimentavam uma sensação de injustiça que tinha na sua base a consciência da importância do valor por eles produzido para o crescimento das empresas*" [431]. Abramo destacou que esse "sentimento de injustiça" tinha, basicamente, dois fundamentos: por um lado, a percepção, por parte dos trabalhadores, de que existiam necessidades que não estavam sendo atendidas; e, por outro, a sensação de que eles não estavam recebendo aquilo que mereciam (o que lhes era devido) em troca do valor do seu trabalho [432].

Em vez de desfrutarem do *boom* econômico por eles produzido, os trabalhadores brasileiros estavam sentindo a perda salarial, o aumento da jornada e a intensificação dos ritmos de trabalho, as longas horas gastas no transporte e o aumento dos acidentes e doenças

[429] SUDENE, op. cit. (1985), p. 130-31.
[430] Empresas sonegam PIS, FGTS e INPS. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-5, 12 jan. 1983.
[431] ABRAMO, op. cit. (1999), p. 59.
[432] Ibid., p. 59-60.

profissionais. A autora frisou que, acompanhado a esse "sentimento de injustiça", veio também, a noção de "perda", ou seja, inúmeros trabalhadores não estavam deixando apenas de ganhar com o crescimento econômico do país – o que mereciam e o que lhes haviam sido prometido –, como estavam recebendo salários mais baixos, trabalhando mais, comendo pior, morando pior, acidentando-se mais.

Durante a época do "milagre", diversos trabalhadores brasileiros passaram a acreditar que o crescimento econômico do país poderia lhes render melhores condições de vida (especialmente no que se refere à questão salarial). No decorrer dos anos, entretanto, foi ficando cada vez mais claro para muitos deles que o governo, as empresas e as suas lideranças sindicais não resolveriam os seus problemas. Diante de tão nefasto quadro, na visão de muitos trabalhadores, era hora de se mexer, participar e criticar mais. Como argumentou um trabalhador: "*Nós não queremos pagar o pato por uma política econômica injusta, que colocou todo o peso do crescimento econômico sobre nós; nós queremos reajustar nosso salário*" [433]. A partir deste momento, portanto, várias atitudes foram tomadas por parcelas de trabalhadores no interior dos sindicatos e, especialmente, nos locais de trabalho [434]. A respeito do período, um operário da empresa metalúrgica Socic-PE lembrou:

> Foi um período de Campanha Salarial do Sindicato e o Sindicato dos Metalúrgicos, convidado pela própria Socic, foi lá representado pelo Fernandes (presidente) e o Zé Luis, que naquela época era o secretário. No auditório da fábrica eles fizeram uma explanação que não convenceu os trabalhadores. Depois dessa reunião, no dia seguinte, a gente se reuniu dentro da fábrica na hora do almoço e criamos uma comissão para ir ao Sindicato tirar mais esclarecimentos. [...] A gente voltou do Sindicato pensando em se organizar dentro da própria fábrica e formamos um grupo de companheiros que começou a se reunir na paróquia do Pina. Aí, já tinha eu, João Paulo, Alfinete, companheiro Peixe, Jurandir, o Ênio, o Lula. A gente via que era necessário articular companheiros de outras empresas. Aí começou a se pensar: Fulano de tal, de tal empresa assim, e a gente criou um esquema de todo final de semana visitar um companheiro metalúrgico. Assim a gente ia se organizando para chegar no Sindicato [435].

---

[433] Cf. depoimento anônimo citado por: VIANNA, op. cit. (1983), p. 127-128.

[434] Antônio Cruz traz em seu livro, por exemplo, o depoimento anônimo de um trabalhador que conta que em sua empresa a partir deste período (de maneira ainda clandestina) houve "*[...] a preocupação de preparar os companheiros para saberem calcular aumento de salário, demissão por justa causa etc. Isso fez com que algumas pessoas se tornassem referência dentro da fábrica e fossem procuradas pelos outros companheiros para dar explicações e informações de interesse pessoal. Havia um esquema de confiança que adquiria no plano profissional e de amizade. Então, a gente sabia quem era perigoso e quem não era. Muita gente sabia que havia o grupo, mas não dedava. O peão não dedava. A empresa só conseguiu nos descobrir quando o sindicato [pelego] dedou os nomes. A partir desse momento [a partir de 1978] é que começamos a ir prá rua*". CRUZ, Antônio. **A janela estilhaçada**: a crise do discurso do novo sindicalismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 50.

[435] Cf. Depoimento citado por: GT SINDICAL DO CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS JOSUÉ DE CASTRO, op. cit.

Ou seja, resumindo, a nosso ver, os dois aspectos que levaram a um grupo de trabalhadores a partilhar de uma posição mais "reivindicativa" e "combativa" a partir do ano de 1974 em diversas empresas e sindicatos no país estiveram ligados à "sensação de injustiça" e de "perda" sentidas no fim do "milagre" econômico e à conjuntura política do momento, que, em certa medida, deu entrada para o (res)surgimento de diversos movimentos sociais no país. Segundo uma publicação do "GT Sindical do Centro Josué de Castro" este período foi importante para a organização da luta dos trabalhadores, pois:

> [...] muito mais companheiros participavam das Assembléias e das reivindicações da categoria. Aumentou o número de filiados ao Sindicato e foi aí que se plantou a semente da oposição sindical metalúrgica. Germinava o novo sindicalismo em Pernambuco [436].

De acordo com Celso Frederico, a partir de meados de 1974, e de maneira cada vez mais crescente, uma significativa parcela dos trabalhadores foi formando "pequenas lutas de resistência" – na maioria das vezes individuais – no interior dos locais de trabalho [437]. Como, por exemplo, "*Jogar dominó durante o trabalho ou simplesmente diminuir a cadência, demorar-se um pouco mais no banheiro ou lá colar um recorte de jornal que pudesse interessar a seus companheiros [...]*" [438]. Segundo o autor, uma das formas mais comuns de luta, de resistência, destes trabalhadores foi a "sabotagem da produção". Dentre a qual, pode-se destacar:

- "dar o tranco na máquina": aumentar a rotação da máquina para quebrá-la com o uso forçado;
- "trombar a máquina": mudar a posição da máquina para provocar uma trombada quando da entrada de materiais, ou então, jogar um corpo estranho para forçar um crepe;

---

[436] GT SINDICAL DO CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS JOSUÉ DE CASTRO, op. cit.

[437] Em alguns locais e/ou em algumas regiões, as "lutas diminutas" realizadas no interior do local de trabalho se tornaram em uma das principais formas de resistência dos trabalhadores diante do patronato e/ou do próprio governo. Uma vez que em algumas regiões – como foi o caso, por exemplo, da zona urbana de Pernambuco –, as entidades sindicais pouco ou quase não se preocupavam com as condições de trabalho e de vida e as reivindicações da classe trabalhadora, o trabalho "clandestino e silencioso" desenvolvido por alguns trabalhadores no interior das empresas foram de suma importância para a deflagração das greves anos depois e para o surgimento de um sindicalismo diferenciado daquele que até então se conhecia. Essas "lutas diminutas" foram tão importantes para os trabalhadores durante os anos de regime civil-militar no país que levaram, de maneira entusiasta, a Adam Przeworski a argumentar o seguinte: "*Os locais de trabalho são, juntamente com os mercados populares [...], os únicos espaços onde as pessoas podem encontrar-se espontaneamente, sem vigilância da polícia*". PRZEWORSKI, Adam. Ama a incerteza e serás democrático. In: **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 9, p., jul. 1984, p. 42-43. No capítulo seguinte, veremos que, no caso específico de Pernambuco, esse trabalho "clandestino e silencioso" realizado no interior do local de trabalho juntamente com o trabalho nos desenvolvido nos "bastidores" dos sindicatos foi de suma importância para o surgimento do "Novo sindicalismo" nessa região no final da década de 1970.

[438] GARCIA, op. cit. (1982).

- "matar peças": fazer a peça com pequenos defeitos para torná-la imprestável;
- "fazer um gato": roubar peças para vender nas oficinas mecânicas particulares;
- "desgastar as ferramentas": principalmente as já precárias pelo uso que poderiam ser utilizadas;
- "desatenção": empilhar mal as peças para que elas caiam no chão "sem querer" e fiquem danificadas; não tomar cuidado com os instrumentos mais delicados, etc.;
- "fazer cera": enviar as peças solicitadas para os locais errados, parar o funcionamento da máquina por algum tempo alegando defeito inexistente; fazer o serviço mal feito para ter que fazer tudo de novo etc. [439].

Refletindo também a respeito dessas "pequenas" formas de resistência dos trabalhadores durante esse período, Iram Jácome Rodrigues destacou:

> Mesmo nos momentos mais difíceis – de completo isolamento político – de algum modo os trabalhadores, ainda que de forma isolada e, na maioria das vezes, esparsa, davam vazão ao seu descontentamento com relação as condições de vida e trabalho a que estavam submetidos nessa época. Isto é, o operariado em todos os anos de regime autoritário, realizou no seu dia a dia, lutas defensivas, elaborando assim sua resistência a partir desses pequenos embates: a luta pela melhoria de condições de trabalho, para conseguir a parada de 15 minutos para o café, contra o autoritarismo da chefia, por aumento salarial, contra o atraso no pagamento, pela diminuição no ritmo de trabalho etc. [440].

A partir do AI-5, as greves por categoria e a chegada de grupos políticos de esquerda às direções sindicais ficaram quase que impossíveis, dados os limites estabelecidos pela intensa repressão. Como destacou Luiz Momesso:

> Com a decretação do Ato Institucional nº 5, em dezembro de 68, tornou-se praticamente inviável desenvolver atividades políticas ou reivindicatórias. A violência da repressão superou a de qualquer outro período da história do Brasil, com métodos de repressão sofisticados e utilização da chamada tortura científica, que buscava provocar o máximo de sofrimento sem que a pessoa sucumbisse, evitando deixar marcas físicas duradouras, contando, com freqüência, com um médico que acompanhava a tortura, além de providenciar laudos inverídicos quando ocorressem mortes. A vigilância tornou-se intensa. Só era possível realizar pequenas reuniões, utilizando disfarces como almoço, festa, encontros, para os quais as pessoas iam aos pares, como se fossem casais ou namorados. As oposições sindicais tornaram-se quase que inviáveis e muitos trabalhadores militantes, quando não foram presos, tiveram que se deslocar para outras regiões ou sair do País [441].

---

[439] FREDERICO, Celso. **Consciência operária no Brasil**: estudo com um grupo de trabalhadores. São Paulo: Ática, 1978, p. 71-72.

[440] RODRIGUES, Iram Jácome. **Sindicalismo e política**: a trajetória da CUT. São Paulo: Scritta, 1997, p. 52.

[441] MOMESSO, Luiz Anastácio. Lutas e organização sindical em 68, apesar da ditadura. **CLIO** – Série Revista de Pesquisa Histórica, Recife, n. 26, p. 155-170, 2008, p. 168.

Entretanto, isto não dizer que os trabalhadores brasileiros foram indivíduos passivos. Os anos anteriores ao surgimento do "Novo sindicalismo" foram de "pequenas lutas" de resistência de parcelas de trabalhadores no interior da empresa. "*De forma muitas vezes clandestina, [diversos trabalhadores] organizaram-se nos locais de trabalho e protestaram, em movimentos por empresa, mantendo acesa, apesar de todos os limites, a possibilidade da ação sindical*" [442].

É certo que esses trabalhadores não tinham ainda um programa de lutas. O "trabalho miúdo" no interior da empresa envolvia, na maioria das vezes, contatos pessoais, troca de informações, estabelecimento de relações, de confiança coletiva etc. As "pequenas lutas" de resistência foram se estruturando e se fortalecendo a partir das reivindicações isoladas dentro do local de trabalho. Isto é, não se tratava ainda de propostas, reivindicações sistemáticas, mas de problemas vivenciados do dia a dia da empresa. Mesmo quando essas "pequenas lutas" se efetivavam numa perspectiva individual ou por um curto período, revestiam-se da maior importância, pois exprimiam o inconformismo com a situação vigente e atestavam que os trabalhadores não estavam "acomodados", como alguns chegaram a acreditar. Percebe-se então que, ao contrário de certas falácias teóricas e políticas, os trabalhadores não foram apenas objeto da vontade dos grupos dominantes, mas também atores dotados de percepção própria de sua situação e de seus interesses.

As palavras a seguir de Maria Helena M. Alves ilustram a importância que o "trabalho miúdo", o "trabalho de formiga", ocorrido no cotidiano da produção, entre os anos de 1974 a 1977, teve para o (res)surgimento do movimento grevista no final da década de 1970:

> O "novo movimento sindical", que começou a caracterizar-se como importante força política em 1977, **é o resultado de anos de luta** para readquirir o controle dos sindicatos sob intervenção, organizar outros, ativar os sindicatos "fantasmas" e fortalecer a organização de base em fábricas, fazendas e outros locais de trabalho. Em 1977, o "novo movimento sindical" já acumulara suficiente força e consciência política para exercer efetivo impacto sobre o Estado, começando a pressionar por transformações estruturais [443].

* * *

A seguinte frase de Alfredo Bosi situa de forma muito precisa a preocupação que orientou todo este capitulo: "*Datas são pontas de icebergs*" [444]. Para ele, as datas são pontas de icebergs, pois o seu real significado está submerso. Por isso, elas escondem mais do que

[442] MATTOS, op. cit. (2009), p. 102.

[443] ALVES, M., op. cit. (2005), p. 291, grifo nosso.

[444] BOSI, op. cit. (1992), p. 19.

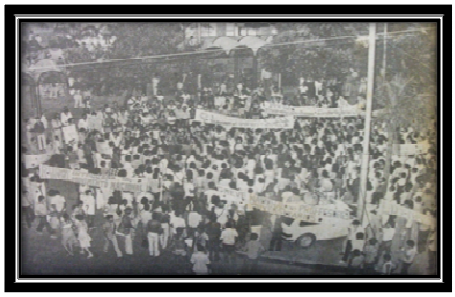
revelam, representam apenas um número-índice, o elo mais ostensivo de uma cadeia dotada de sentido. Elas são como os símbolos, dão o que pensar. São apenas marcos, alto-relevos no bronze dos tempos, "*[...] pedras miliares de um caminho árduo onde até as pedras testemunham*" [445].

Seguindo a linha de raciocínio de Bosi, podemos considerar o ano de 1979 – ano que se iniciou a retomada da atividade grevista em Pernambuco e assim tomou pública a existência do "Novo sindicalismo" nessa região – como a "ponta de um iceberg" para a história do sindicalismo urbano de Pernambuco. Ano que marcou uma mudança na terminologia do sindicalismo pernambucano, isto é, marcou a passagem do "velho" para o "novo" sindicalismo; abriu um "ciclo de greves" sem precedentes no país; deflagrou uma série de reivindicações sociais, políticas e econômicas dos trabalhadores pernambucanos; e trouxe de volta estes indivíduos ao centro da vida política do país. Estes não queriam participar da vida política apenas como meros espectadores, mas sim como agentes atuantes, decisivos e transformadores, ou seja, como atores históricos imbuídos da vontade de imprimir a sua marca à luta pela democracia que se desenhava no país. O poder da imaginação tinha sido liberado em muitos deles. 1979 foi um ano de muitas audácias, de muitos protestos. De vitórias e derrotas. Erros e vacilações. Enganos e acertos. Sortes e azares. Por tudo isso, 1979 deve ser considerado como um ano disfarçado, uma "ponta de iceberg", um ano que ocultou diversos aspectos que estavam submersos, escondeu muitas histórias por detrás.

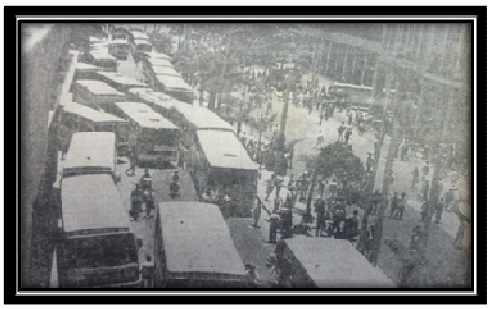
[445] BOSI, op. cit. (1992), p. 21.



(Figura VI – Repressão policial ao piquete feito pelos motoristas e cobradores de ônibus, por ocasião da greve da categoria, em 1979. Fonte: **Jornal do Commercio**, 1 jun. 1979).



(Figura VII – Ato público dos professores da UFPE e UFRPE, por ocasião da greve da categoria, em 1980. Fonte: **Diário de Pernambuco**, 29 nov. 1980).



(Figura VIII – Protesto dos motoristas e cobradores de ônibus, no centro do Recife, por ocasião da greve da categoria, em 1981. Fonte: **Jornal do Commercio**, 2 out. 1981).



(Figura IX – Ato público dos médicos-residentes, por ocasião da greve da categoria, em 1982. Fonte: **Diário de Pernambuco**, 10 jul. 1982).



(Figura X – Ato público realizado no centro do Recife, por ocasião do "Dia Nacional de Protesto", em 1983. Fonte: **Diário de Pernambuco**, 22 jul. 1983).



(Figura XI – Passeata dos professores da rede particular, no centro do Recife, por ocasião da greve da categoria, em 1984. Fonte: **Diário de Pernambuco**, 6 jun. 1984).

Capítulo **5**

UMA DAS HISTÓRIAS ESQUECIDAS: DITADURA CIVIL-MILITAR E "NOVO SINDICALISMO" URBANO EM PERNAMBUCO (1979-1984)

O melhor o tempo esconde
Longe muito longe
Mas bem dentro aqui
(*Trilhos urbanos*, Caetano Veloso, 1979)

A lista de livros que trata direta ou indiretamente da temática do "Novo sindicalismo" é imensa no Brasil. As áreas, o enfoque, os autores e as posições políticas e ideológicas são as mais variadas possíveis. Entretanto, apesar de fazer parte do vocabulário de grande parte dos cientistas sociais, é preciso certo cuidado com a utilização dessa noção, uma vez que as suas definições são imprecisas, ambíguas e ainda comportam diversas dúvidas.

Dentre as principais questões a serem levantadas acerca da temática estão: qual o real significado do termo "Novo sindicalismo"? Qual é precisamente o seu conceito, suas características? Onde começa e quando termina? É uma experiência geral ou particular? É uma categoria analítica, um fenômeno histórico? Devemos chamar de "Novo sindicalismo" o período compreendido entre os anos de 1978 e 1984 ou o termo se refere à forma de atuação, combativa, insubmissa e reivindicativa, de alguns sindicatos durante esse período?

Apenas dois autores se dispuseram, em certa medida, a definir diretamente a expressão [446]. O primeiro foi Wilma Mangabeira, segundo a qual o "Novo sindicalismo" "*[...] deve ser definido por* ***oposição ao sindicalismo populista e burocrático***" [447]. E o segundo foi Lorenzo Zanetti. Para ele, o "Novo sindicalismo" "*[...] é como se convencionou chamar o* ***período histórico do movimento sindical*** *iniciado pela luta por reposição salarial (1977) [...]*" [448].

[446] Apesar de sua ampla utilização, com exceção de Wilma Mangabeira e Lorenzo Zanetti, a expressão "Novo sindicalismo" é citada, mas não é precisamente definida.

[447] MANGABEIRA, op. cit. (1993), p. 14, grifo nosso.

[448] ZANETTI, Lorenzo. **O "novo" no sindicalismo brasileiro**: características, impasses e desafios. Rio de Janeiro: FASE, 1995, p. 15, grifo nosso.

À primeira vista, essas duas definições parecem se referir à mesma coisa. No entanto, através de uma leitura mais atenta, percebe-se que os autores definem o "Novo sindicalismo" sob perspectivas diferentes. No primeiro caso, o "Novo sindicalismo" é definido sob a ótica de uma *prática sindical* diferenciada. Já na segunda visão, o conceito é definido a partir do *aspecto temporal*. Dos dois lados, nota-se a imprecisão do vocábulo e a multiplicidade heterogênea de fenômenos que ele abarca. O primeiro problema que a expressão apresenta é o seguinte: o "Novo sindicalismo" se refere à *forma de atuação* dos sindicatos ou a um *período histórico* definido?

Analisando a definição de Wilma Mangabeira, percebe-se que a autora definiu o "Novo sindicalismo" tomando como base a *forma de atuação* dos sindicatos num determinado período histórico. Para ela, o que singularizou o "Novo sindicalismo" foi a "*oposição ao sindicalismo populista e burocrático*" do passado. A autora distingue o "Novo sindicalismo" de outras fases do sindicalismo, partindo da atuação diferenciada de alguns sindicatos, entre os anos de 1978 e 1984, que passaram a se opor ao sindicalismo – sem bases, de cúpula, de gabinete, distante da classe trabalhadora etc. – do período anterior e a atuar sob uma perspectiva mais combativa e reivindicativa em relação ao Estado e/ou aos patrões.

Apesar de a definição lançada por Wilma Mangabeira parecer-nos a que melhor caracteriza o que é o "Novo sindicalismo", ela ainda apresenta, a nosso ver, algumas imprecisões. Uma delas, por exemplo, é a incompletude do termo. Será que o "Novo sindicalismo" deve ser definido apenas como uma "*oposição ao sindicalismo populista e burocrático*"? E os outros aspectos que também fizeram parte do período, como, por exemplo, a luta incisiva e intensificada pelo fim do "modelo de sindicalismo ditatorial" implantado pelo regime civil-militar: controle policial dos sindicatos, monopólio do peleguismo sobre o aparelho sindical, determinação dos reajustes salariais exclusivamente através de decretos governamentais etc.?

Lorenzo Zanetti, por sua vez, preferiu definir a expressão tomando como base o aspecto temporal, o marco cronológico, os anos entre 1977-1984. Neste caso, a imprecisão do conceito se dá pela generalização. O autor chama de "Novo sindicalismo" a uma nova fase na história do movimento sindical que se iniciou no país a partir do ano de 1977. No entanto, será que todo o período a partir de 1977 poderia ser chamado de "Novo sindicalismo"?

Um dos perigos desta última definição é englobar toda a atividade sindical – ocorrida no país, entre 1977 e 1984 – dentro do conceito de "Novo sindicalismo" e não levar em conta os inúmeros sindicatos que ainda permaneceram sob as diretorias "burocráticas", "legalistas", "assistencialistas" e dominantemente "pelegas". O depoimento de dois líderes sindicais à

revista *VEJA* revela, por exemplo, a dificuldade existente na definição "temporal" dada por Zanetti. Questionados a respeito de seus posicionamentos político-ideológicos e sobre o que achavam da conjuntura política do período, os dois líderes comentaram o seguinte:

> Acabou a briga entre o patrão e o operário. [...] **O governo faz tudo para nos ajudar**, dá tudo o que pedimos. Não falo de política, o trabalhador não está preocupado com isso (Otávio Ferreira, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem do Recife)
>
> Constituinte? Não sei do que se trata, mas **em estou com o governo** relação a isso. [...] Mas qual é a posição do governo sobre a Constituinte? Eu não tenho tempo de ler os jornais (Luís Generoso Filho, presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio do Recife) [449].

Apesar de as duas lideranças estarem dentro do contexto do "Novo sindicalismo", segundo a definição *temporal* de Zanetti, não se percebe nenhuma característica desse tipo de sindicalismo nos relatos acima. Ao contrário, percebe-se é o apego, para não dizer o total atrelamento, da entidade sindical ao Estado. Assim, está mais do que evidente o equívoco em empregar o termo "Novo sindicalismo" tomando como base, simplesmente, o marco cronológico. O aspecto temporal, isoladamente, não define o que é ou não o "Novo sindicalismo", mas a forma de atuação dos sindicatos.

A leitura de diversos livros sobre a história do movimento sindical no Brasil permitiu-nos constatar que há uma tendência recorrente dos autores de estenderem ao restante do "Brasil" alguns eventos e/ou conceitos que, na maioria das vezes, correspondeu apenas a uma parte do país [450]. No caso, por exemplo, da expressão "Novo sindicalismo" a quase totalidade dos cientistas sociais utiliza-a referindo-se a uma fase do sindicalismo brasileiro ocorrida, entre 1978-1990, em todo o país. Mas será que em todas as regiões do país houve um "Novo sindicalismo"? [451] Mesmo que tenha atingido determinada região, será que todos os sindicatos da localidade "experimentaram" o "Novo sindicalismo"?

---

[449] A questão operária. **VEJA**, São Paulo, n. 471, p. 24-25, 14 set. 1977, grifo nosso.

[450] No caso específico do "Novo sindicalismo", percebemos a tendência dos analistas sociais em utilizar esse termo, no entanto, sempre tendo em vista a atuação do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo. Este, como já foi destacado, desde o ano de 1978, despontou à cena política do país e passou a adotar uma postura "reivindicativa" e "combativa" em relação aos patrões e/ou ao Estado, assumindo, dessa maneira, a luta e os interesses de sua categoria. O ABC paulista se tornou assim em um "centro definidor de sentido" para a história do sindicalismo brasileiro.

[451] O "Novo sindicalismo" aqui entendido, como já foi ressaltado na introdução, como uma forma de atuação sindical, "reivindicativa" e "combativa" em relação aos patrões e/ou ao Estado, ligada aos interesses e à luta dos trabalhadores, e que, portanto, se opõe às diretorias "pelegas", "assistencialistas" e "burocráticas" do "Velho sindicalismo".

Como já ressaltamos na introdução deste trabalho, o caso, por exemplo, do Estado de Pernambuco demonstra o cuidado que se deve ter com a aplicação do termo [452]. O "Novo sindicalismo" – que teve início, em 1978, no epicentro do ABC paulista – irradiou-se de forma desigual pelo território brasileiro e ganhou formas e características particulares de acordo com a estrutura da economia e com o estágio de organização dos trabalhadores em cada região do país. Em Pernambuco, como se sabe, a densidade da mão-de-obra empregada e o peso na economia nacional é muito menor que na região do ABC paulista. Assim, o "Novo sindicalismo" desta região se deu de maneira e sob condições históricas bem diversas de outras regiões do país. Em Pernambuco, ele ocorreu de maneira muito singular/peculiar.

Isto é, em Pernambuco, o "Novo sindicalismo" não surgiu no ano de 1978, não despontou à cena pública a partir dos setores de ponta da indústria local, não seguiu as mesmas negociações, os mesmo fluxos e refluxos do movimento ocorrido na região do ABC paulista, tampouco foi iniciado e/ou apoiado pelos dirigentes sindicais. Até 1981, todas as greves deflagradas nesse estado se deram *à revelia* da direção dos sindicatos. Em geral, as posições dos sindicatos se dividiam entre a condenação aberta da greve, inclusive colaborando com a repressão aos grevistas, e o desconhecimento completo do movimento. A este respeito Sandoval Salvador destacou: "***As novas greves que surgiram em outras partes do Centro-Sul foram muitas vezes convocadas pelas bases, à medida que os trabalhadores começavam a se revoltar contra a complacência de sua própria liderança sindical***" [453].

Uma das grandes diferenças do "Novo sindicalismo" urbano de Pernambuco de outras regiões do país diz respeito à incorporação dos segmentos das classes trabalhadoras às atividades grevistas. Como destacou Maria H. Tavares de Almeida, na região sul do país, as paralisações ocorridas no final da década de 1970 foram iniciadas e lideradas pelo setor industrial (mais especificamente pela indústria automobilística e mecânica do ABC paulista), tendo, na década seguinte, um decréscimo desse setor e o ascenso de outras categorias

[452] Como se verá ao longo do capítulo, até o ano de 1981, todos os sindicatos urbanos de Pernambuco eram liderados por "pelegos". A "campanha pela reposição salarial dos 34,1%", em 1977, é um caso exemplar dessa questão. Enquanto que, durante esse ano, diversos sindicatos brasileiros – especialmente, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo – iniciaram uma forte denúncia sobre os índices oficiais de inflação, nenhuma entidade sindical de Pernambuco se posicionou em favor da "campanha dos 34,1%". As palavras do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco, Antônio Fernandes de Souza, durante esse período, por exemplo, foram as seguintes: "*[...] este é um assunto muito melindroso e nós preferimos aguardar os acontecimentos. Nós achamos também que este é um problema de justiça e por isso* ***vamos ficar neutros, sem qualquer pronunciamento ou manifesto***". Metalúrgicos decidem não tomar posição em relação ao movimento. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 9, 13 set. 1977, grifo nosso. Em meio aos acontecimentos do período, 210 líderes sindicais pernambucanos realizaram uma reunião com o presidente Ernesto Geisel, no Palácio do Planalto, a fim de demonstrar e assegurar a total "fidelidade" e "obediência" ao regime. Geisel recebe Moura e 210 sindicalistas de Pernambuco. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-3, 4 out. 1977.

[453] SANDOVAL, op. cit. (1994), p. 141, grifo nosso.

profissionais (em sua maioria, trabalhadores de "classe média", particularmente médicos e professores do serviço público) [454].

Dentro dessa questão, o "Novo sindicalismo" urbano de Pernambuco é um caso particular. As atividades grevistas desta região não foram impulsionadas inicialmente pelos trabalhadores industriais, mas, de um modo geral, pelos trabalhadores de "classe média", empregados na área social da administração, especialmente na rede de ensino e no setor de saúde. Se, como se vê, o "Novo sindicalismo" ocorreu de maneira muito singular no Estado de Pernambuco, fica mais do que evidente o equívoco de analisar essa movimentação sindical a partir de uma perspectiva universalizante. Como argumentou um líder sindical pernambucano: "***São Bernardo não é o Brasil***" [455], e bem enfatizou Luiz W. Vianna: "***Não adianta ficar pensando que São Paulo é Brasil*** *e que o ABC é São Paulo. Nenhuma das duas proposições absolutamente falaciosas vão dar conta da movimentação operária e sindical a nível nacional*" [456]. As análises homogeneizadoras, ao englobarem históricos muito distintos e defini-los a partir de um mesmo conceito, perdem de vista as particularidades do movimento, as especificidades conjunturais, o que acaba, portanto, por impossibilitar a recuperação do evento em sua plena historicidade.

É importante lembrar que, em Pernambuco, o "Novo sindicalismo" teve uma curta – porém, rica – história de onze anos, de 1979 a 1990. No entanto, por motivos de tempo e espaço, neste trabalho analisamos apenas a atuação do "Novo sindicalismo" durante os anos em que vigoraram o regime civil-militar. Isto é, nos dedicaremos apenas à análise do "Novo sindicalismo" durante o período de 1979 a 1984.

5.1. 1979: trabalhadores em movimento

5.1.1. O "Novo sindicalismo" fura o asfalto

Na sexta-feira do dia 12 de maio de 1978, às 7 horas da manhã, diversos operários da fábrica Saab-Scania, em São Bernardo do Campo, entraram na empresa, bateram o cartão de ponto, vestiram seus macacões – como todos os dias faziam –, se dirigiram ao local de produção, mas não ligaram as máquinas. Ficaram de braços cruzados, no pé da máquina, em

---

[454] ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Novas demandas, novos direitos: experiências do sindicalismo paulista na última década. **Dados**: revista de ciências sociais, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, p.264-290, 1983, p. 267.

[455] SOARES, op. cit. (1984), p. 104, grifo nosso.

[456] VIANNA, op. cit. (1983), p. 131, grifo nosso.

silêncio, sem nada fazer [457]. Foi dessa maneira que esses trabalhadores davam início à primeira greve, desde o AI-5 em 1968 [458], e ao chamado "Novo sindicalismo".

> A partir dessa greve é que muitos trabalhadores, principalmente ativista que com ela surgiram, passam a valorizar mais o Sindicato, e dele participar, pois, percebem constituir-se o órgão excelente campo e instrumento de atuação [459].

Durante o ano de 1978, foram deflagradas 136 greves no país, envolvendo um total de 539.037 trabalhadores [460]. Mesmo que estas greves tenham se concentrado, de uma maneira geral, na região do Estado de São Paulo (87,5%), no setor privado (91,5%) e metalúrgico (53,4%) [461], elas foram extremamente importantes para a luta dos trabalhadores e para a

---

[457] Como lembrou Gilson Menezes – na época, operário da Saab-Scania e delegado de base do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo: "*O pessoal do noturno estava saindo, quando o turno do dia entrou e não ligou as máquinas. Ninguém começou a trabalhar. Não se ouvia o menor barulho na fábrica. [...] Todo mundo marcou o cartão, mas ninguém trabalhou [...]. Às oito horas chegou o gerente geral. Pelo que eu fiquei sabendo, ele olhou, viu que tinha luz, que os cartões estavam marcados, mas que ninguém estava trabalhando. Achou estranho, mas não pensou que era uma paralisação. Não entendeu nada, como também jamais poderia imaginar que ocorreria uma greve. Foi uma surpresa!*". MATTOS, op. cit. (2009), p. 61.

[458] Após as greves de Osasco (SP) e Contagem (MG) em 1968, os trabalhadores passaram dez anos sem deflagrar nenhuma greve no país. Isto não quer dizer, entretanto, que o período de 1968-1978 tenha sido de letargia entre os trabalhadores brasileiros. Alguns exemplos demonstram indícios de paralisações em algumas empresas nesta época. Conforme relatou Heloisa de Souza Martins, em 1969, o DOPS foi convocado durante uma paralisação na Mercedes Benz no ABC paulista; e, em 1974, a polícia prendeu, de uma só vez, 200 trabalhadores da fábrica Volkswagen, situada na mesma região. SOUZA MARTINS, op. cit. (1979), p. 132. A notícia destas paralisações não obteve uma ampla repercussão, dado o bloqueio imposto à imprensa naquela ocasião.

[459] RAINHO; BARGAS, op. cit. (1983), p. 98.

[460] É importante destacar que os sindicatos (inclusive, o de São Bernardo do Campo – na época um dos mais atuantes no país) não deflagraram as greves no ano de 1978. Estas ocorreram a partir da decisão dos trabalhadores. Como Lula enfatizou: "***Eu continuo dizendo que a greve foi espontânea***. *Num determinado momento da história trabalhista, a classe trabalhadora resolveu parar*". NAPPT/SP, op. cit. (1981), p. 118, grifo nosso. As palavras de Eder Sader talvez elucidem o fato de os sindicatos não terem iniciado as greves no ano de 1978: "*Suas lideranças estavam convencidas da necessidade das greves e sabiam que o destino do movimento sindical na região dependia do resultado das ações em curso. Mas sabia que um 'passo em falso' (ou seja: alguma definição expressa de apoio a um movimento ilegal) poderia significar uma intervenção ministerial num momento em que sua organização nas bases não era suficiente para assegurar sua continuidade. Suas incertezas não se referiam apenas à reação governamental: a liderança sindical não sabia tampouco quais eram as disposições reais da categoria nem qual seria sua atitude ante o sindicato. A preocupação em desvincular as greves de qualquer 'esquema ideológico' ou radicalismo visava evitar uma repressão militar. Nesse sentido percebe-se também um compromisso de respeito à ordem vigente. Por outro lado, o sindicato legitima o movimento; por outro, estabelece o objetivo: as negociações*". SADER, op. cit. (1988), p. 301. Entretanto, é importante dizer que, embora as entidades sindicais não tenham iniciado as greves nesse ano, elas rapidamente assumiram o comando do movimento. Como destacaram Luís Rainho e Osvaldo Bargas: "*As greves de maio de 1978 foram uma "luta operária" e não uma "luta sindical". O Sindicato não organizou nem liderou essa greve, como viria ocorrer com as seguintes. Contribuiu criando o "clima" necessário [...]. No entanto, a decisão de entrar em greve, e quando, foi dos próprios trabalhadores, cientes de que, pela tradição de lutas anteriores, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo lhes daria apoio e cobertura, conforme de fato, ocorreu*". RAINHO; BARGAS, op. cit. (1983), p. 75.

[461] Os dados sobre os números das greves de 1978 foram obtidos majoritariamente de: ALVES, M., op. cit. (2005), p. 403-405; SANDOVAL, op. cit. (1994), p. 128-156; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Tendências recentes da negociação coletiva no Brasil. **Dados**: revista de ciências sociais, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p.161-189, 1981; Efeitos da negociação. **VEJA**, São Paulo, n. 524, p. 89, 20 set. 1978; NORONHA, Eduardo.

redemocratização do país, uma vez que o seu desencadeamento representou a quebra do silêncio de uma década marcada pela falta de liberdade, exploração, arrocho salarial, rotatividade no emprego, intervenção governamental nos sindicatos, despotismo e arbitrariedade patronal no interior das empresas etc. [462]. Como destacou Laís Abramo: "*A greve foi uma experiência de reparação de uma ferida profunda. A greve representou a possibilidade, para os trabalhadores, de 'sentir-se novamente gente'*" [463]. Além disso, como pode ser visto nas palavras a seguir de Lula, as greves de 78 deram início a uma nova fase na história do sindicalismo brasileiro:

> [...] fazendo o sindicato forte nesses termos, cremos tê-lo apto a desempenhar sua tarefa na busca desse novo sindicalismo, que não haverá de se fazer apenas no papel, mas na prática, no dia a dia de briga com o patrão, no destemor de respondermos à altura a cada injustiça patronal ou do governo [464].

Em outra ocasião, Lula ressaltou o fato de os trabalhadores estarem construindo uma "nova" maneira de atuar, isto é, estarem construindo uma "nova" prática sindical:

> [...] na verdade, existe uma nova prática sindical em São Bernardo do Campo, [...] que é uma prática sindical de fazer greve num momento em que a classe trabalhadora está preparada para fazer greve. É uma prática sindical de oposição ao regime. É uma prática sindical de oposição ao modelo econômico, de oposição à estrutura sindical, de oposição aos pelegos [...] [465].

Para Ricardo Antunes, o ano de 1978 é o ponto-chave para o surgimento de um "novo sindicalismo". Em suas palavras: "*Se houve algum avanço decisivo de 64 para cá na luta da classe trabalhadora, na luta pela efetiva democratização da sociedade brasileira, essa luta foi desencadeada a partir de 1978*" [466]. Pelos depoimentos mencionados acima, fica claro a preocupação desses sindicalistas em afirmarem que estavam construindo uma "nova" prática sindical, uma "nova" maneira de ser sindicato.

Como já foi destacado, o "Novo sindicalismo" procurou ser uma experiência sindical diferente daquela que vinha sendo colocada em prática desde a década de 1930 – tanto a

---

A explosão das greves na década de 80. In: BOITO JUNIOR, Armando. (org.). **O Sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991b, p. 95-135.

[462] Uma descrição detalhada a respeito das greves ocorridas em 1978 pode ser vista, principalmente, em: RAINHO; BARGAS, op. cit. (1983); MARONI, op. cit. (1982); IANNI, Octavio. **O ABC da classe operária**. São Paulo: Hucitec, 1980; ABRAMO, op. cit. (1999); HUMPHREY, op. cit. (1982); ANTUNES, Ricardo. **A rebeldia do trabalho**: o confronto operário no abc paulista: as greves de 1978/1980. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988; SADER, op. cit. (1988).

[463] ABRAMO, op. cit. (1999), p. 269.

[464] Cf. Depoimento de Lula, citado por: PARANHOS, op. cit. (2011), p. 134.

[465] **30 anos depois, Lula relembra a 1ª CONCLAT**. Direção de Adrian Cooper. São Paulo: CUT; Tatu Filmes, 2011. DVD (42 min.): NTSC, son., color.

[466] ANTUNES, Ricardo. **Crise e poder**. 4. ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1986, p. 80.

atuação dos sindicatos no período varguista (1930-1945) e o interregno democrático (1945-1964) quanto no período da ditadura (1964-1978). Para criar a sua imagem e identidade, o "Novo sindicalismo" se utilizou do passado, tendo o "Velho sindicalismo" como contraponto, como objeto de refutação – algo, portanto, que não deveria ser seguido ou repetido. O "Novo sindicalismo" procurou não apenas negar o "Velho sindicalismo", mas rompê-lo totalmente.

Para os que fizeram parte do "Novo sindicalismo", o "Velho sindicalismo" teria sido uma experiência sindical "pelega", sem bases, de cúpula, de gabinete, "assistencialista", distante da classe trabalhadora, pouco combativa, "clientelista", apegada ao Estado (especialmente no que se refere à estrutura sindical oficial) e orientada por interesses políticos individuais. O "Novo sindicalismo" propunha, portanto, *romper totalmente* com essas posturas e lançar uma trajetória alternativa, ou seja, uma "nova" forma de ser sindicato [467].

Uma vez em que o passado é uma construção, ou nas palavras de Paul Valéry, "*[...] uma das maiores invenções da humanidade*" [468], percebe-se nitidamente com o "Novo sindicalismo" a busca à negação das experiências passadas, a busca à **ruptura total** com o passado, como se a história se subdividisse em dois períodos estanques – de um lado, um presente a ser valorizado, algo assumido como uma "temporalidade nova"; e de outro, um passado a ser negado, temporalmente antigo e "anterior à modernidade" –, sem relações entre si a não ser numa relação de desqualificação.

Neste sentido, entendemos o "Novo sindicalismo" então como uma construção na medida em que ele se constitui em um conjunto de práticas sindicais que dialoga com as práticas anteriores, que lhes constrói a crítica, e partir disso se propõe superar as "limitações e os erros" das práticas sindicais que vieram antes. Para isso, no entanto, os "novos sindicalistas" necessitaram se legitimar, dar significado à experiência passada, construindo uma interpretação histórica (e por conseguinte ideológica); o que se fez, além de outras questões, também no campo do "discurso". Daí os inúmeros discursos mais radicais desses "novos sindicalistas" que tiveram, na maioria das vezes, mais o caráter de bandeira de agitação e de propaganda que um plano de lutas a ser efetivamente levado à prática.

> No caso da CUT, a afirmação de um sindicalismo classista, de luta, pela base, revolucionário, socialista, etc., **reflete mais uma vontade, uma retórica** que encontra ressonância no *ethos* da entidade. Embora, em muitas

[467] Marco Aurélio Santana considerou ambíguo o discurso do "Novo sindicalismo", pois, ao procurar *romper totalmente* com os períodos anteriores – na maioria das vezes, em um verdadeiro processo de desqualificação –, acabou estabelecendo uma verdadeira "confusão" entre aquilo que *é* e aquilo que se *pretende que seja*. Ou seja, para o autor, embora o "Novo sindicalismo" tenha pretendido *romper totalmente* com o passado, na prática, tal fato, acabou adquirindo mais um caráter propagandístico do que real. SANTANA, op. cit. (1999), p. 105.

[468] VALÉRY, Paul apud NOVAES, op. cit. (1992), p. 9.

> ocasiões, a CUT tenha conseguido pôr em prática táticas mais agressivas visando ampliar o conflito de classes e colocar a greve antes da negociação, as propostas mais radicais chocam-se com a realidade [...] [469].

Se, durante os anos finais da década de 1970 e início de 1980, diversos líderes sindicais argumentavam que o advento do "Novo sindicalismo" estava marcando uma *ruptura total* em relação ao "Velho sindicalismo", cabe aqui dizer que essa mesma ideia também era compartilhada abertamente por diversos pesquisadores no país [470].

> O novo sindicalismo, enquanto idéia e proposta, é construído e reconstruído coletivamente por vários atores sociais e a partir de diferentes lugares. Assim, sindicalistas, trabalhadores(as), pesquisadores, governo, empresários e os meios de comunicação de massa participam, cada um a seu modo, desse processo de formação das classes trabalhadoras e da história do movimento operário e sindical brasileiro [471].

Francisco Weffort e Walter Barelli, por exemplo, se constituíram em dois grandes exemplos de autores que compartilharam abertamente da ideia de que o surgimento do "Novo sindicalismo", em fins dos anos 70 e início de 80, implicou num "**rompimento** com o modelo sindical fascista" implantado por Getúlio Vargas [472]. Esses autores foram bastantes críticos na apreciação do papel dos "velhos sindicalistas". Contudo, não demonstraram o mesmo rigor na avaliação do papel do "Novo sindicalismo" frente à estrutura sindical oficial.

> A leitura do passado apresentada pelo autor não estava desarticulada de suas práticas e projetos no presente. Ao longo da década de 70, Weffort foi ativo participante dos debates travados no campo político sobre a formação de um partido de natureza popular e socialista no Brasil, o que resultou em sua associação ao grupo que se engajou na construção do PT. A produção acadêmica de Weffort acerca do período anterior a 1964, segundo sua própria intenção, mantém claras relações com a sua inserção e orientação no campo político [473].

No geral, o que se pode perceber é que estes autores estavam envolvidos direta ou indiretamente nos embates e nas lutas ocorridas no período. Eles pretendiam fazer uma

---

[469] RODRIGUES, L., op. cit. (1990b), p. 14, grifo nosso.

[470] É importante enfatizar que essa era uma ideia compartilhada não apenas por intelectuais, mas também por diversos políticos. Como foi o caso, por exemplo, do senador Marcos Freire (MDB-PE): "*[...] surge um novo sindicalismo no país. Sindicalismo que não está disposto a ficar atrelado nem aos patrões nem aos ministérios do poder central*". Marcos Freire prevê morte do peleguismo. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-9, 1 mai. 1980.

[471] BLASS, Leila Maria da Silva. Novo sindicalismo: persistência e descontinuidade. In: RODRIGUES, Iram Jácome (Org.). **O novo sindicalismo**: vinte anos depois. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, p. 34.

[472] Ver: WEFFORT, op. cit. (1973); Id. Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período, 1945-1964. **Revista de Cultura Contemporânea**, São Paulo, Cedec, n. 1, jul. 1978; BARELLI, op. cit. (1990), p. 7.

[473] SANTANA, op. cit. (1999), p. 106.

política engajada [474], ou seja, procurar, através de suas produções acadêmicas, marcar as diferenças do "Novo sindicalismo" em relação à trajetória histórica do movimento dos trabalhadores e apregoar o fato de o "Novo sindicalismo" estar construindo uma trajetória sindical-política alternativa aos períodos anteriores. Esta concepção pode ser vista claramente nas palavras de Vito Giannotti e Sebastião Neto: "*Um novo sindicalismo foi se gestando nas oposições sindicais e em alguns sindicatos durante os anos de ferro do Regime Militar. Era bem* ***diferente do sindicalismo populista, atrelado ao Estado e dependente dos partidos políticos anteriores a 64***" [475].

Os comentários a seguir talvez elucidem a importância que a deflagração do movimento grevista teve, segundo a ótica de muitos intelectuais daquele período, para o contexto político que o país atravessava:

> Há tempos não se ouvia falar de greve. Para muitos, para os muitos ricos e conservadores e para os pobres de espírito, isso era um sinal de ordem. Para a maioria dos brasileiros, já cansados de tanta arbitrariedade e soluções de fôlego curto, era apenas sinal de que as amarras do autoritarismo, embora mais estridentes no Parlamento castrado, na imprensa censurada, nas prisões inchadas, estavam bem assentadas nas fábricas, no mundo de trabalho. De repente, com vigor, mas sem alarido, com firmeza e sem provocação, espocaram greves no ABC. Seriam "selvagens"? Seriam espontâneas? Estariam os sindicatos por trás ou seriam frutos da ação de algum partido encapuzado? Foram as primeiras indagações propostas. Não foi nada disso e foi tudo isso: é a democratização em marcha, em dura marcha batida, a partir dos pés do povo, de cada um de nós, de todos os que não são direitistas empedernidos ou exploradores sem grandeza. **Renasce o movimento sindical, renasce a esperança por dias melhores, renasce o afã de organizar, falar, propor opções, negociar. Sem medo, com firmeza, com esperança** (Fernando Henrique Cardoso) [476].
>
> **O acontecimento político mais importante** do primeiro semestre deste ano [1978] não foi a indicação do general Figueiredo para a presidência e a consequente crise do meio militar, nem o surgimento da candidatura dissidente do senador Magalhães Pinto, nem tampouco a articulação da Frente Nacional de Redemocratização. Foi, na realidade, a irrupção do movimento grevista que, iniciado na região do ABC (SP), rapidamente se alastrou pelos grandes centros industriais e urbanos do Estado, envolvendo centenas de milhares de trabalhadores [...]. Fato político mais importante, sim. Embora a análise da dimensão e das conseqüências precisas deste surpreendente movimento esteja ainda por fazer [...], não se pode negar que o movimento fez emergir à tona da pantanosa cena política brasileira um

---

[474] Como argumentou Maria de Lourdes Janotti: "*Assim, a obra torna-se porta voz não só do seu autor como do grupo em que ele está integrado*". JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. Historiografia, uma questão regional? São Paulo no período republicano, um exemplo. In: SILVA, Marcos A. da. (Coord**.) República em migalhas**: história regional e local. São Paulo: MCT/CNPq, 1990, p. 82.

[475] GIANNOTTI, Vito; NETO, Sebastião. **CUT, por dentro e por fora**. Petrópolis, RJ: 1990, p. 15.

[476] CARDOSO, Fernando Henrique. Os trabalhadores e a democracia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 3, 28 mai. 1978, grifo nosso.

> novo fator: exatamente a presença dos trabalhadores, o que aliás, já foi amplamente contestado (Kazumi Munakata) [477].
>
> O ressurgimento do movimento sindical e grevista foi o fato mais relevante na conquista da democracia no Brasil (Ricardo Antunes) [478].
>
> No futuro, talvez a greve dos metalúrgicos do ABC fique conhecida, na história brasileira, como o episódio que abriu o moderno processo de conquista de direitos fundamentais de cidadania para os trabalhadores. Pois é certo que, para as grandes massas de trabalhadores brasileiros**, a greve serviu para tornar mais claro o sentido atual da luta do povo**: o novo nome da democracia no Brasil é direito de greve e direito de lutar por condições mais dignas de existência (José Álvaro Moisés) [479].

Várias são as questões que poderiam ser analisadas a respeito das greves de 78. Entretanto, para a natureza deste trabalho, cabe apenas destacar a questão da "regionalização" dos movimentos grevistas do período. Estas greves diferentemente das ocorridas nos anos anteriores – ficaram concentradas no centro-sul, mais especificamente, na região do Estado de São Paulo. Do total de 136 greves realizadas em 1979, 119 (87,5%) estavam localizadas nesse estado. Com exceção da greve dos professores primários e secundários na Bahia, as demais se concentraram no centro-sul do país. Não houve greves em Pernambuco no ano de 1978. No entanto, isto não significa dizer que a retomada do movimento grevista na região do ABC paulista tenha passado despercebido por parcelas da sociedade pernambucana [480]. Durante o período em vigência das greves, as notícias sobre o tema foram veiculadas quase que cotidianamente pelos dois principais jornais DP e JC [481], descrevendo os detalhes e o andamento do movimento grevista [482].

---

[477] MUNAKATA, Kazumi. O lugar do movimento operário. In: **Anais do IV Encontro Regional de História de São Paulo**. ANPUH-UNESP, 1980, grifo nosso.

[478] ANTUNES, op. cit. (1989), p. 91.

[479] MOISÉS, op.cit. (1982), p. 154-155, grifo nosso.

[480] É importante aqui enfatizar que, uma vez que durante esse período todos os sindicatos urbanos de Pernambuco tinham à frente dirigentes conservadores, nenhum sindicato dessa região declarou apoio ao movimento grevista do centro-sul do país. O "apoio" e/ou a solidariedade ficou por conta de alguns trabalhadores mais "combativos", como ocorreu, por exemplo, com alguns trabalhadores metalúrgicos. Em entrevista, Raimundo Barreto contou acerca desta questão: "*No 1° de maio de 78, a ACO lançou um boletim em apoio às greves em São Paulo. [Nesse dia] peguei alguns panfletos e comecei a distribuí-los em Pontezinha [...]. Um comissário de polícia me prendeu [...]. Lá me chamaram de comunista [...] me deram empurrões, murros, fizeram ameaças [...]. Lorena e Romano chamaram um advogado*". Cf. Depoimento de Raimundo Barreto concedido em entrevista a MONTEIRO, op. cit. (1992), p. 229.

[481] As matérias veiculadas, tanto no JC quanto no DP, a respeito das greves metalúrgicas paulistas de 1978 podem ser vistas no Apêndice I-A.

[482] Embora uma análise semiológica dos elementos linguísticos e imagéticos das matérias veiculadas pelo JC e DP acerca das greves ocorridas em outras regiões do país se constituísse um campo de pesquisa extremamente interessante, nós dispusemos a apenas ler as matérias publicadas sem fazer uso do instrumental teórico da semiologia. Apesar de os dois jornais serem bastante conhecidos pelas suas posturas conservadoras e de apoio ao regime civil-militar, para a nossa surpresa, de uma maneira geral, nos deparamos não com um silenciamento em relação ao movimento grevista, mas com a sua ampla divulgação. O andamento das greves era noticiado diariamente pelos dois jornais e, muitas vezes, percebia-se pelas fotografias, títulos, charges e editoriais, certo tom de apoio às greves. A explicação para este fato talvez possa ser encontrada nas considerações de Caio

> As informações sobre o que acontecia no ABC paulista chegavam aos trabalhadores [pernambucanos] pelos grandes jornais e TVs e funcionou como um elemento indireto de propaganda que estimulou trabalhadores insatisfeitos a acreditarem na possibilidade de mudança por meio de uma atividade sindical de enfrentamento [483].

Se as greves em 78 ficaram concentradas na região centro-sul do país, mais especificamente no cinturão industrial de São Paulo, o mesmo não pode ser dito das manifestações ocorridas no ano seguinte. Em 1979, o movimento se iniciou na região do ABC paulista [484], mas, diferentemente do ano anterior, não ficou restrito apenas a esta região. Rapidamente as greves se espalharam para outras regiões e para fora do setor industrial moderno. As greves de 1979, desde o desenrolar até as consequências, foram muito mais intensas e extensas regional e socialmente. As greves deste ano saltaram de uma média nacional de 136 em 1978 para 224 (66,5% fora do Estado de São Paulo). Além de o número de grevistas ter triplicado, passando de 581.150 mil em 1978 para 1.424.400 em 1979 [485].

Como se pode perceber, diferentemente do ano anterior, a onda grevista não ficou restrita ao centro-sul do país. Como uma mancha de óleo que rapidamente se espalha ao mar, em pouco tempo, as greves espocaram por quase todo o Brasil, agregando novas categorias, novos estados, novas formas de atuação, novas categorias, novos grupos. Pernambuco não fugiu à regra. Neste estado, foram deflagradas diversas e importantes greves, colocando, dessa forma, por água abaixo a frase retórica do então governador Roberto Magalhães: "***Em Pernambuco não existe greve***" [486]. O "Novo sindicalismo" pernambucano surgiu como um elemento inesperado, impensado, naquele contexto histórico. Parafraseando Carlos Drummond de Andrade, assim como a flor, o "Novo sindicalismo" "furou o asfalto" [487]. Segundo Jim Sharpe, aquele foi o momento em que a história recente de Pernambuco pôde ser

---

Navarro de Toledo. Para ele, nos anos finais do regime, grande parte da imprensa brasileira passou a se distanciar da ditadura e, em alguns casos, até mesmo criticá-la. Cf. TOLEDO, Caio Navarro. 1964: golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 19, p. 27-48, 2004.

[483] SOUTO JUNIOR, op. cit. (2007), p. 93.

[484] O segundo movimento grevista dos metalúrgicos do ABC paulista pós-64 ocorreu entre os dias 13 e 27 de março. Diferentemente das greves de 78 que, em sua grande maioria, ocorreram dentro do local de trabalho, as greves de 79 se deram nas ruas, com a realização de piquetes, assembleias diárias etc. Uma descrição detalhada acerca dessas greves pode ser vista, principalmente, em: RAINHO; BARGAS, op. cit. (1983); PARANHOS, op. cit. (2011); MARONI, op. cit. (1982); IANNI, Octavio. O ABC da classe... Op. cit.; ABRAMO, op. cit. (1999); HUMPHREY, op. cit. (1982); ANTUNES, op. cit. (1988); SADER, op. cit. (1988). É importante aqui destacar que, da mesma maneira como ocorreu com as greves de 78, a deflagração das greves dos metalúrgicos do ABC paulista no ano de 1979 teve também uma ampla divulgação na imprensa local de Pernambuco. Como se pode perceber no Apêndice I-B, diversas matérias foram veiculadas, tanto no JC quanto no DP, a respeito da Greve Geral Metalúrgica de 1979.

[485] Os dados são de: SANDOVAL, op. cit. (1994), p. 132; ALMEIDA, M., op. cit. (1981), p. 171.

[486] Governador promete garantir ordem pública. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-4, 21 jul. 1983, grifo nosso.

[487] ANDRADE, Carlos Drummond de. **A rosa do povo**. 21. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

vista, de certa forma, de cima e de baixo com a mesma intensidade. Momento no qual "os de baixo" não queriam mais obedecer e "os de cima" não podiam mais dominar como antes.

> [...] a importância da história vista de baixo é mais profunda do que apenas propiciar aos historiadores uma oportunidade para mostrar que eles podem ser imaginativos e inovadores. Ela proporciona também um meio para reintegrar sua história aos grupos sociais que podem ter pensado tê-la perdido, ou que nem tinham conhecimento da existência de sua história [488].

As ações grevistas ocorridas em Pernambuco não só marcaram o ressurgimento da classe trabalhadora como uma importante força política, como também uma etapa decisiva na deterioração da legitimidade da ditadura. Com essas greves, os trabalhadores se incorporaram definitivamente como classe fundamental na luta pela democratização da sociedade. Nas palavras de um grevista: "*O que ninguém pode negar é que este movimento por melhores salários transformou-se na mais importante manifestação política da cidade, no momento*" [489]. De uma maneira geral, podemos dizer que as ações dos trabalhadores pernambucanos marcaram a história política do país, imprimindo um novo curso, primeiro, no processo de "liberalização" e, em seguida, no processo de "abertura política" levada adiante pelo governo.

Na historiografia mais corrente sobre a redemocratização do país atribui-se a "conquista da democracia" quase que exclusivamente às iniciativas políticas de Geisel e Golbery do Couto e Silva, elidindo-se por completo o papel das classes sociais. Neste tipo de narrativa histórica, nada se diz sobre a atuação e a resistência das classes subalternas, em especial ao ressurgimento das greves em fins da década de 1970, com as massas ocupando espaços públicos. Como argumentou Walter Barelli, construída, dia-a-dia, nos conflitos multifacetados do processo de trabalho, a ascensão dos sindicatos de perspectivas "combativas" à cena política, em fins dos anos 70 e início de 80, "*[...] modificou o comportamento da sociedade brasileira, do governo, da imprensa, do empresariado e também da própria organização dos trabalhadores. Isto pode ser visto a partir da perspectiva das diversas forças que interatuam no campo social*" [490]. Com base em material documental,

---

[488] SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992, p. 59.

[489] Queixa de mestre é contra Maciel. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 12, 24 jun. 1979.

[490] BARELLI, op. cit. (1990), p. 6.

especialmente da fonte jornalística da época [491], acompanharemos a seguir a sequência dos fatos ocorridos no Estado de Pernambuco, entre os anos de 1979 e 1984 [492].

5.1.2. Enfim, o Leão do Norte acordou

Em 15 de março de 1979, com a posse de João Figueiredo na presidência da República, o movimento contra a ditadura cresceu ainda mais, passando a exigir anistia para os perseguidos e punidos pelo regime, eleições diretas e livres em todos os níveis, liberdade de expressão e de imprensa etc.

Procurando manter o ritmo gradualista e controlado da "liberalização" do regime, o presidente Figueiredo sancionou, em agosto de 1979, a Lei da Anistia. O retorno dos exilados e à promulgação da reforma partidária, no mês de dezembro, pela qual foram extintos o MDB e a ARENA e criadas as condições para a organização de novos partidos, fortaleceram a oposição. A deflagração das greves nesse ano teve, enfim, como pano de fundo, todo esse contexto histórico.

No ano de 1979, assim como ocorria durante todos os anos, a APENOPE convocou a categoria para uma Assembleia Geral, a fim de discutir os índices de aumento salarial que achavam "justos" para o ano [493]. No geral, os índices reivindicados eram baixíssimos, assim sendo todos aceitos pelo Governo do Estado. O "peleguismo", isto é, a aliança de interesses entre a APENOPE e o governo, era uma constante durante o período em que vigorou o regime civil-militar em Pernambuco.

A assembleia do ano de 1979, realizada no dia 11 de abril, poderia ter seguido o mesmo rumo de todos os anos. Mas não o fez. Logo no início da assembleia, a diretoria da APENOPE notou algo diferente na reunião daquele ano. Os professores estavam agitados, manifestando, com coragem, ousadia, humor e criatividade, suas insatisfações com os

---

[491] No Brasil, as agências governamentais e não-governamentais (como, por exemplo, o DIEESE), somente a partir da metade da década de 1980, começaram a recolher e publicar, ou seja, computar, de maneira sistemática, os dados estatísticos referentes às greves. Devido a essa questão, os dados deste trabalho referentes ao período baseiam-se, majoritariamente, portanto, naqueles publicados pelos jornais e livros especializados.

[492] Tomando como base os ensinamentos de Peter Burke acerca da importância da utilização das imagens como documentos históricos, montamos um caderno iconográfico no Apêndice II, com o objetivo de dar uma maior compreensão sobre os temas e os processos tratados no decorrer deste capítulo. BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

[493] É importante destacar aqui que o fato de a APENOPE convocar uma Assembleia Geral para discutir os índices de reajustes anuais dos salários não era um fato em si inusitado, isolado. Como meio de evitar a deflagração de greves, a legislação trabalhista vigente durante o regime civil-militar instituía que, a cada ano, os sindicatos dos trabalhadores deveriam formular suas demandas em assembleias, encaminhá-las à contraparte patronal, discuti-las na mesa de negociação e, em caso de desacordo, abrir um dissídio coletivo na Justiça do Trabalho, que se reservava a última palavra.

problemas que os afligiam, como os baixos salários, as precárias condições de trabalho e a posição "pelega" de sua associação. Nas palavras de um professor: "***A mentalidade da Apenope é do Estado e não do professorado. Não está coincidindo com os nossos objetivos de valorização profissional*** *porque, sem dúvida, somos relegados como classe inferior*" [494].

A diretoria da APENOPE estava sem entender. O que tinha mudado o comportamento dos professores? Por que tantas discussões paralelas ao microfone e vaias para a mesa diretora? Por que, a cada cinco minutos, um professor se levantava e proferia um discurso contra a associação, encerrando sempre com a frase: "Abaixo Leônidas"?

Com licença da analogia, talvez possamos estabelecer uma relação de semelhança imaginativa entre os sentimentos de preocupação vividos por Vandelício Mascarenha – personagem principal do romance "Além da greve", de Antonio Carlos Nunes – quando do surgimento do "Novo sindicalismo" em sua região, e os líderes sindicais "pelegos" de Pernambuco durante os anos finais da década de 1970 e início de 1980.

Utilizando-se do referido romance, podemos imaginar que, possivelmente, as mesmas preocupações sentidas por Vandelício (tradicional líder "pelego" de São Paulo) também estiveram presentes na mente de muitos dirigentes sindicais pernambucanos, quando o "Novo sindicalismo" surgiu, em fins dos anos 70. O autor assim descreveu as angustias vividas por aquele líder "pelego" paulista:

> Mentia e disfarçava. Vivia mesmo era uma preocupação real há vários dias, a pô-lo intranqüilo, a tirar-lhe o gosto pelos divertimentos. Só conseguia distrair-se, esquecer o drama de consciência, em meio de rebuliços, em bar cheio de bêbados falando ao mesmo tempo, ou junto do pessoal do compadre, crianças e mulheres tagarelas. Tão logo se deitava (já tinha perdido algumas noites de sono), ou se encontrava em lugar sossegado, como agora, o terrível pensamento retornava. Vinha bravo, avassalador, como espírito mau em corpo de pai de santo. Não conseguia mais pensar em outras coisas, sua mente toldava-se de previsões pessimistas, imaginações dolorosas. **E nessas propostas de novo sindicalismo** [...] **estavam as causas de sua perturbação**. Via as páginas dos jornais e se assustava com as reivindicações brandidas com inusitada coragem, críticas nunca feitas ao governo, denúncias de embustes e trapaças de que nunca ouvira falar. Mexia-se com o bolor, furava-se a crosta da sua deliciosa e suave hibernação. Muito ruim isso, pois se forjava uma nova ordem dentro de sua área – razão daquela invejável existência –, onde só haveria lugar para dirigentes brigadores, idealistas, honestos e leais. Impregnados pela nova mensagem, por certo, já deveriam estar os trabalhadores, daí a ameaça que pressentia, maus tempos lhe viriam. Viriam na exigência de um desempenho

[494] Relato publicado em: Tumulto na reunião do ensino oficial. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 7, 12 abr. 1979, grifo nosso.

> mais audacioso dos sindicatos, de uma tomada de posição condizente com os anseios da categoria representada [495].

De fato, como desconfiava Leônidas Lima, o "clima" e o "espírito" dos professores pernambucanos estavam diferentes. A categoria não era mais a mesma. Algo tinha mudado. A diretoria sem entender a situação perguntava-se o que estava fazendo a "cabeça" dos professores? Por que estavam tão inquietos, tão críticos? Qual grupo ou quem estava por trás?

Esse "novo espírito" presente, por exemplo, em muitos trabalhadores brasileiros, no ano de 1979, foi descrito da seguinte maneira por Luiz W. Vianna:

> [...] **agora em 79 a gente tem o desenvolvimento de um potencial reivindicatório e uma perspectiva inclusive grevista que chega a ser até estranho**. Em algumas categorias sem qualquer experiência e tradição de luta, como por exemplo, o funcionalismo, chega até a ser assustadora, você pressente um estado de espírito, uma disposição reivindicatória e, particularmente, há uma disposição de usar essa arma que é a greve [...] [496].

A diretoria da APENOPE ainda não tinha percebido, mas, de fato, o vento grevista do centro-sul do país se aproximava. O sentimento de audácia, de romper o silêncio, de lutar contra a opressão, de deflagrar uma greve já estava presente na mente e no coração de muitos professores. O seu desencadear, na verdade, era apenas uma questão de tempo.

Após horas de discussão, foi decidido, em votação, no final dessa tumultuada assembleia, o índice de 100% de reajuste salarial para o ano de 1979. Este índice era o maior até então reivindicado pelos professores desde a instauração do regime civil-militar. Embora o índice tenha agradado alguns professores grande parte deles estava descontente com a forma de reivindicação aprovada na assembleia – isto é, a entrega de um simples memorial ao governador [497].

Para muitos dos presentes, era necessário assumir uma postura mais "combativa" diante do governo. Era necessário "partir pro pau", ou seja, fazer igual à atitude dos trabalhadores em outras regiões do país. Era necessário, portanto, ter a primeira experiência de uma greve. Talvez na cabeça de muitos estivesse a letra da música de Geraldo Vandré: "quem sabe faz a hora, não espera acontecer". A este respeito, um professor da rede oficial argumentou:

> A APENOPE sempre existiu e todo ano entregava um memorial ao governador solicitando aumento de vencimento. Mas sempre fez isso mecanicamente, como um hábito. O governador não dava o aumento, e tudo ficava por isso mesmo. Como associação de classe, a APENOPE nunca

---

[495] NUNES, Antonio Carlos Felix. **Além da greve**. São Paulo: CRIART, 1980, p. 182-185, grifo nosso.

[496] VIANNA, op. cit. (1983), p. 120, grifo nosso.

[497] O memorial aprovado pela Assembleia Geral da APENOPE pode ser visto, na íntegra, no Anexo I.

> realmente congregou os profissionais do ensino. O professor pernambucano era associado por hábito, assim como por hábito ia à escola, assinava o ponto e recebia o contra cheque no fim do mês. Uma das reações mais positivas do movimento foi exatamente esta: o professor passou a ver a sua missão de educador não apenas do ponto de vista do contra-cheque no fim do mês, mas principalmente da falta de condições que lhe eram dadas para mostrar os caminhos à mocidade [498].

Como se vê, os professores pernambucanos não queriam mais passar à margem do processo. Queriam estar no centro da vida política do país. Queriam imprimir a sua marca à luta pela democracia que se desenhava no país. Como argumentou Marco Aurélio Garcia:

> No seu fazer (-se) a classe experimentou (quantas vezes?) a intransigência dos patrões – muitos "progressistas" e "democratas" e chamados a integrar o futuro pacto – e viu suas lutas emperradas por leis e instituições do Estado de Direito abatido pelos militares em 64. Daí fluía, pois, a **necessidade de constituição de um quadro político novo**, de busca de uma democracia substancialmente distinta, onde as lutas específicas cruzassem efetivamente a porta da fábrica e desenvolvessem na vasta arena social todas suas potencialidades, nela gerando direitos [499].

É importante salientar que, neste momento, os trabalhadores não queriam simplesmente a democracia, mas também queriam dizer qual democracia entendiam ser necessária ao país. Aí, segundo Salvador Sandoval, ocorreu a peça-chave do conflito entre os trabalhadores e as elites. Enquanto que aqueles lutavam para atingir uma posição de poder na política, essas resistiam, com todas as forças, para que isso não acontecesse. Em suas palavras: "*[...] as transformações que caracterizaram a ação coletiva da classe trabalhadora brasileira foram resultados da interação entre os esforços dos trabalhadores para atingirem uma posição de poder na política e a resistência a esses esforços por parte das elites*" [500].

No dia 25 de abril de 1979, os professores da rede oficial realizaram uma nova assembleia a fim de discutir o andamento das reivindicações aprovadas e entregues ao governador Marco Maciel na assembleia do dia 11. No decorrer desta segunda assembleia foram discutidos vários itens do memorial e criticado novamente o rumo, passivo e complacente, que a APENOPE vinha trilhando diante das circunstâncias do momento. No final da noite foi aprovada a formação de uma comissão permanente de reivindicação – a COPEMO [501] – e marcada uma nova assembleia para o dia 3 de maio. Nas palavras de um dos participantes:

---

[498] A vigília fica até o diálogo. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 7, 10 jun. 1979.

[499] GARCIA, op. cit. (1982), grifo nosso.

[500] SANDOVAL, op. cit. (1994), p. 209.

[501] A COPEMO, que era composta por 25 membros, foi criada com o objetivo de percorrer todos os colégios da rede oficial instalados no Recife e nas cidades da RMR, a fim de "*[...] arregimentar, esclarecer e conscientizar todos os professores da necessidade de comparecer ao encontro e da importância da luta por melhores*

> O governador Marco Maciel ainda não respondeu ao memorial dos professores e a comissão permanente de reivindicação aguardará por um pronunciamento oficial até o dia da realização da [próxima] assembléia. Caso a resposta não chegue, os professores se reunirão da mesma forma para decidir o que fazer [502].

Embora os professores pressionassem cotidianamente o governo por alguma resposta em relação às reivindicações propostas em seu memorial, o que pairou no ar, durante dias, foi o silêncio, especialmente o mistério. Se o governo não responder o memorial? Se o índice proposto pelo governador for abaixo do proposto pela categoria? O que fazer? Como agir? É melhor aceitar o índice ou, rompendo todos os paradigmas e inexperiência, iniciar uma greve*?* As dúvidas eram inúmeras.

Após dias em silêncio, o governo se pronunciou em relação às reivindicações propostas no memorial dos professores. No dia anterior à realização da III assembleia, o governador divulgou à imprensa uma singela proposta de "abono emergencial" para a categoria docente na ordem de 30 a 35% de aumento.

Para tentar contornar uma possível greve e demonstrar à população que o Estado estava tentando "dialogar/negociar" com os professores, o governador Marco Maciel compareceu, no dia 3 de maio, à III assembleia dos professores da rede oficial de ensino. Na ocasião, lembrou o quadro recessivo do período, pediu paciência e ordem à categoria, apresentou e justificou o "abono salarial de emergência". A recepção dos professores não foi a esperada por Maciel. Como relatou um dos presentes:

> O governador Marco Maciel levou uma grande vaia quando foi lida a sua proposta de abono. Foi muito difícil para a mesa que dirigia a assembléia conter as três mil pessoas presentes, que, de pé, com os braços levantados gritavam: "estamos morrendo de fome!" "fora governador" e "queremos justiça!" [503].

Aproveitando o ensejo da presença do governo à assembleia, os professores, após inúmeras discussões, lançaram a sua contraproposta ao governador: um prazo de cinco dias a mais para o atendimento de todas as reivindicações contidas no memorial, caso contrário, decretariam uma greve. Nesta assembleia, a diretoria da APENOPE teve a certeza de que a situação estava incontornável. Não era mais possível conter os professores. Parecia que o

---

condições salariais e de ensino". Nas visitas aos colégios, diziam os membros da comissão permanente de reivindicação: "*[...] temos conseguido grande receptividade por parte do professorado, o que nos leva a crer que teremos uma grande assembléia e obteremos o aumento desejado. É agora ou nunca. Nos contatos mantidos com os professores, a comissão permanente de reivindicação vem distribuindo panfletos com poesia popular, deixando clara a necessidade de união da classe para conseguir o aumento e afirmando que, se forem esquecidos, o estudante terá um ensino cada vez pior*". Cf. Interior presente à Assembléia dos mestres na quarta. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 8, 29 abr. 1979.

[502] Professores exigem os 100% e estabelecem prazo. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 7, 26 abr. 1979.

[503] Professores não aceitam abono de Maciel. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 6, 3 mai. 1979.

discurso falacioso do ministro Murilo Macêdo estava caindo por terra [504]. A rebeldia vista na primeira assembleia não tinha sido um ponto casual. Ela estava, de fato, se espalhando. A cada dia o número de professores descontentes aumentava e eles se mostravam mais indóceis que nunca. Com isto, novamente as dúvidas pairavam na mente da diretoria da APENOPE: quem estava fazendo a "cabeça" dos professores? De onde surgiram inspiração e fôlego para tanta movimentação? Qual grupo ou quem estava por trás?

Em diversas ocasiões, tanto o governo quanto a APENOPE procurou associar a ação "rebelde" dos professores à existência de "forças estranhas" à categoria, tais como políticos, partidos, incitadores, subversivos, organizações nacionais e/ou internacionais, forças de extrema esquerda etc. Segundo os professores, em seu movimento, não havia a presença de nenhuma "força estranha" à categoria, pois o que motivava aquela nova atitude eram as precárias condições de trabalho e os baixos salários [505]. A negação de "forças estranhas" ao movimento pode ser vista, por exemplo, no depoimento do seguinte professor:

> [...] nós, enquanto professores, não precisamos atestar nossa ideologia para lutar por melhores salários para nossa categoria. Estes oportunistas justificam sua repressão em função de que agora a reação seria um motivo para intervir na luta do professorado pernambucano, o que denota uma solene ingenuidade! [...] nunca nos intimidaremos diante das acusações daqueles que não sabem conduzir a luta da classe trabalhadora e que se pautam por métodos policialescos de ação. Deixemos aqui o nosso repúdio a todos aqueles que desonestamente hoje nos acusam e ressaltamos mais uma vez a necessidade de mantermos a unidade da categoria dos professores em torno de suas reivindicações. Não podemos nos deixar conduzir por qualquer tentativa divisionista da categoria [506].

Como se pode perceber, para os professores, as acusações lançadas contra a sua categoria não passavam de uma artimanha do governo e da APENOPE para justificar a utilização da repressão e "assustar" o "apoio" da população, especialmente, da classe média no caso do desencadeamento de uma ação grevista. É importante destacar que esse "apoio" da sociedade civil não foi exclusivo à greve dos professores. Em fins da década de 1970 e início

---

[504] Em seu discurso, por ocasião do 1° de maio, o ministro do Trabalho Murilo Macêdo tinha disparado a seguinte falácia: "*Tenho confiança no trabalhador que é, acima de tudo,* ***um homem ordeiro, um homem tranqüilo, um homem pacífico***". É assim que o Ministro do Trabalho vê os problemas do trabalhador brasileiro. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 2, 1 mai. 1979, grifo nosso.

[505] Em nosso Caderno Iconográfico, perceber-se-á uma ampla utilização de charges. A nosso ver, a charge deve ser tomada como documento histórico uma vez que ela capta, revela e denuncia os acontecimentos do período, utilizando-se, para isso, de uma linguagem metafórica. A charge é, portanto, uma "*[...] representação humorística com a função de denunciar, satirizar, ridicularizar, criticar um fato, um personagem real, mantendo viva a memória histórica*". MIANI, Rozinaldo Antonio. **A utilização da charge na imprensa sindical na década de 80 e sua influência política e ideológica**. 312 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000, p. 20.

[506] Movimento dos professores sem conotações ideológicas. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-12, 6 mai. 1979.

de 1980, uma enorme parcela da classe média e, até mesmo, da elite brasileira começou a "apoiar" o desencadeamento e a atuação dos movimentos sociais no país, a criticar, de forma contundente, o regime civil-militar – especialmente no que se refere à sua política econômica – e a reivindicar o retorno à democracia. Segundo Antônio da Silva, tudo isso ocorreu, pois:

> A burguesia age sempre assim: se estiverem tendo os maiores lucros, não importa que tipo de ditadura e tirania esteja governando, mas se virem seus lucros diminuir em conseqüência da acumulação de riqueza nas mãos de seu setor mais poderoso – grandes monopólios, multinacionais, etc. – aí sim, apelam para as bandeiras humanitárias, democráticas, etc. A ditadura serve até certo ponto, mas chega o momento que dá mais lucro explorar numa "democracia" [507].

Como já foi mencionado, o prazo dado pelos professores, na III assembleia, para a solução de suas reivindicações foi de cinco dias. Passou-se esse prazo. Mas a greve não saiu. Ela teve que esperar. De fato, a conjuntura era inusitada para a maioria da categoria docente. Durante anos, os professores cumpriram as ordens de sua associação e do governo. No entanto, agora se falava em greve. Mesmo para aqueles mais radicais, a situação era por deveras delicada. Devia-se discutir, refletir, traçar planos e objetivos, procurar estratégias de combate. Havia uma cautela natural e um enorme receio entre os trabalhadores, reflexo da inexperiência em participar de eventos grevistas, bem como do temor de que pudessem sofrer uma ação repressora, tanto do patronato quanto dos aparatos estatais.

A greve não se iniciou imediatamente após a realização da III assembleia, não porque não havia clima, mas porque muitos estavam conscientes de que *uma greve não era brincadeira*. Deviam-se assumir os riscos e enfrentar tanto a associação quanto o próprio governo. A este respeito, Lula teceu, por exemplo, observações interessantes: "*[...] antes de uma greve precisa haver um comando, de uma base, e principalmente uma sustentação para ela. Não adianta parar por um dia. O importante é a sustentação. Precisamos estar preparados*" [508].

Influenciados pela postura que os docentes da rede oficial estavam desempenhando diante das circunstâncias do período, os professores do ensino particular de Pernambuco decidiram também se mobilizar a fim de reivindicar melhores condições de salário e trabalho. Uma das primeiras atitudes da categoria foi a divulgação de uma carta aos pais e à população em geral, no dia 10 de maio de 1979, onde mostravam a situação vexatória do sistema

---

[507] SILVA, Antônio Ozaí da. **História das tendências no Brasil**: origens, cisões, propostas. 2. ed. São Paulo: Dag Gráfica e Editorial, s/d., p. 150.

[508] Cf. Depoimento de Lula, citado por: PARANHOS, op. cit. (2011), p. 130.

particular de ensino e as razões pelas quais poderiam entrar em greve a qualquer momento [509]. Os motivos que estavam levando várias categorias profissionais a entrarem em greve podem ser bem explicitados nas seguintes palavras de Lula:

> [...] o arrocho salarial fez com que a classe trabalhadora brasileira, após muitos anos de repressão, fizesse o que qualquer classe trabalhadora do mundo faria: negar sua força de trabalho às empresas. Era a única forma que tinham de recuperar o padrão salarial, ou melhor, entrar no caminho de sua recuperação [510].

No dia 16 de maio foi realizada a I Assembleia Geral dos professores da rede particular de Pernambuco. Mesmo contra a vontade do SINPRO-PE, após horas de discussão e votação, os professores decidiram entrar em greve. No entanto, ficou decidido que esta se daria dentro das *bases legais*. Ou seja, os docentes paralisariam suas atividades a partir do dia 30, quando teriam cumprido o prazo determinado pela Lei 4.330/64, que regula a atividade dos grevistas [511]. Nas palavras de um dos participantes da reunião: "*Os patrões não acreditavam que a gente pudesse chegar a uma greve. Primeiro porque pensavam que não ia haver quorum depois porque não teríamos coragem de partir para uma greve legal*" [512]. Como se pode perceber, utilizando-se da própria legislação sindical para deflagrar a greve da categoria, os professores da rede particular estavam criando "*[...] um novo tipo de ação que procurava utilizar ao máximo as limitadas possibilidades da institucionalidade existente e, ao mesmo tempo, questioná-las*" [513].

Durante o período legal dos 15 dias, os professores da rede privada procuraram se organizar e conquistar novas adesões para o movimento. Uma das principais formas adotadas pelos professores foram as visitas de pequenos grupos às diversas escolas, explicando aos demais professores e alunos o movimento que estavam fazendo no Estado para obtenção de melhores salários e outras vantagens que consideravam justas em benefícios da classe [514].

---

[509] Veja o texto da carta, na integra, no Anexo II.

[510] Cf. Depoimento de Lula, citado por: ANTUNES, op. cit. (1988), p. 27.

[511] Como já vimos no capítulo 3, de acordo com a Lei 4.330/64, para entrar em greve, os professores deveriam cumprir os prazos legais, publicando um edital de convocação para uma nova assembleia no prazo de 10 dias (ou seja, para o dia 25). Esta assembleia deveria ser acompanhada de um procurador da DRT ou do TRT que se encarregaria de presidir uma mesa com a votação secreta de todos os associados presentes. Se os professores optassem pela greve, segundo a lei, o governo e/ou patrões teriam cinco dias, irreversíveis, para dar a resposta à categoria. Se não houvesse acordo, no sexto dia, os trabalhos poderiam ser paralisados.

[512] Professores entram em greve 3ª feira. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 11, 25 mai. 1979.

[513] ABRAMO, Laís Wendel. Greve metalúrgica em São Bernardo: sobre a dignidade do trabalho. In: Kowarick, Lúcio (org.). **As lutas sociais e a cidade**. São Paulo: passado e presente. São Paulo: Paz e Terra/Cedec/UNRISD, 1988, p. 179.

[514] Professor explicará movimento. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-9, 21 mai. 1979.

Embora os professores da rede oficial e particular estivessem, há mais de um mês, se mobilizando, através da realização de diversas assembleias e discussões, a primeira categoria profissional urbana a entrar em greve no Estado de Pernambuco no pós-64 foi a dos médicos-residentes.

Na terça-feira do dia 22 de maio, no chamado "Dia Nacional pela Carteira Assinada", 270 médicos-residentes dos hospitais do Recife paralisaram a suas atividades por 24 horas, nos hospitais Barão de Lucena, Agamenon Magalhães, Getúlio Vargas, Pedro II, Oswaldo Cruz e Hospital do Câncer, com o objetivo de chamar a atenção das autoridades para as suas reivindicações trabalhistas.

Compreendendo a residência como atividade profissional e ao mesmo tempo como forma de especialização, em nível de pós-graduação, os residentes exigiram o cumprimento da legislação trabalhista que lhes assegurava o direito a férias, licença para gestante, taxa de insalubridade, fundo de garantia e seguro contra acidentes de trabalho, além da principal reivindicação que era a assinatura da carteira profissional. Segundo os grevistas, a falta de assinatura da carteira de trabalho, além de prejudicá-los nos direitos inerentes ao trabalhador, vinha prejudicando até mesmo uma assistência médica condigna para a população, pois eles eram sobrecarregados, trabalhando 60 horas semanais, além dos plantões noturnos [515].

Com exceção da própria categoria, a realização desta greve foi uma surpresa. Pegaram de modo desavisado diversos setores da sociedade: o governo, o sindicato, os diretores dos hospitais, os meios de comunicação, a população etc. A duração da greve foi curta. Apenas um dia. Mas isto não tira o mérito dos residentes. O fato de os residentes cruzarem os braços, encerrarem suas atividades – mesmo que por um dia – e colocarem suas reivindicações sobre a mesa de negociações já é um fato por si só significativo. A greve, em sua própria efetivação, por se objetivar concretamente, constituiu-se, assim, numa vitória política. A nosso ver, a greve dos residentes foi extremamente importante para o processo de "liberalização" do período, por diversos motivos:

- primeiro, pela importância de ter sido a primeira greve urbana, que reuniu toda uma categoria profissional, no Estado de Pernambuco, no pós-64 [516];

[515] Em greve médicos de seis hospitais. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 11, 22 mai. 1979.

[516] Para muitos líderes e trabalhadores, a experiência da primeira greve é extremamente significativa. O depoimento a seguir de um trabalhador anônimo, citado por: Laís Abramo é revelador neste sentido: "*É como ter o primeiro filho. Greve pela primeira vez foi aquele entusiasmo. Chegava prá mulher: 'Tô de greve!'. 'Pó, você tá de greve?'. 'Tô de greve!'. Não sabia nem porque estava em greve, não sabia nem o que era greve, mas o importante era estar de greve. É como ter o primeiro filho*". ABRAMO, op. cit. (1999), p. 267.

- segundo, pelo caráter de "advertência" que a sua deflagração assumiu. Esta greve foi uma demonstração de que os médicos-residentes existiam como classe e que, portanto, a qualquer momento, poderiam paralisar as suas atividades e enfrentar o governo, bem como incentivar os profissionais da saúde a seguirem seu exemplo;
- terceiro, pela ousadia de ter rompido o silêncio e o medo e ter lançado as críticas e as reivindicações em direção ao Estado, mesmo este estando dentro de um regime autoritário bastante repressivo;
- e quarto, por ter representado, para os envolvidos no movimento, uma "prova de união e de coesão" da categoria [517].

Como determinado em lei, no dia 25 de maio, no auditório do Colégio Americano Batista, os professores da rede privada realizaram-se uma nova assembleia a fim de deliberar a respeito da decretação ou não da greve da categoria. Após horas de votação, às 22h, saiu o resultado: "***O Leão do Norte acordou. Os professores estão em greve***" [518]. Dos 502 professores que compareceram à votação, 487 votaram a favor da greve.

O desabafo acima proferido pela Profa. Adalgisa Andrade logo após o resultado da votação nos dá, em certa medida, uma dimensão do tamanho do grito que estava preso na garganta de muitos professores pernambucanos após tantos anos de arrocho salarial e de violenta ditadura e repressão.

Mesmo que os professores da rede particular tenham decidido, através de assembleia, entrar em greve, uma vez que esta estava se dando pelas vias legais, estes docentes teriam que esperar um prazo a mais de cinco dias para a decretação da greve. Nunca é demais lembrar que, pela legislação vigente, os patrões teriam ainda cinco dias para poder atender as reivindicações e impedir a entrada dos professores em greve. Sob as bases legais, se decorrido este prazo não houvesse acordo, os professores da rede privada poderiam decretar greve no dia 30 de maio.

Cabe aqui destacar que, durante esse período, não apenas os professores estavam tentando se mobilizar – mesmo que *à revelia* de suas entidades –, mas também diversas outras categorias profissionais no Estado de Pernambuco, entre as quais a dos motoristas de ônibus da RMR. Desde os primeiros meses do ano de 1979, um pequeno grupo de motoristas estava agindo silenciosamente no interior das empresas, "incitando" e "convencendo" os demais trabalhadores a deflagrarem uma greve a fim de reivindicarem soluções para os problemas da

[517] Médicos ouvem ameaça do reitor. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 7, 23 mai. 1979.
[518] Professores pernambucanos decretam greve. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-1, 25 mai. 1979.

categoria (baixos salários, péssimas condições de trabalho, alta taxa de rotatividade etc.). Como se percebe, o local de trabalho não é somente o local da produção, é também, às vezes, espaço político, onde, a partir das lutas cotidianas, os trabalhadores contestam a ordem política estabelecida.

A partir da iniciativa do "trabalho silencioso" deste pequeno grupo de motoristas, rapidamente outros funcionários foram se juntando à mobilização e, cada vez mais, compartilhando da ideia da deflagração de uma greve o mais breve possível.

> [...] a greve foi sentida como a possibilidade de reagir à redução de si mesmos a um mero fator de produção, uma coisa que é conservada enquanto é útil e depois jogada fora. Uma laranja que se chupa. O trabalhador como o bagaço que restou do processo no qual a sua energia vital foi sugada, sem nenhum reconhecimento [519]

Após inúmeras conversas "clandestinas" no interior das empresas com diversos funcionários, o grupo de motoristas que estava liderando a mobilização da categoria definiu uma data para a deflagração da greve: a segunda-feira do dia 28 de maio [520]. Rapidamente a notícia da deflagração dessa greve se espalhou entre os trabalhadores. Ao saber da notícia, o presidente do sindicato, Manoel Luís Ferreira prontamente elaborou e distribuiu um edital convocando os associados para uma Assembleia Geral Extraordinária no dia 27 de maio (um dia anterior à deflagração da greve).

A ideia do presidente com a realização desta assembleia era desmobilizar a categoria, fazer com que eles desistissem da deflagração de uma greve e se pautassem apenas a dirigir um memorial reivindicatório a ser enviado ao governador Marco Maciel.

Durante a assembleia do dia 27, o presidente do sindicato conseguiu convencer os motoristas a não entrarem em greve, pois teria marcado uma reunião com representantes da classe patronal e dos empregados para o dia seguinte na DRT.

No dia da reunião, o presidente do sindicato dos motoristas entregou a ata da assembleia realizada no dia anterior, contendo as principais reivindicações acordadas pela categoria. Dentre as principais reivindicações, cabe destacar, em primeiro lugar, a igualdade de condições e salários com os motoristas que trafegavam nas linhas interestaduais. Isto é, os motoristas de ônibus do RMR queriam passar de Cr$ 2.500 para Cr$ 5.900, correspondendo assim ao alto custo de vida do momento; e em segundo lugar, redução da jornada de trabalho para seis horas, uma vez que a jornada em vigor (oito horas), pelos problemas que enfrentavam no trânsito, provocava um considerável esgotamento físico e mental. Logo no

---

[519] ABRAMO, op. cit. (1999), p. 271.

[520] Motoristas querem parar ônibus no Recife. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 1, 25 mai. 1979.

início da reunião, o delegado regional do Trabalho, Romildo Leite, sentenciou: "*Se os motoristas de ônibus paralisarem suas atividades estarão fazendo uma greve absolutamente ilegal, pois os transportes urbanos são serviços essenciais à população e, por isso mesmo, movimentos grevistas neste setor são vedados por lei*" [521].

Após a longa explanação do delegado sob os trâmites jurídicos das leis no país, Félix Cardoso da Silva, um motorista da Empresa Pedrosa que estava presente na reunião, retrucou: "***A greve é ilegal. E a fome, doutor, é legal?***". Exibindo um vale no valor de Cr$ 5,00 para o lanche concedido pela empresa quando os funcionários necessitavam fazer horas-extras, o motorista indagou: "*O Senhor acha que dá para alguém lanchar com essa quantia? A zero hora vamos para a garagem e como não há condução para voltar para casa, o jeito é dormir nos bancos dos ônibus. Pela manhã temos que ir em casa trocar de roupa e dar satisfações à família*". No final de seu discurso ainda disparou: "*[...] não importa que seja ilegal ou não. O que não podemos é ficar restringidos a salários de fome*" [522]. Após três horas de reunião, as partes envolvidas chegaram a um acordo. Ficou decidido a não deflagração da greve e um acréscimo salarial de 17% a partir do dia seguinte e 63% dentro de 30 dias.

Ao final do encontro, o delegado comentou à imprensa que esperava que, de fato, não houvesse a deflagração de uma greve "*[...] em um serviço considerado essencial*", pois se existisse comunicaria imediatamente ao Ministério do Trabalho e aguardaria instruções de como agir. Por outro lado, ao avaliar os resultados da reunião, o motorista Félix da Silva ressaltou que os aumentos concedidos pelos empresários de ônibus não passaram de "*[...] uma manobra deles para receber concessões do Governo às nossas custas. Fomos obrigados a aceitar o jogo sujo dos patrões, visando exclusivamente a integridade física dos colegas*".

No final da tarde, diversos motoristas se dirigiram à sede do sindicato para saber o resultado da reunião na DRT. Ao saberem do acordo realizado, inúmeros deles discordaram e afirmaram que iriam à greve de qualquer maneira. Esta atitude foi condenada pelo sindicato. "*[...] qualquer movimento que surgir será de responsabilidade dos motoristas e não do sindicato*" [523].

Na noite deste mesmo dia foi realizada a IV Assembleia Geral dos professores da rede oficial. Na ocasião, os professores – mesmo que *à revelia* da APENOPE e assumindo os riscos do caráter da "ilegalidade" do movimento – decidiram se juntar à greve ("legal") que iria ser deflagrada pelos professores da rede privada no dia 30. Com a entrada dos professores

[521] Romildo Leite adverte sobre greve ilegal. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 9, 29 mai. 1979.
[522] Motoristas de ônibus não abrem mão dos 80%. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 5, 30 mai. 1979.
[523] Motorista consegue os 80% e suspende greve. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 7, 31 mai. 1979.

da rede oficial, o movimento passou de 12 mil para 42 mil grevistas [524]. Durante essa assembleia, um professor – bastante aplaudido pelos demais – tomou a palavra e disparou contra Leônidas Lima, dirigente da APENOPE:

> Queremos usar a palavra hoje para desmoralizar um farsante, um pelego que vem sendo presidente perpétuo da APENOPE, por atitudes omissas Ele já enganou e prejudicou demais a classe. É um farsante. Uso da palavra, ainda, para denunciar uma forma de sabotagem dentro da APENOPE: a realização de assembléias-fantasma, o desaparecimento do estatuto da entidade e também a atitude passiva adotada por Leônidas Lima nas negociações com o Governo. Enquanto os outros professores se mostravam firmes nas suas reivindicações, ele permanecia em silêncio porque é comprometido com o Governo [525].

Como se pode perceber, diferentemente da região do ABC paulista em que as lideranças sindicais tomaram à frente do movimento grevista –, em Pernambuco, a deflagração das greves urbanas ocorreu sem a participação e o apoio das entidades sindicais. Em entrevista ao DP, o próprio secretário de Educação Joel Holanda destacou que o movimento dos professores estava se dando *à revelia* de sua entidade e teceu uma enfática crítica a esta postura assumida pelos professores:

> [...] só o diálogo pode conduzir a caminhos convergentes, mas, infelizmente, para dialogar é preciso que haja interlocutor, senão passaria a ser monólogo. E o curioso é que, enquanto em outros Estados os professores procuram instituições ou órgãos para servirem de interlocutores com o Governo, em Pernambuco, a despeito da total disposição com os professores, não há resposta [526].

Na busca de tentar organizar a deflagração da greve – além, é claro, de garantir a sua própria continuidade – os professores aprovaram, nesta mesma reunião do dia 28, a formação de quatro comissões, além da criação do *Comando Geral de Greve* [527]. As comissões foram: a *Comissão de Finanças*, que tinha o objetivo de arrecadar fundos para a continuidade da greve. Uma das principais formas lançadas por esta comissão para atingir os seus objetivos foi a realização de shows, espetáculos teatrais, leilões e pedágios – no centro do Recife e estádios de futebol [528]; e a *Comissão de Propaganda* [529], que tinha o objetivo de confeccionar faixas e

---

[524] 42 mil professores entrarão em greve a partir de amanhã. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 9, 29 mai. 1979.

[525] Leônidas tachado de farsante. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-7, 29 mai. 1979.

[526] Professor dá prazo de 6 dias para concessão de aumento. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-9, 4 mai. 1979.

[527] As diretrizes determinadas pelo Comando Geral de Greve para o professor da rede oficial de ensino foram: "*Não dar aulas; sair de sua unidade escolar e vir para a Casa do Professor; não aceitar pressões, denunciando diretores e supervisores que nos ameaçam; dar crédito somente às notícias divulgadas pelo Comando Geral de Greve e apenas permanecer nas unidades sem dar aulas*". Comando orienta grevistas. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-8, 2 jun. 1979.

[528] Nos terceiro dia de greve, os professores já haviam arrecadado Cr$ 28 mil com os pedágios. Segundo informações obtidas pelo JC, o dinheiro estava sendo gasto com gasolina para 20 carros que estavam levando os

cartazes para serem colocadas em frente aos colégios e utilizados pelos membros da terceira comissão, isto é, a *Comissão de piquete*, que tinha o objetivo de aliciar os demais professores [530]. A ocorrência de piquetes, com diversos trabalhadores, também passou a fazer parte das imagens dessa greve.

Em relação à *Comissão de piquete* é importante salientar que, de início, os piquetes foram bastante utilizados. Entretanto, no decorrer do movimento, esta tática foi sendo cada vez deixada de lado. Os professores começaram a preferir sensibilizar a categoria e a população, ao invés de impedir que outros professores comparecessem às escolas ou os alunos assistissem às aulas. Analisando as funções dos piquetes, Leôncio M. Rodrigues atribuiu-lhes três objetivos principais: a) impedir a entrada de "furadores de greve" pela pressão moral ou pela violência; b) disciplinar os trabalhadores; e c) elevar-lhes o moral [531].

No final da assembleia, os professores grevistas saíram em passeata pelas ruas do centro do Recife – com a presença também de alguns professores da rede privada. Nesta ocasião, distribuíram uma carta aberta aos pais e alunos, com o objetivo de esclarecerem os motivos do movimento [532]. Nesse mesmo dia à noite, a APENOPE distribuiu uma nota oficial à população desautorizando e excluindo-se da greve [533]. Sobre a posição da APENOPE, um dos professores comentou: "*Nossa greve é justa e legítima. Enquanto não for decretada a sua ilegalidade pelos órgãos competentes, ela é mais do que legal. Mesmo não contando com o apoio do presidente da associação representativa da classe, que tirou o corpo fora*" [534].

---

grupos de piquetes para cobrir toda a área do Recife e Grande Recife, além dos gastos com a comissão de propaganda. Polícia acaba pedágio e intimida professores. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 10, 2 jun. 1979.

[529] Um dos objetivos dessa comissão era divulgar o movimento grevista ao restante dos professores, sob as mais variadas formas, inclusive pelo uso de pichações. Como destacou Leocádia da Hora, em entrevista concedida ao autor, a Maria do Socorro de Abreu e Lima e Jannaiara Barros Cavalcante, no dia 03 de agosto de 2011: "*Nós tirávamos grupos para ir pichar as escolas na madrugada e para os professores saberem que estavam em greve e para criar aquele clima com a população*".

[530] Com exceção da greve dos caminhoneiros – porque foi uma estratégia da própria categoria –, em todas as greves urbanas ocorridas em Pernambuco no ano de 1979 houve a utilização de "piquetes". Estes foram utilizados, pois, no decorrer das greves, houve significativas parcelas de trabalhadores que, por diversos motivos, desejaram voltar ao trabalho. Em sua grande maioria, esses motivos foram familiares, religiosos, medo do desemprego e da repressão, pressão do patrão, ou até mesmo a existência de trabalhadores que não encontravam-se "mobilizados", por maior que tivesse sido esse trabalho pelos "militantes de base" ou pelos colegas de trabalho. Como se vê, os motivos que levam um indivíduo a um não-envolvimento em uma greve são os mais variados possíveis. Um ótimo exercício para uma reflexão a este respeito é o filme: **Eles não usam black-tie**. Direção de Leon Hirszman. Rio de Janeiro: Embrafilme, 1981. (120 min.).: NTSC, son., color.

[531] RODRIGUES, Leôncio Martins. **Conflito industrial e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966, p. 72.

[532] A carta aberta dos professores grevistas da rede oficial pode ser vista, na íntegra, no Anexo III.

[533] A nota oficial da APENOPE pode ser vista, na íntegra, no Anexo III.

[534] Professores param hoje as escolas particulares. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 7, 30 mai. 1979.

Apesar de juridicamente ser considerada "ilegal", grande parte dos professores da rede oficial estava consciente da legitimidade da sua posição, pois acreditava que a greve era um direito universal dos trabalhadores e que, portanto, deveria ser respeitado. Esta posição pode ser vista, por exemplo, na fala de um dos grevistas:

> O governo já tirou de nós o direito de eleger nossos governadores e prefeitos, sem falar no próprio Presidente da República. Assim quando ele diz que devemos respeitar as leis, deveria primeiro pensar se essas leis representam a vontade do povo, se existem para proporcionar melhores condições de vida ao povo [535].

Como se pode perceber, enfrentando o governo, fazendo "letra morta" à legislação vigente no período, a deflagração da greve dos professores da rede oficial de ensino rompia direta e praticamente com o Decreto-lei n° 1.632, de 4 de agosto de 1978, que proibia greves nos serviços públicos e em "atividades essenciais" de interesse da segurança nacional.

No caso dos professores da rede particular, diversos deles estavam contestando o caminho "legal" que o movimento estava seguindo. Um professor declarou ao DP, por exemplo, que, mesmo já estando em greve há dias, de nada estava adiantando aos mestres o fato de serem os únicos no país a cumprirem fielmente todos os ditames da "Lei de Greve": "*[...] uma vez que os que não seguem a lei estão conseguindo com maior rapidez e êxito o que reivindicam*", e citou a greve dos motoristas como exemplo [536].

Enfim, era chegado o dia 30 de maio. Após meses de mobilização e organização da categoria e, mais importante ainda, após anos de "silêncio", finalmente os professores tanto da rede oficial quanto privada iniciam a sua primeira paralisação/manifestação contra o governo e/ou os patrões pós-64. A situação era inusitada. O clima geral era de tensão. Em plena quarta-feira, escolas de portas fechadas [537], professores de braços cruzados e alunos em casa [538]. Nem os patrões, nem o próprio governo sabiam como enfrentar aquela situação.

A ditadura civil-militar não podia simplesmente, naquela conjuntura, suprimir totalmente a luta grevista. É importante lembrar que o regime encontrava-se em crescente crise de legitimação. O governo já tinha sofrido a derrota eleitoral de 1974 e os movimentos

---

[535] Queixa de mestre... Op. cit.

[536] Professores querem devassa na Apenope. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-28, 3 jun. 1979.

[537] No primeiro dia de greve, centenas de escolas fecharam as suas portas. Isto se deu pelo não comparecimento de alunos, pela falta de professores e também pelo apoio de alguns diretores (é o caso, por exemplo, do diretor do Marista que cedeu o colégio para funcionamento do comando-geral da greve) ao movimento dos professores. Foram as seguintes as palavras do diretor deste colégio acerca de sua posição a favor do movimento dos professores: "*Eu sou cristão, religioso e professor. Minha profissão não é ser dono de colégio. O importante é educar e não ser dono de escola*". Padre diretor é solidário. Diário de Pernambuco, Recife, p. A-8, 2 jun. 1979.

[538] Um grande apoio ao movimento dos professores foi dado pelos políticos do MDB-PE. Logo no segundo dia da greve, o partido divulgou uma nota apoiando totalmente os professores e destacando o sentido de "legalidade" do movimento. A nota oficial do MDB pode ser vista, na íntegra, no Anexo IV.

sociais aumentavam a cada dia. A alternativa mais viável era, de fato, disciplinar, da melhor forma possível, a onda de greves, que tinha se desencadeado fora dos sindicatos oficiais.

Como uma forma de conter o avanço da greve dos professores em seu primeiro dia, a DRT convocou os representantes patronais e dos professores para uma reunião emergencial. Na ocasião, o delegado Romildo Leite fez uma proposta de 60% de aumento para os professores da rede privada a partir de 1° de julho. Após muitas conversas, nem os proprietários dos colégios particulares nem os professores aceitaram a proposta. Os patrões insistiam num aumento de 50%, enquanto os professores (que tinham baixado 15% do índice desde o início do movimento) não abriam mão dos seus 85%, além da aprovação do "delegado sindical", ou seja, uma figura para fiscalizar o cumprimento da lei nas relações entre patrões e empregados em cada colégio [539].

A iniciativa dos professores em enfrentar os patrões e/ou governo, romper o silêncio, assumir os riscos e deflagrar uma greve, de fato, surpreendeu diversos setores da sociedade. Para muitos, o dia 30 tinha sido de vitória, mistério, rebeldia, atitudes míticas e inesperadas, o início de uma nova história para os professores no Estado. Contudo, aos que tinham se surpreendido com o dia 30 apenas pela iniciativa dos professores, este dia ainda escondia outras movimentações. O dia ainda tinha muito a revelar.

Segundo informações do JC, durante a noite do dia 30 de maio, um ônibus da CTU, cheio de motoristas e cobradores de várias empresas, parou em vários pontos do centro do Recife avisando à população que a categoria entraria em greve no dia seguinte [540]. Um repórter do DP, que passava pelo momento, indagou se haveria forças estranhas por detrás da paralisação. Na mesma hora, ouviu de um motorista: "*A força estranha é a fome*" [541].

Após correrem várias ruas do centro, esses motoristas se dirigiram de madrugada às portas das empresas para formarem piquetes, impedindo assim que outros motoristas retirassem os ônibus para o tráfego pela manhã. A deflagração dessa greve pegou de surpresa o governo, os patrões, inúmeros trabalhadores e, até mesmo, o sindicato [542]. Os motoristas que chegavam às garagens por volta das 3h encontrando os demais de braços cruzados foram também se juntando ao movimento. Para conter a situação, a polícia foi acionada e logo nas

---

[539] Ensino particular todo paralisado. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 9, 31 mai. 1979.

[540] Greve continua e PM garante tranqüilidade. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 1, 1 jun. 1979.

[541] Ibid.

[542] O presidente do Sindicato Manoel Luís Ferreira disse em entrevista ao JC que estava ciente dos "burburinhos" existentes entre os motoristas a respeito da deflagração da greve, entretanto pensava que não passasse de boatos. Em suas palavras: "*Eu pensei que não haveria uma vez que* a *classe havia concordado com a contraproposta patronal: 17% de aumento agora e 63% em um mês, num total de 80%"*. Ibid.

primeiras horas do dia 31, 1.500 policiais saíram às ruas e entraram em ação nas proximidades das garagens, efetuando prisões – cinco no total [543] –, reprimindo e revistando os motoristas.

É importante aqui destacar que de todas as greves ocorridas no Estado de Pernambuco no ano de 1979, a greve dos motoristas foi a que houve a maior repressão. Enquanto que, nas outras greves, a ação policial se deu, na maioria das vezes, em casos isolados, na greve dos motoristas a utilização da força da repressão foi muito presente. Vários deles foram revistados, espancados e/ou presos, piquetes desmanchados etc. Para defender os lucros de suas empresas, desde as primeiras horas do início da greve, os empresários solicitaram socorro ao poder coercitivo do Estado para pôr fim às manifestações dos motoristas.

A frase de Carlos Alberto Gueiros, presidente do Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros demonstra, em certo sentido, a posição da classe patronal ante essa greve: "*A greve dos motoristas é uma perturbação da ordem pública. É mais um problema da polícia do que do governo. Legalmente ela não existe, o que há é um movimento rebelde, vítima de uma liderança desastrosa*" [544].

No dia 31 de maio, a RMR amanheceu com duas greves. Enquanto os professores entravam em seu segundo dia de greve, os motoristas de ônibus estavam ainda organizando o movimento, tentando conquistar mais trabalhadores nas portas das garagens. Apesar da intensa repressão policial ao movimento, os motoristas não se acovardaram e continuaram com a greve.

A situação no centro do Recife era bastante tensa: veículos parados nas garagens, imensas filas nos pontos de ônibus, pessoas invadindo os trens e outras sendo levadas para casa em caminhões usados para transportes animais. A descrição a seguir, feita pelo JC, talvez elucide a situação em que se encontrava a cidade do Recife com a presença de duas greves no mesmo dia:

> O centro da cidade era um verdadeiro pandemônio durante a tarde de ontem, com filas quilométricas nos pontos de ônibus e um comportamento neurótico por parte dos populares que corriam atrás de qualquer veículo disponível. Algumas pessoas atiravam-se sobre os carros que a prefeitura colocou à disposição da população enquanto não se resolvia o problema gerado pela greve, causando transtornos ao tráfego e pondo em risco suas vidas. Uma chuva que principiou por volta das 16h30m, obrigou as pessoas a correrem de um lado para outro a procura dos raros táxis que passavam vazios ou

[543] Dos cinco motoristas presos, quatro obtiveram a liberdade no mesmo dia. O quinto motorista – José Mateus Carneiro – passou dois dias detido no Presídio Mourão Filho, pois tinha sido atuado em flagrante e enquadrado no art. 200 do Código Penal, que dispõe: "paralisação coletiva do trabalho com violência à pessoa ou coisa, sujeito a pena mínima de 1 mês e máxima de 1 ano". Através do pagamento da fiança de Cr$ 400,00 José Mateus Carneiro foi liberado no dia 2 de junho.

[544] Greve continua e PM... Op. cit.

> tentando proteger-se do aguaceiro. Enquanto um destacamento da Polícia Militar se concentrava na porta da Delegacia Regional do Trabalho para evitar distúrbios, populares permaneciam sob as marquises dos edifícios, comentando a greve, a maioria considerando justa a reivindicação dos motoristas [545].

É importante destacar que essa greve dos motoristas contou com um significativo apoio da população recifense [546]. O depoimento do jornalista do DP que fez toda a cobertura do movimento é revelador: "*De uma maneira geral, as pessoas que testemunhavam os acontecimentos mostraram simpatia com a causa dos grevistas, se bem que muitas condenaram a violência às vezes usada nos piquetes*" [547].

O setor de transportes tem um caráter também de "efeito multiplicador". Para se deslocar dos subúrbios da RMR para o centro do Recife, a maioria dos trabalhadores utilizava os ônibus como meio de transporte. O governo tentou rapidamente impedir o prolongamento dessa greve, pois em sua ótica, quando não podiam chegar ao emprego, muitos trabalhadores ociosos iriam para as ruas e se envolveriam facilmente em manifestações ou perturbações da ordem.

O clima de tensão presente nas ruas do Recife era passado para o interior das empresas e assim vice-versa. O motorista José Leandro da Silva contou, por exemplo, que, logo pela manhã, um chefe do setor chegou gritando para aqueles que estavam no dentro das garagens: "*[...] quem não for trabalhar agora vai ser demitido. Vocês têm que reagir junto com os soldados. Levem cano de fero, cacete, mas têm que ir à rua. Quero todo mundo lá na rua*!". O motorista lembrou que grande parte dos motoristas que ali estava acabou obedecendo. Entretanto, o primeiro elétrico que saiu voltou logo em seguida: ao entrar no centro do Recife, o trole foi puxado e o ônibus sem energia, não pôde continuar. "*Quando desci para botar a 'banana' no lugar o pau cantou.* ***Os policiais que estavam comigo apanharam mais do que eu***. *Resultado: tive de recolher, porque não vou arriscar a minha vida*" [548].

Da mesma maneira como estava ocorrendo com a greve dos professores, o governo e os patrões estavam procurando associar a greve dos motoristas também à existência de "forças

---

[545] Motoristas voltam os ônibus, mas com os 80%. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 11, 2 jun. 1979.

[546] Um amplo apoio à greve dos motoristas de ônibus foi feito pelo MDB-PE. Em diversas ocasiões, o partido manifestou sua defesa ao movimento em notas à imprensa, em entrevista e, principalmente, fazendo uso da tribuna na Assembleia Legislativa. Veja, por exemplo, o seguinte discurso do Dep. Hugo Martins: "*Essa greve não nasceu nesta madrugada, ela nasceu em 1964, quando os trabalhadores tiveram os seus direitos cassados e se iniciou uma onda de violência a qualquer forma de organização da classe operária. Se alguém deveria estar no banco de réus, são os ministros Delfim Neto, Mário Henrique Simonsen e outros, pois eles manipularam os dados oficiais para enganar a classe trabalhadora brasileira, beneficiando os empresários*". Maciel diz que não há greve: motoristas faltaram. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-6, 1 jun. 1979.

[547] Detidos cinco motoristas de ônibus no Dops. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-7, 1 jun. 1979.

[548] Greve continua e PM... Op. cit., grifo nosso.

estranhas" à categoria. A primeira declaração oficial do delegado regional do Trabalho, Romildo Leite, às rádios da cidade, após a deflagração desta greve, é reveladora:

> Comuniquei ao Ministro do Trabalho a greve declarada dos motoristas do Recife. Pelo acordo de quarta-feira, eles se comprometeram a não deflagrar a greve. Quem está fazendo a greve é uma minoria bem articulada, só pode ser gente preparada para isso. Relativamente ao povo, cabe ao Governo e à Polícia minorarem a situação. Foi uma greve preparada de fora do Sindicato e o movimento é completamente ilegal. Trata-se do trabalho de uma minoria muito bem organizada envolvendo os demais. [...] Se 80 por cento dos motoristas não queriam a greve, uma pequena minoria conseguiu deflagrá-la, muito bem organizada, com piquetes em poucas horas. Deve haver "experts" nesse movimento, gente que sabe conduzir a subversão [549].

Em entrevista ao DP, o Dep. Jarbas Vasconcelos condenou enfaticamente as acusações e a repressão utilizadas pelo governo aos motoristas de ônibus:

> Devemos analisar que os primeiros movimentos grevistas em Pernambuco estão sendo vítimas da brutalidade policial. Se a polícia espancou os operários condutores de ônibus, foi a mando do Governo do Estado. O balanço do movimento até agora, por culpa do Governo, é constristador. É preciso que apelemos para que a polícia se contenha, pois todos devem compreender que os motoristas desejam apenas melhores salários e melhores condições de vida [550].

Para o governo, a situação em que se encontrava a RMR, além de inusitada era bastante incomoda: professores da rede privada e oficial em greve, o principal meio de transporte da cidade parado, inúmeros trabalhadores sem possibilidade de chegar ao trabalho, comércio em prejuízo [551], e, o mais importante, significativos setores da sociedade a favor dos grevistas [552]. No caso da greve dos professores, por exemplo, o JC relatou que em um colégio do Recife, 70% dos professores compareceram às salas de aula, mas nada puderam fazer porque os alunos no lado de fora impediram a entrada de seus colegas. Os alunos juntamente com diversas mães fizeram piquetes na porta de entrada do colégio chamando de "puxa saco" qualquer estudante que tentava assistir aula [553]. O apoio dos alunos ao movimento grevista dos professores pode ser visto, por exemplo, na seguinte fala: "*O Governo está fazendo um*

---

[549] Cf. Greve dos motoristas transtorna a cidade. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-4, 1 mai. 1979.

[550] Jarbas condena ação policial contra motoristas em greve. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-8, 1 jun. 1979.

[551] Segundo dados da CDL do Recife, no segundo dia de paralisação o comércio do Recife já apresentava uma queda maciça de 80% de suas vendas. Greve continua e PM... Op. cit.

[552] Um exemplo claro disso foi a polêmica frase do radialista Samir Abou Hana, proferida ao vivo em seu programa, que teve uma ampla repercussão: "*Apelo as mães e esposas que mandem seus filhos e maridos para as garagens de ônibus*". Ibid.

[553] Governo resolve parar as suas escolas. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 5, 1 jun. 1979.

centro de convenções luxuoso e investindo muito em Suape. Como é que não pode dar o aumento dos nossos mestres?" [554]. Como também, através da fala a seguir:

> Nós, estudantes, estamos sendo prejudicados com a intransigência do Governo em relação à greve dos professores. Estamos ameaçados de perder as férias de julho e termos aulas nos sábados e domingos. Por isso queremos, exigimos, uma decisão das autoridades em relação aos mestres. Afinal de contas, os motoristas foram atendidos em dois dias, por que a discriminação? [555].

No caso da greve dos professores, não apenas pais e alunos prestaram solidariedade ao movimento, mas também trabalhadores de outras categorias profissionais como, por exemplo, jornalistas, políticos, professores e pesquisadores das universidades locais, padres (especialmente o Pe. José Augusto, vigário da Igreja de São José, no Recife) etc. [556]. Como se percebe, nesse processo de construção de redes solidárias em apoio aos grevistas, a participação da Igreja Católica foi de fundamental importância para o desdobramento do movimento, especialmente em momentos de intensificação da repressão [557].

É importante acrescentar que políticos e líderes sindicais de outros estados também apoiaram a greve dos professores pernambucanos. Foi o caso, por exemplo, de Lula, que, no dia 13 de junho, veio à capital pernambucana prestar solidariedade aos professores. Em conversa com os grevistas, Lula ficou espantado quando soube o valor do salário mínimo recebido pelo professor primário em Pernambuco (isto é, Cr$ 1.773,00):

> Lá [em SP] os trabalhadores braçais ganham Cr$ 2.668,00. Aqui, vocês, professores, considerados a classe média do Estado, ganham isso. Mas que classe média desgraçada é essa? que país desgraçado é esse? [...] Não se pode viver num país onde se gasta muito mais dinheiro com propaganda oficial do que em educação. O salário mínimo do trabalhador de São Paulo não dá pra ele comer um quilo de carne em cada 15 dias, como pode dar o de vocês? Querem que vocês tenham a responsabilidade de educar a geração do futuro, como, dando aula de graça? [558].

A presença de Lula em Pernambuco demonstrou o enorme abismo que o separava das demais lideranças sindicais locais. De um lado, estava um líder sindical "combativo" – que

---

[554] Com ou sem diálogo vigília continua firme. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-10, 10 jun. 1979.

[555] Ibid.

[556] Algumas das instituições que se colocaram a favor dos professores/grevistas foram: a ACO, o setor jovem do MDB, a bancada do MDB, o Diretório Regional do MDB, o IEPES, a Convergência Socialista, o CBA, os Diretórios Acadêmicos das Universidades pernambucanas, o CEBRADE, a OAB, o Centro de Cultura Luiz Freire, o Departamento Trabalhista do MDB etc.

[557] Como destacou Leocádia da Hora, em entrevista já citada: "*Todas as vezes que tinha mobilização, greve, a gente ia para porta das igrejas no domingo, divulgar nas missas que a categoria ia entrar em greve [...]. Os padres davam a palavra a gente, para explicar por que era a greve e tal. E quando não tinha esse tipo de abertura porque tinha alguns reacionários então se distribuía do lado de fora o manifesto, o panfleto, o material [...]*".

[558] Lula incentiva os professores à luta. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 8, 14 jun. 1979.

saía de sua própria região para apoiar uma greve de outra categoria profissional –; do outro, estavam líderes sindicais conservadores – que, a todo custo, lutavam pela manutenção do *status quo*. Durante todo o tempo que ficou no estado, Lula não recebeu a visita e não conversou com nenhum dirigente sindical da região [559].

Em suas pesquisas, Leôncio M. Rodrigues percebeu a importância da presença de políticos, artistas e personalidades alheias ao movimento sindical, para o êxito de uma ação grevista. Nos piquetes, esses indivíduos eram bastante úteis tanto por oferecerem, com sua presença, proteção contra as medidas de repressão, bem como por propiciar um cunho "legal" à greve [560].

Com o objetivo de contornar a greve dos professores, no dia 31 de maio, o secretário de Educação, Joel Holanda, divulgou uma carta-circular aos alunos, solicitando a ida destes às aulas [561]. No dia seguinte, isto é, no terceiro dia de greve, o secretário baixou uma portaria suspendendo até a segunda ordem as aulas em todas as escolas da rede oficial de ensino do Grande Recife. A medida foi tomada, segundo ele, devido à greve dos motoristas de ônibus. Mesmo que a portaria tenha sido lançada como meio de esvaziar o movimento, ela acabou tendo um efeito inverso porque deu, de fato, maior tempo para os professores se organizarem e partirem para uma paralisação mais efetiva no interior. Nas palavras de um professor/grevista:

> Uma suspensão agora só vem mostrar que o nosso movimento está forte apesar de que só tivemos um dia para preparar tudo. Achamos que o secretário está usando a greve dos motoristas como desculpa porque sabemos que apenas 20% dos alunos dependem de transporte coletivo para ir à escola. Isso é uma tentativa de esvaziar nosso movimento, mas só irá nos beneficiar [562].

Em seu segundo dia de greve, os professores se reuniram a fim de estabelecer qual seria a principal estratégia a ser adotada no decorrer da greve. Após muitas discussões, ficou

---

[559] O desembarque de Lula no Recife demonstrou, em certo sentido, a situação do sindicalismo vigente em Pernambuco. Embora fosse de se esperar uma calorosa recepção das lideranças sindicais locais, uma vez que Lula representava o mais popular líder trabalhista/sindical do período, nenhum líder sindical o recepcionou no aeroporto. Apenas alguns "militantes de base" e políticos do MDB, tendo à frente o presidente do Diretório Regional do partido, Jarbas Vasconcelos. No dia 18 de junho, Lula proferiu um discurso na Assembleia Legislativa. No final de sua fala, o Dep. Ribeiro Godoy (ARENA-PE) perguntou-o: "*Por que nenhuma liderança sindical de Pernambuco foi recebê-lo no Aeroporto dos Guararapes somente o pessoal do MDB*"? Em resposta, Lula disparou: "*Se fosse um Ary Campista [então presidente da CNTI] que tivesse chegado, talvez dezenas de 'lideres' trabalhistas estivessem no aeroporto para recepcioná-lo. [...] Não fui convidado por nenhum presidente de sindicato do magistério, mas estive com mil professores em greve, a seu convite*". LULA DIZ que a estrutura sindical que aí está não serve para ninguém. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 3, 19 jun. 1979.

[560] RODRIGUES, L., op. cit. (1966), p. 73.

[561] A carta-circular do secretário de Educação aos alunos pode ser vista, na íntegra, no Anexo V.

[562] Governo resolve parar... Op. cit.

estabelecido que, preferencialmente, a estratégia ocorreria sob duas formas: a realização de visitas de pequenos grupos às diversas escolas da RMR na busca de conquistar novas adesões para o movimento, de um lado; e a realização de uma vigília permanente à frente do prédio da Secretaria de Educação, como uma forma de *resistência* [563], até que fossem atendidas as reivindicações da categoria, de outro.

As vigílias diárias dos professores mudaram o cenário do centro do Recife. De noite ou de dia podiam-se ver na calçada da Secretaria de Educação a presença de inúmeros professores (como também de seus filhos e cônjuges), diversas faixas presas espalhadas pelas ruas [564], microfones ligados o dia todo, centenas de colchões e de esteiras, sons de bongôs e de violões, e, nas horas vagas, ciranda, brincadeiras de salão etc. [565].

As vigílias dos professores receberam diversas visitas e apoio, especialmente de políticos do MDB-PE e de artistas da região. Nas palavras de um dos grevistas: "*Essas visitas nos têm levantado o ânimo para prosseguir na quarentena até que os governantes reconheçam a legitimidade de nossas reivindicações e aceitem um diálogo franco, sem mistificações*" [566]. É importante destacar que não apenas o ritmo da cidade, ou melhor, da população, mudou com a deflagração das greves dos professores e dos motoristas, mas também o dos próprios grevistas. Nas palavras de Pedro Castro:

> **A situação de greve afeta a vida de pessoas, grupos e instituições**. Muitas vezes o membro de um casal ou família é levado a desviar-se de seus afazeres comuns para dedicar-se ao movimento grevista, enquanto este perdurar. Quando a dedicação do grevista ao movimento é mais intensa e este se prolonga, não é raro que se agudizem velhos atritos que a normalidade da vida seria suficiente para absorver para outros. Muitas vezes os conflitos afloram de tal forma que ocasionaram separações eventuais ou definitivas de quem antes vivia junto. Mas também a situação de greve costuma aproximar pessoas nela envolvidas, fazendo com que muitas novas uniões se concretizem a partir da convivência nas circunstâncias do movimento [567].

---

[563] Refletindo sobre as diferentes formas de *resistências* existentes em uma sociedade, Marilena Chauí destacou que ela pode ser: "*[...] difusa – na irreverência do humor anônimo que percorre as ruas, muros das cidades – quanto localizada em ações coletivas ou grupais*". CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência**: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 63.

[564] As faixas continham os seguintes dizeres: "*Estamos lutando aqui pela vitória da Educação", "A população apóia os mestres em greve contra salário de fome*", "*Professores querem diálogo, secretário, monólogo*", "*O Governo não respeita a educação, não é Governo*", "*O Governo foge a sua responsabilidade*", "*A educação não é lixo, o Governo não se interessa, fica mudo*".

[565] A ideia da dimensão festiva da greve foi explorada, por exemplo, por: PERROT, Michelle. **Jeunesse de la grève**: France, 1871-1890. Paris: Seuil. 1984.

[566] Com ou sem diálogo... Op. cit.

[567] CASTRO, Pedro. **Greve**: fatos e significados. São Paulo: Editora Ática, 1986, p. 24, grifo nosso.

O JC, por exemplo, fez uma pesquisa com os professores/grevistas para saber como eles estavam vivendo. De acordo com a pesquisa, enquanto uns diziam estar tudo bem, outros afirmavam que suas vidas tinham mudado significativamente; os hábitos foram totalmente modificados e os horários, antes tão certos, no decorrer da greve inexistiam. Veja, por exemplo, os relatos de alguns professores envolvidos:

> "Com a greve, não vejo meu filho há três dias, pois venho muito cedo para o comando geral e sempre volto para casa bem tarde. Meu filho perguntou a minha mulher se eu havia deixado a casa. Diante da negativa, disse que ficaria de plantão esperando" (Mário Medeiros)
>
> "Tenho dois filhos um de cinco meses e outro de dois anos. O mais novinho, consegui quem ficasse tomando conta. O de dois anos não tive com quem deixar. Portanto, ele tem feito os piquetes comigo. É o jeito" (Cristina Almeida).
>
> "Tenho total apoio da família e ela não sente a minha mudança de horário" (Biu Oliveira).
>
> "Sou solteira e não tenho problema com os horários" (Lurdinha Oliveira).
>
> "Minha vida, com a greve, mudou completamente; está desorganizada e venho perdendo muitas aulas do mestrado" (Alexandre Medeiros) [568].

No final da tarde do dia 1° de junho, realizou-se na DRT uma reunião com os proprietários das empresas de ônibus e os representantes dos trabalhadores com o objetivo de negociar o fim da greve dos motoristas. Após horas de discussão, os patrões lançaram a proposta de um aumento salarial de 80% (40% para serem pagos imediatamente e os 40% restantes dentro de 30 dias) [569]. Os motoristas de ônibus aceitaram a proposta e se comprometeram a voltar imediatamente ao trabalho. O acordo foi bastante comemorado pelos motoristas. Para eles, o saldo da greve foi positivo. Além do ganho concreto, a deflagração da greve serviu tanto de aprendizagem quanto demonstração de força e união da categoria. A fala de Félix Cardoso da Silva, um dos líderes do movimento, ao sair do gabinete do delegado regional do Trabalho, é elucidativa neste sentido:

> Ganhamos parte da vitória. Só esperamos agora que o Governo atenda às reivindicações dos empresários, para que eles dêem o restante do pleito, isto é, os 40%. [...] o governo viu que temos forças suficientes e o quanto é necessário o motorista de ônibus. Acredito que agora é a consciência de cada um: empresários, governo e colegas. No momento, vamos comemorar.

---

[568] Piquetes bloqueiam escolas particulares. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 11, 3 jun. 1979.

[569] Uma das exigências dos patrões para que fossem pagos no dia 1° de julho a segunda parcela do aumento salarial aos motoristas de ônibus foi que o governo atendesse às suas seguintes reivindicações: aumento das passagens, repasse do subsídio de 50% do óleo diesel e isenção ou redução do Imposto sobre Serviços – ISS. As passagens de ônibus aumentaram 7,6% quinze dias após a realização dessa reunião na DRT.

> Quero que os colegas circulem com os faróis acesos e buzinando, para que a população saiba da nossa vitória [570].

Dois dias após ter mediado esse acordo entre os motoristas e os donos das empresas de ônibus, o governo se viu diante de uma nova greve no estado: a dos médicos-residentes [571]. Como já destacamos anteriormente, estes já tinham parado as suas atividades, por 24 horas, no dia 22 de maio. Uma vez que, durante o período do dia 22 de maio até o dia 2 de junho, não houve resposta do governo para o atendimento das reivindicações dos residentes, estes decidiram parar novamente as atividades dos hospitais Barão de Lucena, Agamenon Magalhães, do INAMPS, Pedro II, no dia 3 de junho – desta vez, por tempo indeterminado.

No dia 5 de junho, os professores de colégios particulares e os seus empregadores chegaram a um acordo no TRT encerrando a greve que já durava uma semana. O acordo estabeleceu um reajuste de 58% sobre os salários dos professores [572]. O resultado, entretanto, não agradou aos professores e diretores. Os primeiros não estavam satisfeitos porque inicialmente pretendiam um aumento de 85% e obtiveram 58%, enquanto os proprietários de colégios declararam que iriam pagar o referido aumento "*[...] com a corda no pescoço*" [573].

Enquanto os professores do ensino particular encerravam a sua greve, a Secretaria de Educação de Pernambuco realizava esforços no sentido de neutralizar os focos grevistas na área do ensino oficial. No dia 7, por exemplo, o secretário Joel Holanda divulgou um edital no DOU, fixando um prazo de 48 horas para que os professores/grevistas da rede oficial reassumissem as suas funções em suas unidades de ensino, sob pena de sofrerem as punições previstas em lei – que iam de advertência a demissão [574]. Entretanto, apesar da divulgação desse edital, os professores não se intimidaram e decidiram permanecer em greve e em vigília, na calçada do prédio da Secretaria de Educação [575]. As ameaças de demissão tiveram um efeito contrário daquele proposto pelo Secretário de Educação, isto é, "*[...] serviram para unir mais o movimento e aumentar as adesões, inclusive de diversos professores efetivos*" [576].

---

[570] Motoristas voltam aos ônibus, mas com os 80%. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 11, 2 jun. 1979.

[571] 200 médicos vão parar hoje. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 5, 3 jun. 1979.

[572] Por menor que possa parecer, o reajuste salarial dos professores, embora não tenha sido de 85% como reivindicara a categoria, foi 20% acima do primeiro índice oficial. Assim, a campanha foi importante para a classe não só em termos econômicos, mas principalmente no que diz respeito à organização e união da categoria.

[573] Acordo encerra greve de professores. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 1, 6 jun. 1979.

[574] O edital lançado pela Secretaria de Educação pode ser visto, na íntegra, no Anexo VI.

[575] A seguinte fala revela, em certo sentido, o espírito de perseverança dos professores à continuidade da greve: "*[...] E que fique o sr. Governador ciente de que não somos mais crianças e* ***não estamos brincando de fazer greve****. A nossa luta é pra valer. Ficaremos em vigília até sermos tratados com respeito*". Grevistas denunciaram tentativa de conchavo. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 9, 21 jun. 1979.

[576] Cf. Professores acusam governador de omissão. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-8, 8 jun. 1979.

Apesar das adversidades que são imanentes no decorrer do processo, a greve do professores da rede oficial seguiu sua própria dinâmica, com a realização de assembleias, reuniões em igrejas e bairros, "cochichos" pelos corredores e bastidores da entidade sindical, produção de material informativo e arrecadação de alimentos e dinheiro por parte do fundo da greve, que passou a receber doações de vários setores da sociedade. Diferentemente dos professores da rede privada que encerraram a greve em menos de uma semana, os professores da rede oficial, demonstrando uma surpreendente força de resistência e de perseverança, arrastaram a greve por mais de um mês.

Durante todo o período em que vigorou o movimento, os professores da rede oficial permanecerem – mesmo que exaustos e com vários problemas de saúde –, dia e noite, em vigília, na frente da Secretaria de Educação a fim de obter uma reunião com o secretário Joel Holanda para que solucionasse os problemas da categoria docente. Em nenhum momento, houve reunião do secretário de Educação com os grevistas. A este respeito, a ex-deputada federal Cristina Tavares (MDB-PE) comentou:

> Acho vergonhoso que um Governo que se lançou com um slogan de desenvolvimento com participação ponha-se agora intransigente, sem querer dialogar com uma classe tão importante como a dos professores. Isso vem demonstrar a falsa abertura entre o povo organizado e o poder oficial [577].

O final do mês de junho e início de julho foi de refluxo do movimento grevista em Pernambuco. Durante esse período, encerraram-se as duas greves que estavam em vigência no estado. A primeira foi a dos médicos-residentes. Estes suspenderam, no dia 19 de junho, a greve que tinha sido deflagrada desde o dia 3. A decisão de terminar com o movimento foi tomada em assembleia na noite do dia 18, após os residentes ficarem sabendo que o ministro da Previdência não iria puni-los pelos dias que ficaram sem trabalhar e que suas faltas seriam abonadas. A ideia dos residentes era terminar com a greve naquela ocasião, mas também, ao mesmo tempo, continuar com a luta em defesa da carteira profissional assinada [578].

A segunda greve que foi encerrada durante esse período foi a dos professores da rede oficial de ensino. A decisão foi tomada, no dia 4 de julho, em uma assembleia, realizada na Matriz de São José. Além da suspensão da greve, os docentes aprovaram seis itens: a continuidade do movimento reivindicatório; a complementação de carga horária no segundo semestre letivo; a não aceitação de nenhuma forma de punição, como desconto salarial,

---

[577] Lula realiza desejo: falar com d. Hélder. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-8, 15 jun. 1979.

[578] Até hoje, os médicos-residentes não têm carteira assinada. Segundo lei específica, a residência médica é uma modalidade de ensino de pós-graduação que se caracteriza pela aprendizagem no serviço. Os residentes são pagos pelo Sistema Único de Saúde, por meio de parceria entre os ministérios da Educação e da Saúde.

suspensão, demissão, transferência etc., vez que qualquer medida dessa natureza atingiria toda a classe; e a ativação dos comandos regionais, visando conscientizar a opinião pública acerca do movimento [579].

A fala de um professor/grevista releva-nos o porquê da suspensão da greve: "*Paramos agora, não porque o Governo quis, mas porque a classe achou que este é o momento de discutir e refletir. [...] a greve não é um fim, mas um instrumento de que o movimento dos professores dispõe para alcançar seus objetivos*" [580]. À noite do dia 4 de julho ainda, os professores dirigiram uma nota à imprensa, informando acerca das decisões da assembleia [581].

Para grande parte dos professores da rede oficial, longe de um sentimento de derrota, o resultado da greve foi bastante positivo. Nos mais de 30 dias de greve, os professores tinham conseguido, como se pode ver na fala a seguir, pela primeira vez:

> [...] reunir a classe e conscientizá-la "enquanto classe e profissão" de que é preciso lutar para conseguir alguma cosia; derrubar Leônidas da diretoria da APENOPE; a formar uma estrutura, como o comando de greve, que continuará trabalhando, porque não é o movimento que acaba, mas a greve, como instrumento do movimento [582].

Numa determinada parte do romance "Além da greve", Antonio Carlos Nunes narra a experiência do personagem Isik em seu primeiro movimento grevista. Os sentimentos vividos por Isik talvez nos façam imaginar, por exemplo, os pensamentos que possivelmente também passaram na cabeça de muitos professores ao deflagrarem, em sua grande maioria, o primeiro movimento grevista de suas vidas.

> Não importava já o tempo de sua duração. O resultado pretendido fora alcançado. Não houve uma vitória material, é verdade. Até pelo contrário: muitas prisões, espancamentos, operários já sem emprego, pessoas marcadas como agitadoras. Um desastre fora, no seu aspecto reivindicatório... Mas Isik pensa no saldo político, este sim valioso, com sabor de vitória retumbante sobre os que pensavam já ter dominado definitivamente o movimento operário. Aberta uma brecha na barreira julgada invulnerável, criado o precedente para quem, sem timidez um dia ousar repetir as ações de hoje. Talvez numa oportunidade mais propícia, véspera dos reajustamentos salariais, em tempo de descontentamento maior, no agravar de uma crise econômica. Aí as possibilidades de sucesso seriam maiores, mais fácil conseguir as adesões, mais fácil de neutralizar a reação do regime. Fizera uma demonstração do que era possível fazer dentro do sistema de exceção, e isso devia aborrecer os encarregados de mantê-lo, tirar-lhes o sossego. E concluía Isik ter perdido a batalha, mas não a guerra. Esta estava ainda a começar, e o sinal de sua deflagração fora exatamente aquele movimento

[579] Mestres suspendem por noventa dias movimento grevista. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-1, 5 jul. 1979.

[580] Professores encerram a greve. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 5, 5 jul. 1979.

[581] A nota dos professores pode ser vista, na íntegra, no Anexo VII.

[582] Professores encerram a greve... Op. cit.

> grevista. Deve agora pensar nas conseqüências dessa primeira experiência [583].

No dia 21 de agosto de 1979, Pernambuco vivenciou a sua quarta greve urbana do período. Como já destacamos anteriormente, a primeira greve no Estado foi a dos médicos-residentes. A segunda a dos professores das redes privada e oficial do Estado. A terceira a dos motoristas de ônibus. E agora a dos motoristas de caminhões e carretas.

A partir do mês de junho – quando foi concedido o aumento salarial dos motoristas de ônibus da RMR – um grupo de caminhoneiros começou a mobilizar a categoria a pressionar os patrões a concederem o mesmo percentual de aumento dado aos motoristas de ônibus. Os caminhoneiros consideravam injusta uma divisão de salários dentro de uma mesma categoria profissional – isto é, a categoria de motorista.

Durante os meses de junho, julho e início de agosto, esse pequeno grupo de caminhoneiros realizou – *à revelia* de sua entidade sindical – um intenso trabalho de mobilização, conscientização e preparação da categoria para a greve. Após inúmeras recusas dos patrões em concederem o aumento salarial, os caminhoneiros decretaram greve geral da categoria no dia 21 de agosto. A reivindicação principal, como se sabe, foi a equiparação salarial aos motoristas de ônibus da RMR. Nas palavras de um de carreteiro:

> Nossa luta é por melhores salários, por justiça social e contra a discriminação. Os motoristas de ônibus tiveram aumento de 76% e por ventura os caminhoneiros exercem atividades inferiores? Não aceitaremos migalhas e manteremos o movimento paredista até sermos atendidos integralmente [584].

A estratégia adotada pelos caminhoneiros foi a paralisação total das atividades, com a concentração de toda a categoria no Porto do Recife. Nas palavras de um grevista: "*Vai parar o Estado*" [585]. Como informou o JC, já no segundo dia de greve, todas as operações do Porto do Recife estavam paralisadas. Adesão da classe à greve tinha sido total [586].

Apesar da presença de policiais no local, segundo relatos do JC, percebia-se um clima de "bom humor" e "descontração" entre os caminhoneiros. Durante todo o primeiro dia de paralisação, os motoristas ficaram reunidos em grupos, conversando, contando piadas e comentando acerca do movimento. Esta forma "descontraída" do movimento, sem piquetes, sem violência, foi uma estratégia dos próprios caminhoneiros para evitar que atritos e provocações desencadeassem uma repressão policial. Indagado pelo jornalista do JC se os

---

[583] NUNES, op. cit. (1980), p. 85-86.

[584] Greve de carreteiros pode terminar hoje. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-8, 23 ago. 1979.

[585] Associação comercial prevê o colapso. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 5, 22 ago. 1979.

[586] A paralisação é total no Porto. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 6, 23 ago. 1979.

caminhoneiros estariam realizando piquetes, um dos líderes do movimento respondeu: "*Não se fez piquete. Nós apenas amarramos pneus – só de manhã foram uns 40 – porque piquete é negócio para cacete, violência*" [587].

Uma vez que no Estado de Pernambuco o principal meio de transporte utilizado pela economia eram os caminhões, a estratégia adotada pelos caminhoneiros foi então ficar parado no Cais do Recife, aguardando o tempo necessário para que a população sentisse o desabastecimento – sobretudo daqueles produtos considerados essenciais, entre os quais se incluem os gêneros alimentícios, o abastecimento aos hospitais e a distribuição de gás de cozinha e combustível –, e pressionassem o governo e/ou os patrões a concederem o aumento proposto pela categoria.

A greve dos caminhoneiros encerrou-se no dia 24 de agosto, após uma reunião na sede da FIEPE, com a presença do governador Marco Maciel, líderes dos caminhoneiros e empresários. Na ocasião foi decidido um aumento salarial de 76%, sendo 46% imediatamente e os 30% restantes dentro de 60 dias [588].

A quinta greve urbana ocorrida no Estado de Pernambuco no ano de 1979 teve início no dia 29 de outubro de 1979 com a paralisação das atividades dos funcionários da CELPE. Desde o início de outubro, os eletricitários vinham realizando diversas assembleias – é importante dizer, sem a participação da direção do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado de Pernambuco – e reivindicando junto ao governo um reajuste salarial acima dos 50% proposto para a categoria naquele ano.

Na manhã do dia 29 de outubro, um pequeno grupo de funcionários da CELPE não entrou na empresa para trabalhar. Estes trabalhadores, ao som da canção "Pra não dizer que não falei de flores", decidiram ficar reunidos em frente ao edifício-sede da empresa, formando um imenso corredor de trabalhadores, até que conseguissem uma reunião com a diretoria para discutir as questões salariais da categoria. Os eletricitários que chegavam para iniciar as atividades também foram se juntando ao pequeno grupo e se aglomerando em frente da empresa.

Com a divulgação, pelos corredores da CELPE, da existência de um grupo de trabalhadores aglomerados em frente ao prédio da empresa, diversos funcionários que estavam em horário de expediente começaram a desligar as máquinas e "cruzar" os braços. À tarde, nenhum carro da manutenção foi à rua. Só rodaram os veículos que tinham saído no

[587] Camioneiro mantém greve e faz uma nova exigência. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 5, 23 ago. 1979.
[588] Termina a greve dos camionieros. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 5, 25 ago. 1979.

período da manhã. No início da tarde, a paralisação era total. O nível de "coesão e unidade" desses trabalhadores pode ser visto, por exemplo, na seguinte fala:

> [...] na noite da terça-feira, uma pessoa não identificada ofereceu a quantia de Cr$ 1.500,00 para que alguém fosse fazer o reparo de um problema ocorrido no prédio onde mora. [...] mas ninguém aceitou, porque o importante é a nossa luta, e só com união é que vamos conquistar o que exigimos. A ninguém vai nos corromper [589].

A greve dos eletricitários não foi feita "do nada", "de uma hora para outra". Pelo contrário, foi fruto de anos de "*experiências*", isto é, fruto de um trabalho pretérito de mobilização e articulação desenvolvido por alguns trabalhadores no interior dos sindicatos e das empresas. Nas palavras de Luiz Momesso: "*[...] a presença que o movimento sindical conquistou na década de 80 foi o resultado de um trabalho persistente e da experiência acumulada em todo o período da ditadura [...]*" [590]. Este trabalho foi realizado, em sua grande maioria, por um pequeno grupo de trabalhadores, conhecidos como "militantes de base" [591].

Cabe destacar que não apenas os eletricitários tiveram um trabalho de mobilização e articulação, esboçando, na medida do possível, um sinal de resistência, mesmo antes do surgimento do "Novo sindicalismo" em fins dos anos 70. Mas também algumas outras categorias profissionais. Como ocorreu, por exemplo, com os trabalhadores da fábrica da Torre, em dezembro de 1968:

> O patrão era devoto de Santa Luzia, que é dia 13 de dezembro. Ele dava feriado, mas não era feriado, mas a gente tinha que compensar no domingo, mas domingo era dobrado. Eles não pagavam horas-extras de domingo porque tava compensando o dia de Santa Luzia. Aí não fomos nem no dia de Santa Luzia, nem no domingo. Não foi uma greve de piquete porque era na ditadura, mas a gente pixou [sic] as redondezas da fábrica toda, era uma loucura porque eu tava pixando [sic] até três horas da manhã e de seis horas eu tinha que tá entrando na fábrica [592].

Infelizmente, muitas dessas ações – que se desenvolveram sob a forma de pequenas mobilizações e greves de curta duração, restritas a seções de fábricas –, como salientou Luiz

---

[589] Salário é aceito mas não evita a greve. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 3, 3 nov. 1979.

[590] MOMESSO, op. cit. (2008), p. 169.

[591] "*São chamados **militantes de base** todos aqueles trabalhadores politicamente sensíveis e ativos que exercem uma influência organizatória e política sobre os companheiros de trabalho, levando-os a formular corretamente os problemas existentes e a procurar coletivamente os meios de resolvê-los. O militante de base é o principal elemento da organização sindical, sobre o qual repousa a tarefa de implantação do sindicato, além de ser o elemento de ligação entre os diversos níveis da estrutura. Ele é também o propagandista da organização sindical, o animador que movimento a organização, divulgando suas atividades e sua linha geral. Ele é, ao mesmo tempo, um organizador que procura aprofundar o nível de engajamento de todos os associados*". CEDAC. **Perspectivas do novo sindicalismo.** São Paulo: Loyola, 1980, p. 57, grifo nosso.

[592] Cf. Depoimento de Carlúcio Castanha, ex-operário que trabalhava no setor de manutenção da fábrica da Torre, citado por: ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Trabalhadores urbanos de Pernambuco na 2ª metade do século XX**. 2010. Texto não publicado.

Momesso, não constam nos registros e obras sobre o movimento sindical, pois eram resolvidas entre trabalhadores e patrões, sem intervenção dos sindicatos e que não apareciam na imprensa [593].

No final da tarde do dia 29, 150 policiais cercaram o edifício-sede da CELPE e retiraram todos os funcionários do local. Após muita confusão, os eletricitários decidiram esvaziar o prédio. Reuniram-se durante toda a noite numa praça próxima à CELPE. No final da reunião, os eletricitários chegaram a conclusão de que no dia seguinte todos os funcionários da empresa assinariam o ponto de entrada e permaneceriam no local de trabalho, mas sem trabalhar [594]. Esta estratégia foi definida assim por um dos grevistas: "*A polícia que nos expulsou esta tarde, não poderá fazê-lo se estivermos na hora do expediente*" [595].

No segundo dia de greve, diversos políticos do MDB-PE – como é o caso, por exemplo, do Sen. Marcos Freire, da Dep. Cristina Tavares, do Dep. Sérgio Longman, do Dep. Jarbas Vasconcelos, do Ver. Josué Pinto etc. – lançaram o apoio ao movimento dos eletricitários, participando das vigílias, intercedendo junto ao governo, principalmente fazendo uso da tribuna e de declarações na imprensa [596]. Veja, por exemplo, a seguinte entrevista do Ver. Josué Pinto em defesa dos grevistas, apontando irregularidades gritantes dentro da CELPE, especialmente no que se refere às disparidades salariais existentes:

> Causou-me espécie saber que alguns assessores de diretoria recebem a astronômica soma de Cr$ 100 mil por mês, enquanto os pequenos servidores da companhia continuam numa faixa salarial aviltante, motivo precípuo do movimento paredista agora desencadeado. Causou-me espécie, também, a informação de que, além do luxo visível em todas as dependências da Celpe – prédio muito mais rico e suntuoso que o próprio Palácio das Princesas – alguns gabinetes ostentam poltronas caríssimas, algumas delas adquiridas pela bagatela de Cr$ 60 mil. Assim, logo ao primeiro contacto, foi-me fácil compreender a justa revolta dessa greve pacífica e dos motivos irrefutáveis que a provocaram [597].

---

[593] MOMESSO, op. cit. (2008), p. 164.

[594] Como destacou José Álvaro Moisés: "*A tática de negociar com as máquinas paradas demonstrou-se bastante eficaz para as condições políticas da época, além de revelar um alto grau de disciplina [...], que não tiveram de apelar para o velho recurso do piquete e, muito menos, para qualquer gesto de violência para fazer a greve. As vantagens dessa tática são muitas, mas a principal delas é que, além de lograr a participação da quase totalidade dos operários de cada empresa no conflito, deixou os empresários e o governo sem alternativas imediatas para reprimir abertamente o movimento e/ou deixar de negociar*". MOISÉS, op.cit. (1982), p. 124.

[595] Greve sem incidentes, mas a energia está por um fio. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-13, 30 out. 1979.

[596] Jarbas Vasconcelos, à época presidente regional do MDB, teve uma ampla participação na greve dos eletricitários. O JC noticiou, por exemplo, que no dia seguinte à deflagração do movimento, o ex-deputado chegou ao edifício-sede da CELPE para prestar sua solidariedade e a do partido aos trabalhadores. Em sua fala: "*O meu partido diz no seu projeto e luta no seu programa por melhores condições de vida e de trabalho para o povo brasileiro. Por isso estou aqui para trazer minha solidariedade e a do MDB a este movimento ordeiro que está sendo feito por vocês, e para dizer também que a Celpe tem sido desde a sua existência, um ninho de corrupções*". Salário é aceito... Op. cit.

[597] TRT julga hoje dissídio dos eletricitários. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-13, 1 nov. 1979.

Um aspecto que nos chamou bastante atenção em relação à greve dos eletricitários foi a falta de apoio da população. Diferentemente das greves ocorridas em outras atividades no ano de 1979 em que houve uma participação significativa de amplos setores da sociedade, a greve dos eletricitários – apesar do maciço apoio dos políticos do MDB-PE – foi bastante criticada por grande parte da população recifense.

O DP noticiou, por exemplo, o caso de uma dona-de-casa que se dirigiu aos líderes do movimento, acusando-os de tentarem obter melhores salários à custa do sofrimento do povo. Em diversas ocasiões – na maioria das vezes sem sucesso – os líderes do movimento se pronunciaram à imprensa explicando os motivos que levaram a categoria a deflagrar a greve [598]. Como argumentou um eletricitário: "*Mas é preciso que a população compreenda que só com a luta podemos conseguir alguma coisa. A culpa não é nossa, e muita gente inocente está pagando por ela*" [599].

Como se pode perceber, os eletricitários tiveram inúmeras dificuldades durante o curso da greve. Tiveram que enfrentar a intransigência da diretoria em negociar, a repressão policial, a decretação da ilegalidade do movimento – uma vez que a CELPE era considerada um setor de atividade essencial, sendo proibido por lei um movimento paredista – a falta de apoio da população etc. Entretanto, apesar de todas as dificuldades, os eletricitários permaneceram firmes na continuidade do movimento. Isto pode ser visto, por exemplo, na seguinte fala de José Ferreira Lima, um dos líderes do movimento, ao declarar, com o megafone em punho, no segundo dia da greve, aos demais trabalhadores à frente da CELPE: "*[...] estou ameaçado em minha liberdade pessoal. Se sair daqui poderei ser preso. Não estou com medo da prisão, e sim de que o movimento se esvazie*" [600].

No dia 31, os funcionários da CHESF também pararam as suas atividades. Na manhã desta quarta-feira, os funcionários, que chegavam para trabalhar foram se concentrando em frente da empresa, como uma forma de demonstrar solidariedade ao movimento iniciado pelos eletricitários da CELPE, mas, ao mesmo tempo também, de reivindicar melhores condições de trabalho e salário. Em um determinado momento desta concentração, os mais de três mil funcionários presentes, ouviram um colega de trabalho, utilizando um megafone, perguntar do alto de uma carroçaria se a classe concordarem entrar em greve.

---

[598] No dia 1° de novembro, os eletricitários divulgaram uma carta aberta à população, procurando explicar os motivos da paralisação da categoria. A carta pode ser vista, ma íntegra, no Anexo VIII.

[599] CELPE demite cinco funcionários grevistas. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 3, 31 out. 1979.

[600] Ibid.

Sob "gritos de viva", todos ergueram as mãos concordando com ideia da greve [601]. Com a chegada do Batalhão de Choque da Polícia Militar, os eletricitários deram-se as mãos e passaram a gritar: "*O povo / unido / jamais será vencido*". Em seguida, os trabalhadores formaram um cordão de isolamento para proteger os membros da comissão de salários e conduzi-los até aos carros estacionados perto do prédio da CHESF. Os funcionários da CHESF permaneceram cinco dias em greve. No dia 4 de novembro, o presidente da empresa Arnaldo Barbalho divulgou a concessão de aumentos salariais escalonados que variavam de 81,35 a 53%. Segundo a comissão de greve, esse foi o maior aumento salarial já alcançado pela categoria [602].

No dia 12 de novembro, o governador Marco Maciel deu o primeiro passo para negociar o fim da greve na CELPE [603]. Neste dia, o governador lançou uma nota oficial afastando o diretor-presidente Murilo Paraíso das negociações e colocando à frente o secretário de Transportes, Energia e Comunicações, Antão de Melo [604]. Este, além de ter boas relações entre os eletricitários, era conhecido também pelo seu poder de argumentação e flexibilidade. Para que se iniciassem as negociações, a exigência que fora imposta por Antão de Melo aos eletricitários foi à formação de uma nova comissão de negociação entre os trabalhadores. Após uma rápida votação, a decisão foi aceita e, no mesmo dia 12, se formou uma nova comissão de negociação que logo tratou de marcar uma reunião com o secretário para o final da noite [605].

Na manhã do dia 13, os líderes do movimento levaram para os trabalhadores que estavam acampados em frente ao edifício-sede da CELPE os resultados da negociação da noite anterior: abono de todas as faltas dos grevistas, concessão de reajuste salarial escalonado de 75% até o índice do governo, estabelecendo o piso salarial em Cr$ 5.076,00, e comprometimento de indenização dos cinco funcionários que faziam parte da primeira comissão de negociação – demitidos no segundo dia do movimento –, readmitindo-os em

---

[601] Grevistas da CHESF mantêm fornecimento de energia normal. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-1, 1 nov. 1979.

[602] Greve na CELPE caminha para conciliação. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-8, 6 nov. 1979.

[603] Segundo relato dos trabalhadores ao DP, a iniciativa de Marco Maciel em negociar com os eletricitários se deu por questões financeiras. A greve dos funcionários da CELPE estava gerando um enorme prejuízo para os cofres do estado. O próprio diretor-presidente da empresa, Murilo Paraíso, confidenciou que a companhia vinha tendo um prejuízo diário de cerca de Cr$ 13 milhões desde que os seus funcionários entraram em greve. Eletricitários mantêm a greve na Celpe. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-3, 6 nov. 1979.

[604] Nota oficial pode ser vista, na íntegra, no Anexo IX.

[605] Governo decide intervir na greve da Celpe. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 3, 13 nov. 1979.

outro órgão da administração indireta do Governo Estadual, assegurando-lhes ainda um ano de estabilidade [606].

Após uma rápida votação, os eletricitários decidiram aceitar as proposta da CELPE e voltaram imediatamente ao trabalho. Encerrava-se, assim, em seu décimo quinto dia, a primeira greve dos eletricitários de Pernambuco no pós-64 e a última greve ocorrida neste intrigante e provocador ano de 1979. No geral, o saldo mais positivo desse movimento tenha sido o fato de ter paralisado o funcionamento de uma entidade incluída na lista de atividades essenciais do governo, onde era terminantemente proibida a realização da greve.

Enfim, de uma maneira geral, podemos dizer que, com a deflagração de todas essas greves no ano de 79, caíram sobre os trabalhadores pernambucanos quase todos os olhos da sociedade, não só das forças conservadoras, por motivos óbvios, mas também de diversos atores sociais – que lutavam em outros movimentos sociais –, comprometidos com a luta pela redemocratização, que viam nessas ações grevistas um grande momento de confrontação com o regime civil-militar.

5.1.3. Análises de um ano grevista

O primeiro aspecto que vale a pena ser destacado acerca das greves urbanas ocorridas, em Pernambuco, no ano de 1979, diz respeito à atuação dos trabalhadores mesmo que *à revelia* de suas entidades sindicais. Isto é, em Pernambuco, as greves ocorridas em 79 foram desencadeadas sem o apoio, o controle e, algumas vezes, sem o conhecimento dos sindicatos. Diferentemente da retomada do movimento grevista na região do ABC paulista que teve o apoio dos sindicatos, em Pernambuco, a deflagração e o desenvolvimento das greves urbanas ocorreu sem a participação e o apoio das entidades sindicais. Ou melhor, ocorreu com a total oposição às atividades da categoria. Parafraseando as palavras de Antonio Carlos Nunes:

> A conjuntura política apresentava-se promissora, sentia-se no ar uma perspectiva de mudanças. Permitia-se já relativa liberdade ao povo, seus porta-vozes respiravam aliviados e os anseios há pouco contidos fluíam às praças. Ressurgiam os idealistas, eufóricos, pronunciando o fim de uma dura época política. [...] A cidade ganhava o colorido de antigamente, marcante de sua vida atribulada: estudantes em alegres passeatas, com seus líderes carismáticos; faixas convocando para as manifestações de intelectuais, conferências e palestras, atribuição reservada e renomados sociólogos e intérpretes de diferentes correntes do pensamento filosófico. **Só os sindicatos ainda modorravam, tardando a sair da inércia a que haviam sido colocados, indiferentes à onda política que lhes chegava às portas**. Resistiam com esforço dos seus dirigentes ao convite implícito às próprias

[606] Cidade em paz é a greve da Celpe que chega ao fim. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-8, 14 nov. 1979.

> circunstâncias, e extensivo a todos os segmentos da sociedade. Haveriam, porém, de ser motivados, ante o recrudescimento das manifestações de rua [607].

Se, em teoria, os sindicatos são órgãos de defesa dos trabalhadores para a manutenção de um salário digno e de uma jornada de trabalho menos extenuante, por que então os sindicatos urbanos de Pernambuco se lançaram contra as greves deflagradas pela sua categoria no ano de 1979?

Como já vimos no capítulo anterior, desde meados de 1974, o sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo passou a adotar uma postura mais "reivindicativa" e, de certa forma, mais "combativa" em relação ao governo e aos patrões. Este sindicato procurou desenvolver, a partir de 74, maciças campanhas salariais e de sindicalização, cursos, seminários e congressos (como foi o caso, por exemplo, do I congresso metalúrgico em 1974 e do II em 1976) e a campanha pela reposição salarial dos 34,1% em 1977.

Em 1978, quando foi deflagrada a greve na Saab-Scania, o sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo, embora não tenha iniciado a greve, rapidamente assumiu o comando do movimento – especialmente no que se refere à questão da mobilização das bases e da negociação com os empresários [608]. Nas greves dos anos posteriores, cada vez de maneira mais presente, esse sindicato procurou se afirmar como um canal de luta, conscientização, união, mobilização e organização dos trabalhadores.

Se as greves desencadeadas em São Bernardo contaram com o apoio e a participação de grande parte das lideranças sindicais da região o mesmo não pode ser dito das greves urbanas deflagradas em Pernambuco no ano de 1979. E isto se deu porque – diferentemente da região do ABC paulista que contava desde meados de 1974 com lideranças "combativas" – em Pernambuco, predominava dirigentes sindicais "conservadores" e "imobilistas".

Nesse estado, os dirigentes sindicais urbanos ou eram interventores impostos pelo próprio governo desde 1964 ou "pelegos" que davam apoio ao regime civil-militar. Nas palavras de José Arlindo Soares, eram "*[...] dirigentes desligados de qualquer trabalho de*

---

[607] NUNES, op. cit. (1980), p. 73-74, grifo nosso.

[608] Eder Sader nos dá uma boa explicação para o fato de o sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo não ter iniciado nenhuma greve entre os anos de 1974-1978: "*Suas lideranças estavam convencidas da necessidade das greves e sabiam que o destino do movimento sindical na região dependia do resultado das ações em curso. Mas sabia que um 'passo em falso' (ou seja: alguma definição expressa de apoio a um movimento ilegal) poderia significar uma intervenção ministerial num momento em que sua organização nas bases não era suficiente para assegurar sua continuidade. Suas incertezas não se referiam apenas à reação governamental: a liderança sindical não sabia tampouco quais eram as disposições reais da categoria nem qual seria sua atitude ante o sindicato. A preocupação em desvincular as greves de qualquer 'esquema ideológico' ou radicalismo visava evitar uma repressão militar. Nesse sentido percebe-se também um compromisso de respeito à ordem vigente. Por outro lado, o sindicato legitima o movimento; por outro, estabelece o objetivo: as negociações*". SADER, op. cit. (1988), p. 301.

base e, em geral, contrários à proposta de reformas efetivas e profundas na legislação vigente. Suas perspectivas de mudanças passam apenas pelo modorrento processo de conversão no âmbito ministerial, afastado da categoria e das reuniões intersindicais" [609].

A prática pelega nos sindicatos urbanos de Pernambuco no final dos anos 70 era algo mais do que evidente. Os sindicatos desta região eram conhecidos pelo burocratismo, assistencialismo, distanciamento das bases e imobilismo [610]. O peleguismo (a prática exercida pelo dirigente sindical que, comprometido com determinações oficiais, colocava-se entre o governo e os integrantes da sua categoria, servindo como amortecedor dos embates sociais ou de classes) era uma constante nos sindicatos urbanos de Pernambuco. Isto ocorria, pois:

> [...] dirigir um sindicato, atualmente, sem contrariar a orientação governamental, é um ótimo negócio em termos de projeção pessoal. Arriscado é promover as reivindicações dos representados, em legítimo exercício da função sindical, uma vez que isto pode dar cassação – como já deu a muitos – obrigando a retornar à fábrica ou ao escritório. E aí, adeus status de dirigente oficialista e toda uma série de vantagens – verdadeira mordomia – que o trabalhador comum jamais terá [611].

O distanciamento das entidades sindicais em relação às bases podia-se ver nas raras assembleias, reuniões e discussões realizadas com os trabalhadores. Como destacou José Arlindo Soares, esses sindicatos não possuíam nem ao menos "um quadro de aviso" para comunicação com suas bases. O contato mais frequente era feito pela visita dos associados à sede da entidade em busca de assistência médica [612].

Outra característica dos sindicatos urbanos de Pernambuco foi o *imobilismo*. Desde a instauração do regime civil-militar, a principal forma adotada pelos dirigentes sindicais para conduzir as reivindicações salariais da categoria nunca era o "confronto", mas sim "formas de protestos não-mobilizadoras", ou seja, abaixo-assinados, memoriais, carta de reivindicações ou notas oficiais distribuídas à imprensa. Como argumentou José Arlindo Soares: "*Assumindo publicamente a defesa das reivindicações de reposição salarial e de outros pleitos que*

---

[609] SOARES, op. cit. (1984), p. 90.

[610] Entre os meses de fevereiro e junho de 1981, o CEDEC realizou uma série de entrevistas com diversos dirigentes sindicais urbanos dos estados do RJ, SP, RS e PE. À pergunta sobre o "direito de greve", as respostas dos líderes variaram de acordo com o estado pertencente. No caso específico de Pernambuco, apenas 3% da amostra consideraram a greve como uma forma de luta prioritária, isto é, como uma forma de pressão fundamental. Persiste para a maioria, a concepção da greve como elemento desestabilizador das relações sociais, necessitando, portanto, do controle do Estado. Esses dirigentes sindicais justificam a manutenção da "lei de greve" (Lei n° 4.330/64) sob a alegação de que ela contemplava e garantia a greve como direito assistido aos trabalhadores. Nas palavras de José Arlindo Soares: "*A defesa de um direito de greve 'pleno e incondicional' foi assumida, portanto, por uma parcela minoritária que corresponde, na amostra, à maioria dos líderes rurais e alguns poucos da área urbana. Nesta questão ocorreu, em Pernambuco e na Paraíba, quase uma inversão em relação à média de respostas nos outros Estados*". Ibid., p. 102.

[611] NUNES, op. cit. (1980), p. 17.

[612] SOARES, op. cit. (1985), p. 187.

vinham sendo discutidos nacionalmente, estes sindicalistas lançaram uma proposta de 'modernização conservadora' que consiste em tornar o Sindicato reivindicativo, sem necessidade de passar por mobilizações, greves ou qualquer outro tipo de mobilização" [613].

Como já vimos anteriormente, no caso específico dos professores da rede oficial, um dos principais motivos que levaram a categoria à deflagração da greve em maio de 1979 foi o "imobilismo" da diretoria sindical. Como fazia todos os anos, a APENOPE desejava entregar em 1979 um memorial ao governador contendo as reivindicações salariais da categoria para aquele ano. Esta forma de atuação foi bastante criticada por diversos professores que, em um determinado momento, chegaram à conclusão da necessidade de assumir uma postura mais "combativa", isto é, assumir os riscos, cruzar os braços e iniciar a greve.

O segundo aspecto que vale a pena ser destacado a respeito das greves urbanas em Pernambuco se refere aos setores da economia em que elas foram deflagradas. Como já destacamos, em Pernambuco, o "Novo sindicalismo" ocorreu de maneira muito singular/peculiar. Diferentemente do movimento grevista iniciado na região do ABC paulista, em Pernambuco, o surgimento das greves não se deu a partir dos setores de ponta da indústria local, mas sim através dos "assalariados de classe média" [614], dos "trabalhadores de base em serviços urbanos" e dos "não-assalariados" [615].

A nosso ver, uma das explicações que podem ser dadas para a preponderância dos "assalariados de classe média" [616] e dos "trabalhadores de base em serviços urbanos" e não os

---

[613] SOARES, op. cit. (1985), p. 184-185.

[614] O conjunto dos trabalhadores de classe média distingue-se dos demais trabalhadores por seu apego à ideologia da meritocracia, fundada na mistificação de dons e méritos individuais. A ideologia meritocrática "explica" as condições de vida e de trabalho de cada trabalhador como resultado de dons e méritos pessoais. Como argumentou Armando Boito Jr., "*O meritocratismo articula-se com o sindicalismo graças ao deslocamento da ênfase no mérito individual para a ênfase ao mérito da profissão. **O culto ao mérito do indivíduo é prolongado e completado pelo culto ao mérito da profissão***". BOITO JUNIOR, Armando. Classe média e sindicalismo: uma nota teórica. In: **Brasil e a Nova Ordem Internacional (Anais do IX Congresso Nacional dos Sociólogos)**. São Paulo: Simesp, 1994, p. 211.

[615] Os conceitos utilizados foram baseados em Maria H. Tavares de Almeida. A autora classifica os segmentos salariais no Brasil da seguinte forma: a) trabalhadores industriais (ou seja, os operários); b) trabalhadores na construção civil; c) trabalhadores de base em serviços urbanos (motoristas e cobradores de ônibus, lixeiros etc.); d) assalariados de classe média (médicos, enfermeiros, professores etc.), isto é, profissionais que têm o nível universitário; e) não assalariados (feirantes, motoristas de táxi, motoristas de caminhão). ALMEIDA, M., op. cit. (1981), p. 172.

[616] Renato Boschi fez uma importante avaliação a respeito da entrada dos "assalariados de classe média" (médicos, professores, funcionários públicos etc., por exemplo) em atividades grevistas no país, em fins dos anos 70 e no decorrer dos 80. Segundo o autor, os anos do "milagre econômico", no início da década de 1970, possibilitaram a expansão da classe média no país. Entretanto, com o fim do "milagre", especialmente, com a recessão do início dos anos 80, esse segmento médio da sociedade passou a sofrer com o ônus da exploração, proletarizando-se cada vez mais rapidamente. Em suas palavras: "*[...] quaisquer que tenham sido os ganhos obtidos em algum momento, esse segmento social enfrenta agora uma exclusão econômica progressiva. Não é, pois surpreendente que, no realinhamento que ocorreu no período de transição, a classe média emergisse como um ator político importante de oposição ao regime*". BOSCHI, op. cit. (1987), p. 61-62.

"trabalhadores industriais" nas atividades grevistas no Estado de Pernambuco em 1979 diz respeito às características estruturais de emprego daqueles trabalhadores que possibilitaram maior capacidade de organização e mobilização. As categorias profissionais que deflagraram greve em Pernambuco nesse ano foram os médicos, professores (universitários, da rede oficial e privada), motoristas e eletricitários. Uma característica decisiva dessas categorias é sua estrutura "monopólica" ou "oligopólica" de emprego: um ou poucos empregadores (às vezes, até mesmo o Estado) para um grande número de trabalhadores em cada categoria. Neste sentido, a organização e a mobilização da categoria se desenvolvem de maneira rápida, uma vez que os trabalhadores estão diante de poucos empregadores – o que facilita uma maior pressão – e de condições de salário e trabalho similares em cada ramo de atividade.

O terceiro aspecto que cabe aqui ser mencionado diz respeito ao trabalho de articulação e/ou preparação das greves. Estas não foram feitas apenas no interior dos sindicatos e das empresas, mas também em diversos outros locais, tais como as associações de moradores, especialmente, as igrejas ou os grupos ligados a ela (CEBs, círculos, pastorais etc.) [617]. Na visão de José Arlindo Soares, "*Fora a Igreja, nenhuma outra organização de oposição manteve entre os trabalhadores qualquer trabalho relevante e sistemático. O trabalho do Partido Comunista esvaziou-se com as prisões, exílio e cassação de seus líderes políticos e sindicais, revelando pouca consistência e frágeis laços orgânicos com as bases*" [618]. Com a presença de diversos dirigentes "pelegos" à frente dos sindicatos urbanos de Pernambuco, os locais fora das entidades sindicais tornavam-se assim importantes centros políticos de discussão entre os membros do comando de greve. Segundo Salvador Sandoval:

> [...] durante os anos de repressão, enquanto os sindicatos desenvolviam suas atividades de assistência jurídica e social, trabalhadores empenhados na luta tentavam usar outras formas legais de organização para a resolução de seus problemas. Um grande número deles tornou-se particularmente ativo nas associações de moradores e nas organizações religiosas que se reproduziam nos bairros proletários das grandes cidades. Essas organizações atraíam os trabalhadores que buscavam um lugar em que pudessem se engajar nos

[617] Como destacou Iram Jácome Rodrigues: "*A Igreja Católica, pela sua capacidade de organização junto aos pobres, desempenhou, por um largo período, o papel de catalisadora das aspirações populares e, desse ponto de vista, foi uma das responsáveis pela reorganização do movimento popular e sindical no Brasil depois de 1964. No que tange aos vários movimentos de base surgidos no país nesse período, a Igreja funcionou como um ímã, a um só tempo centro irradiador e aglutinador dos multifacetados organismos de base que se desenvolviam por todos os lados. E, junto com estes, vai ajudando a criar uma concepção que também existe em outras correntes de pensamento, tais como: formas de ação direta, pouco valor dado à representação, sindicalismo mais voltado para as bases, defesa dos sindicatos livres, formação de comissões de empresa nos locais de trabalho, enfim, um discurso voltado à dignidade do trabalhador*". RODRIGUES, I., op. cit. (1997), p. 86.

[618] SOARES, op. cit. (1985), p. 188.

> esforços coletivos de melhorias sua condição econômica e de expressão de suas críticas ao regime [619].

Como se pode perceber, o movimento dos trabalhadores não ficou preso apenas ao plano sindical, mas envolveu também outros setores da sociedade. Daí a dimensão política e social do movimento. Como destacou Regina Bega dos Santos:

> As lutas ocorridas no mundo do trabalho não estavam isoladas das que aconteciam no âmbito dos bairros. É importante ressaltar que a dualidade entre esses dois mundos é apenas analítica, pois muitas greves deflagradas entre 1978-80 encontraram apoio nas experiências de luta das organizações de moradores; além disso, o movimento operário influenciou, também, as lutas travadas pelas associações de bairro. O momento é de fusão. Um confronto que ocorre no mundo do trabalho se alimenta de articulações forjadas nas lutas cotidianas centradas nos bairros, onde vivem os pobres que lutam por melhorias urbanas [620].

De acordo com Celso Frederico, na região sul do país – principalmente em São Paulo – os trabalhadores mais "combativos", durante os anos finais da década de 1970, foram indivíduos que saíram do interior do próprio sindicato. Indivíduos que, na maioria dos casos, se espalhavam ou gravitavam em torno da figura política de Lula. Nesta região, os sindicatos constituíam-se, assim, em um local de agrupamento, organização, mobilização e preparação dos trabalhadores tanto para a luta reivindicativa e quanto para a própria ação política. Em outras regiões do país, no entanto, devido à ausência de dirigentes sindicais que tomassem a frente da luta dos trabalhadores, o surgimento do "Novo sindicalismo" se deu de maneira descentralizada e difusa, ocorrendo, na maioria das vezes, nos bastidores dos sindicatos ou tendo reuniões às escondidas em igrejas, associações de bairros, casas de militantes, círculos e pastorais católicas etc. [621].

Como vimos no capítulo anterior, desde meados de 1974, esse "trabalho de formiga" era realizado pelos "militantes de base" em diversos locais. Como é o caso, por exemplo, do setor metalúrgico, que, desde essa data, já contava com um pequeno grupo de articulação e mobilização da categoria atuando silenciosamente dentro de algumas empresas, "por debaixo dos panos, sem aparecer muito", no interior do próprio sindicato e, especialmente, com a participação da ACO.

A ACO teve uma importante influência e participação na formação do "Novo sindicalismo" em Pernambuco. Fizeram parte de suas reuniões várias categorias profissionais – têxteis, comerciários, gráficos, construção civil – especialmente, os metalúrgicos que eram

---

[619] SANDOVAL, op. cit. (1994), p. 154.

[620] SANTOS, R., op. cit., p. 94.

[621] FREDERICO, Celso. **A vanguarda operária**. São Paulo: Símbolo, 1979, p. 147.

os de maior número e o mais combativo em relação às outras categorias. Durante a primeira fase do "Novo sindicalismo" urbano de Pernambuco (1979/1985), os metalúrgicos, por exemplo, foram os únicos que acabaram por "*[...] se constituir numa força real capaz de se tornar a direção da categoria*" [622].

A explicação para a ampla influência da ACO no movimento sindical urbano em Pernambuco durante os anos 70 se dá pelo fato de que, com o desmantelamento das bases sindicais do PCB após o golpe de 64, os militantes (e/ou de outros partidos de esquerda), mantiveram, por certo, algum contato com um ou outro trabalhador, no entanto, não conseguirem organizar núcleos mais consistentes que pudessem se opor ao "peleguismo/policialesco". Pelas dificuldades existentes de um partido de esquerda na clandestinidade montar um núcleo consistente de contato com os trabalhadores durante a década de 1970, este trabalho passou a ser feito, na maioria das vezes, pelas pastorais católicas e, especialmente, no caso de Pernambuco, pela ACO [623].

> [...] a ACO ficou conhecida como movimento de vanguarda do movimento operário, o que não deveria ser. Movimento de vanguarda são os partidos políticos, são movimentos operários, nunca movimentos de Igreja. Mas a ACO ficou assim conhecida porque no período da ditadura, pós-64, os sindicatos ficaram abafados, ficaram na mão dos interventores [...]. A ACO aproveitava a oportunidade e fazia as denúncias. Por exemplo, quando Gregório Bezerra foi arrastado com corda no pescoço, pelas ruas do Recife, foi a ACO que denunciou. Não somente ao público, mas também à Igreja, porque a Igreja sempre foi conivente com essas coisas. Quando um sindicato era submetido à intervenção do governo, era a ACO que denunciava, porque os outros sindicatos tinham medo de fazê-lo [...]. Quando havia fechamento de indústria, demissões, quando havia qualquer coisa que atingisse a classe trabalhadora, a ACO fazia denúncias, através da imprensa e também junto à Igreja [...] [624].

É importante aqui destacar que, embora durante os anos de 1974 a 1978 tenha havido um forte e permanente "trabalho escondido/clandestino", liderado pelos "militantes de base", em algumas empresas, sindicatos e bairros, esta forma de atuação ocorreu de maneira mais consistente, entre os anos de 1979 e 1980, quando, de fato, esses militantes passaram a atuar de maneira mais acentuada pelos "bastidores" de suas entidades sindicais. A esta fase do sindicalismo urbano de Pernambuco – em que majoritariamente o trabalho realizado pelos "militantes de base" se deu de maneira "miúda", "clandestina", isto é, *à revelia* dos dirigentes sindicais – chamamos de "*Novo sindicalismo de bastidor*". Ou seja, entre os anos de 1979 e

---

[622] SOARES, op. cit. (1985), p. 189.

[623] Embora devamos ressaltar que alguns partidos ou pessoas remanescentes de partidos clandestinos como o caso do PC do B, do PCBR e do MR-8 atuassem também a partir dos trabalhos da igreja.

[624] Cf. Depoimento de Luíz Barros concedido em entrevista a MONTEIRO, op. cit. (1992), p. 208-209.

1980 – diferentemente do ABC paulista em que as lideranças sindicais tomaram à frente do movimento grevista –, em Pernambuco, a presença do "Novo sindicalismo" se deu *à revelia* dos dirigentes sindicais, ocorrendo a partir de um pequeno grupo de militantes que atuava por detrás das cortinas dos sindicatos, na surdina, isto é, agia nos "bastidores" das entidades.

Um exemplo claro desse trabalho de "bastidor" foi o Sindicato dos Metalúrgicos, onde diversos ativistas desenvolveram, mesmo anos antes da posse da diretoria de oposição, um forte trabalho de mobilização no interior da categoria. Como destacou José Alves de Siqueira, ex-dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos:

> Mesmo antes da inscrição da chapa [em 1981], a gente já tinha veiculado material gráfico dentro da categoria. Fazia pronunciamento, nas assembléias, a gente ia lá e metia o pau em Zé Luís. Ou seja, **já existia uma chapa, sem dizer que era chapa** e já existia um corpo de pessoas que trabalhavam dentro da categoria como oposição, mas sem ser conhecido [625].

O quarto aspecto que vale a pena ser ressaltado em relação às greves urbanas em Pernambuco em 1979 diz respeito à finalização de três importantes greves (motoristas, caminhoneiros e eletricitários) que, de um modo geral, favoráveis aos trabalhadores – uma vez que o total das reivindicações foi atendido – talvez se encaixe nas considerações de Armando Boito Jr ao dizer que:

> Quando a greve era demasiada frágil, os Tribunais do Trabalho emitiam, sem quaisquer dificuldades, sentenças claramente desfavoráveis, mas obtinham, mesmo assim, a suspensão do conflito. **Nos casos em que as greves demonstravam maior poder de pressão, [...] os Tribunais Regionais do Trabalho, submetidos à pressão direta dos grevistas e querendo pôr fim à greve, emitem sentenças mais favoráveis aos trabalhadores** [626].

O quinto aspecto diz respeito à pauta de reivindicações dos trabalhadores. Segundo Luiz W. Vianna:

> Esses movimentos todos fizeram oposição a um certo tipo de política econômica – expressa numa política de salários e numa política urbana determinada –, fizeram oposição a uma política sindical fundada na manutenção de normas de estruturação sindical que na realidade coíbem a manifestação dos trabalhadores; fizeram oposição a uma ordem política excludente que priva os trabalhadores dos benefícios da cidadania. Alterar a política econômica, transformar a estrutura sindical, democratizar a ordem política são objetivos, são metas de longo alcance colocadas pela própria movimentação deste ano [627].

Analisando, em conjunto, as greves urbanas de Pernambuco deste período, percebe-se que, de uma maneira geral, as suas reivindicações gravitaram em tono de cinco questões:

---

[625] Entrevista concedida ao autor no dia 04 de setembro de 2011.

[626] BOITO JUNIOR, op. cit. (1991a), p. 273.

[627] VIANNA, op. cit. (1983), p. 127.

a) salários (reajustes, piso salarial, equiparações salariais etc.);
b) adicionais, taxas e subsídios (hora extras, turno, insalubridade, férias, transporte, alimentação etc.);
c) condições de trabalho (jornada, turno, ritmo, melhorias na comida, maior tempo para a pausa, maior segurança no trabalho, condições menos vexatórias para uso do banheiro, mais limpeza e melhorias no ambiente de trabalho etc.);
d) aumento do poder sindical (colocação de quadro de avisos do sindicato dentro da empresa, delegado sindical, comissão de empresa etc.);
e) e situação funcional (critérios de recrutamento e de dispensa, cartas de aviso-prévio, estabilidade no emprego, sistema de promoção, condições democráticas de eleições das CIPAS etc.).

Como se pode observar, no que diz respeito à pauta de reivindicações – com exceção do último item – as greves ocorridas em Pernambuco no ano de 1979 não trouxeram nada de muito novo. Grande parte dessas reivindicações já havia sido lançada pelos trabalhadores antes mesmo da deflagração das greves de 79. Ou seja, já vinha sendo discutida, há diversos anos, entre os trabalhadores, no interior das empresas. O que diferenciou a luta dos trabalhadores em 1979 em relação aos anos anteriores não foi a pauta de reivindicação em si, mas a "forma" em que ocorreram essas reivindicações. Como bem enfatizou Claude Berger:

> [...] não é a reivindicação em si mesma que é portadora do processo de emancipação dos trabalhadores na ordem do trabalho assalariado [...]. São as **formas de ação e luta** que criam união, que libertam o poder dos trabalhadores para organizarem autônoma e coletivamente novas formas de existência, são as modalidades de luta que representam a quebra, ainda que provisória, da opressão dos trabalhadores. Elas é que representam o aspecto emancipador das greves [628].

Entre os anos de 1964-1979, os trabalhadores se utilizaram de diversas estratégias a fim de procurar alcançar do governo e/ou dos patrões o cumprimento de suas reivindicações. Durante esses anos, as principais estratégias adotadas pelos trabalhadores foram: os abaixo-assinados (às vezes, em forma de circular, para que as chefias não identifiquem os iniciadores); as reclamações coletivas; as operações tartaruga; as recusa de horas extras etc.

Laís Abramo registrou em sua obra, por exemplo, vários casos de brigas dos trabalhadores com os chefes ou a segurança, pequenos atos de "esperteza" e desobediência, cujo sentido era o de reivindicar exigências trabalhistas, tentar escapar dos aspectos mais duros da disciplina imposta, assim como também o de reafirmar a própria dignidade,

[628] BERGER, Claude. **Marx, L'association, L'anti-Lenine**: vers l'abolition du salariat. Paris, Payot, 1974, p. 92, grifo nosso.

violentada pelo desrespeito e pela arbitrariedade que caracterizavam as relações hierárquicas no interior das empresas [629].

Durante os anos de 1964 a 1979, as pequenas lutas reivindicativas dos trabalhadores se restringiam ao interior das empresas, à atuação "pelega" de suas entidades sindicais, à entrega de memoriais, notas oficiais à imprensa etc. A deflagração das greves em 1979, no entanto, levou essas lutas reivindicativas para as ruas. Com as greves, amplas parcelas da população pernambucana passaram a invadir as praças públicas. Como falou certa vez Eric Hobsbawm: "*Quando a Bastilha cai, os critérios normais do que é possível sobre a terra são suspensos, e os homens e mulheres naturalmente dançam nas ruas antecipando a utopia*" [630].

Em Pernambuco, o grito dos trabalhadores – com ou sem megafone – foi eleito arma e símbolo da contestação ao poder estabelecido. No ano de 1979, nesse estado, os trabalhadores e as lideranças sindicais passaram a definir-se mais nitidamente em relação às alternativas que se apresentavam no quadro político nacional. Neste ano, ampliaram-se o processo de abertura, o AI-5 foi substituído pelas "medidas de salvaguarda", a anistia foi conquistada e foi deflagrado o processo de construção de novos partidos. Enfim, um ano de muitas transformações no país. Um ano polêmico, rico e que, em certo sentido, se faz sentir até hoje. De muitas formas, este ano significativo nos trouxe para onde estamos hoje.

Como tentamos demonstrar no capítulo anterior, as condições de trabalho e de vida eram bastante difíceis para a classe trabalhadora no final dos anos 70. O "arrocho salarial" era uma presença constante e infeliz para a grande maioria dos trabalhadores brasileiros. Neste período, muitas vezes, para garantir a própria sobrevivência, diversos trabalhadores recorreram a diferentes estratégias de suplementação dos rendimentos. Foi o caso, por exemplo, do emprego de horas livres em atividades complementares da renda, da mobilização de toda a força de trabalho familiar, do engajamento no setor informal de produção, dos mecanismos de ajuda mútua na comunidade e, até mesmo, da prostituição e da mendicância. O relato a seguir exemplifica, de certa forma, as péssimas condições de vida dos trabalhadores brasileiros no final dos anos 70:

> Lourenço gostaria de fazer um curso profissionalizante, mas não tem condições, só de condução teria que pagar mais Cr$ 300,00 e isso não dá. Com o salário que ganha e as despesas que tem anda sempre endividado. Acha que os 83% de aumento salarial que estão sendo reivindicados "não vão dar nem pra melhorar a vida, só vai dar pra comer porque agora nem pra

[629] ABRAMO, op. cit. (1999), p. 112.

[630] HOBSBAWM, Eric J. **Os trabalhadores**. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 11.

> isso está dando". A carne, por exemplo, está praticamente excluída das compras do casal [631].

Assim, diante de condições de vida tão vexatórias, fica compreensível entender o porquê da principal reivindicação dos trabalhadores terem sido a questão salarial [632]. Isto é, dada a situação de penúria, fruto do arrocho econômico por que passava a classe trabalhadora, não é de se estranhar que a maioria das greves tivesse os aspectos econômicos como eixo central de luta. No entanto, isto não significa dizer que as greves ocorridas em Pernambuco no ano de 1979 tenham se restringido apenas ao aspecto econômico. Como dizia uma música dos Titãs nos anos 80: "A gente não quer só comida. A gente quer comida, diversão e arte". A luta dos trabalhadores foi muito além das questões salariais.

Como argumentou Edward Thompson, as condições materiais objetivas são cruciais, mas elas não têm um poder de determinação exclusivo e final [633]. Ou seja, nas greves de 1979, por mais que a *principal reivindicação* tenha sido a questão salarial, com o desenrolar do movimento, os trabalhadores foram agregando novas e importantes demandas.

De acordo com Christian Topalov, o capital provê as "necessidades imediatas" dos trabalhadores (comida e vestuário etc.), para que se garanta a extração da mais-valia. Porém, na maioria das vezes, o capital não garante – pelo menos de maneira "satisfatória" – as "necessidades não imediatas" da classe trabalhadora que dizem respeito ao cotidiano fora do local de trabalho. Topalov denominou essas "necessidades não imediatas" de "necessidades dissociadas", isto é, um conjunto de necessidades não reconhecidas no salário [634].

Neste sentido, podemos considerar que as respostas para as perguntas que sempre surgem em relação aquele período **por que se mobilizaram os trabalhadores naquele momento?** e **qual o significado de sua emergência?** estão ligadas ao fato de que as reivindicações dos trabalhadores nas greves de 79 não estavam localizadas apenas às questões relativas ao trabalho e/ou à empresa, mas ligavam-se também a demandas sociais e urbanas da própria classe trabalhadora. Estas demandas – que, utilizando a expressão de Topalov, também podem ser qualificadas de "necessidades dissociadas" dos trabalhadores – foram de várias ordens, sendo, na maioria, por:

---

[631] RODRIGUES, Marly. **O Brasil da abertura**: de 1974 à Constituição. São Paulo: Atual, 1990, p. 21.

[632] Esta observação foi feita por Ricardo Antunes. Para ele, o elemento fundante das greves ocorridas no país no final dos anos 70 e início de 80 foi a luta *contra o arrocho salarial*. ANTUNES, op. cit. (1988), p. 27.

[633] THOMPSON, Edward Palmer. **Tradición, revuelta y consciencia de clase**. Barcelona: Editorial Crítica, 1979.

[634] TOPALOV, Christian. **La urbanización capitalista**: algunos elementos para su análisis. Ciudad del México, Editorial Edicol, 1979, p. 58.

- *sistema de transportes coletivos* mais rápido e eficiente, pois, como a maioria dos trabalhadores moravam na periferia, isto tornava enorme a distância para o local de trabalho [635];
- *serviços de infra-estrutura* (água, esgotos, asfaltamento de ruas, iluminação privada e pública, etc.) de eficiente e de qualidade;
- *sistema educacional*, em todos os níveis, pois a modernização econômica impôs expectativas novas (reais ou ilusórias) à mão-de-obra e, ao mesmo tempo, uma ânsia de valorização (qualificação e especialização) para o conjunto da força de trabalho;
- *serviços de saúde* (pronto-socorros, postos de saúde, maternidades, hospitais, etc.), pois a complexificação de vida urbana, com a intensidade e a rapidez de sua concentração, altas taxas de densidade, aumentou os acidentes de trabalho e de trânsito, as doenças nervosas, as epidemias e as enfermidades em geral etc.;
- *equipamentos sociais e culturais* (creches, maternidades, parques infantis, bibliotecas, centros de recreação, locais de práticas de esportes, áreas verdes), pois as condições urbanas aprofundaram a qualidade das expectativas, provocando a emergência de uma demanda inteiramente nova para o sistema.

Essas reivindicações foram, por diversas vezes, presentes nas greves de 1979 devido aos *péssimos padrões de vida* – que Lucio Kowarick denominou de "espoliação urbana" [636] – dos trabalhadores pernambucanos naquele momento histórico. Entre outros aspectos, as "experiências" de exclusão social vivenciadas no cotidiano e relacionadas à exploração do trabalhador propiciaram as condições para a eclosão desses movimentos grevistas.

Alguns autores brasileiros, especialmente José Álvaro Moisés, Iram J. Rodrigues e Luiz W. Vianna consideraram que o (res)surgimento do movimento grevista no país – inclusive, o do Estado de Pernambuco – se deu como expressão de uma luta mais ampla por

---

[635] Como destacou Eder Sader: "*Procurando fugir dos aluguéis, os trabalhadores vão buscando (ou produzindo) novas periferias, mais distantes, menos equipadas e, por isso, mais acessíveis aos seus recursos*". SADER, op. cit. (1988), p. 68.

[636] Lucio Kowarick entende por "espoliação urbana" a inexistência ou a precariedade de serviços de consumo coletivo, que juntamente com as dificuldades de acesso à terra e à moradia aguçam ainda mais a dilapidação decorrente da exploração do trabalho. A espoliação urbana pode ser identificada pelas longas horas despendidas no transporte coletivo; pela precariedade de vida nas favelas, cortiços e casas autoconstruídas; pela construção em terrenos geralmente clandestinos; pela falta de benfeitorias básicas; pela inexistência de áreas verdes; pela falta de equipamentos culturais e de lazer; pela poluição ambiental etc. Nas palavras de Kowarick, "espoliação urbana" é "*[...]a somatória de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivos que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistências das classes trabalhadoras e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho*". KOWARICK, Lucio. O preço do progresso: crescimento econômico, pauperização e espoliação urbana. In: MOISÉS, José Álvaro et al. **Cidade, povo e poder**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 34.

"direitos de **cidadania**" no interior da sociedade [637]. Contrapondo-se às interpretações "economicistas", correntes na época, que via nas ações grevistas uma pauta, quase que exclusivamente, de reivindicações salariais, José Álvaro Moisés, Iram J. Rodrigues e Luiz W. Vianna perceberam nos movimentos grevistas desencadeados no final da década de 1970 e início de 1980 questões mais complexas e abrangentes que tinham sido percebidos nos trabalhos dos autores "economicistas". Como argumentou Iram J. Rodrigues:

> Os estudos desses autores ["economicistas"], com suas reflexões diferenciadas sobre o porquê do movimento grevista no final dos anos 70, nos ajudam a entender, em parte, o fenômeno da luta dos trabalhadores. No entanto, há outros aspectos da emergência operária e sindical que deveriam ser melhor explorados para se apreender, nas suas especificidades, os problemas que se colocam hoje para a atuação da classe trabalhadora e do sindicalismo no país [638].

Para José Álvaro Moisés, Iram J. Rodrigues e Luiz W. Vianna, um dos aspectos fundamentais desses movimentos grevistas – que acabou sendo "apagado" ou "esquecido" da historiografia – foi a questão da "cidadania". Para Moisés era no "*[...] terreno da luta por direitos sociais e políticos*" que se deveria ir buscar o significado da mobilização dos trabalhadores naquele momento [639]. Nas palavras de Luiz W. Vianna:

> São contingentes que, na sua diversidade, movem-se, não só pela deterioração das condições econômicas, das condições salariais [...]. Existe, hoje, uma movimentação profunda, uma mobilização onde as bases estão envolvidas e estão se movendo, não só em torno das reivindicações de tipo econômico, mas também, como uma necessidade de conquista de sua cidadania, como uma afirmação dos seus direitos e como uma exigência dos seus direitos [640].

Embora a pauta dos trabalhadores daquele período privilegiasse o aumento salarial, a estabilidade no emprego, o limite de 40 horas semanais de trabalho e o direito de representação sindical na empresa etc., também fez parte de suas reivindicações a busca pelo "direito de lutar e de reivindicar" no interior da sociedade. O "direito de lutar" significava o fato de os trabalhadores não ficarem em "silêncio em meio ao caos". Ou seja, o direito de poder "botar o bloco na rua" e poder participar mais significativamente nas novas regras do jogo político que estavam sendo gestadas no país durante aquele momento histórico. "*Os*

---

[637] O conceito de "cidadania", por si só, é amplo e abrange várias dimensões. O termo hoje é quase universalmente definido como a condição de membro de um Estado-Nação. É importante dizer que os autores José Álvaro Moisés, Iram J. Rodrigues e Luiz W. Vianna partem de outra perspectiva, isto é, aquela que se refere o conceito de "cidadania" como *indivíduo no pleno gozo dos direitos civis e políticos de um Estado*. Algo que é tolhido dos indivíduos em um Estado de Exceção. Daí a luta dos trabalhadores durante o "Novo sindicalismo" para recuperarem, ou melhor, conquistarem tais direitos.

[638] RODRIGUES, I., op. cit. (1997), p. 19.

[639] MOISÉS, op.cit. (1982), p. 174.

[640] VIANNA, op. cit. (1983), p. 124-125.

trabalhadores desejavam alcançar o seu papel no Estado e no sistema político como um todo" [641]. O "direito de reivindicar", por sua vez, significava a luta pela conquista e/ou ampliação de certos direitos no interior da sociedade.

É importante destacar que a luta pela conquista e/ou ampliação desses direitos perpassavam o próprio cotidiano do local de trabalho (melhores condições de salários e de trabalho), representavam, no geral, uma luta por direitos mais amplos – em muitos aspectos elementares – de moradia, educação, saúde, saneamento básico do bairro, eleições diretas e justiça social. Isto é, "*Representavam a afirmação de uma classe trabalhadora que já não aceitava uma cidadania limitada*" [642]. Como José Álvaro Moisés argumentou: "*A greve se converteu em um grande símbolo da capacidade de resistência e da luta popular por* ***melhores condições de vida e por direitos básicos de cidadania****, mesmo quando debaixo de condições políticas tão adversas, como são as condições próprias do autoritarismo*" [643].

Em relação às consequências das greves ocorridas em 1979 no Estado de Pernambuco é importante aqui destacar a demonstração dos limites e do alcance da chamada "abertura política" do regime civil-militar. Como se sabe, no último dia de 1978 foi extinto o AI-5 e, em 15 de março de 1979, foi empossado João Baptista Figueiredo como presidente da República. Demonstrações estas, segundo o governo, da preocupação do regime em extinguir a repressão e restaurar a democracia no país. A forte repressão do governo às manifestações grevistas, no entanto, acabaram por mostrar à sociedade as enormes contradições dos projetos de "liberalização" e, posteriormente, de "abertura política" lançado pelo Estado [644]. Ambos os projetos mostraram, portanto, que o seu desenvolvimento não significou o fim da repressão: continuaram as torturas, as prisões arbitrárias, as leis de exceção, etc. [645].

---

[641] MOISÉS, op.cit. (1982), p. 183.

[642] RODRIGUES, I., op. cit. (1997), p. 19.

[643] MOISÉS, op.cit. (1982), p. 148, grifo nosso.

[644] As intervenções nos sindicatos, apesar do processo de "liberalização" vigente, era visto como algo natural pelo governo. Como declarou o Ministro do Trabalho Murilo Macêdo em entrevista ao JC: "*A aplicação de uma punição para quem contrariou a lei não pode ser considerada como retrocesso*". É assim que o Ministro do Trabalho vê os problemas do trabalhador brasileiro. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 2, 1 mai. 1979.

[645] Durante muito tempo, diversos setores da sociedade brasileira difundiram a ideia de que o "estado de exceção" do país tinha sido extinto no ano de 1979, com a revogação do AI-5 e a aprovação da "Lei da Anistia" (*Lei nº 6.683*, de 28 de agosto de 1979). Esta ideia, por exemplo, foi compartilhada por Daniel Aarão Reis na obra "Ditadura militar, esquerdas e sociedade". Em suas palavras: "*Nossa escolha recai* ***em 1979, quando deixou de existir o estado de exceção*** *[...]*". AARÃO REIS FILHO, Daniel. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005, p. 11, grifo nosso. Em outra passagem no texto, o autor afirmou: "***O último governo da ditadura, o do general Geisel,*** *iniciado em 1974 [...]*". Ibid., p. 62, grifo nosso. A nosso ver, supor que o regime ditatorial do país tenha sido extinto no ano de 1979, devido à divulgação da "Lei da Anistia" e, principalmente, à revogação do AI-5, é um pensamento falacioso, uma vez que a aprovação destes atos foi acompanhada por uma série de medidas que ainda mantiveram prerrogativas discricionárias do poder estatal.

A repressão do governo aos trabalhadores demonstrou, em diversos casos, com todas as cores e tonalidades, a face autoritária do projeto de "abertura política" dos militares, perfeitamente sintonizado com o *modus operandi* do patronato, a fim de evitar, de todas as formas, que o movimento grevista dos trabalhadores lograsse êxito [646]. Segundo o governo, as greves perturbavam a ordem e a tranquilidade pública.

Nossas investigações indicaram que, de uma maneira geral, o Estado, devido a sua condição de gestor público, foi o agente que maior recebeu o impacto das reivindicações dos trabalhadores pernambucanos durante as greves de 1979. Ou seja, o Estado, na sua função ideológica de "provedor" do conjunto da sociedade, foi identificado como alvo a ser atingido pela pressão das greves. Estas atravessaram o Estado, de lado a lado, e isto aconteceu, segundo Nicos Poulantzas, porque as reivindicações dos trabalhadores não se deram fora do Estado, mas sim em seu interior, nas lutas que o submergem constantemente [647].

Diferentemente do que se possa imaginar, as greves urbanas de Pernambuco não foram apenas econômicas. Na medida em que os trabalhadores pressionaram o governo pela solução de suas reivindicações, contestaram, de forma contundente, a perversidade do modelo econômico da ditadura. As greves assumiram a tônica do crescente descontentamento da classe trabalhadora em relação ao regime civil-militar, especialmente, à sua política econômica.

Isto é, as greves de 1979, tendo como principal reivindicação a melhoria nas condições de salário e trabalho, abriram fogo cerrado contra a política econômica do regime. Neste processo, então, elas logo assumiram uma nítida dimensão política, ao confrontar a base material do próprio poder político. A pressão por espaços de participação política nos quadros institucionais configura-se como fator de mobilização política popular.

> [...] tratava-se, porém, de uma demanda de inclusão que batia de frente em uma demanda de inclusão que batia de frente em uma das vigas mestras da gestão autoritária da atividade econômica: a política salarial. Nesta medida, era imediatamente política e levava as lideranças sindicais renovadoras para a banda da oposição ao governo [648].

Essas greves – uma vez que decorreram da capacidade que os trabalhadores tiveram de conquistar maiores espaços sociais e políticos numa arena necessariamente complexa, contraditória e, portanto, conflituosa – tiveram, também, um caráter político. Para Fernando

---

[646] A este respeito, parece ter toda razão Ricardo Antunes ao argumentar: "*Reequacionar o bloco de poder, mantendo os privilégios e interesses das várias frações da burguesia monopolista nacional e internacional, eis o significado do projeto aberturista*". ANTUNES, op. cit. (1986), p. 15.

[647] POULANTZAS, op. cit. (1985), p. 162.

[648] ALMEIDA, M., op. cit. (1996), p. 32.

Henrique Cardoso, a luta dos trabalhadores transcendeu as questões econômicas, passando a ser também uma luta pela dignidade e pelo direito de serem reconhecidos como parte integrante do país [649]. Com o decorrer da greve, a noção de "*dignidade*" começou a se tornar presente no discurso das lideranças sindicais, na fala de militantes e grevistas [650]. O fato de uma pauta de reivindicações conterem itens mais voltados para o aspecto econômico não significa, portanto, que as reivindicações não tenham também o seu aspecto político. Como argumentou José Álvaro Moisés: "*[...] no caso dos sindicatos brasileiros, sempre que eles mobilizam os seus associados em torno de certas reivindicações,* ***não são apenas estas que estão em jogo****, mas o próprio significado político da expressão dessas reivindicações*" [651].

Ou seja, uma vez em que os protestos emergidos por esses movimentos grevistas em Pernambuco tiveram um claro objetivo de identificar à figura do Estado o alvo do conflito, eles acabaram por se tornar, portanto, num elemento-chave desse processo, constituindo-se em um importante ingrediente na erosão da ordem autoritária, favorecendo a transição e a consolidação da democracia no país.

Embora seja difícil de mensurar o real impacto dessas greves na mudança institucional, é importante reconhecer a abertura de espaços democráticos que as lutas dos trabalhadores propiciaram, quer tornando mais flexíveis os controles autoritários sobre a sociedade, quer estimulando os valores participativos e uma coalizão difusa contra o regime instalado no país. Nas palavras de Edward Thompson:

> [...] os trabalhadores não deveriam ser vistos apenas como miríades de eternidade perdida. Eles também cultivaram [...], e com incomparável firmeza, a Árvore da Liberdade. Talvez lhes devamos ser gratos por esses anos de cultura heróica [652].

As greves urbanas ocorridas em Pernambuco ao longo do ano de 1979 tiveram importância decisiva, especialmente, por três motivos: primeiro, porque feriram a base econômica do regime autocrático que vigorava no Brasil desde 1964. Segundo, porque

---

[649] CARDOSO, Fernando Henrique. Ainda a greve. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 3, 7 mai. 1980.

[650] Para Laís Abramo, um dos principais elementos que embasou o desencadeamento das greves ocorridas no país no final da década de 1970 foi o sentimento subjetivo de "*dignidade violentada*" presente nos trabalhadores daquele período. A autora viu nessas greves um "algo mais". Como ela argumentou: "*[...] esse período se caracterizou por um processo de dilapidação das energias físicas e psíquicas dos trabalhadores, pelo desrespeito sistemático aos seus direitos profissionais, cidadãos e humanos e pela* ***violentação da sua dignidade***". ABRAMO, op. cit. (1999), p. 45, grifo nosso. Segundo a autora, na fala dos trabalhadores, a expressão "dignidade" significava "direito, respeito e merecimento". "Dignidade era poder andar de cabeça erguida". Era sentir-se novamente gente e parte de uma categoria, representada por um sindicato, que conseguia impor limites à situação de opressão. Era algo que estava sendo negado (nas condições de trabalho e na conjuntura política vigente), e algo que só pôde ser recuperado por meio da luta, do confronto, da ação coletiva, ou seja, por meio das greves. Nisso, para a autora, estava o "resgate da dignidade". Ibid., p. 273-275.

[651] MOISÉS, op.cit. (1982), p. 107, grifo nosso.

[652] THOMPSON, op. cit. (1987), p. 440.

passaram por cima da legislação sindical – especialmente no que se refere à lei "antigreve" (n° 4.330/64) – que impedia a ação política tanto dos trabalhadores quanto de suas entidades sindicais. E, por fim, porque, mesmo tendo as suas entidades sindicais cerceadas, controladas, tomadas por "pelegos", enfraquecidas, forçadas ao silêncio, os trabalhadores se puseram à luta, em favor de um sindicalismo mobilizador, participacionista e democrático.

5.2. 1980: é a vez dos professores universitários

O ano seguinte, isto é, o ano de 1980 foi bastante difícil pra o movimento grevista em todo o território brasileiro. As vitórias conquistadas pelos trabalhadores nos anos de 1978 e 1979 levaram os empresários e o governo logo no início do ano de 1980 a reestruturar os instrumentos capazes de atingir a espinha dorsal do "Novo sindicalismo".

Apesar de os metalúrgicos do ABC paulista terem deflagrado uma resistente greve, que acabou durando 41 dias (de 1° de abril a 11 de maio) [653], os resultados foram muito diversos e inferiores daqueles obtidos pelos trabalhadores nos dois anos anteriores [654]. Depois da deflagração dessa greve, a frequência das paralisações caiu cerca de 50% no país e o modo de executá-las também sofreu significativa alteração [655]. Em 1980, por exemplo, nenhuma das reivindicações desses metalúrgicos foi atendida; inúmeros descontos nas folhas salariais e demissões em massa foram realizados; Lula – principal líder trabalhista do período – foi deposto e junto a outros líderes em exercício foram processados pela Lei de Segurança Nacional; a vigilância, a intimidação (como, por exemplo, a distribuição de panfletos no interior do local de trabalho, advertindo a quem aderisse a novas agitações e paralisações) e o policiamento interno nas empresas foram reforçados; o aparato estatal-repressivo foi bastante utilizado; diversos trabalhadores foram presos, perseguidos, torturados, desaparecidos e mortos; e diversas intervenções sindicais foram realizadas [656]. E, por fim, percebeu-se também

[653] Da mesma maneira como ocorreu com as greves de 1978 e 1979, a deflagração das greves dos metalúrgicos do ABC paulista no ano de 1980 teve também uma ampla divulgação na imprensa local de Pernambuco. Como se pode perceber no Apêndice I-C, diversas matérias foram veiculadas, tanto no JC quanto no DP, a respeito dessa greve.

[654] Ricardo Antunes é tão crítico em relação à condução da greve de 1980 que para ele não houve um término da greve no dia 11 de maio, mas sim um completo esgotamento. ANTUNES, op. cit. (1989), p. 83.

[655] De uma forma geral, podemos dizer que o ano de 1980, especialmente o segundo semestre, se caracterizou por uma série de acordos sem greve, obtidos através de variadas pressões e com operações tartaruga.

[656] No dia 17 de abril, o governo interveio nos Sindicatos dos Metalúrgicos de Santo André e São Bernardo, destituiu suas respectivas diretorias, cassando seus direitos sindicais. Com tais intervenções, o governo achou que iria acabar com a greve e forçar as lideranças cassadas a negociarem sua volta, tornando-se com isso mais maleáveis. No entanto, o curso dos acontecimentos não confirmou essa hipótese. Com as intervenções, os trabalhadores se tornaram mais unidos, firmes, solidários e críticos em relação à postura do regime militar. Tempos depois, o próprio governo ressaltou que tinha cometido um equívoco com a execução daquelas atitudes.

uma significativa quebra na dinâmica organizacional, perda do organismo sindical, desorganização e desorientação das lideranças, esgotamento da resistência dos trabalhadores etc. Segundo Ricardo Antunes, tudo isso acabou por se configurar em uma "*[...] inegável derrota política do movimento operário*" [657]. A partir deste ponto de vista, o autor continuou:

> [...] sendo a Greve geral metalúrgica de São Bernardo, em 1980, entendida como expressão de um movimento vitorioso, tem-se, neste caso, uma avaliação que introduz elementos que favorecem não o processo de conscientização do trabalho, *mas o seu contrário*. Isto também porque essa avaliação mascara o real significado da ação operária que, como dissemos anteriormente, **resultou em forte derrota política do proletariado** [...] [658].

A principal consequência deste movimento foi a repercussão sobre o "ânimo" das demais categorias profissionais brasileiras. Não podemos dizer que 1980 foi um ano de poucas paralisações tendo-se em vista o quadro brasileiro. No entanto, se compararmos o número de greves ocorridas em 1979 e 1980 verifica-se que neste último ano o índice foi muito menor [659]. Atribuímos este resultado, em grande parte, ao efeito provocado pela greve no ABC, que teve um peso político desestabilizador fundamental. O refluxo desse movimento grevista no ano de 1980 pôde ser visto, por exemplo, também no Estado de Pernambuco. Nesse Estado – diferentemente do ano anterior, que contou com a deflagração de importantes greves em diversas categorias profissionais – só houve a deflagração de uma greve em 1980: a dos professores da UFPE e UFRPE. Veja, a seguir, a sequência dos fatos.

No dia 19 de novembro de 1980, após a realização de uma assembleia, que durou mais de duas horas e contou com a presença de inúmeros estudantes e mais de 400 professores dos 1.875 em exercício, os docentes da UFPE decidiram aderir, por tempo indeterminado, ao movimento grevista ocorrido nas universidades federais do país até que as suas reivindicações fossem aceitas. Os professores exigiam aumento salarial de 48%, reestruturação da carreira do magistério e 12% do orçamento federal para a educação [660].

No dia 27, após a realização de uma assembleia geral, os professores da UFRPE também decidiram aderir à greve nacional [661]. Na ocasião, os docentes lançaram um

---

"*Cometi um erro [...] a violência da intervenção atraiu a atenção da mídia e projetou Lula no cenário nacional como grande líder sindical*", disse Murilo Macêdo, à época Ministro do Trabalho. Ele viu Lula nascer. **ISTOÉ Gente**, São Paulo, n. 168, 21 out. 2002.

[657] ANTUNES, op. cit. (1989), p. 97.

[658] Id., op. cit. (1988), p. 97, grifo nosso.

[659] Segundo Salvador Sandoval, foram deflagradas, em todo o território brasileiro, 44 greves no ano de 1980. SANDOVAL, op. cit. (1994), p. 161.

[660] Cf. Docentes da UFPE acompanham greve por mais 48%. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 10, 20 nov. 1980.

[661] Até o momento, a UFRPE e a UFPR eram – das 19 universidades federais existentes no país – as únicas que ainda não tinham aderido à greve nacional dos professores.

comunicado à imprensa, explicando o motivo de adesão da categoria à greve [662]. Na tarde do dia seguinte, os professores dessa universidade, juntamente com os pais e alunos, realizaram uma manifestação pública no centro do Recife, visando informar a população sobre os motivos da paralisação [663]. Além dos professores das duas instituições federais, falaram também os representantes das Associações Docentes, estudantes, lideranças estudantis, representantes da Associação de Pais e Alunos, do PT e do PMDB [664].

Uma das principais características da greve dos professores universitários foi a flexibilidade existente no próprio movimento. Diferentemente das outras greves ocorridas em 1979 em Pernambuco, os professores não realizaram piquetes, tampouco o comando geral de greve determinou a forma ou o modo de paralisação das atividades. As lideranças deixaram a critério de cada unidade escolar ou professor dar aula ou não. Segundo informações coletadas e divulgadas pelo JC, na UFRPE – que tinha cerca de 400 professores – a adesão ao movimento grevista tinha sido total e na UFPE apenas 40 professores tinham "furado" a greve [665]. A estratégia que foi adotada nestas duas universidades foi a paralisação das atividades docentes, mas com o comparecimento de todos professores, durante todos os dias, à universidade para se reunirem, discutirem e avaliarem o andamento do movimento.

No dia 8 de dezembro, isto é, no décimo terceiro dia do movimento, os professores da UFRPE, reunidos em Assembleia Geral, decidiram encerrar a greve, mesmo antes do atendimento de suas reivindicações. A interrupção da greve se deu pelo atendimento aos apelos dos concluintes que dependiam da realização das provas finais para se formarem e se preocupavam com a aproximação do término do ano letivo. De acordo com o comando geral de greve, a suspensão do movimento mesmo antes que fossem atendidas as reivindicações dos docentes não queria dizer que eles estivessem vencidos. Para eles: "*[...] a luta continu*a" [666].

---

[662] O comunicado dos professores da UFRPE pode ser visto, na íntegra, no Anexo X.

[663] Professor promove manifestação para informar o povo sobre greve. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 8, 29 nov. 1980.

[664] Na ocasião, o PMDB-PE manifestou uma nota em solidariedade às reivindicações dos professores universitários em greve e ao movimento de mobilização dos educadores da rede oficial do Estado. A nota do PMDB pernambucano pode ser vista, na íntegra, no Anexo XI.

[665] É importante destacar que trinta destes professores que estavam furando a greve lecionavam na Faculdade de Direito e eram em sua maioria desembargadores. Um professor de direito – que não quis se identificar – revelou ao JC, por exemplo, que tanto ele quanto grande parte dos professores da faculdade concordavam que a greve era justa e válida para a categoria profissional que precisava de melhores salários e condições de trabalho, mas que eles, como professores de Direito, não podiam contrariar a legislação brasileira que proibia a greve de funcionários públicos. Professor de direito não participa da greve. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 7, 2 dez. 1980.

[666] Mestres da UFRPE encerram greve. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-1, 10 dez. 1980.

Numa movimentada assembleia, realizada no auditório do CCSA, na tarde do dia 10 de dezembro, cerca de 600 professores da UFPE decidiram – por unanimidade – seguir o mesmo rumos dos docentes da UFRPE e assim terminar o movimento grevista iniciado há 23 dias. Com o movimento paredista, os professores conquistaram, meses depois, a aprovação do decreto de reestruturação da carreira do Magistério e a concessão de mais verbas para a educação, mas não conseguiram o aumento semestral.

É importante destacar que, mesmo que as reivindicações não tenham sido totalmente atendidas, o movimento foi, na visão de grande parte dos professores/grevistas, amplamente vitorioso, política e sindicalmente, pois demonstrou um alto nível de organização da categoria, com a mobilização de todas as universidades federais do país, especialmente com uma média de 90 a 95% de adesão dos professores. Esta questão pode ser vista na própria avaliação do comando nacional de greve: "*[...] a dinâmica gerada pela greve estimulou o aprofundamento da consciência política do professorado do ensino superior, inserindo esta categoria nas lutas travadas pela classe trabalhadora brasileira e pelos setores mais combativos da sociedade civil*" [667].

Reunidos em Brasília, em uma assembleia nacional, no dia 11 de dezembro, o comando nacional de greve dos professores decidiu – por unanimidade – suspender a greve, a partir da zero hora do dia seguinte, em todo o território nacional. De acordo com um dos participantes da assembleia nacional, a decisão de parar com a greve se deu com base nas deliberações das assembleias gerais ocorridas nas universidades federais de todo o país, concluindo o comando nacional de greve que algumas conquistas tinham sido obtidas – a mais importante a da mobilização, organização e união da categoria – e que, de uma maneira geral, a paralisação já tinha esgotado o seu potencial de conquistas [668]. Segundo um dos líderes do movimento: "*[...] o movimento dos professores é, hoje, mais forte do que nunca. A greve foi uma escola da qual os docentes tiraram várias lições, aprendemos a conhecer a nossa força. [...] a classe está organizada a nível nacional para a conquista de um espaço político permanente*" [669].

Um dos aspectos mais importantes da greve dos professores da UFPE – a primeira na história da instituição – foi o seu próprio desencadeamento, ou seja, o desencadear de uma greve em uma atividade profissional que tradicionalmente era resistente à sindicalização. De

---

[667] UFPE continua em greve. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-10, 10 dez. 1980.

[668] Greve dos mestres está suspensa desde zero hora de hoje. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-1, 12 dez. 1980.

[669] Ibid.

acordo com Márcia Fantinatti, essa "resistência à sindicalização" se dava pela situação de trabalho que eram próprios do serviço público, entre os quais, estariam: a estabilidade no emprego, a aposentadoria integral (direito a receber, a título de aposentadoria, proventos proporcionais ao salário de ativa), os quinquênios (acréscimo cumulativo de percentual no salário referência a cada cinco anos de permanência num mesmo emprego) e o direito a licença-prêmio, para citar as mais importantes. Para a autora, essas características levavam os docentes das universidades públicas brasileira a adotarem uma perspectiva que:

> [...] dilui a figura do empregador, propicia o sentimento de autonomia no processo de trabalho e a sensação de isolamento em relação aos demais, reforçando o comportamento individualista e o meritocratismo de carreira, levando, num primeiro momento, a uma resistência à ação sindical, que implica em atividade coletiva. Sua situação de trabalho específica reforça nesses profissionais a ilusão segundo a qual suas relações de trabalho são apenas relações entre indivíduos, não se percebendo enquanto integrantes de um coletivo de trabalhadores assalariados [670].

Na mesma direção dos argumentos levantados por Márcia Fantinatti, Armando Boito Jr. acrescentou que a resistência desses trabalhadores – que são assalariados médios – à ação sindical associa-se à crença segundo a qual, aderir ao sindicalismo equivaleria a aceitar um rebaixamento social: "*Este seria um movimento apropriado para os trabalhadores manuais, isto é, para trabalhadores que [têm] de compensar, recorrendo ao uso da força, a falta de dons e de méritos de suas pessoas e o trabalho simples e degredado que [executam]*" [671].

Se, tomando como base as considerações de Márcia Fantinatti e de Armando Boito, podemos considerar os docentes da UFPE como pertencentes a uma atividade profissional que tradicionalmente era resistente à sindicalização, o que então os levou a iniciar um ciclo de ações grevistas no início da década de 1980? Entre outros fatores, a explicação de Maria H. Tavares de Almeida talvez seja a que melhor responda essa questão. Para ela, a imensa queda, no final dos anos 70 e início de 80, nos rendimentos dos empregados das instituições públicas brasileiras "*[...] atirou na luta sindical um setor que até então estivera alheio a ela*" [672].

A nosso ver, os ganhos materiais obtidos em 1979, a "política salarial" de novembro daquele ano, o aumento da vigilância e da repressão em 1980, o medo e a insegurança em deflagrar um movimento grevista, são algumas explicações que podem ser dadas para o significativo recuo nas atividades grevistas na região urbana de Pernambuco no ano de 1980.

---

[670] FANTINATTI, Márcia Maria Corsi Moreira. **Sindicalismo de classe média e meritocracia**: o movimento docente na universidade pública. 237 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998, p. 71-72.

[671] BOITO JUNIOR, op. cit. (1994), p. 211.

[672] ALMEIDA, M., op. cit. (1996), p. 55.

Uma matéria publicada no JC, no dia 24 de abril de 1980, a respeito das greves do ABC paulista, acabou ilustrando bem a situação do "Novo sindicalismo" no Estado de Pernambuco. A proposta da matéria era saber qual era a posição dos sindicatos urbanos (especialmente, o metalúrgico) de Pernambuco em relação ao movimento grevista do ABC paulista. De acordo com o jornal, teria sido criado no Recife um "Comitê de apoio" à greve dos metalúrgicos do ABC paulista. Participaram desse comitê diversos trabalhadores, em sua grande maioria, "militantes de base" que atuavam (de maneira clandestina) no interior dos sindicatos e das fábricas a fim de arrecadar fundos para os grevistas do ABC paulista [673].

Entretanto, segundo o JC, com exceção desse pequeno comitê, formado por trabalhadores – que agiam de maneira clandestina e *à revelia* de suas entidades sindicais –, no geral, os dirigentes sindicais da área urbana de Pernambuco eram líderes conservadores, "pelegos" contrários a greve dos metalúrgicos do ABC paulista. A fala a seguir de José Luiz de Melo, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco demonstra, assim, de maneira clara o alto grau de aliança existente entre esta entidade sindical e o governo:

> A intervenção e as prisões não representam um retrocesso político porque viver democraticamente não significa desobedecer as leis vigentes, mas, lutar pelo fortalecimento dessa legislação. [...] estamos vivendo, sem dúvida alguma, uma plena democracia. [...] **O sindicato é um órgão de colaboração do Governo**. Somos obrigados a manter esse relacionamento desde que a contribuição sindical é imposta pelo governo em favor do sindicato e não se deve jogar pedra no teto que nos abriga [674].

5.3. 1981: a vitória da oposição

Se, em certo sentido, o ano de 1980 foi um ano de algumas perdas e derrotas para o sindicalismo brasileiro, o mesmo não pode ser dito, entretanto, em relação ao ano seguinte. O ano de 1981 trouxe importantes fatos/processos para a história do "Novo sindicalismo" no Estado de Pernambuco. Trouxe, por exemplo, tanto a posse da primeira chapa de oposição sindical em Pernambuco desde a instauração do regime civil-militar em 1964 [675], bem como a retomada da ação grevista em algumas categorias profissionais.

---

[673] Recifenses divergem sobre movimento dos metalúrgicos no ABC. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 5, 24 abr. 1980, grifo nosso.

[674] Recifenses divergem sobre movimento... Op. cit., grifo nosso.

[675] Como destacou Ernest Mandel: "*[...] numa sociedade onde, mais do que nunca, o dinheiro é rei, a tentação de se adoçar a si mesmo é muito grande. Alguns dirigentes escaparam-se bem e sucumbiram*". MANDEL, Ernest. **A natureza do reformismo social-democrata**: a social-democracia sem amparo. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/mandel/1993/09/21.htm >. Acesso em: 25 nov. 2011.

Como já destacamos no capítulo anterior, no decorrer da década de 1970, diversas categorias profissionais vinham desenvolvendo um trabalho silencioso, militante e clandestino no interior de muitas empresas e sindicatos no país. Uma dessas categorias, por exemplo, foi a dos metalúrgicos no Estado de Pernambuco. Desde 1974, um pequeno grupo de metalúrgicos vinha organizando um trabalho de discussão e conscientização com os demais trabalhadores, utilizando-se para isso tanto o local de trabalho e/ou o sindicato bem como reuniões na casa dos líderes, nas associações de bairros, em algumas igrejas ou, como era comum de acontecer, na sede da ACO. Segundo informações de Maria Alexandra Silva, desde o ano de 1974, os metalúrgicos pernambucanos que partilhavam de uma perspectiva mais "combativa" se reuniam todas as terças-feiras e no primeiro domingo de cada mês na sede da ACO a fim de discutir e organizar propostas de melhorias para a categoria [676].

A situação exposta no parágrafo precedente por si só já nos conduz a desconsiderar a ideia que foi voz corrente na historiografia de que os trabalhadores urbanos de Pernambuco foram indivíduos "passivos" e "amorfos" em relação ao governo e ao patronato durante o período da ditadura civil-militar. Bastou apenas arrancar o véu para vermos o ponto marcado: mesmo em pleno regime autoritário diversos trabalhadores agiram, em diversas ocasiões, de maneira "silenciosa", "clandestina" no interior das empresas e/ou dos sindicatos a fim de (re)organizar e mobilizar para a categoria profissional. Como argumentou Eric Hobsbawm: "***Dentro de cada trabalhador existe um ser humano tentando se libertar***" [677].

Durante os anos de 1974/79, a estratégia desse pequeno grupo clandestino de metalúrgicos, para divulgar as suas ideias e conquistar mais trabalhadores foi, portanto, "*[...] o apelo aos operários mais interessados em cada fábrica para discutirem não apenas os problemas dos locais de trabalho, mas também a atuação do Sindicato enquanto representante da categoria*" [678]. O depoimento a seguir de Raimundo Barreto, participante desse pequeno grupo de trabalhadores, nos dá, em certo sentido, uma dimensão acerca da intensidade e dos limites do trabalho executado por esses metalúrgicos naquele conturbado período histórico:

> [...] a empresa queria que trabalhássemos no feriado. Discutimos a questão com um grupo de trabalhadores que já vinham se encontrando. Como a situação era ruim, o salário muito baixo, decidimos não ir trabalhar. Articulamos o pessoal e na firma não foi ninguém [...]. Depois o pessoal começou a reagir contra o expediente dobrado para quem trabalhava à noite.

[676] MONTEIRO, op. cit. (1992), p. 228.

[677] HOBSBAWM, Eric J. **Mundos do trabalho**: novos estudos sobre história operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 388, grifo nosso.

[678] SOARES, op. cit. (1985), p. 189.

> Uma vez eu e mais três companheiros deixamos as máquinas funcionando e dissemos que não poderíamos dobrar. Depois disso, fui chamado e eles me identificaram como uma pessoa que estava incentivando o pessoal e ameaçaram de me entregar para o IV Exército [679].

A primeira atividade organizada deste grupo ocorreu durante a campanha salarial de 1979. Como argumentou um metalúrgico da região: "*Em 79 a gente começou a trabalhar intensamente [...] no sentido de mobilizar a categoria [...]*" [680]. Nesse ano, esse "grupo combativo" percorreu diversas empresas, reunindo-se com os demais trabalhadores, convocando-os para um comparecimento em massa à assembleia geral a fim de definir a pauta de reivindicações da categoria para aquele ano. Foi na campanha salarial de 1979 que esse grupo de metalúrgicos sentiu a necessidade de se definir como um grupo real de oposição à direção do sindicato e de montar uma chapa para concorrer nas próximas eleições. Daí surgiu a chapa "Zé Ferrugem" com o seu primeiro jornal em outubro daquele ano. Em relação à assembleia geral dos metalúrgicos em 1979, José Arlindo Soares destacou:

> [...] convocada para aprovar a pauta de reivindicações e delegar poderes de negociação à Diretoria, compareceram mais de dois mil metalúrgicos. Acostumada a manobrar as Assembléias com pouco participantes, a Diretoria perde o controle da reunião e o grupo de oposição aprova todas as suas propostas, destacando-se a constituição de uma **comissão salarial** para junto com a Diretoria, encaminhar as negociações com o patronato [...]. A mesma Assembléia decidiu também resguardar a sua soberania, garantindo que qualquer proposta patronal deveria votar para ser discutida e aprovada por ela. A Comissão de Salários seria realmente porta-voz da Assembléia. Parecia existir uma firme disposição da categoria de recuperar o tempo perdido de imobilismo e partir para engrossar os movimentos grevistas que eclodiam em todo o País e de forma mais contundentes no ABC paulista [681].

Como se pode perceber, a "oposição metalúrgica" adquiriu uma incrível força no ano de 1979, chegando ao ponto de até mesmo quase deflagrar a greve da categoria. Como destacou João Paulo Lima e Silva:

> [...] na grande Campanha salarial de 79 a gente quase chegava à greve [...] mas a desmobilização promovida pela diretoria, numa campanha de ameaças, vinculada à astuta atitude do patronato que antecipou uma proposta de reajuste (70%), relativamente satisfatória aos trabalhadores, conseguem inviabilizar a greve na defesa do índice reivindicado (90%) [682].

Em relação à criação do jornal "Zé Ferrugem" por parte da "oposição metalúrgica" no ano de 1979 é importante destacar que esta foi uma das principais características do "Novo sindicalismo": a (re)aproximação da diretoria com a base, através da criação de "novas"

---

[679] Cf. Depoimento de Raimundo Barreto concedido em entrevista a MONTEIRO, op. cit. (1992), p. 228.

[680] GT SINDICAL DO CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS JOSUÉ DE CASTRO, op. cit.

[681] SOARES, op. cit. (1985), p. 189.

[682] Cf. Depoimento de João Paulo Lima e Silva concedido em entrevista a MONTEIRO, op. cit. (1992), p. 230.

formas de comunicação com os trabalhadores. Como argumentou Kátia Paranhos: "*Os jornais dos sindicatos significavam a possibilidade de as lideranças sindicais aproximarem-se da base [...]*" [683]. A ideia principal deste tipo de comunicação – que se utilizava de mensagens, meios, linguagens e formas próprias da classe, e que, portanto, contrapunha-se àquela que era elaborada e difundida pelos detentores dos meios de produção, através dos meios de comunicação de massa – era:

> [...] levantar problemas e apresentar soluções à categoria da qual é veículo oficial. Com estrutura particular, a linguagem manifesta um discurso atravessado pelo viés institucional-formal e por diferenciações político-ideológicas significativas. Essas atravessam o discurso e interferem no processo de criação de uma identidade de natureza grupal (a categoria ocupacional, a classe trabalhadora) e de um sentimento de pertinência institucional, cuja representatividade se impõe como legal e legítima da classe, através da imagem do sindicato que é transmitida por sua imprensa [684].

A forma encontrada pela chapa "Zé Ferrugem" para a entrega de seu "jornalzinho", assim como todo o seu material de divulgação, foi a clandestinidade. A chapa utilizou-se de indivíduos estratégicos dentro da empresa, que se encarregavam em espalhar as notícias, de "boca em boca", sem muito alarde. Como destacou Luiz Momesso:

> Os boletins operários eram jogados nas portas das fábricas durante a madrugada, pendurados em arames, varal ou ganchos, colocados nos lugares por onde os operários passavam ao ir para o trabalho. Nos bairros operários, eram colocados embaixo das portas das casas durante a noite ou introduzidos nas fábricas pelos operários em pequenas quantidades, por dentro da roupa, do capacete ou na marmita. Nas portas de fábrica eram distribuídos nos momentos de pique da entrada dos operários, numa operação que envolvia algumas pessoas na distribuição e outras na segurança, não podendo demorar mais que dez minutos [685].

O depoimento a seguir de José Alves de Siqueira ilustra bem essa questão:

> A gente trabalhava muito com a peãozada na clandestinidade. A gente tinha um companheiro na Microlite. Tinha um companheiro, por exemplo, na Alcoa. [...] Ou seja, esse companheiro não botava a cabeça de fora. Muitas vezes em dia de serviço, tinha um material pra distribuir. A gente tinha que distribuir e aquele companheiro ficava de lado, recebia o papelzinho dele e entrava, olhava o panfleto, conversava com ou outro que tinha muita confiança, mas nunca colocava a cabeça de fora [686].

A este tipo de estratégia, Amnéris Maroni destacou:

---

[683] PARANHOS, op. cit. (2011), p. 36.

[684] ARAÚJO, Silvia Maria Pereira de. **Imprensa sindical**: instrumento de ação e objeto do conhecimento, 1976-1990. 1991. 313 f. Tese (Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991, p. 218.

[685] MOMESSO, op. cit. (2008), p. 164-165.

[686] Em entrevista já citada.

> A busca da comunicação horizontal [...] em cada fábrica era essencial para evitar que o projeto [...] fosse "descoberto" pela direção da empresa. Buscava-se, assim, ocultar sua articulação, inclusive das chefias [...]. O elemento surpresa era fundamental, posto que seria um aliado que sustentaria, ainda que momentaneamente, a repressão [...] [687].

As dificuldades para a montagem da chapa "Zé Ferrugem" foram imensas. O risco da demissão era uma constante entre aqueles que eram afinados com as ideias do "Novo sindicalismo". Uma das maneiras encontradas pelos ativistas para a execução e continuidade do trabalho combativo no interior das empresas foi a utilização da CIPA como instrumento de segurança e estabilidade para certos trabalhadores-chave. Como se percebe, essa "oposição metalúrgica" utilizou-se das brechas mínimas então existentes para articular a montagem da chapa. A CIPA passou a ser um instrumento político nas mãos dos "novos sindicalistas". Essa questão transparece, por exemplo, no depoimento a seguir:

> [...] a forma que a gente encontrou de tentar manter esse pessoal, fazendo um trabalho, aparecendo, sem ser demitido, foi colocar esse companheiro na CIPA, porque dá certa segurança. [...] E a gente fazia isso, inclusive, contando o tempo pra montagem da chapa. Como a CIPA dá direito a você a recandidatar-se e se for demitido dá um ano de carência, então a gente implementou um trabalho maior de fazer "cipeiro" exatamente um negócio de um ano e oito meses, dois meses antes da eleição, de formação da chapa. [...] Ele tinha uma atuação durante o processo que era "cipeiro" na fábrica dele e em outras fábricas quando tivesse de folga [688].

Wilma Mangabeira viu nesse uso politizado das CIPAS um exemplo claro de uma prática inovadora do "Novo sindicalismo". Segundo ela:

> Criada pela CLT para funcionar de modo burocrático, a CIPA foi transformada em instrumento de mobilização política do chão-de-fábrica. Em outras palavras, de um canal aberto pela legislação governamental para permitir certa discussão e melhoramento dos índices de acidentes e riscos no trabalho, a CIPA foi utilizada pelos "novos sindicalistas" como um canal adicional de mobilização e organização dos trabalhadores [...] [689].

No ano de 1980, a "oposição metalúrgica" não "desgrudou" do sindicato: convocou assembleias para prestação de contas, criticou os altos salários de seus diretores, denunciou o preço das mensalidades, a cobrança do abono da ambulância etc. Entretanto, para a campanha salarial deste ano, a "oposição metalúrgica" não conseguir manter o mesmo clima da campanha anterior. A campanha salarial de 1980, que a "oposição metalúrgica" tentou liderar, ocorreu em clima de pouca disposição da categoria para uma mobilização mais contundente. As demissões chegaram a ultrapassar os índices da rotatividade normal, ao mesmo tempo em

---

[687] MARONI, op. cit. (1982), p. 84.

[688] Como destacou José Alves de Siqueira, em entrevista já citada.

[689] MANGABEIRA, op. cit. (1993), p. 132.

que, o refluxo do movimento grevista na região centro-sul do país refletiu-se com força sobre os trabalhadores metalúrgicos de Pernambuco. De qualquer forma, evidencia-se o esforço dessa "oposição metalúrgica" em realizar um duplo enfrentamento: às diretorias anteriores, de um lado; e à política econômica imposta pelo regime civil-militar, de outro.

O ano de 1980 caracterizou-se como um período em que os grupos "combativos", tanto os que já tinham assumido ou não os sindicatos, visaram fortalecer-se através de uma linha sindical própria e da sua constituição como uma força organizada em todo o país. Um dos grandes exemplos da preocupação desses ativistas sindicais foi a realização do ENTOES, em Nova Iguaçu, entre os dias 13 e 14 de setembro [690]. O objetivo do encontro era:

> Unificar todas as oposições existentes e todas as diretorias combativas num amplo movimento nacional que organiza os trabalhadores de forma independente, expulsando os pelegos de todos os sindicatos, e não respeitando as leis que controlam as atividades sindicais. A convocação de um encontro nacional de todas as oposições sindicais vem estabelecer um programa de luta comum e dirigir um debate nacional entre os trabalhadores sobre a organização sindical que queremos e sobre as formas de organização independentes para o movimento operário [691].

Este encontro condenou o divisionismo e o paralelismo sindical, apoiou a formação de chapas combativas em oposição às diretorias pelegas, reforçando as oposições que buscam conquistar as entidades e torná-las representativas. Como argumentou Lorenzo Zanetti:

> O valor do processo de organização do ENTOES e o resultado da articulação está no fato de que, pela primeira vez, as oposições e direções sindicais se reúnem e juntos debatem nos estados, onde se realizam encontros preparatórios, e também em nível nacional. Isso contribuiu para a superação de preconceitos; discutiu-se aberta e objetivamente, identificando tanto diferenças quanto pontos de convergência [692].

Neste encontro, participaram ativistas sindicais de diversas regiões brasileiras. O sindicalismo urbano de Pernambuco foi representado pelo grupo da "oposição metalúrgica" "Zé Ferrugem", que enviou dez trabalhadores para o evento. De uma maneira geral, a ideia de realização do ENTOES era agregar àquele ano:

> [...] todas as forças não comprometidas com o governo e os patrões, assegurada a pluralidade de concepções que estejam de acordo com a **transformação urgente do modelo sindical vigente**, de modo a somar todas as forças combativas na luta por um sindicalismo independente, livre, autônomo e democrático [693].

---

[690] Para uma maior compreensão, ver: Disponível em: <http://www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=160>. Acesso em: 12 jan. 2011.

[691] GIANNOTTI; NETO, op. cit. (1990), p. 30.

[692] ZANETTI, op. cit. (1995), p. 58.

[693] RODRIGUES, Leôncio Martins. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. In: BOITO JR., op. cit. (1991b), p. 24, grifo nosso.

A participação deste grupo de "oposição metalúrgica" no ENTOES foi importante para o "Novo sindicalismo" pernambucano, principalmente, por dois motivos: em primeiro lugar, porque este foi o único grupo de trabalhadores urbanos de Pernambuco a participar desse encontro; e em segundo lugar, porque ficou evidente que esses militantes, mesmo antes de assumirem a direção do sindicato, já se colocavam contra ao "peleguismo", "burocratismo" e à estrutura sindical oficial. Fato, até então, inédito no meio sindical urbano de Pernambuco.

O ano seguinte, isto é, o ano de 1981 foi, de certa maneira, um ano ambíguo para o sindicalismo brasileiro. Embora, de uma maneira geral, o número de greves tenha decrescido consideravelmente em relação aos anos anteriores [694], o ano de 1981 foi bastante importante para a construção e/ou fortalecimento do "Novo sindicalismo" no país, por dois motivos: primeiro, devido à realização da I CONCLAT, a primeira grande conferência nacional da classe trabalhadora desde o golpe civil-militar de 1964; e segundo, por ter fortalecido o "Novo sindicalismo" em algumas regiões brasileiras – como foi o caso, por exemplo, do Estado de Pernambuco. Nesta região, além da deflagração de duas importantes greves (a dos motoristas e cobradores de ônibus no mês de outubro e a dos professores da UFPE e UFRPE em novembro), esse ano trouxe a posse da primeira diretoria de oposição, "combativa", nos moldes *efetivos* do "Novo sindicalismo": a posse da chapa "Zé Ferrugem", do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco.

Diferentemente das diretorias até então vigentes no meio sindical urbano de Pernambuco, essa "nova diretoria metalúrgica" foi a primeira no pós-64 a assumir uma postura "combativa", "reivindicativa", de "confronto" em relação aos patrões e/ou governo [695], a assumir a luta dos trabalhadores, apoiando as greves deflagradas pela categoria, a se

---

[694] O número de greves no ano de 1981 foi decrescente em relação aos anos anteriores. Para um melhor entendimento, ver os gráficos de SANDOVAL, op. cit. (1994), p. 125-128. De uma maneira geral, as greves deste ano ficaram localizadas no interior das empresas, às operações tartarugas, de curta duração, e não nas manifestações de rua. A grande exceção a este último caso foi a greve da Ford que – embora tenha tido uma amplitude menor em relação às grandes manifestações grevistas do ABC paulista nos anos anteriores – teve ainda uma relativa repercussão nacional. A greve da Ford é um enorme exemplo de luta contra a política econômica recessiva do regime civil-militar. A crise econômica brasileira, que vinha aumentando desde o final da década de 1970, tomou dimensões drásticas no ano de 1981. As indústrias recuaram significativamente a sua produção e, consequentemente, as demissões chegaram a índices alarmantes. Como foi o caso, por exemplo, da Ford, que, no início do mês de julho, demitiu cerca de 400 metalúrgicos. Diante de tal atitude, os trabalhadores da Ford decretaram greve, no dia 6 de julho, até que fossem readmitidos os 400 operários e aceito a criação de uma Comissão de Fábrica. No dia 21 de julho, a greve foi encerrada, tendo a Ford concordado em discutir a readmissão dos trabalhadores, garantido 120 dias de estabilidade para seus funcionários e, especialmente, reconhecido a Comissão de Fábrica, a primeira negociada pelo sindicato no ABC. Para um melhor ponto de vista acerca da greve da Ford, ver, especialmente: NORONHA, op. cit. (1991), SANDOVAL, op. cit. (1994), e PARANHOS, op. cit. (2011). No Apêndice I-D, constam-se as matérias veiculadas, tanto no JC quanto no DP, a respeito dessa greve.

[695] Em diversas ocasiões, essa diretoria sindical criticou, bateu de frente, entrou em confronto com o governo. A temática ia desde aumentos salariais até críticas aos acordos realizados com o FMI. Como foi o caso, por

opor a uma forma de atuação "pelega", "sem bases", "burocrática", "imobilista" e "assistencialista" e a enfrentar a política salarial, trabalhista e sindical do Estado [696].

Se, até então, as lutas dos trabalhadores estava se dando *exclusivamente* pelos bastidores e *à revelia* dos sindicatos, a posse da chapa "Zé Ferrugem" e o seu consequente apoio à luta da categoria inaugurou, assim, uma "nova" forma de atuação sindical na área urbana de Pernambuco, ou seja, um padrão de ação sindical mais preocupado com os trabalhadores em seus locais de trabalho, com sua organização a partir das empresas, enfim, uma forma de atuação voltada à dignidade da classe trabalhadora.

Longe de um atrelamento aos patrões e/ou ao governo o que se viu a partir da posse dessa diretoria foi o início de uma série de ataques e denúncias dos trabalhadores, publicadas na imprensa local. Como se pode ver no depoimento a seguir de Marcos Pereira, presidente da entidade sindical: "*O sindicato faz as denúncias, pede providências, apresenta sugestões para minimizar a crise e, no final,* ***o Governo estadual e o federal não toma nenhuma providência***" [697]. Essa foi, portanto, a primeira entidade sindical de Pernambuco, no pós-64, a iniciar o combate ao governo e aos patrões.

> O discurso deste "novo sindicalismo" com relação a patrões, Estado e legislação se caracterizava pela radicalização que explicitava, no caso dos patrões, o combate à intransigência dos empresários e as agruras e os sofrimentos no interior fabril, e no caso do Estado e das leis, trazia à tona das desconfianças em um Estado autoritário que em pouco, ou nada, se importou em criar vínculos com os trabalhadores, e que, ao contrário, lhes dava mais controle, repressão e arrocho salarial [698].

A diretoria que assumiu o Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco em 1981 optou por fortalecer, crescer e desenvolver uma "estratégia conflitiva" – em detrimento à "estratégia de negociação" vigente nos períodos anteriores – para poder "bater de frente" com o governo e os patrões, poder ser reconhecido como um ator social e político pelos movimentos sociais da região e, até mesmo, ser reconhecido como tal pela própria sociedade. Essa nova diretoria sindical partiu da perspectiva da:

---

exemplo, de um protesto do Sindicato dos Metalúrgicos realizado no centro do Recife, em janeiro de 1983. Para maiores informações, ver: Protesto contra política do FMI. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-5, 7 jan. 1983.

[696] Este fato foi até mesmo confirmado pelo DP que, noticiando um movimento liderado pelo Sindicato dos Metalúrgicos, ocorrido em março de 1984, destacou o seguinte: "*O movimento foi coordenado pelo* ***sindicato dos Metalúrgicos, um dos poucos no Estado que se mantém vigilante e intransigente na defesa dos interesses dos trabalhadores****, lutando desesperadamente contra a crise, em busca da reativação da indústria de Pernambuco*". Operário não recebe indenização e faz uma passeata de protesto. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-5, 14 mar. 1984, grifo nosso.

[697] Agrava-se a crise no setor metalúrgico: em 1 mês 800 demissões. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-7, 18 fev. 1983, grifo nosso.

[698] SANTANA, op. cit. (1999), p. 144.

> [...] valorização do sindicato como um instrumento de mudança social, na defesa de sua autonomia frente aos partidos políticos, na idéia da construção de um sindicalismo "de base", agressivo, sem burocracia, desprezando a atuação partidária, política e parlamentar e exaltando a ação direta e o conflito, vendo a greve geral como a principal arma dos trabalhadores [699].

É importante destacar que essa estratégia, adotada pelos líderes metalúrgicos de "confrontação" e não de "negociação", trouxe consigo também uma série de dificuldades para algumas parcelas da categoria [700]. Como destacou um metalúrgico: "*[...] a questão do confronto direto com o patrão foi um negócio sério, a questão de puxar a arma, de ameaçar gente, de dar murro no birô, isso ai aconteceu com muitos empresários*" [701].

Em muitas empresas, conforme denunciou o Sindicato dos Metalúrgicos por diversas vezes, houve uma forte e constante repressão e perseguição aos trabalhadores que eram membros da entidade. Foi o caso, por exemplo, da indústria *Aço Norte* que, em outubro de 1983, dispensou um bom número de operários em função de suas "combativas" atividades dentro da empresa. A este respeito o presidente do sindicato, Marcos Pereira, considerou:

> A indústria iniciou uma série de suspensões, advertências e demissões, para desestimular quem é associado ao Sindicato, e procurou invalidar atestados médicos, através do Pan-Saúde. Apesar disso tudo, os operários mantêm-se firmes, filiados à entidade, conscientes de que deverão manter-se unidos para impedir exploração ou abusos [702].

De uma maneira geral, podemos dizer que o "Zé Ferrugem" se constituiu, para o movimento sindical urbano de Pernambuco, durante os anos de 1981 e 1984 [703], na diretoria que mais se aproximou daquelas propostas do "Novo sindicalismo" liderado pela tendência do Sindicato Metalúrgico de São Bernardo. O "Zé Ferrugem" assimilou, entre outros aspectos, as duas principais características do "Novo sindicalismo": a busca ao rompimento à política salarial, trabalhista e sindical do governo e a oposição à forma de atuação "pelega" dos dirigentes anteriores – desde o período varguista até o ditatorial. Esses novos líderes sindicais assumiram a direção do Sindicato Metalúrgico de Pernambuco convencidos de que iriam "arrebentar por dentro a estrutura sindical oficial".

---

[699] RODRIGUES, Leôncio Martins. **CUT**: os militantes e a ideologia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990a, p. 25.

[700] O Sindicato dos Metalúrgicos denunciou à imprensa, em janeiro de 1984, por exemplo, a agressão física do diretor da fábrica *Microlite* a um de seus funcionários (José Leôncio da Silva, de 56 anos). Microlite ameaçada de greve. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-4, 21 jan. 1984.

[701] GT SINDICAL DO CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS JOSUÉ DE CASTRO, op. cit.

[702] Sindicato denuncia a Aço Norte. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-5, 28 out. 1983.

[703] A chapa "Zé Ferrugem" tomou posse, pela primeira vez, em 1981 e encerrou o seu mandato no final de 1984, já no final do regime civil-militar. O segundo mandato ocorreu, entre os anos de 1985 e 1988, durante o período de redemocratização do país, ou seja, uma nova fase do "Novo sindicalismo" urbano em Pernambuco. Algo que, portanto, foge aos objetivos deste trabalho.

No final do mês de março de 1981, foi publicado no DOU o edital de convocação para as eleições no Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco. A partir daí foram lançadas as chapas de "n° 1" (situacionista) encabeçada pelo associado José Maria Noblat Andrade e a de "n° 2" (oposicionista) – intitulada de "Zé Ferrugem" – com Marcos Pereira à frente. Embora esta chapa – pelo trabalho "fábrica a fábrica" que vinha sendo realizado desde meados de 1974 – já contasse com um amplo apoio de diversos metalúrgicos pernambucanos, nos três meses que separaram a inscrição da chapa às eleições, o "Zé Ferrugem" procurou intensificar o seu trabalho de divulgação e de aproximação com o restante da categoria.

Entre os meses de abril e junho, a chapa "Zé Ferrugem" iniciou, por exemplo, uma ampla e intensa pesquisa entre a categoria – "sindicalismo de porta de fábrica" – com o objetivo de elaborar nomes para compor a chapa e criar um programa de lutas e reivindicações da nova diretoria. A grande maioria dos trabalhadores revelou nesta pesquisa que desejava, principalmente, uma diretoria sindical ativa, "reivindicativa" e "combativa".

Olhando para essa estratégia do "Zé Ferrugem", percebe-se uma das primeiras diferenças em relação às diretorias, até então, vigentes no sindicato metalúrgico, ou seja, nota-se a preocupação deste grupo de oposição em ampliar e fortalecer canais de interação e participação da categoria com as lideranças sindicais. Segundo José Arlindo Soares:

> Aproximando-se o período da eleição do Sindicato, a oposição procurou encontrar mecanismos que facilitassem uma ampla participação das bases na escolha dos nomes e na discussão de um programa para uma chapa alternativa. Depois que a diretoria do Sindicato rejeitou a realização de uma convenção onde seriam apresentados nomes e escolhida uma chapa, a oposição partiu para realizar uma pesquisa nas fábricas permitindo aos trabalhadores a oportunidade de indicarem os companheiros mais representativos para dirigir a entidade da classe [704].

Durante o período das eleições, existiam 32 mil trabalhadores metalúrgicos, distribuídos por 286 empresas nos municípios da RMR. O número de filiados ao sindicato metalúrgico chegava a 11 mil, embora apenas 4 mil estivessem em "condição de voto" [705]. Nas eleições, ocorridas entre os dias 6 e 8 de julho, votaram 3.719 trabalhadores, ou seja, quase todos aqueles que estavam em "condição de voto" durante o período. Do total de votantes, 1.571 votaram na "chapa 1", 2.077 na "chapa 2", 50 votos nulos e 21 em branco [706]. Como se vê, o "Zé Ferrugem" venceu as eleições com uma boa margem de diferença, obtendo 506 votos a mais [707].

---

[704] SOARES, op. cit. (1985), p. 191.

[705] Metalúrgicos votam para eleger chapa. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-7, 7 jul. 1981.

[706] Oposição assume sindicato. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-10, 10 jul. 1981.

[707] GT SINDICAL DO CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS JOSUÉ DE CASTRO, op. cit.

No dia 10 de agosto, a chapa "Zé Ferrugem" tomou posse, em meio a uma conjuntura marcada pela recessão, o desemprego e o refluxo do movimento sindical no centro-sul. A nova diretoria do sindicato foi composta pelos seguintes metalúrgicos:

- **Efetivos**: Marcos Pereira, João Paulo Lima e Silva, José Alves Siqueira, Jorge Cesar e Gabriel Vasconcelos;
- **Suplentes**: Edson Ferreira, Severino Antonio, Mario Antonio, Daniel Campelo e Pedro Alfredo Coutinho;
- **Conselho Fiscal**: José Antônio Pinheiro, Luis Antônio Neto e Edvaldo Inácio;
- **Suplentes**: José Inácio Oliveira, José Joaquim de Santana e Inaldo Francisco [708].

Uma das primeiras medidas da chapa "Zé Ferrugem" foi procurar reaproximar os trabalhadores do sindicato. E isto, segundo a visão desses líderes, deveria ocorrer não exclusivamente pela prestação de serviços "assistenciais" – como anteriormente ocorria –, mas, principalmente, com um espaço de luta e de conquista da categoria profissional. Neste sentido, os serviços médicos, ambulâncias, dormitórios, festas não foram deixadas de lado, mas foi dada ênfase especial à realização de assembleias, reuniões e movimentos reivindicativos da categoria nas ruas, nas portas das fábricas, no centro da Recife, em posição de ataque e, às vezes até mesmo, de confronto direto com os patrões e/ou com o Estado.

No mês seguinte à posse dessa "nova liderança sindical" foi realizado a I CONCLAT, em Praia Grande, no litoral paulista, entre os dias 21 e 23 de agosto, unindo trabalhadores urbanos e rurais [709]. No dizer de Antunes: "*[...] o evento mais significativo da história do movimento operário brasileiro"* [710]. A conferência contou com a representação de 480 sindicatos urbanos e 348 rurais de todo o país [711], com um total de aproximadamente 5.000

---

[708] GT SINDICAL DO CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS JOSUÉ DE CASTRO, op. cit. Aqui é importante destacar que, como toda e qualquer entidade sindical, embora o número de trabalhadores na direção sindical seja grande (no caso específico do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco foram 16 no total), apenas um reduzido grupo, constituído, na maioria das vezes, pelo presidente, 1° secretário e tesoureiro, exerce influência na definição da política e na administração da entidade.

[709] A ideia de realização desta conferência não era recente. Em novembro de 1977, um grupo de 205 sindicalistas de São Paulo foi a Brasília e, em audiência com o presidente Geisel, reivindicou o direito de os trabalhadores realizarem a I CONCLAT. Devido às circunstâncias políticas do período, a I CONCLAT acabou sendo adiada para o ano de 1981. No ano de 1977, o governo não se opôs à realização desta conferência, entretanto, como definiu o ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, ela deveria ocorrer dentro de algumas ponderações, tais como: que fosse um encontro de entidade de cúpula; que fosse rejeitado qualquer plano de construir-se uma central sindical; que fosse favorável a estudos que aprimorassem o FGTS; não apoiassem os reajustes salariais acima dos índices oficiais e a campanha pela reposição salarial. Governo não permite central sindical. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 7, 29 dez. 1977.

[710] ANTUNES, op. cit. (1986), p. 72.

[711] O sindicalismo urbano de Pernambuco foi representado nesta conferência pelo Sindicato dos Metalúrgicos e o rural pela FETAPE.

delegados [712]. Participaram da Conclat também 11 delegações de entidades internacionais. O objetivo dessa conferência era:

> [...] discutir amplamente as condições de vida, trabalho e salário dos trabalhadores da cidade e do campo [...], fixar posições unitárias e as formas de luta dos trabalhadores na defesa de seus interesses [...] e avançar na forma de organização dos trabalhadores visando adequar o movimento sindical unitário à nova realidade política, social e econômica [713].

Após 17 de anos de repressão e proibição de realização de reuniões de trabalhadores não fica difícil entender a importância da I CONCLAT para aquele momento, especialmente para a construção e/ou afirmação daquele "novo" modelo de sindicalismo no país [714]. Como destacou Iram Jácome Rodrigues, para a grande maioria dos delegados presentes, a realização da conferência tinha sido um completo "sucesso". Entretanto, o autor salientou:

> [...] Embora esta unanimidade termine nessas poucas e significativas palavras, as diversas correntes e perspectivas do movimento sindical brasileiro tiveram, depois de anos de repressão, um espaço legítimo para divergir, discutir, tentar acordos, medir forças e certamente fazer crescer a consciência política de uma parte considerável dos delegados rurais e urbanos presentes [715].

Avelino Ganzer, um dos organizadores da I CONCLAT lembrou, por exemplo, que, como o encontro era de âmbito nacional, os sindicatos mais distantes de São Paulo, como os da região Norte e Nordeste, enfrentaram inúmeras dificuldades para chegar ao local. Uma vez que a I CONCLAT ocorreu em um período de rearticulação política do regime civil-militar, havia, em diversos trabalhadores, militantes e líderes sindicais, certo tom "romântico" e "utópico" em relação à realização da conferência, principalmente, no que diz respeito à construção da central sindical dos trabalhadores.

Muitas lideranças saíram do Nordeste – como foi o caso, por exemplo, do grupo metalúrgico de Pernambuco [716] – enfrentando diversas dificuldades, entre as quais "*[...] uma estrada que até hoje é de chão, com atoleiros, enchendo as latas com farofa*". Na maioria das

---

[712] O contingente de 5.000 delegados na I CONCLAT foi, para muitos, uma surpresa. O próprio secretário-geral da conferência, Hugo Perez, explicou que eram esperados em média 3.000 delegados. Mas, ficou surpreso, quando, logo na manhã do dia 21, o número deles já chegava ao número de 5.000. Conclat reúne mais gente que o esperado. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 19, 22 ago. 1981.

[713] CIDAS. **Tudo sobre a I CONCLAT**: a caminho da central única. São Paulo: Editora do Grêmio Politécnico, 1981, p. 13.

[714] Uma boa forma de se compreender a I CONCLAT, especialmente, no que se refere às suas divergências políticas, ideológicas e organizativas internas, pode ser vista no documentário: 30 anos depois... op. cit.

[715] RODRIGUES, I., op. cit. (1997), p. 95.

[716] A viagem foi assim descrita por José Alves de Siqueira: "*Foram 11 pessoas daqui em cima da porra de uma caminhonete. Daqui pra São Paulo. E sem dinheiro. A gente foi sem dinheiro. A gente abasteceu no Sindicato dos Eletricitários de Maceió. Abastecemos no Sindicato dos Químicos na Bahia. Abastecemos no sindicato que eu não lembro o nome qual foi no Rio de Janeiro até chegar em São Paulo. A gente foi assim, sem dinheiro*". Em entrevista já citada.

vezes, os próprios trabalhadores fizeram "*[...] cotização para pegar os ônibus, dizendo: 'vamos construir a CUT'. É aquela fé que move montanhas [...]*" [717].

Segundo Leôncio M. Rodrigues, estavam presentes nessa conferência quatro grandes grupos do sindicalismo brasileiro [718]:

a) a "*Unidade Sindical*" [719]: que reunia sindicalistas que seguiam a orientação do PCB, do PC do B e do MR-8 [720]. Esses sindicalistas, entre outras coisas:
   - insistiam na necessidade de aliança com o PMDB e outros setores sociais de modo a garantir a "transição democrática";
   - eram contra a criação de um partido dos trabalhadores e à realização de uma greve geral;
   - entendiam que as mobilizações dos trabalhadores deveriam ser efetuadas com a prudência necessária;

b) os "*sindicalistas independentes*": esses eram os indivíduos que vinham desencadeando várias greves no país e que, portanto, vinham entrando em conflito direto com o governo e/ou patrões. Política e ideologicamente, esse grupo não estava bem definido. Eram sindicalistas que partilhavam de perspectivas diversas;

c) as "*oposições sindicais*": que reunia militantes que estavam em oposição às diretorias consideradas acomodadas ou "pelegas" e estavam tentando conquistar a direção de suas entidades sindicais. A maioria de seus militantes estava ligada à Igreja Católica através das pastorais;

---

[717] Conclat foi tempo de improviso, colchonete e lama. **Rede Brasil Atual**. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/temas/trabalho/2011/08/tempo-de-improviso-colchonete-e-lama>. Acesso em: 15 nov. 2011.

[718] É importante destacar que embora esses quatro grandes grupos tenham participado da I CONCLAT, esta conferência foi marcada, majoritariamente, pela presença dos "sindicalistas independentes" e das "oposições sindicais". Como argumentou Leôncio M. Rodrigues: "*Em larga medida, a importância dessa CONCLAT advém do dato de ter sido a primeira (e última) grande conferência em que participaram praticamente todas as facções militantes do meio sindical*". RODRIGUES, L., op. cit. (1991), p. 31.

[719] Analisando o comportamento desses sindicalistas, Leôncio M. Rodrigues destacou: "*Para a Unidade Sindical, o sindicalismo era concebido basicamente como um instrumento de obtenção de melhoras para a classe trabalhadora a serem obtidas não apenas através da ação dos sindicatos mas também através da aliança com outras forças políticas democráticas. Em larga medida, a estratégia dos dirigentes da Unidade Sindical reproduzia a anterior política de frente democrática preconizada pelos comunistas, versão da revolução em duas etapas, em que a primeira, que antecederia a revolução socialista, supunha uma aliança com a 'burguesia nacional'*". Ibid., p. 27.

[720] Na matéria do JC, no dia 23 de agosto de 1981, Luiz Carlos Prestes fez importantes observações sobre a participação do PCB na I CONCLAT. Na reportagem, Prestes criticou a realização da conferência tanto pela forma como foi concebida e preparada, como pela sua composição interna, altamente conflitiva. Para uma melhor compreensão a respeito desta questão, ver: Conclat faz encontro que Prestes critica. **Jornal do Commercio**, Recife, p.87, 23 ago. 1981.

d) e a "*extrema esquerda*": grupos de ativistas sindicais que, mais do que o "retorno à democracia" – ou a ampliação do espaço dos sindicatos e das classes trabalhadoras "dentro do sistema" –, tinham como objetivo a luta pelo socialismo através de uma prática radical destinada permanentemente à agudização do conflito social [721].

Com o decorrer da conferência, as inúmeras divergências entre os "reformistas" (sindicalistas da "Unidade Sindical") e os "combativos" ("sindicalistas independentes" e/ou das "oposições sindicais") foram se aguçando [722]. Segundo Marco Aurélio Santana: "*[...] o bloco **combativo** considerava a estratégia da **Unidade Sindical** como **negocista**, **conciliadora** e **reformista**. A **Unidade sindical**, por sua vez, avaliava a estratégia do outro setor como sendo **esquerdista** e **desestabilizadora***" [723]. A este respeito, Sílvio Costa também argumentou:

> A conferência contribuiu para esclarecer o caráter contraditório manifesto pelas correntes que disputam a hegemonia do movimento sindical. Uma defende uma unidade abstrata e levanta bandeiras políticas de democratização da sociedade, mas desenvolve uma prática reformista, de conciliação de classes e de submissão aos interesses da burguesia e de setores vinculados ao regime militar; prega um sindicalismo politizado, mas com receio da possibilidade de retrocesso coloca-se contra as mobilizações e as greves [...]. A outra desenvolve uma prática sindical mais ousada e combativa e combativa, mas nega, de forma sectária e exclusivista, a necessidade de uma ação política mais ampla e de alianças com outros setores da sociedade; defende, na conjuntura política, uma estreita frente da esquerda; realiza numerosas greves; e não se nega a assumir o confronto com o regime [724].

Apesar das divergências existentes, os delegados sindicais presentes na I CONCLAT conseguiram discutir e aprovar as seguintes reivindicações nesta conferência:

- No que se refere ao direito do trabalho e ao sindicalismo:
  - a estabilidade no emprego;
  - a redução da jornada de trabalho para 40 horas sem perdas salariais;
  - a reforma da CLT;
  - a maior fiscalização do Trabalho no que se refere à higiene e à segurança do trabalho;

---

[721] RODRIGUES, L., op. cit. (1981), p. 27-30.

[722] É importante ressaltar que, de início, a ideia de realização da I CONCLAT era ser uma conferência *unitária*, com o propósito de reunir os sindicalistas de diversas regiões do país para discutir os rumos daquele "novo" momento sindical brasileiro. Porém, a I CONCLAT acabou por acirrar os ânimos provocando um confronto que definiu dois lados e duas concepções claramente distintas no movimento sindical a partir de então. As divergências existentes no decorrer da década de 1970 adquiriram transparência nessa conferência e progrediram nos anos posteriores.

[723] SANTANA, op. cit. (2007), p. 291.

[724] COSTA, Sílvio. **Tendências e Centrais sindicais**: o movimento sindical brasileiro, 1978-1994. Goiânia, GO: Editora da Universidade Católica de Goiás, 1995, p. 60-61.

  - o direito de greve e de sindicalização dos funcionários públicos;
  - a autonomia dos sindicatos diante do Ministério do Trabalho;
  - e o reconhecimento da CUT como órgão máximo de representação dos trabalhadores etc.
- No que se refere às propostas mais gerais:
  - a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte;
  - a liberdade de manifestação, reunião e organização para todos os setores da sociedade;
  - a rejeição das privatização das empresas estatais;
  - a efetiva liberdade de expressão de todos os partidos e correntes políticas;
  - a reforma agrária radical, ampla e massiva, imediata e sob controle dos trabalhadores, a partir da demarcação de uso coletivo da terra;
  - a anistia, ampla, geral e irrestrita, que extinga todas as punições políticas e sindicais;
  - o não pagamento da dívida externa;
  - a livre e igual acesso aos meios de comunicação de massa, rádio, jornal e televisão, para todos os partidos políticos e entidades sindicais de trabalhadores da cidade e do campo;
  - e o fim de toda legislação de exceção e arbítrio e desmantelamento de todos os organismos de repressão etc. [725].

De acordo com Lorenzo Zanetti, apesar das inúmeras reivindicações lançadas, a consequência mais importante desta conferência foi a eleição da "Comissão Nacional Pró-CUT", através de uma chapa única formada por 56 membros – 24 rurais e 32 urbanos – de todas as tendências. É importante destacar aqui que os sindicalistas de perspectivas "reformistas" foram *maioria* enquanto os "combativos" constituíram-se em *minoria* [726]. A comissão formada nesta conferência deveria preparar, para o mês de agosto do ano seguinte, um novo congresso com o objetivo de formar uma central única dos trabalhadores.

Entretanto, as divergências e os conflitos no interior da comissão não possibilitaram a realização do congresso em 1982 e acabaram por precipitar a cisão no interior do sindicalismo

[725] CONCLAT. I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, **Resoluções**, Praia Grande (SP), 21 a 23 de agosto de 1981. Disponível em: <http://www.cut.org.br/documentos-oficiais>. Acesso em: 10 nov. 2011.

[726] Para um melhor entendimento a respeito do desenvolvimento da I CONCLAT, ver, especialmente: MENESES, Clarice Melamed; SARTI, Ingrid. **CONCLAT, 1981**: a melhor expressão do movimento sindical brasileiro. Campinas: CARTGRAF, 1981.

brasileiro. Para os sindicalistas que faziam parte da "Unidade Sindical", não haveria condições para a realização de uma conferência nacional dos trabalhadores no ano de 1982. Segundo eles, por ser 1982 um ano eleitoral, a "II CONCLAT" poderia vir a ser "partidarizada", ou ainda, que o evento poderia comprometer o processo de democratização pelo qual passava o país [727]. Como disse Antônio Ozaí da Silva, na ótica do PCB, "*[...] a estabilidade devia ser garantida, combatendo rigorosamente as propostas que tendiam a minimizar as exigências dos trabalhadores e, simultaneamente, a radicalização irrealista que abria flancos às intenções desestabilizadoras*" [728]. O grupo "combativo" reagiu a esta ideia e marcou uma reunião geral para os dias 26 e 27 de novembro de 1982 a fim de decidir o futuro das ações a serem tomadas.

Refletindo a respeito da I CONCLAT, Iram Jácome Rodrigues destacou que, embora, de uma maneira geral, esta conferência não tenha conseguido avançar sobre "*[...] vários aspectos concretos, especialmente nos temas sindicais mais específicos*" [729], a sua realização no ano de 1981 acabou se constituindo como um dos maiores eventos na história do sindicalismo nacional, pois além de ser a primeira grande conferência nacional da classe trabalhadora pós-64, ainda teve a coragem de cobrar, ainda em meio à ditadura, a redemocratização do país e a recomposição dos salários.

Com o fim da CONCLAT, a "nova diretoria" do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco juntou algumas reivindicações lançadas nessa conferência com outras antigas demandas propostas pelos metalúrgicos antes mesmo das eleições e formulou o seu "programa", isto é, a sua "bandeira de luta", com os seguintes pontos principais [730]:

- Em relação aos salários:
  - Alteração da política salarial do governo;
  - Negociação direta com o patronato;
  - Convenções coletivas de trabalho que beneficiassem os trabalhadores [731].

---

[727] Segundo Leôncio M. Rodrigues, a questão das eleições em 1982 constituiu-se apenas em um argumento levantado para encobrir divergências muito mais profundas no interior do sindicalismo brasileiro. "*Na realidade, todas as lideranças estavam conscientes da impossibilidade da permanência de concepções tão díspares no interior de uma mesma organização*". RODRIGUES, L., op. cit. (1981), p. 33.

[728] SILVA, A., op. cit. (s/d), p. 159.

[729] RODRIGUES, I., op. cit. (1997), p. 97.

[730] Percebe-se aqui uma das primeiras diferenças dessa "nova diretoria" em relação às anteriores. Isto é, essa diretoria além de participar da I CONCLAT, dentro do bloco "combativo", assumindo claramente uma posição de luta e de apoio em favor das reivindicações dos trabalhadores, incorporou grande parte das resoluções dessa conferência ao seu programa político.

[731] Como se pode ver no relato a seguir, de acordo com a visão de um militante sindical, as "convenções coletivas de trabalho" ocorridas no Brasil, durante o período do regime civil-militar, eram apenas formalismos, "fachadas", pois sempre visavam atender aos interesses do capital: "*No mundo ocidental, as relações do*

- Em relação às condições de trabalho:
  - Estabilidade no emprego (luta contra os elevados índices de rotatividade da mão-de-obra);
  - Segurança do trabalho.
- Em relação à representação sindical dentro das empresas:
  - Organizar as comissões de empresa;
  - Estabilidade dos membros participantes.
- Em relação ao sindicato:
  - Sindicato livre e autônomo: o Ministério do Trabalho não interfira nos assuntos internos da entidade sindical;
  - Direito de greve;
  - Intensificar as campanhas de sindicalização;
  - Fim do "burocratismo" e do "assistencialismo" [732];
  - Criação de uma central sindical.
- Em relação às reivindicações de natureza política mais ampla:
  - Fim da carestia e pelo congelamento de preços;
  - Convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte;
  - Fim das leis de exceção;
  - Anistia geral e irrestrita;
  - Liberdade de organização político-partidária dos trabalhadores.

Como se pode observar, no programa de luta da diretoria "Zé Ferrugem" estava presente as principais características do "Novo sindicalismo", entre as quais: um sindicalismo mais combativo (e isto pode ser visto tanto pela recorrência às greves quanto às formas de luta escolhidas); um sindicalismo de massas [733] (e isso se refere tanto às assembleias plebiscitárias

---

trabalho são quase que exclusivamente contratadas em negociações coletivas. Esta prática saudável e democrática em muito serviu para amenizar os contrastes de renda e o pode assustador dos patrões sobre os operários... Entre nós... a cada ano, repete-se o ritual caro e inútil dos processos de convenções coletivas. Os patrões comparecem às mesas de negociações e, firmemente escudados pelo governo, dizem um redondo não às reivindicações salariais, desprezam as demais, e o processo é encaminhado à Justiça do Trabalho que, por falta de poder normativo, torna-se mera homologadora de índices oficiais". VIANNA, op. cit. (1983), p. 103.

[732] A nova diretoria criticou o "assistencialismo" – que era vista pelos antigos dirigentes como a principal função da entidade sindical – mas não deixou de realizar a prestação de alguns serviços assistenciais aos seus associados. Como argumentou José Fernando Souto Jr., o Sindicato dos Metalúrgicos trocou o "assistencialismo" pela "prática-assistencial", pois esta última forma podia conviver tranquilamente com a ideia de luta. SOUTO JUNIOR, op. cit. (2007), p. 91.

[733] "*O sindicato é uma organização de massa quando reúne a maioria dos trabalhadores, respondendo às suas aspirações e elaborando sua política com base nos seus interesses coletivos e individuais*". CEDAC, op. cit. (1980), p. 45-46.

realizadas em diversos ambientes públicos, quanto aos esforços para democratizar a própria condução do sindicato, procurando ampliar a participação de base – por exemplo, a criação de novas formas de comunicação com os trabalhadores); reivindicações que perpassavam as questões salariais, introduzindo também demandas de caráter nitidamente social e política; reconhecimento dos delegados sindicais de empresa e direito de realizar atividades sindicais dentro dos locais de trabalho [734]; crítica contundente à política trabalhista e salarial do governo (fim da rotatividade no emprego, fim do FGTS, realização de contratos coletivos); e crítica à estrutura sindical oficial (em grande parte à falta de autonomia e liberdade sindical).

É importante destacar ainda em relação ao ano de 1981 que em seu último mês ocorreu a primeira greve liderada pela diretoria "Zé Ferrugem". Embora ela tenha sido localizada em apenas uma fábrica e tenha durado menos de 24h ela foi de extrema importância para os metalúrgicos, pois foi a primeira greve liderada pela entidade sindical (algo até então inexistente no sindicalismo urbano de Pernambuco). Um dos líderes sindicais lembrou a respeito dessa greve:

> [...] fizemos uma reunião a noite na sub-sede do Sindicato, em Abreu e Lima, praticamente 70% dos trabalhadores da empresa compareceram. Eles estavam revoltados com os atrasos de salário e do 13°. No outro dia fomos a porta da fábrica com muito receio, porque naquele época da ditadura militar era a primeira fábrica que a gente parava aqui em Pernambuco. Nós saímos bem daquela paralisação, eu acho que ali foi o primeiro degrau da escada de todas as outras paralisações que se sucederam [735].

Pelo o que foi demonstrado até aqui se percebe que o ano de 1981 foi um ano de extrema importância para o sindicalismo urbano de Pernambuco. Com a posse da chapa "Zé Ferrugem" no Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco, em 1981 – a primeira chapa de oposição sindical vitoriosa desse Estado desde a instauração do regime civil-militar em 64 – tem-se o início de uma nova fase na história do "Novo sindicalismo" urbano de Pernambuco.

A partir deste momento, o "Novo sindicalismo" não passou mais a ser *exclusivamente* desenvolvido nos "bastidores" das entidades sindicais. Com a posse da "nova diretoria" no Sindicato dos Metalúrgicos, as ações grevistas passaram a ser desenvolvidas, impulsionadas, organizadas e estruturadas também a partir da própria entidade sindical, e não *à revelia* dela. Nessa nova fase do "Novo sindicalismo" pernambucano, portanto, o Sindicato dos Metalúrgicos passou a adotar um padrão de ação mais preocupado com os trabalhadores em seus locais de trabalho e com a organização a partir das empresas.

---

[734] Na proposta do "Novo sindicalismo", as comissões de fábrica seriam organismos de expressão da autonomia e da capacidade própria de tomar iniciativas das bases e, portanto, deveriam guardar a sua independência frente às direções sindicais.

[735] GT SINDICAL DO CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS JOSUÉ DE CASTRO, op. cit.

Todos esses fatos por si só já fariam o ano de 1981 um ano muito especial para o "Novo sindicalismo" pernambucano. Ele não foi marcado apenas pelos acontecimentos ocorridos no Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco, mas também pela deflagração de duas greves, um importante indicador da força e determinação de algumas categorias profissionais no Estado de Pernambuco – mesmo sem a ajuda direta de sua entidade sindical – e do alto grau de insatisfação desses trabalhadores em relação à política governamental e à contínua crise econômica. A primeira greve ocorreu com os motoristas e cobradores de ônibus coletivos. A segunda greve ocorreu com os professores da UFPE e UFRPE. Veja a seguir, os acontecimentos dessas duas paralisações.

Após várias reclamações, os motoristas e cobradores de ônibus conseguiram marcar uma reunião com a DRT, a fim de explicar os principais problemas enfrentados pela classe. Ocorrida no dia 1° de outubro, os líderes da categoria explicaram assim os principais problemas: em primeiro lugar, à entrada em vigor da portaria da EMTU proibindo que motoristas sem farda entrassem pelas portas dianteiras dos coletivos; em segundo lugar, à redução da jornada para seis horas de trabalho; em terceiro lugar, à fiscalização nas empresas para acabar com o intensivo e extenuante regime de horas extras [736]; e em quarto lugar, ao fato de diversos policiais aposentados e funcionários públicos estarem servindo às empresas de transporte coletivo, como motoristas, tomando a vaga dos profissionais.

A promessa do delegado de que a DRT tomaria as medidas necessárias, a fim de averiguar os fatos, não foi suficiente para tranquilizar os motoristas que, desconfiados da autenticidade da palavra do delegado, logo após a reunião, saíram em passeata pelas ruas do centro do Recife – juntamente com outros motoristas que, na ocasião, se encontravam à frente do prédio da DRT –, mobilizando a categoria para entrar em greve. No início da tarde deste dia, inúmeros desses profissionais já se encontravam na praça da Independência (centro do Recife) gerando um enorme engarrafamento no centro da cidade. Segundo informações do DP, a liderança do movimento nesta praça ficou por conta de Hélio Vieira – motorista que estava desempregado há mais de sete meses. No local, com o megafone em mãos, ao mesmo

[736] Como já foi anteriormente destacado, o regime de horas extras foi um dos pontos bastante criticados e combatidos pelos trabalhadores e pelos "novos sindicalistas" no final dos anos 70 e início de 80. Durante esse período, havia constantes queixas dos trabalhadores a respeito da obrigação que tinham de fazer horas extras. Em muitos casos, como denunciou a diretoria do sindicato dos metalúrgicos, o compromisso de trabalhar em horas extras era condição exigida para a própria admissão na empresa. GT SINDICAL DO CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS JOSUÉ DE CASTRO, op. cit.

tempo em que acusava o sindicato de omissão à luta [737], Hélio Vieira pedia aos demais trabalhadores pela não-violência [738]. Em suas palavras:

> [...] nossa intenção não é quebrar nada. O que queremos, na verdade, é um diálogo com o pessoal da EMTU, a única responsável por tudo que está ocorrendo. O desemprego de mais de mil homens, entre motoristas e cobradores tem que ser atribuído ao órgão, depois que ele inventou uma série de coisas que só beneficiarão aos patrões [739].

Durante a greve, a estratégia dos motoristas foi paralisar o trânsito do centro do Recife. Para tanto, espalharam troncos de árvores pelo meio das ruas e esvaziaram e/ou furaram os pneus de diversos ônibus que passavam pela área. Veja o relato do JC acerca desta greve:

> [...] fileiras de ônibus parados nas ruas; pontos de retorno lotados de gente policiais em todas as esquinas; transeuntes esbarrando nas calçadas; ruas humanizadas com poucos vendedores ambulantes e lojas com fraca movimentação; esse era o quadro ontem a tarde do centro do Recife, em virtude da greve dos motoristas, deflagrada de surpresa, na parte da manhã [740].

Durante todo o dia, vários piquetes foram formados pelo centro do Recife. A partir daí iniciou-se uma forte repressão policial que culminou com a prisão de 25 pessoas [741]. No final da tarde do dia 1°, uma comissão de cinco motoristas se reuniu com o secretário de Transportes, Energia e Comunicações, Luiz Antão de Melo. Na ocasião, os motoristas apresentaram os motivos da deflagração do movimento e receberam do secretário a promessa de uma resposta na segunda-feira (dia 5/10) [742] a respeito das reivindicações da categoria e a

---

[737] Em entrevista ao DP, o motorista Manoel Ferreira acusou também o presidente do Sindicato das Empresas de Transporte, Carlos Alberto Gueiros, de negar apoio ao movimento reivindicatório da categoria. DRT ACUSADA de omissão na greve dos motoristas. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-10, 3 out. 1981.

[738] Um dia sem ônibus deixa cidade confusa e tensa. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-6, 2 out. 1981.

[739] Greve explodiu com prisão de motorista. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-7, 2 out. 1981.

[740] Motoristas e cobradores param Recife. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 8, 2 out. 1981.

[741] No início do ano de 1981 foi criada a "Tropa de Elite da Polícia Militar de Pernambuco". A primeira vez em que o grupo entrou em ação foi durante a greve dos motoristas desse ano, quando 100 policiais, equipados com bomba de gás lacrimogêneo, escudo, cassetete e capacete especial à prova de bala, foram acionadas para reprimir o movimento grevista. A Tropa de Elite só entrou novamente em ação no dia 18 de maio de 1983, por ocasião da passeata liderada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco e proibida pelo governador do Estado.

[742] Conforme combinado, no dia 5 de outubro, o secretário Luís Antão de Melo, reuniu-se com representantes das empresas de transportes, da EMTU, dos empregados de transportes, e líderes do movimento grevista, para analisar as reivindicações de motoristas e cobradores. Na ocasião, ficou decidido que os motoristas e cobradores poderiam se utilizar dos ônibus gratuitamente até trinta dias após serem despedidos e que a DRT manteria uma fiscalização permanente nas empresas de transportes coletivos e pontos de ônibus, verificando a situação da categoria quanto ao cumprimento das normas exigidas por Lei, e atuando as empresas que estivessem irregulares. Motorista pode viajar de graça em coletivos. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 8, 6 out. 1981.

liberdade imediata para os motoristas que estavam presos no DOPS [743]. No começo da noite, a greve dos motoristas e cobradores de ônibus terminou e a situação do centro do Recife voltou a se normalizar. É importante destacar aqui que, o fato de a greve dos motoristas e cobradores de ônibus em 1981 ter sido resolvida em menos de 24h não tira, de forma alguma, o mérito de sua deflagração. Além de a pauta de reivindicações da categoria ter sido, grosso modo, atendida, os trabalhadores conseguiram demonstrar sua força, conseguindo, em poucas horas, congestionar e transformar o cenário do centro do Recife. Segundo Pedro Castro:

> Bancos, casas comerciais, indústrias, empresas agrícolas ou de serviços, governo, igrejas e entidades proporcionadoras de lazer, por sua vez, são influenciadas pelos efeitos da greve. [...] Com isso ocorrem aumentos ou diminuições de contatos e relações dessas pessoas com aquelas instituições [744].

A segunda greve urbana deflagrada no ano de 1981 no Estado de Pernambuco ocorreu com os professores da UFPE e UFRPE. No dia 11 de novembro de 1981, mais de três mil professores universitários de Pernambuco realizaram uma Assembleia Geral a fim de discutir e votar a adesão (ou não) ao movimento grevista que vinha sendo realizado em âmbito nacional desde o dia 8 de novembro. Nessa assembleia, os professores decidiram paralisar as atividades, afirmando que só voltariam a trabalhar depois que o ministro da Educação Rubem Ludwig atendesse as reivindicações salariais da categoria. No geral, as reivindicações eram: reposição salarial de 45% (retroativo a março); reajustes semestrais; a destinação de 12% do orçamento federal para a educação e a participação de representantes docentes na comissão mista que estuda os aumentos salariais [745].

Durante o decorrer de todo o movimento, os docentes não realizaram atos públicos. A estratégia adotada pela categoria foi a luta a partir de dentro da universidade. Os professores realizaram, por exemplo, diversas palestras, conferências entre os professores e os alunos e a confecção de cartazes, faixas e outros materiais de divulgação que foram afixados em diversos departamentos e no prédio da reitoria.

No dia 26 de novembro – um dia após o presidente João Figueiredo ter divulgado um aumento de 30% nos salários de todos os professores das universidades federais, a vigorar a partir de 1° de janeiro de 1982 [746] –, os docentes da UFPE e UFRPE, reunidos em assembleia,

---

[743] À noite do mesmo dia foram soltos seis motoristas e um cobrador de ônibus, mas dezoito indivíduos – acusados de serem alheios à classe – permaneceram presos até o dia seguinte para prestarem "melhores depoimentos" ao DOPS. Motoristas e cobradores param... Op. cit.

[744] CASTRO, op. cit. (1986), p. 24.

[745] Greve de professores já atinge 19 universidades. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 9, 12 nov. 1981.

[746] Aumento de 30% para professor da universidade. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 1, 26 nov. 1981.

decidiram voltar ao trabalho no dia 1° de dezembro [747]. Embora o aumento salarial não tenha sido considerado o ideal pela categoria, os vinte dias de greve foram considerados uma vitória da classe pela "união, força, coesão e sensatez". Nas palavras de um professor/grevista:

> [...] a firme unidade grevista levaram o Governo a abandonar sua posição de intransigência absoluta, obrigando-o recuar, seja ao anunciar durante a greve um índice de reajuste, seja no caso do enquadramento dos colaboradores e visitantes, pois a greve, o movimento intensificou sua articulação com vários setores da sociedade civil especialmente os demais funcionários públicos que vêm obtendo significativo apoio de entidades de classe e outras democráticas a nível nacional e local [748].

Como se pode perceber, mais uma vez, com a deflagração da greve deste ano (1981), a principal reivindicação dos professores pernambucanos disse respeito à *superação do arrocho salarial* do período que impedia a repartição de renda e às *péssimas condições de trabalho* que impunham ritmos e regulamentos draconianos à classe docente.

5.4. 1982: os dilemas se fazem presentes

Em 1982, pela primeira vez desde o golpe civil-militar de 1964, seriam realizadas eleições diretas para todos os cargos, menos para presidente e prefeito das capitais e das áreas de segurança nacional. Os casuísmos e a manutenção da Lei Falcão garantiram à ditadura ampla maioria no Senado e maior número de governos estaduais. Enquanto o regime civil-militar tentava sobreviver, os movimentos sociais pressionavam por uma transição mais rápida que estabelecesse, enfim, a democracia.

No que se refere à questão dos sindicatos urbanos em Pernambuco, o ano de 1982 foi marcado, especialmente, por dois aspectos: primeiro, pela deflagração de duas longas greves (no setor médico e docente) e algumas greves localizadas nas fábricas [749]; e, segundo,

---

[747] Mestres suspendem greve e voltam ao trabalho na 2ª. feira. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 10, 27 nov. 1981.

[748] Ibid.

[749] De acordo com o "GT Sindical do Centro de Estudos e Pesquisas Josué De Castro", os metalúrgicos pernambucanos pipocaram diversas greves durante o ano de 1982 (é o caso, por exemplo, da greve na Monor, na Açomóveis, na Herberto Ramos etc.). Entretanto, é importante salientar que, infelizmente, por falta de materiais, não podemos analisar o desenvolvimento dessas greves. Sabe-se apenas que essas greves foram localizadas, pontuais, sem muito alarde (ocorrendo, na maioria das vezes, no interior das fábricas e, em algumas ocasiões, chegando-se às portas delas), com duração de menos de 24 horas, motivadas por questões salariais e, em todas elas, impulsionadas, incentivas e/ou apoiadas pela entidade sindical. Ao longo de nossas pesquisas, evidenciamos que a "grande imprensa" relatou os acontecimentos de apenas uma greve ocorrida nesse ano. Ela ocorreu na indústria metalúrgica Herberto Ramos, na manhã do dia 21 de dezembro de 1982, quando 200 operários decretaram greve, assumindo o compromisso de somente retornarem às atividades quando recebessem os salários de dois meses atrasados e o pagamento do 13° salário. Segundo João Paulo Lima e Silva, à época secretário do sindicato, uma vez que as reclamações, denúncias ou ações na Justiça do Trabalho não tinham surtido efeitos para a categoria, decidiu-se, então, recorrer à paralisação das atividades. Em suas palavras: "*[...] a*

seguindo as discussões nacionais, pelas divergências acerca da realização da "II CONCLAT" – prevista, segundo as resoluções da I CONCLAT, para agosto de 1982. A "unidade" aparente entre as duas principais "correntes sindicais" – que, apesar das dificuldades e das divergências, até então, se mantinha – foi, definitivamente, rompida neste ano.

A primeira greve urbana deflagrada no ano de 1982 no Estado de Pernambuco e que tomou dimensão social ocorreu, no dia 28 de junho de 1982, quando os 77 médicos-residentes do Pedro II paralisaram as suas atividades, por tempo indeterminado, com o objetivo de reivindicar melhores condições de ensino, trabalho e atendimento médico aos pacientes [750]. Como descreveu um grevista: "*A precariedade do Pedro II é geral, não só afetando o setor de atendimento médico, mas também equipamentos e remédios para os carentes ou internados. As condições de higiene são as piores e a comida (ainda suspensa pela direção), não é tida como exceção. Nada presta*" [751].

Ao longo do dia 28, além de os residentes espalharem diversos cartazes nas paredes do Pedro II com o seguinte apelo "*Estudantes, professores, funcionários e pacientes apóiem a nossa luta*", lançaram também uma carta-aberta, explicando os motivos da paralisação [752]. Indagado por um repórter se a greve traria prejuízos para a população, um dos residentes respondeu: "*A nossa paralisação não prejudica os doentes porque prejudicados eles já estão há muito tempo. E tudo por conta da falta de condições operacionais do Pedro II*" [753].

Como uma forma de intimidar os grevistas, Marcos Mendonça, diretor do Pedro II, suspendeu, no segundo dia do movimento grevista, as alimentações dos residentes no hospital. Entretanto, essa suspensão não intimidou os grevistas que passaram a realizar pedágios nas portas do Pedro II e do Hospital das Clínicas como forma de obter recursos para o fundo de greve. Como destacou um dos grevistas: "*A determinação só vem fortalecer o nosso movimento. Ficamos realmente surpresos com o que houve, e consideramos uma*

---

categoria está decidida a manter o movimento paredista nas indústrias que não pagarem o 13° salário até hoje, estando, inclusive, preparada para enfrentar a coação dos patrões. O trabalhador com salário atrasado está pior situação que o desempregado, pois o primeiro somente dá lucro ao mau empregador, enquanto o segundo não tem o que fazer". Salário atrasado causa greve de 200 operários. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-7, 22 dez. 1982. No dia seguinte, os operários decidiram suspender a greve, depois que a direção da empresa assinou acordo com o sindicato, comprometendo-se a atender as reivindicações da classe. Operários suspendem greve após atendidas suas reivindicações. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-7, 23 dez. 1982.

[750] No dia seguinte à deflagração da greve, a APMR enviou uma carta aos residentes, pedindo esclarecimentos a respeito do ocorrido, expressando preocupação com o andamento e as consequências do movimento. Crise preocupa associação. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-7, 30 jun. 1981.

[751] Recrudesce crise da residência médica. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-5, 10 jul. 1981.

[752] A carta-aberta dos residentes pode ser vista, ma íntegra, no Anexo XII.

[753] Médicos param e pedem apoio. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 10, 29 jun. 1982.

atitude frustrada, sem qualquer possibilidade de paralisar o movimento. Trata-se de um fato mesquinho e sem condições de nos fazer recuar" [754].

No dia 9 de julho, em comemoração ao "Dia Estadual da Residência Médica", os médicos-residentes do Hospital Barão de Lucena decidiram paralisar suas atividades por 24 horas para prestar apoio ao movimento grevista dos residentes do Pedro II [755]. Neste dia, eles fizeram um ato público no centro do Recife, ao qual compareceram mais de mil pessoas, a fim de levar ao conhecimento da população os problemas que os médicos-residentes estavam enfrentando. Veja o discurso, por exemplo, de um dos residentes:

> Diante da justeza de nossas reivindicações e sabendo que a garantia do sucesso de nossa luta depende também da população, esperamos contar com a compreensão de todo o povo recifense. Lutamos por uma residência médica de acordo com as exigências da CNRM, uma residência médica por especialidades, um funcionamento satisfatório do Hospital Pedro II, a conclusão do novo hospital, melhores condições de ensino, trabalho e atendimento médico à população e por mais verbas para a educação e saúde [756].

No dia 19 de agosto, após uma reunião entre o reitor da UFPE, Geraldo Lafayette e um grupo de médicos-residentes, estes decidiram retomar as atividades no Hospital Pedro II. O reitor se prontificou a montar uma equipe para estudar as reivindicações da categoria e dar uma resposta o tempo mais breve possível [757].

Embora os médicos-residentes não tenham conseguido imediatamente a solução para as suas reivindicações, a paralisação de suas atividades representou a insatisfação de uma categoria ao sistema político-econômico vigente. Como se poder ver, a deflagração da greve fez "letra morta" a toda legislação sindical repressiva, rompendo na prática com a lei "antigreve" (Lei n° 4.330/64). Se as reivindicações, portanto, não foram conquistadas imediatamente no plano material, de uma maneira geral, podemos dizer que esses trabalhadores emergiram de suas experiências grevistas mais conscientes da interdependência da obtenção de melhorias econômicas, da democratização das relações trabalhistas e, principalmente, da necessidade de mudar aquele quadro político repressivo, intransigente e distante das necessidades da classe trabalhadora.

No dia 18 de novembro de 1982, com a paralisação das atividades, por tempo indeterminado, de 95% do quadro de professores da UFPE, ocorreu a segunda greve urbana

---

[754] Hospital corta almoço dos médicos-residentes. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-7, 30 jun. 1981.

[755] Residentes do Barão de Lucena aderem à greve. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-5, 9 jul. 1981.

[756] Recrudesce crise da residência... Op. cit.

[757] Reitor quer atender pedido de estudantes. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 10, 19 ago. 1982.

do Estado de Pernambuco. É importante destacar que esta paralisação se juntava às greves deflagradas, em 13 universidades federais, em todo território brasileiro, no mesmo dia.

Na manhã do dia 18, os docentes se reuniram em assembleia e, após longas discussões e votação, decidiram paralisar as atividades. Eram duas as principais reivindicações: uma de caráter conjuntural, que pedia, em curto prazo, uma reposição salarial de 23,8%, com efeito retroativo ao mês de maio; a outra, de longo prazo e caráter estrutural, solicitava a contratação de professores aprovados em concurso, abertura de novo processo seletivo para preenchimento de vagas, proibição de toda e qualquer forma de contratação de professores a título precário e correção das distorções da carreira de magistério etc. [758]. Nesse mesmo dia, a ANDES, pela primeira vez, divulgou apoio irrestrito ao movimento grevista dos docentes das universidades federais brasileiras e elaborou um documento-base para a reestruturação das universidades federais.

Na manhã do dia seguinte, os professores da UFPE, após uma reunião, decidiram "*[...] que a proposta para a reestruturação da Universidade brasileira, elaborada pela Andes e entregue ao MEC dentro do prazo estipulado pelo então ministro Rubem Ludwig, deve ser tomada como documento base para a reestruturação da universidade*" [759].

Nesse mesmo dia 19, diversos reitores participaram de uma reunião, em Brasília, com a ministra da Educação, Ester de Figueiredo Ferraz, e dirigentes do MEC, cujo objetivo principal era discutir a respeito do movimento grevista iniciado pelos professores. Na ocasião, Geraldo Lafayette, reitor da UFPE, solicitou a concessão de verbas para possibilitar a reposição de 23,8% reivindicada pelo pessoal docente. Apesar de a ministra considerar justa a reposição argumentou que não poderia atender ao pedido de Geraldo Lafayette uma vez que o dinheiro dessa verba dependia do ministro do Planejamento, Delfim Neto [760].

Algo que foi muito presente durante todo o período em que os professores esteve em greve foi a realização de reuniões diárias nos auditórios da UFPE a fim de debater o andamento do movimento. Além de professores, pais, alunos e servidores da instituição, participaram dessas reuniões também segmentos de outros movimentos sociais, de outras categorias profissionais, e alguns políticos da região.

Após uma longa e inflamada reunião no saguão da reitoria da UFPE, os funcionários da instituição – a exemplo do que os 44 mil servidores de mais de 17 universidades em todo o

---

[758] Docentes da UFPE fazem greve geral. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-1, 19 nov. 1982.

[759] Docentes: proposta para reestruturar escola está no MEC. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-7, 20 nov. 1982.

[760] Reitor da UFPE aguarda verba do MEC para pagar docentes. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-12, 21 nov. 1982.

país estavam fazendo – também paralisaram as suas atividades, por tempo indeterminado, na manhã do dia 15 de dezembro, até que fossem atendidas as suas reivindicações. A saber: reposição salarial de 61%; reajuste semestral, de acordo com o INPC; 13° salário para os estatutários; quinquênio para os celetistas e estabilidade no emprego [761]. Um dos líderes da greve destacou que o motivo de deflagração da greve não era apenas econômico, mas também para conscientizar a categoria, "*[...] procurando vencer uma mentalidade formada nestes 59 anos de existência da UFPE*" [762]. Em outra fala, um grevista destacou:

> [...] estamos mobilizados por uma causa de justa reivindicação dos nossos direitos que, ao longo dos anos, estão sendo minados por uma política econômica forjada em cima do nosso permanente sacrifício. Até quando ficaremos sendo sacrificados? Basta! Este basta deve ser dito agora numa única voz, que é a de todos nós juntos e unidos numa mesma causa [763].

À tarde do dia 15 de dezembro, professores e funcionários da UFPE realizaram um ato público no centro do Recife. Na ocasião, além de discursos inflamados, foi lido um folheto de cordel sobre a situação do professorado, dos estudantes e dos funcionários, e dois repentistas contratados pelo comando geral do movimento retrataram de improviso a realidade de incertezas que podiam ser observadas na universidade. O folheto falava da diminuição das verbas do MEC, da necessidade de reestruturação da UFPE de forma democrática, da omissão do governo estadual, da intenção de transferir para a reitoria as responsabilidades financeiras da instituição e da perspectiva de tornar a universidade particular. O folheto concluía: "*Nenhum de nós é menino prá não ver a gravidade da crise que se abate sobre a universidade. Temos que fazer pressão pela participação de toda a sociedade*" [764].

Às vésperas de completarem um mês de greve geral, os 25 mil professores das 23 universidades federais do país decidiram, na sexta-feira do dia 17 de dezembro, encerrar o movimento grevista, depois de assembleias gerais realizadas em todas as instituições e que acataram o indicativo do comando de greve, estabelecido em Brasília. Os docentes decidiram retornar ao trabalho na segunda-feira (dia 20) [765]. De acordo com os líderes do movimento a greve se encerrou, pois não havia "*[...] perspectivas de ganhos com a continuidade da paralisação, devendo o movimento manter-se unido mais do que nunca*" [766]. Em assembleia,

---

[761] Servidor da UFPE entra em greve. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 7, 15 dez. 1982.

[762] Servidor da UFPE pode iniciar greve terça-feira. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 7, 11 dez. 1982.

[763] Comando de greve: "Reitor pressiona os funcionários". **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-7, 17 dez. 1982.

[764] Grevistas fazem ato público e explicam a crise da UFPE. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-7, 16 dez. 1982.

[765] Professores de universidades encerram greve. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 1, 18 dez. 1982.

[766] Ibid.

na tarde do dia 20 de dezembro, os servidores das universidades federais decidiram também encerrar a greve e retornar ao trabalho no dia seguinte.

Independentemente dos resultados obtidos, a greve dos professores e servidores da UFPE foi uma força importante de contestação à ordem vigente. E isso se deu na medida em que esses trabalhadores se opuseram à política salarial do governo, lutaram pela autonomia e abolição da ingerência estatal, exigiram a volta ao direito irrestrito de greve, entre outras reivindicações. Ou seja, essa greve foi extremamente importante durante o período, pois, ao romper o cerco montado pelo regime civil-militar, iniciou uma profunda luta contra o arrocho salarial, pilar fundamental do projeto econômico da ditadura.

Talvez o aspecto mais importante desta greve tenha sido, no entanto, o fato de ela ter sido desencadeada por um grupo de trabalhadores – os funcionários públicos – que estava, terminantemente, proibido de realizar greves no país. Nas palavras de Renato Boschi: "*Considerando o fato de que as greves no setor representavam um desafio à legislação antigrevista e à proibição de se organizar em sindicatos, seria possível argumentar que o movimento de funcionários públicos foi bem sucedido*" [767]. Criticando o desencadeamento de greves no setor público, o presidente João Figueiredo, em entrevista ao JC, argumentou:

> Isso é um grave erro. **O funcionário público não pode fazer greve**. Isso é faltar ao seu dever fundamental. É renegar a sua razão de ser, que é servir ao povo, que é quem paga os seus vencimentos. O serviço público não pode parar, por sua própria natureza. Por isso, a greve de funcionários públicos é ilegal. Além disso, o funcionário público que faz a greve esquece que ele já tem um emprego. Que ele preferiu um emprego estável. Em lugar de fazer greve, o funcionário deveria pensar que ele já tem um emprego, que está sendo pago pelo contribuinte, e que o Tesouro não tem recursos para pagar-lhe melhor. Mas eu compreendo que é uma atitude emocional de alguns funcionários. Compreendo que essa atitude não é gratuita. Eles estão em dificuldades. Se houvesse recursos, o Governo já teria atendido as suas reivindicações. Mas os recursos agora não existem. Por isso, eu confio em que eles terão bom senso e compreenderão que todos temos que esperar dias melhores, como todo mundo [768].

No que se refere às greves ocorridas no ano de 1982 é importante enfatizarmos algumas questões. Em relação aos médicos-residentes, a greve de 1982 foi a terceira greve da categoria. Como já destacamos anteriormente, a primeira tinha ocorrido, sob um período de 24h, no dia 22 de maio de 1979, e a segunda entre os dias 3 e 19 de junho. Apesar de as greves dos médicos-residentes terem tomado quase o mesmo curso – isto é, as greves ocorreram *à revelia* da decisão dos órgãos de classe, solicitaram apoio e compreensão da

[767] BOSCHI, op. cit. (1987), p. 133.

[768] Figueiredo condena grevistas. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 3, 21 jun. 1983, grifo nosso.

população, os protestos ocorreram tanto dentro das instituições quanto nas ruas, sob formas de passeatas – a greve deflagrada no ano de 1982 se diferenciou, em alguns aspectos, das ocorridas em 1979.

Em primeiro lugar, no que diz respeito às reivindicações. Em 1979, a greve dos médicos-residentes esteve mais ligada ao cumprimento da legislação trabalhista, isto é, à assinatura da carteira profissional. Em 1982, a greve teve como causa principal a melhoria nas condições de trabalho. Em segundo lugar, no que se refere ao atendimento das reivindicações. Embora as reivindicações, em 1982, tenham sido atendidas de maneira não imediata, nenhum ganho material foi obtido pela categoria com as greves de 1979. E, por fim, diz respeito à questão da duração da greve. A primeira (em maio de 1979) durou 24h, a segunda (em junho de 79) 16 dias e a última (em 1982) teve duração de mais de 50 dias.

É importante destacar que, a nosso ver, independentemente dos ganhos obtidos, as greves dos médicos-residentes, tanto as de 1979, quanto a de 1982, foram extremamente importantes naqueles anos em Pernambuco, pois demonstraram que os trabalhadores urbanos de Pernambuco não eram indivíduos "passivos" e "amorfos" em relação ao governo. Além disso, ainda cabe destacar que essas greves também serviram como uma importante experiência de força, união e coesão da categoria.

No que diz respeito à greve dos professores e servidores da UFPE é importante destacarmos algumas questões. Em primeiro lugar, a greve de 1982 era a terceira deflagrada pelos professores e a primeira pelos servidores desde o aparecimento do "Novo sindicalismo" em Pernambuco. A ocorrência dessas greves é um demonstrativo tanto da força e coesão da categoria quanto de sua insatisfação diante do governo.

Em segundo lugar, podemos observar que as reivindicações dos docentes não ficaram pautadas apenas às questões materiais, mas também às mudanças nas condições de trabalho, na educação, na política salarial, no fundo, uma mudança de regime político. Os professores tinham a percepção de que pouco – ou nada – adiantaria se as suas reivindicações materiais fossem alcançadas, mas o país vivesse sob um Estado de Exceção. Em terceiro lugar, destaca-se a duração da greve.

A greve de 1982, apesar dos problemas de organização e pressão do reitor para encerrar o movimento, durou mais de um mês. É importante observar que a longa duração da greve dos docentes no ano de 1982 (32 dias) não foi um caso isolado. É só lembrar a greve de 1980 (19/11 – 11/12) que durou 22 dias e a greve de 1981 (11/11 – 01/12) com duração de 20 dias. Por fim, o que mais singularizou a greve de 1982 foi a adesão dos técnico-administrativos ao movimento dos docentes.

A respeito da interação entre as categorias dos professores e dos servidores durante essa greve, um professor/grevista argumentou: "*Consideramos fundamental para as lutas futuras consolidar e aperfeiçoar esta interação, sem dúvida uma importante conquista política do funcionalismo. Por isto, desde já assumimos o compromisso de solidariedade ao movimento dos funcionários*" [769].

Embora a deflagração das greves dos médicos-residentes e dos professores da UFPE tenha chamado a atenção de significativas parcelas da população, especialmente, os trabalhadores, militantes e líderes sindicais, a questão que, segundo nosso entendimento, mais despertou a apreensão dos líderes sindicais neste ano foi a preparação para a realização da "II CONCLAT" – prevista para agosto desse ano – e as polêmicas e divisões existentes em torno do processo. A preocupação em relação aos rumos que o sindicalismo brasileiro iria tomar a partir deste ano era uma constante na mente tanto dos sindicalistas ligados à corrente "reformista" quanto dos "combativos". Todos sabiam que o sindicalismo brasileiro estava caminhando, mas a questão é que ninguém sabia, ao certo, para onde.

No final da I CONCLAT em agosto de 1981 foi formada uma "Comissão Nacional Pró-CUT", que tinha como objetivo preparar, para o mês de agosto do ano seguinte, uma nova conferência a fim de formar uma central única dos trabalhadores. Logo após a sua formação iniciou-se as divergências internas em nível político, ideológico e organizativo. De acordo com Vito Giannotti e Sebastião Neto, uma das questões que mais polarizou as discordâncias entre as duas tendências ("Unidade Sindical" e "reformista") e que atravessava o sindicalismo brasileiro de ponta a ponta foi o peso da "participação das bases" nos congressos e nas instâncias da futura central. Nas palavras dos autores:

> Os sindicalistas que formarão a CUT, dentro de uma perspectiva de uma central com ampla participação da base, eram favoráveis à participação dos trabalhadores mesmo quando sua diretoria oficial se recusasse a participar da criação da central. Para quem tinha uma longa prática de crítica e luta contra a estrutura sindical burocrática e atrelada ao Estado, essa posição vinha como conseqüência lógica [770].

No ano de 1982 estavam posicionadas, clara e definitivamente, duas tendências no sindicalismo brasileiro: de um lado, uma ala mais "moderada", os sindicalistas da "Unidade Sindical", que insistiam no adiamento da "II CONCLAT", uma vez em 1982 seria um ano eleitoral e que, portanto, um congresso naquele ano poderia dividir os trabalhadores. De outro lado, estava uma ala "mais à esquerda", os "combativos", que enfatizavam a necessidade da

[769] Docentes decidem encerrar a greve. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 14, 18 dez. 1982.
[770] GIANNOTTI; NETO, op. cit. (1990), p. 13.

realização dessa conferência em 1982, pois a sua não realização contrariaria as deliberações dos mais de 5.000 delegados da I CONCLAT. As discussões e polêmicas entre as duas correntes fizeram parte de ano de 1981 se estendeu principalmente para o ano seguinte.

Ao longo de 1982 foram realizadas inúmeras reuniões entre as duas correntes a respeito da realização da "II CONCLAT". Após muitas idas e vindas, esses sindicalistas – ainda pensando em construir a CUT como uma central unitária [771] – convocaram uma reunião geral para os dias 27 e 28 de novembro de 1982 a fim de discutir a realização da "II CONCLAT" (já então decidida) para o ano de 1983 e a fundação da CUT [772]. Longe de haver uma "reaproximação" das tendências em conflito, a realização deste congresso marcou, portanto, o ponto final do processo unitário de criação da CUT. Segundo Lorenzo Zanetti:

> A reunião de novembro, que poderia confirmar o início de uma reaproximação entre as duas tendências adversárias, na realidade, acirrou a disputa, devido à convocação da greve geral (21/07/83) e às diferentes posições quanto à aplicação das normas estatutárias para a escolha dos delegados desse congresso [773].

De acordo com Zanetti, os motivos para a divisão nessa assembleia foram de duas ordens. A primeira diz respeito à deflagração de uma greve geral para o dia 21 de julho de 1983, quando a ala mais à esquerda formada pelo "bloco combativo" insistia na realização dessa greve, de um lado, e, do outro, os sindicalistas da "Unidade Sindical", formado pelo "bloco da reforma", votaram contra a realização da referida greve. A segunda questão, segundo Zanetti, esteve relacionada ao fato de os membros da reunião, ao invés de apresentarem as deliberações de sua entidade e do movimento sindical de seu estado, expressaram, na maioria das vezes, as de seu partido político e/ou de "interesses particulares"

---

[771] Como destacou Lorenzo Zanetti: "*A divisão a que o movimento chegou, na realidade, conduziu à frustração a maioria dos sindicalistas das diferentes articulações. Manter o movimento unido era o objetivo de todos*". ZANETTI, op. cit. (1995), p. 65.

[772] Criticando, por exemplo, a atuação dos líderes sindicais "reformistas" durante essa reunião de novembro, Jair Meneguelli – à época, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema e, depois, primeiro presidente da CUT – argumentou: "*[...] falavam que [a realização da II CONCLAT no ano de 1982] poderia ser visto como uma afronta aos militares. Acabamos aceitando o adiamento do congresso, mesmo não concordando. Em 1983, fomos formando a maioria. Aí tentaram outra vez impedir, não agüentamos e fomos fazer o congresso, com ou sem eles*". Após 30 anos da Conclat, ex-sindicalista diz que "rufar de tambores tem de continuar". **Rede Brasil Atual**. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/temas/trabalho/2011/08/201crufar-dos-tambores-tem-de-continuar201d-diz-ex-sindicalista>. Acesso em: 15 nov. 2011.

[773] ZANETTI, op. cit. (1995), p. 64.

[774]. Em suas palavras: "*[...] predominou um clima divisionista, uma disputa entre partidos pela hegemonia no movimento e não o confronto entre duas práticas sindicais*" [775].

As palavras de Lula a seguir demonstram, por exemplo, uma das muitas acusações feitas pelos "novos sindicalistas" contra os posicionamentos dos sindicalistas da "Unidade Sindical", afirmando que estes refletiam as diretrizes de seus partidos:

> O que temos é uma divergência de visão de unidade. De um lado, nós temos que ser honestos: **o PCB tem como orientação política para o movimento sindical a concepção de que o sindicato deve ser uma correia de transmissão do Partido**. E é assim nos países comunistas. Então, a diferença que existe é que, através dessa orientação, os militantes sindicais ligados ao PCB querem que a unidade se dê através de um acerto entre a cúpula sindical. O que eu e outros companheiros defendemos é que só poderá existir Unidade Sindical se tivermos sensibilidade para tirar uma fórmula de luta conjunta, não de documentos, mas uma proposta de luta que seja assumida por todos os sindicatos [776].

Pela fala de Lula, pode-se ver que os "novos sindicalistas" lançaram, de fato, duras críticas aos líderes sindicais ligados ao PCB, principalmente, àqueles que atuaram durante o período pré-64. Entretanto, é importante ressaltar que esses "velhos sindicalistas", na maioria das vezes, não ficaram amorfos e passivos diante das acusações lançadas pelos "novos sindicalistas". Numa enfática crítica à postura e à atuação desses "novos líderes", o PCB, por exemplo, em resoluções aprovadas no seu VII Congresso, disparou:

> Deve-se mencionar ainda que danos sofridos pelo movimento sindical e operário também radicam nas formas de atuação de uma parcela de novos dirigentes sindicais, formados no recente período de ascensão. A sua falta de compromisso com a experiência do movimento, *a sua falsa idéia de que a história do movimento operário começa com eles*, a ausência de uma concepção crítica e madura, *os interesses políticos partidários* com que se envolveram e as correntes que passaram a catalizar a organização política que criaram, o PT, levaram-no a *superestimar a sua própria força, a menosprezar o arco de alianças* necessários às lutas da classe operária, ao desenvolvimento de uma *política divisionista* e a uma *inclinação pelo basismo e pelo espontaneísmo*. O PT tem representado o pólo aglutinador, embora não o único, desses dirigentes sindicais bastante heterogêneos entre si e que se aproximam das Pastorais Operárias e das Oposições Sindicais, com o fim de realizarem articulações políticas para interferir de modo muitas vezes *sectário e paralelista* no movimento sindical [777].

---

[774] Segundo Zanetti, os sindicalistas da "Unidade Sindical" estavam tentando, sob os mais diversos argumentos, adiar indefinidamente o CONCLAT/83, pois tinham a percepção que a CUT ali criada estaria, de fato, fora de seu controle. ZANETTI, op. cit. (1995), p. 68-69.

[775] Ibid., p. 68.

[776] RAGO FILHO, Antonio et al. Lula: retrato de corpo inteiro. Entrevista com Luiz Inácio Lula da Silva. **Nova Escrita/Ensaio**, n. 9. 2. ed. São Paulo: Escrita, 1982, p. 41, grifo nosso.

[777] O VII Congresso foi iniciado, em dezembro de 1982, na cidade de São Paulo, tendo sido interrompido pela Polícia Federal, que prendeu todos os seus participantes, liberando-os pouco tempo depois. Ao longo de 1983, os militantes do partido realizaram diversos debates, visando dar continuidade ao encontro. Em janeiro de 1984, o

É importante destacar que, embora Lorenzo Zanetti tenha percebido que as "verdadeiras causas" da divisão da assembleia de novembro de 1982 tenha tido origem na falta de vontade política e na prevalência de outros interesses dos líderes sindicais, ele não considerou essas questões um erro. Mas sim um avanço, algo extremamente positivo para os rumos do sindicalismo brasileiro. Segundo o autor, essa divisão:

> [...] representou um avanço, evitou a paralisação, e dinamizou ainda mais o movimento. Sob esse prisma, o chamado *racha* foi um passo *necessário*, conferindo maior clareza às posições. A manutenção da unidade do movimento teria sido uma decisão artificial, sem condições de sustentar a implantação de um sindicalismo novo e estável [778].

Não vamos entrar aqui no mérito da questão se a divisão, ou melhor, o "racha" foi algo necessário ou não para os rumos do "Novo sindicalismo", pois como bem nos ensinou Antônio Ozaí da Silva:

> Não se trata de encararmos as correntes divergentes como algo fora do movimento, como uma doença contagiosa ou coisa parecida. Temos que ter a capacidade de compreender a realidade do nosso movimento [...] no seu todo. No atual estágio, trata-se de termos a sensibilidade de reconhecer que nenhuma força política detém a verdade absoluta [...]. Desde já, o relacionamento deve ser de respeito mútuo – o que não elimina a necessidade da disputa política em torno de posições e propostas diferentes, mas que exige um grau de formação política que possibilite a prática da democracia plena e não aparente. O embate político colocado a este nível contribuirá para a solução dos problemas práticos e teóricos que enfrentamos e, conseqüentemente, para o avanço da luta da classe trabalhadora [...] [779].

Aqui, é importante destacarmos que a visão, de certa forma, entusiasta de Zanetti não é a única existente no meio acadêmico [780]. Uma visão diferente da sua pode ser vista, por exemplo, em Ricardo Antunes, para quem a divisão existente no meio sindical ocorreu "*[...] em cima de questões que muito pouco ou nada dizem respeito ao cotidiano da classe trabalhadora [...]*" [781]. Em suas palavras: "*Eu penso que o pluralismo não é um avanço, é um retrocesso*" [782]. Para Antunes, o "racha" se constituiu um erro, uma vez que a preocupação

---

VII Congresso foi, finalmente, concluído. PCB. **Uma alternativa democrática para a crise brasileira**. São Paulo: Novos Rumos, 1984.

[778] ZANETTI, op. cit. (1995), p. 70.

[779] SILVA, A., op. cit. (s/d), p. 234-235.

[780] Em relação às considerações lançadas por Lorenzo Zanetti, é importante salientar, contudo, que, apesar de ser grande a contribuição de heterogeneidade de opiniões, das discussões, das divergências políticas e de pensamento no meio sindical, não se pode, entretanto, exagerar no tamanho do elogio a esse tipo de procedimento. É importante reconhecer também que, às vezes, as divergências e/ou os confrontos podem interferir nas decisões a serem tomadas em um processo. Em algumas ocasiões, a ausência de homogeneidade ideológica, ou mesmo de um setor hegemônico, faz com que os diversos agrupamentos busquem, através de embates e/ou aproximações políticas conjunturais, o predomínio de suas posturas.

[781] ANTUNES, op. cit. (1986), p. 73.

[782] Ibid., p. 75.

principal dos trabalhadores "*[...] deveria unificar as diferentes tendências políticas e ideológicas*" [783]. Ou seja, de acordo com o autor:

> O adiamento da CONCLAT, que deveria ter-se realizado em agosto de 82 é o maior exemplo dos equívocos que estão presentes nas duas grandes tendências que disputam a hegemonia do movimento sindical. Ao contrário do argumento básico utilizado para o adiamento da CONCLAT [...] o que houve foi que o movimento sindical perdeu sua última oportunidade de dar um conteúdo de massas ao processo eleitoral. De elaborar um programa econômico e político centrado nas aspirações da classe trabalhadora e obrigar os partidos de oposição a assumi-lo [784].

Com o fim da reunião de novembro e a divisão do meio sindical chegado a limites incontroláveis, o "bloco combativo" decidiu convocar o I CONCLAT para os dias 26, 27 e 28 de agosto de 1983 e os "sindicalistas reformistas" resolveram, por sua vez, convocar o seu congresso nacional, também como o nome de CONCLAT, para novembro do mesmo ano.

O ano de 1982 foi de extrema importância para a consolidação do "Novo sindicalismo" em Pernambuco. Segundo Luiz W. Vianna: "*Tenho a impressão de que as mobilizações deste último ano puseram à prova a estrutura sindical de uma maneira muito contundente. Puseram-na à prova num terceiro nível; também: no nível da organização horizontal, das organizações unitárias, das organizações mobilizadoras dos trabalhadores*" [785]. Além de a prática do "Novo sindicalismo" em Pernambuco, em 1982, vim acumulado vitórias organizativas importantes desde o seu surgimento, em meados de 1979, reocupando, pouco a pouco, o espaço político do qual havia sido privado pelo regime civil-militar, ele conseguiu demonstrar, naquele ano, o tamanho da força de luta do sindicalismo pernambucano, tanto no que se refere àqueles sindicatos "combativos" que lideravam as ações da categoria (como foi o caso, por exemplo, dos metalúrgicos) quanto à grande parcela das categorias profissionais que atuava às "escondidas" e *à revelia* dos dirigentes sindicais. Ou seja, os quatro anos de existência do "Novo sindicalismo" pernambucano (1979, 80, 81 e 82) vinham demonstrando que, quando os sindicatos não lideravam o movimento grevista da categoria, os próprios trabalhadores, mesmo que *à revelia* de suas entidades sindicais, deflagravam as greves e tomavam, portanto, à frente da luta.

Além de todas essas questões, é importante mencionar que o ano de 1982 ainda teve como uma de suas principais características o aguçamento das divergências entre as duas principais correntes sindicais ("combativa" e "reformista"). Esse ano marcou o início de uma

---

[783] ANTUNES, op. cit. (1986), p. 81.

[784] Ibid., p. 71.

[785] VIANNA, op. cit. (1983), p. 127.

completa divisão no "Novo sindicalismo" brasileiro. Por diversos motivos, para muitos, não havia mais motivos e possibilidades para se manter unidos. O compromisso de alguns trabalhadores, militantes e líderes de manter o movimento sindical unido tinha sido deixado de lado. Esse era o primeiro de muitas outras divergências e disputas internas que o "Novo sindicalismo" iria enfrentar. A demonstração dessas disputas é um bom indicativo para ilustrarmos que o movimento sindical brasileiro do final dos anos 70 e início de 80 não foi tão homogêneo como se acostumou imaginar. O "Novo sindicalismo" foi um processo histórico conflituoso, divergente, heterogêneo e complexo. Basta apenas, portanto, arrancar o seu véu a para vermos os seus dilemas. Em seu trabalho, Celina Oliveira trouxe a fala de um líder do grupo "combativo" que elucida bem a opinião desse grupo a respeito do posicionamento da "Unidade Sindical" diante da realização do CONCLAT, em agosto de 1983:

> Que fique bem claro: não foram as divergências em torno do regimento do CONCLAT o que provocou a divisão do movimento sindical. Esse foi apenas o pretexto. Os que tentaram o adiamento do CONCLAT defendiam a conciliação com o governo. E nós não concordamos com isso. Não pode haver conciliação com um governo que reduz os salários, que intervém nos sindicatos, cassa dirigentes legitimamente eleitos por suas categorias e que reprime e demite grevistas [786].

O teor deste discurso traduz, em certa medida, o abismo que separava os dirigentes sindicais "combativos" – que faziam parte do "Novo sindicalismo" – dos líderes sindicais "reformistas" – identificados como "pelegos" – que dominavam o cenário sindical brasileiro pré-78. Ou seja, o discurso acima é uma demonstração clara da afirmação dos "novos" líderes em se distanciar dos dirigentes sindicais anteriores. É, portanto, mais uma clara demonstração da (re)afirmação do "Novo sindicalismo" em relação ao "Velho". Como pudemos observar ao longo do trabalho, com exceção da cristalização das divergências do sindicalismo brasileiro entre as duas principais tendências – a "reformista" e a "combativa" –, o ano de 1982 terminou sem grandes sobressaltos no que diz respeito à questão sindical em Pernambuco. Entretanto, fortes "ventos de agitação" trouxeram eletricidade ao novo ano que se anunciava.

5.5. 1983: problemas na economia e povo nas ruas

O ano de 1983 começou com intensas manifestações públicas, em diversas regiões do país, contra a carestia, a recessão, a crescente inflação, o alto custo de vida, o desemprego etc.

---

[786] OLIVEIRA, Celina Gomes. **A gênese da CUT**: oposição sindical (e novo sindicalismo) na construção da central. 1995. 158 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995, p. 23.

Uma cena muito comum durante todo este ano foi o coro de centenas de pessoas nas praças e nas ruas das grandes cidades gritando em alto e forte som: "Queremos emprego!". Aqui é importante se ter em mente o fato de a década de 1980, alcunhada de "a década perdida", ter se caracterizado pela crise da dívida dos países periféricos e pela "*[...] drástica redução do crescimento, pela estagnação do produto per capita, pela regressão do investimento e pela transferência de recursos reais ao exterior*" [787].

Para uma grande parcela da população brasileira – inclusive, a classe média –, desde a instauração do regime civil-militar em 1964, o país não tinha convivido com tantas dificuldades no campo da economia, nem amargado tão agudos reflexos da crise na área social quanto no ano de 1983. Em seus primeiros meses, esse ano apresentou uma inflação que, atropelando os próprios palpites otimistas do governo, chegou aos quase 20% ao mês. Quebrado, arrastando penosamente uma dívida externa de 95 bilhões de dólares, o país contemplava, aflito, cenários típicos de regiões conflagradas. Procissões de desempregados vagavam pelas capitais brasileiras à caça de empregos – sempre inexistentes –, colidindo com portões fechados. Saques a lojas e supermercados incorporaram-se à paisagem urbana. O PIB acusou sua queda mais violenta desde a instauração da ditadura civil-militar [788]. Os salários sofreram uma corrosão sem paralelo e o volume de falências e concordatas foi várias vezes multiplicadas em relação aos anos anteriores. Refletindo a respeito do ano de 1983, Sonia Regina de Mendonça enfatizou: "*Foi exatamente neste momento que algumas vozes conservadoras começaram a fazer eco às medidas propostas pelos banqueiros internacionais com relação ao Brasil: praticar, de fato, uma política recessiva e pedir socorro ao FMI*" [789].

No caso específico de Pernambuco, no ano de 1983, o desemprego – o maior dos últimos dez anos – deixou de ser uma ameaça para se tornar a triste realidade de 250 mil trabalhadores. Ao longo de todo o ano, diversas notícias foram veiculadas na imprensa pernambucana a respeito dos altos índices de desemprego que assolava e preocupava a "*classe-que-vive-do-trabalho*" [790] – especialmente, o setor metalúrgico [791] – desta região.

---

[787] CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em crise**: a economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: Editora UNESP; IE – UNICAMP, 2002, p. 140.

[788] Só para se ter uma ideia das mudanças ocorridas nas taxas reais de variação do PIB desde o surgimento do "Novo sindicalismo" no país até o ano de 1983, citamos a título de elucidação os seguintes dados: 1978 (4,8%), 1979 (6,8%), 1980 (7,9%), 1981 (-1,9%), 1982 (1,4%) e 1983 (-5,0%). Cf. 1983. **VEJA**, São Paulo, n. 799, p. 54, 28 dez. 1983.

[789] MENDONÇA, S., op. cit. (1986), p. 111.

[790] Ricardo Antunes chamou de "*a classe-que-vive-do-trabalho*" todos aqueles que são desapropriados da riqueza produzida socialmente. Ou seja, aqueles que dependem da sua força de trabalho para sobreviver: os assalariados, os excluídos, os informais, os terceirizados e subcontratados, os autônomos, os familiares que dividem o trabalho entre si, os sem-terra, os sem-emprego, os sem-ferramenta etc. Para uma maior compreensão,

O ano de 1983 começou com a denúncia do Sindicato dos Metalúrgicos de que 14 operários da indústria Herberto Ramos tinha sido demitidos em represália à paralisação de que estes participaram, no dia 27 de dezembro de 1982, para forçar o pagamento do salário de dois meses atrasados e do 13° [792]. Na matéria veiculada pelo DP, no dia 1° de janeiro, João Paulo Lima e Silva, secretário do Sindicato dos Metalúrgicos, condenando o comportamento repressivo dos empregadores argumentou o seguinte:

> [...] após o encerramento da greve, o Sindicato assinou um documento conciliatório com os empresários, segundo o qual nenhum empregado seria dispensado sem justa causa. No entanto, três dias depois, eles começaram a demitir os líderes do movimento paredista, tendo a Herberto Ramos dispensado 14 e a Icomacedo [indústria metalúrgica também da região] nove, configurando a perseguição [793].

Poucos dias depois da ocorrência desse fato, o Sindicato dos Metalúrgicos fez uma nova denúncia à imprensa local. Dessa vez, o sindicato denunciava a demissão de 257 operários de seis indústrias metalúrgicas (Caio Norte, Icomacedo, Herberto Ramos, Noraço, Alcoa e Sidan). Todas as dispensas ocorreram apenas durante a primeira semana de 1983 [794].

Ainda nesse mesmo mês, o Sindicato dos Metalúrgicos fez uma importante mobilização pela desativação de dois robôs recém-instalados na *Philips do Brasil* e contra a instalação de outros seis aparelhos então adquiridos pela empresa. O presidente do sindicato denunciou, por exemplo, que, desde o recém-funcionamento dos dois robôs, cerca de 30 operários já tinham sido demitidos. Contra a "invasão dos robôs" – como ficou conhecido esse movimento –, o Sindicato dos Metalúrgicos procurou adotar duas providências. A primeira foi encontrar-se com o delegado regional do Trabalho, Alexandre Krause, a fim de que este desativasse os robôs da *Philips* [795]. A segunda providência foi convocar uma assembleia geral com o objetivo de expor e discutir os problemas da classe [796]. Em meio,

---

ver: ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas, SP: Cortez; Editora da Unicamp, 1995.

[791] Segundo denúncias feitas pelo Sindicato dos Metalúrgicos à imprensa local, durante os três primeiros meses do ano de 1983, cerca de 3.500 demissões tinham sido efetuadas pelas indústrias metalúrgicas de Pernambuco. No final do ano, o sindicato afirmava um número de 12.000 demissões com o fechamento de mais de 80 indústrias metalúrgicas locais. Para maiores informações, ver: Crise fecha 80 metalúrgicas. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-20, 22 jan. 1984.

[792] Mencionamos a realização desta paralisação na Herberto Ramos anteriormente na nota de rodapé de n° 749.

[793] Herberto Ramos demite empregados. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-11, 1 jan. 1983.

[794] Demissão em massa nas metalúrgicas. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-5, 7 jan. 1983.

[795] Esta providência acabou não surtindo o efeito esperado, uma vez que o delegado Alexandre Krause revelou que a DRT não tinha condições para evitar o funcionamento dos robôs nas indústrias metalúrgicas de Pernambuco. Segundo ele, não havia até o presente momento, nenhum impedimento legal para o emprego de máquinas sofisticadas em indústrias em substituição a trabalhadores. Metalúrgicos analisam ação contra robôs. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-1, 21 jan. 1983.

[796] Metalúrgicos recifenses mobilizam-se contra robôs. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-1, 20 jan. 1983.

ainda, aos acontecimentos gerados pela utilização de máquinas automatizadas ou robôs pela *Philips do Brasil*, o jornalista Manoel Barbosa escreveu ao DP uma lúcida e crítica resenha a este respeito. Veja um trecho a seguir:

> Antes mesmo que os robôs da Philips chegassem ao Curado a automatização, com a conseqüente economia da mão-de-obra humana, já vem em processo acelerado no Recife e Nordeste, há, pelo menos, cinco anos. Sem muito exagero, pode-se dizer que a automatização na Região vem de antes. [...] A automatização se insinua em mil formas e atinge todas as classes. [...] Os robôs da Philips ganharam evidência, mas são apenas um dado de uma questão que já existe. Os sindicatos profissionais, perplexos desde 1964 e ainda com a crise de identidade, não têm percebido o perigo. A última campanha política, inclusive, agitou muitos temas teóricos, mas deixou de abordar o da automatização. Talvez por julgá-lo ainda futurista e irreal demais, não percebendo que, pelo contrário, trata-se de uma realidade bem presente. A denúncia sobre os robôs do Curado veio despertar consciências [797].

Embora o ano de 1983 tenha se iniciado com diversas manifestações à política econômica do governo, ocorrendo, em diversas ocasiões, confronto direto entre a polícia e os manifestantes, o clímax de toda essa inquietação se deu um pouco mais adiante, em maio.

O quinto mês do ano de 1983 foi solapado por três eventos que, cada um à sua maneira, "pararam" a cidade do Recife, atacaram diretamente o governo, demonstrando a força e a insatisfação dos trabalhadores pernambucanos em relação aos baixos salários e ao alto custo de vida do período. O primeiro evento foi uma greve, com duração de uma semana, lançada pelos operários da empresa metalúrgica *Micromotores do Nordeste*, que teve a finalidade de forçar o pagamento de **seis meses de salários atrasados**. O segundo evento deflagrado foi o ato público dos desempregados, encabeçado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco, realizado no dia 18. Por último, o desencadeamento da greve dos professores no dia 27 do referido mês.

No dia 2 de maio, os operários da empresa metalúrgica *Micromotores* decidiram decretar greve geral por tempo indeterminado, exigindo o pagamento de seis meses de salários atrasados [798]. A greve nasceu de uma decisão dos trabalhadores que, desde às 6h da manhã dessa data, decidiram manter-se acampados em frente à fábrica até que o problema

---

[797] BARBOSA, Manoel. Automatização vem de longe. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-11, 26 jan. 1983.

[798] Havia a notícia durante o período de que esses trabalhadores estavam passando por sérias privações, inclusive fome. O vereador Pedro Eurico (PMDB-PE) destacou, por exemplo, na tribuna da Câmara Municipal do Recife, o fato de a crescente fome, em uma boa parcela da população pernambucana, vir a desencadear uma onda de saques pelo estado. "*Se acontecer uma onda de saques na cidade, as autoridades sequer poderão dizer que a população está roubando alimentos. A própria Lei Penal exclui esse delito para casos onde a população encontra-se em estado de necessidade e ninguém tem dúvidas de que o povo desempregado e faminto encontra-se enquadrado neste caso. Não estou defendendo os saques, mas é preciso que se reconheça uma realidade que é amarga e difícil, e que exige soluções urgentes*". Vereador denuncia demissão de operários e teme o desemprego. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-5, 5 dez. 1983.

fosse solucionado pela direção da empresa. Revoltado com o comportamento do proprietário da *Micromotores*, Marcos Pereira, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco, afirmou, em entrevista ao DP, que os grevistas teriam apoio integral da entidade sindical [799]. Como afirmou enfatizou o próprio jornal no dia seguinte à paralisação: "*[os grevistas] receberão ajuda da categoria e apoio do Sindicato, numa demonstração de unidade na permanente luta pela melhoria de vida e contra a exploração patronal*" [800].

Seguindo as instruções da diretoria do sindicato, no segundo dia de greve, os operários da *Micromotores* adotaram nova estratégia, evitando a concentração em frente à indústria, preferindo ficar em casa. A ideia do sindicato era evitar o choque entre empregados e a direção da empresa. Poucos dias depois, os operários adotaram nova estratégia: acampar em frente à sede do governo estadual, de onde somente sairiam quando fossem atendidas as suas reivindicações [801]. Após uma audiência com o governador Roberto Magalhães, realizada no dia 9 de maio, quando este prometeu uma solução para o problema da indústria metalúrgica do estado, os operários decidiram se retirar do local e voltar ao trabalho [802].

Ainda nesse mesmo mês, mais especificamente no dia 18 de maio de 1983, foi realizado um ato público no centro do Recife contra o desemprego, liderado pelo Sindicato dos Metalúrgicos. Este culpou o governo pelo alarmante número de trabalhadores desempregados durante o período, inclusive com a mão-de-obra especializada [803]. Para esta entidade sindical, a situação de miséria do trabalhador e dos desempregados era resultado de um modelo econômico baseado em "*estruturas capitalistas exploradoras e viciadas*". Segundo Marcos Pereira, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos: "*É necessário que o Governo assuma as conseqüências do desemprego que ele mesmo causou. [...] Não é mais possível apertar o cinto. Queria ver o governador e os secretários agüentarem viver com um salário mínimo durante 6 meses*" [804].

---

[799] Greve operária em Cruz de Rebouças. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-7, 3 mai. 1983.

[800] Grevistas adotam nova técnica para parar fábrica de motores. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-6, 4 mai. 1983.

[801] Grevistas decidem "morar" no Palácio. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-11, 6 mai. 1983.

[802] "Camping" grevista na porta do Palácio. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-10, 10 mai. 1983.

[803] Um dos setores mais prejudicados com a recessão em 1983 foi o metalúrgico. Dias depois da "passeata dos desempregados", Marcos Pereira, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco, denunciou, por exemplo, a demissão de 45 operários da indústria Romi do Nordeste S/A, ampliando assim para três mil o número de desempregados no setor metalúrgico pernambucano. O líder sindical exigiu providências das autoridades, afirmando que o trabalhador não pode continuar pagando pelos erros e falcatruas do Governo federal, enfrentando o fantasma do desempregado. Em suas palavras: "*Temos de lutar muito para derrubar o modelo econômico implantado no País, cujas conseqüências negativas são repassadas apenas para os trabalhadores*". Romi nordeste demite mais 45 operários. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-7, 29 mai. 1983.

[804] Policiamento ostensivo frustra passeata. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-10, 19 mai. 1983.

Essa manifestação, denominada de "passeata dos desempregados" ou "caminhada da fome", que tinha sido articulada, desde o início do ano, por algumas entidades sindicais – especialmente, pelos líderes metalúrgicos e eletricitários –, fora expressamente proibida pelo governador Roberto Magalhães. Após muitas reuniões, idas e vindas, foi finalmente firmado um "acordo" entre o secretário da Segurança Pública, Sérgio Higino, o comandante da Polícia Militar, Walter Benjamim, e as lideranças sindicais. O "acordo" permitia apenas a concentração dos desempregados na praça Maciel Pinheiro (centro do Recife), em frente à sede do Sindicato dos Metalúrgicos, na tarde do dia 18, mas proibia a realização de passeatas pela cidade. Proibida a passeata, os manifestantes revezaram-se então em inúmeros pronunciamentos ao longo de toda a tarde na praça Maciel Pinheiro. Um jornalista do DP descreveu assim os acontecimentos ocorridos nesse dia:

> – Como é, vai ter "quebra-quebra" mesmo? Esta era a pergunta que tomava conta do centro da cidade por parte de um povo intranqüilo que via, diante de si, a cada esquina em que passava, um grupo de soldados de Polícia Militar, armados e com cassetetes gigantes, dando a impressão de que se preparavam uma batalha contra inimigos dos mais perigosos. [...] Por volta das 16h30m, o centro do Recife voltou à sua calma costumeira, embora com algumas lojas fechadas e camelôs fora da atividade. O estado de alerta policial era desmobilizado, com a maioria dos soldados retirando-se para seus quartéis, todos com a sensação de dever cumprido. Não houve saque nem "quebra-quebra". O Recife, havia se rendido, mais uma vez, a uma onda de boatos [805].

Em entrevista no dia seguinte, o vereador Pedro Laurentino (PMDB) criticou enfaticamente a ordem do governador Roberto Magalhães de impedir a realização da "passeata dos desempregados" pelo centro do Recife. O vereador afirmou que o operário, o camponês, os desempregados não queriam de nenhuma maneira conturbar a ordem pública. Desejavam, isto sim, a abertura de novos mercados de trabalho, salários mais condignos, melhor qualidade de vida. "*Acho que subversão é a vigência do decreto 2.011, que reduziu em 10% os salários da classe operária. Subversão é a política econômica do País, capitaneada pelo todo poderoso Delfim Neto; é o arrocho salarial que leva a população brasileira ao desespero*" [806].

Segundo informações da PM, no final da tarde, um grupo de indivíduos não identificados percorreu algumas ruas do centro do Recife, tentando angariar a simpatia dos ambulantes da região a fim de invadir e saquear as lojas próximas ao Mercado de São José. O clima presente em toda a tarde era, de fato, tenso. Mesmo com a presença do aparato policial

[805] Policiamento ostensivo frustra... Op. cit.

[806] Ibid.

[807], alguns comerciantes, assustados, temendo saques e um propalado quebra-quebra, fecharam seus estabelecimentos. Colégios suspenderam as atividades. Pessoas voltando para casa mais cedo. Pânico, correria e engarrafamento fizeram à cena daquela tarde.

Algumas pessoas presentes no Mercado de São José comentavam que a tentativa de saque teria partido do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco, que estava liderando toda a manifestação. Em entrevista, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Marcos Pereira, assegurou que "*[...] o sindicato não teria qualquer interesse de causar tumultos no Mercado de São José, mas protestavam contra a proibição da passeata*". Ele afirmou que não só o Sindicato dos Metalúrgicos, mas todas as organizações que participaram da manifestação na praça Maciel Pinheiro, não tinham qualquer relacionamento com as pessoas que quiseram fazer o quebra-quebra no Mercado [808]. Em entrevista oficial no final da noite, o cel. Walter Benjamim atribuiu o incidente da tarde "*[...] a elementos estranhos ao movimento que se infiltraram entre os manifestantes, com o objetivo puramente de estimularem a desordem e, conseqüentemente, o pânico geral da população*" [809].

O ato público dos desempregados – que teve uma média de duas mil pessoas – contou com a participação de associações e sindicatos de classe, estudantes e políticos [810]. Na ocasião, diversas faixas ostentavam dizeres exortando a greve geral (21 de julho do mesmo ano), defendendo a criação da CUT e pedindo soluções imediatas para o problema do desemprego. O slogan: "um, dois, três, quatro, cinco, mil, ou pára o desemprego ou paramos o Brasil", levantou por diversas vezes o ânimo da multidão [811].

Paralelamente à realização da manifestação, foi formada uma comissão de 10 trabalhadores, que se dirigiu ao TRT e ao Palácio do Campo das Princesas, com o objetivo de entregar documentos – subscritos pelo Sindicato dos Metalúrgicos e pela ACO – contendo reivindicações e exigindo soluções para a crise do desemprego em Pernambuco [812].

No final da tarde do dia 18, os manifestantes encerram os protestos na praça Maciel Pinheiro de maneira pacífica "*[...] para mostrar que não se trata de uma reunião de*

---

[807] O policiamento contou com o total de mil homens, além da presença da "Tropa de Elite" que entrou em ação pela segunda vez desde que fora criada no ano de 1981.

[808] Lojistas fecham portas temendo pilhagem. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 3, 19 mai. 1983.

[809] Ibid.

[810] Os políticos que compareceram ao ato, prestando, com suas presenças, solidariedade aos desempregados pernambucanos foram os seguintes: os vereadores Roberto Arraes, Pedro Eurico, João Coelho, Augusto Costa, Edson Miranda, Mauro Ferreira Lima, Josué Pinto, Pedro Laurentino, além dos deputados Arthur de Lima Cavalcanti, Luciano Siqueira, Leila Abreu, Sérgio Guerra, Clodoaldo Torres e Marcus Cunha.

[811] Policiamento ostensivo frustra... Op. cit.

[812] Os desempregados redigiram dois memorandos diferentes. Um foi enviado ao TRT e outro ao governador. Os dois podem ser vistos, na íntegra, no Anexo XIII e XIV.

desordeiros e sim de trabalhadores, que têm direito de discutir seus problemas e reivindicar" [813], conforme gritou um orador.

O segundo evento que marcou o mês de maio de 1983 no Estado de Pernambuco foi a decretação da greve dos professores da rede particular de ensino no dia 27 [814]. Abaixo se verá o acompanhamento desse episódio.

No dia 28 de abril de 1983, os professores da rede particular reunidos em assembleia aprovaram um conjunto de reivindicações e as encaminharam, através de um ofício, ao sindicato patronal, para que os patrões atendessem as solicitações da categoria. As reivindicações aprovadas pelos professores foram as seguintes: piso salarial unificado, no valor de Cr$ 780,00 por hora/aula; estabilidade durante o ano letivo; produtividade de 8%; reajuste semestral; determinar o número de alunos por aula (que, pelo menos, fosse cumprida a Resolução do Conselho Estadual de Educação que estabelecia 45 alunos por sala, para o 1° grau, quando as escolas colocavam geralmente, 60 ou 70 alunos; enquanto no 2° grau, que deveria ter até 70 alunos por sala, muitas escolas chegavam até 300, o que tinha como uma das mais sérias consequências a redução da carga horária do professor); 90 dias de estabilidade para as gestantes após o repouso remunerado; recesso escolar na Semana Santa e Semana do Professor; 30% de adicional por atividade extra-classe etc.

No dia 17 de maio, os patrões responderam o ofício, afirmando que não atenderiam nenhuma das reivindicações dos professores [815]. Neste mesmo dia, os docentes decidiram entrar em greve, sob a "lei de greve" (Lei 4.330/64), tendo de cumprir, por isso, todos os prazos legais [816].

Na assembleia geral do dia 27, cerca de 300 professores decidiram, através de uma votação secreta, quase por unanimidade (73% favorável, 26% absteve e 1% contrário), decretar a greve da categoria. Para iniciar a greve, os professores teriam que esperar ainda mais cinco dias – prazo estabelecido em lei para que os patrões entrassem em negociação e lançassem uma contraproposta. Como argumentou o presidente do SINPRO-PE, Laércio de Castro Lima: "*[...] com base na Lei 4.330/64 após a comunicação feita ao sindicato patronal,*

---

[813] Roberto leva a Figueiredo a questão do desemprego. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 1, 19 mai. 1983.

[814] Esta greve contou com o apoio do SINPRO-PE. No ano anterior, após uma conturbada eleição, o grupo de "oposição" conseguiu conquistar a direção da entidade. A primeira diretoria sindical de "oposição" desta entidade desde a instauração do regime civil-militar, em 1964.

[815] Mestres reúnem-se pensando em greve. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-6, 21 mai. 1983.

[816] No dia 17 de maio, os professores publicaram o edital de convocação para a realização de uma nova assembleia que, sob as bases legais, deveria ocorrer no prazo de 10 dias (ou seja, no dia 27 do mesmo mês).

há um prazo de cinco dias para o início das negociações, e ***no caso de negativa a classe iniciará greve***" [817].

Apesar da decretação oficial da greve desde o dia 27, o líder sindical considerou, em diversas ocasiões, que havia a possibilidade de a greve não ocorrer: "*Basta os patrões atenderem nossas reivindicações e nós não cruzaremos os braços*" [818]. Em outro momento, Laércio de Castro enfatizou: "*[...] só haverá greve se os empregadores quiserem, pois, os professores preferem o diálogo direto, em busca da conciliação que possibilite a conquista de melhores condições de trabalho e salários mais justos*" [819].

Divulgada a decisão dos professores em iniciar a greve geral da categoria no dia 2 de junho, o presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Particular, José Gomes Santiago, logo se prontificou em anunciar à imprensa que considerava "ilegal e precipitada" a decisão dos professores, declarando que não existiam motivos para tanta "radicalização":

> Os diretores dos estabelecimentos de ensino estão conscientes de que o movimento é ilegal, **as exigências são exorbitantes para as necessidades da categoria** e excede qualquer possibilidade de entendimento. [...] os empregadores querem o diálogo e pretendem pactuar, mas sem pressões e com reivindicações reais [820].

No dia seguinte, Paulo Azevedo, advogado do Sindicato dos Professores do Estado de Pernambuco, refutou, em entrevista do DP, as declarações mencionadas acima do presidente do sindicato patronal, José Santiago. Nas palavras de Paulo Azevedo: "*[...] não houve precipitação da categoria, mas sim uma radicalização dos empregadores. [...] Se a greve for realmente deflagrada no dia 7 de junho, o único responsável será o líder patronal, José Gomes Santiago*" [821].

Na manhã do dia 7 de junho deu-se início, no 5° andar do prédio da DRT, uma reunião conciliatória entre os representantes do Sindicato dos Professores de Pernambuco e do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino, para decisão do acordo salarial da categoria. O delegado regional do Trabalho, Alexandre Krause, e o substituto, Gentil Mendonça Filho, atuaram como mediadores na negociação acompanhados por um procurador do TRT [822].

Ao mesmo tempo em que ocorria a reunião, diversos professores realizaram uma manifestação pública em frente ao prédio da DRT (no centro do Recife), explicando à

---

[817] DRT só ouvirá mestres após receber edital. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 10, 31 mai. 1983, grifo nosso.
[818] Mestres podem ir à greve dia sete. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-6, 28 mai. 1983.
[819] Mestres: greve só depende de colégios. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-6, 2 jun. 1983.
[820] Mestres podem ir... Op. cit.
[821] Greve dos professores é justa e tem amparo legal. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-7, 29 mai. 1983.
[822] DRT reúne-se com mestres sobre salários. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 11, 7 jun. 1983.

população que passava pela área os motivos que levaram a classe a deflagrar o movimento grevista. Como descreveu o DP: "*Um carro com alto-falantes anunciava as dificuldades do professorado e suas reivindicações, denunciando a exploração patronal*" [823].

Após inúmeras discussões, no final da tarde, os empregadores reuniram-se a sós e lançaram a seguinte proposta aos representantes dos professores: taxa de produtividade de 4%; atualização do piso salarial hora/aula com base no INPC de julho/83 ou 0,55% sobre a anuidade cobrada; 45 dias de aviso prévio e estabilidade de 60 dias para a gestante após o repouso remunerado. O presidente do SINPRO-PE, Laércio de Castro Lima, decidiu levar a proposta patronal à categoria que se reunia, em assembleia, à noite do mesmo dia. Durante a esta assembleia, conforme relatou o DP:

> [...] vários associados falaram, inclusive os integrantes de Negociação e diretores do Sindicato. Apenas as professoras do pré-primário fizeram restrições às conquistas obtidas pelo sindicato, realçando que estão marginalizadas. Mas foram esclarecidas que o sindicato promoverá agora, em junho, durante o recesso escolar, o 1° Encontro da Professora Primária, visando maior mobilização e participação desse universo profissional na luta do órgão classista [824].

Apesar de ter sido interrompida mesmo antes de ter, de fato, iniciada, a decretação da greve dos professores da rede particular mostrou claramente a insatisfação dessa classe à situação do período. Se, no final das contas, os professores acabaram aceitando a proposta patronal – muito abaixo do que tinham reivindicado – esta foi a própria estratégia da categoria. Isto é, ameaçar a deflagração de uma greve – algo que por pouco não aconteceu – para forçar os patrões a atenderem o mínimo de suas reivindicações. Para grande parte dos professores e, inclusive, à própria diretoria do sindicato, o movimento tinha representado uma vitória para a categoria. Esta visão pode ser vista, por exemplo, no discurso do vereador Roberto Arraia (PMDB), quando na tribuna da Câmara Municipal do Recife argumentou:

> Tal campanha teve início em maio, quando os professores entregaram a pauta de reivindicações ao Sindicato patronal, que optou por uma postura de intransigência negando-se a negociar de imediato as reivindicações. Mas, começou intensa mobilização nas escolas particulares, a que não faltou solidariedade de outros sindicatos, de pais dos alunos e associações diversas. Os donos das escolas ficaram isolados na sua teia de mesquinharia e viram-se na iminência de uma greve que, sem dúvida, teria a simpatia da população [825].

---

[823] Greve dos mestres "acabou" sem sair. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-11, 8 jun. 1983.

[824] Ibid.

[825] Repercute na câmara a vitória de professores. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-6, 9 jun. 1983.

Os meses de maio e junho mostram à sociedade pernambucana que o ano de 1983 era, de fato, um ano ímpar para o movimento sindical daquele Estado. Longe de uma calmaria, a chegada do mês seguinte, isto é, o mês de julho trouxe novas agitações para essa região.

Como já foi anteriormente destacado, durante o ano de 1982, os membros da "Comissão Nacional Pró-CUT" decidiram programar um conjunto de manifestações grevistas, em todo o território brasileiro, para o dia 21 de julho de 1983, no chamado "Dia Nacional de Protesto" contra a política econômica do governo brasileiro [826]. Em Pernambuco, o Sindicato dos Metalúrgicos liderou a deflagração da greve envolvendo um grupo de indivíduos que, até então estavam quietos, desde o aparecimento do "Novo sindicalismo" urbano em Pernambuco: os "desempregados". Metalúrgicos e desempregados foram a grande força desse "Dia Nacional de Protesto". O depoimento a seguir do desempregado João Antonio dos Santos, com 10 pessoas em casa para sustentar, reflete bem, por exemplo, a angústia da grande maioria da população pernambucana diante da greve crise econômica vivida durante aquele ano de 1983 e nos faz compreender os motivos que levaram a uma significativa parcela dessa população a apoiar o "Dia Nacional de Protesto" contra o governo.

> O povo já agüentou de tudo, mas a fome que tá aí não dá pra agüentar. A situação está muito difícil. Com essa porqueira de negócio aqui eu sustento 10 pessoas. Tem dias que nem almoço pensando que o dinheiro vai fazer falta para alimentar alguém em casa. Tenho um filho com vinte anos que há meses não consegue emprego. Ele é lanterneiro, uma profissão até boa, sai de casa todos os dias procurando e nada de trabalho [827].

Como era de se esperar, os empresários se colocaram contrários ao movimento dos trabalhadores. Em entrevista, Roberto Salgueiro, presidente do Clube de Diretores Lojistas, argumentou: "*Esse não é um momento propício para greve, mas para união e consenso, para que o brasileiro possa atravessar a crise que o País, atualmente, enfrenta*" [828].

O Sindicato dos Metalúrgicos foi a única entidade sindical urbana de Pernambuco a aderir à greve de protesto contra a política econômica. As demais – como foi o caso, por exemplo, do STTREPE [829] – decidiram claramente se posicionar contrárias ao movimento dos trabalhadores. A este respeito é importante destacar – como noticiou, por exemplo, o DP – o

---

[826] Vito Giannotti e Sebastião Neto destacaram este evento: "*Antes mesmo da sua fundação enquanto central, a então Comissão pró-CUT convoca a primeira greve geral da história do país. O dia 21/07/83 verá alguns milhões de trabalhadores atenderem ao chamado da futura CUT e cruzar os braços.* ***É um prenúncio***". GIANNOTTI; NETO, op. cit. (1990), p. 55, grifo nosso.

[827] Panelas e marmitas no protesto das mulheres. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 10, 22 jul. 1983.

[828] Presidente da FIEPE não acredita que haja greve. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 10, 20 jul. 1983.

[829] O presidente dos motoristas rodoviários, Sebastião Rubens de Oliveira, conhecido "pelego" da região, argumentou, por exemplo, que os trabalhadores de transportes rodoviários não tinham nenhum motivo para participar da greve. Metalúrgicos em greve desde zero hora. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 10, 21 jul. 1983.

fato de mais de 70 presidentes de sindicatos urbanos e rurais de Pernambuco, além de associações de classe, estiveram no gabinete do secretário estadual do Trabalho e Ação Social, Sávio Vieira, no dia anterior à deflagração do movimento, para reafirmar a não adesão à greve [830]. O comportamento "pelego" desses sindicalistas foi considerado pelo secretário do Trabalho como "*[...] uma resposta sensata de quem tem equilíbrio, consciência e responsabilidade na condução dos destinos dos trabalhadores. O momento é difícil e exige cautela, a fim de evitar mais ainda o agravamento da situação*" [831].

Se, com exceção do Sindicato dos Metalúrgicos, não houve apoio das entidades sindicais pernambucanas à deflagração do movimento, o mesmo não pode ser dito em relação às outras organizações sociais da região. A AOR [832] e alguns partidos políticos da região apoiaram claramente a greve geral do dia 21 [833]. Como destacou Manoel Conceição, à época, presidente do PT em Pernambuco: "*Estamos dando todo o apoio à paralisação do dia 21. E não é só isso. Temos mantido contato com outras forças comprometidas com o povo, com o povo, como os partidos políticos, a Igreja, a OAB, para que se unam ao trabalhador brasileiro, neste momento em que ele de nós mais necessita [...]*" [834].

No dia anterior à greve nacional, o governador Roberto Magalhães emitiu uma nota oficial, disciplinando as atividades a serem realizadas no Estado, por ocasião do "Dia Nacional de Protesto" [835]. No mesmo dia, o Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco acionou as comissões de piquete, divulgação, mobilização e transporte para as portas das fábricas a fim de conclamar a classe para cruzar os braços. A entidade também distribuiu uma nota à imprensa, solicitando apoio dos trabalhadores e da população em geral às manifestações e atos públicos do dia 21. Na nota, a direção do sindicato pediu que os trabalhadores não trabalhassem e nem se dirigissem ao seu local de trabalho; não fizessem compras; não mandassem os filhos para a escola; não usassem condução (transporte público

---

[830] Aureliano tratará greve dentro da lei e da ordem. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-1, 21 jul. 1983.

[831] Mais de 70 líderes contrários à greve. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-5, 21 jul. 1983.

[832] As palavras de apoio da AOR à paralisação foram as seguintes: "*Não cabe à Igreja indicar soluções, mas estamos solidários e preocupados com a situação dos trabalhadores brasileiros, que se mobilizarão hoje e farão manifestações públicas*". Ibid.

[833] Em relação à greve geral de julho de 1983, cabe salientar as divergências de posicionamento a respeito da deflagração do movimento. O PMDB e o PT apoiaram e trabalharam na realização da paralisação. O PTB decidiu, definitivamente, não apoiar o movimento por considerá-lo inoportuno e contrário ao desejo dos brasileiros, que é o de desenvolver-se democraticamente, mas sem agitações. E o PCB teve uma posição ambígua: apoiou a greve na capital paulista e foi contra praticamente no resto do país. Para maior compreensão, ver, entre outros: SILVA, A., op. cit. (s/d), p. 156-7; Partidos trabalhistas divergem sobre posição. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 10, 21 jul. 1983.

[834] Metalúrgicos em greve... Op. cit.

[835] A nota oficial do governo pode ser vista, na íntegra, no Anexo XV.

ou particular); não se dirigissem às repartições públicas; não abrissem o seu negócio (bar, padaria, loja, banca, por exemplo); fizessem compras com antecedência pagando as contas antes e retirando o seu dinheiro do banco [836].

Ainda nesse mesmo dia, à noite, o comandante do IV Exército, Gal. Heitor Arnizaut de Matos, declarou que as manifestações do dia seguinte passariam a ser dominadas não mais apenas com medidas de dispersão. Agora a polícia iria chegar com cassetetes, prendendo e fazendo o possível para "garantir a ordem": "*Quem fizer piquetes vai se dar mal*" [837].

Durante todo o dia 21 de julho, na capital pernambucana, cerca de 3.000 pessoas, entre manifestantes de organizações e trabalhadores, participaram de uma concentração pública e depois de uma passeata pelas ruas do centro do Recife. Entre faixas de organizações e slogans, manifestantes expressaram enfática oposição à política econômica adotada e à ação do governo ao recorrer ao FMI. A moratória para o Brasil, soberania nacional, mudança do modelo econômico e demissão dos três ministros da economia (Delfim Netto, Ernani Galvêas e Carlos Langoni) também foram temas reivindicados pelos trabalhadores ao longo de todo o dia. O ato público reuniu representantes da classe estudantil, das associações de bairros, de diversos movimentos sociais, da ACO, da Federação das Mulheres de Pernambuco, dos Sindicatos dos metalúrgicos, além de políticos do PMDB e do PT [838].

Como noticiou o JC, embora a população pernambucana, de um modo geral, não tenha participado do movimento por causa do *medo da repressão governamental* [839], uma grande

---

[836] Presidente da FIEPE não acredita... Op. cit.

[837] Ameaça de greve: garantindo o funcionamento das atividades. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 1, 21 jul. 1983.

[838] Manifestação foi de 3 mil pessoas. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 1, 22 jul. 1983.

[839] A este respeito é importante destacar as considerações de Maria Helena M. Alves. Para ela, durante o período do regime civil-militar, o governo procurou estabelecer uma "cultura do medo". Esta tinha três importantes componentes psicológicos: o *silêncio*, o *isolamento* e a *desesperança*. Nas palavras da autora: "*Durante este período o efeito combinado da exploração econômica, da repressão física, do controle político e da rígida censura estabeleceu uma "cultura do medo" que coibiu a participação em atividades de oposição comunitária, sindical ou política. Esta cultura tinha três importantes componentes psicológicos: o primeiro era o* ***silêncio*** *imposto à sociedade pela rigorosa censura de todos os veículos de informação e o fechamento de alguns destes. [...] A população sabia, assim, da existência da repressão, e experimentava a realidade da violência institucionalizada de Estado, mas não podia manifestar seu medo ou protestar publicamente. Este silêncio imposto, por sua vez, provocou profundo sentimento de* ***isolamento*** *naqueles que sofriam diretamente a repressão e/ou exploração econômica. [...] Finalmente, como conseqüência das duas outras características da "cultura do medo", generalizou-se a crença de que todos os canais de oposição estavam fechados e nenhuma iniciativa poderia ter resultados efetivos. Parecia impossível enfrentar o poder do Estado. Um sentimento de total* ***desesperança*** *passou a prevalecer na sociedade, mantendo [...] o clima de retraimento da atividade de oposição. As pessoas perderam a esperança e se recolheram a suas vidas particulares, tentando esquivar-se à vingança do Estado. Silêncio, isolamento e descrença eram os fortes elementos dissuasivos da "cultura do medo" que permitiu ao Estado impor-se com poderes quase ilimitados*". ALVES, M., op. cit. (2005), p. 205, grifo nosso.

parcela apoiou as manifestações, acompanhando o desenrolar dos fatos através das notícias pelos meios de comunicação. Como destacou a dona de casa, Lourdes Gomes:

> [...] esses movimentos precisam ser realizados já que a situação está difícil para todos nós e só unido é que o povo pode mostrar aos governantes que não satisfeito com as medidas que estão sendo tomadas. Pacotes em cima de pacotes e o povo apertando o cinto assim não pode ficar [840].

Indagada pelo JC porque não participara do movimento, a dona de casa enfaticamente argumentou: "*Não posso porque **tenho medo** que alguma coisa venha a acontecer, com a intervenção da Polícia, e depois ficar presa ou apanhar. Então é melhor ficar em casa esperando os resultados*" [841].

Sem diálogo entre manifestantes e o governo, não foi surpresa para ninguém quando a violência policial tomou conta das ruas do Recife. Como tinha avisado, no dia anterior, o Gal. Heitor Arnizaut a respeito da realização de "piquetes", um poderoso esquema de segurança com guardas armados – no geral, foram acionados 6 mil policiais – foi montado à frente das portas das fábricas com o objetivo de impedir qualquer tipo de protesto [842]. Os piquetes resultaram na prisão de 34 pessoas [843], entre as quais diversos membros da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos [844]. Foram eles: o presidente dos Metalúrgicos, Marcos Pereira; os diretores, José Cesar e José Alves Siqueira; o secretário, João Paulo Lima e Silva; e os membros da diretoria, "Biu", "Alfinete", Cícero, Pinheiro e Jaime [845]. Lembrando tais acontecimentos, Jorge César, do Sindicato dos Metalúrgicos, lembrou:

---

[840] Panelas e marmitas no protesto... Op. cit.

[841] Ibid., grifo nosso.

[842] A Comissão de Justiça e Paz divulgou uma nota de solidariedade aos trabalhadores, criticando o aparato policial utilizado pelo governo. A nota pode ser vista, na íntegra, no Anexo XVI.

[843] O delegado do DOPS, Márcio Ferraz, indiciou em inquérito 34 pessoas que participaram do "Dia Nacional do Protesto", acusando-os de terem violado o art. 197 do Código Penal Brasileiro ("Atentado contra a liberdade de trabalho"). DOPS processa organizadores de piquetes. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-1, 28 jul. 1983.

[844] Segundo o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Marcos Pereira, as prisões realizadas tiveram um caráter de represália às ações dessa entidade. Em suas palavras: "*Consideramos que as prisões dos metalúrgicos foram motivadas por uma tentativa de represália do Governo ao ato público de protesto. Prender as lideranças foi a forma encontrada para reprimir. Estranhamos a atitude do governador Roberto Magalhães que, ao mesmo tempo em que afirmou que não reprimiria a manifestação se ela mantivesse o seu caráter pacífico, mandou prender os sindicalistas*". Fotos de grevistas nuas revolta PMDB. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-7, 23 jul. 1983.

[845] A lista dos 34 indivíduos presos, por ocasião do "Dia Nacional de Protesto", foi a seguinte: 1) João Paulo – secretário do Sindicato Metalúrgico na IPAM; 2) Cícero Geraldo Lisboa; 3) Lincolin de Santa Cruz Oliveira; 4) Francisco Ronaldo Bernardo Peixoto – Norasa; 5) João Paulo Lima e Silva; 6) Maria José de Albuquerque – sindicato; 7) Klauber de Castro Teixeira – estudante; 8) Marcos Pereira da Silva – presidente do Sindicato dos Metalúrgicos; 9) Adisa da Silva Araújo; 10) Arandino Maciel Campelo; 11) Maria Amélia de Souza; 12) Mascena Veras Barbosa – Prefeitura Municipal do Jaboatão; 13) Francisco de Assis Tenório de Carvalho – estudante; 14) Severino Antonio de Lama – Norasa; 15) Ivone Chola Pacheco – estudante de História; 16) Suzana Helena de Brito Carvalho – socióloga; 17) Jorge César Bezerra dos Santos; 18) Elcio Ferreira de Souza – estudante de Medicina; 19) Luiz Barros da Silva – pedreiro; 20) Fátima Maria de Santana Gomes; 21) Jarbas Barbosa da Silva Júnior – médico de Serinhaém; 22) Everaldo Torres Catão – fiscal da Prefeitura de Olinda; 23)

> Naquele momento, paramos 14 empresas, num total aproximado de 12 mil trabalhadores. A repressão foi muito grande, praticamente 70% da Diretoria do Sindicato que estava nos piquetes, foi presa, além de outros companheiros sindicalistas. Foram feitas 32 prisões. Nos levaram para o Dops [...]. Nas fábricas que paralisamos foram demitidos muitos companheiros [846].

Com a prisão das 34 pessoas envolvidas no movimento, alguns deputados e vereadores do PMDB-PE formaram uma comissão para a defesa dos detidos. A comissão foi formada por Luciano Siqueira, Clodoaldo Torres, Hugo Martins, Sérgio Guerra e os vereadores Edson Miranda e Roberto Arraes [847]. Hélio Mariano, presidente da OAB-PE, emitiu a seguinte declaração a respeito dessas prisões: "*As prisões de líderes sindicais efetuadas com vistas a obstaculizar a livre manifestação dos trabalhadores brasileiros, vêm confirmar o regime autoritário em que vivemos, porque, na realidade, nos mostra que as liberdades políticas são sufocadas pela elite do poder governamental*" [848]. Em entrevista ao JC, Gabriel Ferreira de Vasconcelos, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos, denunciou, por exemplo, a forte repressão do governo ao movimento. Em suas palavras: "*[...] a cada dia se torna mais complicada a situação para o movimento sindical nacional, pois com essa repressão governamental fica difícil a situação dos trabalhadores*" [849].

É importante destacar um dos fatos curiosos dessas prisões, que acabou tendo uma péssima repercussão para o governo: a denúncia feita, poucos dias depois, pelo Sindicato dos Metalúrgicos, de que duas das oito mulheres detidas durante as manifestações foram obrigadas a pousar nuas para fotografias. Defendendo-se das acusações, o secretário de Segurança Pública, Sérgio Higino, argumentou que as fotos faziam parte simplesmente do exame do corpo de delito. Esta justificativa foi enfaticamente protestada por diversos sindicalistas e líderes políticos, durante vários dias, nos meios de comunicação da região [850].

No dia seguinte à realização do "Dia Nacional de Protesto", o ministro do Trabalho, Murilo Macedo, em entrevista coletiva, afirmou que a greve geral tinha fracassado. "*A greve fracassou em termos de paralisação geral, graça a Deus os trabalhadores atenderam aos*

Jaime Sitônio de Lima – Produsa; 24) José Alves Siqueira – metalúrgico; 25) Carlos Henrique Fialeno de Brito – desempregado; 26) Zuleide de Andrade – fiscal de sindicato; 27) José Antonio Pinheiro; 28) Geraldo José Ramos – desempregado; 29) Edmilson Meneses de Medeiros – engenheiro; 30) Rita de Cássia Cavalcanti Guilhermina – estagiária LBA; 31) Sérgio Santana de Lima Junior – estudante de engenharia de Pesca; 32) Silvio Mendes Zameti – professor UFPE; 33) Luiz Antonio do Monte Neto; 34) João Marques da Silva – com prisão preventiva Comarca de Timbaúba – participante do movimento. Secretário divulga nomes das pessoas presas ontem. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 11, 22 jul. 1983.

[846] GT SINDICAL DO CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS JOSUÉ DE CASTRO, op. cit.

[847] Piquetes provocaram 34 prisões pela manhã. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 11, 22 jul. 1983.

[848] OAB protesta contra prisões de trabalhadores. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 11, 22 jul. 1983.

[849] Panelas e marmitas no protesto... Op. cit.

[850] Detidas da greve fotografadas nuas. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 10, 23 jul. 1983.

nossos apelos". Segundo o ministro, esse fato se deu "*[...] à falta de apoio das bases, que não atenderam ao desejo de meia dúzia de dirigentes que queriam a paralisação por razões estranhas aos interesses do trabalhador*" [851].

Uma avaliação completamente diferente daquela feita pelo ministro Murilo Macedo foi realizada pelo Sindicato dos Metalúrgicos. Em primeiro lugar, porque a queda do movimento comercial foi de 60% no centro da cidade do Recife. Em segundo lugar, porque, mesmo com a prisão dos 34 indivíduos, entre eles diversos membros da diretoria, o ato conseguiu paralisar 12 empresas e cerca de 8 mil metalúrgicos [852]. E em terceiro lugar, porque, em certa medida, o "Dia Nacional de Protesto" representou a disposição de uma significativa parcela da população em mudar, urgentemente, a política econômica do Governo "*[...] desejando com isso garantir a sobrevivência da família, que hoje se encontra ameaçada pelo desemprego, pelo alto custo de vida e do aprofundamento da miséria*" [853].

Poucos dias após a realização do movimento, o Sindicato dos Metalúrgicos denunciou a demissão de 30 operários das fábricas locais. De acordo com a entidade, grande parte dos demitidos não era militante nem teve participação ativa na greve, afirmando que os patrões haviam se aproveitado da situação para reduzir o quadro de funcionários.

> Nós trabalhadores metalúrgicos, queremos mostrar nosso grande repúdio e protesto contra a arbitrariedade que se abateu sobre toda nossa categoria e me especial os membros da diretoria e militantes do sindicato, bem como companheiros de outras categorias que foram injustamente presos quando, no seu legítimo direito, assumiram a greve geral, deliberada no conjunto do movimento sindical [854].

Refletindo a respeito do "Dia Nacional de Protesto" fica claro que o movimento, de fato, não resolveu os problemas dos trabalhadores – especialmente, dos desempregados da capital pernambucana. Mas, é inegável, que tal manifestação demonstrou a força do movimento sindical urbano da região – principalmente do Sindicato Metalúrgico de Pernambuco, principal artífice desse movimento na região [855] –, além de ter representado mais um forte sinal de protesto da classe trabalhadora pernambucana diante da política econômica

---

[851] Ministro vê greve fracassar em todo o país. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 3, 22 jul. 1983.

[852] 12 empresas metalúrgicas e uma têxtil paralisaram suas atividades no Grande Recife em decorrência da greve de protesto liderada pelo Sindicato da categoria. No setor público, apenas os garis da Prefeitura de Olinda decidiram cruzar os braços. Greve nacional fracassou, conclui o Governo federal. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-1, 22 jul. 1983.

[853] Líder sindical afirma que o movimento foi vitorioso. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 11, 22 jul. 1983.

[854] Sindicato confirma demissão em massa de operários, após greve. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-7, 26 jul. 1983.

[855] Como foi retratado pelo DP, o posicionamento "combativo" e "reivindicativo" do Sindicato Metalúrgico de Pernambuco, durante esse período, por pouco não levou essa entidade sindical à intervenção governamental. Greve deixa saldo negativo: 34 prisões. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-5, 22 jul. 1983.

do governo. Como destacou Margareth Keck: "*Essa greve foi importante na medida em que foi a primeira greve explicitamente política desde 1964* [...]" [856]. A parte final de um panfleto, em letras vermelhas, de autoria desconhecida, que circulou pelo Recife no "Dia Nacional de Protesto" talvez nos indique qual teria sido a principal consequência do movimento:

> [...] este é o primeiro passo que daremos juntos, depois de muitos anos. Sabemos que um dia só não vai bastar. Em agosto próximo será realizado o Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras, o Conclat, que deverá discutir a criação da Central Única dos Trabalhadores e organizar a greve geral em todo o País para conquistar nossas reivindicações. **Os patrões e o Governo que fiquem sabendo: dia 21 é apenas o começo. Vamos juntar nossas forças e vamos continuar** [857].

O ano encaminhava-se para o seu final. Mas antes que o novo ano chegasse, um evento marcaria o ano de 1983, ou melhor, marcaria a história do sindicalismo brasileiro: a realização do I CONCLAT do qual resultaria na fundação da CUT. Não é exagero algum argumentarmos que a CUT é um dos principais marcos do sindicalismo brasileiro. A entidade, além de ter uma representatividade importante na história sindical do país, acabou por se constituir também em uma das mais atuantes instituições brasileiras. A CUT se consolidou ao longo dos anos como a maior central sindical do Brasil, da América Latina e a 5ª maior do mundo. Desde a sua criação, em 1983, a CUT tem:

> [...] participado ativamente, dos principais acontecimentos políticos, econômicos e sociais do país, e influenciado – em muitos aspectos – os setores políticos, o governo e o empresariado na tomada de decisões de assuntos que dizem respeito aos trabalhadores. Contando com uma forte presença na sociedade brasileira, a CUT tem desempenhado um papel importante na condução das lutas dos assalariados, trazendo para a esfera pública demandas que não tinham espaço na agenda política. Nesse sentido, **pode ser considerada a própria expressão da luta por direitos de cidadania para amplas camadas das classes trabalhadoras** [858].

Em um forte coro, "*Nós vamos fundar a CUT e os pelegos querem afundar*", 5.059 delegados de 912 entidades, representando 12.192.849 trabalhadores [859], realizaram o I

---

[856] KECK, op. cit. (1988), p. 415.

[857] Governador promete garantir... Op. cit., grifo nosso.

[858] RODRIGUES, I., op. cit. (1997), p. 238, grifo nosso.

[859] Como já foi destacado anteriormente, o I CONCLAT foi realizado sem a participação dos setores vinculados à "Unidade Sindical", que decidiram convocar o seu congresso para os dias 4, 5 e 6 de novembro de 1983, em Praia Grande, litoral paulista. Este "CONCLAT" reuniu 4.234 delegados e 1.243 entidades. Seguindo a proposta do PCB, este encontro optou por não criar uma central sindical, pois isso ratificaria a divisão orgânica do movimento sindical brasileiro, e criou a CONCLAT (coordenação). É importante destacar que foi apenas em março de 1986, já com a clara percepção da impossibilidade de se ter uma central unitária, que a CONCLAT (coordenação), em seu congresso, resolveu tornar-se efetivamente uma central sindical. Criou-se, então, o CGT (central), que, tendo em vista a tensão entre suas forças componentes, deu origem ainda à CGT (conferência), em 1988, e, posteriormente, à Força Sindical, em 1991.

CONCLAT, em São Bernardo do Campo, entre os dias 26, 27 e 28 de agosto [860]. Participaram desse congresso também 25 representantes das centrais sindicais de vários países [861].

Segundo Iram J. Rodrigues, a ideia de criação da CUT esteve ligada a duas questões. A primeira disse respeito ao fato de a entidade expressar "*[...] o alto grau de insatisfação de amplas parcelas de trabalhadores que não aceitavam mais uma cidadania limitada e queriam participar mais ativamente da vida nacional*" [862]. A segunda questão esteve ligada à ideia de que os trabalhadores precisavam estar unidos, em um só exército. Isto é, à ideia de que trabalhadores unidos têm mais força para negociar e/ou impor suas exigências. Como argumentou Ricardo Antunes: "*[...] o princípio da unidade, ao invés de se criar, por exemplo, uma central, socialista, outra reformista, uma pseudocomunista, ou qualquer coisa assim.* ***Acho que a Central dos Trabalhadores tem que ser única***" [863].

Tabela XI – CONCLAT/83 - n° de entidades, delegados e total de trabalhadores representados

Tipo de entidade	N° de entidades	N° de delegados	N° de trabalhadores representados
Sindicatos urbanos	355	2.262	6.573.207
Sindicatos rurais	310	1.658	3.144.438
Associações pré-sindicais	134	588	1.453.391
Associações de Funcionários Públicos	99	483	1.021.813
Federações	5	35	*
Entidades Nacionais	8	28	*
Confederações	1	5	*
Totais	912	5.059	12.192.849

* O número de trabalhadores representados pelas federações, entidades nacionais e confederações já foi computado nos itens anteriores, para evitar duplicidade.

Fonte: CUT. I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, **Resoluções**, São Bernardo do Campo (SP), 26, 27 e 28 de agosto de 1983, p. 48.

Apesar de essa ideia *unitária* ter estado bastante clara na mente daqueles que participaram do congresso de fundação da CUT, essa percepção nem sempre foi vista com

[860] No caso específico do sindicalismo urbano de Pernambuco, diversos membros da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos participaram desse congresso. Foram eles: Jorge César, João Paulo Lima e Silva, Biu, Marcos, Oliveira, Francisco Janari, Siqueira, Inaldo, Alfinete, Cícero Lisboa, Lindalva e Absolon. GT SINDICAL DO CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS JOSUÉ DE CASTRO, op. cit.

[861] Uma boa forma de se compreender o cotidiano do I CONCLAT é o documentário "CUT 25 anos". Realizado com diversas entrevistas com trabalhadores, dirigentes sindicais e coordenadores do evento, o documentário registra as lutas, as dificuldades de realização do congresso, a união e perseverança dos envolvidos, os conflitos a respeito da escolha da direção nacional etc. Para uma melhor análise dessas questões, ver: **CUT 25 anos**. São Paulo: CUT, 2008. DVD (66 min.): NTSC, son., color.

[862] RODRIGUES, I., op. cit. (1997), p. 30-31.

[863] ANTUNES, op. cit. (1986), p. 75, grifo nosso.

"bons olhos" por uma parcela do sindicalismo brasileiro, inclusive, por aqueles que formavam o "bloco combativo". Lula é um exemplo disso. Até a data de criação da CUT, ele próprio argumentava que era contra a construção de uma central "única:

> **A única coisa que não aceito é imposição, no sentido de dizer que tem que ser uma central única**. Porque, veja, se a gente propõe discutir liberdade e autonomia sindical, então não se pode impor uma única central, apesar de ter consciência de que essa central sindical será única na medida em que for representativa. Num sindicato combativo nunca haverá possibilidade de, num processo de discussão de liberdade sindical, existir um sindicato paralelo. Mas um sindicato que não represente os trabalhadores correrá que risco, isso é bom ou ruim? [864].

A resistência de Lula era no sentido de se criar uma central sindical única que acabasse seguindo os mesmos rumos de alguns países, especialmente os denominados socialistas, em que as centrais sindicais se constituíram em uma força tão grande e fechada dentro do país, que acabou resultando em pouca liberdade para os próprios trabalhadores.

> [...] de repente reivindicamos liberdade e autonomia sindical e criticamos a atual estrutura sindical como um todo, que o fascismo trouxe para nós. De um lado, nós temos o regime fascista, propondo o sindicalismo único e, de outro, determinados países socialistas também. Acontece que todas essas contradições criam dificuldades para que possamos discutir a questão da liberdade e autonomia sindical em toda a sua amplitude, que poderá até significar o pluralismo sindical [865].

O I CONCLAT produziu dois documentos, refletindo o princípio fundamental que orientou o "Novo sindicalismo" desde as suas primeiras manifestações. O primeiro documento discutido e aprovado foi o "Plano de Lutas", que teve o objetivo de dar uma resposta política à crise do período. Este "Plano" continha a luta: contra o desemprego; pela estabilidade no emprego; pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário; pela extinção da hora extra; contra o arrocho salarial; pela defesa dos servidores públicos; em defesa das empresas estatais; pelo direito à habitação; contra o aumento de 130% na prestação da casa própria; pela reforma agrária; por liberdade democráticas [866]. De acordo com Leôncio M. Rodrigues, a maior parte dos itens proposto no "Plano de Lutas" teve, na verdade, mais um caráter de "*[...] bandeira de agitação e propaganda do que um plano de lutas a ser efetivamente levado à prática*" [867]. Segundo o autor, isso se deu pelo fato de os delegados

[864] RAGO FILHO, op. cit. (1982), p. 43.
[865] Ibid., p. 45-46.
[866] CUT, op. cit. (1983), p. 1-9.
[867] RODRIGUES, L., op. cit. (1990a), p. 9.

misturarem "*demandas de caráter trabalhista*" com outras de "*reforma mais radical*" [868]. Leôncio M. Rodrigues denominou de "*demandas de caráter trabalhista*" as reivindicações passíveis de serem alcançadas no interior de uma economia de mercado e no quadro de um sistema político pluralista e representativo. Essas demandas são: a "instituição do salário-desemprego", a "redução da jornada de trabalho para 40h sem redução salarial", o "direito de sindicalização dos funcionários públicos", a "eliminação das horas extras", a "criação de comissões de trabalhadores nos locais de trabalho". Por "*reforma mais radical*", O autor denominou a "luta pela reforma agrária", a "luta pelo direito à habitação", "a ocupação imediata das terras dos grileiros, das terras do Estado, dos latifúndios improdutivos ou não, e a coletivização das grandes empresas capitalistas nacionais e internacionais" [869].

Essa confusão, entre "*demandas de caráter trabalhista*" e "*reforma mais radical*", existente nos documentos produzidos por boa parte dos sindicatos brasileiros que fizeram parte do "Novo sindicalismo" – e, até mesmo, como foi destacado, pela própria CUT –, ocorreu pelo fato de essas entidades sindicais não se constituírem de forma alguma em "blocos homogêneos". Em diversos aspectos, as entidades sindicais apresentaram uma *heterogeneidade* de posicionamento e de pensamento. Esta *heterogeneidade* de experiências se fez sentir nos documentos produzidos por tais entidades. Refletindo a respeito das diferentes concepções existentes, Leôncio M. Rodrigues argumentou:

> Muitas lideranças, principalmente as de classe média intelectualizada, vieram da resistência ao regime militar. As experiências das lutas pretéritas contra a ditadura não foram as mesmas entre os militantes das diferentes facções que participaram da formação da CUT. As lideranças que ocupavam posições na estrutura do sindicalismo oficial tiveram um tipo de resistência ao autoritarismo militar muito diferente daquele dos que participaram da luta armada, das prisões e do exílio. De modo geral, os trabalhadores que ocupavam as diretorias dos sindicatos não tinham experiência de atuação em organizações políticas clandestinas semelhante à dos membros das oposições sindicais e dos estudantes, ou ex-estudantes, ou intelectuais, que atuavam há mais tempo na esquerda brasileira. Estes pretendiam fazer da CUT basicamente um instrumento de luta pelo socialismo, enquanto os primeiros viam a CUT como um organismo de coordenação das lutas sindicais [870].

A partir de tais considerações fica claro então entender o porquê de a maioria dos documentos produzidos pelos "novos sindicalistas" misturarem, na maioria das vezes, em um só documento, "*demandas de caráter trabalhista*" com "*demandas de caráter mais radical*"

---

[868] Vale aqui salientar que essa "confusão" entre esses dois tipos de demandas foi, de fato, uma característica muito presente nos programas de luta dos sindicatos que se integraram ao formato do "Novo sindicalismo".

[869] RODRIGUES, L., op. cit. (1990a), p. 7-8.

[870] Ibid., p. 11.

[871]. Ocorreu pelo fato de um mesmo sindicato congregar, às vezes, "sindicalistas de cultura socialista" (partilhavam de *reivindicações revolucionárias*) [872] com "sindicalistas imediatistas" (que partilhavam, por sua vez, de *reivindicações reformistas*) [873].

O "Plano de Lutas" aprovado no I CONCLAT revela a construção de um discurso pleno de significação, articulando *reivindicações revolucionárias* e *reivindicações reformistas*, que tem por objetivo o "enfrentamento", o "combate", com o governo, os patrões e o próprio sistema econômico. Obviamente que os itens mais radicais do plano tiveram apenas um caráter mais propagandístico, como destacou Leôncio M. Rodrigues [874], ou serviu então para marcar posições de princípio. Entretanto, não podemos aqui deixar de destacar o fato de que a presença de tais itens "de caráter mais radical" nos documentos dos "novos sindicalistas" já revela o enorme distanciamento existente entre esses indivíduos e os dirigentes dos períodos anteriores que adotavam uma postura "pelega" de subserviência ao governo e aos patrões.

O segundo documento produzido durante o CONCLAT foi o "Estatuto da CUT", em que estiveram presentes questões mais ligadas à área sindical. Nele, podemos observar claramente os principais pilares do "Novo sindicalismo": a crítica radical aos mecanismos de atrelamento do sindicato ao Estado e a luta por liberdade e autonomia sindical. Como destacou Leôncio M. Rodrigues, a decisão da CUT em ser uma central com tais objetivos marcavam, de fato, "*[...] uma separação muito forte entre esse e o outro bloco [o da "Unidade Sindical"], que não partilhava das mesmas posições com relação à estrutura sindical*" [875]. Ou seja, para se afirmar como direção de uma significativa corrente do

---

[871] A constatação deste fato não remete, de forma alguma, a um juízo de valor de qual "demanda" é a mais importante, mesmo porque, como argumentou Michelle Perrot, no seu estudo sobre os primeiros movimentos grevistas na França, o discurso radical coexiste com uma atitude muito realista no plano das reivindicações imediatas. PERROT, op. cit. (1984), p. 323.

[872] É importante aqui lembrar que os sindicalistas que faziam parte dessa perspectiva compartilhavam da ideia de que a situação da classe trabalhadora piorava constantemente sob o capitalismo e que a liberdade política e a efetiva melhoria da situação econômica e material dos assalariados só poderiam ocorrer sob o socialismo.

[873] Ricardo Antunes tachou esses sindicalistas de "antimarxistas". Pois, mesmo sendo considerados de "combativos", eles não assumiram uma concepção baseada no "socialismo revolucionário" de Marx. Como argumentou Antunes: "*São combativos no plano da luta imediata, mas conservadores no plano ideológico*". ANTUNES, op. cit. (1986), p. 79.

[874] Leôncio M. Rodrigues mencionou o seguinte: "*Se atentarmos para os planos de luta, as palavras de ordem e reivindicações de natureza socialista, antiimperialista ou anticapitalista [...], verificamos que nada de efetivo foi feito com vistas a atingir esses objetivos. [...] O terreno em que a CUT tem conseguido mobilizar trabalhadores e fazer sentir sua presença na política e na sociedade brasileira tem sido o dos enfrentamentos trabalhistas. Aqui a CUT consegue mobilizar camadas mais amplas de trabalhadores*". RODRIGUES, L., op. cit. (1990a), p. 90.

[875] Ibid., p. 7.

movimento sindical e construir sua identidade a CUT optou, em um primeiro momento, por uma atuação mais conflitiva na relação capital/trabalho.

Como já foi destacado, a CUT foi formada por aqueles sindicalistas que faziam parte do "bloco combativo". Estes sindicalistas, como se sabe, rejeitavam qualquer tipo de *atrelamento ao Estado* ou *aliança com os patrões*. Em seu estatuto, a CUT já pregava: "*Este organismo (CUT) deve ser representativo, democrático e independente do Estado, dos patrões e dos partidos políticos*" [876]. Em relação ao posicionamento da CUT com os patrões (ou seja, a "burguesia"), Vito Giannotti e Sebastião Neto lembraram: "*Para a CUT, um sindicalismo de colaboração e cooperação com a burguesia é uma traição aos objetivos imediatos e históricos dos trabalhadores*" [877]. Ou seja, a imagem que a CUT foi se firmando ao longo da década de 1980 foi a de uma central combativa e de confronto, não de conciliação. Nas palavras de Giovanni Alves: "*[...] adotava-se, no caso da CUT, uma estratégia de confrontação, caracterizada por uma oposição sistemática às políticas governamentais e pela ênfase na mobilização de massas e na ação grevista*" [878].

Partindo de tais princípios, esses "novos sindicalistas", procurando se distanciar do sindicalismo do passado, decidiram criar uma central sindical que – pelo menos no *discurso* ou em seus primeiros anos – combateu dura e enfaticamente a estrutura sindical oficial vigente no país desde 1930. Nas palavras de João Paulo Lima e Silva:

> Nós, já vínhamos no processo de construção do partido 78/79, mas não foi uma coisa que ficou tão caracterizada como no momento em que assumimos a direção do sindicato. Isso teve um papel fundamental porque conseguimos observar a dimensão maior [...] e a limitação do próprio movimento sindical: a gente lutava, fazia uma greve, conseguia o aumento, aí vinha a inflação e roubava [...]. Então, **a gente sentia a necessidade de criar uma central que aglutinasse os trabalhadores do campo e da cidade, no sentido de ter uma organização que pudesse se contrapor ao poder dominante e à classe dominante. Que os trabalhadores tivessem um canal de expressão, de reivindicação e de negociação**. [...] Nossa atuação política dentro da categoria levou a que os metalúrgicos se tornassem uma referência de luta no Estado. Eu fui o primeiro presidente da CUT estadual. Em 1986, até como referência de meu trabalho no movimento sindical, fui candidato a deputado estadual. Em 1988, fui eleito vereador e, em 1990, deputado estadual. [...] Minha atuação no partido, vai no sentido de politizar e conscientizar as nossas lutas para elevá-las a um patamar maior, para que a gente venha a assumir o poder do nosso país [879].

---

[876] CUT, op. cit. (1983), p. 10.

[877] GIANNOTTI; NETO, op. cit. (1990), p. 44.

[878] ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000, p. 287.

[879] Cf. Depoimento de João Paulo Lima e Silva concedido em entrevista a MONTEIRO, op. cit. (1992), p. 234, grifo nosso.

Uma questão que é importante ser destacada a este respeito refere-se ao fato de a CUT ser criada não como uma entidade "paralela" à estrutura sindical oficial existente, mas como uma central que deveria "crescer por dentro" do aparelho sindical de Estado. Em diversas ocasiões, os "novos sindicalistas" se colocaram contrários à formação de organizações de trabalhadores fora dos sindicatos. Na visão desses indivíduos, os sindicatos deveriam se utilizar dos mecanismos e dos canais legais disponíveis para transformar, por dentro, a estrutura sindical oficial vinda do primeiro governo Vargas. A fala de Lula é reveladora:

> [...] se existe um sindicato legalmente constituído para representar os trabalhadores, o que cabe fazer? Cabe levar para dentro do sindicato o que existe de melhor dentro das fábricas. [...] Podem existir quantas comissões, quantos grupos de trabalhadores forem, mas tudo voltado para dentro do sindicato: ou para tirar a diretoria do sindicato, ou para fazer o dirigente sindical trabalhar, sei lá. Mas, repito, voltado para dentro do sindicato, desde que se queira mudar o sindicalismo. Porque quem decide as coisas na assembléia do sindicato é o associado. Se existem, por exemplo 1.000 trabalhadores dos mais diferentes grupos e esse pessoal decide mudar a regra do jogo, esse pessoal vem e muda a regra do jogo. O que precisa ser dado é condição para que esse pessoal comece a participar [880].

A CUT procurou se construir e se legitimar, criando uma imagem de si mesma, buscando, a todo custo, se distanciar do passado [881]. Como disse Daniel A. Reis Filho, a memória é sempre seletiva. Não raramente, ela é arbitrária e atua de forma a esconder, alterar, negar ou esquecer acontecimentos importantes. Este caso aconteceu, por exemplo, com o "Novo sindicalismo" brasileiro (e pernambucano também) que rejeitou taxativamente as experiências sindicais dos períodos anteriores ao seu surgimento [882]. A fala a seguir de um sindicalista paulista no final da década de 1970 demonstra claramente a negação ao movimento sindical do passado:

> Se remontarmos ao período anterior ao golpe de abril de 64 vemos que a prática do Partido Comunista, que naquela fase tinha a hegemonia do movimento operário e o controle de quase todos os sindicatos, era uma prática "cupulista", que não se preocupava coma organização das massas operárias, pela base. Eu considero o sindicalismo brasileiro muito limitado [...]. E um sindicalismo paternalista, que já nasce ligado ao Ministério do Trabalho [...]. E o Partido não só aceitou essa limitação, como aprofundou-a

[880] Cf. Depoimento de Lula, citado por: KECK, op. cit. (1988), p. 394.

[881] Como já foi destacado em diversas passagens neste trabalho, essa negação do passado foi uma importante característica do "Novo sindicalismo" para sua (auto)afirmação e legitimação diante dos trabalhadores. Este fato aconteceu em diversos sindicatos brasileiros que passaram para a direção das oposições – como foi o caso, por exemplo, do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco a partir de 1981.

[882] REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e Sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Sá (Orgs.). **O golpe e a ditadura militar quarenta anos depois (1964-2004)**. Edusc. São Paulo, 2004, p. 29.

> em função de sua estratégia geral, de sua linha política pacifista, de colaboração de classe, que o levava a reboque do populismo [...] [883].

Com relação às intersindicais do período anterior a 1964, a CUT apresentou os seguintes pontos de diferenciação:

- grande parte dos sindicatos ligados à CUT era constituída de sindicatos de trabalhadores agrícolas, na maioria pequenos proprietários, mas também assalariados, posseiros, trabalhadores "sem terra" etc.;
- grande parte das entidades cutistas eram associações ou sindicatos de empregados de escritórios, dos setores de serviços;
- os sindicatos e associações do setor público alcançaram um peso no interior do movimento sindical que até então nunca tinham desfrutado;
- a maior parte da liderança dos sindicatos cutistas podia ser classificada, grosso modo, como de classe média.

No geral, uma das maiores diferenças entre os dois organismos foi a profundidade e a extensão de luta conquista pela CUT ao longo dos anos 80. Contudo, segundo Armando Boito Jr., é importante que se ressalte que: "*[...] a CUT não difere, no essencial, das intersindicais do período anterior a 1964 – MUT, PUI, PUA, CGT – tão criticadas pelos cutistas, uma vez que os seus órgãos de base são, fundamentalmente, os sindicatos oficiais*" [884].

Desde as suas origens, o "Novo sindicalismo" foi marcado pela negação do passado sindical do período pré-78 – especialmente do pré-64. Negação esta que, com todas as suas adjetivações, foi a base de suporte para esses "novos sujeitos" se auto-proclamarem representantes de um novo tipo de sindicalismo no país. Como argumentou Iram Jácome Rodrigues: "*A realização deste congresso representou uma vitória significativa dos 'combativos' na luta para sair na frente e ocupar o espaço político, criando sua própria central sindical tendo, a partir daí, um organismo nacional para veicular suas propostas tanto políticas quanto sindicais*" [885].

Esse distanciamento foi buscado tanto pela negação às práticas sindicais que antecederam a criação da entidade bem como pela crítica à estrutura sindical oficial vigente no país. Durante os seus primeiros anos, a CUT lançou, principalmente em seus estatutos e resoluções, duras críticas ao sindicalismo pelego e a estrutura sindical oficial. Como se pode ver no art. 6 (Liberdade e autonomia sindical) de seu estatuto de criação:

---

[883] Cf. Depoimento de José Abrahim, citado por: FREDERICO, Celso. **A esquerda e o movimento operário**: 1964/1974. v. 1. A resistência à ditadura, 1964/1971. São Paulo: Ed. Novos Rumos, 1987, p. 192-193.

[884] BOITO JUNIOR, op. cit. (1991a), p. 150.

[885] RODRIGUES, I., op. cit. (1997), p. 98.

> A CUT luta pela mudança da estrutura sindical brasileira, corporativista, com o objetivo de conquistar a liberdade e a autonomia sindicais. A CUT luta pela transformação dos atuais sindicatos em entidades classistas e combativas, organizados a partir de seus locais de trabalho. A CUT luta para construir novas estruturas e mecanismos capazes de possibilitar e garantir conquistas que sejam do interesse da classe trabalhadora. O sindicato pelo qual a CUT luta será organizado por ramo de atividade produtiva, será democrático e de massas [886].

E, depois, mais claramente ainda, nas resoluções aprovadas em seu III Congresso:

> A CUT foi construída pela classe trabalhadora, e só por ela, e sempre enfrentou uma feroz e intensa repressão por parte das classes dominantes. A CUT representa uma ruptura com o populismo sindical que manobrava as massas através de promessas assistencialistas e demagógicas para dar sustentação política ao governo. É uma ruptura com o reformismo que limita as reivindicações e conquistas aos limites permitidos pelo governo e pelos patrões. É uma ruptura com o peleguismo que vive à custa do imposto sindical, sob o manto do governo, e que dá as costas para a classe trabalhadora. Enfim, a CUT rompe com todas as formas de conciliação de classes que estiveram presentes nos momentos mais importantes da história brasileira deste século [887].

Analisando o discurso de seus anos iniciais, não é nenhum exagero dizer que a CUT representava a forma mais cabal da experiência do "Novo sindicalismo". Como se pode constatar, o discurso "radical" de *demolir*, *romper* com a estrutura sindical oficial e de atacar o "Velho sindicalismo", como um sindicalismo conciliador, colaboracionista e colecionador de uma série decisões equivocadas que em quase nada atenderam aos interesses reais dos trabalhadores, era uma constante nos documentos da CUT desde a sua fundação.

A CUT, assim como todos os sindicatos que faziam parte do "Novo sindicalismo" – cabe aqui destacar também o Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco –, pregava a ideia de um sindicalismo *linear* e *evolutivo*; e eles mesmos representavam a *novidade evolutiva* do sindicalismo brasileiro. Segundo os "novos sindicalistas", eles representavam uma "nova" e "melhor" fase do movimento sindical brasileiro, pois eles eram os que, pela primeira vez, defendiam genuinamente os interesses da classe trabalhadora [888]. Eles assim agiam porque faziam parte de uma classe trabalhadora jovem, nova no tempo e no espaço e, sendo assim,

---

[886] CUT, op. cit. (1983), p. 12.

[887] Id., III Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, **Resoluções**, Belo Horizonte (MG), 7 a 11 de setembro de 1988, p. 24.

[888] Uma importante característica do "Novo sindicalismo" foi a busca pela *ruptura total* com as atividades sindicais anteriores, ou melhor, a busca pela destruição do passado. Algo muito no sentido daquilo que Eric Hobsbawm chamou de "presentificação", ou seja, algo que, desvinculando a experiência do presente à das gerações anteriores, dissolve a memória histórica dos processos. Como ele argumentou: "*Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem com o passado*". HOBSBAWM, op. cit. (1995), p. 13.

livre das "fraquezas" dos "velhos sindicalistas" do pré-78, especialmente, do pré-64 [889]. Como o próprio Lula destacou:

> [...] os homens que estão todos aí, toda a cúpula do sindicalismo é composta por homens de antes de 64. Isso também define o pelego: o cara consegue se moldar a qualquer tipo de governo. [...] Não vivi bem a época de João Goulart, mas acho que ele ouvia muito dirigente sindical de gabinete, sem base popular [890].

É importante aqui destacar que essa ideia de que a CUT representava o rompimento com o "Velho sindicalismo" e o desmantelamento da estrutura sindical oficial não foi apenas apregoada pelos "novos sindicalistas", mas também por uma boa parte dos pesquisadores brasileiros. Foi o caso, por exemplo, de Vito Giannotti e Sebastião Neto, para quem, com o surgimento da CUT, "*[...] representantes de milhares de trabalhadores brasileiros se encontram, enfim, unidos sob a bandeira de* ***uma central sindical que nascia de uma cisão do velho sindicalismo conservador e retrógrado****, capitaneado pelos partidos comunistas e pelas federações e confederações de estrutura oficial*" [891].

Chegando ao final do I CONCLAT, os delegados presentes no evento decidiram fixar o dia 14 de outubro como a "data-limite" para a resposta do governo às reivindicações aprovadas no congresso. Terminado o prazo e não tendo sido atendida as reivindicações dos trabalhadores, a CUT deveria marcar, então, a data da "Greve Geral", tomando como referência o limite máximo do dia 25 de outubro de 1983 [892]. Nas palavras de Leôncio M. Rodrigues: "*[...] nem bem consolidada, a CUT já lançava um verdadeiro ultimato ao governo e se preparava, audaciosamente, para uma prova de fogo, como seria a organização de uma greve geral*" [893]. Tal greve não foi deflagrada. Apesar de esse fato não ter ocorrido, a sua simples aprovação durante o I CONCLAT já é por si só um fator de extrema importância e revela o teor de descontentamento e de combatividade dos líderes sindicais presentes nesse congresso. Como argumentou Walter Barelli: "*Apesar de todas as limitações, o movimento*

---

[889] Domingos Leonelli e Dante de Oliveira fizeram uma distinção entre os grupos que formavam o "Velho sindicalismo" e o "Novo sindicalismo". Enquanto que o primeiro era formado por indivíduos mais velhos, experientes; o segundo grupo era formado por indivíduos mais novos e, portanto, de ímpeto mais rebelde. Segundo os autores, uma das principais preocupações do governo brasileiro foi evitar a união entre esses dois grupos. Na visão dos militares: "*A articulação internacional, a experiência política, o culto a valores como a paciência, a tolerância, a visão estratégica, a clareza quanto às necessidades de alianças dos velhos sindicalistas comunistas não poderiam se juntar ao ímpeto rebelde, ao desassombro, à coragem e ao vigor combativo da jovem classe trabalhadora [...]*". LEONELLI, Domingos; OLIVEIRA, Dante de. **Diretas já**: 15 meses que abalaram a ditadura. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 226.

[890] NAPPT/SP, op. cit. (1981), p. 29.

[891] GIANNOTTI; NETO, op. cit. (1990), p. 10.

[892] CUT, op. cit. (1983), p. 9-10.

[893] RODRIGUES, op. cit. (1990a), p. 8.

sindical viveu anos de afirmação e construiu uma imagem de compromissos com os interesses de seus representados" [894]. Como se vê, mais uma vez, o "Novo sindicalismo" levantou sua bandeira de luta – mais no sentido de uma "bandeira de agitação" do que um plano a ser efetivamente levado à prática. Mas, enfim, independentemente se "discursivo" ou não, os trabalhadores e líderes sindicais não estavam calados, amorfos e passivos diante da realidade do país. Por diversas vezes, eles denunciaram, ameaçaram e bateram de frente com a ditadura.

Analisando as greves ocorridas no ano de 1983 em Pernambuco percebes-se que elas tiveram, grosso modo, uma natureza diferente dos anos anteriores. As duas principais paralisações desse ano (a do dia 18 de maio e a dia 21 de julho) podem ser definidas como greves de luta contra o desemprego. A ênfase de reivindicações acha-se na readmissão e estabilidade dos trabalhadores. Mesmo o Sindicato dos Metalúrgicos – que era a entidade mais combativa do período – não fugiu à regra. Sua luta se desenvolveu num gigantesco esforço para manter mobilizado os trabalhadores desempregados, tanto em função de direitos trabalhistas, não pagos por ocasião da dispensa, como na luta principal contra o desemprego.

5.6. 1984: greves em meio ao crepúsculo dos deuses

O ano de 1984 foi marcado pelo movimento das Diretas-Já, mobilização popular que reivindicava a aprovação de uma emenda no Congresso Nacional que reestabelecesse as eleições diretas para presidente. Comícios e manifestações realizadas durante a campanha se confundiram com as diversas greves espalhadas pelo país. Era o último suspiro do regime civil-militar.

Embora o ano de 1984 tenha apresentado uma ligeira melhora econômica em relação aos quatro anos anteriores, o país ainda apresentava um forte quadro recessivo (e repressivo), com altos índices de desempregos e inflação galopante. As greves ocorridas neste ano devem ser compreendidas tendo-se isso em vista. Em Pernambuco, quatro fatos marcaram o "Novo sindicalismo" no ano de 1984 (último ano de vigência do regime civil-militar no país): primeiro, a deflagração do movimento "seca-pneu"; segundo, a greve dos professores da rede particular de ensino – a primeira greve deste ano que envolveu toda uma categoria profissional; terceiro, a greve dos médicos e dos residentes; e, por fim, a greve dos professores e servidores da UFPE e da UFRPE. Cabe destacar que durante o ano de 1984 também houve movimentação por iniciativa do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco – carro chefe do "Novo sindicalismo" dessa região. Entretanto, uma vez que esse ano,

[894] BARELLI, op. cit. (1990), p. 10.

igualmente como o ano anterior, foi marcado pelo alto índice de desemprego, uma das formas mais constantes de luta dessa entidade foi a questão trabalhista, isto é, a tentativa do sindicato de pressionar os empresários a pagarem as indenizações devidas aos trabalhadores [895].

No dia 7 de abril de 1984, diversos motoristas profissionais que se encontravam desempregados na RMR deflagraram um movimento – intitulado de "seca-pneu" – para protestar contra a situação social em que viviam. Segundo relatos do JC e do DP, em poucas horas, o movimento conseguir modificar a rotina do centro do Recife. De um lado ou de outro, se via pessoas correndo, ônibus parados, atravancando o trânsito e deixando na rua centenas de pessoas. Lojas, bancos e repartições públicas foram fechados e, em instantes, a capital pernambucana tinha se transformado em um imenso "formigueiro" [896].

O Batalhão de Choque da Polícia Militar interveio no movimento, efetuando 34 prisões, entre motoristas, cobradores, líderes sindicais e desempregados de outras categorias no geral. A extrema força utilizada pelo governo, ou no dizer dos militares, as "ações enérgicas das forças da ordem", fez com que diversos moradores vaiassem das janelas e das varandas de seus apartamentos a postura e a repressão policial [897].

É importante aqui destacar que o movimento não contou com a participação e apoio do Sindicato dos Motoristas. Este tinha proposto à categoria, em assembleia, no dia anterior à deflagração do movimento, a negociação e o diálogo sem tumulto com o governo e os patrões. Como argumentou Sebastião Lobo de Oliveira, secretário do STTREPE: "*O Sindicato dos Motoristas não apóia a atitude dos motoristas desempregados que, revoltados com as empresas de transportes coletivos, vêm resolvendo paralisar e furar os pneus dos veículos impedindo a circulação dos transportes no centro da cidade*" [898].

Como já foi anteriormente mencionada, a primeira greve, ocorrida no ano de 1984, que envolveu toda a categoria foi a dos professores da rede particular de ensino. Em diversas ocasiões durante o mês de maio do referido ano, os professores reuniram-se com os donos dos colégios para que fossem atendidas algumas reivindicações da categoria. Dentre elas estavam o aumento de 100% do INPC para todos os professores, tendo como metas secundárias e importantes o abono de 30% durante o mês de julho, como uma forma de compensar a perda

[895] Um dos casos de paralisação dos metalúrgicos no ano de 1984 que mais nos chamou a atenção aconteceu, por exemplo, na Indústria Volnor, onde dezenas de funcionários demitidos – juntamente com alguns líderes do Sindicato dos Metalúrgicos – acamparam, por diversos dias, em frente à fábrica, como forma de pressionar os diretores a pagarem as indenizações devidas. Demitidos da Volnor dormem frente à fábrica. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-5, 18 out. 1984.

[896] Desempregados param o trânsito no Centro. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-4, 7 abr. 1984.

[897] Motoristas deflagram "operação seca-pneu". **Jornal do Commercio**, Recife, p. 9, 7 abr. 1984.

[898] Ibid.

de reajuste salarial; pagamento de atividades extraclasse; estabilidade no emprego; acesso livre da diretoria do sindicato às escolas para reuniões com a categoria; formação de comissões por escola, com direito à estabilidade e indenização de um mês de salário para cada ano de trabalho, no ato da demissão etc. [899].

Vendo todas as suas reivindicações serem negadas, a diretoria do Sindicato dos Professores começou a entregar panfletos e boletins nas escolas, convocando os professores para a assembleia geral no dia 1° de junho para tratar da paralisação da classe [900]. A declaração do presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Secundário de Pernambuco, José Gomes Santiago, era que as reivindicações dos trabalhadores não poderiam ser atendidas devido à crise aguda que atingia o setor de educação privado de Pernambuco. Em suas palavras: "*Se não houvesse crise, atenderia às reivindicações dos professores*" [901].

No dia 1° de junho, sob a mediação da DRT, cerca de 500 professores reuniram-se em assembleia e decidiram por unanimidade pela deflagração da greve da categoria no Estado de Pernambuco – 25 mil professores de 800 escolas particulares –, de acordo com a Lei n° 4.330/64. Uma vez que a greve estava se dando em consonância com a legislação em vigor, os grevistas tiveram que respeitar os prazos legais, podendo paralisar as atividades apenas a partir do dia 4 de junho.

A diretoria do sindicato dos professores distribuiu uma carta aberta à população, explicando as razões do movimento, seus objetivos e pedindo apoio e compreensão dos pais de alunos e de todos os segmentos da sociedade civil [902]. Uma das primeiras entidades que manifestou apoio aos professores em greve foi a Comissão de Justiça e Paz da AOR:

> [...] o justo movimento dos professores, resultante da intransigência patronal em negociar as reivindicações necessárias, não é apenas por melhores salários, mas também em defesa da qualidade de ensino, pela democratização da escola, contra a atitude de uma minoria intransigente que quer fazer da Educação produto de supermercado [903].

Decretada a greve no dia 4, cerca de 90% das escolas particulares do Estado paralisaram suas atividades. Em Olinda, o índice de paralisação atingiu 100% das escolas e, no Recife, todos os grandes colégios aderiram à greve. Segundo informou o comando da greve, somente pequenas unidades de ensino, localizadas na periferia da cidade, funcionaram

---

[899] Professor firme na proposta. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 7, 27 mai. 1984.

[900] Professores ameaçam entrar em greve a partir de hoje. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-17, 27 mai. 1984.

[901] Donos de colégios dizem que não podem atender a mestres. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-4, 1 jun. 1984.

[902] A nota oficial do Sindicato dos Professores pode ser vista, na íntegra, no Anexo XVII.

[903] Greve tem adesão de 25 mil mestres. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-4, 2 jun. 1984.

com a frequência reduzida. No dia seguinte à deflagração do movimento, os professores realizaram passeata pelas ruas do centro da cidade, com carros de som, batucadas e apitos, distribuindo panfletos e exibindo faixas com as suas principais reivindicações.

Durante o desenrolar do movimento, a situação que causou maior apreensão ocorreu no Colégio Santa Maria, quando, no primeiro dia da greve, a diretora da instituição chamou a policia e o DOPS para conter os grevistas que realizavam piquete em frente ao colégio. Segundo relatos do JC, o incidente culminou com a apreensão do carro de som utilizado pelos profissionais paralisados, a prisão de três professores e até ameaça de morte contra os grevistas, pois o delegado do DOPS, na ocasião, acabou empunhando a arma na frente de crianças, direcionando-a aos mestres [904].

No mesmo dia em que foi deflagrada a greve, o sindicato dos professores enviou o processo ao TRT com o objetivo de instaurar o dissídio coletivo. No dia seguinte foi realizada a audiência de Conciliação e Instrução (primeira etapa do processo de dissídio), no TRT. Nesta audiência, uma vez que não houve acordo entre as partes, ficou decidido pela extensão da greve até o julgamento do dissídio coletivo (decidido para o dia 11 de junho) [905].

No dia 11, em sessão plenária, foi realizado o julgamento do dissídio coletivo. Na ocasião, o TRT negou a concessão do reajuste com base no INPC integral, mas atendeu várias outras reivindicações, entre as quais o reajuste salarial de 68,4% e a estabilidade de emprego durante o ano letivo para os mestres [906]. Segundo os líderes do movimento, esta última reivindicação foi a maior conquista obtida com o dissídio, inclusive porque garantia a todos aqueles que participaram da greve a segurança de que não seriam punidos com a demissão, conforme haviam ameaçado alguns diretores de colégios [907]. Após a decisão do TRT, os professores realizaram, à noite, uma assembleia geral, decidindo pela suspensão da greve [908]. No geral, os grevistas consideraram a decisão do TRT como uma vitória (parcial).

Reunidos em assembleia, no dia 8 de junho, os médicos do Estado de Pernambuco decidiram, por unanimidade, realizar uma greve de advertência, por 24 horas, no dia 19 do mesmo mês. Um dos grevistas revelou, em entrevista ao DP, por exemplo, que a greve poderia ser evitada, caso fossem atendidas as seguintes condições: a) cumprimento imediato do Decreto-lei 2.065, pelo Estado, para os servidores da FESP e FUSAM; b) equiparação

---

[904] Greve deixa 300 mil alunos sem aula. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 9, 5 jun. 1984.

[905] Mestres e patrões não chegam a acordo. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-9, 7 jun. 1984.

[906] Tribunal nega reajuste de 100% aos professores. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-8, 12 jun. 1984.

[907] Ibid.

[908] Mestres decidem suspender greve e manter luta. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 9, 12 jun. 1984.

salarial imediata do piso salarial dos médicos do Estado com os da FESP/FUSAM (os médicos das fundações e autarquias têm ordenados mais condignos); c) constituição imediata de uma comissão paritária de integrantes do sindicato com representantes do Governo do Estado para elaboração, dentro de 30 dias, de projeto de lei regulamentando a carreira do médico, e seu posterior encaminhamento ao Legislativo [909]. No dia 19, os médicos comparecerem ao local de trabalho, cruzaram os braços e atenderam apenas aos casos de urgência e/ou de emergência [910].

Uma vez que nenhuma das reivindicações foi atendida, "*[...] diante do descaso do Sr. governador Roberto Magalhães*" [911], os médicos paralisaram novamente as suas atividades no dia 4 de julho de 1984. Desta vez, por 48 horas, afetando 1.294 unidades de saúde da RMR. Neste mesmo dia, enquanto o governo lançava uma nota oficial – declarando que a greve não havia amparo legal e que "*[...] não estava disposto a decidir sob pressão*" [912] –, os médicos divulgavam uma "Carta aberta", mostrando os motivos da paralisação [913].

No dia 5 de julho, o governo divulgou, para os médicos grevistas, a proposta de criação de uma comissão paritária (que iria elaborar num prazo de 30 dias o projeto para a carreira do médico no Estado). Reunidos nesse mesmo dia à noite, em assembleia, os médicos decidiram pela aceitação da proposta do Governo e pelo não-prolongamento do movimento paredista. Com o fim da greve, a impressão que grande parte dos médicos teve foi a de uma vitória parcial, uma vez que a categoria conquistou melhores salários (e a aprovação de um plano de carreira), mas basicamente nada no que se refere às condições de trabalho [914].

No dia 12 de junho, os médicos-residentes do Estado de Pernambuco entraram também em greve, em adesão ao movimento nacional que tinha se iniciado desde o dia 30 de maio [915]. Diferentemente dos médicos do Estado que entraram em greve por apenas 48 horas, os residentes deflagraram a greve por tempo indeterminado.

No dia 13 de julho, 30 dias após o início do movimento, os residentes encaminharam um manifesto ao governador Roberto Magalhães, solicitando total e irrestrito apoio à

---

[909] Médicos farão greve de advertência no dia 19 por melhoria salarial. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-4, 9 jun. 1984.

[910] Médicos paralisam atividade, menos para caso de urgência. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-4, 20 jun. 1984.

[911] Greve de médicos começa ainda hoje. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 8, 5 jul. 1984.

[912] A nota oficial do governo pode ser vista, na íntegra, no Anexo XVIII.

[913] A carta aberta dos médicos pode ser vista, na íntegra, no Anexo XIX.

[914] Médico aceita proposta mas só em parte. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 8, 6 jul. 1984.

[915] Médicos-residentes aderem ao movimento nacional de greve hoje. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-8, 12 jun. 1984.

categoria [916]. Este apoio, como era de se esperar, acabou não acontecendo. Pelo contrário. Por ordem do governador, o INAMPS suspendeu, no dia 21 de julho, o pagamento da bolsa-salário dos residentes, como medida de pressionar o fim da greve [917].

Ao aproximar-se do quadragésimo dia de greve, os hospitais passaram a ameaçar os médicos-residentes com a demissão. Esse clima de "terrorismo" espalhou medo entre os grevistas e, mesmo diante da tentativa do comando de greve no sentido de convencer os residentes de que aquelas ameaças não passavam de um "blefe" do governo, não foi possível impedir que um número nada desprezível de grevistas retornasse às atividades. De fato, um duro golpe para o movimento, que começava a refluir de forma irreversível. No dia 30 de julho, após 49 dias em greve, os médicos-residentes realizaram uma assembleia geral e decidiram voltar às atividades no dia 1° de agosto [918]. Embora a greve tenha se desgastado devido ao tempo de sua duração – no final, o movimento contava apenas com uma minoria –, os residentes conseguiram algumas conquistas, entre as quais a elevação do valor da gratificação e o fim da dedicação exclusiva.

No dia 15 de maio de 1984, os professores da UFPE e da UFRPE entraram em greve, em adesão ao movimento grevista de nível nacional, que atingiu 22 das 24 universidades federais brasileiras e 35 mil professores. As principais reivindicações foram: melhores salários, condições de ensino e equiparação salarial entre as universidades. O seguinte pronunciamento de um dos líderes do movimento resume os motivos que levaram à greve:

> A paralisação atual dos professores e servidores técnicos e administrativos das universidades federais autárquicas desnuda no seu todo, e de uma maneira radical, o grande crime que se comete contra o povo brasileiro e que se não for contido, aniquilará o que ainda resta da universidade pública nacional. [...] Os dois eixos reivindicatórios da nossa paralisação – melhores salários e mais verbas para o pleno funcionamento das universidades – são unicamente considerados justos e oportunos pelo próprio Governo Federal. Entretanto apesar de concordar quanto à justeza de tais reivindicações, tem o Governo se conduzido de modo incompatível com o julgamento que ele próprio exprime [919].

A paralisação dos professores da UFPE e da UFRPE no ano de 1984 representou a quarta greve na história da categoria. A adesão em ambas as universidade foi unânime. Em entrevista ao JC, o próprio reitor da UFPE, George Browne, se disse surpreso com a questão

---

[916] O manifesto dos médicos-residentes pode ser vista, na íntegra, no Anexo XX.

[917] INAMPS tira bolsa dos residentes. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 10, 22 jul. 1984.

[918] Médicos decidem dar um ponto final à greve. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 8, 31 jul. 1984.

[919] Mestres vão em passeata até o Palácio. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 8, 13 jul. 1984.

da unanimidade, uma vez que os professores da Faculdade Direito eram os únicos que, em todas as greves deflagradas, sempre se colocavam à margem [920].

No dia seguinte ao inicio da greve, diversos vereadores declararam, na tribuna da Câmara Municipal do Recife, apoio e solidariedade ao movimento dos docentes. Na ocasião, vários políticos atacaram o governo, criticando enfaticamente o nível de ensino do país [921]. Em outra ocasião, o então prefeito da cidade de Olinda, José Arnaldo Amaral, disparou:

> O apoio que a greve vem recebendo dos mais representativos segmentos da sociedade brasileira é uma evidência da insatisfação que tomou conta do País diante da incontrolável alta dos preços, da inflação galopante, do arrocho salarial, da elevadíssima dívida social do País, dos elevados reajustes dos aluguéis e da casa própria e de outros males que vêm infelicitando a vida da Nação com pesados ônus à classe trabalhadora. Como conseqüência da política recessiva que o Brasil está vivendo, o desemprego alcança níveis alarmantes [922].

No dia 22 de maio, os servidores da UFPE e da UFRPE (cerca de 4.700 funcionários) paralisaram, por tempo indeterminado, as suas atividades, em solidariedade ao movimento grevista de nível nacional dos docentes e em defesa das seguintes reivindicações: reposição salarial de 64,8% a partir do mês de janeiro; reajuste semestral de 100% do INPC a partir do mês de julho – piso salarial de três salários mínimos – e verbas para educação [923].

Com faixas, panfletos, cartazes e auxiliados por carro de som – com a participação de pais, alunos, políticos etc. –, diversos atos públicos e passeatas foram realizados pelas ruas do centro do Recife no decorrer da greve dos professores e servidores da UFPE e da UFRPE. Em um destes atos (o primeiro ocorrido), um professor/grevista destacou: "*[...] o objetivo do Ato Público é criar uma mobilização nacional e levar à opinião pública o conhecimento e contato direto com os mestres e as péssimas condições a serem denunciadas*" [924]. Em outro ato, de amplitude maior, foi divulgado, inclusive, uma nota oficial dos alunos dessas universidades, exigindo o retorno às aulas e o atendimento às reivindicações dos mestres e funcionários [925].

Conforme relataram o JC e o DP, na entrada do segundo mês de greve – como era de se esperar devido ao seu longo período de duração –, as dificuldades financeiras dos grevistas começaram a pesar sobre o movimento. Há dois meses sem receber salários, muitos grevistas estavam passando, de fato, privações. Como medida de atenuar este fato e dar prosseguimento

---

[920] Mestres da rural firmes na greve. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 8, 17 mai. 1984.

[921] Ibid.

[922] Greve é reflexo da política econômica. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 8, 24 jul. 1984.

[923] Servidor da UFPE paralisa atividades. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 8, 22 mai. 1984.

[924] Mestres da rural não engrossa as fileiras. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 8, 23 mai. 1984.

[925] A nota dos estudantes pode ser vista, na íntegra, no Anexo XXI.

ao movimento, a comissão de greve procurou apoio financeiro de vários segmentos da sociedade. Como aconteceu, por exemplo, no dia 30 de julho, quando os líderes do movimento conseguiram arrecadar 900 cestas básicas para serem distribuídas entre os grevistas (especialmente, para os servidores) mais necessitados. Segundo um grevista:

> A campanha de arrecadação de donativos para o fundo de greve prosseguirá enquanto durar o movimento paredista e, dependendo dos recursos a serem obtidos, poderá atingir funcionários de níveis mais elevados que, em função do corte de verbas para o pagamento dos salários, enfrentam também dificuldades financeiras [926].

No dia 6 de agosto, os servidores da UFPE e da UFRPE voltaram ao trabalho. Como foi destacado: "*Estamos interrompendo o movimento. Se o trabalho da Comissão não surtir os efeitos desejados pela categoria, voltamos à greve*" [927]. No dia seguinte, após a realização de uma prolongada assembleia, os professores da UFPE e da UFRPE decidiram acatar a decisão do Comando Nacional de Greve em encerrar a greve. É importante ressaltar que essa decisão não foi aceita unanimemente. Durante a assembleia, muitas manifestações de desânimo foram registradas, com comentários do tipo: "*[...] como vamos voltar a dar aulas, coagidos e sem obter o atendimento um item sequer de nossa pauta de reivindicações?*" [928]. Em contrapartida, muitos docentes – a maioria – colocaram que a categoria saia da greve de cabeça erguida, com a consciência tranquila de ter enfrentado uma luta em que foram derrotados pela força, pela imposição, pela coação. Como discursou um professor/grevista:

> O corte dos salários foi mais que uma demonstração de força, foi uma imposição desumana. [...] Não havia mais condições de sustentar a paralisação, diante do desgaste físico e emocional dos paredistas e da intransigência do MEC, que cortou todas as possibilidades de negociação direta [929].

Tanto no que se refere aos servidores quanto aos professores, não houve conquistas salariais com a deflagração da greve de 1984. Os resultados mais positivos desse movimento foram: em primeiro lugar, o fato de, ao paralisar as aulas de cerca de 20 mil alunos, criticarem enfaticamente o governo, denunciando à sociedade os salários achatados, a estrutura de ensino e pesquisa obsoleta e incompatível com as exigências do período; e, em segundo lugar, o fato de ter se constituído na greve urbana mais longa de Pernambuco (84 dias – 15/05 a 07/08), desde o surgimento do "Novo sindicalismo" nessa região, em 1979.

---

[926] Grevista recebe cesta alimentar. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-10, 31 jul. 1984.

[927] Servidor volta ao trabalho 2ª feira. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-10, 3 ago. 1984.

[928] Professores sustam movimento paredista e voltam às aulas. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-4, 7 ago. 1984.

[929] Ibid.



(Figura XII – Sinais de novos tempos?: PT lança Humberto Costa à prefeitura do Recife. Fonte: Diário de Pernambuco, ago. 1992).

Capítulo **6**

PARA ONDE CAMINHOU O "NOVO SINDICALISMO" URBANO DE PERNAMBUCO?

Pois aquele garoto
Que ia mudar o mundo
Mudar o mundo
Agora assiste a tudo
Em cima do muro
Em cima do muro...
(*Ideologia*, Cazuza, 1988)

O fim do regime civil-militar em 1985 e a ascensão da chamada "Nova República" trouxeram consigo uma significativa alteração nos rumos do movimento sindical urbano de Pernambuco. Enquanto que, por um lado, esse novo quadro político significou a entrada de novas categorias às atividades grevistas (bancários, jornalistas, gráficos, telefonistas, trabalhadores na indústria da borracha etc. [930]) e a posse dos grupos de "oposição" em diversos sindicatos da região, por outro lado, representou o início do arrefecimento de algumas lideranças sindicais. A partir desse período, "***A organização guerreira do sindicalismo teve seu fim***" [931].

Esse arrefecimento ocorreu, por exemplo, com o Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco e com a própria CUT que – a partir de 1985 (segunda fase do "Novo sindicalismo" em Pernambuco) [932], e, especialmente, no transcorrer da década de 1990 – passaram de uma política de "*confrontação*" para um sindicalismo de "*cooperação conflitiva*" [933]. Em outras palavras, passaram "*[...] a defender o sindicalismo propositivo dentro da ordem, e não propositivo no sentido de uma estratégia que tenha em seu horizonte a*

[930] CEAS. **Entidades sindicais de Pernambuco**. Recife: Gráfica Editora Ltda., 1988.

[931] O fim do velho sindicalismo. **VEJA**, São Paulo, n. 1.580, p. 100, 13 jan. 1999, grifo nosso.

[932] A comparação entre as duas épocas do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco e da CUT é ilustrativa sobre a mudança de curso do "Novo sindicalismo".

[933] RODRIGUES, Iram Jácome. O sindicalismo brasileiro: da confrontação à cooperação conflitiva. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: Fundação Seade, v. 9, n. 3, jul./set. 1995, p. 125.

superação da ordem" [934]. Essa transformação do movimento sindical foi exposta da seguinte maneira por um militante do período: "***Os tempos em que tínhamos um poder terrível acabaram***" [935].

Vimos no decorrer do trabalho que, em diversas ocasiões, a chapa de oposição "Zé Ferrugem" – eleita em julho de 1981 – pregou uma enfática crítica ao passado, tanto no que se refere à questão da legislação sindical vigente (ou melhor, da estrutura sindical oficial) quanto no que diz respeito às práticas "conciliatórias", pouco combativas, das diretorias do "Velho sindicalismo" e do regime civil-militar.

Entretanto, passados os anos de ditadura, a ideia das "novas lideranças", ou melhor, a retórica radical de acabar com a estrutura sindical oficial foi por água abaixo. O sindicalismo de Estado persistiu, continuou presente – como uma boa parte ainda hoje continua. Nas palavras de Antonia Colbari:

> O discurso agressivo, carregado de tonalidades políticas e ideológicas, foi cedendo espaço às falas mais reflexivas e pragmáticas, direcionadas às recentes mutações nas relações de trabalho, inclusive à premência do desemprego. As ações de confronto cederam terreno a uma prática mais negociativa e a estratégias propositivas [936].

A questão que se coloca, entretanto, é o que ocasionou essa mudança de postura dos "sindicatos mais combativos", até mesmo da própria CUT, em relação aos seus discursos mais radicais e inflamados, a partir do final da década de 1980? Segundo o nosso entendimento, para responder essa questão é preciso levar em consideração, de uma maneira geral, três principais fatores:

O *primeiro* diz respeito às mudanças econômicas (subcontratações e terceirizações, precarização dos vínculos de trabalho, internacionalização das redes produtivas, mudança na forma de organização das empresas etc.) ocorridas no Brasil, no final dos anos 80, especialmente, no decorrer dos anos 90 [937]. Como argumentou Marco Aurélio Santana:

> A abertura econômica, iniciada de forma abrupta, trouxe consigo o incremento do discurso da competitividade (agora em níveis internacionais) e precipitou a fechada economia brasileira na rede global. Tal processo incrementou a reestruturação das empresas e a incorporação de novos padrões produtivos, dificultando a ação sindical. Em muitos casos, isso se

[934] TUMOLO, Paulo Sérgio. **Da contestação à conformação**: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002, p. 135.

[935] O fim do velho... Op. cit., p. 101, grifo nosso.

[936] COLBARI, Antonia. Qualificação profissional e empregabilidade: novos desafios ao sindicalismo no Espírito Santo. In: RODRIGUES, Iram Jácome (Org.). **O novo sindicalismo**: vinte anos depois. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, p. 164.

[937] Para uma maior compreensão a respeito dessas mudanças, ver, entre outros: BOITO JUNIOR, Armando. **Politica neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.

> deu através da flexibilização e da precarização das relações de trabalho, reduzindo ainda mais o já diminuto setor formalizado do mercado de trabalho. Por seu turno, a estabilidade econômica diminuiu em muito a capacidade catalisadora do tema salarial, atenuando uma forte bandeira sindical. As privatizações contribuíram para o quadro ao reduzirem o número de contingente e o poderio sindical dos servidores públicos, um dos pilares de sustentação do sindicalismo da CUT, a maior e mais importante central sindical do país [938].

Com o fim do regime civil-militar, o país passou a enfrentar, de maneira cada vez mais crescente, enormes problemas na área econômica, como o aumento da inflação, do arrocho salarial e, principalmente, do desemprego. Todas essas questões tornaram, de fato, mais difíceis, a continuidade do movimento sindical de orientação mais "combativa" [939], e fizeram com que as concepções *conciliatórias* ganhassem mais força dentro dos sindicatos brasileiros (como ocorreu, por exemplo, com o Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco e com a CUT [940]). Nas palavras de João Paulo Lima e Silva, dirigente sindical daquela entidade sindical:

> [...] a categoria jogou com a greve como um instrumento de luta e de conquista. E nós fomos mobilizando a categoria, as Assembléias foram aumentando, aumentando e se criou um verdadeiro clima de efervescência na categoria. Tava tudo correndo tranquilamente. Mas aí a gente começou a ter problemas, porque embora a categoria tivesse respondendo muito bem, **havia um setor que era majoritário na diretoria e começou a avaliar, a querer apostar num acordo e não fazer mais a greve**. Começamos a perceber nas reuniões da direção, que havia um negócio que tinha mudado [941].

Ou seja, com o retorno à democracia (e a pregação do discurso da "conciliação"):

> [...] é evidente que as **correntes reformistas, conciliadoras**, que eram contrárias à greve, beneficiaram-se da desestruturação do sindicalismo de São Bernardo do Campo. Se acrescentarmos o fato de que a partir de 80 acentuou-se intensamente o quadro de crise e recessão, tem-se aí o porquê do refluxo do movimento grevista [942].

A partir deste período, a "flexibilização" da jornada de trabalho, a participação nos lucros e resultados das empresas, a discussão em relação às mudanças de gestão e organização do trabalho e a defesa/manutenção dos empregos tornaram-se prioridades da agenda sindical em detrimento à questão econômico-salarial. Segundo Iram Jácome Rodrigues:

---

[938] SANTANA, op. cit. (2007), p. 304.

[939] Como argumentou Sérgio Mendonça: "*[...] ainda que as lideranças sindicais posicionem-se claramente por um sistema centralizado e articulado no campo das negociações, a base material da economia e do mercado de trabalho [...] pressiona em outra direção: enfraquecimento do movimento sindical, fragmentação da estrutura, pulverização das negociações*". MENDONÇA, Sérgio Eduardo Arbulu. O Plano Real e as negociações coletivas. Há algo de novo? **Boletim do CESIT**. Campinas, SP: UNICAMP/Instituto de Economia, n. 2, nov. 1997, p. 6.

[940] Como destacou José Arlindo Soares: "*[...] o desencadeamento da crise econômica atingiu em cheio o setor metalúrgico de Pernambuco*". SOARES, op. cit. (1985), p. 194.

[941] GT SINDICAL DO CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS JOSUÉ DE CASTRO, op. cit.

[942] ANTUNES, op. cit. (1986), p. 71, grifo nosso.

> Esse fenômeno é responsável, em muitos aspectos, pelas mudanças que estão ocorrendo no interior do chamado novo sindicalismo, levando-o a abandonar a postura anterior, mais conflitiva – preponderante nos anos 70 e 80 –, por uma ação, nos dias de hoje, mais calcada no que poderíamos chamar de realismo defensivo. Ou seja, diante desse processo avassalador de mudanças, que coloca contra a parede o conjunto do movimento sindical, a saída possível seria uma forte dose de realismo nas negociações e ir deixando para trás a ideologização e politização exacerbada da política sindical anterior [943].

A entrevista de Luiz Marinho, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, por exemplo, elucida, de maneira mais clara, essa preocupação de grande parte dos sindicatos brasileiros, no decorrer da década de 1990, pela defesa/manutenção do emprego. Em suas palavras: "*As greves estão cada vez mais caras para os trabalhadores e para a empresa. [...] Se, o ABC [por exemplo,] faz uma greve [...] os modelos importados aumentam suas vendas. Diminui o mercado das indústrias do ABC, diminui a produção, diminui o emprego*" [944].

O *segundo* fator que, a nosso ver, ocasionou a mudança de postura dos "sindicatos mais combativos", a partir do final da década de 1980, foi de ordem *conjuntural* nacional e internacional. Foram eles:

a) Conjuntura nacional:
   - a Constituição de 1988, que, operando relativa democratização do meio sindical, trouxe significativas mudanças para o sindicalismo brasileiro;
   - a derrota de Lula às eleições de 1989, que fez com que a CUT começasse a atravessar uma situação de desânimo e certa desorientação;
   - a vitória de Fernando Collor de Mello, em 1989, quando as reformas neoliberais começaram a ganhar força no país (entre outras medidas, a abertura do mercado, desregulamentação das relações trabalhistas, flexibilização das contratações etc.);

b) Conjuntura internacional:
   - a emergência dos governos neoliberais, que, fundamentados sobre a perspectiva de predominância do mercado nas regras de concorrência internacional, trouxe inúmeras consequências para a economia mundial [945];

---

[943] RODRIGUES, Iram Jácome. A nova agenda sindical. In: NETO, Antônio Moreira de Carvalho; CARVALHO, Ricardo Augusto Alves de. (Orgs.). **Sindicalismo e negociação coletiva nos anos 90**. Belo Horizonte: IRT (Instituto de Relações do Trabalho) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 1998, p. 192.

[944] Greve agora só sai em "último caso". **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 16, 11 mai. 1997.

[945] Embora o neoliberalismo não tenha seguido os mesmos rumos em todos os países, na maioria dos casos, ele forçou os países a adotarem as seguintes medidas: "*[...] contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos*

- a derrocada do Leste Europeu, que deixou a esquerda numa situação defensiva e sem perspectiva de transformação social no curto prazo. Como setenciou Leôncio M. Rodrigues:

> A implosão dos regimes dos países do Leste europeu e a crise terminal das ideologias socialistas tornaram cada vez menos exeqüíveis a busca de soluções de tipo socialista e menos intelectualmente convincentes e politicamente mobilizadoras as palavras de ordem anticapitalistas. Esses fatores [...] reduziram as possibilidades de desenvolvimento de um sindicalismo socialista revolucionário, de luta de classes, que algumas correntes, no interior da CUT, pretendiam desenvolver [946].

O *terceiro* fator foi de ordem interna ao próprio sindicalismo. E dentro dessa questão, podemos apontar, de uma maneira geral, seis explicações:

Em primeiro lugar, como vimos no decorrer do trabalho, podemos apontar o fato de as lideranças "combativas" não terem sido majoritárias no movimento sindical urbano de Pernambuco. Segundo José Arlindo Soares, até mesmo no Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco (principal artífice do "Novo sindicalismo" nessa região), os trabalhadores de perspectiva mais "combativa" não se constituíram em maioria [947].

Mas, por que, mesmo tendo uma diretoria aos moldes do "Novo sindicalismo", nem todos os metalúrgicos pernambucanos partilharam dessa perspectiva "combativa" e "reivindicativa"? A nosso ver, a explicação pode ser encontrada no fato de que toda e qualquer mensagem produzida por algum indivíduo ou instituição é e/ou está cabível a desvios. A "eficácia" das mensagens não depende exclusivamente do emissor, mas também dos códigos de afetividade, costumes, ideologias, elementos histórico-culturais dos próprios receptores. Por isso, o efeito das mensagens não é unívoco. Mesmo mensagens similares podem ser interpretadas de maneiras diferentes, produzindo ações diferentes.

Essas considerações nos ajudam entender, de certa forma, o porquê de as mensagens produzidas pelos "novos sindicalistas" não terem sido aceitas e/ou assimiladas por todos os trabalhadores. A este respeito, Ilana Polistchuk e Aluizio Trinta destacaram:

> Um receptor costuma "reconhecer mensagens", no sentido de que as submete, para fins de interpretação, ao crivo referente aos valores sociais que defenda, ao grau escolar que possua, à experiência de vida que tenha e à

---

financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram gastos sociais. E, finalmente – esta foi uma medida surpreendentemente tardia –, se lançaram num amplo programa de privatização, começando por habitação pública e passando em seguida a indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água". ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 11-12.

[946] RODRIGUES, L., op. cit. (1990b), p. 27-28, grifo nosso.

[947] SOARES, op. cit. (1985), p. 206.

> lógica de raciocínio que habitualmente adote. Pelo recurso ao código, que em algum grau de domínio tem em comum com **o receptor, ele decodifica a mensagem; pelo exercício de seu repertório, ele a reconhece. Pela negociação mediadora, ele a dota de sentido** [948].

Com o fim do regime civil-militar – e as dificuldades socioeconômicas do final dos anos 80 –, o pouco número de "trabalhadores militantes" existentes acabou por revelar os reais limites para a continuidade de uma luta mais "combativa" no Estado de Pernambuco. A realidade mostrou a diversos líderes sindicais combativos que a continuidade da luta contra o governo e/ou os patrões requeria outras condições, além da simples boa vontade e disposição de luta. Com o passar do tempo – e a consequente diminuição dos trabalhadores e líderes mais "combativos" – a disposição de luta de algumas diretorias (como foi o caso, por exemplo, do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco) foi contrabalançada pela debilidade e condicionamentos da própria realidade.

Em segundo lugar, a falta de experiência das "novas lideranças" em conduzir uma entidade sindical. Como observou José Arlindo Soares:

> O primeiro problema enfrentado pelos novos dirigentes sindicais foi o de dominar a pesada máquina administrativa da entidade. Operários saídos da linha de produção, não tinham nenhuma experiência com os trâmites burocráticos do sindicalismo oficial. Com poucos quadros em tempo integral, a questão imediata era não se deixar envolver pela administração e perder o contato com os operários nas fábricas [949].

Em terceiro lugar, as divisões internas que acabaram acontecendo em grande parte dos sindicatos brasileiros e na própria CUT [950]. No caso específico do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco, José Arlindo Soares enfatizou:

> Uma parte da diretoria considerava que, para ganhar força junto aos trabalhadores e ao patronato seria preciso ir à luta até o fim e em conseqüência culminar com a decretação de uma greve. Um segundo grupo, temeroso das conseqüências de um movimento paredista em um início de gestão e temendo a intervenção no sindicato, procurava mostrar que a categoria ainda estava preparada para um enfrentamento mais forte com o patronato e com o Estado. Por intervenção na entidade naquelas circunstâncias jogaria por terra em caráter quase definitivo um paciente trabalho de organização dos trabalhadores e de conquista do sindicato [951].

No que se refere à CUT, podemos destacar que, passados os seus anos iniciais, as várias tendências político-ideológicas alojadas no interior da entidade passaram, de maneira

---

[948] POLISTCHUK, Ilana; TRINTA, Aluizio Ramos. **Teorias da Comunicação**: o pensamento e a prática da Comunicação Social. Rio de Janeiro: Campus, 2003, p. 147, grifo nosso.

[949] SOARES, op. cit. (1985), p. 194.

[950] No caso, por exemplo, do Sindicato dos Metalúrgicos, José Alves de Siqueira lembrou: "*A gente teve muita dificuldade mesmo interna. Não era fácil não*". Em entrevista já citada.

[951] SOARES, op. cit. (1985), p. 194.

cada vez mais crescente, a expor as suas divergências. No final dos anos 1980 e nos anos 1990 tornou-se comum vir a público as graves discordâncias internas da central, principalmente durante: eleições para renovação de diretorias sindicais; decisão acerca de participar ou não de acordos com os governos; decisão sobre encaminhamentos para realização de greves gerais ou mesmo greves localizadas; discussão a propósito de como efetivar a democracia sindical, entre outras questões.

Em quarto lugar, as dificuldades de condução e estratégia de luta dos sindicatos diante de um novo contexto histórico. Segundo Hélio da Costa: "*A ação pautada no carro de som e no boletim sindical distribuído na 'base' mostrou-se insuficiente para enfrentar o ritmo das mudanças no mundo do trabalho que ocorreriam na década seguinte*" [952].

Em quinto lugar, o fato de que, em sua grande maioria, os discursos bastante radicais dos "novos sindicalistas" eram fruto mais das circunstâncias que de suas convicções reais, ou seja, tinham mais o caráter de bandeira de agitação e propaganda que um plano de lutas a ser efetivamente levado à prática.

E em último lugar, um aspecto que foi levantado por Leôncio M. Rodrigues, a questão da *alta rotatividade das lideranças mais radicais ou combativas*. Segundo o autor, enquanto que os dirigentes "acomodados e servis" permanecem durante anos à frente da maioria dos sindicatos brasileiros, através dos conchavos e acordos com as autoridades governamentais e/ou o patronato, as lideranças mais radicais ou combativas – quando obtêm popularidade – logo tratam de candidatar-se para uma função no Legislativo ou no Executivo. Assim, como destacou Leôncio M. Rodrigues: "*[...] sem nenhuma intenção de crítica, cabe constatar q**ue a instituição sindical não tem conseguido segurar seus melhores quadros**. Obviamente, não há acumulação de experiência e formação de um corpo de lideranças legítimas, maduras e respeitadas*" [953].

Como se pode perceber, as mudanças (de ordem econômica, conjuntural e interna ao próprio sindicalismo), ocorridas no país, a partir da segunda metade da década de 1980, especialmente, no curso da década seguinte, levaram grande parte dos sindicatos brasileiros a um significativo descompasso entre o discurso e a prática.

Ao longo da leitura da bibliografia referente ao "Novo sindicalismo", tivemos a percepção de que esse momento histórico do sindicalismo brasileiro foi e é lembrado por uma

---

[952] COSTA, Hélio. O novo sindicalismo e a CUT: entre continuidades e rupturas. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). **Revolução e democracia (1964...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 622.

[953] RODRIGUES, L., op. cit. (1990b), p. 15, grifo nosso.

significativa parcela de autores como algo que (infelizmente) ficou no passado. Para eles, lembrar-se do "Novo sindicalismo" era como se lembrar de um grande amor (que tinha ficado para trás). Nas palavras de um ex-sindicalista dos anos 80: "*O sindicalismo de hoje [dos anos 90] vive só das glórias do passado*" [954]. Em geral, as análises a respeito do "Novo sindicalismo" foram mais românticas e entusiastas que reais.

Embora tenha evitado perdas ainda maiores nos salários dos trabalhadores durante a década de 1980, o "Novo sindicalismo" não mudou a situação da classe trabalhadora. Como destacou Marco Antônio de Oliveira: "*[...] a explosividade das greves dos anos 80 não trouxe alterações substantivas na distribuição de renda entre os assalariados, ainda que tenha evitado maiores perdas para os trabalhadores*" [955].

Com o presente trabalho, pudemos perceber o fato de que embora alguns sindicatos – como foi o caso, por exemplo, do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco e da própria CUT – tenham combatido enfaticamente, no início da década de 1980, a "estrutural sindical oficial" [956], acabaram por se organizar e se manter dentro dessa mesma estrutura. Esta avaliação foi feita, por exemplo, em 1992, quando da criacao da CNM:

> Mesmo com os avanços que obtivemos [...], não derrubamos ainda a velha estrutura, nem tampouco atingimos o grau de representação que signifique um salto de qualidade em nossas lutas [...]. Na prática não avançamos muito. As comissões sindicais de base continuam resumidas a algumas empresas de algumas bases de nossos sindicatos [...]. Por atuarmos dentro da estrutura oficialista, muitos dirigentes desenvolveram práticas que são absorvidas dentro dos limites da estrutura sindical oficial. As dificuldades para se implementar decisões no campo da estrutura organizativa da CUT, se contrapondo cada vez mais à estrutura oficial, estão na própria cultura corporativa dos nossos sindicatos [957].

A verdade é que o "Novo sindicalismo" acabou por se acomodar a quase tudo aquilo que um dia tinha combatido, mesmo que discusivamente. O depoimento de um ex-dirigente da CUT é revelador neste sentido:

> Nós nascemos para destruir a estrutura sindical, mas ao mesmo tempo foi ela que nos projetou como representantes dos trabalhadores. [....] Embora, colocando a conquista de espaços na estrutura sindical como um momento

---

[954] O fim do velho... Op. cit., p. 101, grifo nosso.

[955] OLIVEIRA, Marco Antonio de. Avanços e limites do sindicalismo brasileiro recente. In: MATTOSO, Jorge et al. **O mundo do trabalho**: crise e mudança no final do século. São Paulo: Scritta, 1994, p.509.

[956] A crítica à estrutura sindical oficial pode ser vista, por exemplo, na seguinte fala: "*A estrutura sindical brasileira [...] é totalmente inadequada. Não se adapta à realidade, foi feita de cima para baixo [...]. É preciso acabar com a contribuição sindical que atrela o sindicato ao Estado. A estrutura e a legislação sindical deveriam ser reformuladas como resultado das necessidades. O sindicato ideal é aquele que surge espontaneamente, que existe porque o trabalhador exige que ele exista*". Cf. Depoimento de Lula, citado por: NAPPT/SP, op. cit. (1981), p. 45.

[957] CNM/CUT. Nasce forte: Confederação Nacional dos Metalúrgicos, **Resoluções**, São Paulo, 1992, p. 12.

> tático no processo de construção de uma nova estrutura, adequada à nossa concepção de novo sindicalismo, aos poucos foi se dando unia acomodação a esta estrutura, sua dinâmica e seus valores como: a não presença da organização sindical nos locais de trabalho, burocratização do aparelho sindical e o autoritarismo da prática sindical. E a conquista dos sindicatos oficiais foi se tornando um fim em si [958].

A este respeito, Leôncio M. Rodrigues também destacou:

> Mesmo as tendências consideradas mais agressivas, mais à esquerda, atuam através dos sindicatos oficiais. É desse interior que buscam mobilizar os trabalhadores. No final, **apesar do discurso anticorporativo, toda a atuação prática das lideranças "combativas" e de esquerda acaba por resultar no fortalecimento do sindicalismo oficial e do corporativismo**, que suspeitamos, seja mais interessante controlar do que destruir [959].

De acordo com Armando Boito Jr., o principal motivo para a existência desse descompasso entre o discurso e a prática no "Novo sindicalismo" foi a permanência da estrutura sindical oficial. Pois, apesar de apregoarem a destruição do "Velho sindicalismo", **os** principais protagonistas do "Novo sindicalismo", "*[...] dirigentes, militantes sindicais e trabalhadores(as),* ***reinventam e recriam formas de organização e de mobilização*** *operária e sindical,* ***sem destruir as que lhes antecederam***" [960]. Ou seja, segundo Boito Jr., a razão decisiva para a "crise" do "Novo sindicalismo" foi a entrada e a utilização, pelas novas lideranças, da antiga estrutura sindical oficial [961].

Para o autor, (res)surgimento do movimento sindical no país – e, até mesmo, a CUT – se deu e se organizou, durante os seus primeiros anos, fora da estrutura oficial, mas, aos poucos, foi se integrando, ou melhor, se acomodando a essa mesma estrutura. Esse fato, por exemplo, foi reconhecido, anos depois, por um ex-dirigente nacional da CUT, em entrevista:

> [...] o debate sobre a estrutura sindical esteve presente na própria fundação da CUT. Na verdade, há um consenso de todas as posições que atuam na central de que, de uma certa medida a CUT se acomodou [...]. [No congresso de fundação em 1983], a CUT fez uma opção, entrar na estrutura sindical, rompê-la por dentro e não fez essa ruptura. Então, isto é importante colocar porque é o elemento de acordo, é o elemento de unidade [...]; os trabalhadores é que tem à tarefa de construir as suas próprias organizações, do modo e da maneira que eles acharem mais correta, isto todos nós defendemos [962].

---

[958] Cf. depoimento de Durval de Carvalho, citado por: BOITO JUNIOR, Armando. **O sindicalismo na política brasileira**. Campinas, SP: UNICAMP, 2005, p. 75.

[959] RODRIGUES, L., op. cit. (1990b), p. 25, grifo nosso.

[960] BLASS, op. cit. (1999), p. 37, grifo nosso.

[961] BOITO JUNIOR, Armando. Reforma e persistência da estrutura sindical. In: _____. (Org.). **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 68.

[962] SANTOS, Sergio Tadeu Rodrigues dos. **O (atual) debate sobre a reforma da Estrutura Sindical no Brasil**: a perspectiva do sindicalismo-CUT. In: 53ª Reunião Anual da SBPC, 2001, Salvador. 53ª Reunião Anual da SBPC – Universidade Federal da Bahia – 2001 – CD-ROM Anais/Resumos, 2001, p. 3-4.

Em relação a essa "acomodação"/"integração" das entidades sindicais e da CUT à estrutura sindical oficial, Marco Aurélio Santana destacou:

> Ainda que mantendo seu discurso crítico contra a estrutura sindical corporativa, o que ocorreu ao longo do tempo foi que a CUT caminhou para uma posição cada vez maior de adequação àquela estrutura. Em termos de sua orientação na defesa dos trabalhadores, o que se viu foi a migração de uma política de maior *confrontação*, que o caracterizaria desde a fundação, para uma outra de *cooperação conflitiva*, assumindo o que passou a se chamar de sindicalismo "propositivo" [963].

Se os "novos sindicalistas" – principalmente, na época em que eram "oposição" dentro dos sindicatos – criticaram, em diversas ocasiões, a estrutura sindical brasileira, por que, então, muitos deles ao assumirem a direção de suas entidades sindicais se utilizaram e fizeram parte de tal estrutura?

Segundo Armando Boito Jr., os "novos sindicalistas" nunca lutaram pela destruição total da estrutura sindical oficial, pois isso acarretaria o fim da tutela do Estado sobre os sindicatos. Com o fim dessa estrutura, os sindicatos ficaram totalmente livres – sem nenhuma "proteção" – do governo, ou seja, ficariam ao "Deus dará" [964]. Neste sentido, a luta dos "novos sindicalistas" nunca foi pelo fim dos sindicatos oficiais, pela destruição da estrutura sindical oficial, mas sim contra os "efeitos jurídicos tutelares" dessa estrutura (foi o caso, por exemplo, da eliminação do controle policial dos sindicatos, do monopólio do peleguismo sobre o aparelho sindical, da tutela das DRTs sobre as eleições sindicais, do controle governamental sobre as finanças dos sindicatos, da determinação dos reajustes salariais exclusivamente através dos decretos governamentais etc.).

Para ilustrar esse apego à figura do Estado, o autor citou, por exemplo, a luta dos funcionários públicos, durante os anos 80, pelo "direito de sindicalização". Um exemplo claro de líderes sindicais que não lutavam pela destruição da estrutura sindical, mas sim pela conversão de suas "associações" em sindicatos oficiais.

Como afirmou Boito Jr., quando os funcionários públicos falavam, no decorrer dos anos 80, em "direito de sindicalização", eles não lutavam por aquilo que já possuíam de fato e de direito: os sindicatos. Eles lutavam por aquilo que não possuíam: o atrelamento à tutela do governo. Ou seja, lutavam, enfim, para se enquadrar na estrutura oficial do Estado.

> A luta das associações de funcionários não é, portanto, uma luta pelo direito de sindicalização. *A sua revolta é contra o fato de terem sido condenadas à liberdade sindical: marginalizadas da tutela que o Estado exerce sobre o sindicalismo*. Não é para ir às massas, nem para combater a estrutura sindical

[963] SANTANA, op. cit. (2007), p. 294.

[964] BOITO JUNIOR, op. cit. (1991a), p. 113.

> "por dentro" [...]. É, como deixam ver na sua prática e no seu próprio discurso, para ter acesso à investidura, à unicidade e aos impostos sindicais. É porque consideram o sindicato de Estado uma forma de organização superior à organização autônoma dos trabalhadores [965].

Como se pode perceber, embora inúmeros líderes sindicais tenham proferido, em diversas ocasiões, a destruição da estrutura sindical oficial, na prática, eles não almejavam isso. A total liberdade sindical lhes dava um vazio amedrontador. O que eles queriam, na verdade, era a mais pura e simples reforma da estrutura sindical aos seus desígnios. Decorre daí, segundo Boito Jr., a longevidade dessa estrutura sobre o sindicalismo ainda hoje.

Para finalizar este capítulo, cabe ressaltar o evento, ocorrido no final dos anos 1980, que simbolizou a entrada, definitiva, das entidades sindicais combativas e da CUT à estrutura sindical oficial: a promulgação da Constituição Federal de 1988. Esta ao mesmo tempo em que consolidou algumas conquistas dos trabalhadores, tais como:

- o fim do poder do Ministério do Trabalho de interferir nos assuntos internos dos sindicatos;
- o fim das intervenções nos sindicato;
- o direito dos trabalhadores de entrarem em greve, com certas restrições com relação às assim chamadas "atividades essenciais";
- o direito dos funcionários públicos de se organizarem em sindicato;
- o direito dos trabalhadores de elegerem representantes em seus locais de trabalho nos estabelecimentos com duzentos ou mais trabalhadores.

Ainda manteve:

- a unicidade sindical;
- o poder normativo da Justiça do Trabalho;
- e o imposto sindical compulsório [966].

A vitalidade do imposto sindical é, a nosso ver, o exemplo clássico da contradição vigente no "Novo sindicalismo" entre o *discurso* e a *prática* e revela claramente a existência de um **vínculo de permanência** entre o "novo" e o "velho" sindicalismo [967].

---

[965] BOITO JUNIOR, op. cit. (1991a), p. 106.

[966] Sobre a permanência dessas questões, ver os art. 8° (incisos I, II e IV) e art. 114. BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.

[967] A discussão acerca do imposto sindical até hoje não é homogêna. Uns propõem a extinção imediata; alguns a extinção progressiva; e outros (a maioria) sua plena utilização, uma vez que se o dinheiro é aplicado de forma a atender os trabalhadores não há razão para sua extinção. Para uma boa discussão a esse respeito, ver: GOMES, Angela Maria de Castro; D'ARAÚJO, Maria Celina. A extinção do imposto sindical: demandas e contradições. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, p. 317-352, 1993.

Como já ressaltamos ao longo do trabalho, durante o início dos anos 80, a existência do imposto sindical era motivo de repúdio ou de crítica por diversos líderes sindicais. O próprio Lula, por exemplo, chegou a declarar, em certa ocasião, que o imposto sindical tinha acomodado completamente o sindicalismo brasileiro. Para ele, a verdadeira fonte de recursos do sindicato deveria ser mesmo a categoria:

> A estrutura sindical não prevê trabalhadores se colocando em movimento, mas paralisados com o paternalismo do Estado. Quando reivindicam, os operários se defrontam com uma estrutura fascista, antiquada. **Os líderes sindicais deveriam lutar para acabar com o imposto sindical**, para que os próprios trabalhadores sustentassem diretamente os sindicatos. É o imposto que liga os sindicatos ao governo [968].

Com o decorrer do tempo, o que se viu, entretanto, foi a permanência e a transformação desse imposto em um "mal necessário" para a própria vida dos sindicatos [969]. Como revelou Heloisa de Souza Martins:

> Quando interrogados a respeito da Contribuição Sindical [imposto sindical], os líderes sindicais destacaram a importância do imposto para a sobrevivência econômica dos sindicatos, principalmente porque permite o atendimento dos trabalhadores e a ampliação do patrimônio da entidade. Um dos entrevistados considera o imposto tão bom e tão importante, chegando a propor a sua reversão total aos sindicatos. Mesmo os poucos que lhe são contrários, referem-se a ele como um "**mal necessário**", dadas as condições do sindicalismo brasileiro [970].

Enfim, se o "Novo sindicalismo" não conseguiu avançar em diversas ações a que se propôs. Ainda assim, teve, inegavelmente, o mérito de ter colocado os trabalhadores e os sindicatos à cena política do país, em fins da década de 1970 e início de 1980.

---

[968] NAPPT/SP, op. cit. (1981), p. 184, grifo nosso.

[969] Em pesquisa já citada anteriormente realizada pelo CEDEC, 63,9% dos dirigentes sindicais urbanos de Pernambuco responderam, por exemplo, que o seu sindicato não conseguiria sobreviver sem o imposto sindical. SOARES, op. cit. (1984), p. 119.

[970] SOUZA MARTINS, op. cit. (1979), p. 178, grifo nosso.



(Figura XIII – O ministro e o trabalhador. Fonte: Charge. **Jornal do Commercio**, 17 mai. 1978).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Meu pai sempre me dizia
Meu filho tome cuidado
Quando eu penso no futuro,
Não esqueço o meu passado
(*Dança da Solidão*, Paulinho da Viola, 1972)

No final da década de 1970, ao mesmo tempo em que o regime civil-militar apresentava um crescente quadro de crise econômica, social e política, e até mesmo de legitimação diante de significativas parcelas da sociedade, despontava à cena política diversos movimentos sociais no país.

No fluxo desses movimentos, diversos trabalhadores passaram também a assumir uma postura mais combativa e reivindicativa em relação aos patrões e ao governo. Durante esse período, dois locais foram considerados chave para a luta da classe trabalhadora: de um lado, o interior das empresas, onde, apesar de todos os limites impostos, os trabalhadores conseguiram – através de uma atuação clandestina – manter acesa a luta da categoria; de outro, a própria entidade sindical, que passou a ser considerada como um importante espaço político a ser (re)conquistado pelos trabalhadores. Um exemplo dessa questão foi a significativa parcela de trabalhadores que passou a participar mais ativamente das reuniões, plenárias e assembleia dos sindicatos, em outras palavras, da vida da entidade.

A atitude desses trabalhadores começou, de fato, a dificultar o tranquilo trabalho dos dirigentes "pelegos". Há anos, essas lideranças não ouviam falar em greves, agitações de ruas etc. Muito deles se perguntavam por que os trabalhadores, que eram, até então, ordeiros, silenciosos, produtivos e felizes, passaram a exigir melhores salários, um desempenho mais audacioso dos sindicatos e uma tomada de posição condizente com os reais anseios e problemas da categoria representada. Como é que podia haver trabalhadores exigindo a prestação de contas do sindicato, ditando regras de comportamento, pressionando lideranças, reivindicando uma melhor atuação sindical, andando pelas ruas pregando esse tal de "Novo sindicalismo"? E, para aumentar ainda mais a insônia e a intranquilidade desses dirigentes, existiam, nesse momento, também, trabalhadores montando e inscrevendo chapas de oposição para as eleições sindicais. Para muitos desses líderes, tudo o que estava acontecendo era, de fato, um absurdo, sinal de maus tempos.

Após um trabalho árduo, que incluiu centenas de expurgos, espionagem, prisões, torturas, campanhas de difamação, perseguições arbitrárias, censura e assassinatos, muitos sindicatos foram tomados das mãos de dirigentes acomodados e passaram a ter um novo rumo, mais combativo, reivindicativo e representativo da base.

Embora a historiografia brasileira tenha dado ênfase à atuação dos trabalhadores e dos líderes sindicais do eixo RJ-SP, no final da década de 1970 e início de 1980, é fundamental ressaltar que, em diversas partes do país, inúmeros trabalhadores se organizaram e se mobilizaram contra os patrões e/ou ao governo. Como foi o caso, de uma parcela significativa de trabalhadores urbanos do Estado de Pernambuco. Nessa região, mesmo com o cerco montado pela ditadura, percebem-se, principalmente, a partir de 1979, importantes mobilizações, passeatas e greves, em um processo que envolveu um conjunto de posicionamentos e práticas diferenciadas em relação às lideranças sindicais anteriores.

Desconfiados do discurso desses indivíduos – que pregavam estar construindo um "Novo sindicalismo" –, pudemos observar que, como todo e qualquer processo histórico, as suas atuações não foram livres de dilemas e de contradições. Houve um significativo descompasso entre o discurso e a prática. A fabulação de Gabriel García Márquez, por exemplo, serviu-nos de alerta e de lição. Assim como a postura tenaz da St. Sofia de La Piedad, o olhar do historiador não pode se enganar com a aparência da realidade. Ele deve, a despeito da normalidade das coisas, objetos e situações, procurar tecer um olhar inquietante e de indagação acerca do real, sobre seu objeto de estudo, perseguindo, assim como a St. Sofia, o simulacro até o flagrante. Já dizia o autor:

> Os únicos casos de classificação impossível eram os de José Arcadio e Aureliano Segundo. Foram tão parecidos e travessos durante a infância que nem a Santa Sofia de la Piedad os podia distinguir. No dia do batizado, Amaranta colocou neles as pulseiras com os respectivos nomes e vestiu-os com roupas de cores diferentes, marcadas com as iniciais de cada um, mas quando começaram a ir à escola, optaram por trocar a roupa e as pulseiras e a se chamarem eles mesmos com os nomes ao contrário. O mestre Melchor Escalona, acostumado a conhecer José Arcadio Segundo pela camisa verde, perdeu as estribeiras quando descobriu que este trazia a pulseira de Aureliano Segundo, e que o outro dizia que se chamava, entretanto, Aureliano Segundo, apesar de vestir a camisa branca e trazer a pulseira marcada com o nome de José Arcadio Segundo. A partir daí não se sabia mais com certeza quem era quem. Mesmo quando cresceram e a vida os tornou diferentes, Úrsula continuava a se perguntar se eles mesmos não teriam cometido um erro em algum momento do seu intrincado jogo de equívocos e não teriam ficado trocados para sempre. Até princípios da adolescência, foram dois mecanismos sincrônicos. Acordavam ao mesmo tempo [...] e até sonhavam as mesmas coisas. Em casa, onde se acreditava que coordenavam os seus atos pelo mesmo desejo de confundir, ninguém percebeu a realidade até que um dia Santa Sofia de la Piedade deu a eles um

> copo de limonada e este demorou mais [...] do que o outro para dizer que estava faltando açúcar. **O tempo acabou de desarrumar as coisas** [971].

Com tais ensinamentos em mente, começamos a perceber que, embora os "novos sindicalistas" tenham falado, inúmeras vezes, em meio à radicalidade do período, em romper com a estrutura sindical oficial, criada durante o primeiro governo Vargas, e com o "Velho sindicalismo" (1945-1964), o "Novo sindicalismo" permaneceu sob a condição de "sindicalismo de Estado" e com inúmeras estratégias de ação grevista dos "velhos sindicalistas". Assim, longe de marcar uma *ruptura* na história do movimento sindical brasileiro, procuramos mostrar que o "Novo sindicalismo" escondeu, no fundo, diversas linhas de *mudanças* e de *continuidades* com o passado.

[971] GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. **Cem anos de solidão.** 48. ed. Rio de janeiro: Record, 2000, p. 166, grifo nosso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Periódicos

Diário de Pernambuco (DP), 1978-1984.

Folha da Manhã (FM), 1937-1945.

Jornal do Commercio (JC), 1978-1984.

Periódicos avulsos

As conseqüências de um erro. **VEJA**, São Paulo, n. 396, 7 abr. 1976.

A revolução apresenta o programa de governo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 6-7, 14 ago. 1964.

A questão operária. **VEJA**, São Paulo, n. 471, 14 set. 1977.

BENEVIDES, Maria Victoria. Getúlio Vargas e os partidos: um caso de sedução política. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 9, 17 abr. 1983.

Biocombustível é assunto de soberania nacional, diz Lula. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 17 jul. 2007.

CARDOSO, Fernando Henrique. Ainda a greve. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 7 mai. 1980.

_____. Os trabalhadores e a democracia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 mai. 1978.

Comerciários reivindicam 60% no mês de julho. **Jornal do Commercio**, Recife, 3 mai. 1978.

Docentes decidem encerrar a greve. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 dez. 1982.

Efeitos da negociação. **VEJA**, São Paulo, n. 524, 20 set. 1978.

Ele viu Lula nascer. **ISTOÉ Gente**, São Paulo, n. 168, 21 out. 2002.

Evolução em três décadas. **Diário de Pernambuco**, Recife, 31 mar. 1994.

Geisel recebe moura e 210 sindicalistas de Pernambuco. **Diário de Pernambuco**, Recife, 4 out. 1977.

Greve agora só sai em "último caso". **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 11 mai. 1997.

Mariano, o criador da chapa Arraes/Zé Ermírio. **Jornal do Commercio**, Recife, 22 out. 1995.

Metalúrgicos decidem não tomar posição em relação a movimento. **Jornal do Commercio**, Recife, 13 set. 1977.

OAB acha a lei contraditória. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 1 set. 1977.

O coronel que quis resistir ao Golpe. **Jornal do Commercio**, Recife, 24 dez. 1995.

O fim do velho sindicalismo. **VEJA**, São Paulo, n. 1.580, 13 jan. 1999.

O sindicato deve lutar em paz. **VEJA**, São Paulo, n. 471, 14 set. 1977.

"O trabalhador não está e não será desamparado". **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 2 mai. 1964.

Resistência forjada nos canaviais. **Diário de Pernambuco**, Recife, 4 out. 2009.

Trabalhadores têm maior consciência. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 mai. 1978.

1983. **VEJA**, São Paulo, n. 799, 28 dez. 1983.

2. Documentos oficiais

BRASIL. **Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio**. Rio de Janeiro: Departamento de Estatística e Publicidade, n. 4, dez. 1934.

_____. Decreto nº 19.433, de 26 de novembro de 1930. **Diário Oficial [da] República dos Estados Unidos do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, 2 dez. 1930.

_____. Decreto n° 19.770, de 19 de março de 1931. **Diário Oficial [da] República dos Estados Unidos do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, 21 mar. 1931.

_____. Decreto n° 24.694, de 12 de julho de 1934. **Diário Oficial [da] República dos Estados Unidos do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, 27 out. 1934.

_____. Constituição (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ, Senado, 1934.

_____. Constituição (1937). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ, Senado, 1937.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.

_____. Decreto-lei n° 1.402, de 5 de julho de 1939. **Diário Oficial [da] República dos Estados Unidos do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, 7 jul. 1939.

_____. Decreto-lei n° 2.377, de 8 de julho de 1940. **Diário Oficial [da] República dos Estados Unidos do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, 10 jul. 1940.

_____. Decreto-lei n° 4.298, de 14 de maio de 1942. **Diário Oficial [da] República dos Estados Unidos do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, 18 mai. 1942.

_____. Decreto-lei n° 5.199, de 16 de janeiro de 1943. **Diário Oficial [da] República dos Estados Unidos do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, 19 jan. 1943.

_____. Decreto-lei nº 5.452, de 1° de maio de 1943. **Diário Oficial [da] República dos Estados Unidos do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, 9 ago. 1943.

_____. Decreto-Lei n° 9.070, de 15 de março de 1946. **Diário Oficial [da] República dos Estados Unidos do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, 16 mar. 1946

_____. Lei nº 1.667, de ***1º de setembro de 1952***. **Diário Oficial [da] República dos Estados Unidos do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, 5 set. 1952.

_____. Lei n° 4.330, de 1 de julho de 1964. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 3 jun. 1964.

_____. Lei n° 4.725, de 13 de julho de 1965. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 13 jul. 1965.

_____. Decreto-lei n° 27, de 14 de novembro de 1966. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 14 nov. 1966.

_____. Decreto-lei n° 151, de 9 de fevereiro de 1967. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 13 fev. 1967.

_____. Decreto-lei n° 229, de 28 de fevereiro de 1967. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 28 fev. 1967.

_____. Lei n° 5.584, de 26 de junho de 1970. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 29 jun. 1970.

_____. Decreto-lei n° 1.149, de 28 de janeiro de 1971. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 29 jan. 1971.

_____. Decreto n° 68.465, de 2 de abril de 1971. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 5 abr. 1971.

_____. Decreto-lei n° 1.166, de 15 de abril de 1971. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 16 abr. 1971.

_____. Decreto n° 78.339, de 31 de agosto de 1976. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 1 set. 1976.

_____. Lei n° 6.386, de 9 de dezembro de 1976. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 10 dez. 1976.

_____. Portaria n° 3.020, de 7 de janeiro de 1977. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 17 jan. 1977.

_____. Resolução n° 437, de 20 de julho de 1977. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 26 jul. 1977.

_____. Lei n° 6.512, de 19 de dezembro de 1977. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 20 dez. 1977.

_____. Decreto-lei nº 1.632, de 4 de Agosto de 1978. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 4 de ago. 1978.

_____. Portaria n° 3.397, de 17 de outubro de 1978. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 17 out. 1978.

_____. Decreto n° 82.935, de 26 de dezembro de 1978. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 27 dez. 1978.

_____. Portaria n° 3.015, de 17 de janeiro de 1979. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 23 jan. 1979.

_____. Portaria n° 3.019, de 8 de março de 1979. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 14 mar. 1979.

_____. Portaria n° 3.233, de 29 de dezembro de 1983. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 30 dez. 1983.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1967.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.

_____. Emenda Constitucional n° 1, de 17 de outubro de 1969. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 20 out. 1969.

3. Livros, artigos, dissertações e teses

ABRAMO, Laís Wendel. **O resgate da dignidade**: greve metalúrgica e subjetividade operária. Campinas: Editora da UNICAMP; São Paulo: Imprensa Oficial, 1999.

ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o sindicalismo rural**: lutas, partidos, projetos. Recife: Ed. Universitária da UFPE/Ed. Oito de Março, 2005.

_____. **Tecendo lutas, abrindo espaços**: mulheres nos movimentos sociais dos anos 50. Recife: Ed. Oito de Março, 2004.

_____. **Trabalhadores urbanos de Pernambuco na 2ª metade do século XX**. 2010. Texto não publicado.

ABREU, Marcelo de Paiva. Inflação, estagnação e ruptura: 1961-1964. In: _____. (Org.). **A ordem do progresso**: cem anos de política econômica republicana, 1989-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

ALBERTI, Verena. **História oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1990.

ALMEIDA, José Maria de. **Os sindicatos e a luta contra a burocratização**. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. A Revolução de 30 e a questão sindical. In: **A Revolução de 30**: seminário internacional realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getulio Vargas. Brasília, D.F.: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

_____. **Crise econômica e interesses organizados**: o sindicalismo no Brasil dos anos 80. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

_____. Tendências recentes da negociação coletiva no Brasil. **Dados**: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p.161-189, 1981.

_____. Novas demandas, novos direitos: experiências do sindicalismo paulista na última década. **Dados**: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, p.264-290, 1983.

_____. O sindicato no Brasil: novos problemas, velhas estruturas. **Debate e Crítica**, São Paulo, p. 49-74, jul. 1975.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil**: 1964-1984. São Paulo: Edusc, 2005.

ALVES, Vágner Camilo. **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial**: história de um envolvimento forçado. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.

AMMANN, Safira Bezerra. **Movimento popular de bairro**: de frente para o Estado, em busca do parlamento. São Paulo: Cortez, 1991.

(ANAIS do) Seminário Internacional sobre Negociação e Relações do Trabalho. Rio de Janeiro: Instituto Euvaldo Lodi, 1981.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANDRADE, Ilza Araújo Leão de Andrade. **Políticas e poder**: os mecanismos de implementação das políticas públicas e o fortalecimento de novas elites políticas no Nordeste – 1979/1985. 225 f. Tese

(Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **A rosa do povo**. 21. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

ANDRADE, Manuel Correia de. **1964 e o Nordeste**: golpe, revolução ou contra-revolução?. São Paulo: Contexto, 1989.

ANDRADE, Sandra Maria Correia. **Ação sindical no campo a partir da década de 70**: o caso dos trabalhadores canavieiros de Pernambuco. 1999. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas São Paulo: Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas, SP: Cortez; Editora da Unicamp, 1995.

_____. **A rebeldia do trabalho**: o confronto operário no abc paulista: as greves de 1978/1980. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

_____. **Crise e poder**. 4. ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1986.

_____. **O que é sindicalismo**. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro. **Construindo o consentimento**: corporativismo e trabalhadores no Brasil dos anos 30. 324 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa de**. O batismo do trabalho**: a experiência de Lindolfo Collor**.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

ARAÚJO, Silvia Maria Pereira de. **Imprensa sindical**: instrumento de ação e objeto do conhecimento, 1976-1990. 1991. 313 f. Tese (Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

BAER, Werner. **A economia brasileira**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1996.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec. 1990.

BARELLI, Walter. Trabalhadores influenciam nas decisões. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: Fundação Seade, v. 4, n. 1, p. 6-10, jan./mar. 1990.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história**: especialidades e abordagens. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____. **O projeto de pesquisa em história**: da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BATISTONI, Maria Rosângela. **Confronto operário**: a Oposição Sindical Metalúrgica nas greves e nas comissões de fábrica de São Paulo (1978- 1980). São Paulo: IIEP, 2010.

BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. A historiografia da Classe Operária no Brasil: trajetória e tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

BENEVIDES, Maria Victoria. **O governo Kubitschek**: desenvolvimento econômico e estabilidade política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

BERGER, Claude. **Marx, L'association, L'anti-Lenine**: vers l'abolition du salariat. Paris, Payot, 1974.

BERNARDO, Antônio Carlos. **Tutela e autonomia sindical**: Brasil, 1930-1945. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.

BERNARDES, Denis. **O patriotismo constitucional**: Pernambuco, 1820-1822. São Paulo: Hucitec, FAFESP; Recife: Editora da UFPE, 2006.

BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil**: de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo. Petrópolis: Vozes, 1994.

BIAVASCHI, Magda Barros. **O direito do trabalho no Brasil, 1930-1942**: a construção do sujeito de direitos trabalhistas. São Paulo: LTr, 2007.

BLASS, Leila Maria da Silva. Novo sindicalismo: persistência e descontinuidade. In: RODRIGUES, Iram Jácome (Org.). **O novo sindicalismo**: vinte anos depois. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOBBIO, Norberto**. Teoria geral da política**: a filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

_____.; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 5. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000.

BOITO JUNIOR, Armando. Classe média e sindicalismo: uma nota teórica. In: **Brasil e a Nova Ordem Internacional (Anais do IX Congresso Nacional dos Sociólogos)**. São Paulo: Simesp, 1994.

_____. **O sindicalismo de Estado no Brasil**: uma análise crítica da estrutura sindical. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; São Paulo: HUCITEC, 1991a.

_____. Reforma e persistência da estrutura sindical. In: _____. (Org.). **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991b.

_____. **O sindicalismo na política brasileira**. Campinas, SP: UNICAMP, 2005.

_____. **Politica neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.

BOSCHI, ***Renato Raul.*** *A arte da associação*: ***política de base e democracia no Brasil***. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: ***IUPERJ***, 1987.

BOSI, Alfredo. O tempo e os tempos. In: NOVAES, Adauto (Org.). **Tempo e história**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal da Cultura, 1992.

BOURDIEU, Pierre. Marginalia: algumas notas adicionais sobre o dom. **Mana** [online]. v. 2, n. 2, p. 7-20, out. 1996.

_____. **O poder simbólico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BUONICORE, Augusto César. **Os comunistas e a estrutura sindical corporativa (1948-1952)**: entre a reforma e a ruptura. 260 f. Tese (Dissertação em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

_____. Sindicalismo vermelho: a política sindical do PCB entre 1948 e 1952. **Cadernos AEL**, v. 7, n. 12/13, 2000.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CALINESCU, Matei. **As cinco faces da modernidade**. Lisboa: Vega, 2000.

CALLADO, Antônio. **Tempo de Arraes**: a revolução sem violência. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CALSING, Elizeu Francisco et al. **Desigualdades sociais no Nordeste.** Brasília: SUDENE, 1985.

CANDIDO FILHO, José. **O movimento operário**: o sindicato, o partido. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Estado Novo: novas histórias. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

_____.; PRADO, Maria Lígia. **O Bravo matutino**: imprensa e ideologia (o Jornal O Estado de S. Paulo). São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____.; LAMOUNIER, Bolivar (Coords.). **Os partidos e as eleições no brasil**. 2. ed. Rio de janeiro: Paz e Terra, 1978.

CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em crise**: a economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: Editora UNESP; IE – UNICAMP, 2002.

CASTRO, Pedro. **Greve**: fatos e significados. São Paulo: Editora Ática, 1986.

CAVALCANTI, José Francisco de Moura. **Brasis que vivi (memórias)**. Recife: Massangana, 1992.

CAVALCANTI, Paulo. **O Caso eu conto, como o caso foi**: da Coluna Prestes à queda de Arraes: memórias. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

CEAS. **Entidades sindicais de Pernambuco**. Recife: Gráfica Editora Ltda., 1988.

CEDAC. **Perspectivas do novo sindicalismo.** São Paulo: Loyola, 1980.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência**: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CIDAS. **Tudo sobre a I CONCLAT**: a caminho da central única. São Paulo: Editora do Grêmio Politécnico, 1981.

CNM/CUT. Nasce forte: Confederação Nacional dos Metalúrgicos, **Resoluções**, São Paulo, 1992.

COELHO, Fernando. **Direita, volver**: o golpe de 1964 em Pernambuco. Recife: Bagaço, 2004.

COLBARI, Antonia. Qualificação profissional e empregabilidade: novos desafios ao sindicalismo no Espírito Santo. In: RODRIGUES, Iram Jácome (Org.). **O novo sindicalismo**: vinte anos depois. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

CONDEPE. **Caracterização de aspectos nutricionais da população de Pernambuco**. Recife, 1979.

COSTA, Edmilson. **A politica salarial no Brasil, 1964-1985**: 21 anos de arrocho salarial e acumulação predatória. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997.

COSTA, Emília Viotti da. Estrutura Versus Experiência. Novas Tendências da Historiografia do Movimento Operário e das Classes Trabalhadoras na América Latina: o que se perde e o que se ganha. **BIB** – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, n. 29, p. 3-16, 1º sem. 1990.

COSTA, Hélio da. **Em busca da memória**: organização no local de trabalho, partido e sindicato em São Paulo, 1943-1953. 352 f. Tese (Dissertação em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

_____. O novo sindicalismo e a CUT: entre continuidades e rupturas. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). **Revolução e democracia (1964...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

COSTA, Sílvio. **Tendências e Centrais sindicais**: o movimento sindical brasileiro, 1978-1994. Goiânia, GO: Editora da Universidade Católica de Goiás, 1995.

CRUZ, Antônio. **A janela estilhaçada**: a crise do discurso do novo sindicalismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

CRUZ, Sebastião Velasco; MARTINS, Carlos Estevam. De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da abertura. In: SORJ, Bernardo; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (Orgs.). **Sociedade e política no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

CUT. I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, **Resoluções**, São Bernardo do Campo (SP), 26, 27 e 28 de agosto de 1983.

CUT. III Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, **Resoluções**, Belo Horizonte (MG), 7 a 11 de setembro de 1988.

DANTAS JUNIOR, Altino. **Lula sem censura**: "... e aí a peãozada partiu pro pau". Petrópolis: Vozes, 1981.

D'ARAUJO, Maria Celina. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil republicano**. v. 2. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **O segundo governo Vargas, 1951-1954**: democracia, partidos e crise política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1982.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil**: 1961-1964. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. **PTB**: do getulismo ao reformismo (1945-1964). 2. ed. São Paulo: LTr, 2011.

DREIFUSS, René Armand. **1964**: a conquista do estado. Ação politica, poder e golpe de classe. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

ERICKSON, Kenneth Paul. **Sindicalismo no processo político no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

FANTINATTI, Márcia Maria Corsi Moreira. **Sindicalismo de classe média e meritocracia**: o movimento docente na universidade pública. 237 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

FARIA, Hamilton José Barreto de. **A experiência operária nos anos de resistência**: a Oposição Metalúrgica de São Paulo e a dinâmica do movimento operário (1964-1978). (Dissertação em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1986.

FERRANTE, Vera Lucia Botta. **FGTS**: ideologia e repressão. São Paulo: Ática, 1978.

FERREIRA, Brasília Carlos. **Trabalhadores, sindicatos, cidadania**. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem; Natal: Cooperativa Cultural da UFRN, 1997.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: _____. (Org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2005.

FERREIRA, Rafael Leite. O "milagre brasileiro" (1969-1973): a "legitimação pela eficácia". **História e-História**, v. 5, p. 1-26, mai. 2011.

FEYERABEND, Paul K.. **Contra o método**. Rio de janeiro: Editora Francisco Alves, 1977.

FIEPE. **Pernambuco**: perfil sócio-econômico. 2. ed. Recife: FIEPE, 1979.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Intervenções sindicais e o "Novo sindicalismo". **Dados**: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, n.17, 1978.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

FRANÇOIS. Étienne. Os "tesouros" da Stasi ou a miragem dos arquivos. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (Orgs.). **Passados recompostos**: campos e canteiros da história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1998.

FREDERICO, Celso. **A esquerda e o movimento operário**: 1964/1974. v. 1. A resistência à ditadura, 1964/1971. São Paulo: Ed. Novos Rumos, 1987.

_____. **A vanguarda operária**. São Paulo: Símbolo, 1979.

_____. **Consciência operária no Brasil**: estudo com um grupo de trabalhadores. São Paulo: Ática, 1978.

FRENCH, John D. **Afogados em leis**: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

GANDHI, Jennifer; PRZEWORSKI, Adam. Authoritarian institutions and the survival of autocrats. **Comparative political studies**, v. 40, n. 11, p. 1279-1301, nov. 2007.

GARCIA, Marco Aurélio. O gênero da militância: notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política. **Cadernos pagu**, v. 8, n. 9, p. 319-342, 1997.

_____. São Bernardo: A (auto)construção de um movimento operário. **Desvios**, n. 1, p. 10-27, nov. 1982.

GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. **Cem anos de solidão.** 48. ed. Rio de janeiro: Record, 2000.

GIANNOTTI, Vito; NETO, Sebastião. **CUT, por dentro e por fora**. Petrópolis, RJ: 1990.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **História dos movimentos e lutas sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

_____. **A força da periferia**: a luta das mulheres por creches em São Paulo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

GOMES, Angela Maria de Castro; D'ARAÚJO, Maria Celina. A extinção do imposto sindical: demandas e contradições. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, p. 317-352, 1993.

_____. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

_____. **Cidadania e direitos do trabalho**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

_____. **Historia e historiadores**: a política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

GRESPAN, Jorge Luís da Silva. A ineficácia da Dialética: entrevista com Jürgen Habermas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 26 out. 1997. Caderno Mais!.

GT SINDICAL DO CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS JOSUÉ DE CASTRO. **Até chegar no Zé**. Recife: Recife Gráfica Editora, 1988.

HOBSBAWM, Eric J. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. 10 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Mundos do trabalho**: novos estudos sobre história operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Os trabalhadores**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HUMPHREY, John. **Fazendo o "milagre"**: controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira. Petrópolis: Vozes, 1982.

IANNI, Octavio. **O ABC da classe operária**. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **O colapso do populismo no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. Historiografia, uma questão regional? São Paulo no período republicano, um exemplo. In: SILVA, Marcos A. da. (Coord**.) República em migalhas**: história regional e local. São Paulo: MCT/CNPq, 1990.

KECK, Margareth E. O "novo sindicalismo" na transição brasileira. In: STEPAN, Alfred. (Org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

KINZO, Maria D'Alva Gil. **Oposição e autoritarismo**: gênese e trajetória do MDB (1966-1979). São Paulo: Vértice, 1988.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

KOWARICK, Lucio. O preço do progresso: crescimento econômico, pauperização e espoliação urbana. In: MOISÉS, José Álvaro et al. **Cidade, povo e poder**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

LACOUTURE, Jean. A História Imediata. In: LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques. **A história nova**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

LAMOUNIER, Bolívar. Authoritarian Brazil revistado: o impacto das eleições na abertura política brasileira, 1974-1982. **Dados** – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, p. 283-317, 1986.

LEBRUN, Gérard. A "realidade nacional" e seus equívocos. In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). **Intelectuais e política no Brasil**: a experiência do ISEB. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

LEITE, Márcia de Paula. **Sindicatos e trabalhadores na crise do populismo**. 222 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1983.

LEONELLI, Domingos; OLIVEIRA, Dante de. **Diretas já**: 15 meses que abalaram a ditadura. Rio de Janeiro: Record, 2004.

LIMA, Carlito. **Confissões de um capitão**: memórias. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

LIMA, Maria Auxiliadora Barros. **A revolução de 1930 e o movimento operário em Pernambuco**: cooptação e resistência. 1987. 85 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1987.

LÖWY, Michael. **A guerra dos deuses:** religião e política na América Latina. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Ideologias e ciência social**: elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 2000.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Formação sindical no Brasil**: história de uma prática cultural. São Paulo: Escrituras Editora, 1996.

MANGABEIRA, Wilma. **Dilemas do novo sindicalismo**: democracia e política em Volta Redonda. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1993.

MARIZ, Cecília. Uma análise sociológica das religiões no Brasil: tradições e mudanças. In: **Cadernos adenauer**: Fé, vida e participação, São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, v. 9, nov. 2000.

MARONI, Amnéris Angela. **A estratégia da recusa**: análise das greves de maio/78. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

_____. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)**. 338 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1996.

_____. **O sindicalismo brasileiro após 1930**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

_____. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MENDONÇA, Fernando; TAVARES, Cristina. **Conversações com Arraes**. Belo Horizonte: Vega, 1979.

MENDONÇA, Sérgio Eduardo Arbulu. O Plano Real e as negociações coletivas. Há algo de novo? **Boletim do CESIT**. Campinas, SP: UNICAMP/Instituto de Economia, n. 2, nov. 1997.

MENDONÇA, Sonia Regina de. As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização. In: LINHARES, Maria Yedda Leite (Org.). **História geral do Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

_____. **Estado e economia no Brasil**: opções de desenvolvimento. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

_____.; FONTES, Virginia Maria. **História do Brasil recente**: 1964-1992. 4. ed. São Paulo: Ática, 1996.

MENESES, Clarice Melamed; SARTI, Ingrid. **CONCLAT, 1981**: a melhor expressão do movimento sindical brasileiro. Campinas: CARTGRAF, 1981.

MIANI, Rozinaldo Antonio. **A utilização da charge na imprensa sindical na década de 80 e sua influência política e ideológica**. 312 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MOISÉS, José Álvaro. **Greve de massa e crise política** (Estudo da greve dos 300 mil em São Paulo – 1953/54). São Paulo: Livraria Editora Polis, 1978.

_____. **Lições de liberdade e de opressão**: os trabalhadores e a política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. O Estado, as contradições urbanas e os movimentos sociais. In: _____. et al. **Cidade, povo e poder**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MOMESSO, Luiz Anastácio. Lutas e organização sindical em 68, apesar da ditadura. **CLIO** – Série Revista de Pesquisa Histórica, Recife, n. 26, p. 155-170, 2008.

MONTEIRO, Maria Alexandra da Silva. **Ação católica operária**: fé e luta em tempos difíceis no Nordeste do Brasil. 265 f. Dissertação (Mestrado em Serviço social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1992.

MOREL, Edmar. **A trincheira da liberdade**. Rio de Janeiro: Record, 1985.

MOTA, Carlos Guilherme. Introdução. _____. (Org.). **Brasil em perspectiva**. 21. ed. São Paulo: DIFEL, 2001.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O perigo é vermelho e vem de fora: o Brasil e a URSS. **Locus**: revista de história, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 227-247, 2007.

MUNAKATA, Kazumi. **A legislação trabalhista no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. O lugar do movimento operário. In: **Anais do IV Encontro Regional de História de São Paulo**. ANPUH-UNESP, 1980.

NAPPT/SP (Org.). **Lula**: entrevistas e discursos. 2. ed. Guarulhos, SP: O Repórter de Guarulhos, 1981.

NEGRO, Antonio Luigi. **Linha de montagem**: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores, 1945-1978. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. Nas origens do "novo sindicalismo": o maio de 59, 68 e 78 na indústria automobilística. In: RODRIGUES, Iram Jácome (Org.). **O novo sindicalismo**: vinte anos depois. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

NOGUEIRA, Arnaldo José França Mazzei. A modernização **conservadora do sindicalismo brasileiro**: a experiência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. São Paulo: EDUC, 1997.

NORONHA, Eduardo. A explosão das greves na década de 80. In: BOITO JR., Armando (Org.). **O Sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

NOVAES, Regina Reyes. Continuidades e rupturas no sindicalismo rural. In: BOITO JR., Armando (Org.). **O Sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

NUNES, Antonio Carlos Felix. **Além da greve**. São Paulo: CRIART, 1980.

NUNES, Edilson; JACOBI, Pedro. Movimentos populares urbanos, poder local e conquista da democracia. In: MOISÉS, José Álvaro Moisés et al. **Cidade, povo e poder**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

OLIVEIRA, Celina Gomes. **A gênese da CUT**: oposição sindical (e novo sindicalismo) na construção da central. 1995. 158 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

OLIVEIRA, Lucia Lippi et al. **Estado Novo**: ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1982.

OLIVEIRA, Marco Antonio de. Avanços e limites do sindicalismo brasileiro recente. In: MATTOSO, Jorge et al. **O mundo do trabalho**: crise e mudança no final do século. São Paulo: Scritta, 1994.

PAGE, Joseph A. **A revolução que nunca houve.** Rio de Janeiro: Record, 1972.

PANDOLFI, Dulce. O velho PTB: novas abordagens. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, 1990.

_____. **Pernambuco de Agamenon Magalhães**: consolidação e crise de uma elite política. Recife: Editora Massangana, 1984.

PARANHOS, Kátia Rodrigues. **Era uma vez em São Bernardo**: o discurso sindical dos metalúrgicos (1971-1982). 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2011.

PCB. **Uma alternativa democrática para a crise brasileira**. São Paulo: Novos Rumos, 1984.

PERROT, Michelle. **Jeunesse de la grève**: France, 1871-1890. Paris: Seuil. 1984.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. Ainda o movimento operário como objeto historiográfico. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 5, n. 8, p. 62-78, dez. 1997.

_____. Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 3, n. 3, p. 129-153, jun. 1995.

POLISTCHUK, Ilana; TRINTA, Aluizio Ramos. **Teorias da Comunicação**: o pensamento e a prática da Comunicação Social. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

POULANTZAS, Nicos. **O estado, o poder, o socialismo.** 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

PRADO Jr., Caio. **A revolução brasileira**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O "milagre" brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil republicano**. 2. ed. vol. 4. O tempo ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. **Revista brasileira de economia**, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, ano 3, n. 3, p. 47-111, set. 1949.

PRESTES, Anita Leocádia. Da "Declaração de Março" de 1958 à renúncia de Jânio Quadros: as vicissitudes do PCB na luta por um governo nacionalista e democrático. **Crítica Marxista**, n. 32, p. 147-174, 2011.

_____. Os comunistas e a Constituinte de 1946 – por ocasião do 60º aniversário da Constituição de 1946. **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, v. XXXII, n. 2, p. 171-186, dez. 2006.

PRZEWORSKI, Adam. Ama a incerteza e serás democrático. In: **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 9, p., jul. 1984.

RAGO FILHO, Antonio et al. Lula: retrato de corpo inteiro. Entrevista com Luiz Inácio Lula da Silva. **Nova Escrita/Ensaio**, n. 9. 2. ed. São Paulo: Escrita, 1982.

RAINHO, Luís Flávio; BARGAS; Osvaldo Martines. **As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo (1977-1979)**. vol. 1. São Bernardo: Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1983.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e Sociedade: as reconstruções da memória. In: _____.; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Sá (Orgs.). **O golpe e a ditadura militar quarenta anos depois (1964-2004)**. Edusc. São Paulo, 2004.

_____. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

_____. Questões históricas (exposição). In: GARCIA, Marco Aurélio (Org.). **As esquerdas e a democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Cedec, 1986.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REZENDE, Antonio Paulo de Morais. **A classe operária em Pernambuco**: cooptação e resistência (1900-1922). 1981. 207 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1981.

ROCHA, Heitor Costa Lima da. **A face radical do PCB**: o embate ideológico em Pernambuco (1961-1964). 141 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1989.

RODRIGUES, Iram Jácome. A nova agenda sindical. In: NETO, Antônio Moreira de Carvalho; CARVALHO, Ricardo Augusto Alves de. (Orgs.). **Sindicalismo e negociação coletiva nos anos 90**. Belo Horizonte: IRT (Instituto de Relações do Trabalho) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 1998.

_____. **O novo sindicalismo**: vinte anos depois. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

_____. O sindicalismo brasileiro: da confrontação à cooperação conflitiva. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: Fundação Seade, v. 9, n. 3, jul./set. 1995.

_____. **Sindicalismo e política**: a trajetória da CUT. São Paulo: Scritta, 1997.

RODRIGUES, Leôncio Martins. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. In: BOITO JR., Armando. (Org.). **O Sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. **Conflito industrial e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.

_____. **CUT**: os militantes e a ideologia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990a.

_____. O sindicalismo nos anos 80: um balanço. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: Fundação Seade, v. 4, n. 1, p. 11-19, jan./mar. 1990b.

_____. **Industrialização e atitudes operárias**: estudo de um grupo de trabalhadores. São Paulo: Brasiliense, 1970.

_____. Sindicalismo e classe operária (1930-1964). In: FAUSTO, Boris (Org.). **História geral da civilização brasileira**. 3. ed. v. 10. t. 3. O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964). São Paulo: DIFEL, 1986.

RODRIGUES, Marly. **O Brasil da abertura**: de 1974 à Constituição. São Paulo: Atual, 1990.

ROLLEMBERG, Denise. Memória, opinião e cultura política: a Ordem dos Advogados do Brasil sob a ditadura: 1964-1974. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; ROLLAND, Denis (Orgs.). **Modernidades alternativas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

ROSE, Robert S.. **Uma das coisas esquecidas**: Getúlio Vargas e controle social no Brasil – 1930-1954. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

ROZOWYKWIAT, Tereza. **Arraes**. São Paulo: Iluminuras, 2006.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANDOVAL, Salvador Antonio Meireles. **Os trabalhadores param**: greves e mudanças sociais no Brasil, 1945-1990. São Paulo: Ática, 1994.

SANTANA, Marco Aurélio. Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 41, p. 103-120, out. 1999.

_____. **Homens partidos**: comunistas e sindicatos no Brasil. Rio de Janeiro: UNIRIO; São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil republicano**. 2. ed. vol. 4. O tempo ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SANTOS, Regina Bega dos. **Movimentos sociais urbanos**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

SANTOS, Sergio Tadeu Rodrigues dos. **O (atual) debate sobre a reforma da Estrutura Sindical no Brasil**: a perspectiva do sindicalismo-CUT. In: 53ª Reunião Anual da SBPC, 2001, Salvador. 53ª Reunião Anual da SBPC – Universidade Federal da Bahia – 2001 – CD-ROM Anais/Resumos, 2001.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e Justiça**: a política social na ordem brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SCHMITTER, Philippe C. The "Portugalization" of Brazil? In: STEPAN, Alfred. **Authoritarian Brazil**: Origins, Policies, and Future. New Haven: Yale University Press, 1973

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

SILVA, Antônio Ozaí da. **História das tendências no Brasil**: origens, cisões, propostas. 2. ed. São Paulo: Dag Gráfica e Editorial, s/d.

SILVA, Fernando Teixeira da; NEGRO, Antônio Luigi. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil republicano**. 2. ed. v. 3. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SILVA, Stanley Plácido da Rosa. Entre a vanguarda e o espontaneísmo: embates pela hegemonia do "novo sindicalismo" no Brasil. **Revista Urutágua**: revista acadêmica multidisciplinar, n. 16, Maringá, 2008.

SINGER, Paul. **A crise do "milagre"**: interpretação crítica da economia brasileira. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SKIDMORE, Thomas E.. **Brasil:** de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964). 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Uma história do Brasil**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

SOARES, José Arlindo. **A Frente do Recife e o governo de Arraes**: nacionalismo em crise, 1955-1964. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. Os limites do novo sindicalismo no Nordeste. In: **Movimentos sociais para além da dicotomia rural-urbano**. Recife: Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro, 1985.

_____. Pernambuco e Paraíba: tendências atuais do sindicalismo no Nordeste: modernização conservadora ou mobilização social. In: CEDEC. **Sindicatos em uma época de crise**. Petrópolis, RJ: 1984.

SOLA, Lourdes. O golpe de 37 e o Estado Novo. In: MOTA, Carlos. (Org.). **Brasil em perspectiva**. 21. ed. São Paulo: DIFEL, 2001.

SOUTO JUNIOR, José Fernando. O novo sindicalismo e o velho assistencialismo em tempos de novos processos produtivos: 1980/1990. **Revista universidade rural série ciências Humanas**, Seropédica, RJ, v. 29, n. 2, p. 89-102, jul./dez., 2007.

SOUZA MARTINS, Heloisa Helena Teixeira de. **O Estado e a burocratização do Sindicato no Brasil**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1979.

SOUZA, Ricardo Timm de. **Sobre a construção do sentido**: o pensar e o agir entre a vida e a filosofia. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2003.

SPINDEL, Arnaldo. **O Partido Comunista na gênese do populismo**: análise da conjuntura da redemocratização no após-guerra. São Paulo: Símbolo, 1980.

STEPAN, Alfred. **Estado, Corporativismo e Autoritarismo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

SUDENE. **Aspectos do quadro social do Nordeste**. 2. ed. Recife, 1985.

TELES, José. A imprensa às vésperas do golpe. In: BARRETO, Túlio Velho; FERREIRA, Laurindo (orgs.). **Na trilha do golpe**: 1964 revisitado. Recife: Editora Massangana, 2004.

TELLES, Jover. **O movimento sindical no Brasil**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. 3. ed. v. 1. A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Tradición, revuelta y consciencia de clase**. Barcelona: Editorial Crítica, 1979.

TOLEDO, Caio Navarro. 1964: golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 19, p. 27-48, 2004.

TOPALOV, Christian. **La urbanización capitalista**: algunos elementos para su análisis. Ciudad del México, Editorial Edicol, 1979.

TUMOLO, Paulo Sérgio. **Da contestação à conformação**: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002.

VARGAS, Getúlio. **A nova política do Brasil**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1938-1943. 9 v.

VIANA FILHO, Luís. **O Governo Castelo Branco**. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1975.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. **Problemas de direito sindical**. Rio de Janeiro: Max Limonad, 1943.

VIANNA, Luiz Werneck. **A classe operária e a abertura**. São Paulo: CERIFA, 1983.

_____. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

VIANNA, Sérgio Besserman. Duas tentativas de estabilização: 1951-1954. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). **A ordem do progresso**: cem anos de política econômica republicana, 1989-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O capitalismo histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

WEFFORT, Francisco Correa. Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período, 1945-1964. **Revista de Cultura Contemporânea**, São Paulo, Cedec, n. 1, jul. 1978.

_____. **O populismo na política brasileira**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

_____. Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do pós-guerra). **Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 74, abr.-jun., 1973.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ZANETTI, Lorenzo. **O "novo" no sindicalismo brasileiro**: características, impasses e desafios. Rio de Janeiro: FASE, 1995.

4. Sites consultados

CONCLAT. I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, **Resoluções**, Praia Grande (SP), 21 a 23 de agosto de 1981. Disponível em: <http://www.cut.org.br/documentos-oficiais>. Acesso em: 10 nov. 2011.

Após 30 anos da Conclat, ex-sindicalista diz que "rufar de tambores tem de continuar". **Rede Brasil Atual**. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/temas/trabalho/2011/08/201crufar-dos-tambores-tem-de-continuar201d-diz-ex-sindicalista>. Acesso em: 15 nov. 2011.

Conclat foi tempo de improviso, colchonete e lama. **Rede Brasil Atual**. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/temas/trabalho/2011/08/tempo-de-improviso-colchonete-e-lama>. Acesso em: 15 nov. 2011.

Cronologias das eleições. Disponível em: <http://www.tse.gov.br/internet/eleicoes/cronologia.htm >. Acesso em: 30 mai. 2011.

DIEESE. Salário Mínimo. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/esp/salmin/salmin00.xml>. Acesso em: 5 mai. 2011.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil**: 1938. Rio de Janeiro: IBGE, 1938. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos_pdf/trabalho/1938/trabalho1938aeb_008_1.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2010.

_____. **Anuário Estatístico do Brasil**: 1946. Rio de Janeiro: IBGE, 1946. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos_pdf/trabalho/1946/trabalho1946aeb_027.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2011.

ENTOES. Disponível em: <http://www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=160>. Acesso em: 10 out. 2011.

MANDEL, Ernest. **A natureza do reformismo social-democrata**: a social-democracia sem amparo. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/mandel/1993/09/21.htm>. Acesso em: 25 nov. 2011.

5. Filmografia

CUT 25 anos. São Paulo: CUT, 2008. DVD (66 min.): NTSC, son., color.

Eles não usam black-tie. Direção de Leon Hirszman. Rio de Janeiro: Embrafilme, 1981. (120 min.).: NTSC, son., color.

30 anos depois, Lula relembra a 1ª CONCLAT. Direção de Adrian Cooper. São Paulo: CUT; Tatu Filmes, 2011. DVD (42 min.): NTSC, son., color.

Apêndices

APÊNDICE I

Apêndice I-A – Títulos das matérias veiculadas pelo JC e DP a respeito das greves paulistas em 1978		
Matéria	**Data**	**Informações**
"Greve de dois mil operários pára indústria" (JC)	13/05/1978	Chamada na capa
"Trabalhadores fazem greve e pedem aumento" (JC)	13/05/1978	Matéria – p. 7.
"Operários em greve esperam negociação" (JC)	14/05/1978	Matéria – p. 8.
"Operários paralisam o trabalho em duas fábricas de carros" (DP)	16/05/19788	Nota na capa
"Operários da Ford também aderem à greve" (JC)	16/05/19788	Chamada na capa
"Parede já atinge 6.500 operários" (JC)	16/05/1978	Matéria – p. 7.
"Greve em São Paulo atinge agora mais de vinte mil operários" (DP)	17/05/1978	Nota na capa
"Geisel continua sem interferir na greve paulista" (JC)	17/05/1978	Chamada na capa
"Metalúrgicos contra o movimento de S. Paulo" (JC)	17/05/1978	Matéria – p. 3.
"Operários param greve e esperam atendimento" (JC)	17/05/1978	Matéria – p. 7.
"Greve atinge outras duas grandes empresas de São Paulo e hoje tem mais" (DP)	18/05/1978	Chamada na capa
"FIESP apóia greve dos metalúrgicos" (DP)	18/05/1978	Matéria – p. A-14.
"Ilegais greves de São Paulo" (DP)	19/05/1978	Chamada na capa
"Movimento grevista cresce mais ainda em São Paulo" (DP)	19/05/1978	Matéria – p. A-14.
"Greve já atinge 42 mil operários de 16 indústrias" (JC)	20/05/1978	Chamada na capa
"Greve é caso para ministério" (JC)	20/05/1978	Matéria – p. 7.
"Greves influem no Estado" (DP) *	20/05/1978	Chamada na capa
"Geisel visita São Paulo mas evita falar sobre greve" (DP)	20/05/1978	Matéria – p. A-14.
"Justiça e Paz apóia grevistas" (DP)	21/05/1978	Matéria – p. A-14.
"Governo proíbe aumento de preços dos veículos e adverte metalúrgicos (DP)	22/05/1978	Chamada na capa
"Metalúrgicos não têm previsão para definir movimento grevista em SP" (DP)	22/05/1978	Matéria – p. A-2.
"Jornalistas paulistas se solidarizam com a greve dos metalúrgicos" (DP)	23/05/1978	Chamada na capa
"Policia de São Paulo só intervém em greve a pedido do Ministério" (DP)	23/05/1978	Matéria – p. A-14.
"Movimento grevista pode se estender à capital paulista" (JC)	24/05/1978	Matéria – p. 7.
"Federação mundial é solidária à greve dos metalúrgicos" (DP)	24/05/1978	Matéria – p. A-14.
"Simonsen, Veloso e Preito receberão documento dos metalúrgicos de São Paulo" (JC)	27/05/1978	Matéria – p. 7.
"Trabalhador exige em memorial aumento de 20%" (JC)	31/05/1978	Matéria – p. 7.
"Movimento grevista em São Paulo poderá ter novas adesões" (JC)	02/06/1978	Matéria – p. 7.

***** Única matéria que informava a respeito das conseqüências das greves paulistas para o Estado de Pernambuco. Nela, constava a falta de veículos no mercado local devido à falta de reabastecimento.

Apêndice I-B – Títulos das matérias veiculadas pelo JC e DP a respeito das greves paulistas em 1979		
Matéria	**Data**	**Informações**
"Metalúrgicos de São Paulo entram em greve amanhã" (DP)	12/03/1979	Nota na capa
"S. Paulo enfrenta greve de 135 mil metalúrgicos" (DP)	13/03/1979	Matéria – p. A-18.
"Planalto vê greve à distância" (JC)	13/03/1979	Matéria – p. 9.

“Metalúrgicos mantêm greve mesmo ilegal” (JC)	14/03/1979	Chamada na capa
“Metalúrgicos dá razão aos seus colegas do sul” (JC)	14/03/1979	Matéria – p. 7.
“Furtado passa à Justiça greve dos metalúrgicos (JC)	14/03/1979	Matéria – p. 9.
“Lei não enquadra metalúrgicos” (DP)	14/03/1979	Matéria – p. A-18.
“FIESP desiste de negociar” (DP)	14/03/1979	Matéria – p. A-18.
“Quase 200 mil metalúrgicos já aderiram à greve no ABC” (DP)	15/03/1979	Matéria – p. A-24.
“Ilegalidade não pára a greve” (JC)	15/03/1979	Matéria – p. 9.
“Bancários vão acertar uma greve geral” (JC)	16/03/1979	Chamada na capa
“Metalúrgicos podem chegar a um acordo” (JC)	16/03/1979	Matéria – p. 9.
“Lula admite acordo entre metalúrgicos e patrões” (DP)	16/03/1979	Matéria – p. A-24.
“Polícia prende 110 metalúrgicos em São Paulo” (JC)	17/03/1979	Chamada na capa
“Polícia de São Paulo prende 110 na greve dos metalúrgicos” (JC)	17/03/1979	Matéria – p. 11.
“Ministro investiga as greves” (DP)	17/03/1979	Chamada na capa
“Sindicatos paulistas aderem ao protocolo proposto pela FIESP” (DP)	17/03/1979	Matéria – p. A-18.
“Estoque de automóveis já no fim” (DP)	18/03/1979	Chamada na capa
“Lula responsabiliza-se pela greve metalúrgica” (DP)	18/03/1979	Matéria – p. A-18.
“Fábricas do ABC estão sem estoques” (DP)	18/03/1979	Matéria – p. A-21.
“Polícia dissolve o QG dos grevistas” (JC)	18/03/1979	Chamada na capa
“São Paulo vê nas greves manobras política” (DP)	18/03/1979	Matéria – p. 12.
“Greve reduz produção de carros” (DP)	20/03/1979	Chamada na capa
“Oposição aplaude a greve dos operários do triângulo ABC” (DP)	20/03/1979	Matéria – p. A-3.
“Fala de Figueiredo tem advertência a grevistas” (JC)	20/03/1979	Chamada na capa
“Metalúrgicos vão continuar em greve” (JC)	20/03/1979	Chamada na capa
“Figueiredo condena as greves de pressão” (JC)	20/03/1979	Matéria – p. 11.
“Governo vê no diálogo a solução para greves” (JC)	20/03/1979	Matéria – p. 12.
“Governo não muda com pressões o modelo salarial” (DP)	21/03/1979	Nota na capa
“Governo já admite intervir na greve” (JC)	21/03/1979	Chamada na capa
“Para Portella, greve testou a democracia” (JC)	21/03/1979	Matéria – p. 11.
“Ministro busca acordo e acha uma nova greve”	22/03/1979	Nota na capa
“Metalúrgicos se reúnem e mantêm a greve” (JC)	22/03/1979	Chamada na capa
“Ministro do Trabalho em São Paulo tenta acordo com grevistas” (JC)	22/03/1979	Matéria – p. 9.
“Ministro não consegue acordo com metalúrgicos” (DP)	23/03/1979	Matéria – p. A-16.
“Ministro já acha possível a interação” (JC)	23/03/1979	Chamada na capa
“Greve: governo admite intervir” (JC)	23/03/1979	Matéria – p. 9.
“Greve termina com intervenção” (DP)	24/03/1979	Chamada na capa
“Polícia sitia São Bernardo do Campo para acabar com greve” (DP)	24/03/1979	Matéria – p. A-16.
“Nova lei de greve já tem um anteprojeto” (JC)	24/03/1979	Chamada na capa
“Forças da PM ocuparam as ruas de S. Bernardo” (JC)	24/03/1979	Matéria – p. 9.
“Operários morrem no dia da intervenção sindical” (DP)	25/05/1979	Nota na capa
“Proibida a manifestação de apoio aos grevistas” (JC)	25/05/1979	Chamada na capa
“Maciel acha correto governo intervir em sindicatos paulistas” (JC)	25/05/1979	Matéria – p. 3.
“Concentração de apoio a metalúrgicos é proibida” (JC)	25/05/1979	Matéria – p. 10.
“MDB do Recife dá solidariedade a metalúrgicos” (JC)	25/05/1979	Chamada na capa
“Lula retorna ao comando da greve dos metalúrgicos” (DP)	26/03/1979	Chamada na capa
“Lula: trabalho só com aumento justo” (DP)	26/3/1979	Matéria – p. A-3.
“Freire propõe preservar as lideranças sindicais” (JC)	27/03/1979	Matéria – p. 11.
“Metalúrgicos continuam em greve nas grandes fábricas” (DP)	27/03/1979	Chamada na capa
“Figueiredo diz lamentar desfecho da greve em SP” (DP)	27/03/1979	Matéria – p. A-16.
“Greve termina e intervenção será levantada” (JC)	28/03/1979	Chamada na capa
“Metalúrgicos põem fim à greve” (JC)	28/03/1979	Matéria – p. 9.
“Metalúrgicos retornam ao trabalho a pedido de Lula” (DP)	28/03/1979	Chamada na capa
“Bispo atuará como mediados na greve” (DP)	28/03/1979	Matéria – p. A-18.

“Metalúrgicos são demitidos por justa causa” (JC)	29/03/1979	Chamada na capa
“Governo inicia revisão na legislação de greve” (JC)	29/03/1979	Matéria – p. 11.
“Metalúrgico quer agora cooperar com as empresas” (DP)	29/03/1979	Matéria – p. A-18.
“Ministro adverte patrões” (DP)	30/03/1979	Matéria – p. A-16.
“Governo espera acordo cumprido com os grevistas” (DP)	30/03/1979	Matéria – p. A-16.
“Ministro não tolerará demissões de grevistas” (JC)	30/03/1979	Matéria – p. 9.

Apêndice I-C – Títulos das matérias veiculadas pelo JC e DP a respeito das greves paulistas em 1980

Matéria	Data	Informações
“Líderes: greve dos metalúrgicos é irreversível” (JC)	01/04/1980	Nota na capa
“Metalúrgicos do ABC rejeitam proposta e entram em greve” (DP)	01/04/1980	Nota na capa
“Paralisação sem piquetes exaltada por metalúrgicos” (JC)	02/04/1980	Chamada na capa
“Macedo vê mínima diferença para acordo” (JC)	02/04/1980	Matéria – p. 3.
“Metalúrgicos do ABC não aceitam acordo na Justiça” (DP)	02/04/1980	Chamada na capa
“Murilo Macedo classifica greve de ‘surrealista’” (DP)	02/04/1980	Matéria – p. A-18.
“Lula rejeita a decisão judicial e greve continua” (JC)	03/04/1980	Chamada na capa
“Helicóptero assusta 60 mil operários em estádio” (JC)	03/04/1980	Matéria – p. 3.
“Greve no ABC vigiada por helicópteros” (DP)	03/04/1980	Nota na capa
“Macedo denuncia violência na greve dos metalúrgicos” (DP)	04/04/1980	Matéria – p. A-18.
“Grupo 14 unânime contra negociação com metalúrgicos” (DP)	06/04/1980	Nota na capa
“Macedo revela a Figueiredo como sair desta greve” (DP)	07/04/1980	Nota na capa
“Intervenção não preocupa Macedo” (JC)	08/04/1980	Matéria – p. 3.
“Metalúrgicos do ABC só aceita negociar com máquinas paradas” (DP)	08/04/1980	Matéria – p. A-18.
“Inácio vê a greve com duas vitórias” (JC)	09/04/1980	Matéria – p. 3.
“Lula garanta que alcançou vitórias” (DP)	09/04/1980	Matéria – p. A-18.
“Greve em São Caetano termina com tumulto” (JC)	10/04/1980	Matéria – p. 3.
“Governo está contra interesses operários” (JC)	11/04/1980	Matéria – p. 4.
“Metalúrgicos decidem manter greve e 60 mil intensificam mobilização” (DP)	11/04/1980	Matéria – p. A-18.
“Murilo não se perturba com as ameaças de bomba” (JC)	12/04/1980	Matéria – p. 4.
“Greve chega ao fim nesta semana” (DP)	12/04/1980	Matéria – p. A-20.
“Greve no ABC ainda continua” (JC)	13/04/1980	Matéria – p. 3.
“‘Mão de graxa’ inicia piquete na greve do ABC” (DP)	14/04/1980	Matéria – p. A-3.
“Metalúrgicos: TRT afirma que greve é ilegal” (JC)	15/04/1980	Chamada na capa
“Líderes aguardam intervenção e prisões” (JC)	15/04/1980	Matéria – p. 5.
“Tribunal declara ilegal greve dos metalúrgicos” (DP)	15/04/1980	Matéria – p. A-20.
“Macedo: ‘não haverá demissões’” (JC)	16/04/1980	Matéria – p. 3.
“Macedo nega demissões em massa no ABC” (DP)	16/04/1980	Chamada na capa
“Lula revoltado diz a greve ‘começou agora’” (DP)	16/04/1980	Matéria – p. A-18.
“Greve já é maior nas indústrias paulistas” (JC)	17/04/1980	Matéria – p. 3.
“Operários de pequenas e médias empresas aderem à greve em SP” (DP)	17/04/1980	Matéria – p. A-23.
“Governo intervém em 2 sindicatos e afasta Lula” (JC)	18/04/1980	Chamada na capa
“Grevistas convidam Macedo para assembléia” (JC)	18/04/1980	Matéria – p. 3.
“Intervenção nos sindicatos do ABC” (DP)	18/04/1980	Matéria – p. A-11.
“Intervenção é lamentada” (DP)	18/04/1980	Matéria – p. A-18.
“Violência na posse do sucessor de Lula” (JC)	19/04/1980	Chamada na capa
“Interventores assumem no ABC” (JC)	19/04/1980	Matéria – p. 3.
“Conflito no ABC. Lula pode ser enquadrado na Lei de Segurança” (DP)	19/04/1980	Chamada na capa
“Ministro critica os ‘falsos sonhos’” (DP)	19/04/1980	Matéria – p. A-20.
“‘Lula’ e outros 13 são presos por fomentar revolta” (JC)	20/04/1980	Chamada na capa
“‘Lula’ é preso com mais 13 pela polícia” (JC)	20/04/1980	Matéria – p. 3.
“Lula preso. Greve continua no ABC” (DP)	20/04/1980	Chamada na capa

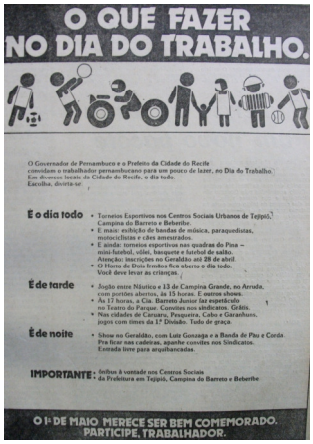
“Dallari foi liberado à tarde” (DP)	20/04/1980	Matéria – p. A-28.
“Pedida liberdade para Lula” (DP)	21/04/1980	Nota na capa
“Deputados visitam o Deops” (DP)	21/04/1980	Chamada na capa
“Sindicalistas são indicados no Dops” (DP)	21/04/1980	Matéria – p. A-11.
“Greve liderada por poderes preocupa Governo” (JC) (DP)	23/04/1980	Chamada na capa
“Polícia entra em conflito com operários” (JC)	23/04/1980	Matéria – p. 3.
“Governo pode ceder posições se greve no ABC acabar logo” (DP)	23/04/1980	Chamada na capa
“Conflito em São Bernardo” (DP)	23/04/1980	Matéria – p. A-24.
“Figueiredo vê Igreja incitando os grevistas” (JC)	24/04/1980	Chamada na capa
“João condena presença da Igreja em greve” (JC)	24/04/1980	Matéria – p. 3.
“Recifenses divergem sobre movimento dos metalúrgicos no ABC” (JC)	24/04/1980	Matéria – p. 5.
“Figueiredo faz restrições ao comportamento da Igreja em SP” (DP)	24/04/1980	Chamada na capa
“PMDB sugere reinício do diálogo com grevistas” (DP)	24/04/1980	Matéria – p. A-2.
“Arraes rejeita greve como pretexto para retrocesso” (DP)	24/04/1980	Matéria – p. A-6.
“Bispos respondem ao Governo” (DP)	24/04/1980	Matéria – p. A-28.
“Governo nega ter dado ultimato aos metalúrgicos” (JC)	25/04/1980	Chamada na capa
“Duas pessoas saem feridas” (JC)	25/04/1980	Matéria – p. 3.
“Greve continua até patrões reabrirem entendimentos” (JC)	25/04/1980	Matéria – p. 5.
“Igreja diz buscar a promoção humana” (DP)	25/04/1980	Matéria – p. A-11.
“Greve vai continuar em S. Paulo” (DP)	25/04/1980	Matéria – p. A-24.
“Governo patrocina no ABC a volta das negociações” (JC)	26/04/1980	Chamada na capa
“Macedo: greve chega ao fim” (JC)	26/04/1980	Matéria – p. 3.
“D. Cláudio recebe solidariedade dirigente da CNBB” (DP)	26/04/1980	Matéria – p. A-20.
“Grupo 14 espera que situação no ABC fique completamente normal” (JC)	27/04/1980	Matéria – p. 3.
“Comitê divulga manifesto” (DP)	27/04/1980	Matéria – p. A-32.
“Greve no ABC resiste dentro das igrejas” (DP)	28/04/1980	Chamada na capa
“Pedido encontro entre patrões e grevista” (DP)	28/04/1980	Matéria – p. A-11.
“Líder culpa governo por rumos da greve” (JC)	29/04/1980	Matéria – p. 3.
“Permanece política salarial” (DP)	29/04/1980	Matéria – p. A-18.
“Metalúrgico decide manter o movimento” (JC)	30/04/1980	Matéria – p. 4.
“Metalúrgicos continuam em greve e programam festas para amanhã” (DP)	30/04/1980	Matéria – p. A-18.
“Proibidas as manifestações em todo ABC” (JC)	01/05/1980	Matéria – p. 3.
“‘Lição’ para trabalhador que fura greve” (JC)	01/05/1980	Matéria – p. 3.
“STM nega habeas-corpus a Lula e colegas” (JC)	03/05/1980	Chamada na capa
“Proibidas as manifestações em São Paulo” (JC)	03/05/1980	Matéria – p. 3.
“Exército não vai intervir na crise do ABC” (JC)	04/05/1980	Chamada na capa
“Chagas destaca soluções no ABC” (JC)	04/05/1980	Matéria – p. 5.
“Líderes sindicais querem suspender greve metalúrgica” (DP)	04/05/1980	Chamada na capa
“Empresários já negam demissões” (DP)	04/05/1980	Matéria – p. A-32.
“Grupo 14 diz que greve já chegou ao fim” (DP)	05/05/1980	Chamada na capa
“Mazini: legislação sindical deve mudar” (DP)	05/05/1980	Matéria – p. A-18.
“São Bernardo se transforma em campo de batalha” (JC)	06/05/1980	Chamada na capa
“S. Bernardo, uma praça de guerra” (JC)	06/05/1980	Matéria – p. 3.
“Conflitos repetem-se e fazem de S. Bernardo um campo de batalha” (DP)	06/05/1980	Chamada na capa
“Conflito tumultua cidade” (DP)	06/05/1980	Matéria – p. A-18.
“Demissões em massa na área do ABC paulista” (JC)	07/05/1980	Chamada na capa
“Justiça liberta 6 metalúrgicos” (JC)	07/05/1980	Matéria – p. 3.
“Governo só negociará com os metalúrgicos quando acabar a greve” (DP)	07/05/1980	Nota na capa
“Exército descobre 400 bombas em São Bernardo” (JC)	08/05/1980	Chamada na capa
“Operários serão bem recebidos” (JC)	08/05/1980	Matéria – p. 3.
“Exército adverte população contra bombas em São Paulo” (DP)	08/05/1980	Nota na capa
“Prisão preventiva para Lula e mais nove metalúrgicos” (JC)	09/05/1980	Chamada na capa

“Decretada prisão de Lula e mais 9 líderes” (JC)	09/05/1980	Matéria – p. 3.
“Decretada prisão preventiva de “Lula” (DP)	09/05/1980	Chamada na capa
“Explicada a preventiva para Lula” (DP)	09/05/1980	Matéria – p. A-18.
“Governo vê uma sedição na greve do ABC” (JC)	10/05/1980	Chamada na capa
“Lula faz greve de fome com colegas” (JC)	10/05/1980	Matéria – p. 3.
“Lula em greve de fome pela volta às negociações” (DP)	10/05/1980	Chamada na capa
“Líderes tentam diálogo” (DP)	10/05/1980	Matéria – p. A-18.
“Greve em São Paulo poderá terminar hoje” (JC)	11/05/1980	Matéria – p. 3.
“Figueiredo faz proposta para terminar greve” (DP)	11/05/1980	Chamada na capa
“Greve termina no ABC e Dops prende líder Osmarzinho” (DP)	12/05/1980	Nota na capa
“Murilo Macedo já condena operação tartaruga no ABC” (JC)	13/05/1980	Chamada na capa
“Macedo: a hora é boa para negociar” (JC)	13/05/1980	Matéria – p. 3.
“Prejuízo e desemprego no ABC” (DP)	13/05/1980	Nota na capa
“General aplaude o fim da greve” (JC)	14/05/1980	Matéria – p. 3.
“Operário admite que esteja fazendo uma ‘greve tartaruga’” (JC)	15/05/1980	Matéria – p. 3.
“Greve do ABC ampliou mercado de carros usados” (JC)	18/05/1980	Nota na capa

Apêndice I-D – Títulos das matérias veiculadas pelo JC e DP a respeito da greve da FORD em 1981

Matéria	Data	Informações
“Vendas caem e a Ford demite 700 operários” (DP)	04/07/1981	Chamada na capa
“Salmito evita comentários sobre a Ford” (DP)	04/07/1981	Matéria – p. A-18.
“Greve na Ford para protestar contra demissões” (JC)	05/07/1981	Chamada na capa
“Greve geral paralisará a Ford em duas cidades” (JC)	05/07/1981	Matéria – p. 8.
“Lula ameaça paralisa a Ford do Brasil” (DP)	05/07/1981	Nota na capa
“Operários estão em greve e Ford aumenta preços” (JC)	07/07/1981	Chamada na capa
“Nove mil operários da Ford em greve” (JC)	07/07/1981	Matéria – p. 8.
“Operários param Ford em S. Paulo” (DP)	07/07/1981	Nota na capa
“Ford pretende mediação oficial para a greve” (JC)	08/07/1981	Matéria – p. 7.
“Recessão presente na região do ABC” (DP)	08/07/1981	Matéria – p. A-12.
“Greve: dissídio irá definir legalidade” (JC)	09/07/1981	Matéria – p. 8.
“Ministério não pretende punir trabalhadores” (JC)	10/07/1981	Matéria – p. 8.
“Trabalhadores têm prazo para conciliação” (JC)	11/07/1981	Matéria – p. 8.
“Greve da Ford vai continuar” (DP)	11/07/1981	Nota na capa
“Operários da Ford divulgam conta justificando a greve” (JC)	12/07/1981	Matéria – p. 8.
“Greve na Ford vai até amanhã” (DP)	13/07/1981	Nota na capa
“Tribunal adia para hoje julgamento da greve na Ford” (JC)	14/07/1981	Matéria – p. 7.
“Grevistas da Ford voltam ao trabalho” (DP)	14/07/1981	Matéria – p. A-12.
“Caso Ford exige tomada de posição e não só protesto” (DP)	14/07/1981	Matéria – p. A-17.
“Tribunal decreta ilegalidade da Ford” (JC)	15/07/1981	Chamada na capa
“Tribunal julga ilegal greve na Ford Brasil” (JC)	15/07/1981	Matéria – p. 7.
“Justiça decreta ilegalidade da greve da Ford” (DP)	15/07/1981	Matéria – p. A-12.
“Ford e operários reúnem-se para discutir acordo” (DP)	18/07/1981	Matéria – p. A-12.
“Acordo na Ford sai hoje” (DP)	20/07/1981	Chamada na capa
“Lula: conseguimos outra conquista” (DP)	20/07/1981	Matéria – p. A-10.

APÊNDICE II
(CADERNO ICONOGRÁFICO)



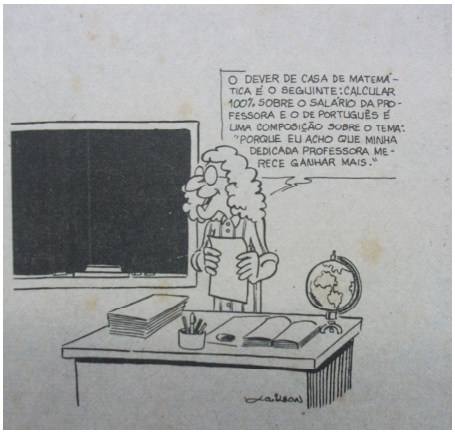
(Figura XIV – Propaganda do Governo do Estado de Pernambuco para as "comemorações" do Dia do Trabalho, em 1979. Fonte: **Jornal do Commercio**, 26 abr. 1979).



(Figura XV – Elevação do custo de vida do Recife. Fonte: Charge. **Diário de Pernambuco**, 17 mar. 1979).



(Figura XVI – Colocando-se contrários à "campanha de reposição salarial dos 34,1%", 210 líderes sindicais de Pernambuco vão à Brasília e asseguram "fidelidade" ao presidente Geisel, em 1977. Fonte: **Jornal do Commercio**, 4 out. 1977).



(Figura XVII – A professora e o dever de casa. Fonte: Charge. **Diário de Pernambuco**, 26 abr. 1979).



(Figura XVIII – A greve dos professores e o comunismo. Fonte: Charge. **Diário de Pernambuco**, 5 mai. 1979).



(Figura XIX – Alunos apoiam greve dos professores. Fonte: Charge. **Diário de Pernambuco**, 9 mai. 1979).



(Figura XX – O retrato da condição de vida dos professores em Pernambuco, em 1979. Fonte: Charge. **Jornal do Commercio**, 10 mai. 1979).



(Figura XXI – Os professores e as razões da greve. Fonte: Charge. **Diário de Pernambuco**, 10 mai. 1979).



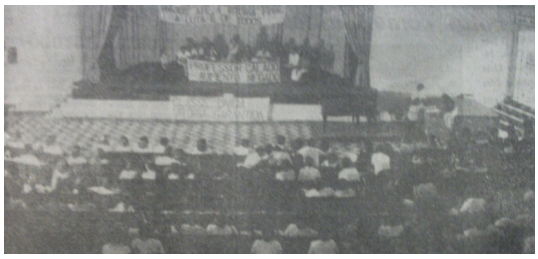
(Figura XXII – Greve dos professores. Fonte: Charge. **Diário de Pernambuco**, 13 mai. 1979).



(Figura XXIII – Professor discursa à categoria durante a I Assembleia Geral dos professores da rede particular de Pernambuco, em 1979. Fonte: **Jornal do Commercio**, 17 mai. 1979).



(Figura XXIV – Durante a I Assembleia Geral, professores da rede particular votam a favor do início da greve da categoria, em 1979. Fonte: **Diário de Pernambuco**, 17 mai. 1979).



(Figura XXV – II Assembleia Geral dos professores da rede particular de Pernambuco, em 1979. Fonte: **Jornal do Commercio**, 25 mai. 1979).



(Figura XXVI – Durante a II Assembleia Geral, professores da rede particular votam a favor do início da greve da categoria, em 1979. Fonte: **Jornal do Commercio**, 25 mai. 1979).



(Figura XXVII – Os professores de Pernambuco e o ABC paulista, em 1979. Fonte: Charge. **Diário de Pernambuco**, 26 mai. 1979).



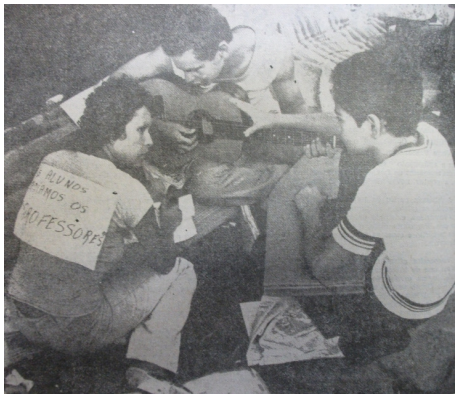
(Figura XXVIII – Professores da rede oficial saem em passeata pelas ruas do Recife após a realização da IV Assembleia Geral, em 1979. Fonte: **Jornal do Commercio**, 29 mai. 1979).



(Figura XXIX – Professores da rede oficial saem em passeata pelas ruas do Recife após a realização da IV Assembleia Geral, em 1979. Fonte: **Diário de Pernambuco**, 29 mai. 1979).



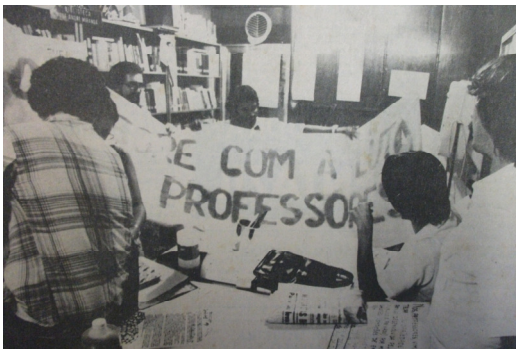
(Figura XXX – Professores em vigília em frente à Secretaria de Educação de Pernambuco, em 1979. Fonte: **Jornal do Commercio**, 29 mai. 1979).



(Figura XXXI – Professores em vigília em frente à Secretaria de Educação de Pernambuco, em 1979. Fonte: **Jornal do Commercio**, 29 mai. 1979).



(Figura XXXII – Professores em vigília em frente à Secretaria de Educação de Pernambuco, em 1979. Fonte: **Jornal do Commercio**, 29 mai. 1979).



(Figura XXXIII – Professores reunidos para preparar o início da greve, em 1979. Fonte: **Diário de Pernambuco**, 30 mai. 1979).



(Figura XXXIV – Marco Maciel e os professores. Fonte: Charge. **Diário de Pernambuco**, 31 mai. 1979).



(Figura XXXV – A greve dos professores, segundo os pais. Fonte: Charge. **Diário de Pernambuco**, 31 mai. 1979).



(Figura XXXVI – Professores realizam pedágios pelas ruas do Recife, a fim de arrecadar fundos para a greve, em 1979. Fonte: **Jornal do Commercio**, 2 jun. 1979).



(Figura XXXVII – A greve dos motoristas de ônibus e os "subversivos". Fonte: Charge. **Diário de Pernambuco**, 2 jun. 1979).



(Figura XXXVIII – Professores em greve realizam reunião na Igreja de São José, no Recife, em 1979. Fonte: **Diário de Pernambuco**, 2 jun. 1979).



(Figura XXXIX – Professores reivindicam aumento salarial. Fonte: Charge. **Jornal do Commercio**, 3 jun. 1979).



(Figura XL – Fim da greve dos professores da rede particular. Fonte: Charge. **Diário de Pernambuco**, 7 jun. 1979).



(Figura XLI – O aumento salarial dos professores da rede particular. Fonte: Charge. **Diário de Pernambuco**, 7 jun. 1979).



(Figura XLII – Professores fazem protesto em frente à Assembleia Legislativa, em 1979. Fonte: **Jornal do Commercio**, 8 jun. 1979).



(Figura XLIII – Protesto dos professores em frente à Secretaria de Educação de Pernambuco, em 1979. Fonte: **Jornal do Commercio**, 9 jun. 1979).



(Figura XLIV – Protesto dos professores em frente à Secretaria de Educação de Pernambuco, em 1979. Fonte: **Jornal do Commercio**, 9 jun. 1979).



(Figura XLV – Professores saem em passeata pelas ruas do Recife, em 1979. Fonte: **Diário de Pernambuco**, 9 jun. 1979).



(Figura XLVI – Professores em vigília em frente à Secretaria de Educação de Pernambuco, em 1979. Fonte: **Diário de Pernambuco**, 9 jun. 1979).



(Figura XLVII – Protesto dos professores em frente à Secretaria de Educação de Pernambuco, em 1979. Fonte: **Diário de Pernambuco**, 10 jun. 1979).



(Figura XLVIII – A moda da greve. Fonte: Charge. **Diário de Pernambuco**, 13 jun. 1979).



(Figura XLIX – Protesto dos professores em frente à Secretaria de Educação de Pernambuco, em 1979. Fonte: **Diário de Pernambuco**, 14 jun. 1979).



(Figura L – Lula e as greves urbanas de Pernambuco. Fonte: Charge. **Diário de Pernambuco**, 14 jun. 1979).



(Figura LI – Lula e as greves urbanas de Pernambuco. Fonte: Charge. **Diário de Pernambuco**, 14 jun. 1979).



(Figura LII – Lula discursa para professores grevistas em frente à Secretaria de Educação de Pernambuco, em 1979. Fonte: **Diário de Pernambuco**, 14 jun. 1979).



(Figura LIII – Lula dá aula aos professores grevistas de Pernambuco. Fonte: Charge. **Diário de Pernambuco**, 15 jun. 1979).



(Figura LIV – Marcos Freire discursa para professores grevistas em frente à Secretaria de Educação de Pernambuco, em 1979. Fonte: **Diário de Pernambuco**, 16 jun. 1979).



(Figura LV – Professores da rede oficial reunidos em frente à Igreja de São José, após a votação que encerrou a greve da categoria. Fonte: **Jornal do Commercio**, 4 jul. 1979).



(Figura LVI – As preocupações de Marco Maciel. Fonte: Charge. **Diário de Pernambuco**, 20 jun. 1979).



(Figura LVII – As greves e o presidente João Figueiredo. Fonte: Charge. **Diário de Pernambuco**, 23 jun. 1979).



(Figura LVIII – Greve dos motoristas e cobradores de ônibus da RMR. Fonte: Charge. **Jornal do Commercio**, 29 mai. 1979).



(Figura LIX – Repressão policial ao piquete feito pelos motoristas e cobradores de ônibus, por ocasião da greve da categoria, em 1979. Fonte: **Jornal do Commercio**, 1 jun. 1979).



(Figura LX – Repressão policial ao piquete feito pelos motoristas e cobradores de ônibus, por ocasião da greve da categoria, em 1979. Fonte: **Diário de Pernambuco**, 1 jun. 1979).



(Figura LXI – Repressão policial ao piquete feito pelos motoristas e cobradores de ônibus, por ocasião da greve da categoria, em 1979. Fonte:**Diário de Pernambuco**, 1 jun. 1979).



(Figura LXII – Aparato policial "protege" o STTREPE de possíveis depredações por parte dos motoristas e cobradores em greve, em 1979. Fonte: **Diário de Pernambuco**, 1 jun. 1979).



(Figura LXIII – Motoristas e cobradores de ônibus furam pneus de alguns ônibus que circulavam pelo centro do Recife, por ocasião da greve da categoria, em 1979. Fonte: **Diário de Pernambuco**, 1 jun. 1979).



(Figura LXIV – Motoristas e cobradores de ônibus furam pneus de alguns ônibus que circulavam pelo centro do Recife, por ocasião da greve da categoria, em 1979. Fonte: **Diário de Pernambuco**, 1 jun. 1979).



(Figura LXV – População sem ônibus na volta para casa, por ocasião da greve dos motoristas e cobradores de ônibus, em 1979. Fonte: **Jornal do Commercio**, 1 jun. 1979).



(Figura LXVI – População sem ônibus na volta para casa, por ocasião da greve dos motoristas e cobradores de ônibus, em 1979. Fonte: **Jornal do Commercio**, 1 jun. 1979).



(Figura LXVII – População invade ônibus na volta para casa, por ocasião da greve dos motoristas e cobradores de ônibus, em 1979. Fonte: **Jornal do Commercio**, 1 jun. 1979).



(Figura LXVIII – População invade ônibus na volta para casa, por ocasião da greve dos motoristas e cobradores de ônibus, em 1979. Fonte: **Jornal do Commercio**, 1 jun. 1979).



(Figura LXIX – Prefeitura do Recife cede caminhões de transporte de animais para população na volta para casa, por ocasião da greve dos motoristas e cobradores de ônibus, em 1979. Fonte: **Jornal do Commercio**, 2 jun. 1979).



(Figura LXX – Protesto dos motoristas e cobradores de ônibus, no centro do Recife, por ocasião da greve dos motoristas e cobradores de ônibus, em 1979. Fonte: **Jornal do Commercio**, 2 jun. 1979).



(Figura LXXI – Ônibus parados nas garagens das empresas, por ocasião da greve dos motoristas e cobradores de ônibus, em 1979. Fonte: **Jornal do Commercio**, 2 jun. 1979).



(Figura LXXII – Motoristas e cobradores de ônibus comemoram as reivindicações obtidas, por ocasião da greve da categoria, em 1979. Fonte: **Diário de Pernambuco**, 2 jun. 1979).



(Figura LXXIII – Aumento da passagem de ônibus é repassado aos usuários. Fonte: Charge. **Jornal do Commercio**, 14 jun. 1979).



(Figura LXXIV – Caminhões parados no Cais do Recife, por ocasião da greve dos caminhoneiros, em 1979. Fonte: **Jornal do Commercio**, 23 ago. 1979).



(Figura LXXV – Caminhões parados no Cais do Recife, por ocasião da greve dos caminhoneiros, em 1979. Fonte: **Jornal do Commercio**, 23 ago. 1979).



(Figura LXXVI – Caminhões parados no Cais do Recife, por ocasião da greve dos caminhoneiros, em 1979. Fonte: **Jornal do Commercio**, 23 ago. 1979).



(Figura LXXVII – Caminhões parados no Cais do Recife, por ocasião da greve dos caminhoneiros, em 1979. Fonte: **Jornal do Commercio**, 23 ago. 1979).



(Figura LXXVIII – Protesto dos funcionários da CELPE em frente à empresa, em 1979. Fonte: **Diário de Pernambuco**, 30 out. 1979).



(Figura LXXIX – Protesto dos funcionários da CELPE em frente à empresa, em 1979. Fonte: **Diário de Pernambuco**, 30 out. 1979).



(Figura LXXX – Em votação, professores da UFPE decidem entrar em greve, em 1980. Fonte: **Jornal do Commercio**, 26 nov. 1980.



(Figura LXXXI – Protesto dos professores da UFPE e UFRPE, por ocasião da greve da categoria, em 1980. Fonte: **Jornal do Commercio**, 29 nov. 1980.



(Figura LXXXII – Cartaz de divulgação do ENTOES. Fonte: Disponível em: <http://www.abcdeluta.org.br/>. Acesso em: 10 out. 2011).



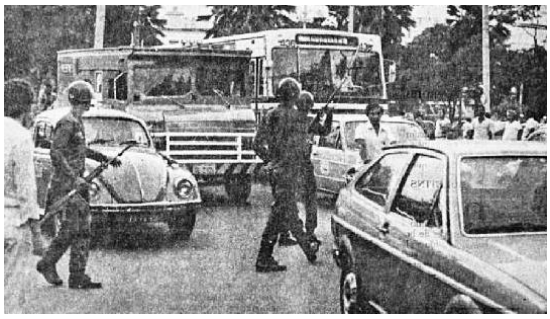
(Figura LXXXIII – Protesto dos motoristas e cobradores de ônibus, no centro do Recife, por ocasião da greve da categoria, em 1981. Fonte: **Jornal do Commercio**, 2 out. 1981).



(Figura LXXXIV – Congestionamento no centro do Recife, por ocasião da greve dos motoristas e cobradores de ônibus, em 1981. Fonte: **Jornal do Commercio**, 2 out. 1981).



(Figura LXXXV – Engarrafamento no centro do Recife, por ocasião da greve dos motoristas e cobradores de ônibus, em 1981. Fonte: **Diário de Pernambuco**, 2 out. 1981).



(Figura LXXXVI – Policiais tentam impedir manifestações dos motoristas e cobradores de ônibus, no centro do Recife, por ocasião da greve da categoria, em 1981. Fonte: **Diário de Pernambuco**, 2 out. 1981).



(Figura LXXXVII – Em Assembleia Geral, professores da UFPE e UFRPE decidem entrar em greve, em 1981. Fonte: **Jornal do Commercio**, 12 nov. 1981).



(Figura LXXXVIII – Metalúrgicos pernambucanos na I CONCLAT. Fonte: GT SINDICAL DO CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS JOSUÉ DE CASTRO, op. cit.).



(Figura LXXXIX – Médicos-residentes espalham cartazes no Hospital Pedro II, por ocasião da greve da categoria, em 1982. Fonte: **Diário de Pernambuco**, 29 jun. 1982).



(Figura XC – Médicos-residentes realizam pedágio nas portas do Hospital Pedro II, por ocasião da greve da categoria, em 1982. Fonte: **Diário de Pernambuco**, 30 jun. 1982).



(Figura XCI – Médicos-residentes realizam ato público no centro do Recife, em comemoração ao "Dia Estadual da Residência Médica", em 1982. Fonte: **Diário de Pernambuco**, 10 jul. 1982).



(Figura XCII – Médicos-residentes reúnem-se com reitor da UFPE, Geraldo Lafayette, para pôr fim à greve, em 1982. Fonte: **Diário de Pernambuco**, 19 ago. 1982).



(Figura XCIII – Em votação, professores da UFPE e UFRPE decidem entrar em greve, em 1982. Fonte: **Diário de Pernambuco**, 19 nov. 1982).



(Figura XCIV – Ato público dos professores da UFPE e UFRPE, por ocasião da greve da categoria, em 1982. Fonte: **Diário de Pernambuco**, 16 dez. 1982).



(Figura XCV – Ato público dos professores da UFPE e UFRPE, por ocasião da greve da categoria, em 1982. Fonte: **Diário de Pernambuco**, 16 dez. 1982).



(Figura XCVI – Em Assembleia Geral, professores da UFPE e UFRPE decidem pôr fim à greve, em 1982. Fonte: **Diário de Pernambuco**, 18 dez. 1982).



(Figura XCVII – Greve na indústria metalúrgica Herberto Ramos, em 1982. Fonte: **Diário de Pernambuco**, 22 dez. 1982).



(Figura XCVIII – Comício no Recife: população vai às urnas eleger governador com grande animação, em 1982. Fonte: **VEJA**, n. 747, p. 38, 29 dez. 1982).



(Figura XCIX – Delfim Netto e a recessão econômica. Fonte: Charge. **Jornal do Commercio**, 22 fev. 1983).



(Figura C – Protesto dos operários da Micromotores em frente ao Palácio do Campo das Princesas, em 1983. Fonte: **Diário de Pernambuco**, 6 mai. 1983).



(Figura CI – Passeata dos desempregados" no centro do Recife, em 1983. Fonte: **Jornal do Commercio**, 19 mai. 1983).



(Figura CII – Aparato policial no centro do Recife, por ocasião da "Passeata dos desempregados", em 1983. Fonte: **Jornal do Commercio**, 19 mai. 1983).



(Figura CIII – Aparato policial no centro do Recife, por ocasião da "Passeata dos desempregados", em 1983. Fonte: **Jornal do Commercio**, 19 mai. 1983).



(Figura CIV – Aparato policial no centro do Recife, por ocasião da "Passeata dos desempregados", em 1983. Fonte: **Diário de Pernambuco**, 19 mai. 1983).



(Figura CV – Ato público no centro do Recife, por ocasião da "Passeata dos desempregados", em 1983. Fonte: **Jornal do Commercio**, 19 mai. 1983).



(Figura CVI – Aparato policial no centro do Recife, por ocasião da "Passeata dos desempregados", em 1983. Fonte: GT SINDICAL DO CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS JOSUÉ DE CASTRO, op. cit.).



(Figura CVII – Ato público no centro do Recife, por ocasião da "Passeata dos desempregados", em 1983. Fonte: **Diário de Pernambuco**, 19 mai. 1983).



(Figura CVIII – Ato público no centro do Recife, por ocasião da "Passeata dos desempregados", em 1983. Fonte: Fonte: GT SINDICAL DO CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS JOSUÉ DE CASTRO, op. cit.).



(Figura CIX – Ato público no centro do Recife, por ocasião da "Passeata dos desempregados", em 1983. Fonte: Fonte: GT SINDICAL DO CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS JOSUÉ DE CASTRO, op. cit.).



(Figura CX – Lojistas fecham portas temendo pilhagem, por ocasião da "Passeata dos desempregados", em 1983. Fonte: **Diário de Pernambuco**, 19 mai. 1983).



(Figura CXI – Em Assembleia Geral, professores da rede particular votam a favor da greve da categoria, em 1983. Fonte: **Jornal do Commercio**, 28 mai. 1983).



(Figura CXII – Em Assembleia Geral, professores da rede particular saem da greve, em 1983. Fonte: **Diário de Pernambuco**, 8 jun. 1983).



(Figura CXIII – Ato público realizado no centro do Recife, por ocasião do "Dia Nacional de Protesto", em 1983. Fonte: **Jornal do Commercio**, 22 jul. 1983).



(Figura CXIV – Ato público realizado no centro do Recife, por ocasião do "Dia Nacional de Protesto", em 1983. Fonte: **Jornal do Commercio**, 22 jul. 1983).



(Figura CXV – Ato público realizado no centro do Recife, por ocasião do "Dia Nacional de Protesto", em 1983. Fonte: **Diário de Pernambuco**, 22 jul. 1983).



(Figura CXVI – Ato público realizado no centro do Recife, por ocasião do "Dia Nacional de Protesto", em 1983. Fonte: **Diário de Pernambuco**, 22 jul. 1983).



(Figura CXVII – Ato público realizado no centro do Recife, por ocasião do "Dia Nacional de Protesto", em 1983. Fonte: **Diário de Pernambuco**, 22 jul. 1983).



(Figura CXVIII – Aparato policial no centro do Recife, por ocasião do "Dia Nacional de Protesto", em 1983. Fonte: **Jornal do Commercio**, 22 jul. 1983).



(Figura CXIX – Mais de 70 líderes sindicais de Pernambuco encontra-se com o secretário estadual do Trabalho e Ação Social, Sávio Vieira, para negarem apoio aos protestos ocorridos na região, por ocasião do "Dia Nacional de Protesto", em 1983. Fonte: **Diário de Pernambuco**, 22 jul. 1983).



(Figura CXX – "Dia Nacional de Protesto". Fonte: Charge. **Diário de Pernambuco**, 22 jul. 1983).



(Figura CXXI – Aparato policial no centro do Recife, por ocasião do movimento "seca-pneu", em 1984. Fonte: **Jornal do Commercio**, 8 abr. 1984).



(Figura CXXII – Aparato policial no centro do Recife, por ocasião do movimento "seca-pneu", em 1984. Fonte: **Jornal do Commercio**, 8 abr. 1984).



(Figura CXXIII – Aparato policial no centro do Recife, por ocasião do movimento "seca-pneu", em 1984. Fonte: **Jornal do Commercio**, 8 abr. 1984).



(Figura CXXIV – Aparato policial no centro do Recife, por ocasião do movimento "seca-pneu", em 1984. Fonte: **Jornal do Commercio**, 8 abr. 1984).



(Figura CXXV – Aparato policial no centro do Recife, por ocasião do movimento "seca-pneu", em 1984. Fonte: **Jornal do Commercio**, 8 abr. 1984).



(Figura CXXVI – Aparato policial no centro do Recife, por ocasião do movimento "seca-pneu", em 1984. Fonte: **Diário de Pernambuco**, 8 abr. 1984).



(Figura CXXVII – Movimento "seca-pneu". Fonte: Charge. **Diário de Pernambuco**, 8 abr. 1984).



(Figura CXXVIII – Reunidos em assembleia, professores da rede particular de ensino decidem entrar em greve, em 1984. Fonte: **Jornal do Commercio**, 2 jun. 1984).



(Figura CXXIX – Professores, em greve, fazem piquete em frente ao Colégio Santa Maria, no Recife, em 1984. Fonte: **Diário de Pernambuco**, 5 jun. 1984).



(Figura CXXX – Em votação, professores da UFPE e UFRPE decidem entrar em greve, em 1984. Fonte: **Diário de Pernambuco**, 16 mai. 1984).



(Figura CXXXI – Ato público realizado, no centro do Recife, pelos professores da UFPE e UFRPE, por ocasião da greve da categoria, em 1984. Fonte: **Diário de Pernambuco**, 24 mai. 1984).



(Figura CXXXII – Ato público realizado, no centro do Recife, pelos professores da UFPE e UFRPE, por ocasião da greve da categoria, em 1984. Fonte: **Diário de Pernambuco**, 13 jul. 1984).



(Figura CXXXIII – Ato público realizado, no centro do Recife, pelos professores da UFPE e UFRPE, por ocasião da greve da categoria, em 1984. Fonte: **Jornal do Commercio**, 19 jul. 1984).



(Figura CXXXIV – Ato público realizado, no centro do Recife, pelos professores da UFPE e UFRPE, por ocasião da greve da categoria, em 1984. Fonte: **Diário de Pernambuco**, 20 jul. 1984).



(Figura CXXXV – A (i)legalidade da greve dos professores da UFPE e UFRPE, em 1984. Fonte: Charge. **Diário de Pernambuco**, 23 jul. 1984).

ANEXOS

Anexo I – Memorial aprovado pela assembleia geral da APENOPE entregue ao governador (1979) [972]

Nós, professores, reunidos em Assembléia Geral, em 11 de abril de 1979, às 16 horas, no Teatro do Parque, resolvemos, por unanimidade, solicitar a V. Exa., através deste expediente, os pleitos mais urgentes desta classe que, no momento, passa por grandes vexames financeiros, tendo em vista os salários aviltantes dos quais V. Exa., é profundo conhecedor, por ser também professor integrado na situação da classe.

Diante destas reivindicações, formularemos nossas reivindicações, certos de que o seu atendimento será efetivado para tranqüilidade da classe que há vários anos luta por uma condição condigna com a missão de educar.

Em anexo, Sr. Governador, enviamos as nossas reivindicações.

Com a mais elevada consideração, firmamo-nos.

Atenciosamente,

Comissão Permanente de Reivindicação criada pela Assembléia Geral – APENOPE.

Exmo. Sr.

Dr. Marco Antonio Maciel

DD. Governador do Estado de Pernambuco

NESTA

REIVINDICAÇÕES

a) Aumento de: 250% para professores de 1ª a 4ª séries do 1° grau; 150% para professores Estudantes de Magistério e licenciatura Curta; 100% para professores de Licenciatura Plena e para professores Estudantes não ligados à carreira de Magistério a partir de 16 de março de 1979;
b) Imediata implantação do plano de reclassificação de cargo para todos os níveis;
c) 60% de carga horária dada em sala de aula e os 40% restantes destinados à correção de provas e trabalhos, planejamento de aulas e outras obrigações inerentes ao magistério realizadas na própria Unidade Escolar;
d) Efetivação dos professores contratados com 5 ou mais anos de magistério;
e) Adotar para os professores contratados, o mesmo critério de promoção dos efetivos;
f) Readaptar os professores que se afastaram pelo art. 177, que antes não eram professores e que antes não eram professores e que permanecem na regência de classe;
g) Cumprimento puro e simples do que determina o decreto 67322; 3,5% do salário mínimo da região como pagamento de salário-aula ao professor possuidor de curso de nível superior;
h) Estender aos supervisores e orientadores educacionais a gratificação de 30%;
i) Estender aos diretores, vice-diretores, supervisores locais e orientadores educacionais que trabalham em lugares inóspitos, a gratificação de 30%;
j) Estender a progressão funcional aos professores que se encontram à disposição de outras repartições, com ônus para a Secretaria de Educação;
k) Contagem recíproca do tempo de serviço prestado às empresas particulares;
l) Que as faltas dos professores não abonadas, só sejam enviadas aos órgãos competentes para desconto, se, até os primeiros dez dias úteis não foram abonadas;
m) Que os professores com licença para tratamento de saúde (ITS) não sejam obrigados a pagar as aulas do período da licença;
n) Que as faltas não abonadas só entrem para desconto com o "ciente" do professor;
o) Que as faltas abonadas não sejam enviadas à Secretaria de Educação, a fim de não prejudicar a aposentadoria e licença-prêmio do professor;
p) Que as aulas excedentes dos professores catedráticos sejam pagas na mesma base das aulas obrigatórias por contrário;
q) Estender a gratificação adicional e licença-prêmio aos demais professores contratados conforme determina a Lei 5.008 de Janeiro de 1964;
r) Que os Diretores e Vice-Diretores das Unidades Escolares sejam indicados através de congregações das respectivas unidades, por meio de uma lista quíntupla;
s) Que os professores e antigos instrutores de prática profissional, efetivos, portadores de registro D ou S antes da publicação da Lei 5692/71, sejam promovidos para a faixa VI (NU-4), assim como foram os professores do registro D ou S contratados;
t) Que os professores de 1ª a 4ª série, portadores de diploma de nível superior, recebam o mesmo salário pago aos professores com licenciatura plena;
u) Que todo o magistério inativo passe a gozar os mesmos direitos e vantagens concedidos pela Lei 5.181 aos colegas

[972] Memorial publicado no **Jornal do Commercio** do dia 15 de abril de 1979.

na atividade;

Tendo em vista a justa inquietação do professorado, esperamos que V. Exa. se digne de responder o nosso pleito nesses 15 dias, após o recebimento do presente memorial, quando estaremos novamente reunidos em Assembléia Geral Extraordinária, para comunicarmos aos professores a definição de V. Exa.

Comissão: Leônidas Fernandes de Lima, Fernando Duarte, Adailton Freitas, Arruda Ferreira de Souza, Aníbal de Melo, Austriclínio Galindo, João Severino Silva, José Avelino dos Santos, Euclísia Ferreira de Souza, Wilson Santana, Edmundo Leal, Paulo Rubem Santiago, Jademir Nunes, Vera Lúcia Gomes, Marilourdes Padilha de Freitas, Carlos Roberto Menezes, Gison Jeferson de Morais, Alexandre Campos, Matilde de Oliveira, Lucy Maria Santiago, Reniuza Rodrigues, Geraldo Pinho, Antonis de Alencar e João Paulino de A. Filho.

Anexo II – Carta aberta dos professores do ensino particular de Pernambuco (1979) [973]

Há estudantes em Pernambuco que alcançam o 2° grau escrevendo a palavra "aviso" com Z, embaraçando-se diante dos problemas mais elementares de matemática, ou compondo um verdadeiro "samba de crioulo doido" com relação aos fatos histórico-sociais.

No entanto, os senhores pais pagam anuidades exorbitantes e acreditam que com isso a educação de seus filhos se encontra garantida. Aos professores é atribuída toda a responsabilidade das distorções constatadas nos alunos. No entanto, no momento em que nos encontramos em assembléia permanente, lutando por melhorias salariais, é preciso que deixemos claro onde está a responsabilidade da educação que seu filho vem recebendo.

Admitam que:

1. Salários indignos obrigam o professor a ter uma carga horária desumana de até 15 aulas por dia;
2. Praticamente, o quadro e o giz constituem o único material didático do professor, quando muitas vezes ele precisa de um material mais adequado;
3. O número de alunos por sala de aula excede em larga escala o estabelecido por lei;
4. O professor freqüentemente é obrigado a aprovar alunos que não demonstram aproveitamento suficiente, para não causar prejuízo financeiro ao colégio.

Pelo acima exposto, srs. pais, a deficiência educacional do seu filho é fruto de diretrizes que nos não impostas. Ao fazermos nossas reivindicações salariais, estamos plenamente conscientes de que as mesmas não justificam aumento de anuidades e qualquer decisão nesse sentido, tomada pelos diretores de Colégios, só explica pela ganância de lucros.

Assim, os professores, que agora se dirigem aos senhores, recusam explicações demagógicas, por entenderem que os verdadeiros educadores não apenas informam, mas, sobretudo formam a personalidade firme e o senso crítico de seus alunos, seus filhos.

Anexo III – Nota oficial da APENOPE (1979) [974]

A ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DE PERNAMBUCO, considerando que a legislação vigente proíbe terminantemente os servidores públicos de fazerem greve, impondo, na hipótese, aos grevistas severas punições, inclusive até a demissão.

Considerando ser, portanto, totalmente ilegal qualquer movimento grevista de professores da rede oficial de ensino;

Considerando ainda, ser seu dever indeclinável preservar os interesses de seus associados, não os conduzindo jamais a situações ilícitas e passíveis de punição;

Considerando, finalmente, ser obrigação da classe do magistério, como responsável maior pela formação de gerações, contribuir com a força do seu exemplo, para o processo de aperfeiçoamento das instituições democráticas, aspirações de todos os brasileiros somente possível num clima de ordem, serenidade e de respeito à Lei.

DECIDE: 1 – Desautorizar o uso do nome desta Associação de classe para respaldar qualquer movimento grevista.

2 – Advertir, desde já, que a APENOPE não se responsabilizará pelos prejuízos decorrentes de sanções que, porventura, venham a sofrer seus associados na eventualidade de sua participação em greve ou outra qualquer atividade ilegal.

3 – Declarar seu propósito de continuar, lutar pelas reivindicações da classe, procurando soluções pautadas nos preceitos legais, dentro do processo de diálogo proposto pelo Governo.

Leônidas Fernandes de Lima
Presidente
Vice-Presidente
Severino Cavalcanti de Albuquerque

Anexo IV – Carta aberta dos professores grevistas da rede oficial (1979) [975]

A cada ano diminuem mais e mais as verbas para a educação no Brasil. Por causa disso seu filho frequenta salas de aula mal iluminadas, sem ventilação, com péssimas acomodações: o quadro e giz como únicos recursos para o professor e,

[973] Carta aberta publicada no **Jornal do Commercio** do dia 11 de abril de 1979.

[974] Nota oficial da APENOPE publicada no **Jornal do Commercio** do dia 29 maio de 1979.

[975] Carta aberta dos professores publicada no **Diário de Pernambuco** do dia 31 maio de 1979.

ainda paga taxas diversas quando é de responsabilidade do Governo a gratuidade do ensino. Nós, professores da rede oficial, além de enfrentarmos estas péssimas condições de trabalho, também sofremos com os baixos salários que são pagos pelo Governo do Estado de Pernambuco. Achamos que a qualidade de ensino depende do bom funcionamento de nossas escolas e da melhoria das condições de vida do professorado. O Estado nos oferece um salário irrisório, que nos sobrecarrega de problemas e compromissos que prejudicam a nossa dedicação aos alunos. Como poderá um trabalhador ter tranquilidade sem receber um salário justo? Poderá um professor dar uma boa aula se não ganhar o mínimo para garantir o sustento da sua família? ppor causa disto é que decidimos entrar em greve a partir de hoje - 30-05-79 - lutando por melhores condições de trabalho, junto ao Governo do Estado. Achamos que a nossa vitória trará benefícios para todos os alunos. Por isso, contamos com seu apoio, e pedimos que não mandem seus filhos à escola a partir desta data. Acreditamos que nossa vitória, a dos senhores, a dos seus filhos, depende da união entre pais, filhos e professores. O futuro dos nossos filhos também depende da qualidade de ensino que recebem nas escolas. PELA UNIÃO DE PAIS, FILHOS E PROFESSORES... POR UM ENSINO MELHOR... POR UM SALÁRIO JUSTO...

Anexo V– Nota oficial do MDB em favor da greve dos professores (1979) [976]

No momento em que esta categoria profissional decide pelo movimento grevista como forma soberana de defender seus direitos, durante tanto tempo desrespeitada pelos patrões e pelo governo, oferecemos nossa solidariedade e irrestrito apoio a esse movimento estando à disposição para toda e qualquer solicitação que possa contribuir para o sucesso da luta ora iniciada.

Consideramos a luta dos professores como legítima. Aqueles que hoje falam em sua ilegalidade, são os mesmos que há tanto tempo submetem esta categoria a um salário miserável e a uma jornada de trabalho estafante.

Temos certeza da vitória desta luta, que é a mesma luta em que se empenha a maioria esmagadora do povo brasileiro: os operários, os médicos, os funcionários públicos, os estudantes, todos, enfim, que lutam para ter o direito de viver com dignidade.

Anexo VI – Carta-circular do secretário de Educação aos alunos (1979) [977]

Caro Aluno. Vivemos, hoje, um momento muito especial, do qual, você deve participar, por ser um dos principais interessados. Refiro-me à decisão de alguns professores do Estado de não comparecerem às escolas para dar aulas. Estes professores, tendo apresentado 21 pedidos ao Governo do Estado, inclusive aumentos de salários da ordem de 100% a 150% não aceitaram a resposta do Governo, que ofereceu aumentos de 45%, 50% e 60% para as diversas faixas de professores e comprometeu-se a examinar, com os próprios professores, todas as outras reivindicações do Magistério.

Você precisa saber que, nos últimos anos, o Governo, só vem podendo dar aumentos de salários em torno de 30% a 40%. Este ano, o Governo propôs elevar o percentual de aumento dos salários dos professores para até 60%. Infelizmente, os professores que querem paralisar suas atividades não aceitaram a proposta do Governo. É importante que você saiba que o Governo tem consciência de que o seu professor, como muitos outros funcionários públicos, não recebem salários satisfatórios. Mas, você entende que não se pode corrigir, de uma só vez, distorções acumuladas durante muitos anos, como reconhecem muitos outros professores, que estão normalmente cumprindo, que estão normalmente cumprindo suas obrigações nas salas de aula.

O Governo precisa de tempo para corrigir essas deficiências, sem prejudicar as outras responsabilidades para com a população, como a de construir mais escolas, por exemplo. Governo e professores têm um compromisso assumido para com você: educá-lo para uma vida digna e feliz, mesmo em dias de dificuldades. Esse compromisso será mantido. Você só será prejudicado se não comparecer às aulas. Aconselhe-se com seus pais e familiares, que são os seus melhores amigos. O maior beneficiário será você mesmo. Aceite meus melhores votos de um grandioso futuro.

Anexo VII – Edital lançado pela Secretaria de Educação de Pernambuco (1979) [978]

A Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco considerando que, por despacho do Excelentíssimo Senhor Ministro do Trabalho foi reconhecida a ilegalidade do estado de greve decorrente da paralisação parcial das atividades docentes de professores da rede oficial de ensino.

Considerando que a declaração oficial de ilegalidade do movimento de paralisação parcial alcança tanto os professores submetidos ao regime estatutário quanto aos vinculados ao Estado por contrato de trabalho, vem, por meio deste, comunicar a todos os interessados que:

I – fica concedido o prazo de 48 horas, a contar da publicação deste edital no Diário Oficial do Estado, para que os professores efetivos ou contratados, que não vêm comparecendo às aulas, reassumam suas funções nas respectivas unidades de ensino;

II – o não atendimento ao presente edital, no prazo acima estabelecido sujeitará os professores faltosos às disposições do decreto federal n° 1.632, de 4 de agosto de 1978;

III – autorizará, igualmente, a aplicação do decreto-lei n° 1.632 a todo e qualquer procedimento que frustre ou vise

---

[976] Nota oficial do MDB publicada no **Jornal do Commercio** do dia 1 junho de 1979.

[977] Carta-circular publicada no **Diário de Pernambuco** do dia 31 de maio de 1979.

[978] Edital publicado no **Jornal do Commercio** do dia 7 de junho de 1979.

frustrar o normal funcionamento das unidades de ensino oficial do Estado.

Anexo VIII – Nota dos professores da rede oficial de ensino, por ocasião do fim da greve (1979) [979]

A greve foi suspensa porque se viu a necessidade de organizar melhor o professorado. Na assembléia geral de ontem à noite foram discutidos setes itens relativos ao nosso movimento. O primeiro foi a aprovação da continuidade do movimento desenvolvido pelo professorado da rede oficial.

O segundo item, suspensão temporária da greve; terceiro, decidimos que a complementação da carga horária deverá ser feita após o reinício das atividades escolares, prevista para o próximo dia 17. Tomamos esta decisão porque atualmente a carga horária vem sendo complementada de uma maneira irregular e prejudicial aos alunos, já que estão sendo computadas aulas com até cinco alunos em cada classe, como também estão aplicando provas para até dois ou cinco alunos, o que prejudica sensivelmente os demais alunos dessas escolas. Partindo do princípio de que a própria Secretaria de Educação já começou a recolher as Circulares que autorizavam o número reduzido de alunos, por classe, os professores resolveram sugerir esta nova forma de complementação da carga horária.

O quarto item aprovado decidiu não aceitar nenhuma forma de punição – desconto salarial, suspensão, demissão ou transferência. Qualquer penalidade aplicada a um professor atingirá toda a categoria. O quinto item decidiu pela continuidade dos comandos regionais, com uma forma de esclarecer à população sobre o nosso movimento e também manter a organização do professorado da forma mais ampla possível.

O sexto item determina um prazo de 90 dias, a partir de 9 de julho, para que o governo dê uma resposta final a todos os itens do nosso memorial reivindicatório com 21 pleitos. O sétimo item aprovado foi a transformação do comando geral de greve em comissão permanente de reivindicação do magistério oficial de Pernambuco, que responderá através de uma comissão composta pelos professores Geraldo Pinho, Matilde de Oliveira, Admilton Freitas, Paulo Rubens, Santiago Ferreira, José Raimundo Oliva, João Guilherme Guimarães e Miguel Ferraz. Esta comissão procurará discutir, em caráter permanente, todas nossas reivindicações até agora não atendidas.

Suspensas a greve, o professorado só voltará a dar aula depois da decisão do secretário de Educação, aceitando a nossa forma de complementação da carga horária. No próximo sábado, às 8h, estaremos reunidos na Igreja de São José, para discutir problemas ligados à nossa Associação de classe, onde será escolhida uma comissão encarregada das eleições da APENOPE – Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco. Sábado à tarde, às 15h estaremos reunidos na Casa do Professor, onde discutiremos os aspectos relativos a continuidade do nosso movimento reivindicatório.

Anexo IX– Carta aberta dos funcionários da CELPE à população (1979) [980]

A esta altura dos acontecimentos, todos já estão bem informados da atitude indigna da diretoria da Celpe, muito bem assessorada por policiais mestres na Arte da Repressão.

Neste momento de decisão e coragem, temos que continuar como estamos, fortes e unidos, cada vez mais; para assegurar com honra e dignidade a vitória de nosso movimento por salários mais justos e dignos de uma categoria dita "especial e essencial à comunidade".

Nosso movimento sempre foi aberto ao diálogo, sempre teve índole pacífica; a comissão vem tentando há quatro meses manter entendimentos com a empresa, nada conseguindo e sendo constantemente ameaçada. Portanto, a nossa paralisação é responsabilidade única e exclusiva dos dirigentes da Celpe.

Nosso movimento está crescendo, estendendo-se inclusive ao interior, todos os eletricitários da Celpe, estão parados, apenas funcionando a prontidão para casos de emergência, como hospitais por exemplo. O sistema continua ligado, devido a nossa consciência da responsabilidade que temos perante a população.

Agradecemos aos parlamentares pernambucanos pelo apoio aos eletricitários na sua luta justa e legítima. Agradecemos o apoio da população, consciente de que está sendo prejudicada não pelos eletricitários e sim pela intransigência dos diretores da Celpe. Agradecemos a imprensa pela cobertura e apoio dado ao movimento.

Anexo X – Nota Oficial do governo a respeito da intervenção na greve dos eletricitários (1979) [981]

A SECRETARIA DO GOVERNO torna público que, permanecendo o impasse decorrente da paralisação parcial dos empregados da Companhia de Eletricidade de Pernambuco (CELPE), e o consequente risco de deterioração dos serviços de distribuição de energia elétrica, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado decidiu intervir diretamente e determinar ações objetivando a pronta normalização das atividades daquela empresa estadual.
Neste sentido, o Chefe do Poder Executivo delegou amplos poderes ao Exmo. Sr. Secretário de Transportes, Energia e Comunicações, a fim de que sejam adotadas todas as providências que se façam necessárias à solução do problema.
As instruções recebidas pelo Exmo. Sr. Secretário de Transportes, Energia e Comunicações, tornam clara a disposição do Governo de fazer observar a Lei e resguardar o princípio de autoridade.
Esgotadas todas as alternativas conciliatórias no sentido de ser obtido o retorno dos empregados ausentes do trabalho, uma vez que rejeitadas as diversas propostas formuladas pela Direção da CELPE, e atento à natureza essencial daquele serviço

[979] Nota publicada no **Jornal do Commercio** do dia 5 de julho de 1979.

[980] Carta aberta publicada no **Jornal do Commercio** do dia 1 de novembro de 1979.

[981] Nota publicada no **Jornal do Commercio** do dia 13 de novembro de 1979.

prestado à população, o Governo do Estado julga imperiosa a adoção de medidas legais e eficazes, objetivando a imediata normalização das atividades da referida empresa.

RECIFE, 12 DE NOVEMBRO DE 1979.

Anexo XI – Comunicado dos professores da UFPE e UFRPE (1980) [982]

Comunicamos ao público em geral, que, conforme deliberação tomada em Assembléia realizada hoje, nós professores da Universidade Federal Rural de Pernambuco, aprovamos por unanimidade aderir à Greve Nacional, que entendemos ser motivada pelas razões mais justas, não sendo mais possível vacilações neste momento tão crítico que atravessa a educação brasileira.

Vamos à luta, não apenas por salários que nos permitem ao menos uma sobrevivência mas sobretudo por questões de dignidade, como forma de manifestar o nosso mais veemente repúdio à situação de marginalização em que vive a classe docente do País. Nossa luta é sobretudo por princípios e pela dignidade de exercer nossa honrosa profissão, no sentido de podermos contribuir com eficácia para a melhoria das condições de vida do povo brasileiro.

Entendemos que a universidade brasileira foi de há muito transformada num mero agente transmissor de conhecimentos, quando na verdade sua finalidade transcende em muito a tão simples tarefa. É dever da universidade não apenas transmitir informações mas também fomentar a discussão sobre os grandes problemas que afligem a nossa Pátria, no sentido de buscar novas e eficazes soluções para os mesmos.

Essa é nossa missão – buscar o novo, manter nossa cultura, lutar pela defesa e enriquecimento cultural do nosso povo, pensar na sociedade na qual estamos inseridos.

Anexo XII – Nota do PMDB-PE em defesa da greve nas universidades federais (1980) [983]

O PMDB de Pernambuco vem manifestar de público sua solidariedade aos professores das universidades federais pernambucanas, em greve por melhores condições de ensino e reivindicações trabalhistas. Igualmente, toma posição em favor dos professores da rede oficial do Estado, que se preparam para realizar, através da Apenope, a partir do próximo dia 1°, a Semana dos Direitos do Professor, como meio de lutar por seus direitos.

Como afirma a Associação dos Docentes da UFPE, verifica-se no Brasil um descompromisso crescente e alarmante do Estado frente à educação nacional e o avanço significativo do ensino privado, cidadela avançada de empresas fabricadoras de diplomas. Cansados de denunciar as péssimas condições do ensino em geral e os salários aviltantes de docentes e funcionários, os professores não tiveram outra alternativa senão paralisar suas atividades, reivindicando a solução do problema educacional brasileiro. Mais uma vez, a resposta do Governo é apenas nova demonstração de autoritarismo: troca um professor por um general no Ministério da Educação, como se ordem fosse a saída para a grave crise que assola a educação nacional. O PMDB, ao manifestar sua solidariedade aos professores universitários em greve e aos integrantes da rede oficial do Estado, em sua mobilização, protesta contra o tratamento dado pelo regime autoritário à questão educacional e une sua voz à dos estudantes e mestres de todo o Brasil, por justos salários, melhores condições de ensino, universidade livre e educação ampla e gratuita para todos os brasileiros.

Anexo XIII – Carta-aberta dos médicos-residentes à população, explicando os motivos da paralisação (1982) [984]

Diante da crise por que passa o Hospital das Clínicas (Hospital Pedro II), bem como a não conclusão do novo Hospital (Hospital das Clínicas – Cidade Universitária) com sérias repercussões no atendimento médico oferecido às parcelas mais carentes da população como também a caótica situação em que se encontra a Residência Médica da Universidade Federal de Pernambuco UFPE seriamente ameaçada de não ser credenciada pela Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM) fatos que vêm sendo amplamente divulgados pela Imprensa. Os médicos residentes do Hospital das Clínicas da UFPE resolveram em assembléia geral extraordinária realizada no dia 22/06/82, paralisar suas atividades de rotina a partir do dia 28/06/82.

Quando se vê um Hospital como o Hospital Pedro II ser abandonado irresponsavelmente, com prejuízos para a população, estudantes, médicos residentes e professores não há como calar, nossa consciência.

Revoltados com o descaso das autoridades Universitárias que não cumprem com as exigências da CNRM para funcionamento de uma Residência Médica, e o provável não credenciamento da Residência como aconteceu com o Hospital Getúlio Vargas decidimos paralisar nossas atividades em último recurso, como forma de luta para obtermos uma residência médica em condições adequadas para prestar atendimento à população bem como assegurar formação de médicos especialistas que venham elevar o nível médico do país.

Diante da justeza de nossas reivindicações, e sabendo que a garantia do sucesso de nossa luta depende também da população os médicos residentes esperam contar com o apoio e a compreensão de todos.

---

[982] Nota publicada no **Jornal do Commercio** do dia 28 de novembro de 1980.

[983] Nota publicada no **Diário de Pernambuco** do dia 29 de novembro de 1980.

[984] Carta-aberta publicada no **Jornal do Commercio** do dia 29 de junho de 1982.

Anexo XIV – Manifesto contra o desemprego entregue ao governador (1983) [985]

EXMO. SR. GOVERNADOR ROBERTO MAGALHÃES:
Diante da crise econômica que passam os trabalhadores com seus salários cada vez mais achatados para aqueles que ainda estão desempregados, pois a cada dia aumenta o desemprego em nosso País com a política econômica traçada pelo Governo Federal, que aumenta cada vez mais a miséria dos trabalhadores.
Diante desta crise que não ajudamos a criar, apenas produzimos as riquezas do País, sem vermos a mínima participação no poder de decisão, não nos sentindo, portanto responsáveis pelo mar de lama em que hoje se encontra o País, sem a menor perspectiva de saída.
Diante da descrença nas medidas que hoje são tomadas, como a maxidesvalorização do cruzeiro, o incentivo por parte do Governo de aumento das taxas de juros, o corte de subsídios, que na realidade atingiu em grande proporções os gêneros alimentícios de primeira necessidade como o leite, o trigo e outros, uma recessão que só vem aumentar a miséria em que se encontram os trabalhadores assalariados da cidade e do campo, que levam o Recife a maior taxa de inflação desde 1975.
Diante de tudo isso que nos leva, no dia a dia, em todas as categorias, a enfrentarmos um alto índice de desemprego, como nos metalúrgicos; temos em torno de vinte mil desempregados, na indústria têxtil vinte e quatro mil nos professores da rede particular três mil e quinhentos que foram homologados no Sindicato, na Construção Civil, segundo dados do próprio governo a rotatividade passa de 100%.
Lembramos que, toda esta grave situação, não é por falta de advertência da classe trabalhadora, pois além de diversas denúncias pela imprensa escrita, falada e televisada, principalmente no dia 22 de março do corrente ano, realizou-se o "Dia Nacional de Luta Contra o Desemprego" e na ocasião foi entregue nas mãos de vários governadores estaduais, um documento onde sindicatos, organizações de moradores e diversas entidades democráticas exigiam fim ao desemprego. Só que até hoje não obtivermos nenhuma resposta e a cada dia apenas aumentou o desemprego.
Não sabemos até quando poderemos suportar esta situação, mas sabemos que não vamos agüentar por muito tempo.
Por isso e através de reunião com os desempregados de diversas categorias, estamos realizando uma concentração para entregarmos nossas reivindicações, que apesar de não solucionarem o problema do desemprego servirá para amenizar nossa situação e sabemos também que estão ao alcance do Governo Estadual.

1. São estas as nossas reivindicações:
2. Não pagamento de água, luz e aluguel de casa, enquanto estivermos desempregados;
3. Transportes grátis para os desempregados;
4. Alimentação para os desempregados e suas famílias assumidas pelo Governo;
5. Fim ao desemprego;
6. Pelo salário-desemprego;
7. Não pagar o Imposto Predial;
8. Isenção de todas as prestações do BNH no período em que o trabalhador estiver desempregado, com recibo de quitação.

Anexo XV – Manifesto contra o desemprego entregue ao TRT (1983) [986]

Os quase todos desempregados que nesta data estão concentrados na praça Maciel Pinheiro, manifestando publicamente as dificuldades e a série de problemas que enfrentam ao se encontrarem sem trabalho, são partes de várias Reclamações Trabalhistas que tramitam, tanto nas Juntas de Conciliação e Julgamento do Recife, Cabo, Jaboatão e Paulista, quanto nesse Egrégio Tribunal do Trabalho, nas quais pleiteiam pagamento de suas indenizações e outras reparações de direitos sempre violados pelos patrões.
A morosidade nos andamentos dos processos, ao que tem percebido os reclamantes que, por sua vez, pressionam a direção deste Sindicato, os advogados e demais funcionários deste órgão de classe e das próprias Juntas, é fruto de escassez de funcionários existentes nas Juntas, os quais, sobrecarregados, ficam sem condições de atender e dar andamento aos processos cuja quantidade aumentou desordenadamente em virtude de demissões injustas e em massa, todas do conhecimento das autoridades, afora outros tipos de mazelas como: superestrutura processualista do Direito e da Justiça de que são vítimas os trabalhadores brasileiros.
Só na JCJ de Jaboatão, Distrito Industrial da base deste Sindicato tramitam mais de 100 ações trabalhistas propostas só pelo Sindicato dos Metalúrgicos, nas quais encontram-se esperando justiça mais de 200 metalúrgicos desempregados.
Encontram-se também unidos a nossa luta, mais de 40 têxteis que foram demitidos do Cotonifício Othor Bezerra de Melo, que fizeram greve por causa do atraso no pagamento dos seus sagrados salários, os quais são partes do Processo n° 2416/82, com sua ganha na 2° JCJ do Recife, mas com recurso que começa a tramitar nesse Egrégio Tribunal Regional do Trabalho.
Por tudo isso, juntos, decidimos solicitar a Vossa Excelência todo empenho no sentido de providenciar imediatamente o aumento no número de funcionários atualmente, existente em todas as Juntas, principalmente na Junta de Jaboatão.

Anexo XVI – Nota oficial do governo, por ocasião do "Dia Nacional de Protesto" (1983) [987]

---

[985] Nota publicada no **Jornal do Commercio** do dia 19 de maio de 1983.

[986] Nota publicada no **Jornal do Commercio** do dia 19 de maio de 1983.

[987] Nota publicada no **Jornal do Commercio** do dia 20 de julho de 1983.

O Governo do Estado, no propósito de informar à opinião pública, tendo em vista a intensa distribuição de panfletos e a divulgação de informações desencontradas quanto à realização de atos públicos, amanhã, em protesto contra a política econômica do Governo Federal, vem esclarecer o seguinte:

1. será assegurado o funcionamento normal de todas as atividades públicas e privadas, notadamente os serviços considerados essenciais;
2. não haverá qualquer alteração no expediente habitual das repartições estaduais;
3. manifestações públicas somente serão admitidas se realizadas pacificamente e com respeito aos direitos de terceiros não participantes;
4. o Governo adotará com serenidade e firmeza todas as medidas que se fizerem necessárias à manutenção da ordem pública.

Anexo XVII – Nota da Comissão de Justiça e Paz, por ocasião do "Dia Nacional de Protesto" (1983) [988]

A Comissão de Justiça e Paz, da Arquidiocese de Olinda e Recife, ao trazer sua solidariedade à luta dos trabalhadores contra a política econômico-financeira do Governo, neste dia nacional de protesto organizado pelos trabalhadores de todo o País, faz as seguintes considerações: o desemprego tem batido recordes assustadores, enquanto o Governo, aprofundando medidas recessivas segue indiferente agravando o problema. A inflação ultrapassa todos os índices da História da República, enquanto o Governo, incompetente para domá-la, segue tomando medidas contraditórias que não diminuem a inflação nem estacam a recessão. Revoltam-se trabalhadores e até empresários, protestam políticos e entidades de classe, enquanto o Governo segue surdo e autoritário como se nenhum compromisso tivesse com esta nação, hoje perplexa, aturdida, desempregada e faminta.
No Nordeste, torra-se o Sertão na maior seca do século, mas o Governo parece não ouvir os gritos de fome e sede de sertanejos válidos reduzidos à escravidão das frentes de emergência. No sul, afogam-se campos e cidades na maior enchente já vista, mas o Governo parece assistir à uma cheia em País estrangeiro. Foi preciso que a própria sociedade se mobilizasse para o Governo acordar de sua letargia paralisante e programar ao menos uma visita para as áreas flageladas. Tão grande é hoje o abismo que separa o Governo da Nação que nem os gritos desesperados dos trabalhadores desempregados e famintos conseguem sensibilizá-lo nem a tragédia das secas ou das cheias consegue comovê-lo.
Mas este Governo insensível e autoritário, indiferente e distante, não hesita em se voltar contra o povo e os trabalhadores, sempre que se fazem ouvir em seus brados de protesto. Contra estes o Governo se diz forte e competente. Mas que força é esta que só se volta contra trabalhadores? Que força é esta que só se exercita contra os oprimidos? Em seu autoritarismo cego este Governo vê como inimigos do Brasil os que estão em suas fábricas e em suas ruas; os que estão em suas favelas e em seus campos; os que formam uma multidão de desempregados. Não são estes os inimigos do Brasil.
Por isso denunciamos que as prisões de hoje e o forte aparato policial nas ruas representam uma abusiva violência, contra os verdadeiros defensores dos interesses e da soberania Nacional.

Recife, 21 de julho de 1983.

Anexo XVIII – Nota do Sindicato dos Professores, por ocasião greve da categoria (1984) [989]

Tendo em vista a impossibilidade de acordo entre o Sindicato dos Professores de Pernambuco e o Sindicato dos Diretores de Estabelecimentos de Ensino, a partir da próxima segunda-feira, dia 4, os professores paralisarão as suas atividades. Na verdade, embora os professores tivessem apresentado propostas para o debate na tentativa de formalizar um acordo, em nenhum momento os diretores de colégio apresentaram qualquer proposta para negociação. O movimento grevista foi considerado legal pelo Tribunal Regional do Trabalho, uma vez que os mestres seguiram os ditames legais, determinados pela lei n° 4330 (Lei de Greve).
No intuito de esclarecer a população dos pleitos por uma melhoria salarial e uma consequente melhoria das condições de ensino, os professores estão distribuindo cartas à população, advertindo que não pretendem aumento de 230%, como afirma o sindicato patronal, mas apenas desejam um reajuste de 100% do INPC de julho, que é de 67,8%.
Por outro lado, informam os professores, a paralisação desde a próxima segunda-feira em nada irá prejudicar o conteúdo programático das matérias, uma vez que as aulas serão respostas. Aos alunos, os professores pedem compreensão e lembram que enquanto houver greve não haverá aula.

Anexo XIX – Nota oficial do governo, por ocasião da greve dos médicos (1984) [990]

O Governo do Estado tomou conhecimento de que, nesta data, médicos servidores públicos estaduais associados ao Sindicato de classe iniciaram movimento grevista. Muito embora os grevistas sejam minoria, segundo informações da Secretaria de Saúde, o Governo esclarece à opinião pública de Pernambuco o seguinte:

1. O movimento grevista não tem amparo legal, porquanto a Constituição e as leis vigentes proíbem aos funcionários públicos a realização de greve. Esta, aliás, é a tradição constitucional brasileira, conforme as Cartas políticas republicanas inclusive as vontades em assembléias constituintes eleitas pelo voto direto dos cidadãos;

---

[988] Nota publicada no **Jornal do Commercio** do dia 22 de julho de 1983.

[989] Nota publicada no **Diário de Pernambuco** do dia 3 de junho de 1984.

[990] Nota publicada no **Diário de Pernambuco** do dia 4 de julho de 1984.

2. Além de ilegal, o movimento grevista é profundamente injusto, pois atinge as camadas mais carentes da população, justamente aquelas que, não tendo recursos para pagar profissionais particulares, só podem recorrer à rede pública de assistência médica. Assim, a greve importa em que fiquem desassistidos adultos e crianças já estigmatizados pela pobreza;
3. A alegação de que os casos de urgência serão atendidos é de difícil aceitação, porquanto não pode haver exatidão e segurança em diagnósticos feitos num clima emocional próprio de movimentos paredistas;
4. O atual Governo, em apenas um ano e meio de mandato, já proporcionou cinco reajustes salariais para o pessoal médico e demais categorias de nível universitário;
5. Em 15 de março de 1984, quando se instalou o atual Governo, os médicos do serviço público estadual recebiam, no nível inicial, Cr$ 82.212,00: atualmente recebem Cr$ 291.528,00 e a partir de 1° de agosto próximo receberão Cr$ 349.824,00. Isto corresponde a um reajuste de 325% em quinze meses de governo;
6. Não obstante isto, o Governador diretamente, e os seus Secretários de Saúde, de Administração e da Fazenda, têm recebido representantes dos órgãos da classe médica e discutido os problemas colocados inclusive admitindo a formação de uma comissão paritária para emissão de parecer e sugestão sobre a carreira de médico;
7. Em face da deflagração da greve, o Governo decidiu:
    a) suspender as negociações com o Sindicato dos Médicos, uma vez que não está disposto a decidir sob pressão;
    b) solicitar, inclusive à população, que sejam comunicados ao Gabinete do Secretário de Saúde, qualquer caso de morte ou incapacidade física permanente que porventura venha a resultar, de omissão de socorro, por parte de médico grevista, a fim de que seja promovida a responsabilização administrativa e criminal;

Nesta oportunidade, o Governo torna público o seu testemunho de reconhecimento à grande maioria dos médicos pertencentes aos quadros do Estado, que se mantém em seus postos, cumprindo com o dever de assistir os pacientes e honrar o compromisso assumido quando investidos em sua nobre profissão.

Anexo XX – Carta aberta dos médicos à população, por ocasião da greve da categoria (1984) [991]

Você é a maior testemunha das precárias condições da assistência médica em nosso Estado. Quantas vezes, você, após madrugar numa fila, não conseguiu atendimento médico? Quantas vezes, você, com um filho doente, atendido ao fim de um cansativo dia, após enfrentar filas de ônibus e passagens caras não teve condições para despachar a receita? Quantas vezes você foi atendido em locais sem nenhum conforto, onde, além da limpeza, faltavam esparadrapo, gaze, seringa e medicamentos necessários ao seu atendimento?
Será que esse atendimento lhe agradou? É a isso que você tem direito? Médicos obrigados a serem apressados, ou sempre muito ocupados? Quem é responsável por tudo isso?
Nós médicos, somos vítimas como você. Sentimos seu sofrimento e participamos dele. O Governo que é nosso patrão não nos dá condições para melhor atendê-lo. Os postos de Saúde e Hospitais em sua grande maioria, funcionam precariamente, sem equipamentos, sem remédios, com poucos médicos e poucos auxiliares.
Nossos salários são baixos, menores do que manda a Lei, o que nos obriga a arranjar outros empregos para mantermos nossas famílias. Por isso sermos apressados.
Como você vê, estamos na mesma situação da grande maioria do povo brasileiro: sem empregos (são 1.500 médicos desempregados no Estado) e sofrendo arrocho salarial. Essa situação é decorrente do tipo de Governo que nos foi imposto há 20 anos, defensor do enriquecimento de grupos privilegiados, esquecendo das necessidades básicas do nosso povo.
Nós médicos deste Estado resolvemos lutar contra isto, pedindo melhores salários e melhores condições de trabalho, para que possamos atender melhor você e sua família. Embora justas, nossas reclamações não estão sendo atendidas pelo Governo que não nos deu ouvidos.
Restou como alternativa da nossa luta, uma Paralisação de Protesto no próximo dia 19 e para realizá-la, pedimos sua compreensão, pois essa luta é de todos nós.
Não compareça aos Postos de Saúde, Ambulatórios e Hospitais Gerais nesta terça-feira. Apenas os Hospitais de Urgência e Maternidade, estarão funcionando.
Todos os casos graves serão atendidos.
Seu apoio é muito importante. Através dele serão alcançados os objetivos que possibilitará a mudança desta situação constrangedora de que somos vítimas.

Anexo XXI – Manifesto dos médicos-residentes, por ocasião da greve da categoria (1984) [992]

Nós, médicos-residentes do Estado de Pernambuco, após decorridos 30 dias de paralisação em adesão ao movimento nacional, deflagrado pela Associação Nacional dos Médicos-Residentes por melhorias salariais e condições de trabalho, vimos, por meio desta, solicitar ao Governo do Estado total e irrestrito apoio ao movimento, junto aos órgãos ministeriais competentes, no sentido de que seja encontrada uma solução satisfatória para o impasse criado pelo próprio Governo.
Nos últimos anos, o valor de nossas bolsas tem sofrido desvalorização crescente. Em 1997, recebíamos, por uma jornada de

[991] Nota publicada no **Diário de Pernambuco** do dia 5 de julho de 1984.

[992] Nota publicada no **Diário de Pernambuco** do dia 13 de julho de 1984.

atividades de 60 horas semanais, o equivalente a 5,5 salários mínimos: hoje, nossa bolsa está reduzida ao valor irrisório equivalente a 2,2 salários mínimos. Entendemos que a resolução imediata desse impasse seria de grande importância para todos os segmentos afetados, principalmente para a população do Estado, a quem se destina, em primeira análise, a prestação de nossos serviços. Certos da justeza de nossas reivindicações, seguimos unidos e confiantes no apoio efetivo do Governo do nosso Estado, para chegarmos à vitória final do nosso movimento.

Anexo XXII – Nota dos estudantes, por ocasião da greve da greve dos professores e servidores da UFPE e UFRPE (1984) [993]

Diante da grave situação da Universidade Brasileira, nós, estudantes, temos visto que o MEC eximiu-se de sua real posição de titular das convenções, repassando, de forma evasiva, a responsabilidade para outros órgãos de um governo que tem se mostrado incapaz de solucionar as suas próprias crises internas, e que, envolvido em lutas intestinas pelo poder, releva os interesses do povo a planos escusos.

E é em face da tentativa governamental de suprimir o ensino público no País, através da negativa de condições materiais para o seu desenvolvimento, que apoiamos os professores e funcionários nas suas justas reivindicações, principalmente, naquelas que nos identificam em comum, no esforço de restauração a Universidade Brasileira.

Sabemos que, em conseqüência da indenização dessa paralisação, creditada, unicamente, à incompetência do MEC, que está perpetrando um crime contra o ensino, a Universidade e a sociedade brasileira. Enormes prejuízos podemos sofrer.

É de ressaltar, contudo, que, ao ingressarmos no ensino universitário, por concurso público, nos credenciamos ao gozo de um direito de cidadão, de cuja responsabilidade o MEC, hoje, se exime, alegando insuficiência de recursos, muito embora recente emenda constitucional tenha assegurado substancial aumento de verba para o ensino. Tal argumento é tanto mais insustentável, quando assistimos gigantescos recursos serem repassados para cobrir sucessivos rombos em financeiras, sempre envolvidas em escandalosas revelações de corrupção.

[993] Nota publicada no **Diário de Pernambuco** do dia 14 de junho de 1984.